

A
**Estrutura
de Classes**
das
Sociedades
Avançadas



Anthony
Giddens

da Universidade de Cambridge

biblioteca de ciências sociais

ZAHAR



EDITORES

BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ANTHONY GIDDENS

*Professor de Sociologia da
Universidade de Cambridge*

A
**Estrutura
de Classes**
das Sociedades
Avançadas

Tradução de

MÁRCIA BANDEIRA DE MELLO LEITE NUNES

Revisão técnica de

EDSON DE OLIVEIRA NUNES

ZAHAR EDITORES

Rio de Janeiro U.F.R.G.S.
Departamento de Ciências Sociais
MESTRADO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
BIBLIOTECA

Título original:
The Class Structure of the Advanced Societies
publicado em 1973 por
HUTCHINSON & CO (Publishers) LTD.
3 Fitzroy Square, Londres WI

Copyright © 1973 by Anthony Giddens

capa de
ERICO

1975

Direitos para a língua portuguesa adquiridos por
ZAHAR EDITORES
Caixa Postal 207, ZC-00, Rio
que se reservam a propriedade desta versão
I.F.C.H. — U.F.R.G.S.

MESTRAL DO SOCIOLOGIA Imprensa no Brasil

N.º Reg. 873

Data 209

74913

16/8/1978

301.44

6453E

E.S.

ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	9
<i>Introdução</i>	13
I — A TEORIA DE CLASSES DE MARX	25
1. Princípios do Modelo de Marx	28
2. O Capitalismo e o Desenvolvimento Capitalista	36
II — A CRÍTICA WEBERIANA	45
1. Classe e Grupos de "Status"	46
2. A Concepção de Capitalismo	50
3. Marx e Weber	56
III — ALGUMAS TEORIAS POSTERIORES	61
1. Dahrendorf: Classes na Sociedade Pós-Capitalista	61
2. Aron: Sociedade Industrial	68
3. Ossowski: Imagens e Conceitos de Classe	73
IV — OS CRÍTICOS DE MARX: UMA CRÍTICA	81
1. Os Críticos Recentes	81
2. Max Weber	92
3. Conclusão	96
V — A PERSPECTIVA DE MARX REAVALIADA	97
1. A Classe e a Divisão do Trabalho	97
2. A Gênese do Conflito de Classes	109
3. Trabalho Produtivo e Improdutivo	112
4. A Forma das Relações de Classes	115

VI — REPENSANDO A TEORIA DE CLASSES (I)	119
1. Propriedades Formais do Conceito de Classe	120
2. A Estruturação de Relações de Classes	128
3. A Contradição e a Gênese da Consciência de Classe	134
VII — REPENSANDO A TEORIA DE CLASSES (II)	143
1. Elites e Poder	143
2. A Natureza da Exploração de Classe	153
3. O Conceito de Sociedade de Classes	159
4. A Noção de Inexistência de Classes	164
VIII — O PROBLEMA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA	169
1. “Capitalismo” e “Sociedade Industrial”	169
2. O Capitalismo na Europa do Século XIX	174
3. O Capitalismo e as Origens do Socialismo de Estado	185
IX — A MEDIAÇÃO INSTITUCIONAL DE PODER E A MEDIAÇÃO DE CONTROLE	189
1. A Sociedade Ainda É Capitalista?	189
2. A Classe Alta na Sociedade Capitalista	199
3. A Mediação de Controle e a “Revolução dos Gerentes”	203
X — O CRESCIMENTO DA NOVA CLASSE MÉDIA	215
1. As Condições de Estruturação da Classe Média	218
2. Fontes de Diferenciação dentro da Classe Média	227
3. A Sindicalização dos <i>White-Collar</i>	230
4. Proletários ou Não? A Teoria da “Nova Classe Operária”	235

XI — A CLASSE OPERÁRIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA	243
1. A Estruturação da Classe Operária	244
2. As Origens da Consciência do Conflito	248
3. Sindicalização e Economicismo	254
4. A “Nova Classe Operária” — Outra Vez	264
XII — SOCIALISMO DE ESTADO E ESTRUTURAÇÃO DE CLASSES	273
1. Variações na Infra-estrutura e no Desenvolvimento	273
2. Diferenciais nas Possibilidades de Mercado	277
3. Níveis de Estruturação de Classes	282
4. Gerência e Autoridade na Empresa	286
5. O Crescimento da “Intelligentsia”	289
XIII — CLASSE E PARTIDO NA SOCIEDADE SOCIALISTA DE ESTADO	293
1. A Concepção da “Nova Classe”	293
2. Formações de Elite e a Mediação de Controle	297
3. Fontes de Tensão na Sociedade Socialista de Estado	301
4. Industrialismo e Mudança Social: Um Resumo	310
XIV — CLASSES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	313
1. Crítica das Teorias Tecnocráticas	313
2. A Técnica e a Ordem Social Moderna	325
3. A Relevância da Análise de Classes	330

XV — O FUTURO DA SOCIEDADE DE CLASSES	337
1. Racionalização, Classes e Burocracia	337
2. Classes, Conflito de Classes	345
3. Velhas Classes e Novos Conflitos: o Problema do Neo-capitalismo	351
X 4. Exploração e Inexistência de Classes	358
<i>Trabalhos Citados no Texto</i>	361

PREFACIO

O prefácio de um livro é sempre escrito em último lugar, e é nele normalmente que o autor, examinando os resultados de seu trabalho, fala ao leitor sobre o volume que teria escrito se tivesse podido vencer as insuficiências manifestas do trabalho que ora tem a sua frente. Não tentarei atrair simpatia deste modo, e, muito mais do que procurar desculpar-me pelas falhas deste trabalho (das quais, sem dúvida, estou consciente), indicarei apenas alguns dos objetivos que inicialmente tentei atingir, na esperança de que isso ajude o leitor a caminhar com facilidade através do texto. Qualquer pessoa que cometa a temeridade de escrever sobre a teoria de classes sociais é imediatamente lançada numa polêmica pela simples maneira de abordar o seu objeto, pelo material que escolhe para discutir e pelo que ignora, porque qualquer estudo nesse campo não se pode referir senão a uma seleção muito pequena a partir da literatura quase infinita que há sobre o tópico. Eu deveria, portanto, talvez, começar por enfatizar o óbvio: que este livro está solidamente fundamentado na tradição européia de teoria de classes. O que tentei fazer, num certo sentido, foi utilizar conceitos extraídos desta tradição, com o objetivo de fazê-los voltar-se contra si mesmos e, portanto, criar um novo quadro de referência para a análise das áreas que, acredito, continuam sendo as áreas-problema centrais em sociologia. Deliberadamente referi-me pouco ao vasto corpo de escritos de autores americanos que lidam com “estratificação” — mesmo quando eles empregam o termo “classe”. Ficará claro, para aqueles que continuarem a ler, que minhas preocupações são bem diferentes das deles.

Por algum tempo, como se apresenta nos trabalhos de sociólogos não-marxistas, pelo menos, o conceito de classe parece ter sido envolvido por uma espécie de atmosfera de desalentada decadência. Em-

bora não possam, ou não queiram, abandonar totalmente a noção, muitos destes escritores estão insatisfeitos com ela como instrumento de análise sociológica e sentem que, como a arquitetura vitoriana, qualquer que seja o apelo que possa ter tido alguma vez, desapareceu com a passagem da era que criou. Sem desejar absolutamente levar adiante a analogia com a arquitetura, eu enfatizaria que crédito que esta desilusão com o conceito de classe repousa sobre premissas falsas; se o conceito não pode efetuar tudo o que hoje se exige dele, isto se deve ao fato de que aqueles que primeiro trouxeram a noção para a vanguarda da teoria social — inclusive Marx — colocaram no problema exigências que ele absolutamente não poderia suportar, e não ao fato de que se tenha tornado obsoleto pelas mudanças sociais que intervieram desde o século XIX. Observa-se freqüentemente que como desde a época de Marx fez-se muito esforço para reformular o conceito de classe, qualquer diligência neste sentido está inevitavelmente destinada só a aumentar a confusão que já existe em seu uso. Quando, entretanto, comecei uma análise sistemática da literatura de origem bastante recente sobre a teoria da estrutura de classes, fui surpreendido por sua escassez — não em termos de força numérica, mas de penetração analítica. A confusão e a ambigüidade do termo “classe” é bastante evidente, mas tentativas distintas e consideráveis no sentido de revisar a *teoria* de classes numa escala mais ampla são muito poucas na verdade. Escolhi discutir detalhadamente apenas três de tais tentativas: as envolvidas nos escritos de Dahrendorf, Aron e Ossowski. Admito que a escolha tenha sido um tanto arbitrária e tratei suas idéias como representativas da maior parte da literatura teórica no campo — embora o livro *Class Structure in the Social Consciousness*, de Ossowski, até certo ponto se situe à parte dos trabalhos dos outros como um empreendimento mais recente. Com a exceção de Max Weber, cujos escritos constituem um dos principais pontos de referência do livro inteiro, evitei a discussão direta dos trabalhos das primeiras gerações de críticos de Marx. Também me absteve expressamente de entrar em qualquer análise mais profunda da literatura marxista sobre classe social, além do próprio Marx é claro. Isto ocorreu não porque eu ache que esta literatura não tenha feito contribuições substanciais para a teoria de classes. Embora, na verdade, eu considere que a maior parte dos escritos marxistas infelizmente fizeram poucas contribuições deste tipo, os trabalhos de alguns autores marxistas modernos parecem-me tanto significativos quanto valiosos. Se não os discuti detalhadamente foi porque minhas discordâncias quanto a eles estão ela-

boradas nas proposições principais que desenvolvi, e emergem com nitidez através dos vários estágios de minha argumentação.

Os capítulos do livro dividem-se em cinco partes principais, embora, é claro, os mesmos temas apareçam ao longo de todos eles. Os Capítulos de 1 a 4 são de caráter preparatório e abrangem aspectos específicos das teorias de estrutura de classes existentes. Ao invés de fundir os Capítulos 3 e 4, como estava originalmente inclinado a fazer, ofereci no primeiro deles um relato breve e simples das idéias dos três “críticos de Marx” relativamente modernos acima mencionados, reservando uma avaliação deles para o capítulo subsequente. Assim, o leitor que já esteja familiarizado com as obras desses autores pode pular o Capítulo 3 sem perder, de maneira alguma, o fio da discussão. Nos Capítulos 5, 6 e 7, exponho uma nova análise da teoria de classes, partindo, nos que se seguem, para a aplicação de alguns dos conceitos neles estabelecidos, primeiramente às sociedades capitalistas e, em seguida, às sociedades socialistas de Estado. Finalmente, dois capítulos-resumo agrupam as principais conclusões que desejei extrair da análise precedente.

Gostaria de agradecer a Percy Cohen, Geoffrey Hawthorn, David Lockwood, Gavin Mackenzie e Gian Poggi, que fizeram comentários extremamente perceptivos e úteis ao rascunho inicial do manuscrito. Devo muito a várias conversas, durante os dois últimos anos, com Geoffrey Ingham, Michael Mann, Ali Rattansi e Philip Stanworth. Desejo também expressar minha gratidão a Bogdan Szajkowski, pela ajuda com as traduções do polonês e do russo; a Ronald Dore, por opiniões sobre fontes de material japonês; e a Lesley Bower, por muitos tipos de assistência administrativa.

A. G.

Cambridge

INTRODUÇÃO

Disseram-nos que a moderna sociologia está em crise. Tal perspectiva foi exposta com considerável profundidade por Gouldner, referindo-se à sociologia acadêmica ou “ocidental”, e com mais economia por Birnbaum, escrevendo sobre o pensamento social marxista contemporâneo.¹ Os sociólogos estão agora cronicamente sujeitos à autodúvida e podemos perguntar se há na realidade algo de extraordinário na atual situação de controvérsia e *acídia* sociológica. A resposta, acredito, é que há. A “crise” — um termo em si mesmo trivial e pouco satisfatório — na sociologia contemporânea é sintomática do fato de estarmos numa importante fase de transição na teoria social. Num esboço amplo, as origens da situação atual não são muito difíceis de discernir; estão envolvidos dois conjuntos de fatores inter-relacionados: um deles deve ser buscado nos acontecimentos que, nos últimos anos, romperam o padrão de “consenso político” nas sociedades capitalistas, o aumento nos níveis de greve em muitos países, as lutas na França, em 1968, e a erupção de movimentos de protesto estudantis. A estes devem ser acrescentados os conflitos que irromperam dentro do mundo socialista, culminando com a invasão soviética da Tcheco-Eslováquia. O segundo fator é a pobreza manifesta das formas de teoria dominantes em sociologia para explicação desses acontecimentos. Na sociologia acadêmica, o estrutural-funcionalismo e seu principal apoio interpretativo, as teorias do “fim da ideologia”, parecem inúteis e estéreis frente a um novo ressurgimento dos conflitos social e político no Ocidente; mas o marxismo, sobretudo quando transformado na ideologia oficial do socialismo de Estado, parece igualmente inepto quando confrontado com os acontecimentos do passado recente.

1. Alvin Gouldner, *The Coming Crisis in Western Sociology* (Londres, 1971); Norman Birnbaum, “The Crisis of Marxist Sociology”, *Social Research*, 2, 1968.

Podemos notar quatro respostas, ao nível da teoria, a estas circunstâncias: cada uma delas representa uma tentativa de se afastar das premissas envolvidas no estrutural-funcionalismo, mas cada uma também tem um elo com o pensamento marxista. A primeira procura tanto substituir quanto complementar o estrutural-funcionalismo com a “teoria do conflito” (à qual Dahrendorf refere-se como “teoria da coerção”). Esta abordagem na realidade tem as suas origens nos meados da década de 50, e originou-se puramente como uma crítica intelectual ao estrutural-funcionalismo, mas recebeu um reforço considerável à sua popularidade na última década. Nas mãos de Dahrendorf, Lockwood e Rex, ela foi formulada como uma resposta ao que estes autores perceberam como afirmações inaceitáveis elaboradas dentro do estrutural-funcionalismo, conforme representadas nos trabalhos de Talcott Parsons. Segundo esta perspectiva, os escritos de Parsons não explicam satisfatoriamente as origens da “ordem” social, porque não conseguem alcançar o significado das oposições de interesse geradas pelas divisões seccionais dentro da sociedade como um todo: a “teoria da integração” (“teoria do valor” ou do “consenso”) necessita ser complementada ou inter-relacionada com a “teoria do conflito” da forma como esta pode ser derivada de aspectos da obra de Marx.² As dificuldades inerentes a este tipo de perspectiva são muitas e não as discutirei aqui. É suficiente assinalar que os que a defenderam têm importantes pontos em comum com o tipo de posição teórica que pretendem atacar. A “teoria do conflito”, acho eu, é o outro lado da moeda estrutural-funcionalista e caracteriza-se por muitas das mesmas limitações.

Uma segunda forma de abordagem é a que algumas vezes tem sido estreitamente ligada à “teoria do conflito”, mas que na substância é bastante diferente dela. Esta é a perspectiva que procura contrastar a sociologia “conservadora” e a “radical”. O ponto de partida aqui é muito mais ideológico do que sociológico. À medida que, argumenta-se, a maior parte da sociologia académica, e em particular o estrutural-funcionalismo, está ligada a uma perspectiva ideológica

2. Para várias afirmações diferentes dessa ideia, ver Ralph Dahrendorf, *Class and Class Conflict in Industrial Society* (Stanford, 1959) e “Out of Utopia: Toward the Reorientation of Sociological Theory”, *Essays in the Theory of Society* (Londres, 1968); John Rex, *Key Problems in Sociological Theory* (Londres, 1961); David Lockwood, “Some Remarks on ‘The Social System’”, *British Journal of Sociology*, 7, 1956; “Social Integration and System Integration”, em G. R. Zoltschan e W. Hirsch, *Explorations in Social Change* (Londres, 1964).

“conservadora”, seus *biases* e suas falhas podem ser demonstrados por uma perspectiva sociológica informada através de uma posição radical. Esta abordagem defronta-se com sérios problemas epistemológicos, uma vez que não fica bastante claro de que modo a “sociologia radical” coloca-se em relação a seu objeto. O marxismo sempre encontrou dificuldades epistemológicas ao procurar sustentar as pretensões de ser não só um corpo teórico empiricamente verificável como um guia moral para a ação política, daí sua tendência sempre presente de se dissolver num positivismo direto ou, alternativamente, num relativismo ético, tendência mais bem ilustrada no choque entre Kautsky e Bernstein. Mas as dificuldades levantadas pela concepção de uma sociologia “radical” *versus* uma sociologia “conservadora” são ainda mais pronunciadas já que não há, como no marxismo, uma interpretação da realidade social que, supostamente, seja validada cientificamente, mas duas interpretações ideológicas em competição.³

O reconhecimento de tais problemas ajudou a inspirar uma terceira resposta aos trabalhos atuais de sociologia, e encontra recursos numa aplicação narcisística da sociologia do conhecimento.⁴ Como tentativa de construir uma “sociologia radical”, esta constitui um protesto contra a proposição — considerada pela maioria dos críticos como intrínseca ao estrutural-funcionalismo — de que a teoria social e a pesquisa sociológica são “neutras” quanto aos fenómenos sociais que tentam interpretar ou explicar. Indubitavelmente é valioso e frutífero (como enfatizarei mais tarde) examinar a história do pensamento social em termos dos contextos políticos e sociais que geraram as principais tradições ou formas de teoria social, mas não é necessária nenhuma perspicácia social para ver o *petitio principii* envolvido na noção de que tal exercício pode, em si mesmo, produzir um novo quadro de referência teórico para a sociologia; a transmutação da sociologia em sociologia do conhecimento é uma tarefa logicamente impossível.

Por fim, o falecimento relativamente súbito do estrutural-funcionalismo estimulou um ressurgimento de um voluntarismo incipiente, ligado ao que eu chamaria de um retraimento da análise institucio-

3. cf. John Horton, “The Dehumanisation of Anomie and Alienation”, *British Journal of Sociology*, 15, 1964, e “Order and Conflict Theories of Social Problems as Competing Ideologies”, *American Journal of Sociology*, 71, 1965-6.

4. cf. Robert Friedrichs, *The Sociology of Sociology* (Nova York, 1970).

nal.⁵ As formas principais de teoria social, afirma-se, trataram o homem como *homo sociologicus*, muito mais a criatura do que o criador da sociedade, muito mais como um recipiente passivo de influências sociais do que como um agente ativo, agente disposto, que injeta significado num universo moral de outra forma sem futuro. Se este encargo está de certa forma garantido, as interferências dele depreendidas — de que os aspectos mais vitais de existência social são os que se relacionam com a trivialidade da “vida cotidiana”, por meio da qual o indivíduo molda sua experiência sensível da realidade social — facilmente racionalizam um afastamento dos pontos básicos envolvidos no estudo de formas e processos sociais macroestruturais. Enquanto isso ocorre, apenas abandonamos os problemas que sempre foram o maior estímulo à imaginação sociológica. Pode-se fazer uma observação semelhante sobre a ênfase contida nos trabalhos de certos escritores marxistas recentes. O renascimento contemporâneo do conhecimento marxista no Ocidente e a reabilitação de autores como Lukács e Korsch, que, numa geração anterior, questionaram o determinismo do marxismo “oficial”, têm tido muitas conseqüências benéficas. Em conjunção com a assimilação atrasada do significado das obras iniciais de Marx, a interpretação de *O Capital* e outros trabalhos posteriores nos deu uma apreciação completa tanto da simetria quanto da sutileza do pensamento de Marx; mas também produziu uma forma de “marxismo” que, baseada quase totalmente em idéias seletivamente extraídas dos escritos da juventude de Marx, introduziu um voluntarismo que é tão unilateral e incompleto quanto o defendido em algumas correntes da teoria social acadêmica.⁶

Não acredito que qualquer uma dessas quatro respostas críticas ao estrutural-funcionalismo forneça o que é mais necessário à crise atual, por mais importantes que as suas contribuições possam ser para outros problemas básicos em sociologia. As origens das limitações intelectuais do estrutural-funcionalismo, acredito, remontam a uma época muito mais antiga do que comumente se diz.⁷ Duas perspecti-

5. Ver, em particular, Dick Atkinson, *Orthodox Consensus and Radical Alternative* (Londres, 1971); mas o sucesso atual da “etnometodologia” a este respeito também é significativo.

6. Ver, *inter alia*, Erich Fromm, *Marx's Concept of Man* (Nova York, 1963). (Traduzido e publicado por Zahar Editores, *Conceito Marxista do Homem*, 5ª ed., 1970. — N. do E.)

7. Escolhi lidar com uma parte do *background* a este respeito numa série de publicações recentes sobre a história do pensamento social. Ver, especialmente: *Capitalism and Modern Social Theory* (Cambridge, 1971);

vas gerais das principais fases na evolução do pensamento social do século XIX e início do século XX podem ser distinguidas, uma associada à sociologia acadêmica e a outra ao marxismo. Cada qual vê uma linha divisória, uma “grande divisão”, nesta evolução.⁸ A perspectiva mais comum adotada pela primeira é a colocada, com grande sofisticação técnica, no livro de Parsons *The Structure of Social Action* e muito mais incipientemente por autores subseqüentes. A “grande divisão” na história do pensamento social, segundo essa concepção, ocorre nos trabalhos daqueles autores — principalmente Durkheim e Max Weber — cujas idéias mais características foram elaboradas no período de 1890-1920. Mais especificamente, estes pensadores, como se presume, afastaram-se da filosofia especulativa da história, de inspiração ideológica, que distinguiu os escritos de seus predecessores: a sociologia foi estabelecida como um campo de estudo empiricamente fundamentado, cientificamente rigoroso, junto com as disciplinas profissionais já estabelecidas. Aqueles que tomaram esta perspectiva geralmente ignoraram, como o fez Parsons em seu trabalho pioneiro, os acontecimentos sociais e políticos que formaram o ambiente em que escritores como Durkheim e Weber elaboraram suas contribuições à sociologia.⁹ A divisão no progresso do pensamento social é tratada como um avanço intelectual criado pela análise lógica e empírica dos parâmetros básicos do método sociológico.

A interpretação marxista ortodoxa — novamente colocada com um maior ou menor grau de sutileza — é inevitavelmente bastante diversa, e tende a olhar para o *background* social no qual foram produzidos os escritos da geração de 1890-1920, ao avaliar o seu significado. Segundo essa perspectiva, é claro, a linha divisória que separa a ideologia e a filosofia da ciência na compreensão do homem sobre sua sociedade deve ser buscada nas obras de Marx. Os escritos dos chamados “fundadores” da sociologia moderna são considerados

Politics and Sociology in the Thought of Max Weber (Londres, 1972); Introdução a *Emile Durkheim: Selected Writings* (Cambridge, 1972); “Durkheim's Political Sociology”, *Sociological Review*, 19, 1971; “Four Myths in the History of Social Thought”, *Economy and Society*, 1, 1972.

8. cf. “Four Myths in the History of Social Thought”, *op. cit.*, *passim*.

9. Entretanto, Parsons tinha bastante consciência dessas questões, e realizou várias discussões sobre a estrutura social alemã.

representantes de uma réplica a Marx; em termos sociais, uma defesa intelectual do capitalismo frente à ameaça colocada pelo crescimento dos partidos revolucionários marxistas na passagem do século. Longe de serem as primeiras contribuições a uma sociologia recentemente científica, os trabalhos de Durkheim, Weber e seus contemporâneos constituem uma trincheira interior da ideologia burguesa.

Não quero discutir aqui os méritos relativos dessas visões competitivas, mas assinalar apenas suas implicações para a identificação das tarefas com as quais a teoria social contemporânea deveria estar preocupada. Aqueles que aceitaram a posição mais comum na sociologia acadêmica derivada de, ou estabelecida por, Parsons separaram, em essência, a teoria social das preocupações que de início (ou seja, durante todo o século XIX e primórdios do século XX, não somente no período de 1890-1920) inspiraram a maior parte dos mais proeminentes pensadores sociais, ou seja, a natureza da transformação que destruiu a sociedade “tradicional” e criou uma nova ordem “moderna”. A discussão que Parsons faz de Pareto, Durkheim e Weber em *The Structure of Social Action*, por exemplo, destrói quase que completamente esta preocupação dominante, através da interpretação de suas obras como uma afirmativa imanente de um quadro de referência universal emergente do método e teoria sociológicos. A criação de uma “teoria geral” abstrata é, então, analisada como o objetivo básico a ser alcançado em sociologia. O grau de factibilidade de tal objetivo não está em questão; o importante é que o peso total da ênfase foi dirigido para longe da análise de desenvolvimento. Aceitou-se implicitamente que as características fundamentais das sociedades “tradicional” (ou seja, “pré-industrial”) e “moderna” são conhecidas. Assim, se se concede um lugar ao estudo de “desenvolvimento” este se situa no exame dos processos por meio dos quais uma certa sociedade movimenta-se de um tipo a outro. E isto é o que *significa*, agora, “desenvolvimento”, no discurso sociológico. Países subdesenvolvidos são contrastados com países “desenvolvidos”, como se a mudança social parasse quando uma sociedade se torna industrializada — embora as sociedades industriais inquestionavelmente introduzam uma taxa de mudança social nunca igualada na história.

À primeira vista, parece que isso não poderia ocorrer no marxismo, porque Marx sempre enfatizou acima de tudo o crescimento das potencialidades humanas pelo desenvolvimento social, e a história como chave da compreensão da vida do homem na sociedade. Mas o marxismo tornou-se obscurecido por sua própria concepção da

“grande divisão”. Só os que procuraram atacar a ortodoxia oficial tentaram realmente tratar o marxismo como um método, muito mais do que como um conjunto de proposições estabelecido e incontrovertível sobre a sociedade de classes em geral e sobre o capitalismo em particular. Frente ao fato notório de que os processos de mudança dentro do capitalismo desde a vida de Marx não produziram universalmente um momento totalizador em direção à mudança revolucionária, a resposta do marxismo foi buscar a explicação para isso fora do próprio capitalismo, em referência à teoria do imperialismo. Se a peração da ordem capitalista não foi atingida, isso não se deve a fatores intrínsecos ao desenvolvimento do capitalismo desde o século XIX, mas é um resultado da transferência do conflito de classes para a relação entre as sociedades capitalistas e o mundo “subdesenvolvido”; através da exploração dos países não-industrializados os efeitos da exploração de classes dentro da sociedade capitalista foram abrandados ou desviados. Quaisquer que sejam os elementos de validade em tal perspectiva, os seus efeitos foram novamente, como na sociologia acadêmica, centrar a atenção quase que só nas lutas de libertação nos países do “Terceiro Mundo”. A consequência disso foi que, pelo menos até recentemente, houve uma esterilidade quase completa nas interpretações ortodoxas marxistas do desenvolvimento do capitalismo durante os 70 anos deste século. O marxismo está ainda mal aparelhado para tratar adequadamente do desenvolvimento daquelas sociedades nas quais ele próprio reina como o mais importante princípio de legitimação política.

As tendências dominantes na sociologia acadêmica, e o esboço geral do pensamento social marxista atuaram, cada um deles, no sentido de restringir qualquer progresso significativo na nossa compreensão dos problemas que estimularam as primeiras grandes contribuições à teoria social moderna. Se a sociologia está num período de transição, isso se deve ao fato de que a principal orientação da teoria social durante as três últimas décadas não nos forneceu meios adequados para empreender a análise desses problemas. As suaves afirmativas sobre o “fim da ideologia”, em conjunto com o emprego inadequado do termo geral “sociedade industrial”, passaram por análises concretas na sociologia acadêmica, particularmente nos Estados Unidos. O marxismo ortodoxo, por outro lado, é como o homem cego que insiste em que não perdeu sua visão, mesmo quando tropeça nos móveis e não consegue perceber o que está a sua volta.

A crise da sociologia também é uma crise do socialismo em suas duas formas principais, o marxismo e a socialdemocracia. Embora eu não vá discutir aqui os méritos destas, em qualquer sentido direto, como formas de filosofia política, acredito que as análises fornecidas neste livro sejam de relevância imediata para as suas pretensões como guias normativos para a ação política. É preciso também enfatizar que este trabalho não deve ser considerado em nenhum sentido como interpretação global do desenvolvimento das sociedades avançadas; também não procura uma análise fundamentada do Estado moderno. Como investigação do problema da estrutura de classes, ele somente examina alguns aspectos desses fenômenos, e para isso se baseia numa longa tradição de estudos de teoria de classes. Algumas das proposições que tentarei estabelecer são convencionais e já amplamente aceitas, tanto por aqueles de uma linha não-marxista quanto pelos marxistas; outras afirmativas que o livro contém certamente serão encaradas como heréticas por uma ou ambas as escolas de pensamento.

Não hesito em afirmar que são necessários novos pontos de partida na teoria social contemporânea, sendo também preciso procurar investigar um problema muito antigo na sociologia — pode-se dizer, o problema da sociologia,¹⁰ ou seja, a questão das classes e do conflito de classes. A lógica de tal procedimento é, certamente, evidente. Mas devo enfatizar que este livro não deveria ser visto como o último de uma linha bastante populosa de tentativas de “refutar” Marx mostrando quão impróprias são as suas idéias para uma ordem industrial que progrediu muito além do capitalismo do século XIX. Acredito, entretanto, que, basicamente, no terço industrializado do mundo, vivemos numa sociedade que é tanto “pós-marxista” quanto “pós-burguesa”, embora não seja uma sociedade “pós-capitalista”, e menos ainda “pós-industrial”.

Para facilitar a leitura daquilo que de certo modo é um trabalho estruturado, mencionarei aqui alguns dos principais teoremas propostos no livro.

1. Os problemas de teoria de classes e da interpretação do desenvolvimento das sociedades avançadas foram, no passado, ofuscados por comparações excessivamente simplificadas entre a “sociedade tradicional” e a “sociedade moderna” (ou quaisquer sinônimos

10. Sobre as origens históricas do conceito de classe, ver Rudolf Herrnstadt, *Die Entdeckung der Klassen* (Berlim, 1965).

que possam ser empregados para esses termos). Tais comparações, que estão muito profundamente enraizadas na história da sociologia a partir do século XIX, foram normalmente expressas em tipologias abstratas — “feudalismo” versus “capitalismo”, *Gemeinschaft versus Gesellschaft*, “solidariedade mecânica” versus “orgânica” etc. Esclarecendo: o erro não foi a criação dessas tipologias, que são perfeitamente legítimas e necessárias, mas a sua aplicação como modelos interpretativos. Duas suposições, em geral mais latentes do que explicitamente colocadas, guiaram a sua aplicação: a) que a natureza característica de qualquer sociedade é governada sobretudo por seu nível de desenvolvimento tecnológico ou econômico; b) que, em consequência, a sociedade economicamente mais desenvolvida (como quer que isto seja definido), em qualquer determinado ponto do tempo, apresenta às outras sociedades, no presente, uma imagem de seu futuro.

2. Cada uma dessas proposições deve ser *rejeitada* na forma como foi colocada acima. A forma pela qual elas prejudicaram o progresso da teoria de classes é ilustrada principalmente no contraste gritante — e freqüentemente observado — entre os tratamentos da noção de classe por sociólogos americanos e europeus. Os primeiros, notadamente, suspeitando da utilidade do conceito, identificaram-no com “estratificação” e com freqüência negaram fortemente a sua utilidade na sociologia contemporânea em qualquer forma que fosse;¹¹ os últimos tenderam a vê-lo como essencial em suas análises. Isso reflete, argumentarei, diferenças bastante profundas entre o desenvolvimento passado dos Estados Unidos e das sociedades européias. Embora essas diferenças tenham sido apontadas amiúde, o seu significado real para a teoria de classes e para a interpretação do desenvolvimento das sociedades capitalistas foi perdido precisamente devido às afirmativas registradas acima. Delas, ou se deduz que as sociedades euro-

11. Página escrita em 1940: “nos Estados Unidos, a palavra classe é símbolo de concepções estereotipadas, e pode transmitir a impressão de que a pessoa que fala de “classe” está saindo das fronteiras da cultura americana, ou indicando uma fidelidade à doutrina “estrangeira” do marxismo; ver Charles H. Page, *Class American Sociology* (Nova York, 1969), p. XI. Ver também Robert Nisbet, “The Decline and Fall of the Concept of Social Class”, *Pacific Sociological Review*, 2, 1959, para uma apologia da perspectiva que relega o conceito de classe ao quarto-de-entulhos de antiguidades sociais. Uma discussão mais recente e crítica do fato de que “os sociólogos americanos continuaram a evitar e a fugir da dimensão de classe em suas análises...” é dada em Leonard Reissman e Michael B. Halstead, “The Subject is Class”, *Sociology and Social Research*, 54, 1970.

péias constituem o “caso-tipo” (Marx), e que por isso a estrutura social dos Estados Unidos voltar-se-á para elas no futuro, ou, o que é mais comum atualmente, que os Estados Unidos, como uma sociedade mais sofisticada tecnologicamente no mundo de hoje, fornecem o “caso-tipo” para o qual se voltarão as sociedades européias.

3. Ao invés de falarmos da “existência” ou “não-existência” de classes, deveríamos referir-nos a tipos e níveis do que chamarei de *estruturação de classes*. Os fatores que influenciam esses níveis não devem ser buscados apenas ou fundamentalmente na complexidade tecnológica ou econômica, e *não podem ser inferidos diretamente da designação “sociedade de classes”*. Os Estados Unidos, por motivos sobre os quais me deterei adiante, constituem intrinsecamente uma sociedade de classes, e isso acontece tanto ali quanto nas outras sociedades, o que não invalida o fato de que os níveis de estruturação de classes nestes países tenham sido no passado, e provavelmente continuarão a ser no futuro, mais fracamente definidos do que na maior parte dos outros países capitalistas.

4. As diferenças no desenvolvimento das sociedades capitalistas (e socialistas de Estado) não devem ser apenas entendidas, como freqüentemente se colocou no passado, como resultado da influência de “valores culturais” divergentes: há diferenças persistentes e distinguíveis na *infra-estrutura* sócio-econômica que estão ocultas pelo uso do selo geral de “sociedade industrial” no sentido que este tem sido aplicado na sociologia recente. Não é o objetivo principal deste livro tentar classificá-las de maneira exaustiva — embora esta possa ser uma das tarefas urgentes que defrontam uma sociologia comparativa revitalizada — ao contrário, concentrar-me-ei em um número limitado de sociedades como fonte de referência empírica para ilustrar minha hipótese. Ao discutir os países capitalistas, vou referir-me principalmente ao material que diz respeito aos Estados Unidos, Inglaterra, França e Japão; ao analisar a sociedade socialista de Estado, basear-me-ei principalmente no material relativo à União Soviética, Polônia, Tcheco-Eslováquia e Iugoslávia. O caso da França é particularmente instrutivo já que, assim como muitos sociólogos acadêmicos olharam para os Estados Unidos como um futuro emergente para as outras sociedades, muitos marxistas viram a França — desde 1968 — de maneira semelhante. Os acontecimentos de maio de 1968 na França novamente reavivaram uma fé no potencial da classe operária para liderar o cataclismo revolucionário que assinalará o fim da

sociedade capitalista. A realidade é mais prosaica; há fatores específicos que moldaram o desenvolvimento da sociedade francesa e que a separam (junto com a Itália) da maioria das outras sociedades capitalistas; num certo sentido, ela está no extremo oposto aos Estados Unidos. Não é surpreendente que a França e a Itália tenham sido a fonte das correntes mais estimulantes e originais do pensamento marxista recente; da mesma forma, não é surpreendente que algumas das idéias produzidas por estes escritores (e.g., a da “nova classe operária” revolucionária) parecem um pouco menos esclarecedoras quando aplicadas diretamente, por exemplo, aos Estados Unidos.

Apontar a existência de diferenças crônicas na infra-estrutura das sociedades *não* é dar uma primazia causal necessária e universal aos próprios fatores infra-estruturais. Pelo contrário, argumentarei que as influências especificamente políticas, que tanto condicionam quanto expressam tais diferenças, devem ter um papel principal na interpretação da formação e do desenvolvimento das estruturas de classes.

5. Isto leva a uma crítica da chamada “teoria da convergência”, que envolve a concepção — diferente das comumente oferecidas — de que os contrastes entre as sociedades capitalistas e socialistas de Estado estão diminuindo. Certamente a “teoria da convergência” é errônea ou enganosa porque se conforma às duas afirmativas sobre o desenvolvimento social a que já me referi e rejeitei. Mas, igualmente importante, argumentarei, o debate foi traçado num quadro de referência empírico que obscurece as ramificações dos pontos envolvidos. A maioria das contribuições à controvérsia fez comparações entre os Estados Unidos, por um lado, e a União Soviética, por outro; mas isso equivale a, de certa maneira — e com fatores complexos que derivam da extensão da dominação política desses países sobre os outros — comparar os casos *menos típicos* de cada um dos moldes genéricos de sociedade.

6. A “teoria da convergência” parece agora bastante antiquada, desajeitada, e foi abandonada, pelo menos na forma ingênua de uma década atrás, pela maior parte de seus defensores anteriores. Mas foi suplementada por formas novas — ou recentemente elaboradas — de teoria tecnocrática, em particular a teoria da “sociedade pós-industrial”. O meu argumento é de que estas, por sua vez, devem ser fortemente censuradas, quer sejam empregadas em referência à sociedade capitalista, à sociedade socialista de Estado ou a ambas. Se Daniel Bell é o mais persuasivo publicitário do capitalismo avançado, Herbert

Marcuse é o autor de suas melhores acrobacias publicitárias! A teoria tecnocrática e a idéia do que Roszak chama de “contracultura” são as duas faces da tese atualizada do “fim da ideologia”.

7. Neste livro, proponho uma perspectiva um tanto herética, não talvez do capitalismo como tal — *i.e.*, como um princípio de organização econômica — mas da *sociedade capitalista*. Marx seguiu a economia política ortodoxa ao identificar o auge da sociedade capitalista com a economia capitalista do início do século XIX na Inglaterra. Acredito que isso seja, na melhor das hipóteses, enganoso e, na pior, falso. Mas virtualmente todos aceitaram tal perspectiva que encerra a implicação lógica de que qualquer movimento em direção à “intervenção” do Estado na vida econômica e, como sugeriram muitos autores não-marxistas, a aceitação da legitimidade da barganha coletiva na indústria e a libertação da classe operária representam algum tipo de superação parcial da sociedade capitalista. O que ocorre é o inverso; a sociedade capitalista só se torna completamente desenvolvida quando ocorrem esses processos — embora a questão do papel do Estado seja complicada porque, como assinalou Polanyi, o “mercado livre” era uma espécie de ficção mesmo na Inglaterra do século XIX, e mais ainda em outros países onde o Estado desempenhava um papel conscientemente ativo no desenvolvimento do capitalismo industrial.

8. Não é conveniente encarar o socialismo de Estado como a superação da sociedade capitalista, não obstante seja distintivamente diferente dessa última, como forma de “sociedade industrial”. O contraste entre a sociedade socialista de Estado e a sociedade capitalista é a manifestação viva daquilo a que me referirei como o “paradoxo do socialismo”; um dilema que resulta de dois elementos constituintes da teoria socialista, um choque entre o princípio de regulação da produção segundo as necessidades humanas e o princípio da eliminação ou redução da dominação exploradora do homem sobre o homem. Esta é, se assim se deseja, uma expressão moderna do dilema clássico de liberdade *versus* igualdade, mas manifesto de maneira muito específica.

I

A TEORIA DE CLASSES DE MARX

É mais adequado que se considere Saint-Simon, e não Comte, como o pai da Sociologia, apesar deste último autor ter dado nome à nova disciplina. As idéias de Saint-Simon têm uma dupla linha de filiação: levam, por um lado, ao positivismo de Comte e, daí, através de Durkheim, às modernas teorias da “sociedade industrial”; por outro, à análise e crítica do “capitalismo” como foram formuladas por Marx e por gerações subsequentes de marxistas.¹ Saint-Simon não era um pensador sistemático. Seus escritos são caóticos e quase sempre contraditórios. Mas ele realmente sintetizou os elementos de uma coerente teoria de classes sociais, situada dentro do quadro de referência de uma interpretação do desenvolvimento da Europa desde a época clássica até o industrialismo moderno. A sociedade, de acordo com Saint-Simon, passa por fases de crescimento, maturidade e declínio; cada tipo sucessivo de sociedade contém “o germe de sua própria destruição”, gerado por seu próprio desenvolvimento interno. A idade contemporânea, acreditava ele, é uma época em que o conflito de classes é predominante porque é uma época de transição: o feudalismo decadente ainda não está completamente destruído, e a nova sociedade industrial emergente só está parcialmente formada. Saint-Simon identificou a origem material da nova sociedade no desenvolvimento de comunas urbanas livres por volta do fim do período feudal; estas estabeleceram uma coletividade de cidadãos independentes da aristocracia feudal. Essa burguesia urbana formou o núcleo da nova classe de *industriels* que derivavam suas pretensões de poder da posse de propriedade móvel criada na manufatura.

O uso que Saint-Simon faz de *industriel*, como o seu emprego da noção de “classe” em geral, estava longe de ser inteiramente consis-

1. Ver Georges Gurvitch, “La Sociologie du Jeune Marx”, *La Vocation Actuelle de la Sociologie* (Paris, 1950), para uma defesa enérgica do significado das idéias de Saint-Simon na evolução do pensamento de Marx.

tente. Em algumas ocasiões, ele falava dos industriais como sendo um subagrupamento preciso da sociedade, uma classe distinta dos *prolétaires*. Mais caracteristicamente, entretanto, tratava os *industriels* como a totalidade das pessoas envolvidas na produção industrial, contrastando-os com os elementos “parasitas” ainda existentes entre os remanescentes da ordem feudal. A classe de *industriels*, assim, compreende todo indivíduo “que trabalha para produzir ou para colocar à disposição dos vários membros da sociedade um ou muitos meios de satisfazer as suas necessidades ou as suas predileções físicas...”² É neste sentido que Saint-Simon fala da classe industrialista como conseqüentemente destinada a tornar-se a “classe absoluta” na sociedade. Na sociedade industrial, a dominação coercitiva da minoria sobre a maioria, que caracterizou formas societárias anteriores, será substituída por uma ordem livremente aceita por todos os seus membros. O advento da sociedade industrial transfere da subjugação do homem para a subjugação da natureza o impulso humano para o poder. Portanto a sociedade de “uma classe” é a sociedade “sem classes” — embora não seja igualitária em termos de distribuição diferencial de remuneração. Na sociedade industrial, a “administração” de coisas irá substituir o “governo” de homens: o Estado, como um instrumento de dominação de classe, vai desaparecer.

É óbvio que muitos dos principais elementos das concepções de classes e conflito de classes de Marx se encontram em Saint-Simon. Mas, se aquele deveu muito a este, também contou bastante com outras tradições teóricas — incluindo sobretudo, é claro, a filosofia alemã clássica e a economia política ortodoxa de Smith e Ricardo — e o postulado geral que formulou é uma síntese bem mais contundente do que aquela desenvolvida por seu predecessor. Nenhuma grande idéia no pensamento social é produto de uma única mente; a rigor, o grande pensador dá expressão concreta a concepções que estão sendo formadas no clima intelectual de sua época. Na maioria das obras de Marx, assim como nas de Saint-Simon, o conceito de classe é usado livremente sem que seja fornecida uma definição formal. Só perto do fim de sua vida é que Marx sentiu ser necessário oferecer uma discussão formal dos atributos de classe, e o famoso fragmento sobre “as classes”, que aparece no final do terceiro volume de *O Capital*, interrompe-se precisamente no ponto em que ele parecia estar prestes a oferecer uma declaração concisa sobre a natureza do conceito. É evidente que essa é uma das razões que ajudaram a complicar

2. Saint-Simon, *La Physiologie Sociale* (Ed. Gurvitch, Paris, 1965), p. 141.

ainda mais os pontos já difíceis existentes no debate sobre a “interpretação” dos seus trabalhos a este respeito: as características formais do conceito de classe de Marx devem ser inferidas a partir da variedade de escritos nos quais ele analisou relações de classes em contextos específicos.

A teoria de classes de Marx, junto com a de Saint-Simon, foi elaborada como parte de uma tentativa de explicar a natureza das mudanças que transformaram radicalmente as tradicionais estruturas sociais da Europa. Mas o que era para Saint-Simon (assim como para Durkheim) um período temporário de “crise” na transição entre o feudalismo e a sociedade industrial, tornou-se, nos livros de Marx, o principal elemento de um movimento *tripartite* de feudalismo-capitalismo-socialismo. Certamente, o capitalismo para Marx é, num sentido importante, um “estágio” transitório que ocupa o período intermediário entre o feudalismo e a sociedade sem classes, mais estável, do futuro. Mas não é apenas uma fase de “desordem” concomitante ao penoso processo de substituição do feudalismo pelo industrialismo; é uma forma genuinamente nova de sociedade, com sua estrutura característica e sua própria dinâmica interna. Marx não era um crítico do “industrialismo”, mas do “industrialismo-capitalismo”. O capitalismo tem que ser encarado e analisado em seus próprios termos; o conflito de classes não é, como o era para os positivistas franceses, uma indicação do “ajustamento defeituoso de funções” na emergência da sociedade industrial, mas expressa o caráter intrínseco do capitalismo. A diferença aqui é fundamental porque, à primeira vista, o conflito de classes é um fenômeno que irá desaparecer totalmente por sua própria conta desde que os últimos vestígios do feudalismo tenham desaparecido. Conseqüentemente, nas obras do mais sofisticado dos representantes desta corrente de pensamento, Durkheim, o estudo das classes só ocupa um lugar que se pode considerar pequeno. Marx concordava com os teóricos da “sociedade industrial” que o advento do industrialismo torna manifesta a enorme riqueza que pode ser gerada pela atividade produtiva humana: mas o caráter contraditório do capitalismo, que deriva, em última instância, de sua estrutura de classes, só permite uma realização limitada dos poderes criativos potenciais (tanto “materiais” quanto “culturais”) que a produção industrial torna possível.

Onde quer que a concepção de “sociedade industrial”, de uma maneira ou de outra, tenha ganho predominância em sociologia, a

preocupação com as classes tende a ocupar um segundo plano, como irrelevante à ordem imanente. Este já era o caso de Saint-Simon: o problema de “classe”, e sobretudo o “conflito de classes”, gira basicamente em torno da luta entre os elementos “não-produtivos” de um feudalismo agonizante e a “classe industrial” produtiva, a única classe da sociedade industrial. A nova sociedade será uma sociedade diferenciada, em termos da distribuição de recompensas materiais, mas as relações entre os vários grupamentos na divisão do trabalho serão essencialmente conciliáveis, uma vez que o acesso a posições ocupacionais será determinado não pelo privilégio social herdado, mas pelo talento e capacidade. Qualquer que seja a importância subsequente da concepção de “sociedade industrial” em sociologia — e ela é, logicamente, considerável — esta tradição do pensamento social deu poucas contribuições importantes à teoria de classes.³

1. PRINCÍPIOS DO MODELO DE MARX

De acordo com a teoria de Marx, a sociedade de classes é o produto de uma seqüência determinada de mudanças históricas. As formas mais primitivas de sociedade humana não são os sistemas de classes. Em sociedades “tribais” — ou, nos termos de Engels, no “comunismo primitivo” — há apenas uma fraca divisão do trabalho e a propriedade existente é possuída em comum pelos membros da comunidade. A expansão da divisão do trabalho mais o aumento do nível de riqueza por ela gerado são acompanhados pelo crescimento da propriedade privada; isso envolve a criação de um produto excedente apropriado pela minoria de não-produtores que, conseqüentemente, se colocam numa relação de exploração frente à maioria dos produtores. Expressa na terminologia dos primeiros escritos de Marx, a alienação da natureza — que caracteriza a situação do homem primitivo — dá lugar a um crescente domínio sobre o mundo material por meio do qual o homem não só “se humaniza” como também desenvolve a sua cultura; mas a crescente dissolução da alienação do homem e a natureza só é alcançada pela formação de relações de exploração de classes — à custa de um aumento da auto-alienação humana.

3. Esta é, obviamente, uma afirmação radical; casos excepcionais prontamente vêm à memória — tal como Maurice Halbwachs, *The Psychology of Social Class* (Londres, 1958).

Nem sempre Marx era cuidadoso ao enfatizar as diferenças entre o capitalismo e as formas anteriores de sistemas de classes que o precederam na história. Embora ocorra que toda a história (escrita) “é a história das lutas de classes”,⁴ isso não significa absolutamente que o que constitui uma “classe” seja idêntico em cada tipo de sociedade de classes (embora, é claro, toda classe compartilhe de certas propriedades formais que a definem como tal), ou que o processo de desenvolvimento do conflito de classes tome, em todos os lugares, o mesmo caminho. A esse respeito, a censura que Marx faz a seus seguidores que assumiram esse último ponto é muito instrutiva. Vários dos fatores que caracterizam as origens do modo de produção capitalista na Europa Ocidental no período pós-medieval existiram anteriormente na Roma antiga, inclusive a formação de uma classe manufatureira/comerciante e o desenvolvimento de mercados monetários. Mas, devido a outros elementos na composição da sociedade romana, incluindo, sobretudo, a existência da escravidão, as lutas de classes em Roma tomaram uma forma que resultou não na geração de “uma forma nova e mais alta de sociedade”, mas na desintegração da estrutura social.⁵

→ As formas e os resultados diversos do conflito de classes na história explicam as diferentes possibilidades geradas pela substituição de um tipo de sociedade por outro. Quando o capitalismo substitui o feudalismo, isso ocorre porque um novo sistema de classes, baseado na manufatura e centrado nas cidades, criou uma espécie de enclave dentro da sociedade feudal que veio por fim predominar sobre a estrutura agrária de dominação feudal. O resultado, entretanto, é um novo sistema de dominação de classes, porque essa seqüência de mudança revolucionária está baseada na substituição parcial de um tipo de propriedade dos meios de produção (terra) por outro (capital) — processo que, é claro, impõe grandes mudanças na técnica.⁶ Embora o capitalismo, como o feudalismo, carregue dentro de si “o germe de sua própria destruição” e essa tendência autonegadora também se expresse sob a forma de lutas de classes manifestas, o seu caráter sub-

4. Marx e Engels, “Manifesto of the Communist Party”, *Selected Works* (Londres, 1968), p. 35.

5. O *Capital*, vol. 3 (Moscou, 1959), pp. 582 e segs.

6. Usarei o termo “técnica” preferentemente a “tecnologia”, já que o primeiro tem um sentido mais amplo; mas preservarei o adjetivo “tecnológico”, já que “técnico” tem um sentido estabelecido e divergente.

jacente é bastante diverso daqueles relativos ao declínio do feudalismo. O conflito de classes no capitalismo não representa a luta de duas formas de técnica em competição, mas deriva, ao contrário, da incompatibilidade de uma técnica produtiva existente (manufatura industrial) com outros aspectos do "modo de produção", ou seja, a organização do mercado capitalista. O acesso de uma nova classe ao poder não envolve a ascendência de uma nova forma de propriedade privada, mas, em vez disso, cria as condições sob as quais a propriedade privada é abolida. O proletariado, aqui, é equivalente aos *industriels* de Saint-Simon, porque se torna a "única classe" da sociedade; sua hegemonia assinala o desaparecimento de todas as classes.

O problema do uso que Marx faz do termo "classe" é complicado, já que ele não dá uma definição formal do conceito. Ao se abordar esse assunto, convém fazer uma distinção entre três grupos de fatores que complicam a discussão do conceito de classe de Marx — fatores que não foram satisfatoriamente separados na já antiga controvérsia sobre esse ponto. O primeiro deles refere-se simplesmente à questão de terminologia — a variabilidade no emprego que Marx faz da própria palavra "classe". O segundo diz respeito ao fato de que há duas construções conceptuais que podem ser discernidas nos escritos de Marx sobre a noção de classe: um modelo abstrato ou "puro" da dominação de classe, que se aplica a todos os tipos de sistema de classes e descrições mais concretas das características específicas de classes em sociedades particulares. O terceiro ponto refere-se à análise feita por Marx das classes no capitalismo, caso que ocupou fundamentalmente os seus interesses. Assim como há, em Marx, modelos "puros" de classes, há modelos "puros" e "concretos" da estrutura do capitalismo e do processo de desenvolvimento capitalista.⁷

A questão da terminologia é, obviamente, a menos significativa dos três conjuntos. A verdade é que a de Marx é descuidada. Enquanto ele usa normalmente o termo "classe" (*Klasse*), emprega também palavras como "stratum" e "estate" (*Stand*) como se estas fossem intercambiáveis. Mais do que isso, aplica o vocábulo "classe" a vários grupos que, em termos teóricos, são obviamente setores de "classes", para se falar corretamente. Assim fala dos intelectuais como as "classes ideológicas", do *Lumpenproletariat*, como a "classe perigosa", dos banqueiros e prestamistas como a "classe de parasitas",

7. cf., para uma análise detalhada nesta direção, Nicos Poulantzas, *Pouvoir Politique et Classes Sociales de l'État Capitaliste* (Paris, 1970).

e assim por diante.⁸ O que importa, entretanto, é até onde esse relaxamento terminológico esconde ambigüidades ou confusões conceituais.

Os principais elementos do "modelo abstrato" de dominação de classe de Marx não são realmente difíceis de serem reconstruídos a partir da generalidade de seus escritos. Este modelo é dicotômico. Em cada tipo de sociedade de classes há duas classes fundamentais. As relações de propriedade constituem o eixo desse sistema dicotômico: uma minoria de "não-produtores" que controla os meios de produção pode utilizar essa posição de controle para extrair da maioria o produto excedente que é a sua fonte de existência. "Classe", assim, é definida em termos da relação de agrupamentos individuais com os meios de produção. Isso está relacionado, na íntegra, com a divisão do trabalho porque uma divisão do trabalho relativamente desenvolvida é necessária para a criação do produto excedente sem o qual as classes não poderiam existir. Mas, como Marx deixa claro em sua discussão inacabada no fim do terceiro volume de *O Capital*, a "classe" não deve ser identificada com fonte de renda na divisão do trabalho: isso produziria uma pluralidade de classes quase interminável. Mais do que isso, as classes nunca são, no sentido de Marx, grupos de renda. Modos de consumo, de acordo com ele, são fundamentalmente determinados por relações de produção. Daí a sua crítica às formas de socialismo dirigidas para assegurar alguma espécie de "justiça distributiva" na sociedade — que procura, por exemplo, a igualação de rendas: tais modalidades de socialismo estão baseadas em falsas premissas, porque negligenciam o fato essencial de que a distribuição é, em última instância, governada pelo sistema de produção. Por isso é possível que dois indivíduos tenham rendas idênticas e, ainda assim, pertençam a classes diferentes: tal pode acontecer, por exemplo, com dois pedreiros, um dos quais tem o seu próprio negócio, enquanto o outro é empregado de uma grande firma.

Um axioma do modelo abstrato de classes de Marx é que a dominação econômica está amarrada à dominação política. O controle dos meios de produção produz o controle político. Aqui, a divisão dicotômica de classes é uma divisão tanto de propriedade quanto

8. Ver *O Capital*, vol. 1 (Moscou, 1958), p. 446; "Manifesto of the Communist Party", *Selected Works*, p. 44; *O Capital*, vol. 3, p. 532.

de poder: traçar as linhas da exploração econômica numa sociedade é descobrir a chave para a compreensão das relações de super e subordinação que se aplicam dentro daquela sociedade. Assim, as classes expressam uma relação não só entre “exploradores e explorados”, mas também entre “opressores e oprimidos”. As relações de classe são necessariamente instáveis em essência, mas uma classe dominante procura estabilizar a sua posição pela promoção de uma ideologia (normalmente, é claro, isso não ocorre de forma consciente) legitimadora que “racionaliza” a sua posição de dominação política e econômica e “explica” à classe subordinada por que ela deve aceitar tal subordinação. Essa é a conotação da afirmativa muito citada de que:

As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias que predominam; i.e., a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *intelectual* dominante. A classe que tem os meios de produção material a sua disposição controla, ao mesmo tempo, os meios de produção mental de tal forma que, desse modo, falando em geral, as idéias dos que não têm os meios de produção mental estão sujeitas a ela.⁹

No modelo abstrato, as classes são concebidas como se baseadas em relações de mútua *dependência* e *conflito*. “Dependência”, aqui, significa mais do que a dependência material absoluta (ou pura) pressuposta pela divisão do trabalho entre as classes. Na concepção de Marx, as classes no sistema dicotômico estão colocadas numa tal situação de reciprocidade que nenhuma classe pode livrar-se da relação sem, com isso, perder a sua identidade como “classe” distinta. É esse teorema, fortemente influenciado pela dialética hegeliana, que vincula a teoria de classes à transformação de tipos de sociedade. As classes, conforme Marx, expressam a identidade fundamental da sociedade: quando uma classe é bem sucedida, por exemplo, em se elevar da posição de subordinação à de dominação, isso conseqüentemente conduz a uma reorganização completa da estrutura social. No sistema dicotômico, as classes não são, é claro, dependentes uma da outra no sentido de serem grupos que colaboram num nível de igualdade; a sua reciprocidade é assimétrica, uma vez que repousa sobre a extração de valor excedente de uma classe por outra. Enquanto cada classe “necessita” da outra — dada a existência contínua da sociedade em forma não-modificada — seus interesses são, ao mesmo tempo, mutuamente excludentes, e formam a base para a eclosão potencial de

9. Marx e Engels, *The German Ideology* (Londres, 1965), p. 61.

lutas abertas. O “conflito” de classes refere-se, em primeiro lugar, à oposição de interesses pressupostos pela relação de exploração essencial à relação dicotômica de classes: classes são, assim, “grupos de conflito”. Esse é, entretanto, um ponto no qual a terminologia de Marx é mais uma vez variável. Enquanto, em seu uso normal, uma “classe” representa qualquer agrupamento que compartilhe a mesma relação com os meios de produção, sem considerar se as pessoas envolvidas estão conscientes de, e atuam sobre, seus interesses comuns, Marx às vezes indica que tal agrupamento só pode ser corretamente chamado de “classe” quando os interesses compartilhados geram de fato consciência e ação. Mas realmente não há aqui qualquer ambigüidade conceptual. Pelo contrário, por essa ênfase verbal, Marx procura acentuar o fato de que a classe só se torna agência social importante quando assume um caráter diretamente político, quando é um foco para a ação comunal. Somente sob certas circunstâncias uma classe “em si” torna-se uma classe “para si”.

A maioria dos elementos problemáticos na teoria de classes de Marx deriva da aplicação desse modelo abstrato e formas históricas, específicas, de sociedade — ou seja, giram em torno da natureza das conexões entre os modelos “abstratos” e “concretos” de classe. A primeira questão a considerar sobre isso é a relação entre o sistema dicotômico de classes, pressuposto pelo modelo abstrato, e a pluralidade de classes que, como Marx admite, há em todas as formas históricas de sociedade (de classes). Embora Marx não forneça, em nenhum lugar, uma discussão explícita desta questão, não há aqui nenhuma fonte séria de dificuldades. Cada tipo histórico de sociedade (sociedade antiga, feudalismo e capitalismo) está estruturado em torno de uma divisão dicotômica no que se refere a relações de propriedade (representadas mais simplesmente em cada caso como uma divisão entre patricio e plebeu, senhor e vassalo, capitalista e trabalhador assalariado). Mas embora essa divisão dicotômica seja o “eixo” principal da estrutura social essa simples relação de classe é complexificada pela existência de três outros tipos de agrupamento, dois dos quais são “classes” no sentido direto enquanto o terceiro é um caso marginal a este respeito. Estes são: (1) “Classes de transição” que estão em processo de formação dentro de uma sociedade baseada num sistema de classes que se está tornando “obsoleto”: este é o caso que ocorre com a ascensão da burguesia e do proletariado urbano “livre” dentro do feudalismo. (2) “Classes de transição” que, ao contrá-

JUBDIVISÕES DO CONCEITO ABSTRATO

rio, representam elementos de um conjunto substituído de relações de produção e que permanecem dentro de uma nova forma de sociedade — como se vê nas sociedades capitalistas da Europa do século XIX, onde as “classes feudais” permaneciam com uma significação definida dentro da estrutura social. Cada um dos dois primeiros exemplos resulta da aplicação de dois esquemas dicotômicos a uma única forma de sociedade histórica. Eles representam, por assim dizer, o fato de que a mudança social radical não se realiza de um dia para o outro, mas constitui um processo extenso de desenvolvimento, de tal modo que há uma sólida superposição entre tipos de sistemas dicotômicos de classes. (3) A terceira categoria inclui dois exemplos históricos principais: os escravos do mundo antigo e o campesinato independente do período medieval e pós-medieval. Estes são “agrupamentos quase-classe”, no sentido de que — pode-se dizer — compartilham alguns interesses econômicos comuns, mas cada um deles, por diferentes razões, permanece à margem do conjunto dominante de relações de classes dentro de sociedades das quais são parte. A essas três categorias podemos acrescentar um quarto “fator de complexificação” do sistema dicotômico abstrato. (4) Setores ou subdivisões de classes. Classes não são entidades homogêneas no que diz respeito às relações sociais a que dão origem: Marx reconhece vários tipos de diferenciação dentro das classes.

Deve-se notar que nenhuma dessas categorias envolve um sacrifício da concepção abstrata do sistema de classes dicotômico, mas elas tornam possível o reconhecimento da existência de “classes médias”, que, de alguma forma, intervêm entre a classe dominante e a classe subordinada. As “classes médias” constituem um tipo transicional, ou são segmentos de classes mais amplas. Por conseguinte, a burguesia é uma “classe média” no feudalismo, anteriormente à sua ascensão ao poder, enquanto que a pequena burguesia, os pequenos proprietários, cujos interesses são em parte divergentes dos interesses do capital em grande escala, forma aquilo a que Marx explicitamente se referiu, algumas vezes, como a “classe média” no capitalismo. Se a terminologia está, mais uma vez, algo confusa, as idéias subjacentes estão bastante claras.

A posição é menos clara no que concerne a outro problema importante ligado à relação entre os modelos “abstrato” e “concreto” de classe: a da significação do desenvolvimento de mercados para a análise de relações de classes. Embora a manufatura para a troca no mercado e a formação de uma economia monetária sejam fenômenos

que ocorreram na Roma antiga, elas são de grande significado para a transformação do feudalismo na história européia posterior. Não pode haver dúvida de que esses fenômenos, juntamente com a expansão na divisão do trabalho a que dão origem, servem para criar importantes diferenças entre o caráter assumido pelas relações de classes no capitalismo e no feudalismo. Os traços principais que servem para diferenciar classes nessas duas formas de sociedade podem ser reconstruídos a partir de vários escritos de Marx, mas ele próprio não parece ter explorado completamente as implicações de suas opiniões sobre esse ponto — fato que deve, em grande medida, ser atribuído à sua relativa falta de interesse pela substituição do feudalismo pelo capitalismo, se comparado à transcendência prevista do capitalismo pelo socialismo. As discrepâncias ideológicas nesse ponto indicam, provavelmente, uma ambigüidade conceptual. Assim, enquanto, na maioria das ocasiões, Marx fala de “classes feudais”, em outros momentos ele expressa a opinião de que “a emergência de classe é, ela própria, um produto da burguesia”;¹⁰ e escreve, por exemplo, falando do declínio do feudalismo, “Die Bourgeoisie ist schon, weil sie eine Klasse, nicht mehr sin *Stand* ist, dazu gezwungen, sich national, nicht mehr lokal zu organisieren und ihrem Durchschnittsinteresse eine allgemeine Form zu geben”.¹¹ (“Pelo simples fato de ser uma classe e não mais um estamento, a burguesia é forçada a se organizar localmente, e não mais racionalmente, e a dar uma forma geral a sua média de interesses.”) No último ponto, Marx contrasta “classe” com “estamento”, afirmando que a “classe” só surge com a formação de mercados e com a emergência de uma economia nacional. Qual destas é a sua verdadeira linha do pensamento?

Ambas, é a resposta. Em outras palavras, ainda que o feudalismo esteja baseado num sistema de classes, que se adapta ao “modelo abstrato” de classes, há, entretanto, grandes contrastes entre as classes feudais e capitalistas examinadas num nível concreto. O feudalismo, como o capitalismo, está construído sobre uma relação dicotômica de classes, centrando-se, nessa instância, sobre a propriedade de terras. Mas esta estrutura de classes também difere, em aspectos básicos, da criada pelo advento do mercado capitalista. A estrutura de classes do feudalismo é mediada por laços personalizados de

10. *ibid.*, p. 95.

11. Marx e Engels, *Werke*, vol. 3 (Berlim, 1962), p. 62 (de *The German Ideology*).

fidelidade legalmente sancionados na diferenciação entre os estamentos. Estas não são relações puramente “econômicas”; na estrutura do estamento, os fatores econômicos e políticos estão fundidos. Esse sistema é baseado sobretudo na comunidade local de pequena escala: a produção é ajustada, principalmente, para as necessidades da comunidade. A difusão do capitalismo, entretanto, destrói inexoravelmente tanto os laços e a fidelidade feudais quanto o caráter relativamente “autocontido” da comunidade local. O capitalismo estimula o crescimento dos mercados nacional e internacional: na divisão do trabalho capitalista, o caráter independente dos pólos locais torna-se frágil e a sociedade consolida-se num sistema único de produtores independentes. Isso leva a uma separação do “econômico” e do “político”: as relações de classes, governadas pelos laços contratuais introduzidos pelo capital e pelo trabalho assalariado no mercado aberto, convertem-se, portanto, em relações puramente “econômicas” num sentido muito estrito. O mesmo processo dá origem à estrutura diferenciada do estado capitalista: “através da emancipação da propriedade privada da comunidade, o estado transformou-se em uma entidade separada, exterior e afastada da sociedade civil; mas isso não é mais do que a forma de organização que a burguesia necessariamente adota, tanto para fins internos quanto externos, para a garantia mútua de sua propriedade e seus interesses”.¹²

Para que se possam explorar melhor as características das classes no capitalismo, é necessário examinar em detalhe a teoria do desenvolvimento capitalista de Marx.

2. O CAPITALISMO E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

O modelo abstrato ou “puro” do capitalismo, de Marx, é estabelecido principalmente no primeiro volume de *O Capital*. Nesse livro, ele compara o seu procedimento com o de um físico que observa os fenômenos que deseja analisar “em sua forma mais típica e mais livre de influências perturbadoras”. Conseqüentemente, toma o caso da Inglaterra como seu ponto de referência primário, porque esse país é o “terreno clássico” do capitalismo.¹³ Mas, embora o desen-

12. *ibid.*, p. 79.

13. “Prefácio à 1ª edição alemã de *O Capital*”, *Selected Works*, p. 231.

volvimento inglês forneça a base para a sua análise, ele tenta usá-lo para estabelecer um tratamento abstrato dos princípios genéricos do modo de produção capitalista, “negligenciando” todos os fatores históricos específicos que “escondem o movimento” do “mecanismo interno” do capitalismo.

O modelo abstrato do capitalismo que Marx constrói parte de um problema muito difícil da teoria econômica — e que lhe pareceu estar completamente oculto pela teoria da economia política ortodoxa — ou seja, a origem da mais-valia. Uma vez que a essência do capitalismo está expressa na relação de classes entre o capital e o trabalho assalariado, por meio da qual a classe operária deve vender a sua força de trabalho ao primeiro grupo em troca dos meios de subsistência, pode-se concluir, através das suposições do modelo abstrato de classes de Marx, que esta relação repousa sobre a apropriação da mais-valia pela classe capitalista. Em formas anteriores de sistemas de classes, a motivação exploradora das relações de classes é facilmente perceptível: uma quantidade definida do produto é entregue, por exemplo, pelo vassalo ao seu senhor. Mas o capitalismo, como a economia política ortodoxa enfatiza, “libertou” os homens da sujeição a tais trocas injustas. No mercado capitalista, a derivação da mais-valia não é determinada pela extração direta do lucro do trabalho assalariado, tanto pela força quanto através da apropriação consuetudinária: o trabalho, como qualquer outro produto, é “comprado e vendido por seu valor” no mercado.

Ao solucionar esta “charada” da produção capitalista, Marx apresenta uma conexão nítida entre certas características essenciais da situação de classe do trabalhador assalariado e as demandas estruturais do mercado capitalista. O capitalismo pressupõe o que Marx chama de uma separação entre “o indivíduo pessoal e o indivíduo de classe”.¹⁴ A “libertação” dos homens das obrigações inerentes ao feudalismo criou um novo tipo de dependência de classe, no qual o caráter “econômico” do trabalhador é rompido ou alienado do que lhe é inerente como um ser humano integral. No capitalismo, o trabalho é tratado no mesmo nível que qualquer outro produto, como algo a ser comprado e vendido no mercado. Mas aquilo que o trabalhador vende, na verdade, é a sua *força* de trabalho, uma capacidade econômica, que pode ser quantificada e avaliada em termos de um pa-

14. *German Ideology*, p. 95.

drão monetário, ao lado dos produtos materiais de seu trabalho. A mais-valia é explicada em referência ao fato de que como a força de trabalho do trabalhador é um produto, o seu “custo de produção” pode ser calculado do mesmo modo que o de qualquer outro produto, e é composta pelo custo de suprir o trabalhador com uma retribuição suficiente para “produzir e se reproduzir”: a diferença entre isso e o valor total criado pelo trabalhador é a origem da mais-valia.

A criação de trabalho como um “valor de troca puro” é, assim, essencial para o funcionamento do capitalismo. Isso pressupõe, em troca, a separação entre o homem “econômico” e o homem “político”. O capitalismo baseia-se na “reciprocidade negativa” entre a economia e comunidade política: a dominação da burguesia é assegurada por *liberdades políticas* que: (1) libertam o mercado da influência ou do controle político através do estabelecimento de uma oposição entre o interesse egoísta (a busca de lucro) na esfera econômica e a “participação universal” oferecida na esfera da política; (2) permite, portanto, que os homens disponham de si próprios no mercado como agentes “livres” (em contraste com a situação do feudalismo, onde eles estão ligados a obrigações que transpassam as considerações de mercado). O Estado capitalista é, assim, não só uma agência que coordena e reforça os contratos dos quais o capitalismo depende: a própria existência do estado e da política (no sentido de Marx) está implícita nas condições mais internas da produção capitalista.

Assim, a relação entre o capital e o trabalho assalariado, conforme exposta acima, envolve a criação de um mercado, competitivo e livre, de capital e trabalho. Em *O Capital*, Marx impõe-se a tarefa de estabelecer as “leis” que levam esse sistema a modificar-se de dentro para fora e, conseqüentemente, a preparar as condições da sua superação pelo socialismo. Há, no modelo abstrato, dois processos de particular importância: (1) a socialização incipiente das forças de mercado, mostrada sobretudo pelo crescimento das sociedades anônimas — “capitalismo sem o capitalista”, e (2) a polarização das classes, capital e trabalho assalariado. Esses processos estão relacionados e não ocorrem separadamente, já que ambos são criados pela “lógica interna” do padrão de desenvolvimento do sistema capitalista. A significação do primeiro, é claro, é fundamental, porque implica uma transformação dos próprios princípios sobre os quais está baseado o capitalismo. Este se fundamenta, sobretudo, na busca individualista de lucro no mercado livre, meio através do qual a produção se liga

ao investimento de capital. O mercado capitalista é “anárquico” no sentido de que não há nenhuma organização social mediadora entre a produção e o consumo. Na comunidade feudal — como em qualquer economia tradicional — a produção é ajustada às necessidades conhecidas da localidade. Mas esse vínculo é quebrado com a chegada de um sistema bem mais amplo e complexo de troca de mercadorias, que constitui o mercado capitalista. De acordo com Marx, é a desarticulação entre a produção e o consumo que fornece o *background* para a ocorrência de crises, que são endêmicas no capitalismo. No capitalismo, pela primeira vez na história humana, um volume considerável de superprodução é possível — “superprodução” não necessariamente em termos de necessidades reais, mas em termos da capacidade dos consumidores para comprar os bens em questão.

A ocorrência de crises e as falências em negócios provocadas por elas fornecem um ímpeto maior para a concentração e a centralização de capital, expresso, por um lado, no crescimento de grandes firmas às expensas de negócios menores e, por outro, na emergência de bancos estatais, estabelecimentos de financiamento etc. A sociedade anônima é importante porque proporciona uma demonstração aberta do fato de que a indústria moderna pode funcionar sem a intervenção direta da propriedade privada. A sociedade anônima, então, como “o desenvolvimento final da produção capitalista”, acarreta “a abolição do modo capitalista de produção dentro do próprio modo capitalista de produção”.¹⁵ Isso não é “socialismo” porque a sociedade anônima ainda funciona dentro do quadro de referência global do mercado capitalista; entretanto, ela representa a emergência de um conjunto de relações de produção bastante distintas das que caracterizam a estrutura original do capitalismo.

Como resultado de seu próprio funcionamento, portanto, o capitalismo transforma-se “de dentro para fora”. Ele é assim equilibrado para mover-se em direção a um novo tipo de ordem econômica e social, mas isso só pode ser feito pela ação revolucionária da classe trabalhadora. No modelo abstrato do capitalismo, o desenvolvimento do potencial revolucionário da classe trabalhadora está relacionado a três aspectos de polarização de classes: a) o desaparecimento dessas classes e segmentos de classes que “complicam” o sistema dicotômico principal (capital e trabalho assalariado) de classes; b) eli-

15. *O Capital* vol. 3, p. 429.

minação progressiva de setores diversificados dentro da própria classe trabalhadora; c) a disparidade crescente entre a riqueza material do capital e o trabalho assalariado (*Verelendung*: em geral expresso pelo termo, adequadamente feio, de “emiseriação”). O primeiro desses aspectos, num certo sentido, já está suposto pelo modelo abstrato, ao menos no que se refere às “classes de transição” que permanecem como um resíduo do feudalismo. Estas são destruídas pelo amadurecimento do capitalismo que engolfa vorazmente todos os postos avançados remanescentes da forma tradicional de sociedade. Mas o avanço do capitalismo também leva à eliminação da “subclasse” da pequena burguesia, que “mergulha dentro do proletariado”. Marx supõe que a homogeneidade interna crescente da classe trabalhadora deriva, antes de tudo, da tendência à mecanização, estimulada pelo constante movimento da mudança tecnológica gerado pelo capitalismo. O fenômeno principal aqui é o desaparecimento do trabalho especializado; a tarefa do trabalhador especializado é assumida pela máquina, e todo o trabalho fica reduzido a operações individuais repetitivas.

As opiniões de Marx sobre o terceiro desses grupos de fatores, — a chamada “tese da emiseriação” — são notoriamente difíceis de avaliar. Acreditava ele que o capitalismo tende a causar uma deterioração absoluta nos padrões de vida material do trabalho assalariado? Ou sustentava que o capitalismo cria uma disparidade *relativa* entre os benefícios decorrentes do trabalho e os decorrentes do capital? Afirmativas aparentemente contraditórias podem ser logo encontradas em Marx. Assim, em *O Capital*, ele fala abruptamente da “acumulação de riqueza gerada num pólo” da sociedade capitalista, se comparada à “acumulação de miséria” no outro “pólo”.¹⁶ Em “Trabalho Assalariado e Capital”, por outro lado, parece encarar esse contraste como uma questão relativa:

Uma casa pode ser grande ou pequena. Enquanto as casas em redor também são pequenas, ela satisfaz todas as necessidades sociais de habitação. Mas levante-se um palácio ao lado dessa casa e logo ela se transforma numa cabana. A pequena casa mostra agora que o seu proprietário tem muito pouca ou nenhuma demanda a fazer, e, embora possa subir bem alto no decorrer da civilização, se o palácio cresce numa extensão igual ou mesmo maior, o ocupante da casa relativamente pequena sentir-se-á mais e mais desconfortável, insatisfeito e limitado dentro de suas quatro paredes.¹⁷

16. *ibid.*, vol. I, p. 645.

17. “Wage Labour and Capital”, *Selected Works*, p. 84.

De fato, a confusão sobre estes pontos deriva menos dos próprios escritos de Marx do que dos de alguns de seus intérpretes subsequentes, que não distinguiram adequadamente entre o tratamento que ele dá ao “preço de trabalho” e a sua análise da “população excedente relativa” — o “exército de reserva” de trabalhadores cronicamente desempregados. Fica bem claro, a partir das pressuposições da teoria econômica geral do capitalismo de Marx que, embora possa haver flutuações nos ganhos de trabalho, esses ganhos nunca se podem desviar muito do padrão estabelecido pelo teorema de que o trabalho é comprado e vendido “conforme o seu valor”: os salários de trabalho não podem subir acima das condições que permitem a subsistência básica do trabalhador. A expansão do “exército de reserva” está ligada a isso, uma vez que essa parcela de trabalho não-empregado é uma fonte permanente que os empregadores podem utilizar para desvalorizar aumentos nos parâmetros do trabalho em épocas de prosperidade econômica. É o exército de reserva que representa o principal foco de absoluta pobreza e privação criado pelo capitalismo.

A distinção é importante porque, segundo Marx, não é o cronicamente desamparado que forma a fonte do ímpeto à ação revolucionária da classe trabalhadora. Pelo contrário, os elementos mais necessitados da sociedade tendem a ser reacionários em atitude e estão abertos à manipulação por interesses conservadores. A piora da posição relativa do corpo da classe trabalhadora, por outro lado, junto com os aspectos de “polarização” discutidos anteriormente, fornecem a combinação de circunstâncias que promovem o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado. Entretanto, outros fatores, eles próprios endêmicos no modo de produção capitalista, facilitam a criação da consciência de classe. Eles incluem a concentração da classe trabalhadora nas áreas urbanas e a criação de unidades produtivas de grande escala, que dão ao homem uma percepção imediata de sua posição comum¹⁸ — uma percepção que também é clarificada pelas súbitas privações experimentadas nas crises periódicas a que o capitalismo está sujeito. Mas a “consciência de classe” só é significativa

18. “A indústria moderna converteu a pequena oficina do senhor patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de trabalhadores, aglomeradas na fábrica, são organizadas como soldados ... Quanto mais abertamente esse despotismo proclama que o lucro é o seu fim e objetivo, menor, mais odioso e amargo é ele”. “Manifesto of the Communist Party”, *Selected Works*, p. 41.

quando toma uma forma organizada e, mais especificamente, política. O próprio caráter da democracia burguesa, com a sua esfera do "político" nitidamente delineada, possibilita formas de união e organização de partidos que podem fomentar as reivindicações revolucionárias da classe trabalhadora.

É um erro tratar os princípios estabelecidos no modelo abstrato do desenvolvimento capitalista de Marx, como ocorre tão comumente, como "profecias" sobre o futuro próximo das sociedades capitalistas históricas. As "leis" de que Marx fala como "operando com precisão de ferro em direção a resultados inevitáveis" representam propriedades que indicam tendências construídas no interior do funcionamento mais profundo do modo de produção capitalista; mas essas "leis" são, em suas palavras, "como todas as outras leis, alteradas em (seu) funcionamento por várias circunstâncias".¹⁹ Em outras palavras, uma compreensão teórica das propriedades estruturais do mercado capitalista deve ser complementada por estudos históricos das características específicas de sociedades particulares. Isso inclui a Grã-Bretanha, sobre a qual se baseia o modelo abstrato; mas muitos dos escritos mais históricos de Marx referem-se aos casos da Alemanha e da França.

A fonte inicial das opiniões de Marx, é claro, deve ser traçada a partir de sua afirmativa inicial do "retardamento" do desenvolvimento social alemão. A Alemanha experimentou, num certo sentido, o que foi a primeira "revolução" dos tempos modernos — a Reforma — mas esta foi uma revolução confinada à esfera das idéias e, portanto, preparou o caminho para aquilo que Max viu como a tendência característica alemã a fim de deslocar, do espiritual, o domínio do material. As conquistas culturais da Alemanha, contrastando radicalmente com seu baixo nível de progresso político e econômico, testemunham esse ponto. Sob a influência dos Jovens Hegelianos, Marx procurou resolver essa contradição pela crítica racional, à moda de David Strauss e Bruno Bauer. Mas os acontecimentos que o forçaram ao exílio na Inglaterra também ajudaram a demonstrar a necessidade de estudar a "dinâmica interna" do capitalismo — e ela estava mais desenvolvida neste último país. Enquanto na Inglaterra, assim como na França, a burguesia já estava em ascendência, na Alemanha, no início do século XIX, "ela havia apenas iniciado a con-

19. *O Capital*, vol. 1, p. 644.

testação do absolutismo feudal". Portanto, a primeira tarefa, na Alemanha, era o favorecimento de uma sociedade burguesa, com o objetivo de afetar o deslocamento do "governo absoluto", com seu "séquito de párcos, professores, cavaleiros e funcionários".²⁰ Os contrastes entre essa situação e as condições concernentes à Inglaterra e França dão surgimento a formas bem diferentes de Estado capitalista. As várias discussões de Marx sobre essas condições, ao nível histórico, contêm duas noções parcialmente separadas sobre os tipos de circunstâncias que podem gerar a transformação revolucionária do capitalismo.

Uma delas aparece em suas obras com formas ligeiramente diversas, perto do início e do fim de sua carreira. É a tese de que a exposição de um país socialmente atrasado à influência da tecnologia industrial avançada pode criar uma conjunção explosiva de acontecimentos, produzindo um "estágio burguês" de sociedade muito transitório, que é, então, logo seguido por uma revolução socialista. Tal curso de acontecimentos foi exatamente o que Marx antecipou na Alemanha em 1848. Mas uma conjunção similar de circunstâncias potencialmente explosivas reapareceu, décadas depois, na Rússia, embora nesse caso Marx pareça ter pensado que, desde que uma revolução russa era o sinal para a ocorrência de revoluções socialistas em países industrialmente desenvolvidos da Europa Ocidental, seria possível, devido à existência contínua de propriedade comunal no *mir*, que a Rússia prosseguisse diretamente para uma revolução socialista bem sucedida sem a intervenção de um "estágio burguês". Embora isso possa ser verdade, tanto no caso da Alemanha quanto no da Rússia, não foram as contradições internas do capitalismo que geraram o ímpeto para a mudança revolucionária, mas sim as contradições criadas por um confronto relativamente súbito entre o "tradicional" e o "moderno". Dada a ocorrência do processo de mudança revolucionária no país mais "atrasado", isso estimula a difusão da revolução para as sociedades mais avançadas, cuja influência pode, então, tornar a reagir sobre a primeira.

A segunda versão de uma teoria de mudança revolucionária é a que se segue diretamente do modelo abstrato de desenvolvimento capitalista elaborado em *O Capital*. Aqui, por motivos já indicados previamente — ou seja, a concentração do proletariado em áreas urbanas, a criação de condições homogêneas de trabalho etc. — as cir-

20. "Manifesto of the Communist Party", pp. 56-7.

cunstâncias favorecedoras da revolução são estimuladas, não pelo choque entre o velho e o novo, mas pela maturação interna do próprio capitalismo.

Por que, então, foi a França, mais do que a Inglaterra, que ocupou a atenção de Marx durante a maior parte de sua carreira, como o *locus* provável da conflagração revolucionária? A resposta dada por Marx é clara, embora não de todo convincente à luz da análise abstrata contida em *O Capital*.

Na Inglaterra, indica Marx, o processo revolucionário que levou ao declínio da ordem feudal estava num ponto relativamente distante na história, e realizou a evolução do sistema político “de compromisso” dentro do qual a expansão do industrialismo acomodou-se. Em contraste, a França experimentou a revolução burguesa cataclísmica de 1789, e foi a fonte original da teoria política do socialismo. Na França, a ocorrência recente da revolução burguesa significou que a sociedade ainda estava dividida em diferentes fragmentos, de tal modo que o papel das classes “tradicionais” era muito importante. Em conseqüência, a posição da burguesia estava, desde o início, carregada de dificuldades peculiares, e o processo de expansão capitalista causou seus efeitos sobre um proletariado já sensibilizado para as possibilidades de uma política revolucionária. O caráter das relações de classes na França, pelo menos nos primeiros três quartos do século XIX, expressava-se como uma espécie de balança, na qual o poder executivo recaiu nas mãos de Luís Napoleão. Esses fatores, portanto, criaram um sistema sociopolítico de caráter frágil; como Engels escreveu em 1891, “graças ao desenvolvimento econômico e político da França desde 1789, Paris foi colocada, nos últimos 50 anos, em tal posição que nenhuma revolução poderá ocorrer lá sem assumir um caráter proletário...”²¹

A afirmativa de Engels não poderia ser revista com o objetivo de incluir os últimos 130 anos. Em capítulos subseqüentes retornarei à discussão do desenvolvimento da estrutura política e econômica da França; demonstrarei, entretanto, que a explicação da natureza e do curso daquele desenvolvimento, na medida em que deve começar dos fatores profundamente históricos para os quais Marx olhou, envolve um rompimento com algumas de suas idéias mais gerais ou fundamentais.

21. Introdução a *The Civil War in France, Selected Works*, p. 252.

II

A CRÍTICA WEBERIANA

Para encontrar os desenvolvimentos mais significativos da teoria de classes desde Marx, temos de olhar para aquelas formas de pensamento social cujos autores, enquanto eram diretamente influenciados pelas idéias de Marx, procuraram, ao mesmo tempo, criticá-las ou reformulá-las. Essa tendência foi mais forte, por uma combinação de motivos históricos e intelectuais, na sociologia alemã, onde foi feita uma série de tentativas para produzir uma crítica frutífera de Marx, começando por Max Weber e continuando com autores como Geiger, Renner e Dahrendorf.¹ A crítica weberiana de Marx, nesse ponto, foi de grande importância, mas, em especial no mundo de língua inglesa, a importância real da análise de Weber tem sido quase sempre deturpada. O procedimento costumeiro consiste em contrastar a discussão que Weber faz de “Classe, *Status* e Partido”, um fragmento de *Economia e Sociedade*, com a concepção de classe supostamente tomada por Marx, com demérito para a última. Marx, é o que se argumenta, tratou “classe” como um fenômeno puramente econômico e, mais do que isso, olhou os conflitos de classes como, de certa forma, o resultado “inevitável” de choques de interesses materiais. Não conseguiu perceber, de acordo com esse argumento, que as divisões de interesse econômico que criam classes não correspondem necessariamente a sentimentos de identidade comunal que constituem “*status*” diferenciais. Assim, *status*, que depende de avaliação subjetiva, é uma “dimensão da estratificação” separada da classe, e tanto uma quanto a outra podem variar independentemente. Há, ainda, uma terceira dimensão, prossegue o argumento, que Weber reconhecia como um fator variável independente na “estratificação”, mas que

1. Theodor Geiger, *Die Klassengesellschaft im Schmelztiegel* (Colônia, 1949); Karl Renner, *Wandlungen der Modernen Gesellschaft* (Viena, 1953); Dahrendorf, *Class and Class Conflict in Industrial Society*.

Marx tratou como diretamente dependente do interesse de classe: é o fator do "poder".²

A avaliação da validade dessa interpretação é difícil porque não há dúvidas de que o próprio Weber a aceitava — ou a alguns de seus elementos. O que em geral é retratado na literatura secundária como crítica das "concepções de classe de Marx" toma, na realidade, a forma afetada e empobrecida do marxismo grosseiro como seu alvo principal de ataque, mas esse tipo de marxismo determinista já era usual na Alemanha ao tempo de Weber e, desde que este se levantou para questionar esse determinismo, as linhas reais de similaridade e diferença entre a sua análise e a análise de classes de Marx são difíceis de desembaraçar.³ A forma mais adequada de abordar esse ponto é seguir um esquema de discussão semelhante ao empregado no capítulo anterior. Assim como em Marx, encontramos nos escritos de Weber o tratamento de "classes" e "desenvolvimento capitalista" como concepções abstratas; e estas podem ser, em parte, separadas de suas discussões especificamente históricas das características de sociedades européias particulares.⁴

1. CLASSE E GRUPOS DE "STATUS"

Nas duas versões de "Classe, Status e Partido" que foram englobadas em *Economy and Society*,⁵ Weber consegue o que está faltando em Marx: uma discussão explícita do conceito de classe. Há dois aspectos principais em relação aos quais esta análise difere do "modelo abstrato" de classes de Marx. O primeiro deles é aquele familiar em muitas considerações secundárias — a diferenciação entre "classe", "status" e "partido". O segundo, entretanto, como será discutido adiante, também é importante: embora Weber empregue, em relação a alguns objetivos, um modelo dicotômico que, em alguns as-

2. Para uma representação convincente desta perspectiva, ver W. G. Runciman, "Class, Status and Power", em J. A. Jackson, *Social Stratification* (Cambridge, 1968).

3. Ver meu *Capitalism and Modern Social Theory*, pp. 185 e segs.

4. Ignoro aqui as questões filosóficas e metodológicas envolvidas na crítica de Weber às "filosofias da história". Ver Max Weber, *The Methodology of the Social Sciences* (Glencoe, 1949), pp. 38 e segs.

5. *Economy and Society*, vol. 2 (Nova York, 1968), pp. 926-40, e vol. 1, pp. 802-7.

pectos gerais, se parece com o de Marx, os seus pontos de vista enfatizam fortemente uma *concepção pluralista de classes*. Assim, a distinção de Weber entre "classes proprietárias" (*Besitzklassen*) e "classes de aquisição" * (*Erwerbsklassen*) está baseada na fusão de dois critérios: "por um lado... o tipo de propriedade utilizável para renda; e, por outro lado... o tipo de serviços que podem ser oferecidos no mercado", produzindo, assim, uma tipologia complexa. Os tipos de propriedade que podem ser empregados para a obtenção de rendas de mercado, embora dividam-se geralmente em dois tipos — criando classes proprietárias (*rentier*) e de aquisição (empresariais) — são bastante variáveis e podem produzir inúmeros diferenciais de interesses dentro das classes dominantes:

Propriedade de habitações; oficinas; mercearias, armazéns; terra utilizável para agricultura em grandes ou pequenas propriedades — uma diferença quantitativa com conseqüências possivelmente qualitativas; propriedade de minas; gado; homens (escravos); disposição de instrumentos móveis de produção, ou bens de capital de todos os tipos, especialmente dinheiro ou objetos que possam ser trocados com facilidade por dinheiro; disposição sobre o produto do seu trabalho ou do trabalho de outros, diferindo conforme suas várias distâncias em relação à possibilidade de consumo; disposição sobre monopólios transferíveis de qualquer tipo — todas estas distinções diferenciam as situações de classe dos proprietários...⁶

Mas as situações de classe dos não-proprietários também são diferenciadas tanto em relação aos tipos quanto ao grau de "monopolização" de "habilidades vendáveis" que possuam. Conseqüentemente, há vários tipos de "classe média" que se colocam entre as classes "positivamente privilegiadas" (as classes proprietárias) e as classes "negativamente privilegiadas" (as que não possuem nem propriedade nem habilidades vendáveis). Embora esses últimos grupamentos sejam todos nominalmente não-proprietários, os que possuem habilidades com um "valor de mercado" definido estão, certamente, numa situação de classe diferente daqueles que não têm nada a oferecer senão o seu trabalho (não-qualificado). Nas classes de aquisição — *i.e.*, aquelas associadas sobretudo no aparecimento do capitalismo moder-

* Em inglês, *ownership classes* e *acquisition classes*. A idéia é estabelecer diferenças entre classes que possuem propriedades, e que, portanto, têm sua situação de classe determinada pela *posse de propriedade*, e classes de ganho (ou aquisição) que têm sua situação de classe determinada pelo tipo de aquisição ou utilização de bens acessíveis no mercado. Para maiores detalhes, ver, por exemplo, Gurvitch, Georges, *As Classes Sociais*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1970. (N. do R.).

6. *ibid.*, vol. 2, p. 928.

no — a qualificação educacional assume, nesse aspecto, um significado particular, mas a monopolização de habilidades profissionais pelos trabalhadores manuais também é importante.

Weber insiste que deve-se estabelecer uma distinção bastante nítida entre classe “em si” e classe “para si”: “classe”, na sua terminologia, sempre se refere a interesses de mercado, que existem independentemente da consciência que os homens têm. A classe, assim, é uma característica “objetiva” que influencia as chances de vida dos homens. Mas, só sob certas condições, os que compartilham uma situação de classe comum tomam consciência disso e atuam sobre os seus interesses econômicos mútuos. Ao enfatizar esse ponto, Weber indubitavelmente procurava separar sua posição da que foi adotada por muitos marxistas, que envolvia o que ele chama de uma “operação pseudocientífica” por meio da qual o elo entre classe e consciência de classe é tratado como direto e imediato.⁷ Tal consideração, evidentemente, também sublinha a ênfase que Weber dá aos “grupos de *status*” (*Stände*), * em contraste com as classes. O contraste entre classe e grupo de *status*, entretanto, não é, como em geral se supõe, meramente, nem talvez de modo fundamental, uma distinção entre os aspectos subjetivos e objetivos de diferenciação. Embora a classe se baseie em diferenciais de interesse econômico nas relações de mercado, Weber em nenhum lugar nega que, sob determinadas circunstâncias, uma classe pode ser uma “comunidade” subjetivamente consciente. A importância dos grupos de *status* — que são normalmente “comunidades” nesse sentido — deriva do fato de que eles são constituídos sobre critérios de agrupamento outros que não os que se originam de situações de mercado. O contraste entre classes e grupos de *status* é algumas vezes retratado por Weber como o contraste entre o objetivo e o subjetivo; mas é também um contraste entre a pro-

7. *ibid.*, p. 930.

* Há quem traduza por estamento. O termo em alemão é *Stand*, no singular, e *Stände*, no plural, e Weber o usa em dois sentidos, como lembra Giddens no final do Cap. IV. Em português existem duas versões do artigo “Class, Status and Party” extraído do *From Max Weber*, Gerth e Mills, Oxford University Press, 1946, uma optando por estamento (cf. Weber, *Ensaio de Sociologia*, Zahar Editores, Rio) e outra por grupo de *status* (cf. “Classe, Status e Partido, em *Estrutura de Classes e Estratificação Social*, Zahar Editores, Rio, 2ª ed., 1969). Manter-se-á aqui a última alternativa, seguida por Otávio Velho, tradutor do referido texto. A tradução para o espanhol, em *Economía y Sociedad*, FCE, México, 1969, opta por estamento. (N. do R.)

dução e o consumo. Enquanto que a classe expressa relações envolvidas na produção, os grupos de *status* expressam as relações envolvidas no consumo, na forma específica de “estilos de vida”.

As filiações de *status* podem atravessar as relações geradas no mercado, uma vez que a filiação a um grupo de *status* de hábito carrega consigo vários tipos de privilégios monopolísticos. Todavia, as classes e os grupos de *status* tendem, em vários casos, a estar intimamente ligados através da propriedade: a posse de propriedade é não somente um determinante essencial da situação de classe como também, ao mesmo tempo, fornece a base para que se siga um “estilo de vida” definido. A principal afirmação da análise de Weber não é que a classe e o *status* constituem duas “dimensões da estratificação”, mas que as classes e as comunidades de *status* representam dois modos possíveis, e concorrentes, de formação de grupos em relação à distribuição do poder na sociedade. O poder não é, para Weber, uma “terceira dimensão” de certa forma comparável às duas primeiras. Ele é muito explícito quando diz que as classes, os grupos de *status* e os partidos são todos “fenômenos da distribuição de poder”.⁸ O teorema que informa a posição de Weber aqui é a sua insistência em que o poder não deve ser juntado à dominação econômica — este é, novamente, um ponto de vista deliberadamente contrastante com o de Marx. O partido, orientado para a aquisição ou a manutenção de liderança política, representa, como a classe e o grupo de *status*, um foco maior de organização social relevante para a distribuição do poder numa sociedade. Entretanto, ele só é característico do Estado racional moderno.

As discussões abstratas de Weber sobre os conceitos de classe, grupo de *status* e partido, ao mesmo tempo que fornecem o tipo de análise conceptual concisa que falta em Marx, são, entretanto, exposições inacabadas e quase que não servem senão para oferecer uma introdução mínima aos complexos problemas explorados em seus escritos históricos. Nestes últimos, Weber detalha várias formas de complicada conexão entre diferentes tipos de relações de classe, e entre relações de classe e filiações a grupos de *status*. Na história das sociedades européias houve mudança total no caráter dos tipos predominantes de relação de classe e conflito de classe. Assim, na Roma antiga, os conflitos de classe derivavam primordialmente de antagonis-

8. *ibid.*, p. 927.

mos estabelecidos no mercado de crédito, por meio do qual os camponeses e artesãos vinham a estar num compromisso de servidão quanto aos financistas urbanos.⁹ Durante a Idade Média, a tendência foi de que isso desse lugar a lutas de classes que se originavam no mercado de bens e envolviam batalhas sobre os preços das “necessidades” de vida. Com a ascensão do capitalismo moderno, entretanto, as relações estabelecidas no mercado de trabalho passaram a ter um significado central. É claro que para Weber, assim como para Marx, o advento do capitalismo transforma dramaticamente o caráter das conexões gerais entre as classes e as sociedades. A emergência do contrato de trabalho como tipo predominante de relação de classes está ligada ao fenômeno de expansão da vida econômica, e à formação de uma economia nacional, característica do capitalismo moderno. Na maioria das formas de sociedades anteriores ao capitalismo moderno, mesmo naquelas em que há um desenvolvimento considerável da manufatura e do comércio, os grupos de *status* desempenham um papel mais importante do que as classes na estrutura social. Ao criar vários tipos de restrição sobre as iniciativas ou ao impor a monopolização de privilégios de mercado por grupos tradicionalmente estabelecidos, as filiações de *status* inibiram de forma direta, como é mostrado nos estudos de Weber sobre as civilizações orientais, a formação da moderna produção capitalista.

2. A CONCEPÇÃO DE CAPITALISMO

Além da rápida exposição no conjunto de conferências publicadas sob o título de *General Economic History*, não há, nos trabalhos de Weber, nenhum enunciado geral de “modelo abstrato” de capitalismo moderno e desenvolvimento capitalista, comparável ao estabelecido por Marx em *O Capital*. Mas tal modelo pode ser formulado por inferência dos escritos de Weber. A proeminência que foi dada à *Ética Protestante* tendeu a obscurecer algumas das principais pressuposições da análise de Weber, e também ajudou a desviar a atenção de algumas das mais significativas divergências entre essa análise e a de Marx, deslocando, em vez disso, a ênfase para um debate estéril sobre o “papel das idéias” na história. Weber aceita uma parte subs-

9. Marx realmente assinala o mesmo ponto (*O Capital*, vol. 1, pp. 135-6), e menciona que lutas similares entre devedores e credores ocorreram na Idade Média. Mas argumenta que “a relação monetária de devedor e credor que exista nesses dois períodos refletia apenas o antagonismo mais profundo entre as condições econômicas gerais de existência das classes em questão”.

tancial do tratamento que Marx dá às condições subjacentes à emergência do capitalismo moderno na Europa pós-feudal. Essas condições incluem a ascensão de uma classe manufatureira urbana (Weber mostra, com certo detalhe, entretanto, que a *autonomia política* das comunas urbanas é um fenômeno que tem um significado histórico profundamente inculcado na Europa Ocidental) cuja transformação em empresários capitalistas plenamente autônomos pressupõe a formação de uma massa de trabalhadores assalariados, expropriados de seus meios de produção, nominalmente “livres”, que em conseqüência devem vender o seu trabalho no mercado com o fim de obter um meio de subsistência.

Duas características principais do “modelo abstrato” do desenvolvimento do capitalismo moderno de Weber, entretanto, separam decisivamente seus pontos de vista dos de Marx. A primeira delas deve ser procurada em sua análise da “expropriação”. Para Weber, a “expropriação” do trabalhador não está confinada à esfera industrial: isso é apenas um dos elementos num processo muito mais extensivo de “expropriação”, encontrado em todos os setores institucionais mais amplos da sociedade. A expropriação do trabalhador do controle dos seus meios de produção é igualada, no Estado, pela separação do funcionário do controle dos “meios de administração”, e no exército pela separação do soldado do controle dos “instrumentos de guerra”. O segundo fator é o tratamento que Weber dá à “racionalidade”. Enquanto para Marx há uma distinção essencial entre a “racionalidade da técnica” e a “racionalidade da dominação” (no capitalismo a coisificação e alienação tendem a juntar-se, mas serão separadas com a transcendência do capitalismo pelo socialismo), para Weber elas estão inseparavelmente ligadas dentro do processo geral de racionalização vinculado à expansão da moderna ordem capitalista.¹⁰ A racionalidade da moderna empresa capitalista, na opinião de Weber, é talvez o único fator mais importante de distinção entre o tipo moderno e as formas econômicas mais tradicionais. Portanto, o capitalismo moderno é inseparável do cálculo sistemático dos custos de produção, por meio do qual a empresa é mantida num nível de operação estável e contínuo.

10. Herbert Marcuse, “Industrialisation and Capitalism”, em Otto Stamm-ler, *Max Weber and Sociology Today* (Oxford, 1971). De acordo com Weber, “a acumulação capitalista pressupõe tecnologia racional, ou seja, reduzida ao cálculo em maior grau possível, que implica mecanização” (*General Economic History*, p. 208).

Essas duas características do moderno capitalismo estão relacionadas, entretanto, através da interpretação que Weber dá à associação entre o capitalismo moderno e a burocratização. A expansão da burocracia tanto leva à “expropriação do trabalhador” — no sentido de Weber — quanto envolve a aplicação da racionalidade à organização da conduta humana. Portanto, é fundamentalmente em referência ao conceito de burocratização que Weber integra a “racionalidade da técnica” e a “racionalidade da dominação”. A relação de classes entre o capital e o trabalho assalariado, embora seja o componente principal na formação do moderno capitalismo, não revela as características mais fundamentais em termos das quais a sociedade burguesa difere da ordem tradicional. Para Weber a tendência à expansão da burocratização expressa o caráter integral da época moderna: a racionalização da conduta humana cria uma divisão do trabalho sistematizada e hierárquica e que não é diretamente dependente da estrutura capitalista de classes. Assim, enquanto a análise de Weber acompanha a de Marx ao reconhecer, mais do que uma divisão *bipartite* entre feudalismo e “sociedade industrial”, uma classificação *tripartite* de feudalismo-capitalismo-socialismo, o efeito de sua posição é, definitivamente, o de barrar a possibilidade de qualquer reorganização radical do capitalismo. Em outras palavras, a transcendência do capitalismo pelo socialismo, que Weber certamente reconheceu como uma provável ocorrência futura, expande e completa as tendências já características do capitalismo mais do que cria uma forma completamente nova de organização social. Apesar do risco de um excesso de simplificação, pode-se afirmar que, enquanto o “modelo abstrato” de desenvolvimento capitalista de Marx parte do “econômico” para o “político”, o modelo de Weber deriva do processo oposto de raciocínio, usando o “político” como um “quadro de referência” para compreender o “econômico”.¹¹ A ascensão da Nação-Estado moderna, com seu corpo de funcionários burocráticos, cuja conduta é mais orientada para normas impessoais de procedimento do que para códigos tradicionalmente estabelecidos e associados como patrimonialismo, serve, para Weber, de caso-modelo para a análise da burocratização em geral. O Estado racional, enfatiza Weber, não é, de forma alguma, simplesmente um “efeito” da formação do capitalismo moderno, mas precede a sua emergência e ajuda a promover o seu desenvolvimento.

11. Ver meu *Politics and Sociology in the Thought of Max Weber* (Londres, 1972), pp. 34 e segs.

Não fica claro até que ponto Weber, no nível abstrato, aceitou a análise do processo de transformação econômica da economia capitalista desenvolvida por Marx em *O Capital*. Certamente acreditava que um sistema completamente socializado encararia alguns problemas econômicos definidos não encontrados no capitalismo.¹² O que fica claro é que ele rejeitou a análise de Marx das “contradições” na *estrutura de classes* capitalista, sobretudo a forma bastante simplificada através da qual essa análise foi representada por alguns dos teóricos seguidores de Marx em sua época. De acordo com Weber, a expansão do capitalismo moderno não leva à pauperização do trabalhador, tanto no sentido absoluto quanto no relativo; desde o início da era capitalista, a posição material da classe trabalhadora foi, em geral, superior à do trabalho rural. Nem o processo de desenvolvimento capitalista cria uma estrutura de classes crescentemente polarizada, envolvendo duas classes internamente homogêneas. Pelo contrário, a tendência é a de um sistema diversificado de relações de classes. A complexidade das relações de mercado gerada pela divisão do trabalho capitalista cria uma variedade de interesses econômicos diferentes mas justapostos — como é sugerido na formulação de *Erwerbsklassen* de Weber. O modelo de classes de Weber, envolvendo a possibilidade de níveis importantes de diferenciação de classes dentro da categoria dos “sem propriedade”, é de particular significado aqui. A medida que certos agrupamentos de trabalhadores manuais, através de seus sindicatos, convencionam a monopolização, ou mesmo só o controle parcial, do acesso à posse de certas habilidades vendáveis, servem para introduzir clivagens de interesses de classe nos níveis mais baixos da estrutura de classes. E, ainda talvez mais importante, a expansão da burocratização estimula um crescimento progressivo da proporção de trabalhadores não-manuais no mercado de trabalho: trabalhadores em ocupações em que o recrutamento é governado pela posse de vários níveis de qualificação educacional. Isso cria um agrupamento *white-collar* em expansão, cuja situação de classe difere substancialmente da situação daqueles em ocupações manuais.

Em sua discussão conceptual de classe, além de distinguir as puramente econômicas *Besitzklassen* e *Erwerbsklassen*, Weber também se refere ao que chama de “classes sociais”. Uma classe social, no sentido de Weber, é formada por um aglomerado de situações de classe ligadas pelo fato de que envolvem chances comuns de mobili-

12. *Economy and Society*, vol. 1, pp. 110-11.

dade tanto dentro da carreira dos indivíduos quanto através das gerações. Assim, embora um operário possa, com razoável facilidade, mover-se de uma ocupação não-especializada para uma ocupação semi-especializada, e o filho de um operário possa tornar-se um operário semi-especializado, ou talvez especializado, as oportunidades tanto de mobilidade intra como intergeracional para ocupações não-manuais são muito menores. Enquanto a concepção de “classe social” permanece relativamente pouco desenvolvida nas obras de Weber, ela é de interesse particular para o seu modelo de desenvolvimento capitalista. Como o próprio Weber assinala, a noção de “classe social” está muito mais próxima da de “grupo de *status*” do que da concepção de classe puramente econômica (embora, como ocorre com a situação econômica de classe, os indivíduos que se encontram na mesma classe social não sejam necessariamente conscientes do fato). A noção de classe social é importante porque introduz um tema unificador na diversidade de relações de classe seccionadas que podem-se originar da identificação que Weber faz de “situação de classe” com “posição no mercado”. Se se aplicar estritamente essa última noção, é possível distinguir uma multiplicidade quase sem fim de situações de classe. Mas uma “classe social” só existe quando essas situações de classe agrupam-se de tal forma que criam um nexo comum de intercâmbio social entre os indivíduos. No capitalismo, Weber distingue quatro grupos de classes sociais principais: a classe operária manual; a pequena burguesia; trabalhadores *white-collar* não-proprietários (técnicos, vários tipos de empregados *white-collar*, servidores civis) possivelmente com diferenças sociais consideráveis que dependem do custo de seu treinamento; e os “privilegiados através da propriedade e da educação”.¹³ Desses agrupamentos de classes sociais, os mais significativos são a classe trabalhadora, a “classe média” não-proprietária e a “classe alta” proprietária. Weber concorda com Marx que a categoria de pequenos proprietários (*Kleinbürgertum*) tende a tornar-se progressivamente mais restrita com o amadurecimento crescente do capitalismo. O resultado desse processo, entretanto, não é normalmente que eles “mergulhem no proletariado”, mas que sejam absorvidos na categoria de trabalhadores assalariados especializados, manuais ou não-manuais, em expansão.

Enfatizar, portanto, que o “modelo abstrato de classes” de Weber é pluralista não é sustentar que ele fracassou em reconhecer laços unificadores entre as numerosas combinações de interesses de

13. *ibid.*, p. 305.

classe tornadas possíveis por sua concepção de “situação de classe”. Mas não há dúvida de que o seu ponto de vista retifica drasticamente elementos importantes do retrato que Marx faz da tendência típica de desenvolvimento da estrutura de classes capitalista. Mesmo o modelo simplificado (“classe social”) de capitalismo de Weber diverge de forma significativa da concepção marxista, ao tratar a “classe média” não-proprietária como a categoria que tende a expandir-se mais com o progresso do capitalismo. Mais do que isso, as classes sociais não constituem necessariamente “comunidades” e podem ser fragmentadas por divisões de interesse derivadas de diferenciais na posição de mercado; e, por fim, como Weber mostra em seus escritos históricos, a relação entre a estrutura de classes e a esfera política é uma relação contingente.

A maior parte dos escritos detalhados de Weber sobre as formas específicas de capitalismo de sua época concentraram-se no caso da Alemanha — um país no qual a confrontação entre um sistema agrário “feudal” e um capitalismo industrial emergente foi sentida de maneira muito mais aguda do que na maioria dos outros países da Europa Ocidental. Como Marx antes, Weber tinha aguda consciência das diferenças que separavam o desenvolvimento social alemão não só do da Inglaterra como do da França. Como Marx, Weber frequentemente usou esses países como ponto de referência para contrastar o atraso da Alemanha; mas a avaliação que ele faz do significado da transição da Alemanha para o modernismo difere consideravelmente da de seu predecessor — e, enquanto as opiniões de Marx foram amplamente estabelecidas antes da unificação do país sob a hegemonia prussiana, os escritos de Weber têm o seu ponto de partida no resíduo social e político da formação integral da Nação-Estado alemã.

A ascensão (e queda!) de Bismarck pareceu a Weber o principal exemplo do significado independente do “político” se comparado com o “econômico”. A unificação política do país foi realizada não pela liderança dos estados “burgueses” germânicos economicamente mais avançados, mas como resultado da política de poder de Bismarck, recebendo uma fonte principal de apoio dos *Junkers* da Prússia Oriental. Subseqüentemente, a Alemanha se tornou num espaço de tempo muito curto um Estado completamente industrializado, sem se converter numa “sociedade burguesa”. De acordo com a análise de Weber, essa situação era, em grande parte, resultado do vazio político deixado pelo grande sucesso da política de Bismarck

depois que ele próprio havia perdido o poder. Bismarck havia sistematicamente enfraquecido os liberais, retardado a educação política da classe trabalhadora ao colocar os socialdemocratas fora do quadro de referência constitucional do governo e deixado, em geral, o país com uma carência de liderança política capaz. Assim, para Weber, era inútil supor — como o fizeram os marxistas mais “vulgares” da época — que o progresso do industrialismo iria inevitavelmente produzir o acesso da burguesia ao poder. Pelo contrário, os escritos políticos de Weber do início do século XX em diante reverterem sempre ao tema da subordinação continuada dos elementos burgueses aos grupos de elite tradicionalmente estabelecidos.

Nesse contexto, Weber viu como eram completamente fúteis as expectativas de alguns dos líderes do Partido Socialdemocrata, de que a evolução posterior do capitalismo na Alemanha iria levar, num futuro próximo, a um “colapso” ou a uma crise econômica calamitosa, culminando num processo de mudança revolucionária. Na sua opinião, o futuro imediato da classe trabalhadora estava necessariamente ligado ao da burguesia. Não que a revolução burguesa, como Marx esperava meio século antes, fosse ser logo seguida por uma revolução proletária; de acordo com Weber, a classe operária só poderia obter algum progresso real, tanto na sua condição política quanto na econômica, dentro do quadro de referência de uma ordem burguesa. A ocorrência de uma revolução socialista, como Weber tornou claro em seus escritos durante a Revolução de 1918-19, só poderia levar ao estabelecimento de um Estado burocrático ossificado.¹⁴ Para Weber, as esperanças dos marxistas de que o Estado burocrático existente poderia ser “esmagado” ou, ao contrário, radicalmente transformado por uma revolução política, eram completamente fora de propósito. Uma das características essenciais da burocracia, como argumenta Weber em seus escritos mais conhecidos, é de que ela é à “prova de escape”: a tentativa de transformar uma administração burocrática existente só serve, afinal, para aumentar a sua força.

3. MARX E WEBER

Pode-se dizer que a maior parte da sociologia de Max Weber constitui um ataque à generalização marxista de que as lutas de classes formam o principal processo dinâmico no desenvolvimento

14. Ver Wolfgang J. Mommsen, *Max Weber und die deutsche Politik, 1890-1920*. (Tübingen, 1959), pp. 280-304.

da sociedade. Esse teorema é questionado por Weber, num nível teórico, em dois aspectos principais: primeiro, é que ao ver o “político” como secundário e derivativo, exagera grandemente o significado das relações econômicas dentro da infra-estrutura de organização social; segundo, é o não-reconhecimento do papel desempenhado na história por filições de status, criadas como bases de formação de grupos através de processos que não dependem diretamente de relações de classes. Enquanto a maioria dos escritores secundários — e até certo ponto o próprio Weber, sobretudo na medida em que decide questionar o “marxismo vulgar” — tomaram o segundo desses pontos como o mais importante, é o primeiro, especialmente quanto à teoria do desenvolvimento capitalista, que tem mais significação.

O próprio Weber aceitou que é a “situação de classe”, mais do que a “situação de status”, o fator predominante no sistema de relações gerado pelo capitalismo moderno.¹⁵ Reconheceu que o capitalismo moderno é uma “sociedade de classes” em dois sentidos: estende o alcance das operações de mercado para além do que é característico de formas anteriores de sociedade; e é um sistema baseado na relação entre o capital e o trabalho assalariado “livre”. Mas a sua interpretação difere da de Marx em relação à conexão entre esses aspectos. O elemento mais essencial do capitalismo (moderno) não é o seu caráter de classe. A “ruptura” decisiva que separa o capitalismo da ordem tradicional precedente é o caráter racionalizado da empresa produtiva capitalista, um fenômeno que permanece essencial a qualquer forma de socialismo que possa suceder à sociedade capitalista. A formação da relação de classes entre o capital e o trabalho assalariado, que certamente pressupõe a expropriação do trabalhador do controle direto dos seus meios de produção, torna-se mais um sintoma de um processo muito mais amplo do que uma característica central da nova forma de sociedade que substitui o feudalismo.

Os escritos de Marx sobre a natureza da relação entre o Estado e a sociedade contêm uma ambigüidade definida. Por um lado, a maioria das observações de Marx sobre o Estado capitalista mostra pelo qual os interesses da classe dominante são realizados. Por outro, é exposto o teorema de que o Estado nada mais é do que o veículo através de uma consciência do significado administrativo do Estado como

15. *Economy and Society*, vol. 2, pp. 930 e segs.

“supervisor” das operações de produção capitalista. A ambigüidade não é tão marcada como pode parecer inicialmente. À medida que fica claro que Marx deseja mostrar que as meras funções administrativas do Estado capitalista, ao garantirem a operação de obrigações contratuais das quais depende o mercado de trabalho livre, são de importância fundamental para a manutenção da relação de classes entre capital e trabalho assalariado, o Estado fornece um quadro de referência coerente para a estrutura de classes inerente ao modo capitalista de produção. Entretanto, há uma diferença importante, que em nenhum lugar é coerentemente analisada por Marx, entre a concepção: (1) de que o Estado é, num sentido direto, o instrumento de dominação de classe, e que, portanto, a maioria de suas características organizacionais dependem do sistema capitalista de relações de classes e (2) a de que o Estado é uma agência coordenadora, responsável pelas operações administrativas globais da sociedade, dentro da qual uma relação de dominação de classe pertence à esfera econômica “separada”. A teoria da burocracia tem uma importância focal nesse sentido, e a maior parte do significado especial do emprego que Weber faz de um paradigma mais “político” do que “econômico” é iluminado pela comparação de suas opiniões com as de Marx sobre a questão.

Em seus vários escritos sobre burocracia, Marx indubitavelmente coloca maior peso na primeira dessas concepções. O Estado burocrático é retratado como um crescimento “parasita” sobre a sociedade, uma expressão da dominação de classe da burguesia, e destinado, portanto, a desaparecer quando a sociedade de classes for ultrapassada. É por isso, na verdade, que não há em Marx nada mais do que uma teoria bastante rudimentar da burocracia, derivada de uma simples “inversão” da concepção de Hegel da burocracia do Estado como a “classe universal”. Enquanto Hegel argumenta que a burocracia representa os interesses gerais da comunidade, contra os interesses egoístas existentes na sociedade civil, Marx sustenta que o Estado burocrático é uma manifestação evidenciada dos interesses setoriais da classe dominante. Segue-se que o “problema burocrático” é resolvido como se fosse um dos elementos do desaparecimento das classes, não requerendo análise especial. O ponto de vista de Weber, por outro lado, coloca a ênfase predominante na segunda concepção mencionada acima; o Estado burocrático oferece um paradigma da forma típica de organização social chamada à cena pela emergên-

cia do capitalismo. As relações de classes relativas ao capitalismo não são, aí, o fator determinante: a forma administrativa exemplificada no Estado burocrático é o quadro de referência necessário da empresa econômica “racionalizada”. Weber não nega que a operação do mercado capitalista, se deixado a funcionar de um modo irrestrito, atua no sentido de favorecer as condições materiais do capital. Mas a transformação dessa situação, pela abolição da propriedade privada dos meios de produção, não pode fornecer os meios para a transformação total da sociedade desejada por Marx.

III

ALGUMAS TEORIAS POSTERIORES

1. DAHRENDORF: CLASSES NA SOCIEDADE PÓS-CAPITALISTA

A teoria de classes e conflito de classes de Dahrendorf, como é descrita particularmente em seu *Class and Class Conflict in Industrial Society*, trata de temas previamente desenvolvidos por Geiger e outros, mas os elabora de maneira diferente. Embora expresse as suas idéias em termos de uma “crítica positiva” de Marx, finalmente atinge uma posição teórica que afasta-se substancialmente da estabelecida por aquele pensador.¹ Como Geiger (e, é claro, Weber antes dele), Dahrendorf oferece dois conjuntos correlatos de crítica, que referem-se a supostas fragilidades conceptuais nas noções de “classes” e “conflito de classes” de Marx, por um lado, e a seu modelo (abstrato) de desenvolvimento capitalista, por outro.

De acordo com Dahrendorf, os trabalhos de Marx estão baseados numa fusão ilegítima de elementos “sociológicos” e “filosóficos”. Devemos estabelecer uma separação estrita entre as proposições de Marx que são, nos termos de Dahrendorf, “empíricas e refutáveis” e as que pertencem a uma “filosofia da história”. Proposições como “conflito de classes gera mudança social” são do primeiro tipo, enquanto que afirmativas do tipo “a sociedade capitalista é a última sociedade de classes na história”, ou “o socialismo leva a uma completa realização da liberdade humana” não são passíveis de verificação ou refutação por referência a fatos documentados.² A tarefa do sociólogo é separar as idéias de Marx que podem ser corporificadas numa teoria de classes empiricamente verificável.

1. A edição alemã de *Class and Class Conflict* foi publicada em 1957. Ver também Dahrendorf, *Marx in Perspektive: die Idee des Gerechten im Denken von Karl Marx* (Hanóver, 1953, tese de doutorado).

2. *Class and Class Conflict*, pp. 28 e segs.

Na opinião de Dahrendorf, a conjunção de elementos “sociológicos” e “filosóficos” nos escritos de Marx serve para ocultar uma fraqueza fundamental na conexão que ele faz entre as classes e a propriedade privada. A “propriedade” pode ser concebida de duas maneiras: num sentido amplo, como *controle* dos meios de produção, não obstante a maneira específica pela qual esse controle é exercido; ou, mais estritamente, como o direito de posse legalmente reconhecido. “Propriedade” não é *aquilo* que é possuído, mas refere-se aos direitos relativos ao objeto. No sentido amplo de propriedade, esses direitos são definidos de uma forma generalizada e, portanto, pode-se dizer que propriedade é um “caso especial de autoridade”. Nesse sentido, pode-se dizer que o gerente de uma empresa industrial numa sociedade em que a posse privada de capital tenha sido abolida, à medida que tenha *controle* diretivo da empresa, exerce “direitos de propriedade”. No significado mais estrito, em contraste, autoridade é um “caso especial de propriedade”: *i.e.*, a estrutura de autoridade da empresa depende de “quem possui os meios de produção” no sentido legal. De acordo com Dahrendorf, a análise de classes e propriedade privada de Marx depende da última definição, mais “restrita”, de “propriedade”. A existência de classes e, correspondentemente, o desaparecimento das classes na sociedade socialista, nas formulações de Marx, estão ligadas a condições sociais em que o título legal de posse de propriedade está nas mãos de uma minoria de indivíduos. Numa sociedade em que a posse legal de propriedade por indivíduos privados é abolida, não pode — por nenhuma definição — haver classes.

Somente por empregar a concepção restrita de propriedade é que Marx pode integrar, de uma forma aparentemente plausível, os aspectos “sociológicos” com os “filosóficos” de sua teoria:

Ao afirmar a dependência que as classes têm das relações de dominação e sujeição, e a dependência destas da posse ou exclusão de capital privado efetivo, ele torna, por um lado, a propriedade empiricamente privada e, por outro, as classes filosoficamente sociais, o fator central de sua análise. Pode-se retrair o passo a passo o processo de pensamento a que Marx sucumbiu nesse ponto. Não é o processo de pensamento de um cientista empírico que só procura um conhecimento parcial e só espera um progresso parcial, mas o do construtor de um sistema que de repente descobre que tudo se ajusta! Porque se a propriedade privada desaparece (hipótese empírica), então não há mais classes (truque de definição)! Se não há mais classes, não há mais alienação (postulado especulativo). O reino da liberdade é realizado na Terra (idéia filosófica).³

3. *ibid.*, pp. 30-1.

As confusões inerentes a esse raciocínio desqualificam a concepção de classes de Marx numa forma não-modificada, como um esquema viável para a análise da estrutura de classes das sociedades modernas. Isso é demonstrado posteriormente pela inadequação da análise de Marx frente às mudanças que afetaram o capitalismo desde o fim do século XIX. O “capitalismo”, como Marx o conheceu, transformou-se: contudo, essa modificação não foi feita através de um processo de revolução ou na direção que ele previu. Aqui Dahrendorf introduz a concepção de “sociedade industrial” da qual o capitalismo é apenas um subtipo. O capitalismo é a forma de sociedade industrial que se distingue pela coincidência da posse legal de propriedade privada, nas mãos do empresário, como o *controle* real dos meios de produção. Nesse tipo de sociedade, os dois sentidos de “propriedade” sobrepõem-se, o que explica o fracasso de Marx em distinguir entre eles ao nível teórico. A forma moderna de sociedade não preserva mais essa característica e é, assim, bem diferente do capitalismo conhecido por Marx, embora ainda seja uma sociedade “pós-capitalista”.

Dahrendorf destaca as seguintes mudanças como as mais significativas na transformação do capitalismo:

(1) A decomposição do capital. Embora no terceiro volume de *O Capital*, Marx tenha discutido o crescimento das sociedades anônimas e a “irrelevância funcional do capitalista” ele não soube perceber o significado real desses pontos. Na opinião de Dahrendorf, isso deve ser entendido como um processo de diferenciação de papéis, por meio do qual a categoria geral de “capitalista” separou-se em duas categorias: “acionista” e “gerente”. Esse processo não representa um enclave de socialismo dentro do capitalismo; ao contrário, é uma separação progressiva entre as duas formas de “propriedade” que foram temporariamente unidas na sociedade capitalista. A autoridade do executivo administrativo não repousa em direitos legais de propriedade. Como os interesses dos gerentes não coincidem completamente com o dos acionistas, o resultado real do desenvolvimento das sociedades anônimas é a fragmentação da “classe capitalista” unitária.

(2) A decomposição do trabalho. Marx afirmou que a mecanização requerida pela crescente maturidade da produção capitalista leva à eliminação do trabalho especializado, e assim à crescente homogeneidade interna da classe operária. Na verdade, isso não

ocorreu. Pelo contrário, a tendência foi a de manutenção, e mesmo expansão, do trabalho especializado, e a categoria "semi-especializada" introduziu-se entre os especializados e os não-especializados. Longe de tornar-se crescentemente homogênea, a classe operária ficou mais diversificada; as diferenças em nível de especialização servem de base para as divisões de interesse que atravessam a unidade da classe como um todo. Assim, a diferenciação interna nos níveis mais baixos da sociedade pós-capitalista complementa a que ocorre nos escalões mais altos com a decomposição da classe capitalista.

(3) O crescimento da "nova classe média". A expansão de ocupações administrativas ou não-manuais é, novamente, um fenômeno não-previsto por Marx, mas, embora a decomposição do capital e trabalho assalariado seja uma conseqüência de mudanças sociais que desagregaram essas classes anteriormente coerentes, a "nova classe média" nasceu decomposta.⁴ A chamada nova classe média, segundo Dahrendorf, não é, na verdade, uma classe única, mas consiste em duas partes: os trabalhadores que são parte de uma cadeia administrativa de autoridade ("burocratas") e os que ocupam posições fora de tais hierarquias (tais como vendedores). O burocrata, quer bem ou mal colocado, compartilha o exercício de autoridade, e, assim, a sua posição está diretamente relacionada à dos grupos dominantes na sociedade; os trabalhadores do segundo tipo de situação, por outro lado, estão mais próximos da posição de trabalhadores manuais. Mas esses dois setores da "nova classe média" juntam-se, portanto, à diversificação da estrutura da sociedade pós-capitalista já contida nos processos gêmeos de decomposição das classes capitalista e operária.

(4) O aumento nas taxas de mobilidade social, que Dahrendorf vê como uma das principais características da sociedade industrial: os efeitos da mobilidade inter e intrageracional generalizada são bipartidos. Em primeiro lugar, atuam no sentido de reduzir as fronteiras entre as classes, e assim de desgastar quaisquer barreiras rígidas que possam, de outra forma, crescer entre elas. Em segundo lugar, a existência de altas taxas de mobilidade social serve para "traduzir" os conflitos de classes em competição individual.⁵ Os antagonismos de grupos — conflitos de classes — diluem-se numa luta

4. *ibid.*, p. 56.

5. Ver Dahrendorf, *Conflict after Class*, Noël Buxton lecture (Essex, 1967).

competitiva entre indivíduos por posições valorizadas dentro do sistema ocupacional.

(5) A obtenção de "direitos de cidadania", conforme personificada no sufrágio universal e na legislação de bem-estar para a massa da população. Estes não são apenas privilégios formais, têm tido efeitos reais em minar os extremos da disparidade política e econômica encontrada no capitalismo do século XIX. A previsão feita por Marx de uma polarização entre as condições econômicas de trabalho assalariado e do capital está, novamente, em desacordo com a tendência real de desenvolvimento: "por meio da institucionalização de certos direitos de cidadania, a sociedade pós-capitalista desenvolveu um tipo de estrutura social que exclui tanto as formas "absolutas" quanto as mais suaves de privilégio e privação".⁶

(6) A "institucionalização do conflito de classes" sob a forma de procedimentos reconhecidos de arbitramento industrial. O reconhecimento do direito de greve em conjunto com a existência de métodos mutuamente aceitos de resolução de diferenças têm tido o efeito de confinar os conflitos à esfera da própria indústria, impedindo-os de ramificarem-se em conflitos de classes.

Essas mudanças só podem ser adequadamente compreendidas se se abandona um ponto de vista marxiano * ortodoxo. Não obstante, Dahrendorf argumenta, certos elementos da concepção de Marx também devem ser conservados. O mais importante deles diz respeito à ênfase de Marx em que toda a sociedade (de classes) incorpora conflitos que criam uma pressão para a mudança interna: há uma conexão inerente entre conflito e mudança. Em segundo lugar, Marx afirma corretamente que o conflito social deve ser entendido em termos de um modelo dividido em duas partes: uma teoria do conflito de classes deve-se basear no reconhecimento de que, em qualquer situação de antagonismo, a luta recai sobre duas classes fundamentais. Embora possa haver coalizões há sempre duas posições prin-

6. *Class and Class Conflict*, p. 62. Aqui, como em qualquer outro lugar deste volume, adoto a prática de usar o adjetivo *Marxian* com referência ao que tomo como as próprias idéias e contribuições de Marx; usarei os termos *Marxist* e *Marxism* para me referir genericamente aos escritos de autores subseqüentes que são seguidores declarados de Marx.

* Em virtude da discussão proposta pelo autor e da ausência, em português, de um termo que possa atender à tradução do adjetivo *Marxian*, será mantido o inusitado neologismo "marxiano" nos locais em que a adjetivação for incontornável; sempre que possível, preferir-se-á "de Marx", no lugar de *Marxian*. (N. do R.)

cipais numa situação de conflito; mas, tendo aceito essas propriedades formais do modelo de Marx, Dahrendorf repudia explicitamente a maior parte do conteúdo substantivo da visão marxiana. A concepção de classe de Marx, tanto como uma noção “sociológica” quanto como uma noção “filosófica”, está ligada à sua fusão dos dois sentidos de “propriedade”. Se a parte “sociológica” desta conjunção tem alguma validade, esta se limita ao capitalismo europeu do século XIX. Para o objetivo de sua teoria da história, Marx universaliza algo particular — a conexão entre a propriedade privada (estrito senso) e o controle autoritário (sentido amplo) que existiu no século XIX. Uma teoria mais adequada de classe e conflito de classes, sugere Dahrendorf, deve inverter essa relação. Ou seja, ao invés de a classe ser definida em termos da posse de propriedade privada (concebida de maneira restrita), o elo entre propriedade privada e autoridade, a que Marx deu tanta proeminência, deveria ser visto como um caso especial de uma relação muito mais ampla entre classe e autoridade. A “propriedade privada” de Marx deveria ser vista apenas como uma instância específica de direitos mais gerais de controle autoritário. “Classe”, portanto, deveria ser definida em termos de relações de autoridade; a palavra classe deveria ser tomada em referência à *posse de, ou exclusão de, autoridade* e não à posse *versus* não-posse de propriedade:

em toda organização social, algumas posições têm o direito de exercer controle sobre outras posições com o objetivo de assegurar coerção efetiva ... em outras palavras ... há uma distribuição diferencial de poder e autoridade ... essa distribuição diferencial de autoridade torna-se invariavelmente o fator determinante de um tipo de conflitos sociais sistemáticos ligado aos conflitos de classes no sentido tradicional (marxiano) do termo. A origem estrutural de tais conflitos de grupos deve ser buscada no arranjo de papéis sociais dotados de expectativas de dominação e sujeição.⁷

A “autoridade”, de acordo com Weber, é definida como o direito legítimo de dar ordens a outros: “dominação” representa a posse desses direitos, enquanto que “sujeição” é a exclusão deles. Dentro de “associações imperativamente coordenadas” — *i.e.*, grupos que possuem uma estrutura de autoridade definida (*e.g.*, o Estado, uma empresa industrial) — a posse e exclusão de autoridade geram interesses opostos. Estes interesses podem não ser percebidos pelas pessoas envolvidas; um “quase-grupo”, na terminologia de Dahrendorf, é uma coletividade cujos membros compartilham

7. *ibid.*, p. 165.

interesses latentes, mas que não se organizam para promovê-los. Quando uma coletividade se organiza para esse fim, ela torna-se um “grupo de interesses”.

A utilidade desse *esquema*, na opinião de Dahrendorf, não está limitada à sua aplicação a sociedades pós-capitalistas: também pode ser usado para cobrir as características da estrutura de classes do capitalismo conforme descrita, em termos diferentes, por Marx. Assim, pode-se dizer que o desenvolvimento da empresa capitalista no século XIX estimulou a emergência de dois quase-grupos, capital e trabalho. O caráter específico da sociedade capitalista, entretanto, derivou do fato de que os conflitos industrial e político foram “sobrepostos” um ao outro. O conflito entre o capital e o trabalho não era confinado à indústria, mas se estendia à esfera política, desde que a autoridade política era amplamente ligada à dominação econômica. Como resultado dessa sobreposição de divisões de interesse, o conflito de classes tornou-se particularmente intenso à medida que grupos de interesse organizados começaram a formar-se, representando exigências divergentes de capital e trabalho assalariado. Mas o simples aparecimento desses grupos e as mudanças concretas que eles ajudaram a fazer surgir minaram a possibilidade da revolta revolucionária pressuposta por Marx.⁸

De acordo com o esquema conceptual de Dahrendorf, conclui-se que a sociedade “pós-capitalista” é necessariamente uma sociedade de classes. Mas, de forma não menos óbvia, o seu sistema de classes é muito diferente do sistema de classes do capitalismo. A mais importante das várias mudanças em termos das quais Dahrendorf procura distinguir “capitalismo” de “pós-capitalismo” é a separação institucional entre conflitos industrial e político, um fenômeno que resulta dos processos conexos de estabelecimento de barganha coletiva na indústria e de obtenção de direito universal de voto na esfera política. Isso se manifesta no fato de que a ocorrência de conflito industrial, na maior parte, não tem repercussões diretas sobre a ação política. Conforme Dahrendorf, “a noção de um partido de operários perdeu o seu significado político”.⁹ Não há conexão

8. Dahrendorf reconhece, entretanto, que “as mudanças que separam a sociedade capitalista e pós-capitalista não se devem completamente aos efeitos do conflito de classes, nem foram simplesmente mudanças nos padrões de conflito” (*ibid.*, pp. 245-246).

9. *ibid.*, p. 275.

integral entre os sindicatos e os “partidos de trabalhadores” nos países ocidentais; os laços que ainda existem são meramente resíduos de tradição. O mesmo se aplica aos níveis mais altos. A posição de autoridade ocupada pelo gerente na empresa não produz influência política direta, esta é alocada apesar de relações pertinentes à esfera industrial.

2. ARON: SOCIEDADE INDUSTRIAL

Ao invés de estarem orientados unicamente para uma crítica de Marx, os vários escritos de Aron sobre o desenvolvimento da “sociedade industrial” estão centrados numa avaliação comparativa de Marx e Tocqueville.¹⁰ Junto com Saint-Simon, Tocqueville viu ocorrer na ordem social recentemente aparecida na Europa pós-feudal não o estabelecimento de um novo grupo de classes conflitantes, mas o desenvolvimento de tendências à democratização e nivelamento. Até que ponto o movimento subsequente da sociedade desde o século XIX corrobora a visão de Marx da tendência à polarização de classes e à intensidade crescente dos conflitos de classes? Alternativamente, até que ponto realizou-se a previsão de Tocqueville de uma diferenciação social crescente, acompanhada pelo impulso progressivo para a erradicação de desigualdades?

Essas questões não podem ser respondidas, enfatiza Aron, sem que se considere o fato de que existiram dois “caminhos” de desenvolvimento no mundo moderno, um confinado à evolução interna do próprio capitalismo, e o outro, embora não se originando no interior de sociedades capitalistas avançadas, pretendendo representar a substituição do capitalismo. Os contrastes entre essas duas formas de sociedade, capitalista e socialista, não podem ser entendidos, entretanto, antes que se reconheça que eles também compartilham alguns elementos importantes como tipos de sociedade industrial. A definição abstrata mais simples de “sociedade industrial” envolve três características principais: sociedades onde a grande maioria da força de trabalho está concentrada nos setores secundário e terciário; sociedades onde há um impulso constante — em contraste com o ca-

10. Raymond Aron, *Democracy and Totalitarianism* (Londres, 1968); *18 Lectures in Industrial Society* (Londres, 1968); *Progress and Disillusion* (Nova York, 1968), e especialmente, *La Lutte des Classes* (Paris, 1964).

ráter relativamente estático de sociedades tradicionais — para expandir a produtividade; e, conseqüentemente, sociedades onde há uma alta taxa de crescimento da inovação tecnológica.¹¹ Se for adotada essa definição elementar de sociedade industrial, argumenta Aron, a conseqüência é que algumas fórmulas da análise que Marx faz do capitalismo aplicam-se também às sociedades socialistas contemporâneas, ou do “tipo soviético”:

Marx considerava que uma das principais características do capitalismo era a acumulação de capital. Sabemos hoje, a partir de provas concretas, que essa é uma característica de todas as sociedades industriais, já que, obcecadas pela ansiedade de aumentar a produção, elas são obrigadas a investir um volume crescente de capital em maquinaria. Da mesma forma, Marx considerava que o trabalhador era explorado porque não recebia, sob a forma de salários, o total do valor produzido por seu trabalho. Mas, qualquer que seja o regime, isso se torna obviamente necessário, já que uma proporção do valor que é criado deve ser reinvestida... Em ambas as sociedades (capitalista e socialista), alguns indivíduos são privilegiados, ou seja, têm rendas mais altas do que a dos trabalhadores, situados na base da hierarquia. O fenômeno de acumulação de capital ou “exploração” é comum a ambos os tipos de sociedade industrial, e não característico de um tipo em contraste com o outro.¹²

Essa “exploração” do trabalhador ocorre no interior de sociedades comprometidas com ideais de igualitarismo democrático. Todas as sociedades industriais contemporâneas proclamam a regra do “homem comum”; mas ao mesmo tempo que o fazem, geram desigualdades que contradizem os ideais professados. Mas essa “contradição” está mais próxima da que poderia ser vista ao se seguir mais certas idéias de Tocqueville do que as originárias de Marx.

Como Dahrendorf, Aron distingue dois aspectos da teoria de classes de Marx: “proposições concretas” e “proposições filosóficas”, que estão entrelaçadas nos escritos de Marx. Apenas as afirmativas concretas — e.g., “o sofrimento material e moral da classe trabalhadora torna-se pior e, como uma conseqüência disso, os trabalhadores ficam mais revolucionários”¹³ — podem ser examinadas em relação a desenvolvimentos empiricamente observáveis que ocorre-

11. *La Lutte des Classes*, pp. 22-3; cf. também *18 Lectures on Industrial Society*, pp. 73-6.

12. *La Lutte des Classes*, pp. 23-4.

13. *ibid.*, pp. 51-2.

ram na sociedade desde a época de Marx, e que são necessariamente de uma ordem diversa dos enunciados que expressam uma filosofia metafísica da história. Essa distinção é diretamente relevante para o conceito de classe de Marx, porque há, conforme Aron, duas definições de “classe” em Marx. A primeira delas é a que trata “classe” como referente ao lugar de um agrupamento de indivíduos no interior do processo de produção, uma conceptualização que poderia ser aceitável para um sociólogo de convicção não-marxista. A segunda, entretanto, liga a noção de classe a objetivos (não-realizáveis), como o de que a “dominação do homem pelo homem” pode ser superada com a passagem do capitalismo para o socialismo, concepção que não é aceitável, a não ser que se adote a teoria de Marx *in toto*. É a conjunção desses dois elementos nos escritos de Marx, enfatiza Aron, que ajuda a explicar a prolongada fascinação dos pensadores sociais pela noção de classe. Mas isso está, em troca, intimamente relacionado com a atração exercida pelo próprio marxismo, um fenômeno que Aron explica em termos “*tocquevillianos*”. Na medida em que são “democráticas”, as sociedades modernas estão expostas à “contradição” entre a sua fé declarada na igualdade de todos os homens e as desigualdades políticas e econômicas manifestas que existem em seu interior. “As democracias industriais proclamam a igualdade dos indivíduos no trabalho e no domínio da política. Agora, o certo é que há uma grande desigualdade em rendas e estilos de vida”.¹⁴ A tensão constante entre esse ideal e a realidade, e a visão de uma sociedade na qual isso se dilui — através da ação revolucionária de uma classe desprivilegiada — explica o empenho apaixonado que o marxismo pode estimular.

Logo, para Aron, embora as idéias de Marx expressem algumas das aspirações geradas por essa tensão inerente à sociedade industrial, elas não fornecem uma análise satisfatória de suas fontes, mesmo se negligenciarmos a “filosofia da história” de Marx e nos restringirmos a suas “proposições concretas” sobre as classes e o conflito de classes. A teoria de classes de Marx, sugere Aron, repousa em grande parte nas observações que referem-se primeiramente ao proletariado, a “classe *par excellence*”. Na Europa do século XIX, durante as fases iniciais de industrialização, o proletariado, excluído do poder político, trabalhando e vivendo em circunstâncias unifor-

memente degradantes, apareceu como o caso-tipo de classe oprimida, mas nenhuma outra classe adapta-se tão bem a esse critério de perceptibilidade que Marx procurou aplicar. A “burguesia”, por exemplo, nunca foi um agrupamento de tão fácil identificação, se em sua definição inclui todos os que se situam acima da categoria (não muito demarcada) de “pequeno proprietário”. Segundo Aron, qualquer teoria de classes deve estar de acordo com o caráter indefinido da *própria* realidade: as “classes” raramente são grupamentos tão distinta e claramente identificáveis como o proletariado do século XIX. A ambigüidade das discussões conceptuais de classe, desde Marx, reflete uma condição real da realidade. A “incerteza da realidade social”, argumenta Aron, deve “ser o ponto de partida de qualquer investigação sobre classes sociais”.¹⁵ Os pensadores sociais das sociedades ocidentais ficaram obcecados com o problema das classes, mas foram incapazes de chegar a definições aceitáveis do fenômeno. O paradoxo resolve-se em termos da análise precedente: as sociedades industriais (de ambos os tipos, capitalista e socialista) geram continuamente desigualdades, embora, ao mesmo tempo, removam muitas das formas de discriminação manifesta que caracterizaram tipos anteriores de sociedade que não foram influenciados por idéias democráticas. As relações legalmente prescritas de desigualdade, por exemplo, tal como as que existiram nos estamentos medievais, foram abolidas; as estruturas hierárquicas de sociedades industriais são mais fluidas e menos claramente delineadas. Mais do que isso, essas estruturas são de um tipo complicado, envolvendo uma multiplicidade de fenômenos.

Sob que condições, portanto, pergunta Aron, podemos falar da existência de classes que podem ser percebidas? Há três conjuntos de circunstâncias sob as quais *não* podemos fazê-lo:

(1) onde os princípios essenciais da diferenciação hierárquica não são econômicos, mas religiosos ou raciais;

(2) onde o destino ou as “chances de vida” do indivíduo não dependem do grupo a que ele pertence na sociedade, mas exclusivamente dele próprio — em outras palavras, onde prevalece algo próximo à igualdade total de oportunidades;

14. *ibid.*, p. 95.

15. *ibid.*, p. 78. Ver também Aron, “La Classe comme Représentation et comme Volonté”, em *Les Classes Sociales dans le Monde d’Aujourd’hui*, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 38, 1965.

(3) onde as condições sócio-econômicas de todos são fundamentalmente similares.

Nenhum desses três conjuntos de circunstâncias prevalece dentro de sociedades industriais e, conseqüentemente, "não é ilegítimo falar de classes sociais, categorias sócio-econômicas (*ensembles*) definidas por uma pluralidade de critérios e que constituem grupos mais ou menos reais, dentro da sociedade total".¹⁶ A evasiva "mais ou menos real" é deliberada. Se as classes fossem, como inferiu Marx, grupos claramente definidos, produzindo normalmente uma consciência da unidade de classe, não haveria problema, mas, das quatro maiores classes que são quase sempre reconhecidas pelos sociólogos como existentes no interior de sociedades capitalistas, não há nenhuma que tome uma forma bem definida. A "burguesia" "não é uma unidade coerente"; a "classe média" (ou, como se diz sempre as "*classes médias*") constitui "uma espécie de maleta" na qual os indivíduos que não podem ser inseridos em nenhuma outra classe são colocados; o "campesinato" algumas vezes é descrito como uma classe única e, em outras ocasiões, é tratado como se fosse composto de duas classes no que se refere à posse de propriedade (proprietários de fazendas e trabalhadores da agricultura). Mesmo a classe operária, que mais se aproxima da noção de um grupo de classe unificado e distinguível, está longe de ser uma entidade homogênea, quer por critérios sócio-econômicos, quer por critérios de filiação política.

Marx estava certo, concorda Aron, em acreditar que as classes só se tornam agentes importantes da história à proporção que manifestam uma conscientização unificada de grupo, expressa sobretudo no contexto de uma luta com outras classes. Embora a classe operária possa ser caracterizada por traços objetivos e subjetivos que são compartilhados, ela não manifesta, nas sociedades capitalistas modernas, a forma de consciência de classe necessária para dar o impulso que leva a uma mudança fundamental na sociedade. O papel do "messianismo de classe", como estabelecido pelo marxismo, tem sido paradoxal. Desempenhou, indubitavelmente, um papel importante na história recente e, assim, num certo sentido, foi endossado por desenvolvimentos sociais desde a época de Marx; mas, ao mesmo tempo, foi invalidado, porque os que o adotaram, conforme a teoria, não o

deveriam ter feito. A influência do marxismo, como um catecismo político organizador, manteve uma relação inversa com o desenvolvimento capitalista. Em geral, a classe operária foi menos revolucionária à medida que progrediram as forças capitalistas de produção. O marxismo tornou-se mais uma influência promotora do processo de industrialização nos países menos desenvolvidos do que expressou as demandas da sociedade capitalista madura. Os países "socialistas" são as que seguiram um caminho para a sociedade industrial diferente do adotado pelos países da Europa Ocidental.

O desenvolvimento da sociedade industrial, argumenta Aron, deveria ser compreendido em termos de uma distinção entre "estágios de crescimento econômico" e "modos de industrialização". Em cada fase de crescimento econômico, encontramos a emergência de várias formas de "contradição" que podem ser resolvidas conforme os modos divergentes de controle social e político. Na fase inicial de industrialização, por exemplo, é necessário promover uma rápida acumulação de capital e investimento, o que só pode ser realizado por algum tipo de regime autoritário que restrinja o consumo da massa da população. A "contradição", aqui, é que o avanço da prosperidade (tutura) depende da abnegação da geração presente. A forma que esse processo assumiu no desenvolvimento inicial do capitalismo na Europa Ocidental, entretanto, difere muito daquela que, legitimada dentro do quadro de referência do socialismo marxista, tomou na União Soviética.

Numa sociedade industrial desenvolvida, quer "capitalista" ou "socialista", é menor a necessidade de uma imposição autoritária ou forçada de autonegação sobre a população. Mas o "dilema tocquevilliano" assume uma importância crescente: a nova "contradição" é entre a demanda democrática de "nivelamento" e a existência contínua de desigualdades.

3. OSSOWSKI: IMAGENS E CONCEITOS DE CLASSE

Em *Class Structure in the Social Consciousness*, Ossowski tenta um exame geral dos critérios que foram empregados, tanto no pensamento popular quanto em análises sociológicas mais sistemáticas,

16. *ibid.*, p. 356.

para identificar formas de “classe” (e formas de “inexistência de classes”).¹⁷ A linguagem de “classe”, assinala Ossowski, está permeada por metáfora espacial que representa a sociedade em termos de uma ordem “vertical” de divisões ou “camadas” emplilhadas umas sobre as outras. Mas essa representação vertical assumiu uma variedade de tipos, e o objetivo do trabalho de Ossowski é analisá-las.

O tipo mais simples é a concepção “dicotômica” da estrutura de classes. A concepção de uma divisão polar entre duas classes principais na sociedade, mostra Ossowski, é uma das que aparece constantemente na história. Esta representação ocorre de três maneiras principais que correspondem aos tipos de privilégio de acordo com os quais se distribuem os benefícios:

(1) Os “governantes e os governados”: uma divisão de poder ou autoridade, centrada na separação entre os que mandam e os que obedecem (a concepção de “classe” de Dahendorf, é claro, cai nessa categoria).

(2) Os “ricos e os pobres”: uma diferenciação econômica que separa aqueles que possuem riqueza ou propriedade dos que não a possuem.

(3) Aqueles “para quem os outros trabalham” e os que são a “classe trabalhadora”, uma separação que enfatiza a *exploração* de um grupo por outro.

Essas três maneiras de representar uma divisão dicotômica em classes não são, é claro, mutuamente exclusivas, embora, onde sejam encontradas juntas, a tendência seja tratar uma delas como dominante e determinante das demais. A maioria dos pensadores socialistas dos séculos XIX e XX, de acordo com Ossowski, consideraram essa terceira categoria (“exploração”) como condicionante de uma ou outra das duas primeiras e, conseqüentemente, encararam a abolição da primeira como o meio para a eliminação das relações de classes exploradoras. Mas houve exceções importantes a isso, dentre as quais deve ser colocado Saint-Simon. Desde que a “classe operária” de Saint-Simon inclui todos os “produtos reais”, industrialistas e tra-

balhadores assalariados não-proprietários, sua “sociedade sem classes” é bastante compatível com a maioria dos diferenciais em poder e riqueza.¹⁸

A existência de “classes médias” é algumas vezes reconhecida em esquemas dicotômicos, mas elas são sempre vistas como agrupamentos secundários, apêndices de um ou outro dos dois grupos de classes maiores. O que Ossowski chama de “esquemas de graduação”, o segundo tipo principal de representação da estrutura de classes, difere de concepções dicotômicas no sentido de que a classe média (ou as classes médias) é quase sempre olhada como a classe mais básica, sendo a posição das outras classes determinada em relação a ela. Em formas dicotômicas de representação de classe, além disso, cada classe é definida em termos de sua dependência da outra. Em esquemas de graduação, por outro lado, a relação entre as classes é de ordenação, mais do que de dependência; esse tipo de concepção é normalmente aplicado de maneira descritiva, e não explicativa. Ossowski distingue dois tipos de esquema de graduação: o “simples” e o “sintético”. No primeiro, é feita uma representação da estrutura de classes de acordo com um único critério, tal como renda. É o caso, por exemplo, das categorias dos censos romanos originais: na República, os cidadãos eram divididos em seis classes de renda. Esquemas sintéticos envolvem uma ordenação similar em classes, mas aplicam uma combinação de critérios para efetuar a ordenação. Esta é a concepção típica de classe social, sugere Ossowski, adotada pela maioria dos sociólogos americanos contemporâneos. Assim, os estudos de Warner, por exemplo, estabelecem um esquema sintético de graduação revelando seis classes principais na sociedade americana.¹⁹

A terceira forma principal de representação de classe, Ossowski chama de “esquema funcional”. Aqui a sociedade é encarada como dividida em grupamentos funcionalmente inter-relacionados na divisão do trabalho. Essa concepção reconhece em geral uma pluralidade de classes; ao invés de serem percebidas como grupos antagônicos, como tende a ocorrer nas representações dicotômicas, ou como um conjunto de divisões escalonadas, como nos esquemas de graduação,

18. *ibid.*, p. 27.

19. W. L. Warner e P. S. Lunt, *The Social Life of a Modern Community* (New Haven, 1941).

17. Stanislaw Ossowski, *Class Structure in the Social Consciousness*, Londres, 1963.

as classes são consideradas agentes interdependentes e cooperativos. Algumas interpretações sociológicas contemporâneas de sistemas de classes são desse tipo; por exemplo, as que identificam um conjunto de classes funcionalmente interdependentes, como “gerentes”, “trabalhadores de escritório”, “operários especializados” etc. — ou, num nível mais ideológico, a concepção de “classes não-antagônicas”, de Stalin, na União Soviética. Tais classes não são medidas em termos de gradações uniformes numa escala: uma determinada classe difere de uma segunda em aspectos distintos daqueles pelos quais esta difere de uma terceira.

O significado da teoria de classes de Marx é que ela amarra, em uma única teoria coerente, os fios retirados de cada uma das três maneiras de representação da estrutura de classe: “os escritos de Marx formam uma espécie de imensa lenta que concentra os raios que vêm de várias direções, e que é sensível tanto à herança de gerações passadas quanto às fontes criativas da ciência moderna”.²⁰ Os escritos de Marx integram o apelo revolucionário inerente ao esquema dicotômico com uma análise sistemática de outras propriedades de relações de classe, como as que existiram na sociedade européia de sua época. A concepção dicotômica, conforme Ossowski, é mais proeminente nos escritos mais propagandistas de Marx, nos quais ele procurou estimular o desenvolvimento de uma consciência revolucionária. Em seus escritos mais acadêmicos, entretanto, foi forçado a moderar a clareza da perspectiva dicotômica por meio da introdução de classes “intermediárias”, e conseguiu chegar a uma avaliação descritiva de relações de classes em sociedades históricas. Assim, embora, de acordo com Ossowski, os trabalhos de Marx englobem cada uma das três principais formas de representar a estrutura de classes — os esquemas dicotômico, de gradação e funcional — estas são concebidas de um novo modo, em termos da intersecção de duas ou mais divisões dicotômicas de classes.²¹

Nos escritos de Marx, é claro, as sociedades de classes do presente são contrapostas à ordem sem classes do futuro. O conceito de “inexistência de classes” de fato, mostra Ossowski, tem uma história tão grande quanto o conceito de “classe”. Assim como as represen-

20. Ossowski, *op. cit.*, p. 70.

21. *ibid.*, pp. 69 e segs.

tações de classe diferiram, também diferiram as noções de “inexistência de classes”. No mundo moderno, entretanto, há duas versões de “inexistência de classes” sobretudo importantes como ideologias políticas. Uma delas envolve apenas uma ênfase no esquema funcional contra quaisquer formas rivais de interpretação de relações de classes. Diferentemente dos esquemas dicotômico e de gradação, que enfatizam a assimetria das divisões de classes, a concepção funcional envolve a idéia de que as classes sustentam-se mutuamente. A concentração sobre as conexões funcionais, portanto (como na noção de “classes não-antagônicas”), pode servir como meio de reduzir o significado aparente de divisões de classes — não pela redução das desigualdades de riqueza ou poder, mas pela ênfase na natureza cooperativa das classes. Essa concepção difere radicalmente da versão de “inexistência de classes” de Marx, já que esta última pressupõe uma dissolução muito mais profunda de relações de classes. Mas foi um desenvolvimento da interpretação funcional de “inexistência de classes” que veio a predominar, atualmente, na ideologia política moderna — não só nas sociedades ocidentais comprometidas com ideais democráticos liberais, mas também nos países socialistas, nominalmente empenhados com a sociedade sem classes de Marx.

A imagem americana de “inexistência não-igualitária de classes”, conforme Ossowski, é formada fundamentalmente em torno de noção de igualdade de oportunidades: presume-se que todas as pessoas, não obstante as suas origens, tenham as mesmas chances, se possuírem as capacidades apropriadas de alcançar os níveis mais altos no sistema ocupacional. A estrutura da sociedade soviética, como retratada na ortodoxia marxista, poderia parecer que é bem diferente disso. Na verdade, há semelhanças muito estreitas:

O princípio socialista “a cada um de acordo com suas necessidades” está em harmonia com os princípios do credo americano, que sustenta que cada homem é o senhor de seu destino, e que o *status* de um homem é fixado por mérito. O princípio socialista permite a conclusão de que há oportunidades ilimitadas para o progresso e a degradação sociais; isso se assemelha ao conceito americano de “mobilidade social vertical”. Os ataques dirigidos contra a *uravnilovka* (igualação de salários) coincidem com os ataques feitos no outro lado do Atlântico por aqueles que justificam a necessidade de igualdades econômicas numa sociedade democrática.²²

22. *ibid.*, p. 114.

A diferença principal entre os dois pontos de vista ideológicos, sugere Ossowski, é que, conforme a opinião socialista, a “inexistência não-igualitária de classes” é apenas uma fase temporária. Entretanto, embora o objetivo final seja diferente, a distinção aqui não é radical. Segundo a teoria socialista, a transição para a “inexistência igualitária de classes” deve ser um processo progressivo, e não revolucionário — e a democracia liberal também encara um progresso contínuo em direção à realização posterior do princípio de igualdade de oportunidades.

A concepção de “inexistência não-igualitária de classes”, em conjunto com qualquer tipo de esquema funcional, tende a atrair todos os que desejam defender uma ordem social existente. Representações dicotômicas, por outro lado, em geral têm uma conotação revolucionária, já que tendem a perceber as relações de classes como de caráter antagônico. Os esquemas de gradação, fundamentalmente descritivos, são mais neutros do que os outros dois. O fato de que esses três tipos de representação reaparecem através da história, e são encontrados tanto no pensamento ideológico quanto em concepções mais sistemáticas da sociologia moderna, enfatiza Ossowski, demonstra a ubiqüidade dos interesses sociais que os geram. Isso não significa, entretanto, que as formulações da sociologia possam ser diretamente equacionadas com as imagens populares de estrutura de classes. Pelo contrário, as concepções mais antigas formam o *background* contra o qual a preocupação com as *classes* como um conceito sociológico veio a dominar o pensamento social do fim do século XIX em diante. A teoria de Marx, em particular, avizinhou-se de temas profundamente enraizados na herança cultural européia, e relacionou o apelo revolucionário da concepção dicotômica à análise concreta das relações de classes do capitalismo do século XIX.

Mas, como Dahrendorf e outros, Ossowski vê a relevância das concepções de classe de Marx como bastante limitada a uma forma de sociedade (*i.e.*, o “começo do capitalismo”) na qual o poder econômico era a fonte da organização social e política. Este tipo de sociedade, como Marx previu, mostrou ser transitório. As mudanças sociais que ocorreram desde o século XIX, entretanto, embora tenham sido moldadas em parte pelas idéias de Marx, afastaram-se da linha de desenvolvimento por ele prevista. O socialismo, num certo sentido, divergiu do capitalismo porque não emergiu, como Marx acreditava que ocorreria, desse último; mas, num outro sentido, as

duas formas de sociedade, capitalismo e socialismo, evoluíram numa direção similar. A concepção marxista, em sua formulação “clássica”, não pode ser aplicada hoje de maneira mais proveitosa à análise da estrutura de classes das sociedades ocidentais, que afastaram-se de uma situação “governada” pela propriedade privada, do que o pode ser àquelas em que a propriedade privada foi formalmente abolida:

Em situações em que as autoridades políticas podem mudar aberta e efetivamente a estrutura de classes; em que os privilégios que são mais essenciais ao *status* social, incluindo a maior participação na renda nacional, são concedidos por uma decisão das autoridades políticas; em que grande parte ou mesmo a maioria da população está incluída numa estratificação do tipo da encontrada numa hierarquia burocrática — o conceito de classe do século XIX torna-se, mais ou menos, um anacronismo, e os conflitos de classes dão lugar a outras formas de antagonismo social.²³

23. *ibid.*, pág. 184.

IV

OS CRÍTICOS DE MARX: UMA CRÍTICA

1. OS CRÍTICOS RECENTES

“Nos últimos oito anos”, como Bottomore observou, a teoria de classes de Marx “tem sido objeto de uma crítica impiedosa...”¹ O trabalho de autores recentes como Dahrendorf, Aron e Ossowski é, assim, num certo sentido, somente a ponta do *iceberg*. Poucas das idéias colocadas em seus escritos tocam em assuntos que não tenham uma longa história na literatura crítica, desde a geração weberiana de “críticos de Marx”. Por outro lado, a maior parte dessa literatura é repetitiva e as contribuições dos três escritores acima podem ser vistas como incorporando a maioria dos pontos significativos de ataque às idéias de Marx, desenvolvidos desde Weber. Como já enfatizei, há dois pontos relacionados nos escritos dos que se preocupam com as análises de classes e o conflito de classes de Marx: um deles refere-se à validade de interpretação que Marx dá do desenvolvimento ou tendência de evolução do capitalismo, e o outro, a críticas conceptuais mais abstratas de sua noção de classes.

Desde que esses pontos estão necessariamente muito relacionados, não é nem desejável, nem possível, separá-los completamente. Mas o problema do desenvolvimento capitalista coloca dificuldades especiais, que serão confrontadas num capítulo posterior; a discussão nesse capítulo terá seu foco, fundamentalmente, nas críticas conceptuais de Marx.

A teoria de classes de Marx, como enfatiza cada um dos três autores, foi formulada no contexto de uma concepção de *Praxis* política. É óbvio que os escritos de Marx não podem ser tratados como exercícios puramente acadêmicos de interpretação social: não só

1. T. B. Bottomore, *Classes in Modern Society* (Londres, 1966), p. 21.

foram concebidos com um fim prático em vista, mas também subseqüentemente exerceram uma tremenda influência política e ideológica na sociedade. Esses fatores, de acordo com os críticos de Marx, não só impedem a exposição exata de suas próprias idéias, uma vez que a exortação revolucionária mistura-se com a análise fundamentada, como também obscurecem a questão da validade de sua teoria, porque aquela teoria, ela própria, tornou-se um “fato social”. A situação fica pior, como acentua fortemente Dahrendorf, pelo pesado revestimento de elementos “filosóficos” que possibilitaram que Marx integrasse suas discussões mais concretas sobre classe à teoria de transcendência do capitalismo pelo socialismo. É interessante notar, entretanto, que esses fatores foram vistos, amiúde, por aqueles que simpatizavam com Marx, como uma fonte maior de *defesa* de sua teoria. Argumenta-se que a força principal do ponto de vista de Marx, e que o separa da “ciência social acadêmica”, é a sua fusão da teoria com a prática. O marxismo, afirma, é um *método* e não um conjunto fixo de generalizações e descobertas. Por isso, a “validade” ou não das idéias de Marx tem que ser julgada em termos de seu sucesso na *Praxis*.² Os aspectos “filosóficos” da teoria de classes de Marx são, a partir dessa perspectiva, uma parte necessária de seu caráter tanto de análise quanto de crítica do capitalismo.

Os problemas levantados por esses pontos relacionam-se à questão geral da própria natureza da teoria sociológica, e sua relação com a prática política, e assim referem-se a questões que vão além dos objetivos deste livro. Só são relevantes aqui enquanto se relacionam imediatamente com as dificuldades na interpretação dos conceitos de classe e conflito de classes em Marx. A questão é que ambas as opiniões, a crítica e a simpática, tendem a subestimar a importância dos elementos que Dahrendorf chama de “sociológicos” — em oposição aos “filosóficos” — do pensamento social de Marx. Se Marx foi mais do que apenas um cientista social, ele foi ainda mais cientista social do que acredita a maioria de seus críticos ou de seus seguidores.

A discussão de Dahrendorf, em particular, não é convincente. Segundo ele, os elementos “filosóficos” nos escritos de Marx introduzem-se constantemente nas generalizações “sociológicas” de modo

2. cf. os primeiros escritos de Lukács, especialmente *History and Class Consciousness* (Londres, 1971), pp. 1-26.

a torná-las “sem significado ou falsas”. Um exemplo que Dahrendorf cita é a crença de Marx de que “todos os conflitos sociais e todas as mudanças de estrutura podem ser explicados em termos de antagonismos de classe”, uma generalização que não é nem permissível nem sustentável”.³ Mas essa não é uma representação adequada das opiniões de Marx. Certamente os seus escritos contêm afirmativas radicais, sobretudo em seus trabalhos mais propagandistas (notadamente *O Manifesto Comunista*), como a declaração de que “toda a história passada é a história da luta de classes”, mas é bastante óbvio que tais proposições não podem ser consideradas de maneira isolada de suas discussões mais detalhadas. Além disso, ele freqüente e expressamente rejeitou a interpretação que vê em suas opiniões a promoção de uma filosofia distintiva da história: a filosofia deve ser substituída pela “ciência real, positiva” do desenvolvimento social, uma ciência cujos resultados “de forma alguma fornecem uma receita ou esquema, como a filosofia o faz, para a hábil arrumação das épocas da história”.⁴ Ao invés de separar, como Dahrendorf tenta fazer, elementos “filosóficos” e “sociológicos” do pensamento de Marx, é mais apropriado distinguir, como foi sugerido antes, o “modelo abstrato” de classes de Marx de suas análises “concretas” das relações de classes. Se essa é uma distinção que foi, num certo sentido, imposta a Marx, ela é menos arbitrária do que a utilizada por Dahrendorf. Nesses termos, os aspectos das idéias de Marx que Dahrendorf escolhe para foco principal do ataque crítico aparecem sob uma nova luz. É claro que Marx não afirmou que “todos os conflitos podem ser explicados em termos de antagonismos de classe”, se isso significa que não houve, na história, outras formas significativas de lutas entre grupos. Nem afirmou que os conflitos de classes verificados no curso da história das sociedades européias ocidentais foram idênticos em conteúdo.⁵

De acordo com Dahrendorf, a fragilidade das formulações de Marx manifesta-se particularmente no tratamento que ele dá à rela-

3. *Class and Class Conflict*, p. 129.

4. *German Ideology*, p. 38.

5. Dahrendorf escreve: “A história de todas as sociedades até o presente momento é a história das lutas de classes.” Esse enunciado aparentemente filosófico não é, na realidade, senão uma reformulação do postulado filosófico que liga alienação (e, portanto, toda a história conhecida), propriedade privada e classes” (*Class and Class Conflict*, p. 31).

ção entre classe e propriedade privada. Não conseguindo isolar os dois sentidos do termo "propriedade", Marx pôde efetuar uma conexão — espúria — entre a sua teoria de relações de classes e a sua filosofia da história. Mas esta é, novamente, uma afirmação muito questionável. Se Marx não tinha consciência da distinção entre os dois sentidos de "propriedade", como pôde elaborar sua análise das sociedades anônimas no interior do capitalismo moderno — uma análise que Dahrendorf realmente discute com uma certa minúcia? A importância do desenvolvimento da sociedade anônima, como Marx procura mostrar, é que ela cria uma divisão entre a posse de propriedade (legal) e o controle efetivo da empresa. A sociedade anônima mostra precisamente que esses dois sentidos de "propriedade" não devem ser confundidos. Embora, ao discutir relações de classes, Marx não faça uma distinção terminológica entre "posse" (sentido mais restrito de "propriedade") e "controle" (sentido mais amplo de "propriedade"), é pouco convincente sustentar que ele não tinha consciência dela. É lógico que, ao contrastar o "caráter de classe" do capitalismo com a "inexistência de classes" do socialismo, Marx não considerou, como afirmou Dahrendorf, que essa é uma transição que pode ocorrer apenas pela abolição legal da propriedade privada. A separação entre o título legal de propriedade privada e o controle real da empresa capitalista na sociedade anônima exemplifica processos mais amplos de mudança que ocorreram no capitalismo, por meio dos quais a forma "clássica" de competição "anárquica" no mercado livre é deslocada por uma socialização incipiente de relações de mercado. O socialismo envolve a realização desses processos incipientes dentro do capitalismo: a abolição legal da propriedade privada, desenvolvida pela ação revolucionária da classe operária, só é possível devido ao conjunto de mudanças que já ajudaram a transformar o capitalismo a partir de dentro.

Embora se sustente que a abordagem de Dahrendorf esteja fundamentada numa reformulação da teoria de classes de Marx, ela deve muito pouco de sua natureza concreta às formulações de Marx. O que Dahrendorf preserva da concepção de Marx totaliza, na verdade, duas considerações — ambas primordialmente de caráter formal: a aceitação de um "modelo" dicotômico de conflito de classes, e a ênfase de que a tarefa de uma teoria de classes seria fornecer uma avaliação explicativa da mudança social. Mas a substância do conceito de classe de Dahrendorf é, obviamente, muito diversa da toma-

da por Marx;⁶ e seu efeito é roubar da noção o que quer que ela tenha de distintivo no emprego tradicional que este último faz do termo. A noção de classe, nos escritos de Marx, assim como nos daqueles virtualmente influenciados por ele, refere-se acima de tudo à análise das interconexões entre economia e sociedade, entre as relações econômicas e relações sociais. O conceito de Dahrendorf, transformando a noção de "divisão de classes" em "divisão de autoridade", não tem absolutamente nenhuma afinidade intrínseca com tais problemas.

Entretanto, é claro, pode-se argumentar que ajuda a esclarecê-los na medida em que nos permite examiná-los de uma forma que não seria possível se utilizássemos conceitos tradicionalmente estabelecidos. Mas há pelo menos três objeções que lançam dúvidas sobre a utilidade do esquema de Dahrendorf. Em primeiro lugar, é difícil aceitar que divisões de autoridade possam ser logo analisadas em termos de uma divisão dicotômica entre um grupo "dominante" e um "subordinado": aqueles que "detêm" ou "participam da" autoridade, em contraste com aqueles que o fazem. Embora sob certas circunstâncias isso se aplique, o caso mais comum é que um sistema de autoridade — como especificado no tratamento que Weber dá a organizações burocráticas — envolve uma hierarquia graduada de relações. Os conflitos entre grupos *dentro* da hierarquia podem ser mais importantes do que aqueles entre os que "têm" autoridade e os que não têm; e é, no mínimo, uma interpretação bastante forçada incluir o mais humilde trabalhador de escritório da burocracia governamental na "classe governante". Em segundo lugar, não há motivo para se admitir, mesmo presumindo-se que a autoridade possa ser proveitosamente tratada numa divisão dicotômica, que o exercício da autoridade pressupõe uma oposição (latente) de interesses entre aqueles com autoridade e os que estão sujeitos a essa autoridade. Na teoria de Marx há uma estrutura definida de relações que envolve a criação e a apropriação de uma mais-valia, que gera uma oposição necessária de interesses entre as classes. Mas isso falta à concepção de Dahrendorf. O ponto em que uma divisão de autoridade pressupõe um conflito de interesses não pode ser decidido *en gros*, mas depende tanto do tipo de organização daquela autoridade (*e.g.*, até onde os

6. Como enfatiza o próprio Dahrendorf: "Embora o objetivo heurístico e a abordagem geral da teoria de classes (de Marx) possam e devam ser sustentados, não é isso o que ocorre com respeito a muitas outras características dessa teoria (*ibid.*, p. 126).

que estão sujeitos à autoridade aceitam-na, voluntariamente; que mecanismos de representação e sanção possuem frente aos "detentores" de autoridade etc.) quanto da natureza dos objetivos que a instituição em questão está destinada a realizar.

Em terceiro lugar, a opinião de Dahrendorf implica, logicamente, o reconhecimento de uma pluralidade indefinida de classes. Uma classe "dominante" e uma classe "subordinada" podem ser identificadas em qualquer "associação coordenadora imperativa"; *i.e.*, qualquer organização que tenha algum tipo de distribuição determinada de autoridade. Assim, as classes podem existir em clubes de *cricket* e em empresas industriais. Dahrendorf, é claro, reconhece que isso acontece e, assim, restringe a sua discussão às "duas grandes associações, o Estado e a empresa industrial".⁷ Mas isso obviamente pressupõe algum critério por meio do qual tais organizações sejam reconhecidas como mais "significativas" do que outras para a análise de classes; e isso, em troca, nos leva de volta a alguns elementos nos conceitos mais tradicionais de classe que Dahrendorf, originalmente, pretendeu ter abandonado.⁸ Nos escritos de Marx tais critérios são estabelecidos pelo quadro de referência teórico geral no interior do qual é empregado o conceito de classe; ou seja, aquele que analisa o papel fundamental das relações econômicas no condicionamento do restante da estrutura social e política.

Finalmente, a abordagem de Dahrendorf elimina por completo a possibilidade da "sociedade sem classes". Esta é, em si mesma, uma afirmativa trivial, devido a sua conceituação de classe, já que se deve admitir que padrões definidos de autoridade são necessários em qualquer tipo concebível de sociedade em larga escala. O importante é que o ponto de vista de Dahrendorf dirige a atenção para longe do contraste entre "classe" e "inexistência de classes", conforme concebido na teoria de Marx. Quaisquer que possam ser os defeitos do tratamento que Marx dá a essas questões, a abordagem de Dahrendorf não nos fornece meios adequados para lidar com eles. Na verdade, Dahrendorf poderia ser acusado de fugir das questões implícitas no mesmo tipo de especiosidade terminológica da qual acusa Marx: porque embora a propriedade privada possa desapare-

7. *ibid.*, p. 168.

8. Lenski também ofereceu um conceito de classe que reconhece uma pluralidade de classes; e suas idéias estão abertas a objeções similares. Ver Gerhard E. Lenski, *Power and Privilege* (Nova York, 1966).

cer (hipótese empírica), isso não pode ter qualquer relação possível com a existência ou o desaparecimento das classes (truque "de definição)! Ao tentar reformular o conceito de classes, Dahrendorf age precipitadamente. * Embora não nos possamos contentar com o conceito de classe usado por Marx, se quisermos analisar satisfatoriamente o tipo de problemas que constituíram o cerne de suas preocupações, não teremos nenhum ganho teórico significativo se substituirmos "classe" por "autoridade". Já possuímos, em sociologia, um quadro de referência teórico razoavelmente adequado com o qual analisamos sistemas de autoridade, e serve a poucos propósitos confundir isso com a terminologia de "classe".⁹

O trabalho de Ossowski é mais genuinamente original e, embora não seja, sobretudo, uma tentativa de "revisar" o conceito marxista de classe, ele mantém uma preocupação com um fator inerente aos escritos de Marx: o fenômeno de "consciência de classe", embora Ossowski esteja interessado menos em consciência de "unidade de classe" do que em imagens cognitivas da estrutura de classes. Mas elas estão relacionadas, assinala ele, de maneiras definidas; assim, se o "esquema dicotômico" penetra na, e torna-se parte da, ideologia pública, tende a estimular e reforçar uma consciência de solidariedade de classe por parte de uma classe proto-revolucionária.¹⁰

Mas Ossowski relaciona muito intimamente o esquema dicotômico à sua função social de propaganda revolucionária. Enfatiza que concepções dicotômicas de classe tendem a tornar implícita a suposição de conflito de interesses, e portanto estão associadas com um questionamento revolucionário da ordem existente. Mas não é isso absolutamente o que ocorre sempre tanto na representação popular quanto em discussões sociológicas mais acadêmicas sobre classes. A representação dicotômica forma, em geral, uma parte das representações de relações de classes ligadas a pontos de vista "conservadores", e que podem representar as duas classes em questão como

* Em inglês: "... *Throws out the baby with the bath water.*" (N. do T.)

9. Parece que Dahrendorf veio mais recentemente a reconhecer algumas das dificuldades inerentes às perspectivas desenvolvidas em *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Em 1967, observa ele: "o problema da direção da mudança (e, provavelmente, relacionada a ele, a substância dos interesses de classe) ... escapa à minha tentativa de reformular a teoria de classe" (*Conflict after Class*, p. 27).

10. Ossowski, *op. cit.*, pp. 34-37.

estando em harmonia, e não em conflito. Isso é freqüentemente encontrado em representações criadas em formas aristocráticas de governo que enfatizam a capacidade natural e legítima de uma certa minoria para a liderança.¹¹ No campo da análise sociológica (e no interior de um quadro de referência de análise de conflito) os esquemas dicotômicos “conservadores” aparecem nas obras dos “teóricos de elite”, Pareto e Mosca. Além disso, mesmo em Marx a conotação de propaganda da concepção de duas classes é menos marcada do que Ossowski conclui. Embora se possa aceitar que a descrição dicotômica de relações de classes nos escritos mais especificamente políticos de Marx carregue um apelo emocional pronunciado e deliberadamente provocante, é importante enfatizar, como foi mostrado num capítulo anterior, que o esquema em duas classes é um modelo analítico abstrato que guia o pensamento de Marx através de seus trabalhos. Segundo Ossowski, com “Marx revolucionário, a concepção dicotômica de estrutura social é dominante”, enquanto “Marx, o teórico”, tende a basear-se nos esquemas “funcional” e “de gradação”.¹² Mas isso é ilusório, ou completamente incorreto; o esquema em duas classes, que está diretamente vinculado à teoria da mais-valia, é a base necessária para a estrutura teórica elaborada em *O Capital*.

Não fica claro porque Ossowski interpreta seu “esquema funcional” — três ou mais classes numa divisão do trabalho — como gerador de uma harmonia entre as classes. Certamente é possível apontar imagens de estrutura de classes que têm esta ênfase, tais como o exemplo citado das “classes não-antagônicas” de Stalin, mas essa conclusão não parece ser necessária. Onde se representam três ou mais classes como componentes de uma estrutura de classes, pode-se ainda reconhecer que há conflitos endêmicos entre elas. Naturalmente, pode-se sustentar que as classes em questão tenderão a formar “coalizões” em circunstâncias de conflito aberto, mas tais coalizões podem ser de caráter transitório ou inconstante, e não classificáveis sob um modelo dicotômico de classes. Representações desse tipo são usuais nos escritos de sociólogos: por exemplo, em análises da chamada estrutura de castas no Sul dos Estados Unidos.¹³

11. Ossowski reconhece isso (e.g., p. 35), mas não desenvolve a questão.

12. *ibid.*, p. 79.

13. Os principais grupos em questão aqui são negros, “brancos pobres” e donos de terra. Ver, por exemplo, J. A. Dollard, *Caste and Class in a Southern Town* (New Haven, 1937).

Mais do que isso, conceitos de classe que empregam critérios múltiplos não se conformam necessariamente, como parece afirmar Ossowski, a seu “esquema de gradação” descritivo. É o que ocorre, por exemplo, com as categorias de diferenciação de classes de Weber. Se estas fossem ajudadas dentro de qualquer parte da classificação de imagens de classe de Ossowski, ficariam mais próximas do esquema funcional. Mas a identificação de “posição de classe” de Weber permite o reconhecimento de várias bases possíveis de formação de classes; pode haver uma multiplicidade de “classes” que diferem em termos de agregados de indivíduos que compartilham posições comuns de mercado; as combinações mais significativas podem ser elucidadas no contraste entre *Besitzklassen* e *Erwerbsklassen*; e uma classificação posterior pode ser desenvolvida com o auxílio da concepção de “classe social” de Weber. Todas essas diversas “classes são, entretanto, baseadas na divisão do trabalho; elas não são (como as “classes” de Warner) exemplos do esquema de gradação de Ossowski.¹⁴

Por mais útil ou adequada que possa ser para esclarecer as representações de classe na ideologia popular, a classificação de formas de representação de classe não ajuda muito na identificação das principais linhas de diferença entre as formas em que o conceito tem sido empregado em sociologia. Embora Ossowski esteja, sem dúvida, certo em mostrar a influência mútua da ideologia popular e do pensamento sociológico, a relação entre eles continua ambígua em sua análise, e é enganoso misturar os dois, como tende a fazer. Assim, enquanto o “esquema dicotômico”, como ele o apresenta, pode ser relacionado amiúde a algum tipo de propósito revolucionário, como fica aparente no marxismo, há numerosos usos desse esquema que não trazem nem esta consequência nem tampouco outra claramente “conservadora”. Não é apenas em Marx que se reconcilia um modelo de classes dicotômico com o reconhecimento da existência de várias classes numa sociedade empírica. Assim, as *Besitzklassen* e *Erwerbsklassen* de Weber englobam uma divisão dicotômica baseada, à semelhança de Marx, na posse e na exclusão de posse de propriedade dos meios de produção; e o modelo de duas classes de Dahrendorf, quando aplicado à análise de qualquer sociedade dada, identifica numerosas “classes”.

14. W. L. Warner, *Social Class in America* (Chicago, 1949); Ossowski, *op. cit.*, pp. 47 e segs.

Embora Ossowski afirme que o conceito marxiano de classe aplicável ao capitalismo do século XIX tenha perdido atualmente grande parte de sua relevância, ele fornece poucas indicações do que deveria substituí-lo, ou de como poderia ser alterado para aplicação no mundo contemporâneo. No fim, parece optar por um nominalismo extremo: “é possível aplicar a maioria ou a totalidade dos esquemas que estamos considerando a quase todas as sociedades de classes; diferentes categorias conceptuais correspondem a diferentes problemas”.¹⁵ Isso não é muito satisfatório.

O problema do nominalismo, isto é, da “realidade” das classes, postulado pelos sociólogos, está na vanguarda das preocupações de Aron em suas discussões sobre “sociedade industrial”. De fato, ao comparar o uso marxista do termo “classe” com o uso tipicamente empregado na sociologia americana — como, por exemplo, nos escritos de Warner — Aron classifica o primeiro de “nominalista” e o segundo de “realista”. Conforme o seu primeiro ponto de vista, destaca Aron, classe é uma realidade histórica, definida tanto em termos de sua existência como um “fato na realidade material” quanto em termos de uma consciência de unidade por parte de indivíduos que são seus membros. O outro ponto de vista, pelo contrário, é nominalista porque uma vez que a “classe” é tratada como equivalente à “estratificação”, não é reconhecida como constituindo uma “totalidade real”, mas é vista como um agregado de indivíduos diferenciados uns dos outros em termos de vários tipos de critérios sociais e psicológicos.¹⁶ Ao invés de reviver velhos debates sobre se a classe é um “fenômeno real” ou uma “criação do observador”,¹⁷ Aron opta pela opinião de que é a própria realidade que é “equivoca”: as classes raramente são os “atores autoconscientes” — se forem — da teoria de Marx.

Isso repousa, entretanto, numa simplificação excessiva da posição de Marx. Fica, com certeza, claro que a “consciência de classe”

15. Ossowski, *op. cit.*, p. 176. “Por exemplo, onde os ideólogos soviéticos vêem duas classes não-antagônicas e um “estrato” de *intelligentia*, um sociólogo americano ou um emigrado russo perceberá seis ou dez classes como níveis de estratificação social” (p. 177).

16. *La Lutte des Classes*, pp. 69-70.

17. cf. Theodor Geiger, *Die Soziale Schichtung des Deutschen Volkes* (Stuttgart, 1932), pp. 2 e segs.

pode tomar, e tomou, várias formas; e longe de ser o modelo prototípico da consciência de classe, a experiência do proletariado é única. Segundo Marx, a ação revolucionária da classe operária representa a primeira e única vez na história em que a vasta massa da população constitui uma classe “para si”. O exemplo anterior de mudança revolucionária — a ascensão da burguesia na sociedade pós-medieval — só envolveu segmentos da classe subordinada e foi de caráter bastante diverso do processo (optativo) de desenvolvimento de um proletariado com consciência de classe. A “consciência de classe” da burguesia, além disso, não tomou a forma de uma consciência da solidariedade coletiva, mas, pelo contrário, foi expressa como necessidade difusamente sentida de escapar das repressões do feudalismo, manifesta na luta pela “liberdade do indivíduo”.

A utilidade do conceito de classe seria certamente muito limitada se ele fosse confinado ao tipo de concepção que Aron toma como arma polêmica para a avaliação do ponto de vista de Marx. Embora se possa argumentar que alguns marxistas posteriores estiveram perto de adotar tal opinião,¹⁸ ela corta os principais impulsos dos escritos de Marx. O proletariado não é tanto, como argumenta Aron, a “classe *par excellence*”, mas a “classe para terminar com todas as classes”. Nesse ponto, o contraste que Ossowski delineia entre os esquemas “dicotômico” e “de gradação” está mais próximo da verdade do que a oposição de Aron entre os pontos de vista “realista” e “nominalista”: enquanto para aqueles que escrevem na tradição marxiana o termo “classe” é tratado como um conceito explicativo, a identificação entre “classe” e “estratificação” normalmente implica o seu emprego de uma forma descritiva. Na discussão de Aron, nunca é claro até que ponto deve ser atribuído à noção de classe um significado explicativo.

A “escolha” entre as duas abordagens do problema das classes evita o que talvez seja o maior tema resultante dos escritos de Marx: a natureza da “sociedade de classes” e a sua possível transcendência. O ponto principal da análise do capitalismo de Marx é que é uma forma de economia e sociedade construída *em termos* de relação de classes. Mas, ao começar com uma concepção de sociedade industrial, Aron realmente prejudica as conseqüências do ponto de

18. *e.g.*, Lukács. Ver Georg Lukács, *op. cit.*

vista de Marx.¹⁹ Uma “sociedade de classes”, para Aron, é tanto a que se distingue pelo prevailecimento contínuo de desigualdades na renda, prestígio e estilo de vida, por um lado, como, por outro, pela existência de grupos de classes unificadas, “historicamente atuantes”. No primeiro sentido, é bastante óbvio que qualquer sociedade moderna, tanto existente como realisticamente concebível, deve ser uma sociedade de classes. No segundo sentido, não há sociedade; o proletariado é a única “classe” distinguível que realmente se ajusta ao caso, e apenas em períodos intercalados. Nenhum desses casos é exaustivo da série de possibilidades implícitas na análise de dominação de classe de Marx.

Aron dá poucas contribuições para a reconceptualização da noção de classe e, no fim, parece identificar “classe” diretamente com “estrato”, embora concorde em que os “estratos” não são só agregados estatísticos convenientes, mas constituem “realidades psicossociais”. As sociedades modernas são sociedades de classes na medida em que são diferenciadas e estratificadas, e enquanto tal estratificação produz grupos coesos e autoconscientes: “classes realmente existem mais ou menos... e, à medida que a estratificação social existe (e parece ser inseparável da sociedade industrial), é sempre possível uma interpretação em termos de classe.²⁰ Mas devemos resistir à tendência de identificar “classe” e “estratificação”, e à opinião de que a classe é um “tipo” particular de estratificação. Esse uso, como a identificação que Dahrendorf faz entre classe e autoridade,²¹ leva inevitavelmente à conclusão de que todas as sociedades são “sociedades de classes” e obscurece alguns dos principais problemas levantados pelo trabalho de Marx.

2. MAX WEBER

De todas as tentativas feitas para revisar o conceito de classe desde Marx, a de Weber merecidamente desfruta maior aceitação. Diferentemente da perspectiva oferecida por Dahrendorf, a aborda-

19. Assim Aron refere-se num ponto à “ficção de que o controle dos meios de produção determina as relações de classes...” (*Progress and Distillation*, p. 39).

20. *ibid.*, p. 33.

21. Dahrendorf, entretanto, especificamente previne contra a confusão entre “classe” e “estratificação”.

gem de Weber compartilha, com a de Marx, muito mais do que uma similaridade formal, desde que ele aceita que “propriedade” e “falta de propriedade” são... as categorias básicas de toda situação de classe.²² Realmente, é fácil exagerar o grau em que a opinião de Weber afasta-se da de Marx, especialmente porque, ao ampliar o conceito de “situação de mercado”, a argumentação de Weber poderia ser expressa dizendo-se que as habilidades vendáveis são uma forma de “propriedade” de que o indivíduo pode dispor para garantir um certo lucro econômico.

Uma dificuldade maior com a concepção de Weber, entretanto, é semelhante à enfrentada por Dahrendorf, ou seja, ela implica o reconhecimento de um número de classes indefinidamente amplo. Uma “classe” refere-se a qualquer agregado de indivíduos que compartilham uma situação de mercado comum, em termos de bens e habilidades que possuem. Mas a série de “bens e habilidades” possuídos por pessoas é altamente variável, e poder-se-ia levar esse ponto de vista ao seu *reductio ad absurdum* por meio da suposição de que todo indivíduo traz uma combinação um pouco diferente de posses ou habilidades para o mercado e, portanto, de que há tantas “classes” quantos indivíduos concretos que participam das relações de mercado. Na prática, é claro, é provável que as diferenças mais evidentes entre as situações de mercado de indivíduos possam ser chamadas de “diferenciais de classe”. Mas, mesmo então, teremos, talvez, um número muito grande de “classes” — como há, na verdade, no interior da classificação de *Besitzklassen* e *Erwerbsklassen* de Weber. Embora possa ser útil para alguns objetivos valer-se de esquema tão complicado, é provável que, no essencial, ele seja muito volumoso para poder ser aplicado de maneira geral, e na verdade Weber não parece usá-lo totalmente em seus escritos empíricos.

Quando Weber emprega o termo “classe” no corpo principal de seus escritos parece normalmente empregá-lo em dois sentidos: (1) no sentido estritamente marxista, como quando fala da “burguesia”, “campeinato”, “classe operária” etc.; (2) para se referir ao que, na sua discussão conceptual da questão em *Economy and Society*, chama de “classe social”. A relação entre essas duas conotações de “classe”, entretanto, é obscura, já que a análise do conceito de “classe social”

22. *Economy and Society*, vol. 2, p. 927.

de Weber é excessivamente superficial. Além disso, a definição do último conceito parece, em parte, contar a formulação inicial de "classe" como um agregado de situações comuns no mercado. Uma vez que a noção de "classe social" só aparece na segunda — e posterior — discussão de classes e grupos de *status*, a conclusão a que se deve chegar é de que Weber acabou por ver as impropriedades da versão anterior. Mas, à medida que as últimas formulações até certo ponto abandonam a posição de que classe refere-se somente a interesses econômicos no mercado, elas tendem a obscurecer a nítida linha divisória que Weber procurou originalmente estabelecer entre a situação de classe e os grupos sociais e formas de ação que podem-se desenvolver entre os que compartilham situações comuns no mercado.

Weber indubitavelmente estabeleceu o seu conceito de "posição de classe" com o objetivo de diferenciar acentuadamente o seu ponto de vista do de Marx e, sobretudo, de algumas variantes do marxismo em voga no seu tempo:

Tratar "classe" conceptualmente como tendo o mesmo valor que "comunidade" leva a distorções. O fato de os homens na mesma situação de classe reagirem regularmente em ações de massa a situações tão tangíveis como as econômicas na direção dos interesses mais adequados à sua média é importante e bem simples para a compreensão de acontecimentos históricos. Acima de tudo, esse fato não deve levar ao tipo de operação pseudocientífica com os conceitos de "classe" e "interesses de classe" atualmente encontrados com tanta frequência, e que encontra sua expressão mais clássica nas afirmativas de um autor talentoso de que os indivíduos podem errar em relação a seus interesses, mas que a classe é infalível em relação a esses interesses.²³

Mas em seu desejo de enfatizar o caráter contingente da consciência e ação de classe, Weber fornece pouca indicação sistemática das condições sob as quais as relações de classe *realmente* geram uma consciência de identidade mútua de interesses ou uma propensão à organização ativa na base de interesses de classe, além de dizer que estas estão "ligadas a tradições culturais gerais".²⁴ Se tivesse desenvolvido mais a noção de "classe social", poderia, talvez, ter estabelecido uma análise mais satisfatória dos fatores que influenciam a intensidade em que a classe fica sendo um fenômeno "subjeto".

23. *ibid.*, p. 930. O "autor talentoso" em questão é evidentemente Lukács.

24. *ibid.*, p. 929. É claro que uma análise histórica dessa questão está contida nos estudos detalhados sobre as "religiões do mundo".

As lacunas existentes nesse ponto da discussão de Weber são devidas, talvez, em parte, à sua tendência em confundir dois elementos na distinção entre "classes" e "grupos de *status*". Um dos fatores na sua ênfase da significação de separar conceptualmente o último do primeiro é, de novo, sem dúvida, seu desejo de diferenciar o conceito de "classe" da consciência subjetiva de solidariedade. A existência de um "grupo de *status*", que depende de certo tipo de avaliação social de alguns homens por outros, pressupõe tal consciência objetiva. Um dos pólos da distinção entre "classes" e "grupos de *status*" está, assim, centrado no contraste entre o "objetivo" e o "subjeto": "classe" é um fenômeno que opera independentemente da percepção que o indivíduo tem da sua situação, já que esta é dada na estrutura do mercado; "*status*", por outro lado, está baseado na consciência de filiação e diferenciação do grupo. Mas as classes e os "grupos de *status*" também são distinguíveis devido ao fato de as primeiras serem criadas na esfera da produção, os segundos na esfera do consumo.²⁵ Ambos os pontos são clara e diretamente relevantes para a interpretação marxista do papel das classes no desenvolvimento social, mas o segundo é talvez mais fundamental, porque dele resulta que, na medida em que os "grupos de *status*" desempenham um papel preponderante em qualquer sociedade, as relações formadas no processo de produção, sempre centrais em Marx, são correspondentemente reduzidas em significado.

A distinção entre esses dois aspectos da discussão de grupos de *status* de Weber é importante porque chama a atenção para a "consciência de *status*" como uma forma de consciência de diferenciação social separável daquela gerada pela posição de classe, enquanto a outra enfatiza a importância de formas de estrutura de grupo que se originam fora da ordem econômica. Embora essas duas possam sobrepor-se, elas não são, definitivamente, as mesmas. Assim, os estamentos feudais, baseados em discriminações estabelecidas na lei, pertencem à última categoria, e são, obviamente, em vários aspectos, muito diferentes das formas de consciência de prestígio diferencial, honra etc., que podem existir na sociedade capitalista. O emprego de um único conceito (*Stand*) para englobar ambos os conjuntos de fenômenos confunde muito mais do que esclarece. Embora as relações de "grupos de *status*", como Weber as analisa, possam referir-se a ele-

25. Embora Weber acrescente, misteriosamente, que isso se mantém "com algum excesso de simplificação" (*ibid.*, p. 937).

mentos “feudais” que persistem no interior do capitalismo (como no caso de aspectos do estilo de vida dos *Junkers*), estes são distinguíveis da, digamos, “consciência de *status*” do “artista” ou “professor”, se comparada à do “industrialista”.²⁶

3. CONCLUSÃO

Não foi meu objetivo, ao criticar os críticos de Marx, afirmar que o trabalho deles pode ser rejeitado por completo, e vou usar algumas de suas idéias na minha análise subsequente da teoria de estrutura de classes. Mas quero enfatizar que tais escritos, no estado em que se encontram, não contêm uma formulação aceitável de tal teoria, nem oferecem uma avaliação satisfatória, pelas razões que discuti, das fraquezas da visão marxiana. É para esta última tarefa que agora me volto.

26. Isso não significa dizer, entretanto, que o critério legal torna-se *irrelevante* às discriminações de *status* com o desaparecimento dos estamentos; pelo contrário, a “igualdade” formalmente definida frente à lei é uma condição de diferenças de *status* “convencionais” (e também uma condição, como enfatizarei em capítulos posteriores, da existência da própria *sociedade de classes*).

V

A PERSPECTIVA DE MARX REAVALIADA

1. A CLASSE E A DIVISÃO DO TRABALHO

As origens da preocupação com a “classe” e com a “sociedade de classes”, é claro, remontam à “grande transformação” das sociedades européias: o declínio e a desintegração final do feudalismo, e sua substituição por uma nova ordem social e econômica. Marx desenvolveu sua concepção de classe na crença de que a libertação dos homens das restrições do feudalismo os havia abandonado a novas formas de servidão — não mais, entretanto, baseada na ordem natural, dada por Deus, de dominação e subordinação, mas criada pelas exigências do mercado capitalista “livre”. Na Europa não havia um, mas vários “feudalismos”; mas no interior das divergências que existiam, tanto no auge do sistema quanto no período pós-feudal,¹ é possível discernir uma estrutura institucional comum que contrasta dramaticamente com a forma de economia e sociedade que a substituiu.

(1) No feudalismo havia uma “alocação autoritária de trabalho”. Segundo o princípio medieval *Unusquisque maneat in ea vocatione in qua dignoscitur vocatus*, todo homem deve executar respeitosamente as tarefas envolvidas naquela vocação, e naquela apenas, para a qual foi destinado na hierarquia de ocupações sancionada por Deus. Com o declínio da ordem medieval, esse princípio diluiu-se: “os indivíduos estão livres para gastar suas energias, habilidades e bens como o desejarem”.²

1. Ver Marc Bloch, *Feudal Society* (Londres, 1961).

2. C. B. Macpherson, *The Political Theory of Possessive Individualism* (Londres, 1964), p. 51.

2) Intimamente relacionada a isso estava a fórmula que separava a sociedade em estamentos legalmente diferenciados: "O sinete do membro de um estamento particular indicava com exatidão que ele não podia sair de seu próprio estamento e qualquer que fosse o *status* que desfrutasse, ele era rigidamente controlado pelas normas aplicáveis a seu estamento. Essas normas diziam respeito à sua posição dentro da sociedade, a quaisquer privilégios que poderia ter tido, inclusive o direito de herança, de casamento...³ A abolição de privilégios de estamento legalmente sancionados liberou os homens para a participação num mercado de trabalho competitivo.

3) A economia feudal, baseada na comunidade senhorial, envolvia principalmente a produção para um conjunto de necessidades do consumidor local, conhecido. O desenvolvimento da produção de bens, com a concomitante expansão de uma economia monetária, é substituído pelo mecanismo de preço como elo entre os produtores e os consumidores espacialmente distantes uns dos outros.

4) Os padrões de dominação e subordinação na sociedade feudal, tanto no nível da comunidade senhorial quanto entre os grupos mais elevados, eram, acima de tudo, de um tipo personalizado. *Hommage de corps*, os laços de fidelidade e servidão, constituíam a base essencial da estrutura feudal; a sociedade era composta de "um vasto sistema de relações pessoais cujos fios cruzados iam de um nível a outro da estrutura social".⁴ Tal sistema, obviamente, é incompatível com um sistema organizado em termos de princípios impessoais de mercado e que pressupõe igualdade formal de oportunidades.

5) No sistema feudal, o poder "político" e o "econômico" estavam fundidos. O declínio do feudalismo foi acompanhado e promovido por uma separação emergente destas duas esferas institucionais, comércio e indústria, de um lado, e o Estado, do outro.

6) O feudalismo, de caráter fundamentalmente agrário, estava necessariamente ligado ao campo. A emergência da nova ordem social e econômica relacionava-se ao crescimento das cidades, cuja existência foi afirmada em cima do comércio e da manufatura. Mes-

3. Walter Ullmann, *The Individual and Society in the Middle Ages* (Baltimore, 1966), pp. 40-1.

4. Bloch, *op. cit.*, p. 148.

mo remotamente como no século XI, o termo *bourgeois* (burguês, habitante de burgo) era aplicado para designar o habitante das cidades, reconhecido como completamente diverso do cavaleiro, clérigo ou servo.⁵

Embora desejando tratar o feudalismo como um sistema de classes, Marx foi, ao mesmo tempo, bastante influenciado pela profundidade dos contrastes entre o feudalismo e o capitalismo, e procurou enfatizá-la; daí a sua hesitação em aceitar uma distinção entre "estamento" e "classe". Weber fez tal distinção, mas novamente confundiu a questão ao assimilar "estamento" e "*status*". A denotação do conceito de classe será discutida em detalhe mais à frente, mas nesse ponto é apropriado indicar que os interesses por uma clareza conceptual podem ser atendidos através de uma diferenciação nítida entre "estamento" (e "sociedade estamental") e "classe" (e, portanto, "sociedade de classes"). Assim, as classes só têm existência quando as características do feudalismo previamente observadas estão debilitadas ou mortas. Nesse sentido, podemos estabelecer, preliminarmente, alguns parâmetros gerais que governam a aplicação do conceito de "classe". Em primeiro lugar, as classes são agrupamentos em *larga escala*. A emergência de classes presuppõe uma ruptura com o tipo de sistema social e econômico, característica do feudalismo assim como de outros tipos de sociedade tradicional, baseados fundamentalmente na comunidade local auto-suficiente. O fator decisivo para a promoção dessa superação da comunidade local é a formação de relações de mercado e uma divisão do trabalho que permite a produção de bens. Em segundo lugar, as classes são *agregados* de indivíduos e não grupos "sociais". Isso não significa que as classes não possam dar origem a grupos concretos que tenham "fronteiras" claramente definíveis e que sejam formados por uma associação comum de interações que liguem os membros entre si; mas a ocorrência, ou não, disso depende de várias condições adicionais. Em terceiro lugar, o aparecimento das classes pressuppõe a dissolução dos laços personalizados de fidelidade ou obrigação característicos da sociedade feudal, e a sua substituição por relações "impessoais" de um tipo contratual. Finalmente, as classes são nominalmente "abertas", ou seja,

5. *ibid.*, pp. 353 e segs. Bloch observa que "percebeu-se que a característica dominante da cidade era de ser habitada por um tipo especial de ser humano".

a filiação à classe não é determinada pela posição herdada e garantida pelo costume ou pela lei.⁶

Para prosseguirmos, entretanto, devemos examinar algumas das dificuldades apresentadas pela teoria de classes de Marx, quanto ao capitalismo e sua prevista superação pelo socialismo.

Marx usou o termo “capitalismo” num sentido específico. Havia uma tendência comum entre os historiadores econômicos, tanto na época de Marx quanto mais recentemente, em fazer o capitalismo remontar à Idade Média⁷ — e freqüentemente, também, em identificar a sua existência em épocas anteriores da história. Nesse sentido, o “capitalismo” é normalmente equacionado com a formação de relações comerciais e mercados financeiros, envolvendo operações comerciais. Marx rejeitou explicitamente esse ponto de vista. Assim, criticou Mommsen, o mentor de Weber, por exemplo, por descobrir “um modo capitalista de produção em toda economia monetária”.⁸ Não é satisfatório, segundo Marx, sustentar apenas que o capitalismo é um sistema de produção de bens. O que realmente distingue o capitalismo como uma forma de sistema econômico é que o próprio trabalho (força) torna-se um bem, comprado e vendido no mercado:

As condições históricas de sua existência (i.e., a existência do capitalismo) não são de forma alguma dadas pela simples circulação de bens e dinheiro. Ele só pode emergir quando o proprietário dos meios de produção e de subsistência encontra-se no mercado com o trabalhador livre que vende a sua força de trabalho. E esta condição histórica ímpar encerra uma história do mundo. O capital, portanto, anuncia, desde o seu aparecimento, uma nova época no processo de produção social.⁹

A importância disso reside em ligar a definição de capitalismo à existência de um sistema de classes que articula capital e trabalho assalariado; o que, por seu turno, segundo Marx, cria toda uma “superestrutura” de relações sociais na “sociedade burguesa”. Há, evi-

6. Georges Gurvitch, *Le Concept de Classes Sociales de Marx à nos jours* (Paris, 1954).

7. Ver, por exemplo, Henri Pirenne, “The Stages in the Social History of Capitalism”, *American Historical Review*, 19, 1913-14. De acordo com Pirenne: “antes do século XIII, encontramos um período de expansão capitalista livre” (p. 506).

8. O *Capital*, vol. 3, p. 914.

9. *ibid.*, vol. 1, p. 170.

dentemente, uma diferença entre a divisão que separa a nobreza e a burguesia na sociedade pós-feudal e a que separa a burguesia e o proletariado no capitalismo. No primeiro caso, os dois agrupamentos em questão não estão ligados um ao outro numa relação de exploração baseada na divisão do trabalho. A burguesia, por assim dizer, desenvolveu-se no interior de um enclave interno ao sistema feudal, mas não era parte integrante dele. Os conflitos entre ela e a nobreza derivam do crescente poder econômico e político das cidades frente a uma economia feudal em processo de enfraquecimento. O conflito entre a burguesia e o proletariado, por outro lado, origina-se no laço de exploração que liga as duas classes, e que constitui o âmagô do capitalismo como sistema econômico e político. Essa diferença é básica e, embora reconhecida por Marx, suas implicações tendem a ficar escondidas no interior de quadro de referência geral em termos do qual ele tenta avaliar o processo de mudança revolucionária de um tipo de sociedade para outro.

Esse processo envolve a expansão de um novo conjunto de forças de produção dentro de um conjunto de relações de produção existente, de tal modo que se cria uma tensão crescente que culmina, finalmente, na derrubada revolucionária deste último.¹⁰ Mas embora, na transição do feudalismo para o capitalismo, o caráter evolutivo das “forças de produção” implique uma série de mudanças na técnica (manufatura e, subseqüentemente, “maquinofatura” em produção de fábrica) levando à ascensão da nova classe, isso não ocorre com o desenvolvimento do socialismo a partir do capitalismo. O crescimento de um novo conjunto de “forças de produção” no interior do capitalismo diz respeito ao processo por meio do qual uma socialização incipiente da produção ameaça corroer o mercado competitivo sobre o qual se baseia a economia capitalista. Em geral, as formas de técnica características do capitalismo mantêm-se no socialismo. Os escritos de Marx foram quase sempre interpretados como um tipo de determinismo tecnológico, e embora esta não seja praticamente

10. Segundo a famosa afirmativa sobre a questão: “Num determinado estágio de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em conflito com as relações de produção existentes ou — o que não é senão uma expressão legal para a mesma coisa — com as relações de propriedade no interior das quais estiveram operando até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações transformam-se em seus grilhões. Então começa uma época de revolução social” (“Prefácio a *The Critic of Political Economy*”, *Selected Works*, p. 182).

uma interpretação sustentável, ela é indicativa de uma obscuridade ou debilidade de seu pensamento, nesse ponto, dependente de três dos principais conceitos implícitos em sua "tese materialista" geral: os "meios de produção" (*Produktionsmittel*), as "relações de produção" (*Produktionsverhältnisse*) e o "modo de produção" (*Produktionsweise*). Marx normalmente usa o primeiro conceito como equivalente à técnica: a forma tecnológica em termos da qual a produção material ocorre em qualquer sociedade. O segundo conceito refere-se às relações sociais que, como Marx enfatiza em oposição aos economistas políticos, são sempre pressupostas por qualquer tipo de atividade produtiva. O terceiro refere-se à organização total das relações sociais e técnicas envolvidas num sistema de produção e, assim, compreende os dois primeiros (cf. *Produktionskräfte*: "forças de produção"). A noção de relações de produção é, aqui, de significado primordial à medida que consiste a principal conexão conceptual por meio da qual, nos escritos de Marx, a técnica está relacionada ao sistema sócio-econômico total formado por uma sociedade. Do modo como Marx o emprega, o termo "relações de produção" cobre pelo menos três conjuntos distintos de relações sócio-econômicas: (1) Aquelas relacionadas à operação de qualquer técnica de produção; assim, o trabalho de uma correia de transporte coloca os homens em relações definidas não só com a máquina, mas também uns com os outros. Podemos chamar essas relações de "relações paratécnicas".¹¹ (2) Aquelas relacionadas aos elos entre unidades produtivas: como na troca de bens num mercado. (3) Aquelas relacionadas ao elo entre a produção e a distribuição (consumo).

Em suas discussões dos tipos de "modo de produção" que se sucederam na história, Marx tende a reunir todos esses conjuntos de relações ou, ainda, a dar importância a um ou a outro conforme a sua adequabilidade e uma argumentação particular que queira estabelecer. A famosa proposição de que "a máquina manual indica sociedade com o senhor feudal; a máquina a vapor, sociedade com o capitalista industrial",¹² é um exemplo disso. Tais afirmativas fornecem uma base óbvia para afirmação de que o materialismo histórico de Marx é apenas um determinismo tecnológico. Mesmo considerando-se que foi escrita com uma disposição polêmica, essa pro-

11. cf. H. B. Acton, *The Illusion of the Epoch* (Londres, 1962), pp. 162-4.

12. *The Poverty of Philosophy* (Londres, s/d), p. 92.

posição é manifestamente falsa; a máquina manual existiu em outros sistemas além do feudalismo, e a máquina a vapor, ou suas variantes modernas, continuará, talvez a desempenhar um papel no aparato tecnológico da sociedade socialista. O essencial é que a conexão entre as relações paratécnicas e as relações econômicas mais amplas, em qualquer sistema de produção, é variável, e o caráter das segundas depende menos da natureza das primeiras do que das formas pelas quais as relações formam-se por coerção, costume ou lei. Pode-se formar uma opinião semelhante sobre as conexões entre a produção e a distribuição e as relações sociais engendradas por elas. Em seus escritos teóricos gerais, Marx trata normalmente os padrões de consumo como se fossem completamente dependentes da produção; mas em outros lugares ele reconhece o significado da influência dos primeiros sobre a produção, ao invés desta moldá-los.¹³

Essas impropriedades ou excessivas simplificações dos escritos de Marx derivam de duas fontes. Uma delas é de caráter muito geral e repousa nas premissas de seu "materialismo". Ao "inverter" a filosofia de Hegel, Marx partiu da noção de que "o homem precisa estar em condição de viver com o objetivo de "fazer a história", ou seja, que a produção é uma exigência necessária para a existência da vida humana e, portanto, que cada sociedade pressupõe alguma forma de "economia". Embora esse ponto seja inquestionável, dele não decorre, como infere Marx, que "a natureza de indivíduos (e da sociedade) depende das condições materiais que determinam a sua produção".¹⁴ Em outras palavras, não é legítimo pretender que, já que os homens precisam comer para viver, o seu modo de vida seja necessariamente determinado pela maneira por que produzem o que comem. Só se pode descobrir se isso ocorre ou não através da análise sociológica e econômica direta de formas definidas de sociedade. E é menos válido ainda sustentar que a estrutura característica de uma determinada sociedade é controlada pelo tipo de técnica empregada na produção. Embora o teor geral do pensamento de Marx seja claramente contrário a qualquer tipo de determinismo tecnológico simples, o fato de não conseguir lidar adequadamente com a relação entre a técnica e outros aspectos das "relações de produção" é indicativo das

13. Ver, por exemplo, a análise em "Wage Labour and Capital", *Selected Works*.

14. *German Ideology*, p. 32.

fraquezas inerentes ao seu tratamento da “infra-estrutura” e “super-estrutura”. Não é minha intenção, aqui, entrar em nada semelhante a uma crítica global da concepção de materialismo histórico de Marx, mas vale a pena enfatizar que os defeitos e ambigüidades da sua visão derivam, em parte, de uma falta de clareza sobre até que ponto os fenômenos característicos do capitalismo podem ser generalizados para todos os tipos de sociedade. A emergência do mercado capitalista expande muito o grau em que a “indústria” influencia o âmbito geral da conduta humana na sociedade. Mas nem sempre fica evidente em Marx quais desses aspectos são específicos do modo de produção capitalista e quais não o são;¹⁵ daí a já mencionada hesitação sobre a diferenciação entre “estamento” e “classe”.

As origens dessas impropriedades no pensamento de Marx são menos importantes, entretanto, do que as suas conseqüências para a sua teoria de classes. O fundamental, aqui, é o problema da divisão do trabalho, um conceito que Marx tomou dos economistas políticos. Em seus escritos mais antigos, Marx identifica o crescimento da divisão do trabalho como a fonte da alienação humana. A divisão do trabalho, embora criando riqueza material, “fragmenta” as capacidades humanas genéricas. Marx não abandonou essa opinião em seus escritos de maturidade, onde procurou examinar, de maneira concreta, os processos social e econômico subjacentes ao que havia chamado, de uma forma difusa, de “alienação”. O crescimento da divisão do trabalho, entretanto, “fragmenta o homem” de duas maneiras principais, distinguidas por Marx. Em primeiro lugar, a divisão do trabalho promove a especialização da atividade ocupacional — um processo levado mais longe pelo crescimento da produção mecanizada no capitalismo. Nesse sentido, a divisão do trabalho “subordina” o homem à máquina, limitando a amplitude das atividades do trabalhador a operações repetitivas, de rotina. Os efeitos alienantes da divisão do trabalho, nesse aspecto, estão intimamente relacionados ao crescimento da complexidade tecnológica.¹⁶ Mas a expansão da divisão do trabalho também “fragmenta o homem” dividindo

15. Isso criou importantes problemas de interpretação para a escola marxista. A maioria dos primeiros seguidores de Marx manteve uma opinião muito simples sobre a questão, assumindo um alto nível de generalização. Relatos mais sofisticados (e.g., Lukács) mantêm opiniões muito cautelosas.

16. Em outro lugar já me referi a isso como uma “alienação tecnológica”, distinguindo-a de “alienação de mercado”. Ver *Capitalism and Modern Social Theory*, pp. 228-9.

a sociedade humana em classes. As classes só existem quando um produto excedente é gerado de tal forma que é possível uma divisão de trabalho entre os que produzem e os que não produzem e, de tal forma, que os últimos são colocados numa relação explorativa frente aos primeiros. O caráter alienante da divisão do trabalho, nesse sentido, é expresso no fato de que, devido ao desenvolvimento de um sistema de classes, os homens são forçados em grau substancial a ceder o controle de suas ações a outros.

Na sociedade socialista, segundo Marx, a alienação será ultrapassada, e a divisão do trabalho, no sentido da especialização ocupacional, desaparecerá juntamente com as classes. O elo entre esses dois processos, é claro, é a abolição da propriedade privada. As dificuldades da teoria de Marx nesse ponto não devem, entretanto, ser tomadas como resultado de um simples “truque de definição”, mas, em vez disso, resultam de uma falha em reconciliar satisfatoriamente os dois aspectos do caráter alienante da divisão do trabalho, uma falha que, por seu lado, resulta do papel incerto atribuído à técnica, conforme se observou acima. A especialização ocupacional, por meio da qual um homem é, por exemplo, um “soldador” enquanto que outro é “bombeiro” ou “doutor”, é fundamentalmente o resultado da mudança tecnológica. Marx está certo ao afirmar que isso é estimulado em ampla medida pela ascensão do capitalismo, que aprecia, acima de tudo, a geração eficiente de lucro; e nesse ponto a tendência à diferenciação ocupacional está, certamente, relacionada ao sistema de classes. Mas isso não é o mesmo que mostrar que a superação daquele sistema de classes torna necessária, ou mesmo possível, a abolição da divisão do trabalho em sentido mais amplo, porque, de acordo com Marx, a formação do socialismo está baseada na criação de uma abundância material estabelecida como um potencial pela tecnologia desenvolvida no interior dos modos capitalistas de produção, mas que não pode ser completamente efetuada devido às limitações intrínsecas daquele modo de produção.

É significativo que, nos lugares de seus escritos onde oferece algo mais do que alusões veladas a uma sociedade futura na qual a divisão do trabalho será abolida, Marx tende a dar importância a ocupações pré-industriais — como na famosa passagem que descreve uma sociedade “que torna possível a alguém fazer uma coisa hoje e uma outra amanhã, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar gado à tar-

dinha, fazer crítica literária depois do jantar, tal como tenho em mente, sem se tornar um caçador, um pescador, um vaqueiro ou um crítico".¹⁷ Apesar de se sustentar numa perspectiva tirada da era pré-industrial, em sua visão da nova ordem sócio-econômica que deve substituir o capitalismo, Marx certamente não se deseja alinhar com os oponentes da tecnologia industrial *per se*. Mas o fato de ter sido levado a confiar em tais analogias é indicativo das dificuldades não-resolvidas em suas opiniões sobre a questão. Quando fala da "abolição" ou desaparecimento da divisão de trabalho, Marx normalmente usa o termo hegeliano *Aufhebung*, que implica mais "transcendência" do que "erradicação", em qualquer sentido. Mas as únicas sugestões, em seus escritos, de como essa "abolição positiva" da divisão do trabalho poderia ocorrer consistem em algumas generalizações, lugares-comuns no século XIX, sobre a tendência da mecanização em culminar, finalmente, na produção automatizada, por meio da qual "o homem relaciona-se com o processo (de trabalho) apenas como supervisor e superintendente".¹⁸

Isso tem relevância direta para o problema — discutido detalhadamente por Dahrendorf — da estrutura de autoridade da indústria e do Estado na sociedade socialista prevista por Marx. No capitalismo, as relações de autoridade em cada uma dessas duas esferas repousam, em última instância, em direitos inerentes à posse e desdobramento de capital. Em nenhum caso esses direitos são legitimados, como na sociedade feudal, como direitos naturais de uma minoria específica; a sua legitimidade deriva dos conceitos recentemente reconhecidos de liberdade e igualdade. Na esfera da própria economia, a liberdade de contratos sanciona efetivamente a dominação de quem tem capital, já que o trabalhador assalariado é forçado a entregar-se nas mãos do capitalista por pressão da necessidade econômica. Essa posição de liberdade nominal e servidão real é reforçada e estabilizada pelo Estado moderno, que reconhece os direitos "políticos" de cidadania, mas separa-se especificamente da indústria. Assim, na análise de Marx, a estrutura da indústria capitalista é tratada como resultante dos direitos, e portanto dos poderes, do capital conforme sustentado ou sancionado pelo Estado burguês. O problema da influência da técnica sobre as relações de dominação e subordinação *no interior da própria empresa industrial* recebe pouca aten-

17. *German Ideology*, p. 45.

18. *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie* (Berlim, 1953), p. 592.

ção. É intrínseco ao pensamento de Marx, é claro, que a consecução de uma sociedade sem classes produzirá uma reorganização indiscriminada da indústria; mas em virtude da ausência de uma discussão direta do problema da técnica, a forma como isso será conseguido permanece obscura. É óbvio que a chegada da produção automatizada em larga escala será compatível com, ou exigirá, novas formas de relações sociais no interior de organizações industriais, mas em nenhum lugar Marx discute com detalhes tais possibilidades. A questão é tratada por Engels que simplesmente argumenta que uma divisão do trabalho rigoroso é necessária à tecnologia moderna e que isto, em troca, pressuporá em empreendimentos industriais, no socialismo, o mesmo tipo de hierarquia de autoridade característico do capitalismo. "A maquinaria automática de uma grande fábrica é muito mais despótica do que o são os pequenos capitalistas que empregam operários... Se o homem, em virtude de seu conhecimento e gênio inventivo, dominou as forças da natureza, essas últimas vingaram-se dele, subjugando-o, na medida em que ele as emprega, a um verdadeiro despotismo independente de qualquer organização social".¹⁹ Embora pareça certo, a partir de várias referências parciais ao problema no *Grundrisse* e em vários outros lugares, que o próprio Marx não aceitava essa opinião, certamente as dificuldades colocadas não são satisfatoriamente resolvidas em seus escritos.

A relutância de Marx em oferecer muitos detalhes sobre as formas sociais que seriam características do socialismo (não considerando o "estágio transicional", que simplesmente universaliza relações inerentes ao capitalismo, com o Estado assumindo o papel de "capitalista") também deixa pouco claros outros aspectos da organização prospectiva da indústria e, na verdade, do próprio Estado. Supondo que Marx acreditasse que, mesmo no "estágio mais alto" do comunismo, a organização industrial ainda iria requerer alguma distribuição definida de autoridade, há poucas indicações sobre como isso deve ser relacionado à "abolição de poder político" de que Marx fala quando discute o Estado. É bastante evidente que a "abolição do poder político" deve ser lida num sentido semelhante ao de "abolição da divisão do trabalho": não implica a simples destruição do Estado burguês, mas a sua transcendência por uma nova forma de organização social que sintetiza elementos já apresentados na estru-

19. Engels, "On Authority", *Selected Works*, vol. 1 (Moscou, 1958), p. 637.

tura existente. O Estado “desaparece”, uma vez que fica “subordinado à sociedade”. Uma indicação clara do que Marx queria dizer com a última frase é dada em sua discussão de organização proposta para a Comuna de Paris. Na Comuna, “os órgãos repressivos do velho poder governamental deveriam ser amputados” através da instituição do sufrágio universal, da possibilidade de demissão imediata desses funcionários, de sua escolha a partir da massa da população e do seu pagamento com salários equivalentes aos dos operários. “A Comuna deveria, portanto, servir como uma alavanca para extirpar as bases econômicas sobre as quais repousa a existência das classes e, portanto, do governo baseado em classes. Com o trabalho emancipado, todo homem torna-se um operário, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe”.²⁰ Mas, nos trabalhos de Marx, há muito pouca discussão direta do problema colocado a essa posição pela distribuição diferencial de conhecimento técnico e habilidades — o equivalente ao problema da divisão do trabalho, aparentemente reforçado pela técnica na esfera da indústria — fator que Weber destaca em sua análise das fontes da hierarquia burocrática.

Nos escritos de Marx, portanto, o contraste entre o “caráter de classe” do capitalismo e a “inexistência de classes” do socialismo é muito complicado, envolvendo vários fios sobrepostos, e sua complexidade não é adequadamente expressa pelo conceito de classe que Marx adota em seu modelo abstrato, centrado sobre a propriedade *versus* a não-propriedade dos meios de produção. Essa complexidade permanece bem escondida na análise de Marx, por dois motivos: primeiro, porque ele tomou a noção de classe, de maneira relativamente não-examinada, dos trabalhos de autores anteriores; segundo porque se recusou em entrar, a não ser em termos gerais, na descrição do previsto “estágio mais alto” da sociedade sem classes. Embora a posição de Marx sobre esta questão esteja inegavelmente em concordância com suas severas críticas ao “socialismo utópico”, ela serve para reforçar uma não-inclinação pela análise de todas as implicações da antítese entre “sociedade de classes”, por um lado, e “ausência de classes”, por outro. Devemos recordar, aqui, a discussão de Dahrendorf. O fato não é que a abolição formal da propriedade privada se iguale a “inexistência de classes” como um “truque de definição”, mas que ela é apenas um momento num processo complexo e demorado de mudança econômica e social.

20. “The Civil War in France”, *Selected Works* (1968), p. 294.

2. A GÊNESE DO CONFLITO DE CLASSES

Já foi assinalado que o processo de conflito de classes que existe na transcendência do feudalismo para o capitalismo, como Marx o concebeu, difere do gerado pelo desenvolvimento posterior do próprio capitalismo.²¹ A luta entre a nobreza feudal e a burguesia ascendente, de fato, não aparece na classificação de classes conflitantes que Marx oferece numa relação sumária no início do *Manifesto Comunista*, que afirma que “Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e jornaleiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora aberta, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre por uma transformação revolucionária da sociedade inteira ou pela destruição das classes em luta”.²² Aqui o critério para a identificação do conflito de classes é, obviamente, o de “dependência explorativa” de uma classe quanto a outra no modelo dicotômico; há um conflito direto de interesses que tem a sua fonte na apropriação da mais-valia por uma classe não-produtiva. No caso da nobreza e da burguesia, entretanto, o conflito de interesses deriva da necessidade desta última em dissolver as relações sociais e econômicas características da ordem feudal, e da primeira para mantê-las.²³ Assim, embora a burguesia seja, num certo sentido, uma classe “subordinada” na sociedade pós-feudal, num outro sentido ela é uma classe “dominante” em termos da relação de exploração que mantém com o trabalho assalariado.

É claro que, em contraste com a situação da sociedade feudal, a relação entre a burguesia e o proletariado no capitalismo envolve *ambas* as formas de conflito de interesses; mas as duas não são separadas por Marx. A teoria da mais-valia revela a conexão de exploração entre o capital e o trabalho assalariado, mostrando, portanto, que o capitalismo cria um sistema de classes de tipo equivalente aos explicitados na passagem do *Manifesto Comunista*. Mas a relação entre essas duas classes também engloba uma “contradição” incipiente, e progressivamente mais marcada, que assemelha-se à existente entre

21. Para a discussão de alguns problemas relevantes, ver Paul Sweezy *et al.*, *The Transition from Feudalism to Capitalism* (Londres, 1954).

22. “Manifesto of the Communist Party”, *Selected Works*, p. 36.

23. cf. Maurice Godelier, “Structure and Contradiction in *Capital*”, em Ralph Miliband e John Saville, *The Socialist Register* (1967).

o senhor feudal e o capitalista — embora, conforme assinali anteriormente, isso não envolva uma mudança claramente identificável na técnica produtiva, como ocorre na transição do feudalismo. No caso do capital e trabalho assalariado, o conflito entre o modo de produção “velho” e o “emergente” depende da oposição entre a busca individualista do lucro num mercado competitivo e a socialização de relações de mercado, que intervém cada vez mais no crescimento do capitalismo.

A distinção dessas duas formas de conflito de interesses entre as duas classes principais do capitalismo pode ser importante à elucidação das origens e natureza da consciência de classe do proletariado. Em geral, seria certo dizer que um dos aspectos mais fracos, ou menos claros, das idéias de Marx refere-se à relação entre classe e consciência de classe — entre classe “em si” e classe “para si”. Em primeiro lugar, o uso que Marx fez do termo “consciência de classe” é bastante variável. Pelo menos três conjuntos de circunstâncias potencialmente distintos são cobertos por ele: quando os membros de uma determinada classe compartilham certas atitudes e crenças comuns a despeito do conteúdo dessas atitudes e crenças; quando os membros da classe têm consciência de pertencer a uma classe particular e, portanto, de compartilhar interesses de classe comuns; e quando os membros de uma classe, ou uma determinada proporção deles, organizam-se ativamente para perseguir esses interesses.²⁴ Mas, e mais importante ainda, Marx só dá algumas indicações das condições que governam o desenvolvimento de uma consciência de classe proletária, em qualquer desses sentidos. Uma das razões disso, pode-se argumentar, é que no exemplo histórico inicial, examinado por Marx — a transição do feudalismo para o capitalismo — os fatores envolvidos na formação da “consciência de classe” da classe em ascensão eram relativamente pouco problemáticos. A burguesia passou a existir nas cidades e derivou sua posição do controle de um meio de produção separado daquele do feudalismo agrário; a sua consciência de classe não era expressa em termos de um reconhecimento generalizado de seu papel na história, nem mesmo de uma consciência de interesses coletivos da classe, mas, ao contrário, em termos de uma luta por “direitos individuais”. Nenhum dos outros grupamentos mencionados por Marx na passagem acima como “opressores e oprimidos”, entretanto, conseguiu alcançar mesmo esse nível de

24. Ver adiante, pp. 134-138.

consciência de classe, ou desempenhou um papel revolucionário na história. Assim, por exemplo, embora as rebeliões de camponeses não fossem um fenômeno singular na Europa feudal e pós-feudal, o seu quiliasmo raramente criou uma consciência de que a estrutura social terrena poderia ser mudada, e seus objetivos concretos estavam normalmente confinados a objetivos econômicos ou à aspiração de destituir determinados indivíduos das posições de poder.²⁵

Apesar dos vários obstáculos às suas esperanças de emergência de um proletariado ativo consciente, notadamente na Inglaterra, Marx nunca pareceu ter alimentado dúvida de que tal consciência surgiria. A explicação convencional olha para o suposto “determinismo” de Marx, sustentando que, uma vez que ele acreditava ser “inevitável” a revolução socialista e, por ver a consciência humana como um “epifenômeno” de mudança material, não sentiu necessidade de examinar detalhadamente as condições sociais que poderiam promover a consciência de classe do proletariado. Mas, além da validade ou não dessas interpretações, uma razão mais específica é sugerida pela análise desenvolvida aqui. A tendência de Marx foi fundir dois conjuntos de fenômenos: (1) a relação de exploração que há entre a burguesia e o proletariado no capitalismo (que deriva do fato de que, o que quer que seja apropriado por uma classe do volume total de produção, é negado à outra); e (2) a consciência revolucionária (não necessariamente idêntica à experiência de exploração) que abrange a possibilidade de uma transformação radical da ordem social e econômica existente. Como será sugerido adiante (Capítulo 7), a conexão entre essas duas formas de consciência é muito mais tênue do que Marx implicitamente supõe. Enquanto a primeira é usual, se não crônica, em sociedades de classes, a segunda é rara; e, embora a existência da segunda forma tenda a implicar a primeira, o inverso não é necessariamente verdadeiro. Mesmo nas próprias dissertações de Marx sobre o desenvolvimento futuro do capitalismo, podemos distinguir quase imediatamente esses dois conjuntos de fatores nas poucas observações que ele faz sobre as condições que facilitam o crescimento da consciência de classe do proletariado. Assim, menciona ele fatores como a crescente disparidade relativa entre os salários do operário e o lucro que cabe ao capitalista; o fato de que

25. Tenho consciência de que essa afirmação é algo controversa, se se mantiver a opinião (que não aceito) de que as crenças milenárias são representações fantasmagóricas da revolução de classes.

o operário, sob o estímulo da necessidade econômica, seja cada vez mais reduzido a mero “apêndice de máquina”, com as conseqüências alienantes que isso tem para o prazer de seu trabalho; e o crescimento de um enorme “exército de reserva” de trabalho semipermanente desempregado. A segunda categoria pertence a crescente “simplificação” da estrutura de classes pela eliminação das classes de transição; a concentração de operários em organizações industriais de grande escala; o crescimento de métodos nacionais de comunicação, que possibilitam a formação de sindicatos centralizados e de partidos políticos de operários; o processo geral de secularização fomentado pelo capitalismo, que permite uma compreensão totalmente racional da missão histórica da classe operária. O mais importante desses últimos fenômenos é que eles expressam não as conseqüências específicas da natureza de exploração da interdependência de trabalho assalariado e capital, mas o caráter do modo de produção que, engendrado pelo próprio capitalismo, acabará por substituí-lo — *i.e.*, um sistema de produção socializada, baseado no ajustamento racional da produção à necessidade.

3. TRABALHO PRODUTIVO E IMPRODUTIVO

A noção do “homem como produtor” é fundamental à concepção do materialismo histórico de Marx. O homem distingue-se dos animais quando começa a produzir; no processo de produção tanto altera o mundo material quanto se modifica a si próprio, colocando, portanto, em movimento, um intercâmbio dialético que está subjacente a toda cultura tecnológica e intelectual humana. O correlato dessa ênfase geral, na teoria de classes, é a idéia de trabalho produtivo em oposição a trabalho improdutivo, para a qual Marx encontrou uma base lógica na teoria do valor do trabalho conforme formulada na teoria econômica clássica. A teoria do valor do trabalho foi originalmente projetada como um esteio para a opinião dos primeiros economistas políticos de que a nobreza proprietária de terra era um grupamento parasita que se aproveitava do trabalho de outros, hipótese que Saint-Simon também levantou em seu contraste entre o feudalismo e a “sociedade industrial”. Ao elaborar a origem da mais-valia na economia capitalista, Marx procurou colocar a teoria do valor do trabalho contra os seus próprios proponentes, mostrando que a nova sociedade que substituíra o feudalismo também estava divi-

dida entre os que criavam valor e os que eram parasitas do valor criado por outros.

Não se está discutindo até que ponto a avaliação que Marx faz tanto do valor quanto da mais-valia é bem sucedida em termos de exigências técnicas da teoria econômica — de previsão de preços etc. O mais importante são as suas implicações para a teoria de classes. Ao discutir isso, é necessário enfatizar o papel fundamental da teoria do valor do trabalho na obra de Marx. Não foi por acaso que se disse que Marx era “o único ricardiano que já levou às últimas conseqüências a teoria do valor do trabalho”.²⁶ O próprio Ricardo, sobretudo perto do fim de sua carreira, reconheceu outros fatores, além do trabalho, como criadores de valor.²⁷ Marx não o fez e, embora a sua consistência nesse ponto lhe tenha permitido esclarecer os elementos confusos ou obscuros nos escritos de seus predecessores, dá origem a grandes dificuldades na análise da estrutura de classes do capitalismo. O trabalho produtivo, isto é, o trabalho que cria valor, depende, segundo Marx, de interação entre a natureza e a força humana de trabalho. Aqueles cujo trabalho pode ser descrito nesses termos criam a mais-valia da qual vivem homens em ocupações “improdutivas”; no capitalismo, isso refere-se à classe operária, que produz os bens que são comprados e vendidos no mercado. As operações do mercado — a circulação de bens ou dinheiro — por meio das quais os bens são convertidos em dinheiro ou vice-versa, são intrinsecamente improdutivas. Aqueles cujas ocupações envolvem a administração dessas operações vivem da mais-valia criada pelo trabalhador.

O resultado disto, entretanto, é relacionar intimamente a estrutura econômica do capitalismo à do feudalismo, como um sistema de produção agrária. Numa sociedade na qual a maior parte da população está empregada na agricultura, num nível de quase subsistência, faz algum sentido dividir a população numa massa de “produtores” e

26. George Lichtheim, *Marrism* (Londres, 1964), p. 172.

27. Assim afirmou ao falar de seu *Principles of Political Economy*, dizendo que se fosse reescrever o capítulo sobre valor, “eu deveria admitir que o valor relativo dos bens estava regulado por duas causas, e não por uma, ou seja, pela quantidade relativa de trabalho necessária para produzir os bens em questão, e pela taxa de lucro do período em que o capital permaneceu inativo até que os bens fossem trazidos ao mercado (*Letters of David Ricardo to John Ramsey McCulloch*, Nova York, 1895, p. 71).

numa minoria de “não-produtores” que, deduzindo a sua existência da mais-valia criada pelo primeiro grupo, estão na posição de exploração quanto a eles; e isso estabelece uma aproximação íntima do eixo principal da estrutura de classes desse tipo de sociedade. No feudalismo, o senhor apropria-se do produto excedente do camponês e usa-o diretamente para o seu próprio consumo. Mas não é isso o que ocorre no capitalismo, o qual depende de uma economia monetária que permite a troca de bens no mercado. Os processos complexos de “distribuição” são fundamentais para o último tipo de economia e para as outras formas de organização social que ele engendra. Embora a teoria de exploração desenvolvida por Marx em relação à fonte de mais-valia no capitalismo lhe permita estabelecer um paralelo entre o sistema de classes capitalista e o sistema que o precedeu historicamente, ela serve também para obscurecer o significado da estrutura administrativa da nova sociedade.

Conseqüentemente, os trabalhadores empregados em ocupações “não-produtivas”, mas que apesar disso não têm propriedades, ficam numa posição ambígua na teoria marxista. A afirmativa de que Marx não tinha consciência do crescimento do “setor *white-collar*” * promovido pela expansão do capitalismo não suporta maior investigação; na verdade, Marx refere-se diretamente a esse grupamento em vários pontos de seus escritos. Mas ele não conseguiu organizar, para ele, nenhum tipo de tratamento satisfatório em sua teoria. Desde que os trabalhadores em ocupações administrativas são “não-produtivos” e dependem, para sua existência, da apropriação de uma parte do produto excedente do trabalho manual, pareceria que eles são, efetivamente, parte da classe dominante. Mas, por outro lado, uma vez que estão, juntamente com os trabalhadores manuais, desligados do controle de seus meios de produção, eles devem vender o seu trabalho no mercado com o objetivo de garantir os seus meios de subsistência. Além das dificuldades levantadas para se determinar que tipo de classe manifesta e filiações políticas, conforme a teoria de Marx, espera-se que esses trabalhadores desenvolvam, há aqui problemas óbvios ao se comparar a “sociedade de classes” do capitalismo com a ordem “sem

* Em português, *colarinho-branco* (ver Mills, C. Wright, *A Nova Classe Média (White-Collar)*, Zahar Editores, Rio, 1969, especialmente a Nota do Tradutor à página 9). No presente texto foi mantida a expressão em inglês por ser de uso mais corrente e consagrado, e por ser considerada importante na diferenciação que o autor faz, mais adiante, entre trabalho *white-collar* e *blue-collar* (pp. 216 e segs.). (N. do T.)

classes” do futuro. Porque se o caráter de “exploração” do capitalismo é dado na extração de mais-valia do trabalho produtivo, então a abolição de exploração na sociedade sem classes implicaria, aparentemente, um retorno a uma situação em que o trabalho obtém a recompensa total do valor que ele criou. Mas isso é manifestamente impossível, dada a multiplicidade das funções administrativas criadas no modo de produção capitalista — funções que se expandirão em significado, mais do que diminuirão, com o advento de um mercado socializado. Qualquer forma de sociedade, portanto, que dependa da produção em grande escala e da troca de bens, deve necessariamente acarretar, segundo os termos da teoria econômica de Marx, a extração de mais-valia da maioria produtora. Nada indica, nos trabalhos de Marx, que mecanismos irão controlar a “taxa” de extração de mais-valia na sociedade socialista, e como o valor acumulado será distribuído. Além das poucas e breves declarações na *Critique of the Gotha Programme* que, de qualquer forma, só se referem ao “estágio de transição” do capitalismo para o socialismo, Marx evita o problema, uma vez que ele, novamente, pertence àqueles pontos que foram deixados de lado para serem tratados apenas quando o “estágio mais alto” do comunismo existir.

O caráter insatisfatório da perspectiva de Marx sobre o “trabalho improdutivo” também ajuda a explicar o caráter relativamente pouco desenvolvido da teoria da burocracia em seus escritos. A burocracia é um “poder independente” simplesmente até onde representa os interesses de uma classe em sua ascendência exploradora sobre outra; e Marx só a discute em relação ao Estado e sua transcendência antecipada no socialismo. Quaisquer que sejam as suas deficiências (algumas das quais, como discutirei a seguir, podem ser esclarecidas pela comparação com a perspectiva de Marx), a análise weberiana da burocracia serve para chamar a atenção para problemas ignorados por Marx.

4. A FORMA DAS RELAÇÕES DE CLASSES

Ao identificar as duas classes principais do capitalismo, Marx apenas se apossou da terminologia corrente, utilizando os termos “burguesia” ou “capitalistas”, por um lado, e “proletariado” ou “classe operária”, por outro. Em relação ao “modelo abstrato” de classes de

Marx, esse esquema não apresenta nenhuma dificuldade particular; a burguesia é composta dos que possuem e desdobram o capital, enquanto que o proletariado é aquela massa de trabalhadores sem propriedade que vendem a sua força de trabalho ao primeiro grupo. Entretanto, ao nível empírico, como Marx tinha consciência, essa limpa simplicidade não é fácil de ser reconciliada com a complicada estrutura de formas reais da sociedade. Em cada uma das principais sociedades da época de Marx (inclusive a França "revolucionária"), os grupamentos "pré-capitalistas" ou "classes transicionais" eram importantes em todos os níveis da estrutura social; e Marx reconheceu que, na maioria das situações, as classes são internamente diversificadas, e não entidades homogêneas. Mas embora ele tenha discutido esses pontos com alguma profundidade quanto à análise histórica de sociedades específicas, ele realmente não as enfrentou em um nível teórico.

Um ponto de algum significado aqui é o da mobilidade entre classes — um fenômeno que recebe muito destaque na teoria de Saint-Simon. A perspectiva de Marx era aparentemente governada por sua atitude relativa à concepção de "igualdade de oportunidade" como uma ideologia burguesa que mascarava a realidade das relações de classes. Em suma, ele parece ter aceito, sem questionar muito, que se essa ideologia foi, em alguma época, mais do que uma simples ficção, foi apenas nos estágios iniciais do desenvolvimento capitalista que homens de origem humilde tornaram-se empresários capitalistas bem sucedidos — embora Marx tenha mostrado desprezo pelos economistas políticos que viram a combinação de "iniciativa" e frugalidade pessoal mostrado por tais "*self-made men*" tanto como uma explicação quanto uma legitimação do poder do capital. Mas, com a maturidade posterior do capitalismo como forma de produção dominante, o capital torna-se auto-reprodutor, e as duas classes principais transformam-se, conseqüentemente, em grupos que se auto-recrutam amplamente ao longo de gerações. Exceto por alguns comentários sobre o caso especial dos Estados Unidos, onde uma fluidez de "intercâmbio entre as classes" retarda o desenvolvimento da consciência de classe proletária, Marx deu pouca atenção à possível influência da mobilidade sobre formas de relação de classes e consciência de classe ao empregar as noções recebidas de "burguesia" e "proletariado". Há indubitavelmente alguma substância na acusação que Aron faz ao caráter indefinido das classes na teoria marxista. O seu uso indis-

criminado do próprio termo "classe" permitiu-lhe deslizar sobre algumas das dificuldades envolvidas aqui: se, por exemplo, o significado central de "burguesia" é bastante claro — referindo-se ao proprietário em grande escala de capital — Marx também emprega frequentemente o termo de maneira muito mais ampla e indefinida, nela incluindo várias categorias de pessoas que se acredita estejam, num certo sentido, a serviço dos interesses desse grupamento mais restrito, tais como funcionários governamentais, advogados etc. O problema tem mais do que um significado formal. Porque um teorema crucial nos escritos de Marx é a subserviência do poder político ao poder econômico conforme manifesto na posse de capital. Mas, alterando o seu uso de "classe" de forma tal que, algumas vezes, inclua categorias políticas assim como econômicas, Marx tende quase sempre a tomar por certo o que deveria ser demonstrado.

Examinarei esses e outros problemas diretamente nos dois capítulos seguintes, passando, no Capítulo 8, a procurar uma discussão geral do desenvolvimento capitalista.

VI

REPENSANDO A TEORIA DE CLASSES (I)

Grande parte da história conhecida do conceito de classe deve ser entendida em termos das diferentes preocupações dos que utilizaram a noção, preocupações que refletem várias direções de ênfase na própria sociologia. Quase não é necessário enfatizar que, nos escritos de Marx, o conceito é o elemento focal numa interpretação generalizada da sucessão de diferentes tipos de sociedade na história, e que a originalidade na aplicação que Marx faz dele não deve ser buscada em qualquer elaboração da própria noção, mas em sua tentativa de mostrar como a estrutura de classes do capitalismo gera uma nova forma de ordem sem classes. Dizer simplesmente que Marx emprega "classe" num sentido "explicativo", enquanto muitos autores posteriores estavam mais interessados em utilizá-la como categoria descritiva, é encobrir o principal ponto em destaque quando se compara o uso marxista com as tentativas subseqüentes de corrigi-la ou reconstruí-la dentro de um quadro de referência sociológico não-marxista. A força motriz essencial no esforço de Marx e aquela que deu ao seu pensamento muito de sua qualidade impositiva deve ser buscada na tese de que o caráter mais profundo do capitalismo (igualado, é claro, nas análises dos outros tipos de sociedade, anteriores, antiga e feudal) é revelado pela demonstração da natureza da relação de classe entre capital e trabalho assalariado. O conceito de classe, como Marx o empregou, tem pouca significância quando retirado do contexto do esquema global e, como indiquei no último capítulo, as fraquezas e dificuldades associadas ao conceito "marxiano" derivam primordialmente de aspectos da teoria de Marx encarados amiúde como separáveis de seu uso da noção de classe como tal.

O meu argumento é de que uma reconceptualização frutífera da noção de classe pode ser obtida pelo tratamento desses aspectos dos escritos de Marx como um ponto de partida; mas tal reconceptua-

lização deve ser também estendida para incluir as noções de “sociedade de classes” e de “inexistência de classes”. Isso, por sua vez, implica uma revitalização de idéias que, embora inerentes à armadura conceptual de Marx, foram amplamente abandonadas por sociólogos não-marxistas.

1. PROPRIEDADES FORMAIS DO CONCEITO DE CLASSE

No capítulo anterior sugeri alguns atributos gerais que deveriam ser tomados como características preliminares de “classe”, ou seja, que uma classe é um agregado em grande escala de indivíduos, que compreende relações definidas impessoalmente, e nominalmente “aberto” na forma. Neste ponto devemos ir mais além em direção a uma delimitação mais positiva do conceito de classe.

Um dos aspectos confusos na maior parte da literatura sobre a teoria de classes é que, enquanto algumas abordagens (por exemplo, a de Marx) só afirmam a existência de um número limitado de classes em qualquer tipo determinado de sociedade, outras reconhecem uma multiplicidade indefinida de classes. Isso se reflete na linguagem diária da sociologia: enquanto alguns autores falam, por exemplo, de “classe operária”, outros referem-se a “classes operárias”.¹ Deveria ficar claro que o emprego de uma concepção dicotômica de classes, como um “modelo abstrato”, não leva necessariamente ao reconhecimento apenas de um número restrito de classes. Se isso ocorre ou não, vai depender da natureza dos critérios utilizados como eixo da dicotomia. Desde que a concepção de Marx enfatiza a posse ou a exclusão da posse de propriedade dos meios de produção, produz inevitavelmente um retrato mais ou menos simples da estrutura empírica de classes, só complexificada pela existência de “classes de transição”. A análise weberiana é mais complexa, pois embora as *Besitzklassen* e *Erwerbsklassen* de Weber preservem o critério da propriedade dos meios de produção, o fator adicional de “habilidade vendável” é introduzido, diferenciando, portanto, os que não têm propriedade. Finalmente, o uso que Dahrendorf faz da posse ou exclusão de autoridade, embora intrinsecamente um simples modelo, produz um número potencialmente quase infinito de classes quando aplicado a qualquer sociedade existente.

1. O uso de Marx é variável a esse respeito: em geral ele fala das “classes operárias”, “classes dominantes” etc.

Como enfatiza Ossowski, os modelos de classe dicotômicos têm sido normalmente usados por aqueles que desejam sublinhar o significado do conflito de classes. Mas, como já assinali, a conexão não é necessária; esquemas dicotômicos podem e têm sido empregados por aqueles que desejam acentuar a harmonia natural entre as classes. O que liga um modelo dicotômico a uma concepção do conflito de classes é que se concebe que a divisão dicotômica em questão implica uma oposição de interesse entre as duas classes, o que, em troca, tende a implicar a existência de uma relação de exploração entre elas, por meio da qual uma classe é capaz de garantir certos lucros às custas da outra. A impropriedade mais importante de interpretações dicotômicas de estrutura de classes é que, devido à sua própria natureza, torna-se conceptualmente difícil reconhecer a existência das classes “médias”. O esquema de Marx lida com o problema das classes médias de duas maneiras (ver acima p. 34). Uma delas é tratando-as como parte de uma ordem dicotômica de classes de um tipo diferente. Nesse sentido, a burguesia é uma classe média em relação à sociedade pós-feudal. Mas isso, de fato, é negar que a burguesia seja uma classe “média” no sentido de uma classe que intervém entre as duas outras num único sistema de classes: e, é claro, ninguém jamais sugeriu que se chame o proletariado de classe “média”. A outra maneira de ir de encontro à dificuldade na teoria de Marx é se chamar de “classe” o que na verdade é, em referência à tendência global do pensamento de Marx, apenas um segmento de uma classe. Assim, a pequena burguesia, se for olhada como classe separada da *grande* burguesia, o será em virtude de uma diferença na escala da empresa possuída, e não por ser uma posição explorada frente à última classe.

Nenhuma dessas soluções é inteiramente satisfatória, nem é capaz de incluir esse grupamento que sempre fugiu à análise adequada em termos marxistas: a “nova classe média” do capitalismo. Se se aceitar, porém, que o abandono do modelo dicotômico não leva necessariamente ao abandono da noção de conflito de classes, segue-se então que a maioria dos problemas tradicionais da análise de classes desenvolvida a partir da perspectiva “marxiana” pode ser resolvida num quadro de referência diferente — junto com outros não-encarados por Marx, ou que não podem ser logo analisados em seus termos. A alternativa mais óbvia na literatura previamente discutida é a de Weber. Mas, por motivos já expostos, esta não é aceitável da forma como

é proposta. As várias linhas nas duas formulações que Weber faz do conceito de classe nem sempre são definitivamente elaboradas (*i. e.*, as conexões entre a colocação geral de “posição de classe” no relato inicial e a tipologia de *Besitzklassen* e *Erwerbsklassen* na discussão posterior). Mais do que isso, ele não especifica claramente como a variedade potencialmente muito grande de diferentes “posições de classe” pode ser reduzida a um número de classes suficientemente manipulável para a explicação dos componentes maiores da estrutura social e dos processos de mudança social.

Ao esclarecer algumas dessas questões, devemos partir da premissa fundamental tanto para Marx quanto para Weber, ou seja, de que no capitalismo *o mercado é intrinsecamente uma estrutura de poder* na qual a posse de certos atributos privilegia alguns grupamentos de indivíduos em relação a outros. Embora seja uma estrutura de poder, o mercado *não é um sistema normativamente definido de autoridade* no qual a distribuição do poder é, *como tal*, sancionada como legítima. Os direitos de propriedade, e de venda de trabalho, são direitos de alienação ou controle de *bens* (mercadorias no sentido “marxiano”), que sustentam o sistema de poder, não apesar de, mas por causa do fato de que são especificados em termos de liberdade de troca econômica. A operação de relações de mercado pressupõe obviamente a existência de acordos normativos (finalmente sancionados pelo Estado) que definem as condições gerais que governam a formação de relações contratuais etc., mas essas normas simplesmente especificam as fronteiras do quadro de referência. O mercado é, assim, um sistema de relações econômicas baseado na barganha relativa de forças de vários grupamentos de indivíduos. O desenvolvimento do capitalismo dilui a diferenciação entre o mercado de trabalho e o mercado de produtos (mercadorias) que existe em formas mais rudimentares de economia, desde que o próprio trabalho torna-se uma mercadoria. Esta é a base, é claro, do modelo dicotômico de Marx; aqueles que não têm propriedade são quase completamente destituídos de poder de barganha se comparados com os que têm a propriedade dos meios de produção. Ao aceitar que “propriedade e ausência de propriedade são as categorias básicas de todas as situações de classe”, Weber adota a mesma perspectiva, embora sugira posteriormente que podemos identificar outros atributos que criam diferenças de classe entre os que não têm propriedade.

A deficiência na reinterpretação weberiana da perspectiva de Marx é que ela não é suficientemente radical. Embora reconheça o

caráter pouco satisfatório da visão de Marx, sobretudo em relação à categoria indiferenciada dos “não-proprietários”, Weber não leva as implicações de sua concepção às últimas conseqüências. Dahrendorf sugeriu que devemos sustentar o conceito de propriedade de Marx, à sua própria custa, em termos de sua relação com autoridade. As implicações da análise weberiana, entretanto, são de que a concepção de propriedade pode ser “invertida” ou generalizada de uma forma diferente que não sacrifique a base econômica do conceito de classe. “Propriedade” não se refere a quaisquer características de objetos físicos como tais, mas a direitos associados a eles e que, por sua vez, conferem certas possibilidades ao “proprietário”. No mercado, é claro, o significado do capital como propriedade privada é conferir certas possibilidades bem definidas a quem o possuir se comparado aos “não-proprietários” — aqueles que não possuem seus meios de produção. Mas podemos logo perceber que, mesmo na perspectiva de Marx, a noção de “falta de propriedade” é uma designação algo incorreta, porque, se “propriedade” é concebida como um conjunto de possibilidades de ação referente às operações de mercado, é claro que o trabalhador assalariado possui tais possibilidades. A “propriedade” do trabalhador assalariado é a força de trabalho que ele põe à venda ao entrar numa relação contratual. Embora isso o coloque em posição desvantajosa na situação de barganha competitiva, quanto ao proprietário de capital, esta não é uma relação de poder simplesmente unilateral: a “propriedade” que o trabalhador assalariado possui é necessária ao empregador, e ele deve prestar pelo menos um mínimo de atenção às exigências do trabalhador — o que dá uma base para a suspensão coletiva do trabalho como sanção possível. Referir-se a capital e força de trabalho do trabalhador, ambos, como “propriedade” significaria um afastamento muito grande da terminologia usual; e, de qualquer forma, o ponto principal é que a “propriedade” (capital) é mais um caso particular da possibilidade de determinar o resultado da barganha do que o contrário. Então, continuarei a falar de “propriedade” (dos meios de produção) num sentido convencional, e usarei a expressão “possibilidade de mercado” de um modo inclusivo para me referir a todas as formas de atributos relevantes que os indivíduos podem trazer para o momento da troca.

É elementar que onde a posse de propriedade está concentrada nas mãos da minoria, em uma sociedade em que a massa da população é empregada na produção industrial, a grande maioria conseqüentemente oferece o seu trabalho à venda no mercado. Devido a

sua ênfase geral no “trabalho produtivo” e devido à sua expectativa de que está na natureza da tecnologia moderna a redução das operações produtivas a um nível de habilidade homogêneo, Marx fracassou em reconhecer o significado potencial das diferenciações da possibilidade de mercado que não deriva diretamente do fator de posse de propriedade. Tais diferenciações, parece claro, dependem do valor de escassez do que o indivíduo “possui” e pode oferecer no mercado. Como indica Weber, a posse de “habilidades” reconhecidas — inclusive qualificações educacionais — é o principal fator de influência na possibilidade de mercado. As diferenciações da possibilidade de mercado podem ser empregadas, como vários autores recentes mostraram, para garantir lucros econômicos além da própria renda. Esses incluem, principalmente, segurança de emprego, expectativas de progresso de carreira, e uma variedade de “benefícios marginais” tais como direitos de pensão etc.² Assim como as habilidades que os indivíduos trazem para o processo da barganha podem ser vistas como uma forma de “propriedade” que eles trocam no mercado, também essas compensações materiais podem ser vistas como formas de “bens” obtidas através da venda da força do trabalho.

Na estrutura de mercado do capitalismo competitivo, todos os que participam do processo de troca estão num certo sentido em conflito (de interesses) com os outros pelo acesso a lucros escassos. O conflito de interesses pode ser criado pela existência de muitos tipos de diferenciais de possibilidades de mercado. Mais do que isso, relações possíveis entre formas de possibilidade de mercado proprietárias e “não-proprietárias” são muitas. O investimento especulativo na propriedade pode, por exemplo, ser uma das vantagens específicas de mercado empregadas por aqueles em certas ocupações (assim, os diretores são quase sempre capazes de usar o “conhecimento interno” para desfrutar parcelas da propriedade). O próprio Marx, é claro, reconheceu a existência de conflitos de interesse persistentes no interior dos grupos proprietários, notadamente entre os setores financeiro e industrial da grande burguesia, e entre a grande e a pequena burguesia.

A dificuldade em identificar “classe” com possibilidade comum de mercado já foi mencionada em referência a Weber. Embora se

2. Ver, por exemplo, David Lockwood, *The Blackcoated Worker* (Londres, 1958), pp. 202-4; Frank Parkin, *Class Inequality and Political Order* (Londres, 1971).

afaste com sucesso de algumas inflexibilidades do esquema de Marx, o conceito de “situação de mercado” de Weber tende a implicar o reconhecimento de uma pluralidade incômoda de classes. Pareceria haver tantas classes e tantos “conflitos de classes” quantas diferentes posições no mercado. O problema aqui, entretanto, não é o reconhecimento da diversidade das relações e conflitos criados pelo mercado capitalista como tal, mas fazer a *transição teórica de tais relações e conflitos para a identificação de classes como formas estruturadas*. O caráter pouco satisfatório e mal definido das conexões entre a “posição de classe”, a tipologia de *Besitzklassen* e *Erwerbsklassen*, e as “classes sociais” na obra de Weber já foi mencionado. Mas o problema não está, de forma alguma, confinado ao esquema teórico de Weber. Marx, certamente, tinha consciência do caráter problemático das relações entre classe como um conjunto latente de características gerado pelo sistema capitalista e classe como uma entidade histórica, dinâmica, um “ator histórico”. Mas seu contraste entre classe “em si” e classe “para si” distingue fundamentalmente entre relações de classes como um aglomerado de conexões econômicas por um lado e consciência de classe por outro. Essa ênfase foi ditada muito mais pela natureza dos interesses de Marx, que repousavam, acima de tudo, na compreensão e na promoção da ascensão de uma consciência de classe revolucionária no interior do capitalismo. Embora não seja absolutamente verdade afirmar que Marx ignorou isso completamente, pode-se dizer que ele deu muito pouca atenção às maneiras pelas quais as classes, baseadas num conjunto de relações econômicas, assumem ou se “expressam” em formas sociais definidas.

Essa questão também não foi adequadamente tratada nos escritos de autores posteriores. De fato, um dos principais dilemas na teoria de classes — que figura com destaque, por exemplo, na discussão de Aron — é o da identificação da “realidade” da classe. Não só houve uma controvérsia considerável sobre se classe é uma categoria “real” ou “nominal”, mas muitos argumentaram que, desde que é difícil ou impossível delinear com alguma clareza as “fronteiras” entre as classes, deveríamos abandonar completamente a noção de classe como um conceito sociológico útil.³ Somente Dahrendorf parece ter tentado dar atenção ao problema no interior do quadro de referência de uma teoria de classes global e, já que a identificação

3. Ver Robert A. Nisbet, “The Decline and Fall of Social Class”, *op. cit.*

que faz entre classe e divisões de autoridade é inaceitável, a sua análise não ajuda muito.

Sugiro que os principais problemas na teoria de classes não se referem tanto à natureza e aplicação do próprio conceito de classes quanto ao que, por falta de uma palavra melhor, chamarei de *estruturação* de relações de classes.⁴ A maior parte das tentativas de revisão da teoria de classes desde Marx procuraram realizar tal revisão, fundamentalmente refinando, modificando ou substituindo o conceito “marxiano” de classe por uma noção completamente diversa. Embora seja útil seguir e desenvolver alguns dos *insights* de Weber a esse respeito, as lacunas mais importantes na teoria de classes referem-se aos processos por meio dos quais as “classes econômicas” transformam-se em “classes sociais” e por meio dos quais, por sua vez, as últimas relacionam-se a outras formas sociais. Como Marx ansiou por enfatizar ao criticar as premissas da economia política, todas as relações econômicas, e qualquer tipo de “economia”, pressupõem um conjunto de laços sociais entre os produtores. Ao argumentar pela necessidade de conceptualizar a estruturação de relações de classes, não desejo de forma alguma questionar a legitimidade desse *insight*, mas centrar a atenção *nos moldes pelos quais* as relações “econômicas” se traduzem em estruturas sociais “não-econômicas”.

Uma fonte de ambigüidade terminológica e confusão conceptual no uso do termo “classe” é o seu constante emprego para se referir tanto a uma *categoria* econômica quanto a um conjunto especificável de grupamentos sociais. Weber usa a palavra em ambos os sentidos, embora pretenda indicar terminologicamente a diferença entre “classe” (como uma série de “posições de classe”) e “classe social”. Mas para insistir em que o estudo de classe e conflito de classes deve-se referir à interdependência de economia e sociedade, não é necessário identificar o termo “classe” com as divisões e interesses gerados pelo mercado como tal. Conseqüentemente, no restante deste livro, usarei o termo no sentido de “classe social” para Weber — explicado corretamente. Embora possa haver uma multiplicidade indefinida de interesses entrecruzados, criados por possibilidades de mercado diferentes, há apenas, em toda sociedade, um número limitado de classes.

4. O que chamo de estruturação de classe, Gurvitch chama negativamente de “*résistance à la pénétration par la société globale*”. Georges Gurvitch, *Le Concept de Classes Sociales de Marx à nos jours* (Paris, 1954, p. 116 e *passim*).

Será útil, nesse ponto, estabelecer o que a classe *não* é. Em primeiro lugar, a classe não é uma “entidade” específica — ou seja, uma forma social definida da maneira como o é uma firma de negócios ou uma universidade — e uma classe não tem identidade pública sancionada. É muito importante enfatizar isso, na medida em que o uso lingüístico estabelecido quase sempre nos encoraja a aplicar verbos ativos ao termo “classe”; mas o sentido no qual uma classe “atua” numa certa direção, ou “percebe” elementos em seu meio-ambiente no mesmo nível que um ator individual, é altamente elíptico, e esse tipo de uso verbal deve ser evitado sempre que possível. De maneira semelhante, é talvez enganoso falar de “qualidade de membro” de uma classe na medida em que isso poderia implicar a participação num “grupo” definido. Essa forma de expressão, entretanto, é difícil de ser completamente evitada, e não tentarei fazê-lo. Em segundo lugar, a classe deve ser diferenciada de “estrato” e teoria de classes de “estratificação” como tal. Essa última, compreendendo o que Ossowski chama de um esquema de gradação, envolve um critério ou conjunto de critérios em termos dos quais os indivíduos podem ser classificados descritivamente ao longo de uma escala. A distinção entre classe e estrato é novamente a questão de algum significado, e repousa diretamente sobre o problema das “fronteiras” de classe. As divisões entre estratos, para objetivos analíticos, podem ser muito precisamente desenhadas à medida que eles podem ser colocados numa escala de mensuração — como, por exemplo, os “estratos de renda”. As divisões entre classes *nunca* são desse tipo; nem, principalmente, se prestam à visualização fácil, em termos de qualquer escala ordinal de “mais alto” e “mais baixo”, como os estratos — embora, mais uma vez, não se possa escapar completamente a esse tipo de representação. Por fim, devemos distinguir claramente entre classe e elite. A teoria de elite, conforme formulada por Pareto e Mosca, desenvolveu-se em parte como um repúdio consciente e deliberado à análise de classes. Em lugar do conceito de relações de classes, os teóricos de elite colocaram a oposição entre “elite” e “massa” e, em lugar da justaposição “marxiana” de sociedade de classes e inexistência de classes, eles colocaram a idéia de substituição cíclica de elites *in perpetuo*. O seu emprego de termos como “classe governante” e “classe política”, é, de fato, confuso e ilegítimo. Argumentarei adiante, entretanto, que o conceito de elite não é totalmente incompatível com a teoria de classes; pelo contrário, despida de algumas das conotações de que algumas vezes se revestiu, a noção é de significado essencial.

2. A ESTRUTURAÇÃO DE RELAÇÕES DE CLASSES

É útil, inicialmente, distinguir a estruturação *mediata* da estruturação *imediate* de relações de classes. Pelo primeiro termo, me refiro a fatores que intervêm entre a existência de certas possibilidades de mercado e a formação de classes como grupamentos sociais identificáveis, ou seja, que operam como elos de ligação “globais” entre o mercado, por um lado, e sistemas estruturados de relações de classes, por outro. Ao usar a última expressão, refiro-me a fatores “localizados” que condicionam ou moldam a formação de classes. A estruturação mediata de relações de classes é governada acima de tudo pela distribuição de chances de mobilidade que se referem ao interior de uma certa sociedade. A mobilidade foi algumas vezes tratada como se fosse em grande parte separável da determinação da estrutura de classes. Conforme o famoso exemplo de Schumpeter, as classes podem ser concebidas como se fossem semelhantes a veículos que podem estar sempre carregando diferentes “passageiros” sem, em momento algum, modificar a sua forma. Mas, embora a analogia seja atrativa, à primeira vista, ela não resiste a um exame mais minucioso, sobretudo dentro do quadro de referência que sugiro aqui.⁵ Em geral, quanto maior o grau de “fechamento” de chances de mobilidade — tanto intergeracionais quanto na carreira do indivíduo — mais fácil é a formação de classes identificáveis. O efeito do fechamento em termos de movimento intergeracional é conseguir a *reprodução* da experiência de vida comum ao longo das gerações; e essa homogeneização de experiências é reforçada até o grau em que o movimento dos indivíduos dentro do mercado de trabalho esteja confinado a ocupações que geram um conjunto similar de resultados materiais. Em geral, devemos afirmar que a estruturação de classes é facilitada até o grau em que há o fechamento de mobilidade em relação a qualquer forma especificada de possibilidade de mercado. Pode-se dizer que existem três tipos de possibilidade de mercado que são normalmente de importância a esse respeito: a posse de propriedade dos meios de produção; a posse de qualificações técnicas ou educacionais; e a posse da força de trabalho manual. À medida que

5. Podemos, entretanto, concordar com Schumpeter em que “A família, não a pessoa física, é a verdadeira unidade de classe e da teoria de classes”. (Joseph Schumpeter, *Imperialism, Social Classes*, Cleveland, 1961). Isso, na realidade, é completamente consistente com a idéia de que a mobilidade é fundamental à formação de classe.

estas tendam a estar amarradas a padrões fechados de mobilidade inter e intrageracional, isso produz o fundamento para um *sistema básico de três classes* na sociedade capitalista: classes “alta”, “média” e “baixa” ou classe “trabalhadora”. Mas como foi indicado anteriormente, é uma característica intrínseca ao desenvolvimento do mercado capitalista a não-existência de limitações legalmente prescritas ou formalmente sancionadas à mobilidade, e portanto deve-se enfatizar que nunca há nada que chegue a aproximar-se do fechamento completo. Para dar conta da emergência de classes estruturadas, devemos olhar, ainda, para as fontes imediatas de estruturação.

Há três fontes relacionadas de estruturação imediata de relações de classes: a divisão do trabalho dentro da empresa produtiva; as relações de autoridade dentro da empresa; e a influência do que chamei de “grupamentos distributivos”. Já sugeri que Marx tendia a usar a noção de “divisão do trabalho” de maneira muito ampla, para referir-se tanto a relações de mercado quanto à alocação de tarefas ocupacionais dentro da organização produtiva. Aqui, usarei o termo apenas nesse segundo sentido mais específico. No capitalismo, a divisão do trabalho na empresa é, em princípio, governada pela promoção da eficiência produtiva quanto à maximização dos lucros; mas embora responda às mesmas exigências que o mercado capitalista em geral a influência da divisão do trabalho deve ser analiticamente separada como uma fonte distinta de estruturação (e, como será discutido posteriormente, como uma influência significativa na consciência de classe). A divisão do trabalho, é claro, pode servir de base à fragmentação, assim como à consolidação das relações de classes. Ela favorece a formação de classes até o grau em que cria grupamentos homogêneos que se aglomeram ao longo das mesmas linhas que as produzidas pela estruturação mediata. Dentro da ordem industrial moderna,⁶ a influência mais significativa sobre a imediata estruturação na divisão do trabalho é, sem dúvida, a da técnica. O efeito da técnica industrial (mais recentemente, entretanto, modificada pela introdução de sistemas cibernéticos de controle) é criar uma separação decisiva entre as condições de trabalho de trabalhadores manuais e não-manuais. Quer envolva ou não um alto nível de habilidade manual, a “ocupação com a máquina” tende a criar um meio-ambiente bastante distinto daquele do empregado administrativo e

6. Ver adiante, pp. 325-330.

que normalmente reforça um alto grau de separação física entre os dois grupamentos.⁷

Esse efeito da divisão do trabalho, assim, sobrepõe-se estreitamente à influência da estruturação mediata de relações de classes através da partilha diferencial de chances de mobilidade; mas ela, por sua vez, é muito reforçada potencialmente pelo sistema de autoridade típico da empresa. À medida que trabalhadores administrativos participam da composição, ou apenas do reforço dos controles autoritários, eles tendem a ser separados de trabalhadores manuais que estão sujeitos àqueles controles. Mas a influência da autoridade diferencial também é básica como agente de reforço da estruturação de relações de classes em níveis mais “altos”. A posse de propriedade, em outras palavras, confere certas possibilidades fundamentais de controle, maximizadas no interior da tarefa “empresarial” em sua forma clássica. À medida que isso serve para sublinhar uma divisão “no topo”, no controle da organização (algo que é manifestamente influenciado, mas de forma alguma destruído, se certas suposições colocadas pelos advogados da teoria de separação da “posse” e “controle” estiverem corretas), sustenta a diferenciação entre classe “alta” e classe “média”.

A terceira fonte da estruturação imediata das relações de classes é a que se origina na esfera do consumo, mais do que na da produção. Segundo as interpretações tradicionais da estrutura de classes, inclusive as de Marx e Weber, “classe” é um fenômeno da produção: as relações estabelecidas no consumo são, portanto, bastante distintas das formadas no contexto da atividade produtiva, e secundárias a elas. Não há motivo para se afastar dessa ênfase geral. Mas sem abandonar a concepção de que as classes se baseiam, em última análise, na estrutura econômica do mercado capitalista, ainda é possível ver os padrões de consumo como uma influência principal sobre a estruturação de classes. As noções de “status” e “grupos de status” de Weber, como mostrei anteriormente, confundem dois elementos separáveis: a formação de grupamentos no consumo, por um lado, e a formação de tipos de diferenciação social baseados em algum tipo de valor não-econômico que produz uma escala de “honra” e “prestígio”, por outro. Embora os dois possam quase sempre coincidir, não o fazem necessariamente, e parece valer a pena distingui-los terminologicamente. Assim chamarei de “grupamentos distributivos” às relações que envolvem padrões comuns do consumo de bens eco-

7. Lockwood, *The Blackcoated Worker*, op. cit.

nômicos, a despeito de os indivíduos envolvidos fazerem ou não qualquer tipo de avaliação consciente de sua honra ou prestígio em relação aos outros; “status” refere-se à existência de tais avaliações, e um “grupo de status” é, então, qualquer grupo de relações sociais cuja coerência deriva do emprego dessas relações.⁸

Em termos de estruturação de classes, os grupamentos distributivos são importantes enquanto estão inter-relacionados com outros conjuntos de fatores acima, diferenciados de tal forma que reforcem as separações típicas entre tipos de possibilidades de mercado. Os grupamentos distributivos mais significativos nesse sentido são aqueles formados através da tendência à segregação de comunidade ou de vizinhança. Tal tendência não se baseia normalmente em diferenciais de renda, mas também em fatores tais como o acesso a hipotecas imobiliárias, etc. A criação de “vizinhanças de classe operária” e “vizinhanças de classe média” distributivas, por exemplo, é naturalmente favorecida caso se neguem, de maneira geral, hipotecas para a construção de casas aos que trabalham em ocupações manuais, enquanto os que trabalham em ocupações não-manuais experimentam pouca dificuldade em obter tais empréstimos. Onde a indústria se localiza fora das áreas urbanas principais, freqüentemente se desenvolvem “comunidades de classe operária” homogêneas, através da dependência que os operários têm das habitações fornecidas pela companhia.

Em resumo, à medida que a estruturação mediata e imediata de classes se sobrepõem, as classes existem como formações distinguíveis. Quero dizer — como aparecerá em detalhe nos últimos capítulos — que a *combinação de fontes de estruturação mediata e imediata diferenciadas aqui, gerando uma estrutura tripartite de classes, é genérica à sociedade capitalista*. Mas a maneira pela qual esses elementos são fundidos para formar um *sistema de classes específico*, em qualquer sociedade, difere significativamente segundo variações no desenvolvimento político e econômico. Deveria ser evidente que a estruturação nunca é uma questão de “tudo ou nada”. O problema da existência de “fronteiras” de classes, portanto, não pode ser colocado *in abstracto*: um dos objetivos específicos da análise de classes referenciadas às sociedades empíricas deve ser necessariamente o de determinar em que profundidade, em qualquer caso, o “princípio de classe”

8. Poder-se-ia mostrar que seria facilmente possível romper com a noção de grupo de status, se, por exemplo, as avaliações de status em questão são feitas fundamentalmente por pessoas externas ao grupo, e rejeitadas por pessoas de dentro dele.

foi estabelecido como uma forma de estruturação. Mais do que isso, a operação do "princípio de classe" também pode envolver a criação de formas de estruturação no interior de divisões de classes mais amplas. Um desses casos é o do que Marx chama de "pequena burguesia". Em termos da análise precedente, é bastante fácil ver por que a posse de pequena propriedade dos meios de produção pode ser diferenciada tanto da classe mais alta quanto da ("nova") classe média. Se for o caso de que as chances de mobilidade da pequena para a grande posse de propriedade, tanto inter quanto intrageracional, sejam pequenas, é provável que se isole o pequeno proprietário da filiação da classe mais alta como tal. Mas o fato de desfrutar o controle diretivo de uma empresa, por menor que seja, atua no sentido de diferenciá-lo daqueles que são parte de uma hierarquia de autoridade numa organização maior. Por outro lado, a renda e outros benefícios econômicos da pequena burguesia talvez sejam semelhantes aos do trabalhador *white-collar* e, portanto, podem pertencer a grupamentos distributivos semelhantes. Uma segunda influência potencialmente importante sobre a formação de classe deve ser buscada no fator de habilidade diferencial dentro da categoria mais ampla de trabalho manual. O trabalhador manual que foi submetido à aprendizagem, ou a um período de treinamento comparável, possui uma possibilidade de mercado que o distingue do trabalhador não-especializado ou semi-especializado. Esse caso será discutido adiante com maiores detalhes. Basta indicar simplesmente neste ponto que há certos fatores que promovem a estruturação com base nessa diferenciação das possibilidades de mercado (*i.e.*, que as chances de mobilidade intergeracional de ocupações manuais especializadas para ocupações *white-collar* são consideravelmente maiores do que as de ocupações não-manuais especializadas ou semi-especializadas).

Até aqui falei de estruturação de um modo puramente formal, como se a classe pudesse ser definida em termos de relações que não têm "conteúdo". Mas isso certamente não basta; se as classes se tornam realidades sociais, isso deve-se manifestar na formação de padrões comuns de comportamentos e atitudes. Desde a discussão que Weber faz sobre classes e grupos de *status*, a noção de "estilo de vida" tem sido normalmente identificada como pertencente apenas à maneira pela qual um grupo de *status* expressa a sua pretensão à diferenciação. Entretanto, à medida que exista uma convergência acentuada das fontes de estruturação mencionadas acima, as classes também tenderão a manifestar estilos de vida comuns.

Uma distinção inicial pode ser traçada aqui entre "conhecimento de classe" e "consciência da classe".⁹ Podemos dizer que, enquanto a classe é um fenômeno estruturado, tenderá a haver um conhecimento e aceitação comuns de atitudes e crenças similares, ligados a um estilo de vida comum, entre os membros da classe. O termo "conhecimento de classe", como o emprego aqui, *não* envolve um reconhecimento de que essas atitudes e crenças signifiquem uma aliança com uma classe específica, ou o reconhecimento de que há outras classes, caracterizadas por diferentes atitudes, crenças e estilos de vida; a noção de "consciência de classe" por mim empregadas, ao contrário, implica ambos. A diferença entre o "conhecimento de classe" e a "consciência de classe" é fundamental porque o "conhecimento de classe" pode tomar a forma de *uma negação da existência da realidade de classes*.¹⁰ Assim, "conhecimento de classe" da classe média, à medida que envolve crenças que recompensam a responsabilidade e realização individual, é desse tipo.

Dentro de sociedades étnica e culturalmente homogêneas, o grau de estruturação de classes será determinado pela inter-relação entre as fontes de estruturação identificadas anteriormente. Mas muitas, senão a maioria, das sociedades capitalistas não são homogêneas nestes pontos. Tradicionalmente, na teoria de classes, as divisões raciais ou religiosas têm sido encaradas como "obstáculos" à formação de classes como unidades coerentes. Isso pode ocorrer, onde elas criem tipos de estruturação que se desviam daquela estabelecida pelo "princípio de classe" (como foi, tipicamente, o caso nas batalhas da retaguarda do feudalismo contra as forças que favoreciam a emergência do capitalismo). A idéia de que divisões étnicas ou culturais servem para diluir ou obstruir a formação de classes também está muito explicitamente construída na separação que Weber faz entre "classe" (econômica) e "grupo de *status*". Mas isso, em parte pelo menos, ganha força a partir do contraste entre Estado, como uma categoria legalmente constituída, e classe, como uma categoria econômica. Embora

9. Isso não é a mesma coisa, é claro, que a "inconsciência condicionada pela classe" de Lukács; mas acredito que ele esteja correto ao distinguir "níveis" qualitativamente diferentes de consciência de classe. Lukács, *op. cit.*, pp. 52 e segs.

10. cf. Poulantzas, *op. cit.* É enganoso, entretanto, falar de *classes sans conscience*, como o faz Crozier. Ver Michel Crozier, "Classes sans Conscience ou Préfiguration de la Société sans Classes", *Archives Européennes de Sociologie*, 1, 1960; também "L'Ambiguïté de la Conscience de Classe chez les Employés et les Petits Fonctionnaires", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 28, 1955.

se possa concordar em que as *bases* da formação de classes e grupos de *status* (no sentido em que empreguei esses conceitos) são diferentes, a tendência à estruturação de classes pode receber um impulso considerável *quando a classe coincide com os critérios de filiação a grupos de status* — em outras palavras, quando a estruturação resultante da organização econômica se “justapõe” ou se “sobrepõe”, como diz Dahrendorf, à que resulta de categorizações avaliativas baseadas em diferenças étnicas ou culturais.¹¹ Onde isso ocorre, a própria filiação a grupos de *status* torna-se uma forma de possibilidade de mercado. Tal situação oferece amiúde a mais forte possível fonte de estruturação de classes, por meio da qual desenvolvem-se diferenças marcantes em atitudes, crenças e estilo de vida entre as classes. Onde as diferenças étnicas servem para “desqualificar” a possibilidade de mercado, de tal forma que aqueles na categoria em questão concentrem-se fundamentalmente nas ocupações mais mal remuneradas, ou estejam cronicamente desempregados ou semi-empregados, podemos falar da existência de uma *subclasse*.¹²

3. A CONTRADIÇÃO E A GÊNESE DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Na seção anterior, fez-se distinção entre “conhecimento de classe” e “consciência de classe”. Pode-se dizer que, enquanto a estruturação de classe pressupõe a existência de “conhecimento de classe”, a existência da consciência de classe é problemática. A consciência de classe envolve, em primeiro lugar, o reconhecimento, embora vagamente definido, de outra classe ou outras classes: a percepção da identidade de classe implica o reconhecimento de características que separam a classe de um membro da outra ou das outras. Mas é possível classificar vários “níveis” de consciência de classe.¹³ A forma de

11. Ou, para usar outra terminologia, onde há “sobredeterminação” (Louis Althusser, *For Marx*, Londres, 1969, pp. 89-128).

12. O *Lumpenproletariat* de Marx, de acordo com o seu uso, só é uma subclasse quando os indivíduos em questão tendem a ser originários de *backgrounds* étnicos distintivos. Leggett referiu-se à subclasse como a “classe operária marginal”, definindo essa expressão como “uma subcomunidade de operários que pertencem a um grupo étnico ou racial que geralmente é proletariado e muito segregado”. (John C. Leggett, *Class, Race and Labor*, Nova York, 1968, p. 14.)

13. cf. Alain Touraine, *La Conscience Ouvrière* (Paris, 1966), p. 17: “il existe un grand nombre de combinaisons possibles entre les trois principes dont un assemblage très particulier constitue la conscience de classe: le *principe d'identité* qui est, plus encore que la définition d'un

consciência de classe menos desenvolvida é a que implica apenas *uma concepção de identidade de classe e, portanto, de diferenciação de classe*. Isso pode ser diferenciado de um nível de consciência que envolve um conceito de conflito de classes: *onde a percepção da unidade de classe está ligada ao reconhecimento de oposição de interesses com outra classe ou outras classes*. A conexão entre esse nível e o primeiro nível de consciência de classe pode ser expressa, tomando de empréstimo um termo socrático como sendo *maïeutica*; em outras palavras, ela é principalmente um processo de desenvolver e clarificar idéias que estão latentes na percepção da identidade de classe e da diferenciação de classe. Essa distinção não é, entretanto, a mesma que Marx fez entre classe “em si” e classe “para si”. Em primeiro lugar, a distinção “marxiana” não separa a estruturação de classe da consciência de classe (conforme defini o último termo). Mas, mais importante no contexto dessa discussão, Marx não diferenciava consciência de classe como uma percepção de conflito e interesse do que chamarei de terceiro nível de consciência — ou seja, a *consciência de classe revolucionária*. Em contraste com a consciência de conflito, isso envolve *um reconhecimento da possibilidade de uma reorganização completa na mediação institucional de poder* (ver adiante, pp. 147-148) *e a crença de que tal reorganização possa ser realizada através da ação de classe*. Nos escritos de Marx (embora não nos de Lênin), a emergência de uma consciência de classe revolucionária é afirmada como um resultado direto, senão completamente indistinto, da consciência dos conflitos de interesses de classe. Será uma parte fundamental de minha discussão aqui, entretanto, a afirmação de que tal não ocorre; que as condições que embasam a gênese da consciência de classe revolucionária são diferentes das que estão envolvidas na formação da “consciência do conflito”.

groupe d'appartenance, la définition d'une contribution, d'une fonction sociale et donc le fondement des revendications; le *principe d'opposition*, c'est-à-dire la définition du groupe antagoniste et plus précisément celle des obstacles au contrôle des travailleurs sur leurs oeuvres; le *principe de totalité* qui définit le champ sociale dans lequel se situe la relation définie par les deux principes précédents”. (N. do T.: “há um grande número de combinações possíveis entre os três princípios cuja reunião muito particular constitui a consciência de classe: o *princípio de identidade* que é, mais ainda que a definição de um grupo de referência, a definição de uma contribuição, de uma função social e, portanto, o fundamento das reivindicações; o *princípio de oposição*, ou seja, a definição do grupo antagonístico e, mais precisamente, dos obstáculos ao controle dos trabalhadores sobre seus produtos; o *princípio de totalidade* que define o campo social no qual se situa a relação definida pelos dois princípios precedentes.” Em francês no original.)

Nas controvérsias que envolveram o marxismo desde o fim do século XIX, o problema do “papel das idéias”, em relação ao “materialismo” de Marx, ocupou posição proeminente. Como poderia parecer, se os fatores que governam a mudança social estão localizados na infra-estrutura, e se as idéias são, num certo sentido, um simples “reflexo” do substrato, então a emergência da consciência de classe é, ela própria, um epifenômeno do processo real de movimento que transforma um tipo de sociedade em outro. Tal posição afasta, aparentemente, o homem de sua própria história, e leva às dificuldades endêmicas encaradas pelo materialismo dialético ortodoxo ao reconhecer o caráter voluntarista ou ativo da conduta humana. A publicação relativamente recente dos escritos de juventude de Marx, e a revitalização da escola marxista à qual deu origem, afastaram efetivamente esta interpretação.¹⁴ A concepção universalizada no materialismo dialético é, de fato, tratada por Marx como historicamente contingente — e, de forma mais específica, como uma expressão da reificação característica do pensamento burguês. É precisamente uma recuperação da capacidade do sujeito em dissociar reificação de objetivização que deveria ser vista (segundo Marx) como a premissa da transformação do capitalismo. Na opinião marxiana, então, a consciência não é o “efeito” da atividade humana no mundo material, mas a atribuição de significado que guia a conduta, e é inseparável de tal conduta.

Em termos gerais, isso pode ser visto como um pano de fundo teórico adequado à análise da consciência de classe. Ao considerar as origens de formas diversas de conhecimento de classe e consciência de classe não há, então, necessidade de se ficar embaraçado na controvérsia infrutífera sobre a relação entre os (chamados) “material” e “ideal”, como se fossem explicações de conduta rivais. A estruturação de classes é expressa, necessariamente, em termos de ação orientada para significados; o tratamento que Marx dá à consciência de classe é deficiente não por ser “mecânico” ou considerar as idéias apenas como “epifenômenos”, mas por outras razões. A estruturação de classes, portanto, sempre implica a consciência de classe ou o “conhecimento de classe”. O problema, pelo menos em relação à classe operária no capitalismo, é determinar as condições do conflito. Deveria ficar evidente que, segundo o argumento exposto acima, este é, ao mesmo tempo, um problema de estruturação — ou melhor, das *formas* específicas de estruturação por meio da

14. Ver meu *Capitalism and Modern Social Theory*, cap. 14 e *passim*.

qual a consciência torna-se manifesta. Qualquer nível de consciência de classe pode ser manifesto na conduta de todos os, ou da maioria dos, membros de uma classe, ou só na de certos setores ou grupos em seu interior (sindicatos, partidos políticos etc.).

Ao analisar as origens da consciência de classe, é útil fazer uma distinção entre conflito e contradição.¹⁵ Ambos os termos aparecem nos escritos de Marx, mas ele não faz uma diferenciação clara entre os dois. Como uma sociedade de classes, o capitalismo está construído sobre o conflito de interesses entre o capital e o trabalho assalariado; é essa oposição de classe, na teoria marxiana, que é vista como a fonte final das mais particulares “contradições” econômicas e sociais por meio das quais o modo capitalista de produção é enfraquecido a partir de seu interior, pelo crescimento do conjunto de forças produtivas que constituem o socialismo incipiente. Usarei o termo “conflito” de classes para me referir a uma oposição de interesses de classes; a “consciência do conflito” envolve o reconhecimento de tal oposição de interesses. Usarei o termo “contradição”, entretanto, para me referir a uma discrepância entre uma forma de controle industrial imanente e uma existente. Por “controle industrial” refiro-me à mediação de controle (ver adiante, pp. 147-148) dentro da empresa, em qualquer nível específico da estrutura de autoridade. Um dos elementos importantes de minha argumentação posterior será que a estabilidade da sociedade capitalista depende da manutenção de uma separação entre economia e política, de tal modo que questões de organização industrial apareçam como “não-políticas”. De fato, qualquer ameaça ao sistema de controle industrial tem implicações imediatas de natureza política. Proponho neste livro que se sustente o ponto de vista de que a consciência do conflito tende a transformar-se em consciência revolucionária somente onde o conflito de classes origina-se na contradição; e que, longe de haver uma correspondência entre estas e a maturidade crescente da sociedade capitalista, como é afirmado na teoria de Marx, elas só coincidem sob condições distintas daquelas a que Marx deu maior destaque.

Devemos, em primeiro lugar, considerar os fatores que influenciam o desenvolvimento da consciência do conflito. Em grande parte, pode-se dizer que elas dizem respeito ao que quer que promove

15. Isso pode, talvez, ser visto como um caso particular de distinção que Lockwood faz entre os problemas de “integração social” e de “integração do sistema”.

a *visibilidade* (transparência) da estruturação de classes. É o que ocorre, por exemplo, com as características do capitalismo que Marx cita como as que possibilitam a emergência de um proletariado "para si", tal como os efeitos "homogeneizantes" da mecanização sobre as tarefas de trabalho, ou o significado da manufatura em larga escala em agrupar uma massa de trabalhadores num único lugar. Em cada um desses exemplos, as condições de existência dos indivíduos tendem a tornar as suas características comuns de classe prontamente visíveis. Não é isso o que ocorre com o campesinato, que Marx, falando sobre a França do século XIX, compara com um "saco de batatas": a natureza isolada do meio-ambiente de trabalho do camponês tende a inibir a percepção de que ele compartilha interesses de classe com outros. Mas outros aspectos da estruturação de classes, aos quais Marx dá pouca atenção, podem influenciar, ou mesmo afetar decisivamente, a visibilidade.¹⁶ Assim, como mostrou Weber, o trabalhador manual pode freqüentemente sentir mais hostilidade em relação ao gerente da indústria, que lhe dá ordens e com quem está em contato relativamente direto, do que em relação ao dono da empresa, ou ao banqueiro ou financista ainda mais distante. A visibilidade normalmente é muito mais acentuada onde há uma coincidência de critérios de classe e grupo de *status*, sobretudo quando o último envolve uma diferenciação étnica. A consciência do conflito, é claro, não precisa ser recíproca, e na verdade é isto o que em geral ocorre com as relações entre as classes trabalhadora e média na sociedade capitalista. A afirmação do "interesse de classe" por parte da classe operária choca-se com o conhecimento de classe típico da classe média, cujos membros tendem a perceber a ordem social em termos de noções individualistas de "realização pessoal" e "iniciativa" etc.¹⁷

A percepção da identidade de interesses de classe em oposição a uma outra classe ou a outras classes naturalmente produz o desenvolvimento de organizações ou agências devotadas à formação desses interesses. Foi nessas agências, é claro, que Marx viu a ponta de lança do movimento da classe operária. E não se pode duvidar que, em sindicatos e partidos políticos, a consciência do conflito pode ser

16. cf., entretanto, a observação de Engels de que "a pobreza freqüentemente mora em becos escondidos próximos aos palácios dos ricos; mas, em geral, um território separado foi destinado a ela, onde, longe da vista das classes mais felizes, ela luta como pode". ((Friedrich Engels, *The Condition of the Working Class in England in 1844*, Londres, 1968, p. 26.)

17. Ver adiante, pp. 226-227.

clarificada e tornada mais exata do que o que normalmente ocorre na consciência de classe mais difusa do trabalhador comum. Essas agências estão assim numa posição em que podem agir sobre, e tentar dirigir, a consciência de classe da massa. Embora a simples institucionalização de agências, nominalmente estabelecidas para promover certos interesses de classe, possa fornecer um fator adicional que se interponha entre o membro da classe e a promoção de seus interesses, em termos gerais isso é uma interpretação aceitável dos processos envolvidos na intensificação da consciência do conflito. O que ele não explica é por que tal consciência deveria tomar uma forma revolucionária.

Se o fator mais importante na promoção da consciência do conflito é a *visibilidade* de diferenciais de classes, o fator mais importante de influência sobre a consciência revolucionária é a *relatividade de experiência* dentro de um determinado sistema de produção. A consciência revolucionária, conforme a defini, envolve uma percepção da ordem sócio-econômica existente como "ilegítima" e o reconhecimento de formas de ação que podem ser tomadas para reorganizá-la em novas bases. Tal percepção está sempre virtualmente impedida pelos membros dos grupamentos cronicamente não-privilegiados cujas condições de trabalho permanecem estáveis ao longo do tempo. A sua criação abrange um quadro de referência em relação ao qual os indivíduos possam distanciar a sua experiência do aqui e agora, a realidade social "dada", e entrever a possibilidade de uma experiência radicalmente diversa. O termo "privação relativa", conforme aplicado nesse contexto, é inadequado. A experiência de privação (que é necessariamente relativa à medida que o indivíduo que se sente privado deve, num certo sentido, orientar-se em relação a um padrão de legitimidade) é um elemento no quadro: sensações de ressentimento de natureza difusa só tomam caráter revolucionário quando fundidas num projeto concreto, embora vagamente formulado, de uma ordem alternativa que possa existir.

Agora, na teoria marxiana, como já indiquei, o conflito resultante da divisão de interesses em relações de classes está difundida com o que deriva da contradição. Isso ajuda a explicar a origem do que algumas vezes é visto como o ponto cego na concepção de Marx do desenvolvimento da consciência de classe do proletariado no capitalismo, ou seja, o motivo pelo qual a revolta da classe operária deveria tomar a forma de uma orientação para uma superação *institucional* de ordem existente. A resposta, de maneira bastante evi-

dente, é que a classe operária é o sustentáculo de um novo “princípio” de organização social e econômica cujo funcionamento contradiz aquele que regula o modo capitalista de produção. Mas não está completamente claro de que modo os membros da classe operária chegam a perceber que isso ocorre. A análise de Marx nesse ponto tende a recair nos resultados da dependência explorativa do trabalho assalariado em relação ao capital e, portanto, nos efeitos da “emiseração” conforme manifesta na rigidez relativa de salários e no crescimento do exército industrial de reserva. Entretanto, conforme mencionado no Capítulo I, há, também, uma segunda teoria marxista da revolução, que olha, ao contrário, para o choque entre uma ordem agrária “atrasada” e o impacto da técnica “adiantada”. É este tipo de situação, mais do que o primeiro, que realmente tende a sublinhar a formação da consciência de classe revolucionária. Em tais circunstâncias, a emergência da contradição é abrupta e marcada, e tem conseqüências que afetam todos os aspectos da vida do operário, criando dessa maneira o que pode ser visto como o caso paradigmático para o desenvolvimento potencial de consciência revolucionária no mundo moderno.

Devem-se observar duas coisas aqui. Em primeiro lugar, a criação da consciência de classe revolucionária não ocorre necessariamente, como afirmou Marx, pelo menos em sua concepção da emergência de um proletariado revolucionário, fora da *madureza* do capitalismo, como simples aumento da consciência de classe. Suas fontes são diferentes, e não há razão para sustentar que ela está intrinsecamente ligada a tipos de condição social que atuam para produzir ou aumentar a consciência do conflito — fato que tem importantes implicações, discutidas mais adiante. Em segundo lugar, segue-se que as fontes de consciência revolucionária tenderão a estar ligadas tanto àqueles agrupamentos nas margens de “incorporação” numa sociedade baseada em técnica industrial (e.g., camponeses cujo modo de produção tradicional foi enfraquecido) quanto, ao contrário, àqueles envolvidos nos setores técnicos de produção mais progressistas.

A maior parte da literatura sobre essas questões, é claro, referiu-se fundamentalmente à consciência de classe como uma fonte de impulso à ação política, significando aqui a formação de partidos de classe operária com algum tipo de programa revolucionário. Embora eu não vá de forma alguma evitar as questões levantadas a esse respeito, não proponho discutir os fenômenos que sublinham a organização de partidos em detalhe. Acho que Lênin estava essen-

cialmente certo ao afirmar que “a classe operária, unicamente por suas próprias forças, pode elaborar apenas a consciência sindical”,¹⁸ mas que é errado supor que isso pode ser transformado em consciência revolucionária sobretudo por meio da liderança ativa de partido. Há, na perspectiva de Luxemburgo, se comparada à de Lênin, elementos importantes das origens da consciência revolucionária. Se podemos concordar com Lênin em que a consciência revolucionária não surge espontaneamente da produção capitalista amadurecida, podemos ainda aceitar que os fatores que geram tal consciência entre a massa preocupam muito mais do que a natureza da liderança política, e devem ser buscados nas condições de trabalho da classe operária como tal.

18. Ver I. Lenin, *What is to be Done?* (Oxford, 1963), p. 63.

VII

REPENSANDO A TEORIA DE CLASSES (II)

1. ELITES E PODER

Como insiste Marx, a estrutura de mercado do capitalismo depende de uma forma definida de poder político, uma forma específica de Estado. Nesse sentido, Poulantzas está bastante correto ao afirmar que “classe social é um conceito que indica os efeitos de uma totalidade de estruturas, a expressão de um modo de produção ou uma formação social nas ações dos que são seus portadores: é um conceito que designa os efeitos da estrutura total no campo das relações sociais”.¹ Em abstrato, a forma do Estado capitalista depende de uma separação das esferas de hegemonia política e econômica, garantida em termos de direitos da propriedade privada. Mas, como assinalai, além dos estudos históricos do “Bonapartismo”, Marx deu pouca atenção à natureza das conexões de poder político e econômico. Isso pode ser expresso outra vez como um problema de *mediação*. Uma das ênfases mais características da perspectiva marxiana é que, no capitalismo especialmente (mas também, num sentido geral, em tipos anteriores de sistema de classes), o domínio do “político” está subordinado ao do “econômico”. O que permanece relativamente obscuro em Marx é a forma específica dessa dependência, e como ela é expressa concretamente na dominação da classe dominante.² A importância desse ponto, como já indiquei acima, não está confinada à análise da estrutura social do capitalismo, mas repousa

1. Poulantzas, *op. cit.*, p. 69.

2. A maioria dos autores marxistas posteriores ou ficou satisfeita com as afirmações mais generalizadas sobre a questão, ou quis “assoviar e chupar cana”, insistindo que o capitalismo é denominado por uma classe dominante que, na realidade, não “domina”; cf. novamente Poulantzas, *op. cit.*, pp. 36 e segs.

diretamente sobre a questão do caráter da inexistência de classes do socialismo. Está relacionada, além do mais, às questões trazidas a primeiro plano pela crítica da perspectiva marxiana feita pelos “teóricos de elite” do início do século. A substância dessa crítica nos escritos de autores como Pareto e Mosca, pode ser expressa como tentativa de transformar o conceito de classe de Marx, baseado nas relações de produção, numa diferenciação essencialmente política entre os “que dominam” e os que “são dominados” — uma transmutação que foi, na verdade, tornada possível pela falha de Marx em especificar de modo sistemático as formas pelas quais a hegemonia econômica da classe capitalista “transforma-se” na dominação política da classe *governante*. Se o que ocorre é apenas que o controle econômico produz diretamente o poder político, abre-se o caminho para a afirmação de que no socialismo, assim como no capitalismo (na verdade, como em qualquer outro tipo de sociedade complexa), quem quer que controle os meios de produção alcança, por seu intermédio, a dominação política como classe dominante. O movimento da história do capitalismo para o socialismo é, assim, concebido como simples sucessão de “classes dominantes” (“elites”), como na “teoria de elites” clássica ou, mais especificamente, como a emergência do tipo de classe governante “gerencial” ou “tecnocrática” descrita nas obras de Burnham, e mais recentemente em algumas das variantes da teoria da “sociedade tecnocrática”.³

Os pontos em debate entre a perspectiva de Marx e a “teoria de elite” complicaram-se ainda mais em anos recentes pelo emprego de conceitos retirados da última, tais como o de “elite do poder”, como se fossem sinônimos do de “classe dominante”. Antes de examinar em detalhes a natureza dos laços entre os poderes político e econômico, em relação à teoria de classes de Marx, será útil esclarecer o uso dos termos “classe dominante”, “elite”, “elite de poder”, “classe governante etc., o que envolve, em parte, observar mais de perto do que no capítulo precedente a estruturação da classe alta.

Na análise que se segue, estarei fundamentalmente interessado em desenvolver um conjunto de formulações que iluminam distinções conceituais significativas, mais do que em aderir ao uso terminológico convencional — se é que se pode dizer que há uma prática con-

vencional num campo no qual tem havido tanta confusão.⁴ Sugiro que, dadas as distinções colocadas a seguir, pode haver uma “classe governante” sem que seja, necessariamente, uma “classe dominante”; que pode existir uma “elite de poder” sem que seja, necessariamente, tanto uma “classe governante” quanto uma “dominante”; que pode haver um sistema do que chamo de “grupos de liderança” que não constitua nem uma “classe dominante”, nem uma “classe governante”, nem uma “elite de poder”; e que *todas* essas formações sociais são, em princípio, compatíveis com a existência de uma sociedade que seja “capitalista” em sua organização. Para começar, são necessárias algumas observações elementares sobre a noção de “elite”. Como é algumas vezes empregado, o termo “elite” pode-se referir aos que “lideram” em qualquer categoria de atividade dada; a atores e desportistas, assim como a “líderes” políticos e econômicos. Há evidentemente, entretanto, uma diferença entre os primeiros e os segundos, na medida em que os primeiros “lideram” em termos de uma espécie de escala de “fama” ou “realização pessoal”, enquanto que o segundo uso pode ser tomado em referência a pessoas que estão no topo de uma organização social específica com sua estrutura de autoridade interna (o Estado, uma empresa econômica etc.). Usarei a expressão “grupo de elite” neste último sentido para designar os indivíduos que ocupam posições de autoridade formal no topo de uma organização social ou instituição; e “elite”, muito em geral, para me referir tanto a um grupo de elite quanto a um aglomerado de grupos de elite.

Nesses termos, pode-se dizer que um aspecto principal da estruturação da classe alta diz respeito, em primeiro lugar, ao processo de mobilidade ou recrutamento para posições de elite e, em segundo lugar, ao grau de “solidariedade” social dentro de, e entre, grupos de elite. A estruturação média refere-se ao grau de “fechamento” do processo de recrutamento para posições de elite, em favor daqueles saídos de origens proprietárias. A estruturação próxima depende sobretudo da frequência e da natureza dos contatos sociais entre os membros de grupos de elite. Esses contatos podem tomar várias formas, inclusive a formação de laços de casamento ou a existência de outros laços de parentesco, o predomínio de laços pessoais de conhecimento ou amizade etc. Se o grau de “integração” social de

3. Ver adiante, pp. 313-318.

4. Nesta seção deste capítulo, me baseei em parte de meu artigo “Elites in the British Class Structure”, *Sociological Review*, 20, 1972.

grupos de elite é alto, é provável que também haja um alto grau de solidariedade moral caracterizando a elite como um todo e, provavelmente, uma baixa incidência não só de conflitos latentes como manifestos entre eles. Nunca houve nenhuma elite, embora solidária, que estivesse livre de conflitos e lutas; mas o grau e a intensidade abertas variam enormemente e, assim, é razoável falar claramente de diferenciais na solidariedade de grupos de elite. Combinando esses dois aspectos da estruturação, podemos estabelecer uma tipologia de formações de elite.

		Recrutamento	
		Aberto	Fechado
Integração	Alta	elite solidária	elite uniforme
	Baixa	elite abstrata	elite estabelecida

Elite “uniforme” é a que compartilha os atributos de ter um padrão restrito de recrutamento e de formar uma unidade de laços relativamente estreitos. Quase não é necessário enfatizar que as classificações acima não são de um caráter “tudo ou nada”. Observou-se que mesmo entre as aristocracias tradicionais nunca houve um padrão completamente fechado de recrutamento, algo de que só o sistema de castas indiano aproximou-se — todas as elites abrem seus quadros, numa certa medida, a indivíduos das ordens inferiores, e podem intensificar a sua estabilidade por meio disso. Um tipo relativamente fechado de recrutamento, entretanto, fornece, provavelmente, o tipo de processo de socialização coerente que origina um alto nível de solidariedade entre (e dentro de) grupos de elite. Mas é factível encarar a existência de exemplos que se aproximam mais do caso de uma elite “estabelecida”, onde há um padrão relativamente fechado de recrutamento, mas só um baixo nível de integração entre os grupos de elite. Uma elite “solidária”, conforme definida na classificação, pode também parecer envolver uma combinação improvável de elementos, à medida que pode parecer difícil atingir um alto grau de integração entre os gru-

pos de elite cujos membros sejam retirados de diversos antecedentes de classe. Mas, embora esse tipo de formação social talvez seja raro nas sociedades capitalistas, pelo menos alguns dos Estados de países socialistas ajustam-se nitidamente a essa categoria: o Partido Comunista é o principal canal de acesso a posições de elite e, embora forneça um caminho de mobilidade para indivíduos retirados em proporções substanciais de origens muito inferiores, ao mesmo tempo assegura um alto grau de solidariedade entre os grupos de elite.⁵ Uma elite “abstrata”, envolvendo tanto o recrutamento relativamente aberto quanto um nível baixo de solidariedade de elite, qualquer que seja a sua realidade empírica, aproxima-se bastante da imagem de algumas sociedades capitalistas contemporâneas conforme desenhadas nos escritos dos teóricos da chamada “democracia pluralista”.

A distinção entre os tipos diferentes de formação de elite, em si mesma, não nos capacita a conceptualizar o fenômeno do poder. Como no caso da própria estruturação de classes, podemos distinguir duas formas de mediação de relações de poder na sociedade. Chamarei a primeira de mediação *institucional* de poder; a outra, de mediação de poder em termos de *controle*. Com a expressão mediação institucional de poder, quero referir-me à forma geral de Estado e economia dentro da qual os grupos de elite são recrutados e estruturados. Isso concerne, entre outras coisas, ao papel da propriedade na organização global da vida econômica, à natureza do quadro de referência legal que define direitos e obrigações políticas e econômicas, e à estrutura institucional do próprio Estado. A mediação de controle diz respeito ao poder real (efetivo) para a formação de políticas e tomada de decisões dos membros de grupos de elite particulares; a intensidade, por exemplo, em que os líderes econômicos podem influenciar as decisões tomadas pelos políticos etc. Falando de outro modo, podemos dizer que o poder tem dois aspectos: um aspecto “coletivo”, no sentido de que os “parâmetros” de qualquer conjunto concreto de relações de poder dependem de sistema global de organização de uma sociedade; e um aspecto “distributivo”, significando que certos grupos podem exercer sua vontade às expensas de outros.⁶ A mediação de controle se expressa, assim, em termos de poder “efetivo”, manifesto em termos

5. Ver adiante, pp. 297-299.

6. cf. Talcott Parsons, “On the Concept of Political Power”, *Proceedings of the American Philosophical Society*, 107, 1963. O erro na análise de Parsons, entretanto, é afirmar ou tornar implícito que o aspecto “coletivo” de poder não pode ser assimétrico em suas consequências para os diferentes grupamentos na sociedade.

da capacidade tanto de tomar quanto de influenciar a tomada de decisões que afetam diferentemente os interesses de dois ou mais partidos.

Podemos separar conceptualmente dois fatores variáveis ao analisar o poder efetivo (ou seja, poder conforme diferenciado de "autoridade formal") quanto a tipos de formação de elite. O primeiro refere-se à extensão em que tal poder está "consolidado" nas mãos de grupos de elite; o segundo, à "força-de-mando" do poder manipulado por aqueles que estão em posições de elite. Enquanto o primeiro designa limitações sobre o poder efetivo, derivadas de limitações impostas de "baixo", o último concerne à extensão em que o poder está limitado *porque só pode ser exercido em relação a um âmbito de pontos restritos*. Assim, geralmente se toma como característica das sociedades capitalistas contemporâneas a existência de limitações intimamente definidas dos pontos sobre os quais os grupos de elite podem exercer controle.⁷ Combinando esses dois aspectos de poder efetivo conforme exercido por grupos de elite, podemos estabelecer uma classificação de formas de estrutura de poder. Como a tipologia anterior, isso estabelece uma combinação abstrata de possibilidades; pode-se quase afirmar que não é mais do que uma categorização elementar de um conjunto muito complexo de fenômenos, e as etiquetas aqui aplicadas não extinguem, de maneira alguma, a variedade de características que são quase sempre agrupadas sob esses termos.

	"Força-de-Mando"	
	Ampla	Restrita
Poder Consolidado	Autocrático	Oligárquico
Poder Difuso	Hegemônico	Democrático

De acordo com essas definições, a consolidação do poder efetivo é maior onde ele não é restrito a limites claramente definidos em termos de seu "alcance lateral" ("força-de-mando" amplo), e onde esteja concentrado nas mãos da elite ou de um grupo de elite. A detenção do poder é mais "oligárquica" do que "autocrática" quando o grau de centralização de poder nas mãos de grupos de elite é alto, mas onde a

7. Como nas "elites estratégicas" de Keller. Ver Suzanne Keller, *Beyond the Ruling Class* (Nova York, 1963).

"força-de-mando" daquele poder é limitada. No caso do controle "hegemônico", os que se encontram em posições de elite manipulam um poder que, embora não seja de âmbito claramente definido, é limitado a uma amplitude restrita de pontos, é "superficial". Uma ordem "democrática", nesses termos, é aquela em que o poder efetivo de grupos de elite é limitado em ambos os aspectos.

Por fim, juntando ambas as classificações formuladas acima, podemos estabelecer uma tipologia global de formações de elite e poder no interior da estrutura de classes. Isso possibilita um esclarecimento dos quatro conceitos já mencionados — "classe dominante", "classe governante", "elite de poder" e "grupos de liderança". Deve-se enfatizar que estes se entrecruzam parcialmente com alguns dos usos existentes na literatura sobre classe e teoria de elite. O termo de Pareto "classe governante" não é, aqui, como nos escritos do próprio Pareto, uma substituição do termo "classe dominante" de Marx; nesse esquema, uma classe governante está "um passo abaixo", tanto em termos de formação de elite quanto de detenção de poder, de uma "classe dominante".

	Formação de Elite	Detenção de Poder
Classe Dominante	Elite Uniforme/ Estabelecida	Autocrática/ Oligárquica
Classe Governante	Elite Uniforme/ Estabelecida	Hegemônica/ Democrática
Elite de Poder	Elite Solidária	Autocrática/ Oligárquica
Grupos de Liderança	Elite Abstrata	Hegemônica/ Democrática

Nesse esquema, o caso "mais forte" de classe dominante é definido como aquele em que uma elite uniforme manipula poder "autocrático"; o caso mais fraco é aquele no qual uma elite estabelecida detém poder "oligárquico". Onde um padrão de recrutamento relativamente fechado está relacionado ao prevalecimento de restrições

definidas sobre o poder afetivo de grupos de elite, há uma classe governante, mas não uma classe dominante. Uma classe governante chega a ser uma classe dominante quando uma elite uniforme possui poder "hegemônico", e aproxima-se mais de grupos de liderança quando uma elite estabelecida detém o poder "democrático". Quando uma classe governante envolve a combinação de uma elite estabelecida e de poder "hegemônico", ela está perto de ser uma elite de poder. Uma elite de poder distingue-se de uma classe dominante em termos de padrão de recrutamento, assim como uma classe governante se distingue de um sistema de grupos de liderança. O último existe onde os grupos de elite detêm poder limitado, e onde, além disso, o recrutamento de elite é de caráter relativamente aberto.

Em termos da mediação de controle, essa classificação deixa indefinida a primazia relativa do poder de qualquer grupo de elite sobre outros. Isso pode ser expresso conceptualmente em referência à natureza da *hierarquia* que existe entre os grupos de elite. Há uma hierarquia entre os grupos de elite à medida que tal grupo detém poder de uma força-de-mando mais ampla do que outros e pode, portanto, exercer um grau de controle sobre as decisões tomadas por todos os que estão em seu interior. Assim, pode acontecer que a elite econômica, ou alguns de seus setores, possam condicionar significativamente as decisões políticas através do emprego da "influência", "indução" ou controle "direto" de posições políticas — *i.e.*, por meio do fato de que os membros da elite econômica são também ocupantes de posições políticas. Podemos referir-nos a todos esses modos de obtenção, ou luta pela obtenção, de controle como o *meio de intercâmbio* entre os grupos de elite. Uma das principais tarefas da análise de formações de elite é precisamente examinar a forma de intercâmbio que opera entre os grupos de elite em qualquer sociedade, com o objetivo de determinar os tipos de hierarquia da elite que existem.

É bastante óbvio que as formas de hierarquia de elite que prevalecem numa sociedade não são independentes da mediação institucional de poder, mas é errado admitir, como a maioria dos escritores provavelmente o fez, que as duas são analiticamente inseparáveis. Em outras palavras, as linhas básicas da economia e da política que levam à existência de classes são compatíveis com várias relações possíveis entre elites e poder — algo não adequadamente permitido tanto na teoria do Estado capitalista de Marx quanto na de Weber.

A concepção de Marx, quer na sua versão mais simples ou na mais sutil,⁸ trata o Estado essencialmente como uma "expressão" das relações de classes geradas no mercado. O poder político "desaparece" quando o Estado capitalista é ultrapassado, porque esse Estado representa ou coordena diretamente o sistema de dominação de classes. Em geral, o tratamento que Marx dá ao Estado está muito mais imerso naquela tradição do pensamento social do século XIX, também encontrada na economia política e no *saint-simonianismo*, que vê o Estado como subordinado à sociedade e que, em consequência, tende a considerar o primeiro como passível de ser "reduzido" a suas condições de dependência da última — no caso de Marx, às relações de classes. É por isso que não há, em Marx, nenhum reconhecimento da existência possível do Estado como uma força independente: ele só se aproxima de tal reconhecimento ao argumentar que, no fenômeno do "bonapartismo", onde há um "equilíbrio" de classes, o Estado torna-se, temporariamente, desligado da subserviência aos interesses de qualquer classe. Em contraste, a maior parte da sociologia de Weber está relacionada ao papel do Estado como uma agência que atua sobre a sociedade. Não é simplificação excessiva dizer que enquanto Marx olhou o Estado em termos de suas pressuposições sobre a infra-estrutura econômica da sociedade, Weber tendeu a olhar essa infra-estrutura em termos de um paradigma derivado de sua análise do crescimento do Estado. Para Weber, o "princípio de classe" está subordinado ao "princípio burocrático". O exame das diferenças em questão entre as perspectivas de Marx e de Weber é, aqui, criticamente importante para a determinação dos fatores que sublinham qualquer justaposição de "classe" e "inexistência de classes".

Weber não rejeita a noção de uma "sociedade sem classes". Embora durante toda a sua vida, tenha resisitido ao advento do socialismo (pelo menos em sua forma marxista) na Alemanha, ele o considerou como uma possibilidade concreta, embora não desejável. O que repudiou especificamente foi a concepção de Marx de que a eliminação do sistema de classes capitalistas poderia trazer qualquer redução à "dominação do homem pelo homem"; ao contrário ela levaria, de fato, a uma extensão posterior de tal dominação, manifesta não em termos de mecanismos de mercado regressivos ou coercitivos, mas em termos de expansão do domínio burocrático do Estado sobre as vidas dos indivíduos. As fraquezas nas perspectivas estabelecidas por Marx e Weber sobre a estrutura de classes quanto ao Estado

8. Ver pp. 57-59, acima.

são complementares. Na concepção de Marx, o “poder” político existe apenas na medida em que “traduz” a assimetria coercitiva das relações de classes; na discussão de Weber, por outro lado, qualquer forma (racionalizada) de sistema de autoridade que envolva a coordenação de atividades de homens no interior da ordem política e econômica favorece necessariamente a subordinação da massa aos ditames de uns poucos. Em retrospecto, parece muito evidente que assim como Marx valeu-se fortemente do “princípio de classe” Weber superacentuou o significado do “princípio burocrático” por dois motivos. Um deles é simplesmente a proeminência que a questão do “legado de Bismark” — a hegemonia da burocracia prussiana como um resultado da ausência de uma forte liderança política na Alemanha — desempenhou como fonte de estímulo para os seus escritos sociológicos. O outro motivo relaciona-se à importância da oposição entre o carisma (irracional) e a racionalização, em seus trabalhos. A burocracia aparece como a aplicação da racionalidade à esfera da atividade humana e, portanto, representa o pólo de uma antítese que impregna toda a sociologia de Weber.

Sem tentar analisar todas as dificuldades levantadas pelas várias discussões que Weber faz sobre burocracia, podemos identificar dois problemas latentes em sua divergência de Marx sobre a natureza do Estado moderno. (1) Sobre que condições o Estado vem a separar-se da sociedade e, portanto, a não ser “responsável” por ela? (2) Sob que condições o Estado vem a expressar uma assimetria de interesses de classe? Na análise de Marx, supõe-se que essas questões sejam as mesmas; o Estado é um “poder independente” e separado apenas porque, e na medida em que, representa os interesses de uma classe em detrimento das outras. Para ele, a resposta à primeira questão é dada na resposta à segunda. Para Weber, por outro lado, a resposta à segunda é só um caso particular da resposta dada à primeira questão.

Ao falar do caráter “separado” ou “independente” do Estado no capitalismo, e ao contrastar essa situação com a prevista pela transcendência do Estado no socialismo, Marx não deseja afirmar que essa “separabilidade” só resida na diferenciação institucional de outras estruturas na sociedade, nem sustentar que a sua substituição signifique a sua “destruição” como tal instituição diferenciada. Portanto, o tipo de crítica ingênua comumente oferecido contra a perspectiva marxista de que em qualquer ordem industrial, quer capitalista ou socialista, a amplitude de atividades empreendidas pelo Estado

crece necessariamente, ao invés de diminuir, e é, por isso, completamente impossível supor que o Estado possa ser “erradicado”⁹ — não é imediatamente relevante. O Estado é “separado” da sociedade precisamente na medida em que não é “responsável por ela”. A questão da superação do Estado, portanto, depende da superação das formas pelas quais o Estado é criado para servir a interesses setoriais, ao invés dos interesses da coletividade como um todo. O “problema burocrático”, para Marx, é uma das formas da subserviência do Estado a interesses setoriais — o que significa interesses de classe. Por mais limitada que seja a análise de Marx sobre a burocracia em alguns aspectos, ela não é, de maneira alguma, tão estéril quanto se diz geralmente quando comparada à formulação que Weber faz da questão; é a perspectiva de Weber — que liga a “separabilidade” do Estado a seu caráter como um sistema burocrático — que parece a mais ingênua e excessivamente simplificada. A perspectiva de Marx contém várias indicações concretas do caráter contingente do “princípio burocrático” e, portanto, também, da forma de sua superação com a “abolição” do Estado no socialismo.

Pode ser tomado como axiomático que a forma institucional de capitalismo (tanto para Marx quanto para Weber) seja manifesta como um “tipo puro” na proporção em que o papel do Estado está limitado à regulação de obrigações contratuais. O Estado capitalista (como ambos enfatizam) pressupõe assim, necessariamente, uma dicotomia entre a ordem econômica, deixada aberta ao jogo das forças de mercado, e a ordem política — uma dicotomia entre o “homem político” e o “econômico”. O erro de Marx e Weber, colocados em perspectivas opostas, foi supor a existência de pouca flexibilidade na amplitude de conexões possíveis entre o “Estado capitalista”, definido nestes termos, e a mediação de controle. A questão do caráter “separado” do Estado não pode ser adequadamente compreendida em termos de uma série de necessidades bem definidas que decorrem do livre jogo das relações de mercado.

2. A NATUREZA DA EXPLORAÇÃO DE CLASSE

Uma sociedade de classes, nos escritos de Marx, não é simplesmente uma sociedade em que acontece haver classes, mas uma sociedade na qual as relações de classes fornecem a chave para a explica-

9. Esse é o tipo de crítica feito por Durkheim (embora não especificamente contra Marx): ver *Professional Ethics and Civic Morals* (Londres, 1957), pp. 51 e segs.

ção da estrutura social em geral. O modelo dicotômico de Marx fornece a base necessária para a teoria da sociedade de classes; a propriedade dos meios de produção, em oposição à não-propriedade, é o eixo fundamental ao longo do qual a “infra-estrutura” relaciona-se com a “superestrutura”. Mas a utilização do conceito de classe de Marx, ao elaborar as noções de “sociedade de classes” e “inexistência de classes”, não é o bastante, porque leva à conclusão ilusória, sugerida pelo “truque de definição” de Dahrendorf, de que a superação da sociedade de classes é dada apenas pela abolição formal da propriedade privada. Os conceitos de “sociedade de classes” e “inexistência de classes”, assim, mostram ser bem mais complicados do que parecem à primeira vista.

A teoria da sociedade de classes de Marx depende, obviamente, em grande parte do modo pelo qual ele procura ligar o modelo dicotômico a uma concepção de “exploração”. A sociedade de classes é de caráter necessariamente expropriador porque a existência da estrutura de classes está baseada na apropriação do produto excedente da massa da população por uma minoria improdutivo. É importante reconhecer que, para Marx, entretanto, o caráter de classe do capitalismo é, em muitos sentidos, mais bem definido do que no caso do feudalismo em que ainda existe um corpo de campesinato livre que está, num certo sentido, “fora” da estrutura de classes. Mesmo os trabalhadores escravos detêm uma grande parte do controle sobre os seus meios de produção, e a dominação econômica e a política estão fundidas com um sistema de produção personalizado e localizado. No capitalismo, o “princípio de classe” aparece no próprio cerne da estrutura social em geral, e é precisamente por isso que, por um processo de transformação dialética, torna-se possível prever a emergência de uma ordem sem classes. Isso ocorre porque, na análise que Marx faz das tendências do “movimento” do modo capitalista de produção, o modelo dicotômico de classes perde progressivamente o seu caráter como um tipo abstrato e mistura-se com a realidade projetada do desenvolvimento capitalista.

O abandono do modelo dicotômico de Marx significa a rejeição obrigatória da diferenciação entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, e a teoria associada da mais-valia como base para comparar o caráter de exploração da sociedade de classes com uma ordem sem classes. As próprias lutas de Marx com o conceito de trabalho produtivo evidencia amplamente os problemas criados pela noção. Assim, ele critica Adam Smith por ver como trabalho produtivo

só aquele que cria bens materiais, e argumenta em *Theories of Surplus Value* que: “Incluídos entre os trabalhadores produtivos, é claro, estão aqueles que contribuem de um modo ou de outro para a produção de bens, do operador real ao gerente ou engenheiro (distintos do capitalista)”.¹⁰ Mas o próprio Marx não era, de forma alguma, consistente nesse uso, e os intérpretes subseqüentes quase não podem ser culpados severamente se não conseguem observar que a concepção de Marx é diversa da de seu predecessor. Mais do que isso, mesmo que a expressão “trabalho produtivo” seja interpretada de maneira ampla, parece claro que deverá excluir as pessoas ligadas à distribuição, assim como os funcionários administrativos do Estado.¹¹

As imperfeições inerentes à distinção entre o trabalho produtivo e improdutivo podem até certo ponto ser encontradas pela expansão do significado de “produção”, para incluir não só as atividades daqueles envolvidos direta ou indiretamente na criação de bens materiais, mas também as várias formas de “produção intelectual” implícitas em ocupações administrativas ou de serviço. Na verdade, Marx emprega freqüentemente o adjetivo “produtivo” aplicado a um campo de atividades muito amplo (falando, por exemplo, do criminoso como “produzindo” o crime). Mas isso encobre apenas a aplicação específica da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo à teoria da exploração e compromete a teoria da mais-valia. A importância central desta última para a concepção marxiana de classe não é introduzida nas controvérsias criadas pelo conceito desde a avaliação crítica da economia de Marx feita por Böhm-Bawerk no início do século. A rejeição da teoria da mais-valia pelos economistas ortodoxos baseou-se em sua aparente inabilidade para predizer preços, mas isso se baseia num repúdio implícito ou explícito da ênfase marxiana sobre a produção como fonte de valor; o valor é interpretado em termos de “utilidade marginal” na esfera do consumo. Tal ênfase não está desligada, é claro, do predomínio do “socialismo distributivo” na maioria dos países ocidentais; ou seja, o socialismo baseado, sobretudo, na tentativa de reduzir as disparidades na renda. Na perspectiva de Marx, entretanto, a previsão de preços é uma consideração bastante secundária, se é que tem algum significado. A importância da teoria da mais-valia, como o “segredo” do capitalismo, é demonstrar que o caráter de exploração da ordem capitalista, como do siste-

10. *Theories of Surplus Value*, vol. 1 (Londres, 1964), p. 152.

11. *ibid.*, pp. 389-400.

ma de classes que o precedeu, é criado na esfera da produção. A concepção de mais-valia, assim, tem que ser julgada não só, nem mesmo primordialmente, em termos da intensidade em que pode fornecer respostas satisfatórias para o tipo de questões que ocupam o centro das atenções dos economistas ortodoxos modernos, e sim em termos de sua relevância como uma teoria da exploração nas sociedades de classes.¹²

A maneira mais útil de abordar o problema da exploração de classes é traçar a origem da teoria da mais-valia a partir da concepção de alienação, estabelecida anteriormente nos escritos de Marx. Sustenta-se, com frequência, que a noção de alienação, conforme desenvolvida por Marx em seus *Economic and Philosophical Manuscripts*, depende de um contraste filosófico entre “homem na natureza” (não-alienado) e “homem na sociedade” (alienado) — uma perspectiva da qual, mais tarde, ele presumiu que tivesse escapado ao elaborar uma concepção baseada na análise empírica do desenvolvimento histórico. A questão do lugar que o conceito de alienação ocupa na obra de Marx, e o debate acadêmico intimamente relacionado a ela, sobre o grau de continuidade entre os seus escritos de “juventude” e de “maturidade”, levantam pontos que não podem nem mesmo ser tocados aqui.¹³ Mas pode-se assinalar que a dualidade sugerida acima não é, de fato, verdadeira para o tema principal da discussão sobre alienação que Marx faz nos *Manuscripts* de Paris. Nessa obra, a análise fornecida já é uma análise histórica. As faculdades humanas, enfatiza Marx, são muito diferentes dos desejos naturais “dados”, estáticos, do animal, porque são criados pelo desenvolvimento da cultura humana através do tempo; mesmo as exigências biológicas de comer, beber etc. transformam-se como resultado da associação na sociedade. A alienação, assim, deve ser entendida não como uma versão secularizada do “cair em desgraça”, mas como referente a uma separação entre o homem e suas faculdades e aptidões (geradas socialmente). Isso só faz sentido se encarado contra o pano de fundo do desenvolvimento global da sociedade humana desde as suas formas primitivas até a emergência do capitalismo. Embora a evolução

12. Fica claro que há uma “diferença de paradigma” implícita aqui; a crítica da teoria da mais-valia dada pela economia ortodoxa envolve em primeiro lugar, e principalmente, mais uma mudança de orientação do que uma confrontação com a perspectiva de Marx em seus próprios termos.

13. Para uma das discussões recentes mais sofisticadas, ver Ernest Mandel, *The Formation of Economic Thought of Karl Marx* (Londres, 1971).

da sociedade até o capitalismo, inclusive, expanda pouco a pouco os poderes produtivos do homem e, portanto, a amplitude de suas aptidões para satisfação e realização, ela só o faz sob certas condições de trabalho que impedem ou inibem o uso daquelas aptidões. Essa tensão entre os aspectos criativos e absurdos da vida em sociedade é maximizada no modo de produção capitalista, que alarga muito a riqueza produtiva, mas que, ao mesmo tempo, impede o seu emprego a serviço das necessidades humanas.

Já em seus escritos de juventude, Marx desenvolvia a perspectiva de que a propriedade privada, conforme gerada pela divisão do trabalho, é a “forma material” pela qual a alienação é expressa. O desenvolvimento do pensamento de Marx, a partir de *The German Ideology*, pode ser tomado como uma tentativa de levar até o fim — por meio de uma análise concreta, ao invés de uma antropologia filosófica — as implicações de tal proposição. O conceito de alienação, conforme usado por Marx nos *Manuscripts*, é de caráter totalizante; nos escritos posteriores ele se diferencia em termos mais específicos e mais precisamente definidos. A teoria da mais-valia é crucial a esse respeito, fornecendo, como o faz, o elo de ligação entre o destino do trabalhador assalariado e o caráter “interno” (central) do capitalismo como um sistema de exploração de classe. Como uma crítica da economia política, *O Capital* é elaborado na suposição de que as análises dos economistas escondem a perspectiva de que o fato de ser “o trabalho comprado e vendido como um verdadeiro bem” não significa que a troca entre o capital e o trabalho assalariado não tenha um caráter de exploração. Essa é uma crítica da economia política em seus próprios termos; e, nesse sentido, o capitalismo baseia-se num sistema de exploração de classes à medida que o trabalhador perde parte de seu produto como mais-valia. Mas *O Capital* é também uma crítica da economia política num sentido muito mais amplo — uma crítica que só pode ser adequadamente compreendida no contexto dos escritos de juventude sobre alienação. Considerada como parte de um empreendimento maior (inacabado),¹⁴ a análise das relações de classes contida na obra é o aspecto focal de uma separação mais generalizada entre o “homem produtor” e os “produtos” de sua atividade.

14. *O Capital* forma apenas um dos fios de um projeto enciclopédico concebido por Marx em sua juventude e que deveria resultar numa “certa quantidade de brochuras independentes” complementando a crítica da economia política com a “crítica do Direito, da Moral, da Política”, etc. (T. B. Bottomore, *Karl Marx, Early Writings*, Nova York, 1964, p. 63).

Argumentarei que essa separação é que pode ser tratada como base para uma teoria do componente de exploração das estruturas de classes — de uma forma que se afasta dos teoremas econômicos específicos incorporados na noção de mais-valia de Marx e que, ao contrário, faz uso da noção weberiana de “chances de vida”. Definirei “exploração” como *qualquer forma socialmente condicionada de produção assimétrica de chances de vida*. A expressão “chances de vida”, aqui, pode ser tomada como significando as chances que um indivíduo tem de compartilhar os “bens” econômicos ou culturais socialmente criados que tipicamente existem em qualquer sociedade. Nesses termos, é claro que toda sociedade, com a possível exceção dos bandos primitivos, engloba relações de exploração. Embora a redução de formas de exploração possa ser um objetivo pelo qual os homens possam lutar realisticamente, não há possibilidade, nessa concepção, de sua superação final. Nesse sentido, a perspectiva que sugiro aqui é diversa do tratamento que Marx dá à alienação, mas tem em comum com ela a premissa de que a exploração implica uma separação entre a *criação* social de faculdades humanas, por um lado, e a *negação* social do “acesso” àquelas faculdades, por outro. Ao usar o termo “bens”, acima, não desejo propor que a “exploração” possa ser equacionada, apenas, com desigualdade na distribuição de recompensas materiais como se infere do “socialismo distributivo”. Essa é uma questão fundamental no que diz respeito à assimetria na distribuição das faculdades (socialmente criadas) para o *uso* de recompensas disponíveis e no que se refere, em verdade, a saber se estas são realmente vistas como recompensas. É bastante evidente que as chances de vida são moldadas basicamente pela disponibilidade de recompensas materiais (*i. e.*, riqueza, renda, “bens” no sentido convencional), mas não é suficiente contentar-se com isso à medida que o uso para o qual essas retribuições são destinadas depende de outros aspectos da “produção cultural”, interpretada num sentido amplo, por meio da qual gostos e habilidades são moldados.¹⁵

Embora, segundo a concepção aqui sugerida, qualquer forma desenvolvida de sociedade englobe relações de exploração, resulta que

15. cf. Gorz: “numa dada sociedade, num determinado nível de desenvolvimento, a noção de pobreza designa a totalidade de possibilidades (principalmente culturais, sanitárias, médicas) e de riqueza que são negadas a um indivíduo ao mesmo tempo, que são válidas para ele como a norma potencialmente válida para todos” (André Gorz, *Strategy for Labour*, Boston, 1968, p. 22).

a exploração de classe só representa um modo de organização de tais relações. Nas estruturas de classes, o sistema de exploração opera por meio de diferenciais na capacidade de mercado. Enquanto isso se manifesta em termos de variações no nível de retribuição material, há pouco problema em se fixar o caráter de exploração das relações de classes. Mas essas alterações tendem, também, a estar inter-relacionadas com os outros modos de exploração menos “diretamente” econômicos. Podem-se mencionar, aqui, dois fatores de particular importância. O primeiro é a educação. Pode-se tomar como estabelecido que, numa sociedade moderna, o sistema educacional é uma fonte primária de habilidade e inclinações da massa da população. O acesso diferencial ao sistema educacional, ou a dominação de certas áreas-chave ou níveis de educação por uma classe particular, é, assim, uma forma de exploração de classe central (e típica). O segundo fator é o do meio-ambiente de trabalho — em outras palavras, a relação que há entre possibilidade diferencial de mercado e a natureza da tarefa de trabalho na divisão do trabalho. A situação de trabalho é de duplo significado aqui: não só alguns tipos de trabalho podem ser maçantes e rotineiros e, portanto, “desumanizantes” no sentido de Marx,¹⁶ mas a exposição habitual a tais condições de trabalho pode, ela própria, ter o efeito de embrutecer aptidões preexistentes ou latentes do trabalhador, que poderiam ser exercitadas em outras áreas de sua atividade humana.

3. O CONCEITO DE SOCIEDADE DE CLASSES

Saber se uma sociedade é ou não uma “sociedade de classes” não é uma questão simples nem um fenômeno de tipo “tudo ou nada”, mas depende de um complexo de fatores. Deve ficar claro aqui que, no esquema de conceitos que desenvolvi neste capítulo e nos precedentes, uma sociedade com “ausência de classes” não é necessariamente uma sociedade “sem classes”. * Isso é o que ocorre, por exemplo, na teoria de classes de Marx, como se depreende da

16. cf. *ibid.*, pp. 125 e segs.

* *A society “without classes” is not necessarily a “classless” society*, no original. Distinguir entre os dois termos é difícil em português. No presente texto os termos “sociedade sem classes” e “inexistência de classes” referem-se, respectivamente, a “*classless society*” e a “*classlessness*”. O termo “*society without classes*” foi traduzido por sociedade com ausência de classes. (N. do T.)

concepção de produção excedente: cada tipo de sociedade que se sucede à forma "tribal" original (sociedade antiga, feudalismo e capitalismo) é uma sociedade de classes. A sociedade tribal é sem classes porque não há geração de produto excedente que possa servir como base de um sistema de dominação de classe.¹⁷ Mas do ponto de vista que tentei estabelecer, o feudalismo não é uma sociedade de "pré-classe" como o são as outras formas de ordem tradicional que não foram produzidas na esfera dos mercados capitalistas. O "comunismo primitivo" também deveria ser tratado dentro dessa categoria. Em contraste, uma sociedade "sem classes", no sentido em que usarei o termo, pressupõe uma economia avançada. Ao dizer isso, não quero afirmar que a ocorrência de "inexistência de classes", portanto, pressuponha um movimento seqüencial do tipo:

pré-classe —> classe —> sociedade sem classes.

Ao contrário, uma sociedade sem classes, embora compartilhe certas características essenciais que separam uma ordem de classes de uma sociedade de tipo pré-classe, não é, ela própria, uma sociedade em que as relações de classes são preeminentes na estrutura social como um todo.

Ao usar a expressão "preeminentes na estrutura social como um todo", desejo manter a ênfase de Marx sobre a *relevância explicativa* da classe como central à noção de sociedade de classes, a qual não é simplesmente uma sociedade em que existem classes, mas uma sociedade onde as relações de classes são de significado primordial para a interpretação explicativa de amplas áreas de conduta social. Assim, embora houvesse várias formas de relações de classes nascentes na sociedade pós-feudal, ela só se tornou uma sociedade de classes com a hegemonia do mercado capitalista. Similarmente, poderia ser possível, ainda, identificar a existência de relações de classes no interior de uma sociedade que merece a aplicação do termo "sem classes". Em ambos os casos, teria bastante sentido analisar setores da estrutura social empregando conceitos de classe, mas ao fazê-lo não seria possível esclarecer mais do que aspectos limitados da organização

17. O "modo de produção asiático" não é encarado por Marx como uma sociedade de classes. Argumentou-se, entretanto, que deveria ser assim considerado, mesmo que se usassem estritamente as premissas de Marx. Ver Karl A. Wittfogel, *Oriental Despotism* (New Haven, 1957).

social como um todo.¹⁸ Disso decorre, entretanto, que não há linhas divisórias absolutas, em casos empíricos, entre a sociedade de tipo "pré-classe" e a de "classes", por um lado, ou entre sociedade "de classes" e "inexistência de classes", por outro.

As características que distinguem a sociedade de tipo "pré-classe" da sociedade "de classes" podem ser determinadas pela generalização dos pontos já mencionados quanto ao declínio do feudalismo europeu (pp. 97-99). Na sociedade de tipo pré-classe, a alocação de tarefas ocupacionais é governada de modo fundamental por costumes ou normas tradicionalmente estabelecidos, tendo como base mais a "atribuição" do que a "aquisição" ou o "desempenho". A economia é de caráter fundamentalmente localizado, *i.e.*, a produção está ajustada às necessidades da comunidade local. A existência de capital mercantil, ou a produção manufatureira em pequena escala, em geral não produz nenhuma alteração fundamental nessa situação. Devido à natureza essencialmente local da sociedade de tipo "pré-classe", a maioria das relações de dominação, e de exploração, são personalizadas e modeladas sobretudo através de associações de parentesco. Isso significa que as esferas de poder "político" e "econômica", no sentido moderno, tendem a ser inseparáveis — uma proposição que se aplica mesmo quando há uma forma desenvolvida de Estado, que é inevitavelmente patrimonial.

A emergência de classes na sociedade do tipo pré-classe é causada pelo aparecimento daqueles fatores de que Macpherson falou como criadores de uma "sociedade de mercado simples" — que, entretanto, deveria ser entendida como uma forma transitória, ou seja, que ainda não é uma sociedade de classes.¹⁹ Uma "sociedade de mercado simples" é uma sociedade em que a atribuição consuetudinária de tarefas cedeu lugar, pelo menos em parte substancial, a uma divisão do trabalho na qual a posição ocupacional está aberta ao jogo "livre" das inclinações ou escolhas de indivíduos. Tal sociedade superou — novamente de maneira substancial — as obrigações das relações de produção/consumo localizadas, pela expansão do que

18. Essa observação é relevante para muitas sociedades "subdesenvolvidas" (*sic*) contemporâneas. Houve muitas tentativas de forçar a análise de classes além de seus limites úteis, por exemplo, em estudos das "novas nações" na África.

19. Macpherson, *The Political Theory of Possessive Individualism*, pp. 51-3. Entretanto, podemos questionar a afirmativa de Macpherson de que "para os objetivos de análise econômica, as características mais essenciais são as peculiares à sociedade de mercado completa" (p. 51).

Marx chamou de “produção de bens simples”. Na “sociedade de mercado simples”, entretanto, o produtor individual retém uma proporção de controle direto sobre os seus meios de produção. A formação da sociedade de classes está baseada na dissolução desse controle, na difusão de um mercado de trabalho competitivo que engloba a massa da população economicamente ativa. Nesse sentido a sociedade de classes está ligada ao aparecimento do que Marx muito corretamente diagnosticou como a base essencial da ordem capitalista moderna. Como se afirmou aqui, isso representa apenas a conexão abstrata; muitos fatores podem desempenhar um papel, é claro, na efetuação real da transição para uma sociedade de classes bem desenvolvida.

Nesse ponto, é necessário completar mais concretamente o conceito de sociedade de classes. É claro que a existência da sociedade de classes depende de uma forma definida de mediação institucional de poder, ou seja, pressupõe uma “separação” entre a economia e a política de tal forma que há pelo menos um campo substancial para o jogo de mecanismos de mercado, apesar do controle político ativo. O grau de relevância explicativa de relações de classes depende fundamentalmente da extensão em que isso ocorre; mas uma não pode ser diretamente indeferida da outra. Em outras palavras, dentro da *categoria geral* de “sociedade de classes”, pode haver uma grande variação considerável das formas específicas em que a análise de classes é relevante para a explicação de outros aspectos da estrutura social. Além do caráter tomado pelas conexões globais entre economia e política, podemos distinguir quatro conjuntos de fatores (inter-relacionados e, portanto, só analiticamente independentes) que determinam isto: (1) A natureza e os tipos de estruturação de classes. (2) A natureza e os tipos de consciência de classe (ou conhecimento de classe) que correspondem às formas de estruturação. (3) As formas assumidas pelo conflito de classes manifesto — até que ponto, por exemplo, isso é institucionalizado como barganha coletiva na indústria, ou competição de rotina entre partidos de classe na política. (4) O caráter típico da exploração de classes.

Enfatizo esses pontos com o objetivo de sublinhar o fato de que a identificação de qualquer sociedade como uma “sociedade de classes” não livra o analista, portanto — como tem sido suposto amiúde, particularmente por autores marxistas — da responsabilidade de examinar de maneira concreta a natureza das relações de

classes existentes em seu interior. Dito isso, as quatro características (variáveis) podem ser reconhecidas como os principais traços distintivos da sociedade de classes. A estruturação de classes, é claro, representa a maneira pela qual as disparidades na capacidade de mercado tornam-se “realidades sociais” e, portanto, condicionam ou influenciam a conduta social do indivíduo. Mas a existência da estruturação de classes sempre pressupõe pelo menos o conhecimento de classe, se não a consciência de classe, e portanto implica a existência de várias “culturas” de classe numa sociedade. Como já foi indicado, os aspectos “visíveis” da estruturação de classes podem desempenhar um papel mais significativo na gênese ou na manutenção de diferenciais no conhecimento de classe e consciência de classe do que o reconhecem os autores que escreveram sobre a teoria de classes — e certamente são esses os aspectos da sociedade de classes aos quais os observadores ou comentaristas literários quase sempre se apegam.²⁰ Mas de importância predominante em termos sociológicos são os tipos de conflito manifesto ligados às oposições de interesses produzidas por várias formas de capacidade de mercado. Pode-se aceitar que, tanto no sentido de divisão crônica de interesses quanto no sentido de ocorrência persistente de lutas manifestas, o conflito de classes é endêmico na sociedade de classes. A eliminação do conflito de classes, latente ou manifesto, só pode ser conseguida por meio de um processo maior de reorganização da sociedade; nesse sentido, devemos reconhecer, com Marx, que uma sociedade sem classes é necessariamente muito diferente em *tipo* de uma sociedade de classes. Isso não significa dizer, entretanto, que a superação da sociedade de classes implica, de alguma forma, a superação do conflito, ou mesmo a sua redução; apenas quer dizer que não é mais significativo descrever tal conflito como “conflito de classes” e que ele surge de fontes diversas. As mesmas observações podem ser aplicadas à exploração, o quarto fator. Na sociedade de classes, a estrutura de classes é o eixo principal em torno do qual ocorre a distribuição de “bens” socialmente criados. Portanto, embora rejeitando a teoria marxiana da mais-valia, podemos concordar que a exploração de classes é inseparável da sociedade de classes e só desaparece-

20. O fascínio de Marx pelas novelas de Balzac deriva, indubitavelmente, do caráter agudo e sensível das observações que aquele autor fez dos costumes da burguesia francesa. Marx pretendia realizar um estudo de Balzac como o “anatomista da cultura burguesa” — embora esse projeto nunca tenha sido iniciado.

rá com ela. Mas a criação de uma sociedade sem classes não acarreta o fim da “exploração do homem pelo homem”, embora, novamente, as fontes, e até certo ponto, a natureza da exploração, sejam diferentes.

4. A NOÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CLASSES

A teoria da sociedade sem classes tomou várias formas na história do pensamento social do século XIX. Marx não é, de forma alguma, o único autor a conceber essa possibilidade, nem a sua versão de uma ordem sem classes foi a única encarada como uma forma futura possível de organização social por aqueles que viveram no período da “grande transformação”. A concepção de Marx, como assinalei, foi, ela própria, bastante influenciada pela interpretação que Saint-Simon fez da projetada sociedade “de uma classe”. Essa última concepção é, sem dúvida, a que, além da desenvolvida por Marx, foi defendida com mais frequência por escritores posteriores — verificando-se, mais recentemente, na forma da “inexistência não-igualitária de classes” de Ossowski. A noção da sociedade “de uma classe” corresponde a algo semelhante a uma perspectiva reversa à que sugeri aqui. Enquanto, da perspectiva que desenvolvi, o feudalismo é uma sociedade de tipo pré-classe, e é sucedida (na Europa) pela sociedade de classes, na versão de Saint-Simon (embora não naquela sugerida por Ossowski) o feudalismo é o próprio epítome da sociedade de classes, e é sucedido, prospectivamente, por uma sociedade sem classes. Deve ficar claro, portanto, que a concepção de inexistência de classes que estabelecerei nesta seção deve muito pouco ou nada a qualquer variante da perspectiva de Saint-Simon. Embora uma situação de “inexistência não-igualitária de classes”, mesmo sendo mais do que, como sugere Ossowski, uma forma dominante de representação ideológica, possa ter efeitos sobre o grau de estruturação de classes numa sociedade, ela não é, em si mesma, uma condição suficiente da inexistência de classes.

As dificuldades com a concepção de sociedade sem classes de Marx não estão tanto nos atributos básicos que a caracterizam, à medida que estes são expressamente afirmados, quanto nas características supostas como necessariamente ligadas a eles. São apenas certas afirmativas construídas dentro da perspectiva marxiana que tornam plausível a opinião de que a transformação da estrutura de classes

capitalistas, e a criação de uma sociedade sem classes, fornecerá uma base para a reorganização completa da divisão do trabalho (e, assim, para a superação da alienação). Os problemas derivam da tendência de Marx, já discutida acima, para misturar vários fatores separáveis dentro do conceito geral de “divisão do trabalho”. O resultado, dentro do contexto da teoria de classes, é que elementos que na verdade são aspectos dependentes da estruturação de classes no capitalismo passam a ser tratados como necessariamente ligados ao sistema de classes (no sentido de Marx). Os mais importantes desses são aqueles a que me referi anteriormente com a expressão de “relações paratécnicas”. O ponto mais fraco na interpretação que Marx faz do contraste entre a sociedade de classes e a inexistência de classes refere-se à proposição de que a superação da sociedade de classes leva necessariamente a, ou fornece uma base para, a transformação radical dos aspectos da divisão do trabalho envolvidos na esfera das relações paratécnicas. Essa última esfera é de importância fundamental para a estruturação das relações de classes na sociedade capitalista, mas *não* se segue daí que a abolição das classes produzirá qualquer alteração significativa nas relações paratécnicas. Os defeitos, nesse ponto, da concepção de Marx derivam, em grande parte, da assimilação errônea de “capitalismo” e “industrialismo” — uma questão discutida em maior profundidade no capítulo seguinte.

Em termos dos conceitos que introduzi anteriormente, segue-se que a condição básica para a formação de uma sociedade sem classes é o estabelecimento de uma forma de Estado que transcenda a divisão entre as características “política” e “econômica” da sociedade de classes. Isso envolve definitivamente a abolição da propriedade privada dos meios de produção; mas o elemento crucial que sublinha isso é a substituição da “mão invisível” dos mecanismos de mercado pelo controle diretivo da produção e distribuição. A mediação institucional de poder essencial à existência da sociedade de classes, na qual o Estado funciona como o fiador das relações contratuais, é substituída por uma outra, onde o Estado assume o controle diretivo global da empresa industrial. Dizer isso, repito, não é sustentar que uma sociedade sem classes só pode emergir de uma sociedade de classes completamente desenvolvida — nos termos de Marx, que o socialismo depende da superação dialética do capitalismo maduro. Pelo contrário, um dos meus principais argumentos na última parte deste livro será de que as únicas formas de sociedade do mundo mo-

demo que se aproximam de uma situação de inexistência de classes são as que nunca foram sociedades de classes completamente desenvolvidas.

As características posteriores de uma ordem sem classes podem ser derivadas por implicação dos quatro componentes designados como os principais atributos da sociedade de classes. O primeiro deles é uma falta de estruturação de classes. Isso é muito mais relativo do que absoluto, pelo menos no sentido em que se aplica a qualquer sociedade real. Uma sociedade sem classes compartilha com uma sociedade de classes seu caráter como um sistema supralocal, com todas as complexidades econômicas e sociais que isso cria, e não há possibilidade previsível de eliminação completa da operação de mecanismos de mercado. Em qualquer caso empírico que se aproxime do tipo de uma sociedade sem classes é provável que haja um certo desenvolvimento da estruturação de classes, mas isso não será tão universal nem tão claramente formado como no caso das sociedades de classes. Um outro ponto precisa ser enfatizado aqui; várias das fontes de estruturação de classes em sociedades de classes podem existir em sistemas sem classes (por exemplo, conforme mencionado acima, um conjunto comparável de relações paratécnicas). Essas podem desempenhar um papel na criação de similaridades na estrutura, dentro de certos setores institucionais da sociedade, mas o seu impacto, alternativamente, pode ser bastante adverso porque elas não operam dentro de um quadro de referência de estruturação de classes. O caso da influência das relações paratécnicas pode realmente servir como ilustração de ambas as possibilidades. Assim, pode-se afirmar, como de fato o afirmo na parte final deste livro, que há paralelos definidos em aspectos das estruturas sociais das sociedades de classes contemporâneas, por um lado, e sociedades sem classes, por outro, que devem ser atribuídos ao fato de que elas compartilham um sistema comum de relações paratécnicas. Mas isso não é um paralelo "necessário", como é afirmado pelos defensores da idéia da "lógica" inerente da indústria moderna; esse paralelo é altamente condicionado pelo fato de que, em ambas as formas de sociedade, há um comprometimento predominante com objetivos similares de crescimento econômico e produtividade máximos. Mais do que isso, argumentarei que a conexão entre a estrutura de classes e as relações paratécnicas que existem no interior das sociedades de classes impõem que pouco possa ser feito, dado o quadro de referência global desse

tipo de sociedade, para mudar o sistema existente. Nas sociedades sem classes, em contraste, a potencialidade para mudança está lá, quer seja, ou não, atualizada.

Similarmente, na sociedade sem classes, esperaríamos encontrar apenas um baixo nível de consciência de classe e, especialmente, de consciência de conflito. Isso não é a mesma coisa que ausência de "consciência de grupo setorial" em outras formas, nem há qualquer motivo para que isso não possa, em certas circunstâncias, ser expresso como o reconhecimento de divisões de interesse entre categorias específicas de indivíduos ou coletividades. Não há nenhum tipo de sociedade, inclusive mesmo a mais simples, que esteja livre de choques de interesses ou conflitos manifestos; na sociedade sem classes há necessariamente fontes crônicas de oposição de interesses que são passíveis de levar com frequência a lutas manifestas. Quase não deveria ser necessário acrescentar que isso se aplica a qualquer tipo futuro concebível de sociedade sem classes, tanto quanto às agora existentes. Devido à natureza fragmentária e inconclusiva das observações de Marx sobre o "estágio superior" do comunismo — ou seja, a sociedade genuinamente sem classes projetada como sucessora do "estado de transição" na passagem do capitalismo para o socialismo — não está claro se ele previu ou não, de alguma forma, o desaparecimento do conflito endêmico na sociedade sem classes completamente realizada. Certamente alguns marxistas subseqüentes tiraram essa conclusão, e em algumas interpretações da noção de alienação, como a de "alienação do homem pelo homem", se o "estágio mais alto" da sociedade comunista deve trazer a substituição da alienação, é talvez plausível argumentar que isso envolve o desaparecimento do conflito social. De qualquer forma, se alguma vez foi esta a opinião de Marx, ela é bem distinta da que proponho aqui.

Já que fiz comentários, em sentido semelhante, sobre a natureza da exploração, é desnecessário enfatizar com profundidade que essas observações se aplicam aqui. Como no caso do conflito, sustentar que a superação da sociedade de classes não produz o fim da exploração não é negar a existência de diferenças principais e altamente significativas a esse respeito entre a sociedade de classes e a sociedade sem classes. Mas essas diferenças devem ser examinadas concretamente; e o que desejo negar é que a sociedade sem classes seja,

necessariamente, de caráter menos explorador do que a sociedade de classes. A base lógica para essa proposição está, penso eu, clara na linha de análise teórica que é estabelecida no restante deste livro, e está intimamente relacionada com os problemas de interpretação do desenvolvimento capitalista que até aqui abandonei, mas que devem agora ser resolvidos.

VIII

O PROBLEMA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

1. "CAPITALISMO" E "SOCIALISMO INDUSTRIAL"

O termo "capitalismo", quase tanto quanto "classe", tem sido usado por sociólogos e historiadores em vários sentidos justapostos.¹ Mas neste ponto é relevante considerar apenas certas questões levantadas por uma comparação em que o conceito de capitalismo é usado, respectivamente, por Marx e Weber. Marx, conforme já acentuei, emprega o termo num sentido específico — para referir-se essencialmente a um sistema de produção no qual a força de trabalho é uma mercadoria trocada, no mercado, por capital. A concepção de Weber de capitalismo é mais complicada à medida que ele usa a noção de duas maneiras: num sentido muito geral (*e.g.*, "capitalismo de aventureiros") de tal forma que a empresa capitalista possa ser identificada em vários períodos e locais no passado, e num sentido mais próximo ao de Marx ("capitalismo moderno"), por meio do qual o capitalismo é peculiar ao mundo ocidental pós-feudal. Mas embora Weber reconheça, como descrevi antes, que a criação de um mercado de trabalho livre, por meio do qual os trabalhadores desprovidos de propriedade devem vender o seu trabalho aos empregadores em troca de meios de subsistência, é um componente básico e necessário do capitalismo moderno, isso não expressa — como o faz para Marx — sua natureza fundamental. É um elemento que permite a realização de um alto grau de calculabilidade racional na empresa econômica. Isso converge com o fato de que, segundo Weber, o processo de "expropriação" dos trabalhadores de seus meios de produção não está confinado à esfera da indústria mas, em termos de se-

1. Um número bastante considerável de historiadores econômicos, é claro, negou que o conceito tenha qualquer aplicação histórica útil. cf. o prefácio de R. H. Tawney à 2ª edição de *Religion and the Rise of Capitalism* (Londres, 1948), pp. VII-XIII.

paração dos “meios de administração”, ocorre em todas as principais instituições da sociedade capitalista. O traço central do capitalismo moderno deve ser buscado em seu caráter como um sistema de produção rotinizado, racionalmente calculado — exemplificado pelos princípios formalmente racionais da organização da empresa capitalista. A maioria dos contrastes teóricos significativos entre as interpretações da tendência geral de desenvolvimento das sociedades avançadas, oferecidas por Marx e Weber respectivamente, fluem dessa diferença.

Nem Marx nem Weber dão muita atenção ao estabelecimento de uma distinção bem formulada entre o “capitalismo” e o “industrialismo”. A ênfase de Weber sobre o significado da calculabilidade racional na moderna empresa econômica enfatiza naturalmente a proximidade das conexões entre o desenvolvimento do capitalismo, por um lado, e a expansão da mecanização e produção manufatureira, por outro. Dos dois últimos fatores, o primeiro representa a racionalização de técnica, o segundo a racionalização de *trabalho* humano em relação à máquina. Esses desenvolvimentos, esclarece Weber, são promovidos sobretudo pela dinâmica expansionista intrínseca ao capitalismo moderno. A esse respeito particular, sua opinião não é muito diferente da de Marx, que argumentava que o crescimento do capitalismo, do século XVIII em diante, forneceu a pressão que resultou na transmutação da “manufatura” em “maquinofatura”. Tanto Marx quanto Weber, além disso, viram uma conexão intrincada e necessária entre máquina e fábrica. Como colocou Weber: “A característica realmente diferencial da fábrica moderna é... a concentração de propriedade do lugar de trabalho, meios de trabalho, fonte de força e matéria-prima numa única e mesma mão, a do empresário”.² A diferença básica entre os dois pensadores é que, enquanto para Weber a racionalização da técnica expressa na máquina resume o caráter intrínseco do capitalismo moderno tanto como uma estrutura social quanto econômica, para Marx essa racionalização de técnica é, num sentido bastante importante, secundária e subordinada ao atributo central do capitalismo como um sistema de classes.

Cada uma dessas opiniões sobre as relações entre o capitalismo e o industrialismo, quero afirmar, é inadequada; não faz satisfatória-

2. *General Economic History* (Nova York, 1961), pp. 224 e segs.; também Jean Baechler, “Essai sur les Origines du système capitaliste”, *Archives Européennes de Sociologie*, 9, 1968.

mente as distinções conceptuais exigidas — cada uma supõe o que de fato necessita ser demonstrado pela análise concreta. A concepção weberiana é deficiente porque repousa num elo ilusório que é estabelecido entre a racionalidade da técnica e a racionalização da conduta organizada (burocracia), sem permitir suficientemente a possibilidade de que *ambos* esses aspectos da racionalização, pelo menos até certo ponto, dependam de variações na estrutura de classes (ou seja, a sociedade de classes em contraste com a inexistência de classes). A falha na perspectiva de Marx é semelhante, exceto pelo fato de que a direção da ênfase é invertida. Para ele, o processo de industrialização é tratado como secundário ao, e derivado do, “capitalismo”, como ele o vê: ele é, como o foi, meramente o “resultado lógico” dos impulsos que o caráter de classe do modo capitalista de produção contém.³ Portanto, conforme indiquei acima, a influência da técnica e a estrutura das relações paratécnicas são tratadas como necessariamente dependentes do sistema de classes, e a ele subordinadas.

O conceito de “sociedade industrial”, pelo menos conforme tem sido empregado a partir de Saint-Simon, tem certas afinidades com a maneira pela qual Weber aplica a sua noção de “capitalismo” (moderno).⁴ Houve, é claro, numerosas abordagens teóricas em sociologia que empregaram a idéia de “sociedade industrial” desde Saint-Simon, e as opiniões por elas estabelecidas sobre sua natureza são muito diferentes. Mas todas elas compartilham a suposição de que o que distingue as sociedades contemporâneas das formas tradicionais é um complexo de relações econômicas e sociais, que, em última análise, foram modeladas pela moderna técnica industrial. Assim, da mesma forma que a interpretação que Weber dá do capitalismo em termos de calculabilidade racional, mas de um modo mais moderado, o conceito de “sociedade industrial” admite a interpretação das sociedades avançadas em termos de classe — e, novamente, tende a

3. cf., por exemplo, a interpretação mais recente de Oliver Cromwell Cox, *The Foundations of Capitalism* (Londres, 1959), p. 407: “Podemos afirmar hipoteticamente que as condições da revolução industrial eram inerentes à organização societária de comunidades capitalistas existentes (séculos XVIII e XIX). Ela tornou-se um dos desenvolvimentos inevitáveis do capitalismo.”

4. Uma das afirmativas mais explícitas de Weber é a que elucida a conexão entre os lucros do capital, central à sua característica de capitalismo moderno, e a tecnologia da máquina: “o lucro capitalístico pressupõe uma tecnologia racional, ou seja, uma reduzida ao cálculo no mais alto grau possível, que implica a mecanização.” (*General Economic History*, p. 208.)

levar a uma perspectiva que toma por estabelecidos os teoremas que, na verdade, requerem verificação empírica.

Precisamos, portanto, formular uma diferenciação conceptual clara entre "capitalismo", "industrialismo" (e "industrialização"), e "sociedade industrial", embora eu não vá, na verdade, empregar esse último termo neste livro pelas razões expostas abaixo. Embora tenha havido numerosos debates sobre a concepção de "revolução industrial", há provavelmente uma concordância substancial sobre os componentes centrais do industrialismo. O industrialismo envolve, em primeiro lugar, a transformação do trabalho humano pela aplicação de fontes inanimadas de energia à atividade produtiva. Mas embora isso possa ser tomado como uma representação adequada de sua característica mais essencial, outros fatores aparecem conjugados a este, o mais importante dos quais é a proximidade física dos trabalhadores, junto com a maquinaria, num local de trabalho claramente delimitado, *i.e.*, a fábrica.⁵ Vou, portanto, definir o industrialismo como *a transferência de fontes de energia inanimadas para a produção através da organização da fábrica*. A industrialização é, então, o processo, ou conjunto de processos, por meio do qual o industrialismo vem a desempenhar um papel principal na vida econômica de qualquer sociedade. Nesses termos, a noção de "sociedade industrial" pode ser aplicada para designar uma ordem social em que o industrialismo veio a predominar na produção de bens vendáveis na economia. Da maneira como é mais freqüentemente empregado, entretanto, o conceito supõe muito mais do que isso. Desde que acredito que algumas dessas suposições posteriores precisam ser criticadas, empregarei, em vez disso, para evitar confusão, o termo "sociedade avançada", a despeito de suas possíveis conotações evolucionistas dúbias, para referir-me a qualquer ordem social, de classes ou sem classes, que tenha ido além da "sociedade de mercado simples".

Já esclareci que, de acordo com o esquema de conceitos que elaborei, há uma relação íntima entre o "capitalismo" e a sociedade de classes. Mas por motivos já aludidos, a conceptualização que Marx faz do primeiro não nos servirá, não só por se apoiar na noção geral de "modo de produção" e não conseguir separar satisfatoriamente o

5. Para discussões mais extensas sobre o industrialismo, ver, por exemplo, Bert F. Hoselitz e Wilbert E. Moore, *Industrialisation and Society* (Haia, 1968); William A. Faunce, *Problems of an Industrial Society* (Glencoe, 1955); e, numa perspectiva completamente diferente, Lewis Mumford, *The Myth of the Machine* (Londres, 1967).

capitalismo e o industrialismo, mas também — como uma questão relacionada — por estar muito diretamente relacionado com o conceito de classe de Marx e, se o último precisar ser abandonado, a especificação derivada de "capitalismo" deverá ser pelo menos olhada de uma perspectiva um tanto nova. Entretanto, ao usar a palavra "capitalismo" não é necessário nem desejável abandonar todos os princípios da perspectiva de Marx. Os traços essenciais do capitalismo, no sentido em que aplicarei a noção, são os seguintes: o capitalismo existe onde (1) a produção está fundamentalmente orientada para a realização, ou busca de realização, de benefícios provenientes da posse privada de capital; (2) esse processo é organizado em termos de um mercado no qual os bens, inclusive o próprio trabalho, são comprados e vendidos segundo padrões de troca monetária.

Substancialmente, essa definição mantém as principais características da noção de Marx, exceto pelo fato de que o capitalismo aqui não é um "modo de produção" (se a expressão precisasse ser salva, poder-se-ia dizer que "capitalismo" mais "industrialismo" equivale a um modo de produção definido).⁶ Pode-se dizer que a "Sociedade Capitalista" existe quando, como o estabeleceram alguns marxistas, o capitalismo torna-se "hegemônico", ou seja, quando a maior parte do sistema econômico de uma sociedade está ordenada conforme os dois conjuntos de princípios indicados acima. Embora a existência da sociedade capitalista pressuponha um alto nível de industrialização, o inverso não é verdadeiro. Falando estritamente, portanto, há uma distinção bem significativa entre o "capitalismo" e a "sociedade capitalista" porque a última envolve o industrialismo, e é de criação mais ou menos recente, enquanto o primeiro, não. Se na maior parte deste livro eu uso os termos de maneira mais ou menos intercambiável, isso se deve à variedade terminológica e não ao esquecimento da profunda diferença que existe entre eles.

A definição de capitalismo dada acima naturalmente não implica que para que qualquer economia real seja chamada de capitalista deva demonstrar algo semelhante à "competição perfeita" ou que um mercado competitivo deva ser encontrado em cada setor da produção, ou que o Estado não possa operar diretamente em

6. cf. Adorno, "dis gegenwärtige Gesellschaft durchaus Industriegesellschaft ist nach dem Stand ihrer Produktivkräfte... Demgegenüber ist die Gesellschaft Kapitalismus in ihren Produktionsverhältnissen" (Theodor W. Adorno, *Aufsätze zur Gesellschaftstheorie und Methodologie*, Frankfurt, 1970, p. 157).

amplios setores da economia. Além disso, essa definição não prejudica a existência de oligopólios, ou mesmo de monopólios, na economia capitalista. Mesmo na mais "organizada" das economias capitalistas, a apropriação privada do lucro, pelo investimento do capital, permanece como o derradeiro regulador da atividade produtiva. Situações de oligopólio ou monopólio, implicando, num certo sentido, a "administração" direta de preços pelos produtores, pode produzir uma "realocação" de renda do capital das indústrias mais competitivas para as menos, mas não corta diretamente as condições de produção capitalista.

2. O CAPITALISMO NA EUROPA DO SÉCULO XIX

A maioria daqueles que da posição vantajosa do século XX criticaram as supostas "predições" de Marx concernentes ao futuro do capitalismo o fizeram de um modo muito curioso. A discussão de Dahrendorf sobre a emergência da sociedade "pós-capitalista" é um caso em questão. O argumento parece ser o seguinte: ao analisar a estrutura social e econômica do capitalismo do século XIX, Marx estava bastante certo em seu diagnóstico da principal dinâmica da sociedade capitalista em geral, e em sua interpretação das classes e dos conflitos de classes em particular. Mas o século XIX não é o século XX. Desde a época de Marx, temos testemunhado a ocorrência de profundas mudanças sócio-econômicas que agora tornaram redundante a sua visão. É inadequado, entretanto, argumentar que ele estava certo em grande parte sobre o que ocorria no contexto do século XIX, mas que, se aplicadas ao mundo moderno, as suas opiniões estão erradas (ou são irrelevantes). A não ser que acreditemos que o que determina o curso do desenvolvimento social é puramente contingencial, o que se conclui é que Marx deveria estar, num grau considerável, errado, no início, sobre algumas das características dinâmicas essenciais que atribuiu às sociedades européias, de cuja história retirou a maior parte de suas observações.

Embora um exame detalhado dessas questões exija muito mais espaço do que o disponível aqui, podem-se identificar duas falhas primárias na análise que Marx faz do capitalismo do século XIX. A primeira delas refere-se à maneira pela qual ele tentou relacionar o seu "modelo abstrato" de desenvolvimento capitalista às sociedades reais de sua época; a segunda, a certas falhas em sua teoria de classes, já discutidas antes. Embora ele (mas mais particularmente

Engels) tivesse devotado alguma atenção aos Estados Unidos, a maioria das discussões que fez sobre o passado, e o futuro prospectivo, do capitalismo, são informadas por material extraído de três países europeus: Alemanha, França e Inglaterra. As tradições filosóficas desses três países, na ordem anunciada, representam as fontes intelectuais primárias nas quais Marx moldou o materialismo histórico: a filosofia alemã clássica, o pensamento socialista francês e a economia política inglesa. Mas, em termos das observações mais concretas que empregou ao formular o seu modelo de desenvolvimento capitalista, o caso britânico foi de importância dominante. *O Capital* repousa quase exclusivamente sobre a documentação relativa à Inglaterra e — depois de 1850, pelo menos — foi basicamente do interior do contexto de uma teoria do desenvolvimento derivada da sociedade inglesa que Marx procurou interpretar o curso dos acontecimentos nos outros dois países.

A famosa afirmativa, feita no prefácio da primeira edição alemã de *O Capital*, referente ao leitor alemão que pudesse rejeitar a relevância do desenvolvimento inglês para o seu próprio país — *De te fabular narratur!*; é de ti a história narrada — expressa sucintamente a perspectiva de Marx. A Inglaterra exemplifica a ascendência crescente da sociedade capitalista em sua "forma mais típica".⁷ Deve-se enfatizar que isso é verdadeiro não só nas observações históricas sobre o movimento de cercamento, etc., mas para a maioria das bases de sustentação da *teoria* econômica elaborada em *O Capital*. Isso não é propor que, de uma certa maneira, Marx não estivesse consciente das diferenças patentes de estrutura social e econômica existentes entre a Inglaterra e os dois outros países. Pelo contrário, como já afirmei, ele sempre teve um interesse direto no desenvolvimento contemporâneo de sua terra natal, e três longos ensaios históricos testemunham amplamente a profundidade de seu envolvimento intelectual nos acontecimentos da França. Mas, seguindo os *dénouements* de 1848, na maior parte de sua carreira intelectual ele adotou a perspectiva de que a superação revolucionária do capitalismo deveria, em termos de compreensão teórica e realização prática, estar baseada na *madureza* do modo de produção capitalista.

Os problemas inerentes a essa perspectiva, que foi compartilhada por muitos autores contemporâneos a Marx, só se tornaram

7. *O Capital*, vol. 1, p. 8.

completamente visíveis à luz da experiência subsequente, tanto do desenvolvimento posterior das três sociedades européias quanto da formação moderna das sociedades exteriores à Europa. A questão é que, ao invés de “caso típico” tanto da evolução capitalista quanto da industrial, a Inglaterra é a exceção, ou, mais precisamente, ela representa apenas um entre vários padrões identificáveis de desenvolvimento na emergência das sociedades avançadas.⁸ Na Inglaterra — sem dúvida, resultado global de um conjunto complicado (e ainda bastante controverso) de antecedentes históricos específicos — o caminho para a mútua acomodação do capitalismo e industrialismo dentro de um quadro de referência geral e uma ordem democrática burguesa foi aberto no século XIX. Conseqüentemente, o processo de industrialização ocorreu de maneira “indireta” por intermédio de uma multiplicidade de atividades empresariais numa “sociedade burguesa” relativamente estabilizada. A França, no século XIX, e discutivelmente desde então, era dominada pelo legado da revolução de 1789. Embora fosse perfeito conhecedor disso, e na verdade visse a política francesa como, de certa forma, a exemplificação do Estado burguês, Marx fracassou em analisar adequadamente as diferenças contínuas tanto na *infra-estrutura*⁹ quanto na “superestrutura” que separava a sociedade francesa da inglesa. A história francesa, através do século XIX, foi condicionada por clivagens persistentes entre elementos aos quais Marx se referia como “retrogrados” — grandes proprietários, campesinato, Igreja, Exército — por um lado, e os interesses comerciais e industriais em grande escala, por outro. O processo de industrialização não só era mais atenuado e retardado do que na Inglaterra, mas ocorria dentro do quadro de referência de uma sociedade que, longe de resumir a mais moderna ordem burguesa, não se tornou uma “sociedade burguesa” completa até o período do republicanismo triunfante que precedeu a passagem do século.

8. Para duas análises relevantes e parcialmente justapostas, ver Barrington Moore, *The Social Origins of Dictatorship and Democracy* (Londres, 1969); e Alain Touraine, *Sociologie de l'action* (Paris, 1965).

9. Uso esse termo, sem tentar fixar seu significado de maneira muito precisa, para referir-me aos padrões básicos de organização econômica (nível tecnológico, forma de estrutura industrial e formas de troca de bens) prevalentes numa determinada sociedade. Já mencionei algumas das dificuldades a que o emprego desse conceito dá origem na teoria de Marx. Eu o utilizo aqui com qualificações anteriormente anotadas, em particular com a compreensão de que a teoria de classes deve separar analiticamente aquelas características da *infra-estrutura* que distinguem como fontes da estruturação de classes.

Na Alemanha, é claro, a posição era ainda diferente. Poder-se-ia dizer que o ponto de partida da carreira intelectual de Marx pode ser ligado, no início da década de 40 do século XIX, a uma preocupação com o “atraso” da Alemanha, em relação (politicamente) à França, e (em termos de desenvolvimento econômico) à Inglaterra. Por mais da metade do século XIX, a Alemanha permaneceu como um agregado de principados fracamente organizados, não como uma Nação-Estado no sentido moderno, e seu nível de desenvolvimento econômico era baixo. Marx previu que poderia ocorrer uma metamorfose na situação apenas através da criação de forças sócio-econômicas que fossem tão tumultuosas a ponto de logo ultrapassar a capacidade de controle de uma burguesia momentaneamente ascendente em favor da criação rápida de uma sociedade socialista. Ele viveu para ver a unificação da Alemanha e o período inicial de sua expansão industrial, mas é bastante difícil incluir esses pontos, ou o modelo de desenvolvimento da Alemanha após a sua morte, dentro do quadro de referência de suas idéias. A unificação política da Alemanha foi realizada, não sob o controle daqueles estados alemães “progressistas” onde a indústria e o comércio, ou as idéias políticas liberais, estavam mais fortemente desenvolvidos, mas sob a dominação da Prússia “semifeudal”. A Nação-Estado alemã foi forjada, como enfatizou Weber, e tornada um dos pontos focais de seu pensamento, pelo exercício do poder militar. O processo de industrialização, comprimido dentro de um período de tempo mais ou menos curto, foi dirigido de maneira substancial por um Estado em que os grupamentos proprietários tradicionais mantinham um forte domínio.

Esses desenvolvimentos na França e na Alemanha não podem ser corretamente compreendidos se a experiência britânica é tratada como protótipo — e sobretudo se isso é generalizado num contraste polar e genérico entre “feudalismo” e “capitalismo”. Marx, já acentuei, afastou-se dos teóricos da sociedade industrial ao vislumbrar uma progressão *tripartite* de feudalismo-capitalismo-socialismo ao invés de uma oposição entre as sociedades moderna e tradicional. Mas essa última oposição, *bipartite*, está nas obras de Marx, na forma de uma antítese generalizada entre o “feudalismo” e o “capitalismo”, que constitui a principal divisão histórica cuja ocorrência ele próprio observou. Nada é mais intrínseco ao pensamento do século XIX do que essa antítese, cujas versões informam realmente os trabalhos de todos os principais pensadores sociais do período. Não pode haver objeção a que tais tipologias separem, de um certo modo,

os dois lados de “grande transformação”, o “tradicional” e o “moderno”, se esses são tratados como nada mais do que modelos abstratos, cuja utilidade deve ser examinada em relação a uma diversidade de casos. Mas, de fato, tanto Marx quanto a maioria dos outros pensadores relacionados acima tendiam a basear-se num caso empírico ao elaborar suas tipologias e, então, a cometer (isso se aplica menos a Marx do que a alguns dos outros autores) o engano da “concretude deslocada” ao tratá-las como se pudessem ser aplicadas *in toto* à explicação de instâncias históricas específicas.¹⁰

Talvez o elemento mais importante no contraste que Marx faz entre o “feudalismo” e o “capitalismo” e que ofuscou sua interpretação da Europa do século XIX sejam os grupos de elite proprietária de terras, ou agrária. Examinando o caso da Inglaterra, Marx os viu, tanto na forma de uma aristocracia pós-feudal, irresistivelmente varrida pelo advento do capitalismo, quanto na forma de *rentiers*, formando um setor da classe dominante capitalista. Mesmo na Inglaterra, entretanto, a elite aristocrática proprietária de terras conservou uma posição econômica e, sobretudo, política, forte durante mais tempo do que Marx previu. Mas na Alemanha, na forma de *Junkers*, ela continuou a desempenhar um papel decisivo até o século XX. O exame de como isso veio a ocorrer é essencial à compreensão do desenvolvimento social e político do país. A Alemanha, depois da passagem do século mereceria, certamente, o nome de “sociedade capitalista”, mas as suas estruturas social e econômica, e sua história desde o século XIX, mostram, em aspectos importantes, um paralelo mais íntimo com o Japão do que com qualquer outro país europeu. O outro lado da moeda é a negligência relativa de Marx da “classe retrógrada” — o campesinato. Mesmo antes das revoluções socialistas do século XX, o campesinato desempenhou um papel importante na forma tomada pelas sociedades avançadas — e, novamente, o “desaparecimento precoce tanto do campesinato não-livre quanto do campesinato independente na Inglaterra provou ser mais uma exceção do que a regra.”¹¹

10. Há, é claro, importantes questões metodológicas levantadas por essa afirmativa, mas elas não podem ser analisadas aqui. Para uma avaliação que questiona o uso das dicotomias estabelecidas de “tradicional” e “moderno”, ver Reinhard Bendix, “Tradition and Modernity Reconsidered”, *Embattled Reason, Essays on Social Knowledge* (Nova York, 1970).

11. cf. Barrington Moore, *op. cit.*, pp. 453-83 e *passim*.

Num sentido mais geral, os fatores especificamente *políticos* desempenharam, mais do que Marx admitia, um papel significativo no desenvolvimento recente das sociedades avançadas.¹² A preeminência persistente de elementos “tradicionalistas” nas sociedades capitalistas do início do século XX está intimamente relacionada com a ascensão do nacionalismo. Tem sido quase sempre assinalado de maneira correta que Marx deu pouca ou nenhuma importância à possível influência do nacionalismo no curso da história moderna. Mas esse é somente um dos vários aspectos da questão. Não é necessário adotar a perspectiva extrema que reduz o conflito de classes a uma manifestação de luta para a aquisição de “cidadania” política, para se compreender que há uma certa validade na proposição de que a tentativa de assegurar a completa incorporação política da classe operária (e seu sucesso) é de importância básica no desenvolvimento das sociedades capitalistas. Num certo sentido, Marx estava obviamente certo em olhar o nacionalismo e o socialismo como princípios competitivos e mutuamente exclusivos mas, num sentido *explicativo*, ao traçar o desenvolvimento desses como os movimentos de massa dominantes do fim do século XIX, fica bem claro que ambos se entrelaçam e, num certo grau, alimentam-se de fontes similares.

Qualquer avaliação do desenvolvimento da Inglaterra, França e Alemanha nos primeiros anos deste século deve oferecer uma interpretação do fato de que, embora tenha florescido um forte movimento operário em cada uma dessas sociedades, no movimento existente nos dois últimos países havia um forte componente de consciência de classe revolucionária, enquanto isso não ocorria no primeiro. Se fosse aplicada a injunção *De te fabula narratur!*, o esperado seria exatamente o contrário. A discrepância pode ser entendida, entretanto, se colocada contra o pano de fundo acima esquematizado. A contrapartida do movimento operário revolucionário, na França e na Alemanha, foi um conservadorismo agressivamente nacionalista. A criação de uma ordem burguesa liberal estabelecida foi um processo prolongado, ameaçado em duas frentes. Na Inglaterra (como, num contexto diferente, nos Estados Unidos), a interpenetração do industrialismo nascente com uma estrutura social muito específica permitiu uma acomodação relativamente estável entre as várias classes, nem o socialismo revolucionário, nem o conservantismo militante, tornaram-se as forças que eram nos outros dois países europeus.

12. Uma forte defesa desta perspectiva é dada por Reinhard Bendix em *Nation-Building and Citizenship* (Nova York, 1964).

Mas esses fenômenos só podem ser parcialmente interpretados nesses termos; em tal ponto é útil passar ao segundo tipo de fator comprometedor do tratamento que Marx dá ao capitalismo do século XIX. Um tema muito familiar nas críticas a Marx é que suas idéias encerram um certo número de “predições”-chave concernentes ao curso projetado do desenvolvimento capitalista, predições essas que não se materializaram. Não pode haver dúvida de que, pelo menos durante a maior parte de sua carreira, Marx esperou que a morte da sociedade capitalista ocorresse em futuro próximo — mesmo que suas expectativas quanto ao caráter da situação que provavelmente a precipitaria mudassem segundo o curso concreto dos acontecimentos nos países europeus. Mas fica também claro que a maioria do que foi tomado como “predições” sobre o futuro do capitalismo é, na verdade, vista por Marx, como propriedades tendenciais do desenvolvimento capitalista, cuja atualização é influenciada por acontecimentos contingentes. Para analisar a validade dessas características hipotéticas do capitalismo, não basta indicar as divergências no desenvolvimento real da sociedade capitalista desde a época de Marx; deve-se também assinalar o significado *teórico* dessas divergências para as propriedades que Marx considerou como imanentes ao capitalismo como “modo de produção”. Das características tendenciais do capitalismo identificadas por Marx, três são de particular importância: (1) a tese de que a crescente maturidade da economia capitalista dá nascimento a uma crescente disparidade relativa entre as recompensas econômicas ao trabalho assalariado e aquelas tomadas pelo capital; (2) a teoria de que o capitalismo está sujeito a crises endêmicas de superprodução, que caracteristicamente se tornam mais cataclísmicas com o tempo; (3) a concepção de que o capitalismo “enfraquece suas próprias premissas”, à medida que sua operação contínua consolida processos da concentração e centralização de capitais (tendendo, portanto — embora o próprio Marx não empregue o termo — para o “capitalismo de monopólio”).

Desde o último período do século XIX, a renda real do cerne daquele vasto segmento de estrutura ocupacional a que Marx categorizaria como “trabalho assalariado” cresceu substancialmente em todas as sociedades capitalistas. Esse fato, de grande importância se a “tese da emiserização” for encarada como uma previsão sobre o futuro do capitalismo, perde muito de seu significado, pelo menos quanto à perspectiva de Marx, se se reconhece que, de acordo com a teoria

econômica de Marx, o que é crucial é a incapacidade crônica do trabalho assalariado em aumentar sua porção relativa da riqueza produtiva crescente do capitalismo. Mas não há quase dúvida de que essa prosperidade cada vez maior não é coerente com aquela teoria. A principal proposição que sublinha a perspectiva de Marx é que, devido às exigências genéricas do sistema econômico capitalista, a renda que se deve ao trabalho assalariado não pode, a longo prazo, ir além do nível de subsistência. Mas tal ascensão ocorreu e não deve ser explicada nem em termos da menor cláusula-de-escape que Marx permite, de que o que é “subsistência” pode ser influenciado por definições culturais variáveis, nem em termos de teorias marxistas posteriores sobre o imperialismo.¹³ Como tem sido freqüentemente apontado por economistas, é possível, entretanto, salvar alguns dos princípios relevantes da teoria econômica de Marx, às custas do sacrifício da conclusão que ele desejou extrair dela, e portanto reconciliar a primeira com a ascensão na renda real do trabalhador assalariado. Um dos temas principais na teoria econômica de Marx sobre o capitalismo (não deve ser visto, novamente, como uma “predição” concreta) é que há uma tendência ao declínio da taxa de lucro sobre o capital. Dado, portanto que a taxa de mais-valia permanece constante, segue-se que a produtividade crescente do trabalho deve trazer um aumento nos salários reais.¹⁴

Qualquer que possa ser a validade desta interpretação teórica, os fatos da questão parecem, hoje, bastante claros. Embora fosse errado supor que o caráter intrínseco da economia capitalista gera uma crescente divergência entre as rendas auferidas pelo trabalho assalariado e pelo capital, isso não estava longe de ser verdade, como foi sustentado por vários críticos de Marx. Apesar das várias formas dos esquemas de taxaço, objetivando a redistribuição da riqueza e renda, que foram introduzidos em todas as sociedades capitalistas, só tem havido mudanças marginais, em sua maioria, nos diferenciais relativos que existiam na última parte do século XIX. O que parece ser genérico ao capitalismo é uma disparidade *estável* entre as recompensas econômicas provenientes das classes principais — dentro disso podemos incluir não só a diferenciação entre os pro-

13. O mais sofisticado exame marxista recente destes problemas é o de Ernest Mandel, *Marxist Economic Theory* (Londres, 1968, 2 vols.).

14. Para uma exposição deste ponto de vista, ver Joan Robinson, *An Essay on Marxian Economics* (Londres, 1966), p. 36.

prietários e os não-proprietários, mas também os que se situam entre as classes média e operária em termos de salário pago.¹⁵ Certamente a renda real de ambas as últimas classes aumentou muito nos últimos cem anos; mas, mais do que afetar significativamente os diferenciais relativos, esse processo só colocou todos, virtualmente, um degrau acima. A aparente estabilidade na distribuição de propriedade é importantíssima: a despeito das reivindicações feitas para o advento de um "capitalismo do povo", diferenciado por uma expansão da posse de propriedade, ficou claro em anos recentes — mesmo nos Estados Unidos, onde essa polêmica tem sido desenvolvida mais amiúde — que a realidade é, muito mais, a marcada saliência da concentração de posse de propriedade preexistente nas mãos de uma pequena minoria da população (embora o grau de concentração a esse respeito nunca tenha sido tão alto nos Estados Unidos quanto o tipicamente observado nos países europeus). Se as sociedades capitalistas mudaram em seus "níveis mais altos" desde o século XIX, o argumento tem que ser colocado, mais do que em termos da distribuição variável de propriedade como tal, basicamente em termos da proeminência decrescente da posse de propriedade para o controle econômico, como resultado do crescimento das sociedades anônimas.

Tanto tem sido escrito sobre a teoria das crises capitalistas de Marx que não há necessidade senão de recapitular aqui alguns dos temas principais. Por muito anos, a expectativa de que o capitalismo encontrasse sua morte numa única crise final, catastrófica, foi muito comum entre os marxistas e, até 1930, esta sugestão era plausível. Nos próprios escritos de Marx, entretanto, tal acontecimento não é especificamente previsto e, na realidade, os fatores que na realidade produzem as crises permanecem um tanto obscuros. Marx não escreveu nada que se aproximasse de uma avaliação abrangente da natureza das crises, e certamente sustentou que elas represen-

15. A mensuração da distribuição de riqueza e renda, é claro, é um tópico discutível, e uma generalização tão ampla tem obviamente que ser colocada dentro da perspectiva das várias controvérsias que cercam a questão. Segundo Kalecki, entretanto, na Inglaterra a participação dos salários na renda nacional foi de 41 por cento em 1880, e 42 por cento em 1935; outra estimativa indica que, no período de 1870-1950, a participação de salários nunca foi além de 42 por cento, e ocasionalmente declinou a 37 por cento. M. Kalecki, "The Distribution of the National Income", *Essays in the Theory of Economic Fluctuations* (Londres, 1939); E. H. Phelps Brown e P. E. Hart, "The Share of Wages in the National Income", *Economic Journal*, 62, 1952.

tavam o resultado final de uma série de fatores interligados, não redutíveis a qualquer fórmula simples. Mas as condições subjacentes que diagnosticou como produtoras da tendência geral da economia capitalista em estar sujeita a crises recorrentes são bastante claras e, falando em sentido amplo, podem ser aceitas como corretas (ou, à luz da análise econômica moderna, excessivamente simplificadas). O capitalismo difere da sociedade de tipo pré-classe porque quebra a relação imediata entre a produção e o consumo predominante no último tipo de ordem social, onde a produção está ajustada para necessidades locais conhecidas. No sistema capitalista, através do desenvolvimento da economia monetária, as transações de troca passam a ser governadas por forças impessoais do mercado. Há, assim, uma "anarquia" inerente ao capitalismo, porque não existe uma agência definida através da qual a produção seja ajustada ao consumo. A busca de lucro do capital é a principal forma por meio da qual se mantém algum equilíbrio entre a produção e o consumo; ocorre essencialmente uma crise quando não se atinge a um nível suficiente de lucro sobre o investimento e quando ocorre um volume significativo de "superprodução", criando um círculo vicioso de redução do poder de consumo pela dispensa temporária de trabalho, e um declínio posterior na taxa de lucro. A ocorrência desses processos, assinala Marx, finalmente recria condições de equilíbrio, mas numa capacidade produtiva mais baixa, e um novo impulso à produção pode, então, ocorrer.¹⁶

O próprio Marx analisou a origem de um conjunto de elementos que, só por uma extensão relativamente pequena de sua argumentação, pode servir em parte para opor-se à "anarquia" da produção capitalista, ou seja, o terceiro conjunto de propriedades tendenciais do capitalismo mencionadas acima — a tendência à concentração e à centralização. Na medida em que exista algo relacionado a uma situação de monopólio em qualquer setor da produção, as organizações econômicas são potencialmente aptas a regular os preços e, portanto, os lucros, de maneira direta e, ainda que somente pela exclusão de produtos alternativos, regular as necessidades dos consumidores; e a centralização do mercado, conforme manifesta na dominação de um número limitado de agências financeiras ou de crédito, pode introduzir um grau importante de regulamentação das

16. Como expressa Marx, "as crises são soluções momentâneas e forçadas das contradições existentes. Elas são erupções violentas que, por um certo tempo, restauram o equilíbrio perturbado" (*O Capital*, vol. 3, p. 244).

operações de mercado. O que Marx não conseguiu perceber, em grande parte, sem dúvida devido às insuficiências de sua análise geral do Estado, foi que a maturidade crescente do capitalismo poderia gerar uma outra forma de “enfraquecimento parcial de suas próprias premissas” por meio de um estímulo à expansão de intervenção do Estado na vida econômica. O brilho dos escritos econômicos de Keynes tendeu a levar a uma negligência do fato de que a “revolução keynesiana” foi não só uma expressão das mudanças que já estavam ocorrendo dentro das sociedades capitalistas como um novo conjunto de medidas para reorganizar a economia capitalista. Historicamente, como assinalai, o Estado, em alguns países capitalistas, tem desempenhado um papel importante na promoção do desenvolvimento econômico e, assim, desde o início, envolveu-se profundamente na vida econômica. Mas pode-se argumentar que assim como o aparecimento de perturbações ou crises estimula a concentração e a centralização, ele atua também para promover a intervenção do Estado no funcionamento da economia. Isso porque a operação do capitalismo “livre”, em primeiro lugar, tende a criar “fraquezas” definidas em alguns setores da economia, e estes são, com frequência, os setores nos quais o Estado se move. Além disso, a simples ocorrência, em escala crescente, de crises torna evidente a instabilidade genérica do capitalismo caso não se mantenha, por parte do Estado, qualquer controle sobre alguns dos aspectos-chave da organização econômica. Certamente, isso não é uma exigência criada dentro da mecânica da própria produção capitalista; ou seja, implica um grau significativo de reconhecimento consciente das agências governamentais do que deve ser feito para retificar, ou aliviar, a “patologia” do sistema. Mas isso não é, afinal, qualitativamente diverso do que ocorre nos processos de reorganização econômica, na forma da concentração e centralização, no contexto da “recuperação” de crises. A intervenção do Estado de tipo keynesiano não elimina, é claro, a tendência a crises; mas admite que essa tendência pode ser convertida a uma outra de flutuações relativamente menores entre *boom* e recessão.

A luz dos desenvolvimentos subsequentes, mesmo os críticos mais severos de Marx não podem negar que ele estava certo ao identificar a concentração e a centralização como tendências fundamentais da maturidade da produção capitalista. O que pode e deve ser questionado são as inferências que ele fez a partir daí quanto à pre-

vista superação do capitalismo pelo socialismo. Marx viu nesses processos a socialização incipiente do mercado, a ser complementada pela ascensão do movimento operário revolucionário que se apossaria de um sistema que já teria progredido consideravelmente em direção à criação do quadro de referência de uma economia socialista. Mas se esses dois conjuntos de mudanças não estão inerentemente relacionados — por motivos mais amplamente documentados em capítulos subsequentes — então o quadro resultante é bem diferente. Aquilo a que Marx causticamente se referiu como “um sistema completo de fraude e engano por meio da promoção de corporação, emissão de apólices e especulação de capital” torna-se não uma fase transitória interveniente entre o “capitalismo clássico” e o socialismo, mas a forma característica da economia capitalista desenvolvida.

3. O CAPITALISMO E AS ORIGENS DO SOCIALISMO DE ESTADO

Distingui anteriormente dois tipos de situação ligados (nas obras de Marx) à superação revolucionária do capitalismo que, embora estejam, necessariamente, muito relacionados em seu próprio pensamento, podem ser separados de forma analítica. Um desses diz respeito à emergência de uma classe operária revolucionária dentro das sociedades capitalistas mais desenvolvidas, o outro a efeitos disruptivos do contacto entre uma ordem “atrasada” e uma ordem “avançada”, como um resultado das rápidas mudanças sócio-econômicas que podem ser trazidas à cena por tal contacto. Ambas, entretanto, pressupõem a existência de um “modo de produção capitalista” (no sentido de Marx) altamente desenvolvido, já que a última situação leva apenas a uma revolução socialista se servir para precipitar um processo de mudança revolucionária nas próprias sociedades avançadas. Com a vantagem de uma compreensão posterior, podemos ver agora que nenhuma das “duas visões marxianas da revolução” é satisfatória. Cada uma pressupõe uma relação íntima entre a consciência e a atividade revolucionárias, por um lado, e a maturidade do desenvolvimento capitalista, por outro. A verdade da questão é que o tipo de processo revolucionário ocorrido não só é substancialmente diferente do preconizado, mas, como um fenômeno difundido, está mais associado aos *estágios iniciais* do desenvolvimento industrial capitalista do que aos estágios posteriores. Este não é o lugar

adequado para delinear os contornos de uma teoria geral de mudança revolucionária, se for possível conceber tal teoria. Três observações, entretanto, são relevantes aqui: (1) é mais provável que a classe operária (manual) consiga um alto grau de consciência de classe revolucionária na fase inicial do processo de industrialização; (2) a natureza ou forma dessa consciência de classe, entretanto, depende, de maneira significativa, de aspectos mais amplos do quadro sócio-econômico de referência no interior do qual ocorre a industrialização; (3) nas formas de alteração revolucionária “bem sucedida” que ocorreram desde o início do século, o campesinato desempenhou, tipicamente, um papel importante, e mesmo crucial — não como uma “classe retrógrada”, mas como uma fonte positiva de ímpeto à atividade revolucionária.

Os fatores que tendem a estimular uma consciência de classe revolucionária por parte da classe operária nas fases iniciais de industrialização não são — em abstrato — difíceis de especificar. O desenvolvimento da produção industrial envolve a emergência de contradições que normalmente são muito mais pronunciadas do que aquelas implícitas na comercialização que é típica da formação da “sociedade de mercado simples” dentro de uma ordem de tipo pré-classe. As relações paratécnicas características da produção industrial não só são acentuadamente diversas tanto daquelas do agrarianismo camponês quanto da produção “manufatureira”, mas a transferência da última para a primeira, na fase de “take-off” para o industrialismo, ocorre normalmente com considerável rapidez. Mais do que isso, a transferência envolve um deslocamento completo do trabalho da comunidade rural para o meio-ambiente urbano mais desagregado. O debate acadêmico sobre a alta ou baixa marginalidade, em termos puramente materiais, do padrão de vida na Inglaterra antes da Revolução Industrial comparado com o período posterior não altera o fato de que as mudanças envolvidas criam o potencial para uma *experiência* profunda da privação — e para um reconhecimento de “ordens alternativas” possíveis. Dada a natureza do contraste entre as relações paratécnicas da produção agrária e as características da produção industrial, a atração da classe operária recém-formada pelas idéias socialistas pode ser logo compreendida. A força de trabalho, retirada de um sistema produtivo no qual o trabalhador mantém um grau definido de controle sobre seus meios de produção, caminha para, ou é jogada dentro de, uma situação em que ele — junto com verdadeira massa de outros, com os quais está em contacto visível

— esteja sujeito à disciplina “dada” da fábrica e da máquina.¹⁷ Mas a natureza específica dessa consciência de classe, quer permaneça incipiente ou seja canalizada para um movimento operário, e o papel do próprio movimento operário, dependem substancialmente do caráter global da sociedade em questão, dependem dos dois conjuntos de fatores já indicados: o caráter da estrutura pré-industrial e a “trajetória” do processo de industrialização.

As formas de mudança revolucionária que levaram ao estabelecimento do socialismo de Estado são diferentes, e não farei nenhuma tentativa de analisá-las aqui. Indubitavelmente isso não pode ser entendido apenas em termos de pressuposições sócio-econômicas; fatores políticos, particularmente o impacto da guerra,¹⁸ desempenharam um papel muito significativo. Mas há diferenças óbvias e gritantes entre o caráter das sociedades em que se formaram sistemas de socialismo de Estado e aquelas que permaneceram capitalistas. Em primeiro lugar, a sociedade capitalista é, por base, uma criação do século XIX (ou anterior); o socialismo de Estado é um produto do século XX. A maioria das sociedades capitalistas contemporâneas experimentou o “take-off” industrial no século XIX, ainda que mesmo no fim do século. O socialismo de Estado, por outro lado, é uma conquista muito mais recente; a expressão “socialismo em um país”, conforme aplicada à URSS, tinha um significado muito literal até 30 anos atrás, e mesmo a Revolução de Outubro só tem pouco mais de meio século. Com algumas exceções parciais (a República Democrática da Alemanha e a Tcheco-Eslováquia), o socialismo de Estado formou-se em sociedades que só haviam atingido um nível rudimentar de desenvolvimento econômico, e onde o campesinato constituía a massa da população. Uma classe operária com consciência de classe pode ter, na Rússia, desempenhado um papel preponderante na sequência de mudança revolucionária, mas apenas contra esse cenário. O caráter das sociedades de socialismo de Estado avançadas varia tanto quanto o das capitalistas, e devem-se evitar as categorizações muito simples tanto das primeiras quanto das últimas. Mas não se pode fugir à conclusão de que o socialismo de Estado serviu, essencialmente, como um quadro de referência alternativo para a canali-

17. cf. Alain Touraine, *La Conscience Ouvrière*, op. cit.

18. Como assinalou Bendix, os efeitos da guerra foram mais efetivos do que a industrialização na destruição de formas tradicionais de estrutura social em alguns dos países capitalistas, mais notavelmente no Japão e na Alemanha. Bendix, *Nation-Building and Citizenship*, op. cit., p. 212.

zação do processo industrial para aquela ou, mais precisamente, para as características do capitalismo do século XIX — um quadro de referência bem adequado à idade moderna, devido à existência de uma tecnologia altamente avançada em conjunto com a disponibilidade das diretrizes de experiência anterior das próprias sociedades capitalistas.¹⁹ Posteriormente neste livro, ao referir-me bastante extensivamente à Polônia e à Iugoslávia para materiais ilustrativos, com o objetivo de examinar o caráter da sociedade de socialismo de Estado, estudarei a expressão “sociedade avançada” além de seu legítimo quadro de referência. Acredito que para isso seja necessário observar esses países a fim de documentar de modo adequado as idéias que desejo propor. Concentrarei, entretanto, a minha atenção basicamente nos setores industrializados dessas sociedades e não tratarei em detalhe das populações agrícolas — um procedimento dúbio, mas acredito que, nesse caso, bastante justificável.

O termo “socialismo de Estado” pode ser aplicado a uma ampla gama de sociedades que experimentaram uma revolução socialista, a despeito de seu nível de desenvolvimento industrial. A noção de “socialismo de Estado”, conforme a emprego aqui, refere-se a *qualquer ordem econômica em que os meios de produção estão formalmente socializados nas mãos do Estado*. Isso implica que o Estado assume o controle diretivo da vida econômica, e que, conseqüentemente, os critérios fundamentais que regulam a produção sejam determinados por decisões políticas. Tal situação não impede, é claro, a existência continuada da propriedade privada dos meios de produção em certos setores, nem produz, se isso fosse concebível, completamente o abandono de “mecanismos de mercado”. Mais tarde tratarei com alguns detalhes da natureza da sociedade socialista, mas nesse ponto a discussão deve partir para a consideração do significado das mudanças que ocorreram na estrutura de classes da sociedade capitalista desde a passagem do século.

19. Ao dizer isso, não quero inferir que a experiência das sociedades capitalistas é necessariamente única no século XIX, ou no contexto europeu; menos ainda quero sugerir que o socialismo de Estado da Europa Oriental oferece o único padrão geral de desenvolvimento industrial que hoje pode ser seguido pelas sociedades “subdesenvolvidas”.

IX

A MEDIAÇÃO INSTITUCIONAL DE PODER E A MEDIAÇÃO DE CONTROLE

1. A SOCIEDADE AINDA É CAPITALISTA?

No meio da proliferação de obras sobre o assunto, podemos distinguir dois temas principais relativos a supostas mudanças na mediação institucional de poder nas sociedades capitalistas desde o século XIX — cada um intimamente associado com a noção de que o capitalismo alterou-se tão fundamentalmente nos últimos 70 anos que vivemos agora numa sociedade “pós-capitalista”. Um dos temas, assinalando o crescimento dos “direitos de cidadania”, afirma que a aplicação de tais direitos a quase toda a população adulta transformou a natureza do Estado capitalista. O outro considera mais a esfera econômica, sustentando que a crescente dominação da indústria por um número limitado de empresas muito grandes mudou radicalmente os pontos básicos característicos da política e economia da “sociedade capitalista” como tal. A última perspectiva está intimamente relacionada à noção de “revolução dos gerentes” se se entende que esse último termo inclui interpretações menos violentas do “desaparecimento do capitalismo” do que as do próprio Burnham. Argumentarei neste capítulo, entretanto, que o problema da “ascensão dos gerentes sem propriedade” deve ser tratado mais como uma questão de mediação de controle do que de mediação institucional de poder.

T. H. Marshall distinguiu três aspectos do desenvolvimento de cidadania: o civil, o político e o sócio-econômico. O primeiro deles compreende os “direitos necessários à liberdade individual” (liberdade de palavra etc.) e igualdade perante a lei; o segundo compreende os direitos de organização política e direito de voto; o terceiro, direitos de bem-estar econômico e segurança social. Marshall admite que a emergência prematura dos direitos de cidadania, sobretudo os de primeira categoria, foi parte da própria criação da sociedade ca-

pitalista, ajudando, portanto, a consolidar a estrutura de classes do capitalismo. No século XX, entretanto, essa relação foi invertida, e a "cidadania e o sistema de classes capitalista têm estado em guerra".¹ Esse debate tem uma força considerável e há, certamente, uma diferença intrínseca entre o caráter dos direitos abrangidos pela cidadania "civil" e aquele dos dois últimos tipos. Em geral, o desenvolvimento dos direitos civis — como enfatizou Marx — é parte necessária da superação da sociedade de tipo pré-classe pelo capitalismo. A igualdade formal perante a lei e a liberdade de contrato são princípios universais que, na realidade, sancionam a assimetria de classe do mercado capitalista. A luta para alcançar a extensão universal de outros tipos de direito de cidadania veio de maneira característica consideravelmente tarde, e os efeitos do sucesso de sua implementação parecem ter sido muito diferentes. Como já foi assinalado, o aumento de movimentos operários, numa certa medida, tem de ser entendido em termos de uma tentativa de assegurar a sua incorporação completa no Estado capitalista. A bem sucedida conquista dos direitos de voto universais (que, entretanto, ocorreu em épocas bem diferentes em várias sociedades)² foi, por sua vez, uma condição para a emergência de partidos socialdemocratas e para o crescimento dos direitos de bem-estar para a massa da população.

Esses fatos podem ser admitidos sem que se aceite que o desenvolvimento dos direitos de cidadania tenha alterado efetivamente a natureza básica da mediação institucional de poder na sociedade capitalista. Na verdade, argumentarei que, em alguns aspectos importantes, tanto o segundo quanto o terceiro tipo de direito de cidadania, assim como o primeiro, serviram para estabilizar os diferenciais de classe na sociedade capitalista, e não para ir contra eles.

1. T. H. Marshall, *Class, Citizenship and Social Development* (Nova York, 1964), p. 84; ver também "The Welfare State: a Sociological Interpretation", *Archives Européennes de Sociologie*, 2, 1961.

2. cf. Dahrendorf: "embora a noção de cidadania tivesse significado prático desde a Declaração de Independência, se não antes, sua realização ainda estava nos estágios iniciais na Europa 120 anos após a Revolução Francesa"; "Recent Changes in the Class Structure of the European Societies", em R. Graubard, *A New Europe?* (Londres, 1965), p. 295. Aceitar a validade desse ponto, entretanto, não implica a adoção da tese de Lipset de que a ausência de socialismo na política americana decorre do "fato de que o igualitarismo e a democracia triunfaram antes que os trabalhadores fossem uma força politicamente relevante" (Seymour Martin Lipset, *The First New Nation*, Londres, 1964, p. 341).

Afinal, como já foi várias vezes afirmado, Bismarck iniciou efetivamente o moderno Estado do Bem-Estar Social com o objetivo de reduzir a oposição na classe operária e, mais especificamente, para opor-se ao apelo revolucionário do Partido Socialdemocrata. O debate pode ser generalizado pelo simples arrazoado dos advogados da tese de cidadania: ou seja, de que a concessão das prerrogativas gêmeas do que Bendix chamou de "idéia plebiscitária" (segundo a qual "todos os indivíduos adultos devem ter direitos iguais sob um governo nacional") e a "idéia funcional" (por meio da qual a "filiação diferencial das pessoas entre si é tomada como dada e aceita-se algum tipo de representação de grupo"),³ obscureceu a oposição da classe operária às condições gerais da produção capitalista. Se há qualquer verdade na idéia (defendida enfaticamente por Dahrendorf e outros) de que a formação dos partidos políticos de classe operária, por um lado, e o estabelecimento de sindicatos e formas reconhecidas de barganha coletiva, por outro, leva à desativação do conflito de classes (uma tese que, como veremos, entretanto, deve, num certo sentido, ser contraditada), então ela pode ser encarada como elemento de consolidação da forma institucional básica do Estado capitalista — a "separação" das esferas do político e do econômico — e não como sua superação pelo "pós-capitalismo". Além disso, podem-se levantar alguns argumentos que sugerem que os efeitos práticos de implementação dos direitos de cidadania do terceiro tipo — provisão de bem-estar e segurança social — são muito diferentes do que normalmente se pretende. Em primeira instância, deve-se assinalar que o resultado nítido da extensão das provisões de bem-estar social serve a interesses da classe dominante pela ajuda à maximização da eficiência operária. Em segundo lugar, como vários autores recentemente pretenderam, o fornecimento de serviços de bem-estar social não pode, como parece, constituir um custo principal para os que estão de fora da classe operária. Ou seja, os custos são encontrados sobretudo através do processo de "redistribuição do ciclo de vida", amplamente experimentado por membros da própria classe operária.⁴ Embora se possa reconhecer que o desenvolvimento dos direitos de cidadania tenha, indubitavelmente, trazido mudanças significativas nas sociedades capitalistas desde o século XIX, parece razoável concluir que essas mudanças representam mais uma "comple-

3. Bendix, *Nation-Building and Citizenship*, op. cit., p. 101.

4. Parkin, *Class Inequality and Political Order* (Londres, 1971), p. 125.

mentação” ou consolidação do desenvolvimento capitalista do que um enfraquecimento de suas bases.

Uma defesa mais convincente da perspectiva “pós-capitalista” pode ser feita em referência ao caráter mutante da esfera econômica como tal — ou seja, ao significado do processo de concentração e centralização. Três conjuntos de problemas podem ser distinguidos aqui, pelo menos enquanto a interpretação desses processos repousar na mediação institucional de poder na sociedade capitalista. São eles: o problema da competição e monopólio; a determinação das consequências da difusão de posse de propriedade em sociedades anônimas; e a avaliação do recente “planejamento” de mercado por parte do Estado.

Com a exceção parcial e (questionável) do Japão, onde a antiga dominação *zaibatsu* da economia foi de certo modo quebrada depois da guerra, é impossível negar que o padrão geral do desenvolvimento da indústria nas sociedades capitalistas orienta-se para uma forte concentração de capital industrial.⁵ Isso pode ser facilmente demonstrado pela utilização de vários tipos de índices, como a proporção de trabalhadores na forma de trabalho não-agrícola empregada em várias dimensões de empresa. Assim, na Alemanha, em 1905, 20,3 por cento da força de trabalho estavam em firmas de mais de 200 empregados; em 1961, a proporção tinha subido para 45,1 por cento. Na França, em 1906, a percentagem de força de trabalho nas empresas de mais de 500 empregados era de 11,7 por cento; a percentagem correspondente em 1958 era de 29,8. Os números dos Estados Unidos mostram que, em 1909, 15,3 por cento de todos os empregados trabalhavam em firmas de mais de 1.000 empregados, enquanto em 1955 essa proporção havia crescido para 33,6 por cento.⁶ No ápice dessa pirâmide de concentração industrial, um pequeno número de firmas muito grandes, as celebradas “megacorporações”, possui enormes ativos de capital, e contribui para uma proporção firmemente crescente da capacidade produtiva dos principais setores da economia. Devido não

5. “No programa de dissolução” de pós-guerra no Japão, supunha-se que seriam cobertas 325 grandes firmas; na verdade, apenas 11 foram realmente dissolvidas. As taxas de concentração estão subindo outra vez: o capital agregado das 100 maiores corporações em 1964 compunha 39 por cento do capital corporado total em 1966, se comparado com 32 por cento em 1953 (M. Yoshino, *Japan's Managerial System*, Cambridge, Mass., 1968, p. 124).

6. Citado em Ernest Mandel, *Marxist Economic Theory*, vol. 2, pp. 395-7.

só ao tamanho absoluto de suas “megacorporações” como também a qualquer posição especial que a economia americana detenha sobre os graus relativos de concentração,⁷ os Estados Unidos têm sido vistos mais amiúde aqui como o “caso típico”. Em *The Modern Corporation and Private Property*, Berle e Means tentaram demonstrar graficamente o crescimento das grandes companhias nos Estados Unidos e estabelecer uma projeção das futuras tendências potenciais. Como mostraram, o ativo das 200 maiores corporações cresceu anualmente numa proporção de 5,4 por cento de 1909 a 1928, mas o de todas as firmas, tomadas em conjunto, cresceu somente 3,6 por cento ao ano. Se esse padrão de crescimento diferencial fosse mantido, mostraram, as 200 maiores firmas teriam, por volta de 1970, controlado toda a atividade econômica.⁸ Embora a tendência de desenvolvimento não tenha realmente ido a esse extremo, ela certamente progrediu de maneira considerável. Assim, por volta de 1962, as cinco maiores corporações americanas mantinham mais de 12 por cento de todo o ativo manufatureiro; as cinco maiores companhias possuíam quase 70 por cento desse ativo.

Seria absurdo negar que o crescimento da concentração tenha produzido mudanças básicas na organização das economias capitalistas. Mas falar, como o fizeram muitos marxistas, da chegada do “capitalismo de monopólio” é muito simplista. Em primeiro lugar, deveria ser demonstrado que há variabilidades definidas entre as sociedades capitalistas, mesmo as mais tecnologicamente avançadas, em termos do nível de concentração do capital industrial e, por mais que o processo tenha progredido, não há sociedade que sequer se aproxime do prognóstico de Berle e Means, e que não possua ainda uma infra-estrutura muito grande de empresas menores. Em segundo lugar, há uma diferença entre “monopólio” e “oligopólio” — e essa última situação é característica dos setores das economias capitalistas dominadas pelas companhias muito grandes. O “monopólio”, ao menos conforme foi tradicionalmente concedido dentro do marxismo, por exemplo por Hilferding, é representado como a superação da competição capitalista: a socialização do mercado dentro dos limites do capitalismo, anunciando o aparecimento da produção socializada. Mas, na verdade, mesmo no monopólio a competição persiste; no oli-

7. Para um relato comparativo da concentração industrial, ver Joe S. Bain, *Industrial Organization* (Nova York, 1968).

8. Adolph A. Berle e Gardiner C. Means, *The Modern Corporation and Private Property* (Chicago, 1932), pp. 40-1.

gopólio pode ser quase sempre muito dura à medida que se dá basicamente entre dois, ou um pequeno número de competidores, que se “enfrentam” de modo direto. Tal competição pode tomar várias formas: uma luta para reduzir os custos com o objetivo de maximizar a rentabilidade frente ao(s) competidor(es), estreitamente relacionada com tentativas para superar os outros em inovação tecnológica — o que Baran e Sweezy chamam de “dinâmica da divisão de mercado”; competição quanto ao que foi denominado de “efeito de reputação” — a obrigação de construir, na mente dos consumidores, uma imagem particular da companhia como um produtor “de qualidade”; competição entre setores oligopolísticos e não-oligopolísticos; e “competição derivada”, por meio da qual a influência do oligopólio dentro de certos setores da economia, pelo aumento do nível de lucro dentro desses setores, intensifica a competição em outros setores que operam com taxas de lucro reduzidas.

Entretanto, nenhuma dessas formas de competição está centrada nos preços num sentido clássico, e há poucos motivos para contestar a proposição de que, em condições de oligopólio, prevalece a “seqüência revisada” de Galbraith. A megacorporação é muito mais uma “fazedora de preços” do que uma “aceitadora de preços”; através da propaganda e da promoção ela procura condicionar diretamente as necessidades dos consumidores. Além disso, há dois sentidos nos quais o oligopólio tende crescentemente a dominar no capitalismo moderno, acima dos setores industriais em que se mantém algum tipo de manipulação ou “liderança” de preços; em primeiro lugar, o oligopólio é normalmente mais desenvolvido na manufatura — que tem uma posição estratégica dentro da economia — já que as indústrias primárias em geral precisam vender-lhe seus produtos, e as indústrias terciárias, varejo e comércio, dependem basicamente dele como fonte de bens; em segundo lugar, e com alguma relação com o primeiro ponto, os setores competitivos são freqüentemente satélites de indústrias oligopolísticas: são quase completamente dependentes, para suas vendas, destas últimas, ou compram quase só delas. Assim, nos Estados Unidos, a indústria de peça de automóveis tem necessariamente de vender a maior parte de sua produção para as quatro grandes firmas de carros, e é obrigada a seguir o comando dessas firmas ao tabelar os seus produtos.⁹

9. Alfred S. Eichner, “Business Concentration and its Significance”, em Ivar Berg, *The Business of America* (Nova York, 1968), p. 192.

As implicações desses fenômenos para a “revolução dos gerentes”, desde a publicação do livro de Berle e Means, permaneceram controvertidas. À medida que repousam, entretanto, mais sobre a mediação institucional de poder do que sobre o problema da mediação de controle, podemos distinguir aqui dois conjuntos principais de pontos: primeiro, a questão de se saber se o “comportamento” da firma foi mudado de maneira essencial com a ascensão da grande corporação e, segundo, a questão mais geral relativa à extensão em que a “corporação gerencial” está ainda, em qualquer sentido, relacionada aos interesses de propriedade. Segundo uma versão proeminente da moderna teoria da firma, a grande companhia contrasta de maneira básica com a atividade empresarial tradicional porque, enquanto a última procura “maximizar” os seus lucros, a primeira simplesmente “satisfaz”.¹⁰ * Segundo essa perspectiva, a megacorporação, ou o grupo gerencial que a dirige, está preocupado apenas em manter lucros “satisfatórios”, os objetivos básicos passam a ser os de busca de estabilidade e crescimento da empresa, e a preservação ou expansão de sua força de mercado. Embora as conclusões extraídas daí sejam várias, as versões mais radicais da tese argumentaram que, pelo menos incipientemente, a “satisfação” assinala um afastamento das premissas do mercado capitalista.

Em tal forma radical, essa argumentação não suporta uma averiguação maior, porque não fica evidente o que ambos os termos envolvidos realmente designam, e a perspectiva parece basear-se numa comparação errônea entre um modelo abstrato (maximização dos lucros empresariais sob condições de completo conhecimento de mercado e racionalidade ótima) e o “comportamento” de empresas reais na economia moderna. Se a “maximização” foi interpretada dessa forma, e qualquer coisa menor do que ela é insatisfatória, fica, então, claro que a “satisfação” tem estado sempre na ordem do dia de firmas de todos os tamanhos. Embora os resultados de uma mudança de posição de “lucros” para “crescimento” possam ter conseqüências substanciais para a teoria econômica neoclássica, é errado supor que isso assinala uma transformação maior no caráter da empresa capitalista.

10. cf. R. Marris, *The Economic Theory of “Managerial” Capitalism* (Londres, 1964), pp. 266-77.

* O verbo usado pelo autor, entre aspas, é “satisfice”, e parece ter sido criado por ele com o objetivo de armar um jogo de palavras com o verbo “maximise”. (N. do T.)

Essa conclusão ajuda a resolver a questão do papel geral da grande corporação quanto à propriedade privada. Por mais amplamente difundida e fragmentada que possa ser a divisão de posse, a megacorporação está ligada à existência da propriedade privada. O sentido mais geral no qual isso ocorre é que, qualquer que seja o seu tamanho e a sua capacidade de "fazer" preços, a firma permanece, no final, subjugada pela exigência de "lucrabilidade" em relação à garantia de que os acionistas tenham um nível adequado de lucro sobre o investimento. Mas há também uma possibilidade mais específica, que pelo menos expressa uma consideração concreta, de haver uma associação causal inversa àquela que em geral se presume operar em companhias "gerenciais" — de que os baixos dividendos em tais companhias não são devidos a seu afastamento dos interesses da propriedade privada, mas porque as firmas desse caráter tendem a predominar naquelas indústrias em que os baixos dividendos e o alto retorno são qualidades que promovem sobretudo asobrevivência ou o sucesso de mercado.¹¹ Em suma, embora não possa haver dúvida de que a "revolução dos gerentes" é um fenômeno central no capitalismo contemporâneo, *o seu significado é fundamentalmente relevante para a mediação de controle* — problema a que darei atenção no próximo capítulo. Neste ponto, entretanto, é necessário considerar as recentes mudanças que servem para promover a centralização do mercado capitalista por meio da ação do Estado.

O traço típico do keynesianismo nos anos 30 foi a preocupação em garantir algo que se aproximasse, num certo nível, do emprego completo da capacidade produtiva. Embora tenha sido fundamental para obscurecer o funcionamento da tendência a crises periódicas, como assinalou Schonfield, ele distingue-se muito da marcante tendência para o "planejamento", acelerada desde a última guerra. A característica do que ele chama de "novo capitalismo" é que: "uma variedade de forças independentes combinaram-se para aumentar os poderes disponíveis de controle sobre o sistema econômico e ao mesmo tempo para manter o volume de demanda constantemente num nível muito alto".¹² Ou seja, o planejamento nacional em grande escala substituiu o simples intervencionismo técnico do período anterior. A indicação de que isso é, até certo ponto, distinto do desenvolvimento

11. Uma possibilidade sugerida por P. Sargant Florence, ver *Ownership, Control and Success of Large Companies* (Londres, 1961), p. 190.

12. Andrew Schonfield, *Modern Capitalism* (Londres, 1969), p. 64.

da intervenção, de tipo keynesiano, do Estado na vida econômica é fornecida pelo fato de que os dois países que se adaptaram com mais facilidade às restrições de Keynes, a Inglaterra e os Estados Unidos, foram dos mais lentos na implementação de esquemas de planejamento de Estado. As nações-líderes a esse respeito, no todo, têm sido as que tiveram historicamente um aparato de Estado e um corpo de funcionários muito desenvolvidos. A França e o Japão são exemplos e oferecem, ambos, paralelos gritantes, assim como contrastes interessantes.¹³ A autoridade formal do Estado sobre a empresa econômica é mais baixa no Japão do que na maioria das outras sociedades capitalistas. Na realidade, as fortes e complexas relações do Estado e da indústria na sociedade japonesa tornam possível um alto grau, embora um pouco oscilante, de influência do governo sobre a atividade de negócios pelo planejamento por setores. Mas há menos indústrias nacionalizadas do que na maioria dos países europeus. Embora o Estado tenha interesses substanciais na operação de comunicações e transportes (sem ter um monopólio completo sobre este último) e, mais importante ainda, nos bancos e nas finanças, ele perdeu, como resultado da ocupação, muitos de seus poderes anteriores.¹⁴ A mera situação de derrota, entretanto, tornou não só possível como necessário um plano abrangente de reconstrução de pós-guerra, levando diretamente a uma série de esquemas macroeconômicos.

Entre os Estados europeus que instituíram o planejamento do desenvolvimento a longo prazo, há consideráveis diferenças na posição formal das agências relevantes. Podem-se distinguir dois tipos: um no qual o aparato de planejamento está separado da máquina administrativa do governo, como nas fases iniciais na Inglaterra; outro, em que o corpo responsável pelo planejamento está localizado no cerne das instituições da administração pública. Este é o caso da França, que reflete indubitavelmente a continuidade da tradição *dirigiste* daquele país. De maneira geral, pode-se dizer que as sociedades que caem no primeiro tipo acabaram por reconhecer a necessidade do planejamento de tendências através da manipulação, a curto pra-

13. *ibid.*, pp. 71-87 (Schonfield não discute em detalhe o caso do Japão). A tradição de *étatisme* na França está nitidamente relacionada à forte influência que as teorias de "tecnocracia", de Saint-Simon até nossos dias, exerceram naquele país.

14. cf. William W. Lockwood, "Japan's 'new Capitalism'", *The State and Economic Enterprise in Japan* (Princeton, 1965), pp. 492-511 e segs.

zo, da política deflacionária e de empregos, enquanto as que se encontram no segundo tipo se moveram em direção oposta, tentando reunir a manipulação econômica a curto prazo e esquemas de planejamento preexistentes, a longo prazo. Na França, assim como no Japão, as exigências impostas pela reconstrução que se seguiu à guerra forneceram o estímulo ao planejamento moderno. Os esquemas de Monet, colocados em funcionamento logo após a guerra, eram orientados sobretudo para a consecução de um renascimento rápido de certos setores da indústria, mas daí o planejamento caminhou para um nível macroeconômico mais amplo. Qualquer que seja o seu ponto de partida, não há virtualmente nenhuma sociedade capitalista européia que não tenha, hoje, desenvolvido algum tipo de compromisso com o planejamento econômico de longo alcance por parte do Estado. Nos Estados Unidos, levou mais tempo para que aparecessem desenvolvimentos comparáveis.¹⁵ Embora haja uma história de tentativas de manipulação de preços e salários no início dos anos 60, só muito recentemente apareceu um movimento definido em direção ao planejamento macroeconômico — fenômeno que deve ser explicado parcialmente em termos da maior independência da economia americana em relação ao comércio externo, se comparada com os países europeus.

Quer o planejamento capitalista seja ou não bem sucedido em garantir taxas altas e progressivas de crescimento econômico e em conter a inflação, o advento do planejamento macroeconômico é, sem dúvida, um desenvolvimento da maior importância para o capitalismo moderno,¹⁶ mas não pode ser interpretado isoladamente dos dois outros conjuntos de fenômenos discutidos acima. O crescimento das grandes corporações, com sua orientação para a “seqüência revisada” e seu caráter internacional, tanto estimula como exige novas políticas por parte do Estado capitalista. As metas econômicas do pla-

15. Entretanto, como assinalou Speier em 1937, o planejamento microeconômico tem uma longa história nos Estados Unidos: Hans Speier, “Freedom and Social Planning”, *Social Order and the Risks of War*, (Cambridge, Mass., 1969).

16. Para uma avaliação marxista das implicações do planejamento, ver Bill Warren, “Capitalist Planning and the State”, *New Left Review*, 72, 1972, pp. 16 e segs.; para uma perspectiva substancialmente diferente, ver Michael Kidron, *Western Capitalism Since the War* (Londres, 1970). Como assinala Warren, a opinião marxista corrente de que a manutenção do emprego absoluto numa economia capitalista depende muito da produção de armamentos não pode realmente ser conciliada com o fato de que o nível do custo de armas em geral tem sido baixo na Europa Ocidental, como uma proporção do produto nacional bruto; e esse custo declinou sem efeitos econômicos significativos.

nejamento capitalista estão geralmente acordes com os interesses da grande empresa, sobretudo no que se refere ao planejamento do investimento futuro, e quase sempre na alocação macroeconômica total de recursos. Por outro lado, a emergência do planejamento cria uma série completa de novos conflitos potenciais entre o Estado e a indústria, por um lado, e dentro da estrutura de classe em geral, por outro. Há aqui uma íntima relação com o papel da socialdemocracia. Os partidos socialdemocratas desempenham, pelo menos em muitos países, um papel importante na introdução, implementação ou garantia do planejamento — por motivos bastante claros. Não só os esquemas de crescimento macroeconômico necessitam do apoio de sindicatos em particular e da aquiescência da classe operária como um todo, mas a ideologia da democracia social contribui sobretudo para a promoção da regulação econômica centralizada. Tomados em conjunto, a conjunção da ascensão da democracia social, as megacorporações e o oligopólio, e o planejamento estatal, constituem uma série inter-relacionada de mudanças que, embora não possam ser corretamente representadas como “pós-capitalismo”, são de natureza significativa. Ao me referir genericamente ao capitalismo do período de pós-guerra, portanto, empregarei os termos um tanto “sem graça” de “neocapitalismo” e “sociedade neocapitalista”.

2. A CLASSE ALTA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Ao examinar o caráter da classe alta nas sociedades capitalistas, precisamos olhar tanto para os parâmetros gerais da estruturação de classes quanto para os aspectos mais particulares dessa estruturação indicados acima — especificamente a relação entre a classe alta e as formações de elite. Há uma tendência definida na literatura sobre os problemas gerais da teoria de classe, de supor a existência de um nível muito alto de “fechamento” na estruturação da classe alta nas sociedades capitalistas, sobretudo em relação ao desenvolvimento histórico de tais sociedades. Essa perspectiva leva logo à conclusão (conforme afirmada, por exemplo, por Dahrendorf) de que, desde o século XIX, tem havido um processo radical de “decomposição” do caráter unitário da classe mais alta. Mas, como Poulantzas enfatizou muito corretamente,¹⁷ essa classe “monolítica” nunca

17. Poulantzas, *op. cit.*, p. 325. Como também enfatiza Poulantzas: “la conception marxiste rigoureuse de la classe dominante n’implique nullement la concentration empirique des diverses fonctions politiques entre les mains des membres d’une classe...” (*ibid.*, p. 361).

existiu. Quer isso seja ou não compartilhado pelo próprio Marx, a tendência a falar dessa maneira tem suas origens na tendência dos autores marxistas, principalmente Lukács e seus seguidores, em ver as classes como "sujeitos atuantes", executando várias "tarefas históricas definidas". Dessa maneira, a "burguesia" ou o "proletariado" aparecem como entidades homogêneas, quase equivalentes a atores individuais. Esse tipo de perspectiva deve ser abandonado, ou sua distância da realidade do desenvolvimento histórico das sociedades capitalistas tem que ser claramente reconhecida, se quisermos fornecer uma avaliação da validade da tese da decomposição de classe.

O primeiro ponto a ser colocado já foi mencionado no capítulo anterior, ou seja, de que qualquer análise do desenvolvimento do capitalismo moderno, a partir do último período do século XIX até a época atual, deve reconhecer o significado prolongado dos grupos de proprietários de terra "tradicionais" na estrutura de classes. A reação de tais grupos, primeiro ao comercialismo e subsequentemente ao industrialismo, é o fator-chave que influenciou a forma tomada pela estruturação da classe alta nas diferentes sociedades, exceto nos Estados Unidos, que não chegou ao capitalismo pela dissolução do feudalismo. O Japão e a Alemanha fornecem, novamente, um tipo polar, na medida em que em ambos os casos a transição de uma *ständische Gesellschaft* para uma sociedade industrial foi conseguida sob uma direção "de cima para baixo".

A formação da classe alta no Japão, é claro, deve ser entendida em termos de um longo período — que vai aproximadamente de 1600 a 1867 — de dominação da família Tokugawa, que trouxe o sistema feudal japonês ao auge de seu desenvolvimento. Embora o fim do período Tokugawa também tivesse assinalado o fim do feudalismo japonês, a nova Nação-Estado foi decisivamente influenciada por seus resíduos. O cerne da classe alta japonesa na era pós-Tokugawa foi retirado dos velhos grupos de guerreiros e não da classe comerciante que já tinha alcançado grande proeminência econômica nos últimos estágios do feudalismo. A história do Japão até a Segunda Guerra Mundial é a da penetração da classe alta pelos empresários industriais que permaneceram, entretanto, bastante subordinados ao *ethos* estabelecido. A maioria dos que controlavam as grandes associações *zaibatsu* era retirada de famílias feudais.¹⁸ A situação na Alemanha

18. cf. John M. Maki, *Government and Politics in Japan* (Londres, 1962), pp. 15 e segs. Ver também J. C. Abegglen e H. Mannari, "Leaders of

em meados do século XIX era obviamente mais complicada, não só política, em virtude da dispersão dos vários principados, como também economicamente, devido ao contraste entre o predomínio de pequenas propriedades camponesas a oeste do rio Elba e da existência do *Rittergüter*, os grandes estados, a leste. O fato de a Alemanha ter sido politicamente unificada sob o domínio da Prússia favoreceu a ascendência do elemento *Junker* na classe alta até o século XX — ascendência estabelecida, como no Japão, por um monopólio aristocrático do corpo de funcionários e da burocracia estatal. Como no Japão, novamente, mas de maneira muito mais ambivalente, a ascensão social de industrialistas "plebeus" na classe alta foi muito bem governada por sua aceitação do, e orientado para o, *ethos* da aristocracia proprietária de terras. Como o expressou Landes, eles "sublimaram suas ambições e minoraram suas frustrações no impulso para a unidade e engrandecimento nacional".¹⁹ Tanto no Japão quanto na Alemanha seria verdade dizer que a classe alta, num certo grau, como observou Max Weber sobre os *Junkers*, "cavou sua própria cova", ou seja, a predominância de elementos aristocratas era, às vezes, inevitavelmente enfraquecida pela bem sucedida transição para o industrialismo. Mas em nenhum caso isso diluiu efetivamente a sua preeminência como base da estruturação da classe alta. No fim, isso só apareceu em conjunto com os efeitos da mudança política e da guerra.

Se essas duas sociedades constituem — e isto é muito considerável — os principais exemplos de um processo de desenvolvimento que foi, num sentido bem definido, contrário a qualquer tipo de tendência ao "aburguesamento" da classe alta, o papel da aristocracia proprietária de terras na estruturação da classe alta em outras sociedades européias foi também bastante considerável. Isso era, talvez,

Modern Japan: Social Origins and Mobility", *Economic Development and Cultural Change*, 9, 1960; R. P. Dore, "Mobility, Equality and Individuation in Modern Japan", *Aspects of Social Change in Modern Japan* (Princeton, 1967).

19. David S. Landes, "Japan and Europe: Contrasts in Industrialization", em Lockwood, *op. cit.*, p. 145. Como observa Landes, uma distinção importante entre as classes altas japonesa e alemã no fim do século XIX foi que, no Japão, "a posse da terra nunca se tornou o símbolo de eminência social e prestígio, a marca de qualidade e, portanto, não exerceu sobre a nova riqueza a atração característica do Ocidente, de tal forma que, quando o Japão entrou no caminho da industrialização, o homem de negócios bem sucedido, qualquer que fosse sua origem social, não achava necessário selar a sua aceitação econômica através do emprego de grande parte de sua fortuna em fazendas" (p. 170).

menos verdadeiro para a França que, pelo menos num sentido formal, erradicou sua aristocracia na revolução de 1789. Durante a maior parte do século XIX, os proprietários e os *rentiers* eram a espinha dorsal da classe alta francesa, rejeitando os negócios e o comércio; se o seu *ethos* era mais burguês do que aristocrático, seu ideal era o de um *bourgeois vivant noblement*. Como em outros aspectos, a Inglaterra é provavelmente o caso mais polar, se comparado com o Japão e a Alemanha. A característica mais marcante da classe alta inglesa na última metade do século XIX é a penetração mútua de uma aristocracia e os que funcionam no comércio e na indústria — para os quais o caminho foi pavimentado por um longo processo de desenvolvimento que remonta ao século XVII. Certamente o *ethos* dominante continuou sendo o “cavalheiresco”, facilitado pela titulação de industriais ou, pelo menos, de seus descendentes; mas a criação da noção de “cavalheiro” foi, de maneira substancial, um produto do século XIX, e a ascensão das escolas públicas foi a forma para efetuar essa fusão peculiar do velho e do novo. Desse modo, ocorreu aquela “mistura de uma realidade plutocrática incipiente com o aroma sentimental de uma fábula aristocrática” que R. H. Tawney descreveu como a característica da classe alta da Inglaterra. Das forças industriais principais do mundo, apenas esse país tem uma aristocracia perceptível que, mesmo se despojada (embora não completamente) da maior parte de sua influência política, e adequadamente reabastecida por um firme influxo de baixo para cima, manteve uma posição dentro da classe alta.

O caso dos Estados Unidos realmente é bem diferente. Não só a ausência de um passado feudal, mas também o tamanho do país, seu caráter de “sociedade de imigrantes” e a natureza dinâmica de sua expansão para Oeste no século XIX; tudo se combinou para limitar a estruturação de uma classe alta definida, exceto nos estados do Sul. Uma classe alta nacional só emergiu perto do fim do século XIX e, mesmo hoje, permanece basicamente centrada na costa leste. Alguns autores argumentaram que o desenvolvimento mais ou menos coeso da classe alta da Inglaterra em torno da “ética cavalheiresca” impediu, desde então, a criação de valores que atribuissem qualquer tipo de avaliação distintiva aos negócios;²⁰ o que ocorreu nos Estados Unidos foi, de certa maneira, o inverso disso — ou seja, a emer-

20. J. P. Nettl, “Consensus or Elite Domination: The Case of Business”, *Political Studies*, 13, 1965.

gência do que Baltzell denomina de uma “aristocracia de negócios”. Nos Estados Unidos, em oposição às sociedades européias, o sucesso nos negócios, quer seja na indústria, finanças ou comércio, comandou a posição central na formação da classe alta. Isso não quer dizer que o *nouveau riche* seja diretamente aceitável dentro da “aristocracia dos negócios”; mas a dominação do “velho rico” baseia-se mais numa preeminência *duradoura* nos negócios do que em qualquer *ethos* que a condene ou divida.

Essas diferenças no caráter geral e no grau da estruturação da classe alta nas sociedades capitalistas persiste ainda hoje, mas de maneira atenuada e diferente, e a análise detalhada dessas mudanças vai além do que pode ser tentado aqui. Em qualquer sociedade totalmente industrializada, o papel da propriedade da terra, mesmo como apoio de um *ethos* geral inspirando a estruturação de classes, declina necessariamente de maneira considerável. Disso não decorre, entretanto, que a estrutura da classe alta nas várias sociedades, mais do que a forma global dessas sociedades como um todo, “converge” inevitavelmente, embora sejam identificáveis com mais facilidade alguns padrões comuns de mudança. Para analisar o mais significativo deles, entretanto, é útil passar a uma discussão direta daquilo a que já me referi como mediação de controle.

3. A MEDIAÇÃO DE CONTROLE E A “REVOLUÇÃO DOS GERENTES”

Um exame dos escritos sobre a tese da “revolução dos gerentes”, tais como os de Dahrendorf, mostra que os elementos supostamente envolvidos podem ser escalonados com proveito em termos de três aspectos da formação de elites, diferenciados no Capítulo 7: recrutamento de elite, “solidariedade” e poder efetivo. Em primeiro lugar, tem-se afirmado que a emergência de gerentes não-proprietários como um segmento da elite econômica está associada à mudança de taxas e canais de mobilidade social. Assim, escreve Dahrendorf:

(Para os gerentes)... há duas formas típicas de recrutamento, e ambas diferem radicalmente daquelas prevalecentes para os capitalistas e herdeiros. Uma dessas formas é a carreira burocrática... Mais recentemente, uma forma diversa ganhou importância crescente; hoje, a maioria dos gerentes de empresas industriais adquiriu suas posições por força de alguma educação especializada e de graus universitários... há poucas dúvidas de que ambas as formas de recrutamento — mas em particular a última — distinguem significativamente os grupos gerenciais tanto daqueles gerentes-proprietários em velho estilo quanto dos simples proprietários em estilo moderno.

Isso tende a produzir, segundo Dahrendorf, um sistema mais aberto de modalidade intergeracional: conforme a educação se torne mais importante como caminho de recrutamento para ocupações gerenciais, aumentam as chances dos de origem de classe média ou operária entrarem para essas ocupações.

Em segundo lugar, sustenta-se que a ascensão dos gerentes introduz uma fonte importante de desagregação, e potencialmente de conflito, dentro da elite econômica como um todo. Dahrendorf expressa outra vez a idéia: “o efeito crucial da separação da posse e do controle da indústria (é)... que ela produz dois conjuntos de papéis cujos beneficiados afastam-se cada vez mais em suas perspectivas e atitudes quanto à sociedade em geral e à empresa em particular”.²¹ Muita atenção foi dada, sobretudo por escritores americanos, às presumíveis conotações dessa situação. Uma divergência em idéias e valores, acredita-se, tende a reforçar as diferenças em estilos de vida e contactos sociais: o “homem da organização” é estranho ao empresário capitalista. Isso, por sua vez, favorece um certo conflito de interesses, que leva amiúde a lutas abertas — baseadas principalmente no fato de que se supõe que o executivo gerencial esteja menos preocupado com a busca de grandes lucros sobre o capital do que com o aumento da produtividade e segurança da corporação.

Por fim, como cerne da tese, acredita-se que o poder efetivo nas sociedades anônimas recai nas mãos dos gerentes, tornando-se puramente nominais as sanções sustentadas pelos “proprietários” da empresa. Como resultado do crescimento do oligopólio, esse processo é quase sempre visto como associado a um crescimento da *consolidação* do poder efetivo nas mãos dos gerentes. Aqueles que controlam as megacorporações, onde a parte de dominação gerencial é mais completa, estão, portanto, aptos a controlar ou a influenciar amplos segmentos da indústria e do mercado. Mas diversos autores chegaram a conclusões bastante díspares em relação aos resultados do controle gerencial da indústria para a... *força-de-mando* do poder controlado pela elite econômica. A teoria da revolução dos gerentes segundo a forma extrema colocada por Burnham leva à conclusão de que a elite econômica é dominante na hierarquia de elites; que as deci-

sões políticas são direta ou indiretamente controladas pela elite econômica. Mas os proponentes menos radicais dessa teoria fizeram uma inferência contrária, ou seja, de que embora os gerentes possam deter um poder consolidado na própria esfera econômica, a sua capacidade de influenciar as ações de líderes políticos tornou-se, na verdade, mais limitada em parte, e não mais extensiva, porque a elite política agora alarga consideravelmente o seu controle sobre as questões econômicas.

A perspectiva de que o advento da revolução gerencial tenha produzido, ou esteja relacionado a, um aumento na modalidade social para posições de liderança econômica pode ser encarada como parte de uma concepção mais ampla da “democratização” do acesso a posições de elite em geral. É difícil avaliar essa perspectiva satisfatoriamente a um nível empírico, devido à falta de material que nos permita determinar taxas típicas de mobilidade, tanto inter quanto intrageracionais, a não ser para períodos bem recentes. A influência da educação sobre a mobilidade social em posições de elite é inegável, em especial no neocapitalismo, tipicamente caracterizado por uma expansão em massa de educação mais alta. Mas é importante assinalar que a educação é um determinante da diferenciação, assim como da homogeneização, de chances de mobilidade. Talvez o caso mais marcante disso seja a criação de escolas públicas inglesas no século XIX, que serviram para facilitar um monopólio mais estreito do acesso a posições de elite, mais do que para difundir a distribuição de chances de mobilidade. Há, certamente, razões para se duvidar de que tenha ocorrido, na maioria dos países capitalistas, uma expansão muito pronunciada de chances de mobilidade para posições de elite como resultado do crescimento recente na educação de alto nível. Embora a comparação detalhada seja impossível, os estudos sobre as origens sociais de gerentes executivos mostram que, em toda a parte, uma maioria, e geralmente maioria substancial, de líderes de negócios, quer proprietários ou não, provém de um estreito *background* de privilégio econômico. O mesmo, sem dúvida, aplica-se aos líderes políticos, e aos servidores civis mais altos.²²

21. *Class and Class Conflict*, p. 46. “Capitalistas”, na primeira nota, são os que fundam e controlam suas próprias empresas; “herdeiros” são os que foram levados a tal posição.

22. De uma vasta literatura recente, os seguintes trabalhos podem ser indicados como ilustrativos, J. C. Abegglen e H. Mannari, *op. cit.*; Akira Kubota, *Higher Civil Servants in Postwar Japan* (Princeton, 1969); W. L. Guttsman, *The British Political Elite* (Londres, 1963); R. K. Kelsall, *Higher Civil Servants in Britain* (Londres, 1955); N. Delefortrie-Soubeyroux, *Les Dirigeants de l'industrie française* (Paris, 1961); G. William Domhoff, *Who Rules America?* (Nova Jérsei, 1967); Reinhard Bendix, *Higher Civil Servants in American Society* (Boulder, 1949).

Duas conclusões gerais parecem corretas a partir do exame da literatura sobre mobilidade social: (1) há diferenças significativas no grau de "abertura" de mobilidade para posições de elite, tanto entre diferentes grupos de elite na mesma sociedade quanto se se comparar grupos de elite semelhantes em sociedades diversas. Assim, na Inglaterra, a despeito de uma dominação bastante sólida das posições de elite por parte dos que têm um *background* de privilégio sócio-econômico, há uma diferença significativa no grau de monopólio de elites em instituições tais como a Igreja e o Exército, se comparadas com a elite econômica. Isso parece ser invertido em contraste nos Estados Unidos, onde o acesso a posições de elite no Exército, por exemplo, é muito mais fácil do que nos setores político e econômico.²³ Comparando o recrutamento para altas posições gerenciais nas indústrias inglesa e japonesa, pareceria que a primeira é muito mais aberta do que a última, mas o contrário parece aplicar-se ao recrutamento para o alto funcionalismo civil nas duas sociedades. Muitos contrastes semelhantes podem ser encontrados e não há indicação de que se estejam tornando menos pronunciados.²⁴ (2) As mudanças que ocorreram nos últimos 70 anos, na criação de padrões mais abertos de recrutamento para posições de elite, atuaram, quase que com certeza, no sentido de favorecer as chances da classe média e produziram talvez, na realidade, uma *redução* nas chances relativas de penetração dos indivíduos de classe operária nas posições de elite. Todos os estudos sistemáticos de mobilidade social concordam em que a mobilidade de "longo alcance", intra ou intergeracional, é muito rara nas sociedades avançadas. Mas, novamente, parece haver divergências significativas entre várias sociedades a esse respeito: a mobilidade intergeracional da classe operária para posições de elite é muito mais alta nos Estados Unidos e no

23. Morris Janowitz, *The Professional Soldier* (Nova York, 1960), p. 209.

24. Todas estas comparações, é claro, são de pouca importância na ausência de material mais adequado do que o que existe atualmente. Há um contraste interessante, entretanto, entre o papel das universidades como caminhos de mobilidade para o funcionalismo civil mais elevado na Inglaterra e no Japão. Na Inglaterra, Oxford e Cambridge fornecem cerca de 48 por cento dos novos ocupantes de posições de secretário-assistente ou acima dela no serviço público civil, mas o recrutamento parece menos aberto, em termos de *background* sócio-econômico no Japão, onde cerca de 80 por cento dos graus equivalentes vêm da Universidade Imperial de Tóquio. Ver Kubota, *op. cit.*, p. 71 e *passim*. Sobre *background* de líderes de negócios nas grandes corporações no Japão de pós-guerra, ver Yoshino, *op. cit.*, pp. 85-117.

Japão do que na maioria das sociedades européias.²⁵ Embora tenha havido, desde a passagem do século, algumas mudanças indiscutíveis nos padrões de mobilidade social em níveis mais baixos da estrutura de classes nas sociedades capitalistas, no que concerne à mobilidade nas posições de elite, as mudanças que ocorreram foram principalmente confinadas a uma emenda limitada das margens entre as classes média e alta. Não parece haver nada que exclua desse julgamento geral o caso das elites econômicas.

Mas isso não conduz necessariamente ao descrédito a idéia de que dentro da elite econômica se tenha desenvolvido uma fonte principal de cisma, centrada numa separação progressiva entre os proprietários e os gerentes. Como no caso dos estudos de mobilidade, há dificuldades em especificar até que ponto pode-se distinguir uma tendência na direção presumida, porque o material histórico relevante é esparso. Mas se tal tendência estivesse em marcha, deveria ser claramente observável no neocapitalismo, que acelerou bastante o desenvolvimento das megacorporações. Mesmo aqui, o material descritivo disponível é muito inadequado como base para se alcançar uma perspectiva substanciada sobre uma questão acerca da qual existem reivindicações tão impressionantes.²⁶ Mas quaisquer que sejam os dados, eles não sustentam a opinião expressa por Dahrendorf. Não se pode negar que há conflitos entre acionistas e gerentes, mas esses conflitos não parecem mais usuais do que os conflitos entre blocos de acionistas e, se o forem, provavelmente o são menos. Mais do que indicar que os gerentes e os proprietários "afastam-se cada vez mais em suas perspectivas e atitudes com relação à sociedade em geral e à empresa em particular", as provas existentes sugerem algo bem diferente: que uma homogeneidade global de valores e crenças, e um alto grau de solidariedade social, conforme manifesta por contactos interpessoais, amizade e laços de casamento, é mais perceptível do que quaisquer clivagens marcadas. A esse respeito, a opinião expressa por Meynaud quanto à indústria francesa parece ser válida,

25. Peter B. Blau e Otis Dudley Duncan, *The American Occupational Structure* (Nova York, 1967), p. 434.

26. Nichols observa muito adequadamente que: "Ainda estamos com uma grande falta de estudos sobre a relação entre as motivações e crenças pessoais do gerente e os interesses dos acionistas... Da ausência de tais dados empíricos decorre... que, em sua maior parte, *todos* os participantes da controvérsia sobre o controle de propriedade foram forçados a basear-se em *inferências* feitas a partir da estrutura industrial e social." (Theo Nichols, *Ownership, Control and Ideology*, Londres, 1969, p. 62.)

com pequenas variações, também para outras sociedades: “os fatores que unem os proprietários em estilo-família e os gerentes profissionais são muito mais fortes do que o elemento que tende a dividi-los...”²⁷ Aceitar isso não é adotar o tipo de perspectiva colocada por *The Power Elite* de Mills, que exagera muito o grau de harmonia entre os “círculos mais altos” da sociedade americana em geral, e dentro da elite econômica em particular. Lutas e choques entre várias facções são muito mais a regra do que a exceção nos altos escalões da ordem econômica; nada está mais em desacordo com a realidade do que apresentar um retrato da “conspiração” de um consenso cooperativo não-rompido (como os críticos da sociedade ocidental, como Mills, inclinaram-se a fazer das sociedades capitalistas, e os das sociedades socialistas de Estado tenderam, por seu lado, a fazer do papel do Partido Comunista naquelas sociedades). Mais do que isso, em termos do nível de solidariedade entre os grupos de elite, mais do que dentro da própria elite econômica, quase não pode haver dúvidas de que nos Estados Unidos há um grau consideravelmente maior de fragmentação, se não necessariamente de conflito aberto, entre setores de elite do que na maioria das outras sociedades, e não é acidental que o país tenha sido a principal fonte das teorias “pluralistas”. Julgados em relação à tipologia de formações de elite que sugeri anteriormente, os Estados Unidos aproximam-se mais do que qualquer sociedade européia, ou do que o Japão, do caso de uma “elite abstrata”, mas são, talvez, mais precisamente classificados como possuindo uma “elite estabelecida”. A Inglaterra, por outro lado, classifica-se no outro extremo, mantendo ainda uma “elite uníforme”, com a maioria das outras sociedades capitalistas distribuídas entre essas duas.

O problema dos efeitos da ascensão do elemento gerencial ao poder corporado tem sido tão extensivamente discutido em anos recentes — uma discussão que procede outra vez, necessariamente, em grande parte por inferência de documentação empírica inadequada e insustentável dos pontos-chave envolvidos — que não há necessidade de fazer aqui nada mais do que isolar algumas supostas conclusões do debate. Em primeiro lugar, como vários escritores assinalaram, mesmo dentro das sociedades capitalistas mais desenvolvidas, as empresas familiares estão longe de ter desaparecido completamen-

27. Jean Meynaud, *La Technocratie* (Paris, 1964), p. 169.

te, não excluindo companhias que se classificam entre as maiores em determinada economia. Em segundo lugar, como os críticos marxistas enfatizaram consistentemente desde o primeiro aparecimento de *The Modern Corporation and Private Property*, mesmo em sociedades anônimas muito grandes onde a posse de ações esteja muito dispersa, o controle de um bloco minoritário de ações pode produzir, e frequentemente produz, o poder efetivo sobre os haveres da companhia.²⁸ Por meio do uso de técnicas como o “piramidamento” de firmas, além disso, tal controle pode-se ramificar consideravelmente além da imediata companhia em questão. Em terceiro lugar, o termo “controle”, no contexto da frase, “separação da posse e controle” é ambíguo. Se “controle” quer dizer a execução de administração diária da corporação, então não se pode refutar que a separação da posse e do controle seja fato consumado na maior parte das grandes companhias em todas as sociedades capitalistas. Se, entretanto, o termo é interpretado como “poder efetivo”, a afirmativa acima torna-se consideravelmente mais problemática, na medida em que o que importa nesse caso é a capacidade e a presteza dos acionistas em intervir de forma direta na direção da companhia, se isso é considerado necessário à promoção de seus interesses. Em quarto lugar, uma proporção não pouco considerável de gerentes “não-proprietários” acaba, por fim, sendo proprietária, mesmo se a percentagem de ações que têm em suas próprias companhias não for em geral muito grande (conforme os cálculos de Florence na Inglaterra, a proporção média de ações ordinárias possuídas por diretores de companhias muito grandes é mais ou menos de 1,5 por cento).

Mas esses quatro pontos são todos qualificações ou cláusulas adicionais à conclusão geral, agora amplamente aceita por escritores de convicções teóricas muito diferentes, de que a extensão do controle gerencial, no sentido do poder efetivo de gerentes em determinar as políticas que governam o destino de uma corporação em grande escala, é um fenômeno característico em todas as economias

28. As estimativas sobre a proporção típica de acionistas necessária para se conseguir isso, entretanto, variam muito. Embora alguns autores vejam qualquer posse em bloco acima de 5 por cento como potencialmente produzindo controle, outros (cf., por exemplo, Sargent Florence, *Ownership, Control and Success of Large Companies*, op. cit.) colocam essa proporção em 30 por cento. É óbvio, entretanto, que qualquer um desses critérios estatísticos tem um caráter altamente arbitrário; o significado de uma certa percentagem de ações dependerá de diversas características variáveis de companhias particulares.

neocapitalistas. Nas megacorporações, a posse de ações funciona como, na expressão de Baran e Sweezy, “um bilhete para admissão ao interior”, onde o poder corporativo efetivo é mantido. Embora possa haver alguma discussão sobre o grau exato de extensão do controle gerencial, a maior parte dos problemas que são levantados referem-se a suas conseqüências para a estrutura de poder dentro da empresa e, mais especialmente, para a relação entre as elites políticas e econômicas na sociedade neocapitalista. Em relação ao primeiro, não pode haver dúvida, ou o que quer que seja, de que o crescimento das megacorporações produz uma “consolidação” no sentido em que defini anteriormente essa palavra, de poder econômico concentrado nas mãos do grupo gerencial — ou seja, em termos tanto do grau de controle diretivo dentro da corporação quanto em termos do poder econômico gerado pela influência oligopolística sobre as condições de mercado. Ao contrário da teoria de Galbraith, não há razão para se supor que a extensão de controle empresarial esteja associada com a difusão de poder econômico dentro de uma nova “tecnoestrutura”. Segundo Galbraith, devido à indispensabilidade da informação técnica e científica à corporação moderna, aqueles que possuem o domínio especializado de tal informação assumem crescentemente o poder na organização: não são os gerentes que decidem. O poder efetivo de decisão está alojado no *staff* técnico, de planejamento e em outros *staffs* especializados.²⁹ Mas isso confunde indispensabilidade com poder, um erro que Max Weber assinalou há muito tempo: se ser indispensável necessariamente confere poder, então numa administração escravista os escravos seriam dominantes.

A consolidação do poder econômico *não* implica que, na hierarquia dos grupos de elite, a emergência do neocapitalismo leve à preeminência da elite econômica sobre a política. Indubitavelmente, com o advento do planejamento capitalista, o meio de intercâmbio entre os grupos de elite tornou-se equívoco e mais imediato. E em muitas questões relativas ao estudo das elites, faltam-nos dados de séries temporais que poderiam formar a base de uma análise mais exata; mas parece plausível supor que a tendência geral nas sociedades capitalistas, desde a passagem do século, foi para a redução do que chamei de “controle direto de posições de elite”, pelo menos no que se refere à relação entre elites econômicas e políticas.

29. John Kenneth Galbraith, *The New Industrial State* (Londres, 1967), p. 77.

Entretanto, isso foi contrabalançado, sobretudo no neocapitalismo, pelo crescimento de mecanismos formalizados para aplicação mútua de influência, ou seja, pelo desenvolvimento de comitês estatutários e consultivos que ligam a indústria e as decisões políticas. Em sua maior parte, esses comitês constituem um esforço por parte da comunidade política para expandir o seu controle sobre a indústria, esforço que encontrou algum sucesso em todas as sociedades capitalistas, mesmo nos Estados Unidos, onde a resistência da elite econômica tem sido provavelmente mais forte. A tentativa de estabelecer e sustentar tais fontes institucionais de intercâmbio de elites produz inevitavelmente novas fricções e choques entre os líderes políticos e econômicos, e cria coalizões de interesses variáveis que procuram influenciar as decisões políticas; mas, em geral, a principal característica da mediação de controle na sociedade neocapitalista é a crescente preponderância do controle político sobre a tomada de decisões na esfera econômica.

Dentro do próprio Estado, dois fenômenos principais podem ser facilmente percebidos como característicos do neocapitalismo, sendo ambos o resultado da proeminência decrescente das assembleias eleitas: o poder crescente do funcionalismo civil, por um lado, e o gabinete, ou alguns círculos de gabinete,³⁰ por outro. Essas tendências afetam todos os partidos no poder, quer, como na França, dependam de coalizões variáveis, quer, como na Inglaterra, onde dois partidos são maciçamente predominantes, mas predestinados a serem partidos socialdemocratas. Muito se escreveu, desde Michels, sobre a tendência dos partidos socialdemocratas a se tornarem “desradicalizados”, uma vez que tenham alcançado o poder. Embora um elemento fundamental dessa “desradicalização” seja claramente a necessidade de um partido que aceita a mediação institucional de poder existente de acomodar-se às obrigações que isso necessariamente im-

30. R. H. S. Crossman argumentou recentemente que o que Bagehot percebeu como o “segredo eficiente” da política inglesa, o governo de gabinete atrás de uma fachada de democracia parlamentar, foi agora suplantado pelo governo de “primeiro-ministro”. Mas mesmo que esse caso pudesse ser substanciado para a administração inglesa, resta a dúvida de até que ponto ele poderia ser generalizado a outros casos. Mas, sobre o ponto mais geral, cf. Luhmann: “Politische Planung ist darüber hinaus ein Prozess, mit dem die Grenze zwischen den beiden wichtigsten Teilsystemen des politischen Systems, Politik und Verwaltung, überschritten wird...”: Niklaus Luhmann, *Politische Planung* (Opladen, 1971), p. 81.

põe, ela também é muito afetada pela relevância decrescente das assembleias constituintes. De um determinado ponto de vista, o poder do serviço civil, que sempre tende, por motivos amplamente especificados por Weber, a resistir a quaisquer tentativas substancialmente inovadoras para modificar a ordem sócio-econômica existente, atua normalmente como fonte poderosa de pressão para a moderação. Também importante, entretanto, embora por princípios diferentes, é o papel dominante do gabinete na assembleia eletiva. O processo de *embourgeoisement* dos políticos socialdemocratas, assinalado por Michels, está, de maneira típica, fortemente concentrado em particular entre os escalões mais altos da liderança.³¹ Contrariamente à sua interpretação, entretanto, de que é mais provável que os políticos socialdemocratas de classe média ou alta retenham uma perspectiva radical do que os de origem operária, o que parece ocorrer é o oposto,³² e, dada essa ocorrência, decorre que o poder efetivo nos governos socialdemocratas está alojado entre aqueles que menos provavelmente desejam implementar os aspectos mais radicais de programas socialistas aos quais o partido pode estar nominalmente ligado.

As categorizações de formação de elite e detenção de poder sugeridas no Capítulo 7 são obviamente esquemáticas e são oferecidas basicamente como a forma de isolar alguns dos elementos que foram normalmente confundidos, ou que ficaram latentes, na confrontação entre o marxismo e a teoria das elites — e como o modo de dar conta do fato de que existiram, e existem, grandes variações entre as sociedades capitalistas com relação à natureza das conexões e entre a classe alta e a mediação de controle nas esferas política e econômica. Isso é agora imediatamente admitido mesmo por autores marxistas. Assim, Miliband escreve que:

O capitalismo avançado forneceu, no século XX, o contexto para a ditadura nazista na Alemanha e para Stanley Baldwin na Inglaterra, para Franklin Roosevelt nos Estados Unidos e para o estigma particular de autoritarismo que prevaleceu no Japão nos anos 30. O capitalismo, a experiência o tem demonstrado, pode produzir ou, se esta é uma expressão muito polêmica, pode-se acomodar a vários tipos de regime político, inclusive àqueles ferozmente autoritários.³³

No total, entretanto, os escritores marxistas não têm podido acomodar-se com sucesso a essas diferenças dentro dos tipos de quadro de referência teórico que adotaram; daí o uso de uma fraseologia como a de Miliband de que o capitalismo “pode-se adaptar” a muitas formas de “regime político”. O “capitalismo” não é, nem nunca foi, o tipo de ordem monolítica implícita nessa citação; mesmo se definido em termos puramente econômicos tem havido diferenças contínuas e importantes na “infra-estrutura” das sociedades capitalistas (questão mais bem discutida mais à frente), e os sistemas políticos dessas sociedades, mesmo antes do advento do neocapitalismo em épocas modernas, desempenharam um papel básico no condicionamento dessas diferenças. A tipologia de detenção de poder que já desenvolveu pode, logicamente, ser aplicada a qualquer grupo de elite; mas se se toma como dado que ela tem qualquer relação particular com a esfera política, os fascismos alemão e japonês, dois dos casos mencionados por Miliband, aproximam-se bastante do tipo “autocrático”. A emergência de governos “autocráticos” amplamente comparáveis nessas duas sociedades, entretanto, não pode ser entendida se esses forem tratados, por assim dizer, como simples apêndices que de certa forma acabaram por se tornar, em alguns exemplos, ligados ao capitalismo — também não podem ser explicados, como o foram em antigas interpretações marxistas, como constituindo o “ponto mais alto”, ou o resultado final natural, do desenvolvimento capitalista.

Em termos das sociedades neocapitalistas hoje, poder-se-ia aventurar a generalização de que as elites políticas, em sua maior parte, estão distribuídas entre as categorias “oligárquica” e “hegemônica”, com uma tendência definida para caminhar em direção à última. Os Estados Unidos, provavelmente, aproximam-se do pólo “democrático”, e mesmo que o retrato pintado por alguns teóricos políticos pluralistas exagere definitivamente tanto o grau de abertura do recrutamento de elite quanto a sua fragmentação naquela sociedade, é ainda plausível olhar a mediação de controle contemporâneo nos Estados Unidos como próxima ao sistema de “grupos de liderança”. Na maior parte das outras sociedades neocapitalistas, ainda faz sentido referir-se à existência contínua de uma “classe governante” ou “dominante”, no sentido em que defini tais termos. A terminologia não é particularmente importante; significativas são as variações na mediação de controle entre as sociedades capitalistas que têm de ser examinadas nos capítulos seguintes em relação às alterações em outros níveis da estrutura de classes.

31. Para documentação sobre a Inglaterra, ver Guttsman, *op. cit.*

32. cf. Parkin, *op. cit.*, pp. 130-136.

33. Ralph Miliband, *The State in Capitalist Society* (Londres, 1969), p. 21.

Apesar de as provas demonstrarem a concentração contínua de posse de propriedade nas sociedades capitalistas, e apesar das pesquisas, atualmente muitas, que mostram a importância disso na reprodução de chances de vida em geração, muitos escritores afirmaram que não há mais uma “classe alta perceptível”. Uma das razões para isso remonta à tendência — bastante forte também no marxismo devido à sua insistência de que tanto o feudalismo quanto o capitalismo são sociedades de classe — de estabelecer uma comparação implícita entre a classe alta nas sociedades contemporâneas e os grupos de *status* (especialmente a aristocracia feudal) que existiram em épocas anteriores na história. Há muitos motivos que tendem a estimular as últimas, muito amiúde de maneira deliberada, a acentuar a sua diferenciação do resto da sociedade. Em qualquer tipo de sociedade em que a dominação política e econômica seja legitimada em termos de algum princípio de aristocracia, ou “direito natural”, é interesse do grupo dominante assegurar o reconhecimento de suas pretensões ao poder pela *intensificação* de sua própria visibilidade social. O que ocorre com a classe alta no capitalismo é bem diferente. A famosa avaliação que Veblen faz do “consumo conspícuo”, a estéril ostentação da pseudo-aristocracia, é muito mais a exceção do que a regra; nas sociedades modernas, em contraste com tipos anteriores de ordem social, há uma forte pressão para que os membros da classe alta neguem a operação do “princípio de classe” e, portanto, neguem seu próprio caráter distintivo como uma classe separada e isolável. A “invisibilidade” da classe alta na sociedade capitalista não deve ser entendida, entretanto, como produto de um artifício consciente, como o seria a “visibilidade” da aristocracia em épocas anteriores; mais do que isso, é a expressão natural do grau de monopólio que a classe alta mantém sobre o acesso a posições de elite num tipo de sociedade em que prevalecem os ideais de “igualdade de oportunidades” políticas e econômicas.

X

O CRESCIMENTO DA NOVA CLASSE MÉDIA

Há uma pequena passagem, agora famosa, no “quarto volume de *O Capital, Theories of Surplus Value*, na qual Marx critica Ricardo por haver negligenciado “o número constantemente crescente das classes médias, que se situam entre o operário, por um lado, e o capitalista e proprietário de terras, por outro”. “Essas classes médias”, declara Marx, “são uma carga muito pesada para a base operária e aumentam a segurança social e o poder dos dez mil que estão acima deles.”¹ Essa afirmativa é enigmática, apesar de algumas tentativas recentes para dar-lhe outro aspecto² porque não está de acordo com o peso principal do pensamento teórico de Marx, tanto sobre classe em geral quanto sobre “classe média” em particular. Deve ser atribuída à notável presciência de um homem cujos *insights* frequentemente quebravam os laços das formulações teóricas por meio das quais procurou discipliná-los. Não se pode questionar que ele despreze um aspecto fundamental da realidade social moderna; e o mesmo se aplica à concepção mais característica de Marx de que a tendência do desenvolvimento capitalista é de reduzir o significado proporcional, na estrutura de classes, daqueles a que normalmente designou como “pequena burguesia”. Daqui para a frente referir-me-ei a esse grupamento, entretanto, como a “velha classe média”, empregando a expressão “classe média” sem qualificação para referir-me aos trabalhadores *white-collar* não-manuais, não-proprietários.

1. *Theories of Surplus Value*, vol. 2 (Londres, 1969), p. 573.

2. cf. Martin Nicolaus, “Proletariat and Middle Class in Marx: Hegelian Choreography and the Capitalist Dialectic”, *Studies on the Left*, 7, 1967. A análise que o autor faz dos problemas de Marx com a “classe média” gira em torno do que eu considero como uma separação errônea entre a preocupação de Marx com “o mercado” em suas primeiras obras e com a teoria da mais-valia em seus últimos livros.

O declínio da velha classe média, embora seja um fenômeno definido e identificável nas sociedades capitalistas desde o século XIX, não ocorreu da maneira radical que talvez Marx e marxistas posteriores certamente esperavam. Não só há, mesmo hoje, diferenças importantes entre as sociedades contemporâneas em termos do tamanho relativo da velha classe média, como o seu enfraquecimento tomou a forma de uma ligeira curva em declínio ao invés de uma aproximação progressiva do zero. Bernstein e Lederer, dois dos primeiros marxistas auto-intitulados que tentaram sistematicamente confrontar os problemas colocados, para a teoria marxista ortodoxa, pelo aburguesamento do setor *white-collar*, ficaram quase tão perturbados pela persistência insistente da velha classe média quanto pelo crescimento da nova. Mas, por mais importante que a velha classe média continua sendo em alguns países, não pode haver dúvida de que o fenômeno de consequência predominante desde a passagem do século é o aumento relativo maciço do setor *white-collar*.³

Apesar da concordância geral sobre o declínio da velha classe média, as comparações estatísticas entre diferentes países são muito difíceis de serem feitas. Os economistas modernos não têm demonstrado grande interesse por empreendimentos pequenos, e o material estatístico relevante é muito remendado e incompleto. Os números, entretanto, sugerem um padrão geral que se aplica, embora com discrepâncias bastante amplas, à maioria das sociedades capitalistas: padrão de firme decréscimo relativo de pequenos negócios (incluindo-se, nessa categoria, pequenas fazendas, a manufatura e empresas varejistas) a partir das últimas décadas do século XIX até o início dos anos 30; a partir daí, o declínio continua, mas em grau reduzidíssimo. Comparados às grandes empresas, entretanto, os pequenos negócios manifestam tipicamente uma alta taxa de queda.⁴

3. A atenção dada ao que Lederer e Marschak chamaram de "Der neue Mittelstand" na Alemanha nos anos 20 e início dos anos 30 relaciona-se obviamente com os problemas internos da socialdemocracia e com a ascensão do nazismo. Poder-se-ia observar que a teoria "oficial" da *Deutschnationale Handlungsgehilfen-Verband* de direita, anti-semita, enfatizou o significado da participação do trabalhador *white-collar* na delegação de autoridade empresarial, e a existência de oportunidades de promoção que o distinguia do trabalhador manual. Para os trabalhos sociológicos básicos desse período, ver E. Lederer e J. Marschak, "Die Neue Mittelstand", *Grundriss der Sozialökonomik*, vol. 9 (I), 1926; e Lederer, *Die Privatangestellten in der modernen Wirtschaftsentwicklung* (Tübingen, 1912).

4. Para algumas comparações nacionais, ver Bert F. Hoselitz, *The Role of Small Industry in the Process of Economic Growth* (Hala, 1968).

Há também problemas na comparação do crescimento global do trabalho *white-collar* entre várias sociedades, mas as tendências gerais são nítidas a ponto de servir para os nossos objetivos atuais. O aumento relativo do setor *white-collar* foi mais acentuado nos Estados Unidos, recentemente aclamados como a primeira "sociedade de classe média".⁵ A confirmação, ou a negação, dessa tendência, ou seja, a superação, em número, dos trabalhadores manuais pelos *white-collar*s, depende dos critérios usados para tornar relevantes as distinções entre categorias ocupacionais. Assim, uma estimativa recente (1969) os coloca em paridade, cada um deles compondo 48 por cento do total da força de trabalho; se, entretanto, apenas a força de trabalho masculina for considerada, os trabalhadores manuais superam em número os empregados não-manuais, numa proporção de 54 para 41 por cento. Certamente, em termos de proporção de trabalhadores *white-collar* na força de trabalho como um todo, poucos outros países capitalistas são capazes de se igualar aos Estados Unidos. Os números para a Inglaterra no ano de 1959 mostram que 29 por cento da força de trabalho total é composta de trabalhadores não-manuais, acréscimo de somente 1 por cento sobre 1951 e 7 por cento a mais do que em 1921. No Japão, em 1963, os trabalhadores *white-collar* totalizavam 27 por cento da força de trabalho não-agrícola, um avanço sobre os 24,5 por cento de 1944.⁶ Tem-se afirmado comumente que as diferenças entre os Estados Unidos e os países como a Inglaterra e o Japão são só uma questão de "atraso", indicativa do nível mais baixo de desenvolvimento técnico desses países — e que, portanto, nesse caso, são os Estados Unidos que mostram para outras sociedades "a imagem de seu próprio futuro". Mas há algumas indicações de que isso possa ser uma conclusão enganosa, ou mesmo excessivamente simplificada, porque parece ter ocorrido um nivelamento do crescimento relativo do setor *white-collar* nos Estados Unidos na última década; e um fenômeno similar também parece

5. Ver Joseph Bensusan e Arthur J. Vidich, *The New American Society* (Chicago, 1971), para uma exposição da última de uma longa linha de supostas "revoluções" que vão de Burnham em diante, ou seja, a "revolução da classe média".

6. Em números para os Estados Unidos calculados por Gavin Mackenzie a partir dos dados do censo dos Estados Unidos, os 4 e 5 por cento adicionais representam trabalhadores em fazendas. Outros dados são tomados de Guy Routh, *Occupation and Pay in Great Britain, 1906-60* (Cambridge, 1965); e Solomon B. Levine, "Unionisation of White-Collar Employees in Japan", em Adolf Sturmthal, *White-Collar Trade Unions* (Urbana, 1966).

ter ocorrido em outras sociedades, mas nas proporções relativamente menores de trabalhadores manuais que caracterizam essas sociedades, se comparadas aos Estados Unidos. Um caso ilustrativo é o da Inglaterra, citado acima; um outro é o da França, onde a proporção mudou muito pouco nos últimos 12 anos.⁷

Mas, evidentemente, é em si mesmo errôneo tratar os *white-collar*s como uma categoria indiferenciada; a expansão global desse setor nas sociedades capitalistas oculta diferentes taxas de crescimento em várias subcategorias ocupacionais. Embora o alargamento inicial do setor *white-collar* se tenha referido sobretudo ao crescimento de ocupações de escritório e de vendas, no neocapitalismo as ocupações usualmente agrupadas pelos estatísticos do censo como trabalho “profissional e técnico” mostram recentemente as taxas mais altas de desenvolvimento — embora não constituam mais do que uma minoria bastante pequena de trabalhadores *white-collar* como um todo.

1. AS CONDIÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DA CLASSE MÉDIA

A diferenciação entre as possibilidades de mercado conferidas pelas qualificações educacionais e técnicas, se comparadas às habilidades manuais ou à força de trabalho pura, tomou nas sociedades capitalistas em geral a forma não só de divergências bem marcantes na renda, mas também em outros modos de recompensas econômicas. Em termos de renda, enquanto ocorreram algumas mudanças internas importantes na categoria geral dos *white-collar*s, como um todo, há uma estabilidade geral nas diferenças entre o rendimento médio dos trabalhadores não-manuais em oposição aos manuais — desde que se compare a distribuição de renda real na passagem do século com a atual, já que têm ocorrido flutuações substanciais nos períodos intermediários. Assim, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos, o diferencial entre os trabalhadores manuais e os não-manuais foi reduzido durante a Primeira Guerra Mundial e, novamente, na guerra seguinte, e desde então se restabeleceu.

As mudanças significativas que ocorreram, agora bem documentadas, referem-se, em primeiro lugar, a uma diminuição relativa de

7. Michel Crozier, *The World of the Office Worker* (Chicago, 1971), pp. 11-12; e “White-Collar Unions — the Case of France”, em Sturmfahl, *op. cit.*, pp. 91-2.

renda dos funcionários de escritório dentro do setor *white-collar* e, em segundo lugar, ao desenvolvimento de certo grau de “justaposição nas margens entre trabalhadores manuais e não-manuais.”⁸ Mas fora dessas mudanças na estatística de renda total, foi construída uma enorme mitologia em grande parte da literatura técnica e leiga. A aparente fusão nas remunerações devidas ao trabalho manual, se comparado com o não-manual, parece muito diversa quando os fatos da questão são inspecionados mais de perto. Em primeiro lugar, a superioridade tradicional do trabalhador *white-collar* quanto à segurança de trabalho não desapareceu de maneira alguma; em termos gerais, os trabalhadores não-manuais continuam a desfrutar uma maior segurança, mesmo que, por motivos que discutirei em capítulos subsequentes, haja alguma razão para supor que algumas categorias de trabalhadores manuais desfrutarão cada vez mais, no futuro, condições contratuais mais favoráveis. Em segundo lugar, os padrões típicos de vencimentos de todas as carreiras são bem diferentes nas duas categorias. Não é só o fato, sempre citado, da amplitude de oportunidades de promoção que estão potencialmente abertas a trabalhadores *white-collar* mas que são amplamente negadas a trabalhadores manuais, que está em jogo aqui. Mesmo deixando de lado esse ponto, os últimos experimentam, caracteristicamente, uma “curva decrescente” de vencimentos a que os primeiros, com aumentos anuais garantidos, não são expostos. Assim, Fogarty mostra que, na Inglaterra, os trabalhadores manuais não-especializados atingem o ápice de vencimentos por volta dos 30 anos, e a partir daí até a idade da aposentadoria há um decréscimo de 15-20 por cento; os trabalhadores especializados tendem a atingir o ápice de seus vencimentos mais ou menos 10 anos mais tarde, e o decréscimo subsequente é de 10-15 por cento.⁹ Além disso, a extensão da semana de trabalho dos trabalhado-

8. cf. Routh, *op. cit.*; Robert K. Burns, “The Comparative Economic Position of Manual and White-Collar Employees”, *The Journal of Business*, 27, 1954; US Department of Labour, *Blue-Collar/White-Collar Pay Trends. Monthly Labour Review*, junho, 1971; e Crozier, *The World of Office Worker*, pp. 12-15. Para uma avaliação de até que ponto as taxas de renda progressivas afetam estes perfis de renda, ver Parkin, *Class Inequality and Political Order*, pp. 119-21.

9. M. P. Fogarty, “The White-Collar Pay Structure in Britain”, *Economic Journal*, 69, 1959. Hamilton assinala que as estatísticas referentes aos trabalhadores manuais especializados incluem freqüentemente os chefes de turma, cujos salários são normalmente bem mais altos do que os dos trabalhadores especializados como tal; chefes de turma são mais adequadamente considerados como trabalhadores supervisores não-manuais: Richard Hamilton, “The Income Difference between Skilled and White-Collar Workers”, *British Journal of Sociology*, 14, 1963. Em relação

res manuais é maior do que a dos trabalhadores não-manuais: em 1966, na Inglaterra, a média dos primeiros era de 44 horas por semana, enquanto a dos segundos era de 38 horas.¹⁰ Em terceiro lugar uma proporção consideravelmente maior daqueles em ocupações não-manuais recebe benefícios marginais de vários tipos, como pensões e filiação a organizações de seguros de saúde: na maioria dos países, esses trabalhadores também se beneficiam desproporcionalmente de remissões de taxas como resultados da participação em tais organizações.¹¹

Embora possa haver variações nesses fenômenos entre várias sociedades, sobretudo se considerarmos o caso do Japão, elas não alteram o retrato global. Se considerarmos a totalidade das recompensas econômicas disponíveis para trabalhadores manuais e não-manuais, a idéia de que esteja ocorrendo qualquer tipo de "fusão" global entre os dois grupos pode ser claramente rejeitada. A justaposição está limitada a segmentos de ocupações manuais especializadas, por um lado, e a ocupações de escritório e vendas, por outro. Mas a principal característica dessas últimas é que elas estão sendo, em todos os lugares, cada vez mais monopolizadas pelas mulheres — fato muito importante na consideração da fronteira existente entre as classes média e operária (cf. adiante, p. 237). Assim, na Inglaterra, que parece ser um caso típico desse ponto, a proporção de mulheres em ocupações *white-collar* subiu de 30 para 45 por cento entre 1911 e 1961; mas elas estão quase completamente agrupadas em ocupações de escritório e vendas — aquelas a que Lockwood se referiu, talvez de maneira agora um pouco arcaica, como ocupações *white-bloused*. *

à curva descendente de renda, entretanto, Mackenzie indica que isso provavelmente é válido para uma certa proporção de trabalhadores em escritório, assim como trabalhadores manuais: ver Gavin Mackenzie, "The Economic Dimensions of Embourgeoisement", *British Journal of Sociology*, 18, 1967, p. 32; esse artigo examina criticamente o trabalho precedente de Hamilton.

10. George Sayers Bain, *The Growth of White-Collar Unionism* (Oxford, 1970), p. 59.

11. Um "survey" na Inglaterra em 1961 mostrou que, enquanto 86 por cento dos trabalhadores *white-collar* estavam envolvidos em organizações de seguro de saúde, apenas 33 por cento dos trabalhadores manuais estavam protegidos dessa forma: HMSO, *Sick Pay Schemes* (Londres, 1964). Ver também *The Industrial Society, Status and Benefits in Industry* (Londres, 1966); aspectos desse trabalho são criticados em Bain, *op. cit.* p. 645.

* Ocupações de "blusas-brancas" (N. do T.)

Na verdade, afirmou-se há pouco, a propósito do trabalho de escritório, que, "no futuro, os poucos homens que permanecerem em trabalhos de escritório serão "subordinados" em ascensão, e o empregado comum de sexo masculino, como um posto na carreira, será extinto."¹²

Ao investigar os fatores que ligam essas diferenças na possibilidade de mercado à estruturação de classes, temos a sorte de possuir um número suficiente de estudos nacionais bem detalhados, estudos de mobilidade social que, quaisquer que sejam as dificuldades metodológicas envolvidas, nos permitem chegar a algumas conclusões bastante definidas quanto à estruturação mediata das relações de classes que diferenciam as classes média e operária. Nas sociedades capitalistas, desde o fim do século XIX, tem havido, caracteristicamente, uma grande mobilidade intergeracional ascendente através da linha manual/não-manual; mas isso deve ser explicado de início em termos da expansão relativa do setor *white-collar*. Esta tese — de que as taxas de mobilidade intergeracional de trabalho manual para não-manual tendem a ser basicamente idênticas nas sociedades avançadas — incentivada, inicialmente, por Lipset e Bendix, é evidentemente, um excesso de simplificação, se não uma falácia completa. Assim, como mostrou S. M. Miller, há diferenças significativas entre os países em termos de *padronização* de oportunidade de mobilidade, mesmo que sejam excluídos da comparação os países de socialismo de Estado. Algumas sociedades têm baixas taxas de mobilidade intergeracional ascendente e descendente através da linha manual/não-manual; algumas mostram taxas bem mais altas de mobilidade tanto descendente quanto ascendente, enquanto outras ainda têm diferentes combinações dessas taxas. Uma das descobertas significativas das pesquisas sobre mobilidade social é que virtualmente todo movimento, quer ascendente ou descendente, intra ou intergeracional, pela divisão manual/não-manual, é de curto alcance, ou seja, ocorre de forma a minimizar as diferenças adquiridas nas possibilidades de mercado.¹³ Assim, há um certo sentido em falar, como o faz Parkin,

12. Enid Mumford e Olive Banks, *The Computer and the Clerk* (Londres, 1967), p. 21.

13. S. M. Miller, "Comparative Social Mobility", *Current Sociology*, 1, 1960. Blau e Duncan mostram que, pelo menos na estrutura social americana, o primeiro emprego tem uma influência básica sobre a mobilidade adquirida, embora grande parte da mobilidade experimentada por

da operação como uma espécie de “zona de pára-choque” entre os dois grupos de classe: grande parte da mobilidade ocorre dentro e fora dessa zona, que atua no sentido de amortecer qualquer tendência de colapso dos diferenciais de mobilidade que separam os dois grupos. As investigações sobre a mobilidade social que incluem conjuntos de estudos de série temporal indicam que não houve muita modificação nas taxas de mobilidade entre o trabalho manual e não-manual durante o período posterior à Primeira Guerra Mundial.

Tomadas de maneira global, as descobertas desses estudos mostram de forma bastante conclusiva a importância da estruturação mediana como fonte principal de diferenciação de classe entre o trabalho manual e o não-manual nas sociedades capitalistas. Mas isso só pode ser separado analiticamente a partir das várias bases de estruturação imediata que, na verdade, ajudam a explicar as origens das variações observadas nas chances de mobilidade. Entre estas, a divisão de trabalho característica da empresa produtiva e as relações paratécnicas a ela associadas são de importância básica, e isso está obviamente relacionado ao sistema de relações de autoridade que prevalece dentro da empresa, mas deve ser analiticamente separado dele.

Fica bem claro que, desde as primeiras origens da moderna produção em grande escala, tem havido uma disparidade genérica entre o trabalho *white-collar* e o *blue-collar** — sugerida pelas próprias palavras assim como pela terminologia de trabalho “manual” e “não-manual” em termos de atributos de tarefas na divisão do trabalho. Como enfatizou Lockwood, o trabalhador de escritório, com uma possibilidade de mercado relativamente fraca, compartilhou, caracteristicamente, de condições de trabalho que têm muito mais em comum com os trabalhadores gerenciais de nível mais alto do que com os trabalhadores de loja. Os trabalhadores de escritório militam no “es-

aqueles que começam a sua carreira em ocupações *white-collar* possa ser mais ou menos a mesma dos que começam em ocupações manuais; os primeiros tendem a experimentar uma mobilidade muito mais livre, mesmo se julgada em relação às “ocupações de parentesco” (Peter M. Blau e O. D. Duncan, *The American Occupational Structure*, Nova York, 1967).

* *blue-collar*: termo que designa a categoria dos operários em razão da cor azul de sua roupa de trabalho. Normalmente se contrapõe esta categoria à dos *white-collar* (colarinhos brancos). Poder-se-ia traduzir “*blue-collar*” por operário, se não fosse importante mantê-lo aqui em contraposição a “*white-collar*” (N. do T.)

critório”, que de hábito está materialmente separado da loja e situa-se amiúde acima dela, de tal modo que os empregados de escritório podem, fisicamente, “assumir ares de superioridade” com relação aos trabalhadores. Enquanto a natureza das tarefas de trabalho manuais envolvem quase sempre o trabalho exaustivo e esforçado em condições que sujam as mãos e as roupas, o escrevente executa normalmente num ambiente limpo tarefas que envolvem apenas a manipulação de material simbólico. Mesmo os trabalhadores de escritório, bastante distanciados da gerência em alto nível, podem ter pouco ou nenhum contacto direto com os trabalhadores manuais, já que o chefe da seção é, em geral, o principal canal de comunicação entre o escritório e o pavimento da fábrica. Nas palavras de Lockwood: “O inverso da cooperação de trabalho entre escriturários e gerência é o isolamento social entre o funcionário de escritório e o trabalhador manual. A plenitude da separação desses dois grupos de trabalhadores talvez seja a característica mais importante da organização industrial.”¹⁴ Obviamente, o grau de veracidade varia, não só quanto ao tamanho de empresa como ao setor industrial específico envolvido, mas o princípio geral é válido e também se aplica ao caso da indústria japonesa, onde a organização da empresa é, em alguns outros aspectos, diferente da organização típica das sociedades ocidentais, embora no Japão a separação entre *white-collar* e trabalho manual na empresa tenha sido historicamente reforçada pela discriminação de *status* entre *shokuin* e *koin*.

Em sua análise, entretanto, Lockwood assimila esses aspectos de organização paratécnica da moderna organização de fábrica com as relações de autoridade da empresa. Embora esses fatores possam estar intimamente associados com a forma característica da organização produtiva nas sociedades capitalistas, e mesmo nas sociedades avançadas em geral, é importante estabelecer uma distinção entre eles. Pode-se dizer, mesmo com alguma simplificação, que embora qualquer modificação substancial de um sistema de relações paratécnicas envolva necessariamente uma alteração em técnicas preexistentes de produção a mudança no sistema de autoridade não produz inevitavelmente alterações na técnica — fato que passa a ser da maior importância tanto nas sociedades capitalistas quanto nas sociedades socialistas de Estado. A estrutura de autoridade da empresa não de-

14. David Lockwood, *The Blackcoated Worker*, p. 81.

veria ser considerada nem como parte inseparável das relações paratécnicas de moderna produção industrial nem, como o quer Dahrendorf, como constituindo um "sistema de classes" *sui generis*, mas como um fator que promove a estruturação das relações de classes. Desse último ponto de vista, podemos aceitar a aceção que Lockwood dá a autoridade como um elemento significativo que contribui para a diferenciação geral de classe entre o trabalho *blue-collar* e o *white-collar*. Em todas as sociedades capitalistas, a estrutura da autoridade da empresa industrial é de base hierárquica dentro da gerência, mas os trabalhadores manuais encaram a gerência como um grupamento sujeito a ordens diretivas, sem que sejam parte da hierarquia de controle. Como indica Lockwood, mesmo os trabalhadores de escritório participam de tal hierarquia, e tendem, por sua vez, a se verem e a serem vistos pelos trabalhadores como "pertencentes à gerência": os escriturários, segundo Croner, participam da delegação de autoridade, enquanto mesmo os trabalhadores *blue-collar* com as mais favoráveis possibilidades de mercado, trabalhadores manuais especializados, participam dela.¹⁵

Recentemente tem havido muita controvérsia para saber se a significação do que denominei estruturação de classes, num certo sentido, "basicamente" influenciado pelas relações estabelecidas dentro da empresa ou, alternativamente, até que ponto isso é condicionado primeiramente por fatores extrínsecos à organização produtiva em si. Mesmo os protagonistas da discussão, entretanto, têm de admitir que aí não existe nada que se refira a um simples determinismo, de uma forma ou de outra, e que para meus objetivos é suficiente enfatizar aqui que há necessariamente *interconexões* definidas entre os fatores extrínsecos e intrínsecos que, numa discussão mais detalhada, poderiam ser facilmente explicados de modo mais exato. O mais importante dos fatores que promovem uma diferenciação geral entre trabalhadores *white-collar* e *blue-collar* são os grupamentos distributivos formados pela "aglomeração" de vizinhança e por certos tipos de formação de grupos de *status*. A tendência à "aglomeração" de vizinhança, sem dúvida, varia substancialmente, tanto em relação a diferenças em tamanho e densidade entre as áreas urbanas quanto a diferenças na estrutura social e política global das sociedades capi-

15. Fritz Croner, *Die Angestellten in der modernen Gesellschaft* (Colônia, 1962), pp. 34 e segs.

talistas. Assim, a existência de uma grande subclasse, como nos Estados Unidos, secciona qualquer contraste muito claro entre as "vizinhanças de classe média" e as "vizinhanças de classe operária", embora de maneira alguma as impeça completamente. Mais do que isso, a segregação de classe na vizinhança pode ser neutralizada enquanto grupos nacionais ou locais intervenham no "mercado livre de habitação", em favor de um planejamento de vizinhança. Mas a força da tendência à separação de vizinhança é inegável, em especial nas sociedades capitalistas "há muito estabelecidas" como a Inglaterra, e é sustentada pelo fato de que a maior segurança de emprego, característica do trabalho *white-collar*, geralmente leva a uma disponibilidade maior de empréstimos para habitação e hipotecas.¹⁶

Obviamente a segregação de classe na vizinhança nunca é completa, e há diferenças entre vizinhança dentro das principais categorias de classe, como é representado, por exemplo, pela existência de vizinhanças da chamada classe trabalhadora séria e respeitável, nas quais há um reconhecimento manifesto (pelo menos por parte dos "respeitáveis") de uma discriminação de *status* definida entre tipos de áreas de moradia. Mas isso, ao invés de enfraquecer, complica a linha predominante de separação, mais concentrada sobre a divisão *white/blue-collar*. A diferenciação de vizinhança tem, é claro, um efeito importante sobre a "visibilidade" das relações de classes, a cujo significado geral já se aludiu antes. Quando se pede às pessoas que desenhem "mapas característicos do fenômeno" das vizinhanças nas cidades, eles mostram grandes áreas em branco que representam as vizinhanças que conhecem pouco — e entre elas há, normalmente, uma distorção pronunciada em termos de classe.

As diferenças na organização da vizinhança estão diretamente relacionadas às conotações de exploração das relações de classes, além das que fazem parte da própria esfera econômica, em especial à medida que essas diferenças influenciam a distribuição de chances educacionais. Os mecanismos que governam o processo por meio do qual

16. Um exemplo interessante da tentativa de reduzir a diferenciação de classes nas moradias da Inglaterra é dado por Leo Kuper em *Living in Towns* (Londres, 1953). Embora reconhecendo a existência da segregação de classe na organização da vizinhança do Japão, Dore acentua em seu estudo de um distrito de Tóquio que, como diz ele: "O critério de 'origem japonesa', em oposição a 'origem ocidental', ainda é importante para dividir os homens de seus companheiros, e não segue necessariamente linhas de *status* econômico" (R. P. Dore, *City Life in Japan*, Londres, 1958, pp. 12-13).

se estabelecem "círculos viciosos" de não-privilegiados são, agora, bem entendidos. As famílias de classe operária são de tamanho médio maior do que as famílias de classe média, e a quantidade de contactos directos com os pais é menor — fenómeno que, ao mesmo tempo que influencia a facilidade verbal das crianças pode ter efeitos permanentes sobre as habilidades intelectuais. As atitudes dos pais quanto à educação entre a classe operária, além disso, tende a ser desfavorável. No que diz respeito às escolas, o equipamento pobre e as poucas facilidades das áreas desprivilegiadas estão associados com um corpo docente mal qualificado e um meio-ambiente educacional em que os problemas de controle têm precedência sobre o desenvolvimento intelectual como tal.

Alguns estudos recentes e bem conhecidos nos países europeus demonstraram que o conhecimento de classe, muito mais do que a consciência de classe, é a perspectiva cognitiva típica da classe média.¹⁷ A "imagem da sociedade", como a chama Willener, do trabalhador *white-collar*, envolve uma percepção hierárquica dos níveis ocupacionais distinguidos por diferenças na renda e *status* — generalização evidente do sistema hierárquico de autoridade no qual o trabalhador não-manual é colocado. Percebe-se que o movimento para cima ou para baixo dessa hierarquia é decidido pela iniciativa e energia demonstradas por qualquer indivíduo em particular. Consistente com esse "individualismo", há um desejo de aceitar "gratificações por deferência" como o investimento necessário para assegurar recompensas previstas. Tal "imagem da sociedade" não exclui a possibilidade da identificação subjetiva de classe, mas inibe, definitivamente, a formação de certos níveis de "consciência de classe", no sentido que atribuí a essa expressão. O conflito e a luta desempenham um papel nessa representação, basicamente em termos de um esforço do indivíduo para garantir uma posição social que esteja de acordo com os seus talentos e entusiasmos, e não como qualquer espécie de confronto de classes.

17. Os principais trabalhos são: Alfred Willener, *Images de la Société et Classes Sociales* (Bern, 1957); Heinrich Popitz et al., *Das Gesellschaftsbild des Arbeiters* (Tübingen, 1957). Ver também Dahrendorf, *Class and Class Conflict*, pp. 280-9; John Goldthorpe et al., *The Affluent Worker in the Class Structure* (Cambridge, 1969), pp. 116-56; Hansjürgen Dahelm, "Die Vorstellungen vom Mittelstand", *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 12, 1960; Siegfried Braun e Jochen Fuhrmann, *Angels-tellenmentalität* (Neuwied, 1970). Este último trabalho, entretanto, questiona algumas das perspectivas tradicionais.

As conexões que se supõe existirem entre tal conhecimento de classe e as fontes de estruturação imediata da classe média acima indicadas são facilmente observadas. Mas é igualmente fácil generalizar logo, a partir da experiência europeia, em dois aspectos: primeiro, tratando o que é, de novo, uma representação essencialmente abstrata, "um tipo ideal", do conhecimento de classe do trabalhador *white-collar* como se aplicado em bloco à classe média em diferentes países europeus; e, segundo, não prestando atenção suficiente a sociedades não-europeias, nas quais esses modelos são menos nítidos. O primeiro ponto é importante no que concerne à avaliação de interpretações recentes de mudanças que alguns observadores acreditavam estar ocorrendo nos níveis mais baixos do setor *white-collar*, e que, num certo sentido, estão "proletarizando" o trabalho de escritório. Como no debate sobre a separação entre posse e controle, há um perigo absoluto de que a realidade existente seja contrastada com o que é, na verdade, uma concepção ideal-típica do passado, fazendo, assim, parecer que houve transformações muito mais surpreendentes do que as que na verdade ocorreram. O paroquialismo de exemplos simplesmente tomados da Europa é demonstrável de imediato pela consideração do caso do Japão, onde o individualismo do trabalhador *white-collar* do Oriente é temperado com uma forte dose de "coletivismo" manifesto. O *sararyman* japonês de uma grande companhia, embora tenha normalmente de ingressar na empresa por meios de exames altamente competitivos, tende a aceitar uma "imagem da sociedade" que enfatiza muito mais o significado da lealdade de grupo do que a realização individualística.¹⁸

2. FONTES DE DIFERENCIAÇÃO DENTRO DA CLASSE MÉDIA

Podemos distinguir duas fontes principais de diferenciação dentro da classe média como um todo: a que tem a sua origem em diferenças nas possibilidades de mercado, e a que deriva de variações na divisão do trabalho. O mais importante tipo de diferença na possibilidade de mercado é, sem dúvida, a diferença entre a capacidade de oferecer conhecimento técnico vendável, habilidades simbólicas reconhecidas e especializadas, e o oferecimento de habilidade simbólica

18. cf. Ezra F. Vogel, *Japan's New Middle Class* (Berkeley, 1963), pp. 142-62; e Chie Nakane, *Japanese Society* (Londres, 1970), pp. 115 e segs.

geral. A comercialização de habilidades simbólicas especializadas foi normalmente protegida ou intensificada pelo reforço do "fechamento" controlado da entrada ocupacional, uma característica que é específica às ocupações profissionais. O crescimento das ocupações profissionais foi, sobretudo, marcado na sociedade neocapitalista. Nos Estados Unidos, por exemplo, a proporção de trabalhadores profissionais na força de trabalho masculina quase triplicou entre 1950 e 1970, e uma tendência similar pode ser observada atualmente em outras sociedades, mesmo que a proporção total de profissionais na força de trabalho não se aproxime da dos Estados Unidos (cerca de 15 por cento). Embora as profissões compartilhem, obviamente, alguns elementos comuns com outras associações ocupacionais, em especial os sindicatos que tentam impor um controle sobre a distribuição de possibilidades de mercado, em outros aspectos são bastante distintas delas. A associação profissional funciona não só como um meio de controle ocupacional, mas procura ainda estabelecer prerrogativas éticas que governam os "padrões de conduta" gerais.¹⁹

Embora existam problemas controvertidos de análise sociológica suscitados pela existência das profissões, a profissionalização não oferece maiores dificuldades para a teoria de classes. Não se pode dizer o mesmo, entretanto, de outras fontes de diferenciação dentro da classe média, que levaram muitos autores a duvidar completamente da aplicabilidade de qualquer termo genérico semelhante à expressão "classe média". Ele parece ter tido utilidade definida quanto aos trabalhadores *white-collar* dentro de organizações onde esses trabalhadores são parte de uma "repartição" definida e, conseqüentemente, de uma hierarquia burocrática de autoridade. Mas o que dizer dos trabalhadores cujas tarefas não são fundamentalmente "manuais", mas que não estão envolvidos de maneira tão nítida em qualquer hierarquia claramente identificável e que, embora possam estar relacionados amiúde às profissões, não fazem parte delas? Como C. Wright Mills coloca: "As velhas profissões da Medicina e do Direito ainda são o ápice do mundo profissional, mas agora em toda a sua volta há homens e mulheres com novas habilidades. Há dúzias de tipos de engenheiros sociais e técnicos mecânicos, uma multidão de *Girl Fridays*, *

19. Terence J. Johnson, *Professions and Power* (Londres, 1972), pp. 54 e segs.

* *Girl Friday* designa um tipo de secretária que se encarrega de tudo o que se refere ao chefe, que assessora permanentemente o executivo. O termo é forjado por referência ao companheiro de Robinson Crusoe, "Sexta-feira" (*Man Friday*, em inglês). (N. do R.)

assistentes de laboratório, enfermeiras registradas e não-registradas, desenhistas, estatísticos, assistentes sociais. Nas grandes firmas americanas, que algumas vezes parecem coincidir com a nova sociedade como um todo, há vendedoras fixas nas grandes lojas, vendedores ambulantes de seguros, vendedores por correspondência, o homem auxiliar que ajuda os outros a venderem à distância."²⁰ O que uma variedade tão desconcertante de ocupações tem em comum, se é que tem, umas com as outras, ou com o trabalhador de escritório *white-collar*? Adotando o conceito de Renner, e modificando-o em função de seus próprios objetivos, Dahrendorf argumentou que o elemento comum deve ser buscado no fato de que os trabalhadores *white-collar* constituem uma "classe de serviços" que "fornece uma ponte entre os governantes e os governados".²¹ Mas isso é muito pouco convincente. O que a afirmativa parece representar é uma tentativa de encontrar algum lugar para um conceito de "classe média" dentro do empenho mais amplo de Dahrendorf em relacionar a teoria de classe a um esquema de autoridade dicotômica e, portanto, compartilha os defeitos inerentes àquela concepção geral. No entanto, mais especificamente, ela não consegue dar conta adequadamente do problema da heterogeneidade de "serviços oferecidos pelos que se incluem nas diversas ocupações mencionadas por Mills: não é muito esclarecedor aprender que aquilo que um desenhista tem em comum com o trabalhador manual é que cada um dos dois constitui parte de uma "ponte entre governantes e governados".

O defeito primordial na concepção da "classe de serviço", nesta última conexão, é que *ela não faz distinção adequada entre classe e as divisões de trabalho*; ou, dito de outra forma, não diferencia entre dois aspectos da divisão do trabalho — diferenciação de ocupações quanto a divergências nas possibilidades de mercado, por um lado, e em relação a divergências nas relações paratécnicas, por outro. O segundo, como enfatizei, deveria ser encarado como um componente principal de estruturação de classes com base na possibilidade de mercado: se pode ser uma fonte de homogeneização das relações de classes, também pode ser uma fonte de *diferenciação* na estruturação de classes, mesmo onde apareçam possibilidades semelhantes de mercado. O mesmo se aplica aos sistemas de autoridade, que Dahrendorf pro-

20. C. Wright Mills, *White-Collar* (Nova York, 1951), p. x.

21. Dahrendorf, "Recent Changes in the Class Structure of European Societies", *op. cit.*, pp. 248-9.

curou transformar no eixo essencial da própria estrutura de classes. Assim, um desenhista e um trabalhador social podem ter possibilidades de mercado muito semelhantes no sentido das recompensas econômicas que suas habilidades lhes facultam ganhar quando oferecidas à venda no mercado, mas suas posições na divisão do trabalho, na significação em que empreguei o termo, podem ser bastante diferentes, e ambos podem diferir do trabalhador de escritório na grande organização no sentido de não pertencer tão claramente a um "nível" específico na hierarquia de autoridade.

3. A SINDICALIZAÇÃO DOS "WHITE-COLLAR"

Se a expansão relativa do setor *white-collar* tem sido um obstáculo à teoria marxista, isso se deve em grande parte ao fato de que os trabalhadores não-manuais têm estado "falsamente conscientes de sua classe". Essa expressão pode-se referir a pelo menos dois conjuntos de fenômenos diversos: a predominância geral do "conhecimento de classe" entre os trabalhadores *white-collar*; e a maior relutância aparente dos trabalhadores *white-collar*, se comparados com trabalhadores manuais, em associar-se (junto com uma relutância, quando formam sindicatos, em filiar-se muito estreitamente aos dos trabalhadores "*blue-collar*").

Os índices de sindicalização dos *white-collar*, assim como o grau de separação entre sindicatos *white-collar* e sindicatos manuais, na realidade, diferem consideravelmente de um lugar para outro do país. Parece ser uma ocorrência quase universal o fato de que o nível de sindicalização de trabalhadores *white-collar*, em qualquer país, é mais baixo do que o dos trabalhadores *blue-collar*. O Japão, entretanto, é uma sociedade que pode ser considerada como provável exceção. Segundo uma estimativa, dos 9,3 milhões de trabalhadores que eram membros de sindicatos no Japão em 1963, pelo menos 35 por cento estavam em ocupações *white-collar* — proporção mais alta do que a representada pelo setor *white-collar* na força de trabalho como um todo. O Japão difere, também, dos países ocidentais em outros aspectos da sindicalização. Em geral, entre estes últimos, parece que os sindicatos *white-collar* tomaram a liderança dos sindicatos manuais quanto aos níveis de sindicalização. Nos países em que o trabalho *blue-collar* é altamente organizado, como a Suécia, tende a haver, tam-

bém, taxas relativamente mais altas de sindicalização *white-collar*; outras sociedades, como a Inglaterra, mostram níveis mais baixos tanto de sindicalização *white-collar* quanto *blue-collar*. Mesmo onde ocorre um alto grau de filiação sindical "combinada", ou seja, com trabalhadores manuais e não-manuais pertencendo aos mesmos sindicatos, a filiação *blue-collar* tem sido normalmente a que desempenha o papel dominante mais ativo. Mas no movimento trabalhista japonês esses papéis têm sido invertidos, com os elementos *white-collar* desempenhando um papel dominante, enquanto a filiação aos sindicatos tomou seu impulso mais forte nos setores da economia em que o setor *white-collar* expandiu-se mais rapidamente a partir da guerra. Em contraste com as sociedades ocidentais, a "mistura" sindical é muito mais a regra do que a exceção no Japão, algo que está indubitavelmente ligado ao fato de que a empresa, mais do que a ocupação, é em geral mais proeminente na consciência, tanto dos trabalhadores *white-collar* quanto dos *blue-collar*.²² Como fenômeno de massa, a sindicalização *white-collar* no Japão data principalmente do período posterior à guerra, com a filiação concentrada nos sindicatos "do tamanho de empresas"; embora cerca de 20 por cento do total dos membros de sindicatos estejam apenas nos sindicatos *white-collar*, esses se localizam em sua maior parte em setores onde só estão empregados trabalhadores não-manuais. Dentro dos sindicatos de empresa, metade da liderança sindical é recrutada em grupos *white-collar* e há poucos exemplos de rompimento dos trabalhadores *white-collar* com esses sindicatos para formar suas próprias associações.²³ Embora haja tensões dentro da organização sindical contemporânea no Japão, tensões que surgem em grau substancial das divisões entre facções manuais e não-manuais, não há indicação de qualquer probabilidade positiva do desenvolvimento de um maior movimento sindical *white-collar* separatista.

A França é um dos poucos países ocidentais em que há algo de uma história de integração íntima de trabalhadores manuais e não-manuais dentro do movimento trabalhista. É, talvez, significativo,

22. Segundo Taira, 87 por cento dos sindicatos japoneses são de tipo empresarial, e cerca de 80 por cento do trabalho organizado pertencem a eles. Koji Taira, *Economic Development and the Labour Market in Japan* (Nova York, 1970), p. 168.

23. Solomon B. Levine, "Unionisation of White Collar Employees in Japan", em Sturmfthal, *op. cit.*, p. 238. Sobre o desenvolvimento do sindicalismo de empresa, ver também Levine, *Industrial Relations in Post-War Japan* (Urbana, 1958).

como assinalou Crozier, que o termo francês *employés*, que normalmente se aplica a trabalhadores não-manuais, possa ser usado para referir-se a todos os trabalhadores dentro de uma empresa; não há termo genérico que corresponda a *Angestellte*, ou a "trabalhador *white-collar*" (ou, ao menos comumente empregado, "trabalhador *black-coated*"). * Os primeiros sindicatos de comércio e trabalhadores de escritório, a *Chambre Syndicale Fédérale des Employés*, fundada na última parte do século XIX, eram de orientação radical, e a *Chambre* tomou parte na fundação da Organização Central de Sindicatos (CGT) em 1895.²⁴ Nos períodos subseqüentes, os sindicatos *white-collar* desempenharam um papel importante em vários períodos de conflito industrial aberto, como as greves gerais de 1919 e 1936.²⁵ Desde a guerra, os sindicatos *white-collar*, como os sindicatos manuais, dividiram-se ao longo de linhas ideológicas, conforme sua filiação a organizações comunistas, socialistas ou cristãs, sendo as duas últimas as mais importantes. Na maioria das outras sociedades capitalistas, entretanto, há um grau marcado de separação e, quase sempre, de antagonismo, entre os sindicatos *white-collar* e *blue-collar*, mesmo quando estão nominalmente ligados às mesmas federações. A Inglaterra é um caso desse tipo. Os sindicatos *white-collar* na Inglaterra, em geral, consideraram os sindicatos manuais como seu modelo e, exceto a Associação Nacional dos Funcionários Governamentais Locais (até 1964), procuraram geralmente a filiação ao TUC. * Mas também mantiveram, cuidadosamente, na maioria das vezes, a sua identidade separada, e permaneceram conscientes da tarefa de proteção de seus interesses específicos.

Por que motivo os índices de sindicalização, em termos de filiação ao sindicato, são, de hábito, menores entre os *white-collar* se com-

* *Black-coated worker*, literalmente, trabalhadores-de-paletó-preto, ou seja, pessoas que trabalham de terno. (N. do R.).

24. cf. Edouard Dolléans, *Histoire du Mouvement Ouvrier* (Paris, 1953), vol. 2, pp. 13-56.

25. Segundo Crozier: "Pode-se datar a partir desse período (1919-20) a profunda lealdade do mundo *white-collar* francês à causa operária. Certamente essa unidade permanece extremamente vaga e acomodar-se-ia a uma oposição maior. Oficialmente, entretanto, nunca se poderia tornar a duvidar de que os sindicatos católicos, até então indecisos, tinham, pelo menos, mostrado que no momento decisivo alinhavam-se ao lado dos grevistas. Mesmo os empregados *white-collar* dos bancos, últimos bastiões da respeitabilidade burguesa, seguiram..." (*The World of the Office Worker*, p. 46).

* TUC — *Trade Unions Congress*. Confederação dos Sindicatos. (N. do R.).

parados aos trabalhadores manuais? Em relação aos grupos de trabalhadores *white-collar* que desfrutaram formas relativamente privilegiadas de possibilidades de mercado, não pareceria haver dificuldade particular em responder a essa questão, já que os interesses econômicos, seu lugar na hierarquia da empresa e seu conhecimento de classe, todos esses fatores atuam claramente para distanciá-los do envolvimento na sindicalização ou na ação coletiva. Mas os sindicatos bem desenvolvidos, e ocasionalmente militantes, em oposição a associações profissionais, não são completamente desconhecidos entre aqueles com possibilidades privilegiadas de mercado (por exemplo, pilotos de avião), mesmo se são relativamente raros. Uma análise dos fatores que influenciam o nível de sindicalização nas ocupações cujas possibilidades de mercado estão mais próximas às dos trabalhadores manuais (das quais os trabalhadores de escritório podem ser vistos como o caso mais instrutivo) deveriam também esclarecer estes outros exemplos.

Está agora bem estabelecido que, em anos recentes, uma série de mudanças afetou a posição econômica do grupo de empregados de escritório, se comparado com os níveis mais altos da classe operária. Dessas, as mais importantes são: um declínio relativo na renda e outras vantagens econômicas dos trabalhadores de escritório frente aos grupos mais afluentes do trabalho manual, e uma transformação da natureza das tarefas e, portanto, das relações paratécnicas, inicialmente características do trabalho de escritório, na divisão do trabalho. É claro que vários fatores enfraqueceram os diferenciais econômicos entre os trabalhadores de escritório e os grupos mais "afluentes" da classe operária. A alfabetização quase universal diminuiu as possibilidades de mercado das aptidões simbólicas não-específicas: a simples expansão do próprio setor *white-collar* reduziu o "fator escassez" existente no acesso a ocupações de rotina não-manuais. Não é apenas em termos de renda, entretanto, que os trabalhadores de escritório viram escasseadas as suas condições econômicas em comparação com trabalhadores *blue-collar*: na maioria dos países, as outras formas de diferenciais econômicos que no passado tendiam a separar o trabalho manual do não-manual diminuíram até certo ponto. A mera conveniência da designação "de escritório" torna-se questionável à luz da introdução de meios mecânicos de empreender tarefas que antes envolviam a escrita do funcionário. A influência de cada um desses conjuntos de fenômenos sobre as relações de classes preexis-

tentes tem sido, com freqüência, exagerada, não só em termos de seu significado estatístico, mas também devido aos efeitos da "feminização" do trabalho de escritório. Mas é impossível depreciar tanto a realidade dessas mudanças quanto a sua conexão com a ascensão das taxas de sindicalização, e elas fornecem uma indicação clara de algumas das condições que governam a sindicalização do trabalho *white-collar* em geral — condições que podem ser tratadas em termos dos fatores variáveis de estruturação de classes.

É evidente, em primeiro lugar, que a tendência à sindicalização onde a possibilidade de mercado superior está associada com a oportunidade de promoção numa hierarquia administrativa é pequena ou inexistente, e é sustentada por uma forma de conhecimento de classe que enfatiza cognitiva e avaliativamente o "individualismo". As chances de mobilidades na carreira são, sem dúvida, importantíssimas aqui. Historicamente, uma das características que separam o funcionário de escritório do trabalhador manual tem sido o fato de que o primeiro, nominalmente e, até certo ponto, na realidade desfrutou perspectivas de promoção que não estavam abertas ao último. À medida que a posição de trabalhadores de escritório esteja sujeita a "bloqueios" de carreira de tal forma que tais oportunidades de mobilidade de carreira só sejam possíveis àqueles com qualificações acadêmicas especializadas, há probabilidade de um forte estímulo à sindicalização e à ação coletiva. A existência de "bloqueios" de carreira (a chamada balcanização) é indubitavelmente o principal fator de influência na sindicalização daqueles que possuem possibilidades mais altas de mercado. Ocupações como o magistério, onde altas taxas de sindicalização são comuns, embora o nível de renda e vantagens econômicas sejam consideráveis, são caracteristicamente aquelas em que, uma vez alcançada determinada posição ocupacional, as chances de mobilidade de carreiras posterior são limitadas. Assim, na Inglaterra, por exemplo, os professores alcançam relativamente cedo um salário-teto, e as possibilidades de promoção a um cargo de direção são, estatisticamente falando, muito pequenas.²⁶

Em todas as sociedades capitalistas há disparidades gritantes entre indústrias diferentes nas taxas de sindicalização do trabalho *white-collar* claramente influenciadas por diferenças na forma característica de relações paratécnicas. Os trabalhadores *white-collar* estão

26. cf. Asher Tropp, *The School Teachers* (Londres, 1957).

menos freqüentemente concentrados em estabelecimentos produtivos grandes e homogêneos do que os trabalhadores manuais — fator que, certamente, tende a fomentar um alto nível de sindicalização. A centralização administrativa, entretanto, em especial se associada com uma racionalização técnica desenvolvida das condições de trabalho, tende a estimular a sindicalização *white-collar*. Assim, o serviço civil normalmente mostra taxas muito altas de filiação a sindicatos nos graus mais baixos. Na França, por exemplo, 40 por cento dos servidores civis são membros de sindicatos, comparados a uma média de apenas 15 por cento no setor privado; no Japão, esse número vai a 90 por cento. A mecanização de algumas tarefas de escritório foi amplamente interpretada como um processo de "proletarização" dos níveis mais baixos do trabalho *white-collar* e, portanto, como o principal fator que sublinha o incremento da filiação sindical; mas, na verdade, estudos comparativos de variações na sindicalização *white-collar* indicam que a centralização e a racionalização da administração são mais importantes na promoção de uma alta taxa de sindicalização.²⁷ As razões para o nível relativamente baixo de sindicalização dos trabalhadores *white-collar* não são, é claro, completamente distintas dos fatores que influenciam as relações entre os sindicatos manuais e não-manuais. Além do caso do Japão, parece ser muito evidente, como já foi mencionado, que o contacto direto com sindicatos *blue-collar* forneceu, freqüentemente, um ímpeto muito grande à formação de sindicalização *white-collar*. Assim, com a exceção do serviço civil, a filiação a sindicatos tende a ser maior entre os funcionários de escritório nas indústrias em que estão em contacto direto com trabalhadores manuais bem sindicalizados, como os ligados a trabalhos de mineração, engenharia ou transportes.

4. PROLETÁRIOS OU NÃO? A TEORIA DA "NOVA CLASSE OPERÁRIA"

Já assinaléi que é errado, ou pelo menos enganoso, falar de uma classe como um "ator", sobretudo no sentido em que Lukács e Touraine estão predispostos a falar. Uma classe não é nem mesmo um "grupo"; o conceito, como o defini, refere-se a um aglomerado de formas de estruturação baseadas em níveis de possibilidades de mercado comumente compartilhadas. Isso se aplica com força particular

27. cf. Lockwood, *op. cit.*, pp. 89 e segs.

à posição da classe média dentro das sociedades capitalistas contemporâneas, uma vez que os indivíduos de classe média em geral não têm uma concepção clara da identidade de classe e, mesmo quando sindicalizados, não abraçam, caracteristicamente, nenhuma forma de consciência do conflito.

Desde a passagem do século, quando a taxa de crescimento relativo do setor *white-collar* tornou-se evidente pela primeira vez, foi colocada a idéia — particularmente, é claro, por autores marxistas — de que essa “nova classe média” dividir-se-ia em duas, porque ela não é, na realidade, uma classe, já que a sua posição e a perspectiva e atitudes de seus membros não podem ser interpretadas em termos de relações de propriedade. Daí, segue a argumentação, a maioria dos trabalhadores *white-collar* tornar-se-ia “proletarizada”, como convém à sua condição de não-proprietários, enquanto uma minoria passaria para a classe dominante. Hoje, decorridos 70 anos, os fatos continuam a desmentir tais expectativas. Nas sociedades contemporâneas, há dois conjuntos relacionados de processos que são comumente indicados para sustentar as variantes modernas da noção expressa pelo termo incômodo de “proletarização”. Um deles é o crescimento pós-guerra dos sindicatos *white-collar*, e o outro é a influência da mecanização. Como já indiquei, cada um deles expressa mudanças significativas em certos níveis na estrutura de classes, mas essas mudanças não envolvem qualquer processo maior de interpretação das classes média e operária. Quanto aos sindicatos *white-collar*, as provas indicam que o processo de seu crescimento, que de qualquer forma, na maioria dos exemplos, não é um crescimento na “densidade do sindicato”, mas um que apenas caminha ao lado da expansão do setor não-manual enquanto tal,²⁸ não carrega em si ou de si quaisquer conseqüências particulares para o movimento trabalhista como um todo. Em outras palavras, esse crescimento tende a acomodar-se dentro do padrão existente, qualquer que este seja numa sociedade particular. Onde há divergências marcadas e conflitos entre sindicatos manuais e não-manuais, elas persistem ou podem mesmo se acentuar; onde há um grau mais alto de penetração mútua, a ascensão no sindicalismo *white-collar* não altera significativamente a situação.

O impacto da mecanização é, talvez, mais difícil de avaliar. Na certa, esse é um fenômeno que data de muito tempo atrás, embora

os anos recentes tenham visto a introdução de novas formas de técnicas computadorizadas no trabalho de escritório. Embora muitas discussões sobre as condições do trabalho *white-collar* ignorem a distinção, há necessidade de diferenciar “mecanização” e “automação” tanto no escritório quanto na fábrica — embora em caso algum a última forma de tecnologia, relacionada apenas a um segmento menor da força de trabalho, tenha o significado que alguns (inclusive Marx e, mais recentemente, Marcuse) pretenderam que tivesse. É enganoso supor, como o fazem comumente os autores marxistas, que o efeito da mecanização do trabalho de escritório, cujo início remonta às duas últimas décadas do século XIX, tenha sido a eliminação progressiva das diferenças entre o pavimento da loja e o do escritório. A mecanização, como aparece na fábrica, tende a definir o caráter total da tarefa de trabalho, reduzindo o papel do trabalhador ao de “encarregado da máquina”. Mas isso, em geral, não ocorreu com a mecanização no escritório, onde máquinas de escrever, máquinas de somar, máquinas de ditar etc. aparecem como subordinadas ao trabalho de escritório, mais do que como agentes de transformação desse trabalho. As mulheres, que compõem uma categoria sistematicamente discriminada em termos de nível de renda e oportunidades de carreira, dentro da força de trabalho, monopolizam de modo significativo essas ocupações que são completamente rotinizadas (p. ex. datilógrafa, estenógrafa). Para outros trabalhadores de escritório, o julgamento oferecido há pouco por um pesquisador resume adequadamente a posição: “o que essas máquinas realmente substituíram foi uma grande quantidade de esforço manual na conferência de dados e nos cálculos aritméticos de rotina... uma certa compreensão do trabalho continuou a ser a qualificação desejável do trabalhador de escritório, quer a sua tarefa fosse executada por meios mecânicos ou manuais”.²⁹

A tendência recente à automatização dos serviços de escritório, pelo uso de computadores em ocupações *white-collar*, tende a produzir uma reorganização completa desse trabalho, mas a pesquisa sobre a influência da adoção de métodos computadorizados sobre as relações paratécnicas indica que longe de servir à promoção da “proletarização” dos empregados de escritório, eles têm normalmente como

29. Jon M. Shepard, *Automation and Alienation* (Cambridge, Mass., 1971), p. 43. Cf. também Dorothy Wedderburn, “Annäherung von Angestellten — und Arbeitertätigkeiten?”, e contribuições subsequentes em Günter Friedrichs, *Computer und Angestellte*, vol. 2 (Frankfurt, 1971).

28. Para os números da Inglaterra, ver Bain, *op. cit.*, pp. 38-9.

conseqüência a produção de uma demanda menor de trabalhadores comuns, crescendo a necessidade de pessoal mais bem educado e qualificado. Assim, um estudo feito pelo *US Bureau of Labour Statistics* (Bureau Americano de Estatística de Trabalho), de 20 escritórios que introduziram computadores em grande escala, mostrou que cerca de dois terços dos empregados de escritório permaneciam no mesmo nível de emprego anterior à computadorização, um terço ascendia a posições mais elevadas, enquanto não mais de 1 por cento era rebaixado a ocupações rotineiras. Números comparáveis aparecem em vários outros estudos. Em relação àqueles diretamente envolvidos na operação dos computadores de escritório — operadores de computador, programadores etc. — a pesquisa indica que o nível de qualificações educacionais e o período de treinamento envolvido são substancialmente maiores do que o exigido de outros empregados que não se encontram em posições de supervisão.³⁰

Continuamos a ouvir a crítica de autores marxistas ortodoxos de que, como foi recentemente expresso, “os trabalhadores assalariados... encontram-se cuidadosamente *separados* do resto do proletariado por artifício da burguesia e não pela análise científica (*sic*). O fato de usarem uma camisa branca e de serem pagos no fim do mês não basta para questionar a sua filiação *objetiva* à classe operária, mesmo que a consciência *subjetiva* permaneça confusa”.³¹ É, certamente, tempo de abandonar tais ingenuidades; e elas na verdade foram abandonadas por alguns dos mais originais escritores marxistas e outros por eles influenciados, que procuraram substituir a idéia tradicional de “proletarização” por uma concepção de “nova classe operária”, criada por trabalhadores tecnicamente qualificados, cujas condições de trabalho pareceriam, à primeira vista, afastá-los muito decisivamente da massa de trabalhadores manuais.

Há, na verdade, não uma, mas várias teorias sobre a “nova classe operária”; as outras serão mencionadas no capítulo seguinte.

30. US Department of Labour, *Adjustments to the Introduction of Office Automation*, Bulletin no. 1276 (Washington, 1960). Outras contribuições a uma literatura agora muito ampla incluem Leonard Rico, *The Advance against Paperwork* (Ann Arbor, 1967); H. A. Rhee, *Office Automation in Social Perspective* (Oxford, 1968); Enid Mumford e Olive Banks, *op. cit.*; W. H. Scott, *Office Automation* (OECD, 1965).

31. Maurice Bouvier-Ajam e Gilbert Mury, *Les Classes Sociales en France*, vol. 1 (Paris, 1963), p. 63.

Nesta seção, considerarei apenas a concepção da “nova classe operária” que está relacionada à idéia de que fatias do que se costuma chamar de “nova classe média”, a par com certos grupos de trabalhadores manuais, estão a caminho de formar aquilo a que Garaudy, segundo Gramsci, refere-se como um “bloco histórico” que tem um potencial revolucionário no neocapitalismo. Diferentemente de outras teorias sobre a “nova classe operária”, essa foi elaborada sobretudo por escritores marxistas, particularmente na França, e recebeu um maior estímulo nos acontecimentos de maio de 1968 naquele país. Em contraste com a abordagem marxista mais tradicional, essa teoria não tenta explicar satisfatoriamente a conduta e os valores dos trabalhadores *white-collar* como “falsa consciência de classe”, ou negligenciar o significado geral da expansão do setor não-manual nas sociedades capitalistas, porém procura uma nova base para incorporar segmentos de trabalho *white-collar* dentro da “classe operária”, definida de modo particular. Isso é encontrado na importância crucial das idéias científicas e técnicas para o neocapitalismo: a produção e a disseminação de conhecimento científico torna-se a “força de produção” básica na sociedade neocapitalista. Engenheiros, cientistas, técnicos de todos os tipos ocupam, assim, um lugar central na ordem sócio-econômico. Mas, mais do que se filiar a outros grupos da “classe média”, esses trabalhadores constituem uma nova vanguarda da classe operária — não porque sejam proletarizados no sentido convencional do termo, mas porque experimentam, de maneira aguda, uma “contradição” entre a sua necessidade de controle autônomo sobre sua forma técnica (a produção de conhecimento) e as exigências burocráticas da organização a que estão sujeitos. Como expressa Touraine:

Não estamos pensando aqui nos novos “proletários”, nos trabalhadores *white-collar* que devem empreender tarefas tão repetitivas, monótonas e constrangedoras quanto as dos operários da linha de montagem, mas nas categorias relativamente graduadas: os trabalhadores técnicos, os desenhistas, os empregados *white-collar* de nível mais alto, os assistentes técnicos, que não tomam parte no jogo burocrático, mas que estão mais diretamente expostos a suas conseqüências do que os trabalhadores de tipo tradicional...³²

O processo necessariamente autônomo da criação de conhecimento técnico (“universalmente válido”) choca-se com a subordina-

32. Alain Touraine, *La Société Post-Industrielle* (Paris, 1969), pp. 82-3.

ção de tal conhecimento aos objetivos econômicos da empresa produtiva.³³

Quaisquer que sejam as suas deficiências, essa teoria parece seguir a tendência contemporânea do setor *white-collar* dentro das sociedades capitalistas que, inegavelmente, tem sido em direção ao crescimento específico das ocupações técnicas especializadas. Entretanto está aberta a várias objeções. Em primeiro lugar, uma das premissas sobre as quais se baseia, a suposição de que no neocapitalismo o conhecimento suplantou a tecnologia como a principal força produtiva, é bastante questionável — questão mais bem explorada um pouco adiante (pp. 321-322). Ainda que isso fosse aceitável na forma em que é colocado, haveria motivos para duvidar das pretensões globais da teoria, porque ela tende a exagerar consideravelmente o grau em que os trabalhadores “científicos e técnicos” penetraram nas indústrias, mesmo naquelas que empregavam uma técnica altamente avançada.³⁴ Mais importante, entretanto, é que o sentido no qual a “nova classe operária” é uma “classe” é mal definido e ambíguo. Algumas vezes, a expressão é usada de maneira semelhante à noção de novo “bloco histórico” de Garaudy, para referir-se a uma integração da massa da classe trabalhadora (manual) com os “produtores de conhecimento”, outras vezes é usada para designar a mistura dos últimos com aqueles segmentos da classe operária que, por suas tarefas se estarem tornando automatizadas, transforma-se em “controladores” da maquinaria, mais do que “operadores” sujeitos às ordens da máquina; e, ainda, outras vezes para descrever apenas os novos especialistas tecnicamente qualificados. Mas em nenhum desses casos fica provado qual a base lógica para se chamar o grupo em questão de “classe”, e, à semelhança de muitas abordagens anteriores na teoria de classes, essa expressão tende a confundir os dois aspectos da divisão do trabalho entre os quais já fiz distinção: o conhecimento técnico científico como base para a possibilidade de mercado e como base de posição num sistema de relações paratécnicas.

Finalmente, dever-se-ia assinalar que a teoria fica em desacordo com a realidade, se for colocada como uma interpretação genérica da ascensão da nova força proto-revolucionária na sociedade neocapitalista. Nos Estados Unidos, que se vangloriam da maior proporção de trabalhadores que deveriam compreender a “nova classe operária”, não há sinal das potencialidades revolucionárias previstas pelos pais da teoria. Na verdade, não é acidental que a doutrina da “nova classe operária” tenha sido desenvolvida em primeiro lugar por autores franceses, porque, num certo sentido, poder-se-ia sustentar que o “bloco histórico” foi visto em ação nos acontecimentos de maio de 1968. Mas as razões disso podem estar menos nos fatores especificados na teoria, e generalizados para o neocapitalismo como um todo, do que nas outras características da estrutura da sociedade francesa que, em virtude da filiação (há muito existente) de trabalhadores *white-collar* e *blue-collar* no movimento sindical, poderia explicar a incidência do radicalismo tanto da classe operária quanto da classe média naquele país. É isso realmente o que ocorre, como tentarei mostrar no capítulo seguinte.

33. Serge Mallet, *La Nouvelle Classe Ouvrière* (Paris, 1963); Pierre Belleville, *Une Nouvelle Classe Ouvrière* (Paris, 1963). Ver também Mallet, “La Nouvelle Classe Ouvrière en France”, em *Les Classes Sociales dans le Monde d'aujourd'hui*, op. cit.

34. cf. Stanley Aronowitz, “Does the United States Have a New Working Class?”, em George Fischer, *The Revival of American Socialism* (Nova York, 1971), p. 203.

A CLASSE OPERARIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Já mostrei que há razão em se tratar com reserva a hipótese convencional de que todas as sociedades capitalistas irão, num futuro próximo, trilhar o caminho já seguido pelos Estados Unidos, experimentando um crescimento de tal magnitude no setor *white-collar* que este igualará ou suplantará a proporção de trabalhadores manuais na força de trabalho. Mas embora isso possa ocorrer, é importante resistir à tendência, agora bastante forte na literatura não-marxista sobre classes, de falar como se a “sociedade de classe média” fosse um fato consumado nos países capitalistas. Se entendermos por essa expressão a predominância estatística do trabalho *white-collar*, se comparado ao *blue-collar*, a afirmativa torna-se manifestamente falsa. Quase todas as sociedades capitalistas são “sociedades de classe operária”, com uma grande maioria de força de trabalho não-agrícola em ocupações manuais. Vale a pena enfatizar que a manufatura continua sendo, de muitas maneiras, o setor-chave da economia, com uma alta proporção de trabalhadores manuais em toda a parte. Além disso, em oposição ao que freqüentemente se diz ocorrer, o declínio do trabalho manual não é, na maioria dos países, o resultado de qualquer tipo de redução significativa no tamanho do setor manufatureiro. Assim, na Inglaterra, em 1881, 50 por cento da população economicamente ativa encontrava-se na manufatura; em 1951, a proporção era de 49 por cento, só com uma ligeira flutuação no período.¹ Em termos estatísticos, o crescimento das ocupações de serviço é considerado pela proporção decrescente de trabalhadores na agricultura. Mas também é importante não negligenciar completamente o significado contínuo das ocupações agrárias dentro de pelo menos algumas sociedades capitalistas. Embora em países como a Inglater-

1. George Sayers Bain, *op. cit.*, pp. 15 e segs.

ra ou os Estados Unidos o setor agrário seja pequeno e, de qualquer maneira, altamente mecanizado, o mesmo não se aplica, por exemplo, à França ou à Itália. Como em outros aspectos, não é suficiente discutir apenas essas diferenças como sintomáticas do desenvolvimento econômico "anterior" sem considerar os seus efeitos sobre outros aspectos (firmemente estabelecidos) da estrutura social das sociedades em questão.

1. A ESTRUTURAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA

Os fatores que influenciam a estruturação mediata da classe operária foram considerados no capítulo anterior. Será suficiente enfatizar aqui que a divisão entre o trabalho manual e o não-manual, em termos de mobilidade inter e intrageracional, continua a ser, através da operação da "zona de pára-choque", uma fonte primária da estruturação de classes no neocapitalismo. Entretanto isto opera, sem dúvida, diferencialmente dentro da classe operária como um todo; é comum, por exemplo, acontecer que as chances de mobilidade intergeracional para fora da classe operária estejam muito concentradas na categoria manual especializada.

No desenvolvimento passado da classe operária, nas sociedades ocidentais, pelo menos, a influência da vizinhança e da segregação regional tem sido fundamental para a estruturação e a consciência de classe. Tal segregação tomou várias formas. Assim, em todas as sociedades avançadas há variações regionais na distribuição dos operários no trabalho manual, em especial na manufatura. Na Inglaterra, por exemplo, uma linha desenhada pelo centro do país marca algo semelhante a uma divisão de classes, com uma forte localização da classe operária no Centro e no Norte e uma representação maior das classes médias e alta no Sul, especialmente em Londres e no Sudeste. Mas tem havido, historicamente, divisões importantes entre comunidades. É bem verdade, que o "trabalhador proletário" arquetípico,² membro de uma cultura de classe operária, claramente distintiva, e com elevada consciência de classe, esteve associado a atividades, como a mineração de carvão, que agruparam trabalhadores em aldeias ou cidades isoladas. Importantes, ainda, é claro, são os tipos distintivos de relações paratécnicas que tendem a caracterizar o trabalho manual

2. David Lockwood, "Sources of Variation in Working Class Images of Society", *Sociological Review*, 14, 1966.

em tais comunidades, envolvendo com frequência uma forte ligação a pequenos grupos de trabalho num "meio ambiente técnico" bastante homogêneo. O ponto em que as comunidades de "trabalhadores proletários" constituíram mais do que uma proporção relativamente pequena de trabalhadores manuais não-agrícolas como um todo é uma questão aberta; eles são, talvez, mais característicos daquelas sociedades (a própria Inglaterra) que entraram cedo na Revolução Industrial, quando o processo de industrialização era de caráter fundamentalmente "não-dirigido". Embora não seja desconhecido, o desenvolvimento dessa forma de segregação de classe foi mais raro nos Estados Unidos, sobretudo fora da costa Leste, por um conjunto de razões semelhantes às que explicam a classe alta relativamente pouco desenvolvida naquela sociedade.

É errado supor que a formação de grandes áreas urbanas, devido a seu suposto alto nível de anonimato e mobilidade espacial, tende necessariamente a diluir a clareza da estruturação da classe operária. Para começar, esse tipo de perspectiva, enquanto envolve um contraste implícito ou explícito com o tipo de segregação de classe do "trabalhador proletário", exagera o significado histórico do último; a criação da classe operária, tal como existe nas sociedades capitalistas, envolveu em grau substancial a massa direta de migração de áreas rurais para áreas urbanas. Apesar da importância das "flutuações ecológicas", que produzem os movimentos cíclicos de ascensão e declínio de vizinhanças urbanas, é possível, na maioria das cidades européias, indicar áreas que têm sido de "classe operária", de maneira estável, há várias gerações. Os padrões identificados por Wirth como característicos do "estilo de vida urbano" monolítico são de fato basicamente — embora, outra vez, o sejam menos nos Estados Unidos — atributos da classe média das cidades. Entretanto, os tipos de meio-ambiente nos quais se dá a estruturação inicial da classe operária, durante o curso do processo de industrialização, condicionam obviamente a natureza das "culturas de classe operária" que emergem. O trabalho clássico de Duveau, *La Vie Ouvrière en France*, por exemplo, identifica quatro tipos de meio-ambiente de classe operária na França do século XIX: (1) a grande cidade, como Paris ou Lyon, na qual as áreas de classe operária, embora distintas e bem definidas, participam de certo modo da vida cosmopolita mais ampla da cidade. "Em Lyon, como em Paris, o sentimento de solidariedade criado pela cidade domina o criado pela loja ou pela fábrica"; (2) o centro urbano de tamanho médio, como Orléans, no qual a indústria

é de localização dispersa e os resultados diversificados. O trabalhador aqui se assemelha ao tipo “tradicional respeitoso” hipotético, onde pode haver conhecimento da identidade de classe, mas onde o meio-ambiente não fornece as condições necessárias para produzir a função maiêutica da consciência fortificada de classe. Aqui “a cidade rege apenas um ar simples; não ouvimos mais o contraponto sofisticado de Paris ou Lyon”; (3) a “cidade companhia” como Le Creusot, que é o meio-ambiente homogêneo, isolado, do “trabalhador proletário” no qual “a cidade, sem qualquer personalidade própria, apaga-se frente à fábrica”; (4) a pequena comunidade rural, ainda predominante, com o trabalhador engajado na produção manual para o mercado, ou no trabalho sazonal de fábrica — criando frequentemente esta última situação, um alto nível de radicalismo socialista.³

Antes de passarmos a uma discussão mais detalhada da influência das relações paratécnicas sobre a estruturação da classe operária, e mais particularmente sobre a consciência de classe, vale a pena considerar, neste ponto, a relação entre a constituição inicial da classe operária e a concepção da “institucionalização do conflito de classes”, conforme colocada por Dahrendorf e outros. A teoria da institucionalização do conflito de classes vê os numerosos, e quase sempre violentos, episódios da história trabalhista do século XIX,⁴ como o ponto de partida para a discussão. A defesa que Dahrendorf faz de sua teoria é a seguinte: Marx previu, assinala ele, um crescimento cumulativo do protesto de classe operária com o desenvolvimento do capitalismo, à medida que os levantes esporádicos, isolados, do tipo testemunhado na Inglaterra no início do século XIX, tornaram-se generalizados, numa confrontação de classes de amplitude nacional. Mas não foi isso o que ocorreu. A violência do conflito de classes declinou e foi substituída por maneiras formalizadas de decisão; se as greves são usuais, ocorrem, em geral, sem choques violentos entre os grupos oponentes. O conflito de interesses foi reconhecido e formalizado e, portanto, mantido em xeque. Mais importante ainda, isso possibilitou a fragmentação do conflito de classes em “conflito industrial” e “conflito político”. O “conflito industrial”, escreve Dahrendorf, “foi mantido à parte dos antagonismos que divi-

diam a sociedade política; foi empreendido num isolamento relativo”. A análise que Lipset faz da “luta de classe democrática” na sociedade capitalista é uma espécie de contrapartida natural a essa tese; a possibilidade de um confronto global de classes polarizando a sociedade é controlada pela formalização de interesses opostos na competição regulamentada dos “partidos de classe” na política.

A tese de Dahrendorf foi muito criticada por supor uma separação muito rigorosa entre a indústria e a política, e certamente algumas de suas afirmativas sobre a questão são exageradas, por exemplo, a proposição de que, na sociedade “pós-capitalista”, “a filiação a uma classe industrial deixa aberta a classe política a que um indivíduo pertence, enquanto os determinantes e os mecanismos de alocação independentes são efetivos nas associações entre a indústria e a sociedade política”.⁵ Não desejo questionar, entretanto, a validade subjacente da afirmativa de que nas sociedades capitalistas contemporâneas há um isolamento básico do conflito político e industrial, mas sim as inferências que Dahrendorf faz a partir desse fato. Embora Marx *estivesse* enganado em esperar o desenvolvimento cumulativo do conflito de classes aberto com a maturidade crescente da sociedade capitalista, ele o estava por outras razões que não aquelas implícitas na teoria da institucionalização do conflito de classes proposta por Dahrendorf. A última visão do autor está implicitamente baseada na noção de que, enquanto no capitalismo do século XIX os conflitos políticos e econômicos eram “sobrepostos”, no “pós-capitalismo” eles se tornaram separados. O conflito de classes no sentido marxiano é impedido, ou melhor, os seus efeitos são obscurecidos, pela dissociação dos dois — e este é uma das principais mudanças sociais que facultam a substituição do “capitalismo” como tal. A perspectiva que desejo sugerir aqui é, pelo menos num sentido importante, o contrário disso. Sugiro que a separação institucional do (as *manifestações* do) conflito de classes nas esferas industrial e política, longe de marcar a superação do capitalismo, é a forma normal de estruturação do conflito de classes na sociedade capitalista. Os aspectos políticos do protesto operário no século XIX, como sugeriu Bendix, representam conflitos produzidos acima de tudo pela *ausência de incorporação* da classe operária no quadro de referência institucional da sociedade capitalista. Eles são, para usar a terminologia de Smelser, “explosões hostis”, cujas origens devem

3. Georges Duveau, *La Vie Ouvrière en France sous le Second Empire* (Paris, 1946), pp. 226, 227 e 228.

4. Para a análise mais frutífera da experiência inglesa, ver E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class* (Londres, 1963); R. Currie e R. M. Hartwell, em “The Making of the English Working Class?”, *Economic History Review*, 18, 1965, fazem uma crítica desse trabalho.

5. Dahrendorf, *Class and Class Conflict*, pp. 277 e 271.

ser explicadas em termos de fatores (derivados da “sobreposição” de *contradição* e *conflito* de classes) especificamente característicos das fases iniciais da industrialização capitalista. A separação dos conflitos político e industrial, uma vez que a incorporação da classe operária prosseguiu de maneira considerável, é meramente sintomática do caráter genérico da sociedade capitalista conforme implícito numa separação fundamental entre economia e comunidade política. Embora influenciada pelas formas específicas de estruturação da classe operária, a “consciência do conflito” é, num certo sentido, inerente à perspectiva do trabalhador na sociedade capitalista; a “consciência revolucionária” não o é.

2. AS ORIGENS DA CONSCIÊNCIA DO CONFLITO

Tem havido, e ainda há, várias controvérsias sobre as conexões entre diferentes formas de relações paratécnicas e a consciência-de-classe da classe operária. Não é minha intenção criticá-las, exceto para enfatizar que não podemos esperar encontrar uma conexão definida, completa e invariante entre os dois, como parecem supor alguns estudiosos da questão; a influência de qualquer conjunto de relações paratécnicas está necessariamente condicionada a outros fatores que afetam a estruturação de classes e a consciência de classe. Há, entretanto, obviamente, uma diferença básica entre a conotação de “relações paratécnicas”, conforme esta expressão se aplica à massa da classe operária na sociedade capitalista, e suas implicações no que se refere à situação de trabalho do núcleo principal da classe média, porque o trabalho da primeira é mecanizado e subordinado amiúde às experiências da máquina, de um modo que não ocorre com o da última — daí, portanto, a proliferação de estudos que tentam examinar a influência da técnica sobre o comportamento e a atitude cognitiva do trabalhador.

De fato, pode-se aceitar em parte a análise que Marx faz da consciência de classe entre a classe operária — exceto pelo fato de que essa análise identifica fontes de consciência de “conflito” mais do que de consciência “revolucionária”. Várias pesquisas no século XX mostraram que pelo menos dois aspectos das relações paratécnicas que Marx especificou como sendo incrementadores da consciência de classe tendem a ter tal influência, quais sejam, a congregação de trabalhadores em grandes fábricas e sua sujeição a formas rotinizadas de atividade produtiva. Há, entretanto, dificuldades na avaliação de

literatura sobre esses pontos, não só porque ela é teoricamente fraca mas também porque há grandes diferenças no significado atribuído à expressão “consciência de classe”. Assim, a maior parte das pesquisas que lidam com “tamanho da fábrica” insistiu em enunciar as relações entre o tamanho da empresa e as atitudes políticas, manifestando-se essa última, comumente, no comportamento eleitoral. Lipset, por exemplo, cita estudos na Alemanha e nos Estados Unidos que indicam que “quanto maior a instalação industrial, menos esquerdistas são os operários”, sendo essa conexão aparentemente direta e progressiva; o mesmo tipo de relação foi observado na Inglaterra. Mas, na França, parece que essa relação é curvilínea, ascendendo em cada um dos finais da escala, tanto nas instalações de grande quanto nas de pequena escala. No Japão, não parece absolutamente haver conexão significativa entre tamanho da instalação e aquilo que os autores de um *survey* descrevem como “conhecimento de classe no sentido marxiano”.⁶ Cada um desses últimos casos representa instâncias específicas de divergências mais amplas na estruturação e consciência de classes, discutidas mais adiante.

Um grande número de pesquisas, sobretudo a partir da guerra, dedicou-se às possíveis influências de variações em tipos de técnica produtiva sobre as atitudes dos operários. A literatura oferece numerosas classificações das variações na técnica. Assim, Blauner, em seu estudo sobre os operários americanos, estabelece uma tipologia quádrupla: indústrias “artesaniais”, das quais um exemplo é a estampa-ria, onde há um baixo nível de mecanização⁷ e predomina o trabalho especializado; indústrias “semimecanizadas”, com um grau mais alto de mecanização, onde o trabalhador só vigia a máquina; indústrias que envolvem “linhas de montagem” técnica, com um nível muito avançado de fragmentação de ocupações, e tarefas muito específicas

6. Seymour Martin Lipset, *Political Man* (Londres, 1969), p. 237; Eric A. Nordlinger, *The Working Class Tories* (Londres, 1967), pp. 205-9; Richard F. Hamilton, *Affluence and the French Worker in the Fourth Republic* (Princeton, 1967), pp. 205-28; Shin-Ichi Takezawa, “The Blue-Collar Worker in Japanese Industry”, em N. F. Dufty, *The Sociology of the Blue-Collar Worker* (Leiden, 1969), pp. 190-1; para um exame geral, Geoffrey K. Ingham, “Plant Size: Political Attitudes and Behaviour”, *Sociological Review*, 17, 1969.

7. Realmente é um pouco difícil obter-se definição satisfatória de um termo ilusoriamente simples como “mecanização”. Uma tentativa recente é: “qualquer mudança tecnológica que aumente o *output* por trabalhador (ou homem-hora), isto é, mudança que reduza as exigências de trabalho por unidades de *output*” (A. J. Jaffe e Joseph Froomkin, *Technology and Jobs*, Nova York, 1968, p. 17).

e rotinizadas; e indústrias de “processo contínuo”, tal como a indústria química, envolvendo os fluxos de produção automaticamente controlados, onde a tarefa de trabalho refere-se somente ao controle e manutenção da maquinaria.⁸ Como assinalaram Dahrendorf e vários outros, Marx estava enganado ao supor que o desenvolvimento capitalista tendia à eliminação do trabalho especializado — embora o caráter desse trabalho tenha-se alterado, com o “trabalhador artesão tradicional” que trabalha sozinho ou num estabelecimento produtivo muito pequeno sendo crescentemente deslocado pelo trabalho especializado vinculado a empresas maiores. A persistência do trabalho especializado é, sem dúvida, uma fonte importante de diferenciação dentro da classe operária como um todo. As possibilidades de mercado do trabalhador especializado são tipicamente superiores às dos trabalhadores com um nível mais baixo de especialização, fator que influencia muito a formação de sindicatos e estimula o conflito inter-sindical, e (em função, por exemplo, da maior segurança de ocupação do trabalhador especializado, que produz uma disponibilidade maior de hipotecas imobiliárias e permite um padrão de “gratificações por deferência”) tende a sustentar divergências nos grupamentos distributivos dentro da classe operária. Essas diferenças na estruturação de classes estão, por sua vez, ligadas às diferenças mais amplamente observadas na consciência de classe; mesmo dentro de instalações maiores, por exemplo, os trabalhadores especializados têm normalmente uma consciência de conflito menor do que os outros trabalhadores. Isto indica dois tipos de restrições que devem ser feitas à avaliação da influência da técnica, conforme classificada no esquema de Blauner: em primeiro lugar, a avaliação dos efeitos das diferenças na técnica industrial sobre o comportamento e perspectivas dos trabalhadores deve talvez ser mais complexa, à medida que estes nunca atuam “sozinhos”; e, em segundo lugar, embora a maioria das organizações industriais possa ser classificada de maneira geral segundo o tipo de técnica, nem todas as tarefas na divisão do trabalho dentro da organização serão do mesmo nível de especialização.⁹

A maioria dos pesquisadores que investigaram a relação entre a tecnologia e as atitudes operárias, como o próprio Blauner, preocupou-se basicamente com o efeito da técnica muito mecanizada e ra-

cionalizada sobre a “satisfação com o trabalho”, mais do que com a consciência de classe enquanto tal.¹⁰ Virtualmente todos os estudos sobre os trabalhadores de linha de montagem de automóveis, o grupo mais familiar nessa pesquisa, concluem que, como conseqüência do ritmo de trabalho determinado e do caráter muito repetitivo e isolado da tarefa de trabalho, tais trabalhadores mostram um alto nível de “alienação” de seu trabalho — sendo a palavra “alienação” usada, é claro, de uma maneira que só arranha a superfície das conotações originais que Marx deu ao termo. Sugere-se com freqüência, entretanto, que a preponderância desse tipo de técnica na produção está associada a um grau acentuado de consciência de conflito, como resultado da padronização de habilidades e salários que ela cria. Mas a defasagem entre a concepção de “alienação” nessas pesquisas e alguma forma definida de consciência de conflito é muito grande; além disso, alguns estudos recentes não conseguiram descobrir qualquer relação direta entre tipos de técnica e “satisfação com o trabalho” especificado.¹¹ Um ponto negativo na maioria das investigações sobre a questão, particularmente característico das primeiras pesquisas, é a falha em isolar de modo adequado a influência de relações da autoridade. Em ambientes industriais de trabalho como a linha de montagem, o trabalhador tende a ser rigidamente controlado em seu trabalho, aparentemente “pela máquina”. Mas o modo de operação de qualquer tipo de técnica produtiva sempre envolve alguma espécie de diretiva humana, tal como a suposta necessidade de maximizar a produtividade, que não é estabelecida pelo próprio trabalhador. As poucas observações feitas em circunstâncias em que é possível dissociar, até certo ponto, as relações paratécnicas do caráter do sistema de autoridade indicam o significado parcialmente independente deste último.

Na análise de Marx, as influências da indústria e da mecanização em grande escala combinam-se para favorecer o crescimento de associações de sindicatos, e essas são realmente o foco principal do aguçamento e acentuação da consciência de classe. Marx não ofereceu nenhum tipo de exame sistemático das origens da sindicalização

8. Robert Blauner, *Alienation and Freedom* (Chicago, 1964), p. 7.

9. cf. Joan Woodward, *Industrial Organization: Theory and Practice* (Londres, 1965).

10. Ver, entretanto, John H. Goldthorpe, “Attitudes and Behaviour of Car Assembly Workers: a Deviant Case and a Theoretical Critique”, *British Journal of Sociology*, 17, 1966.

11. cf., por exemplo, Arthur N. Turner e Paul R. Lawrence, *Industrial Jobs and the Worker* (Boston, 1965). Há dificuldades óbvias com a noção de “satisfação” de trabalho, na medida em que aquilo que constitui “satisfação”, ou seu oposto, está nitidamente sujeito a relatividades de expectativas.

entre a classe operária, mas pode-se argumentar que há duas fontes potenciais de tal sindicalização na sociedade capitalista: (1) os sindicatos podem representar tentativas de compensar, tanto quanto possível, a falta de equilíbrio de poder de mercado na barganha entre o operário e o empregador; (2) os sindicatos podem representar tentativas de compensar, tanto quanto possível, a posição subordinada de controle do trabalhador na empresa em relação ao desempenho de sua tarefa na divisão do trabalho. Na medida em que os conflitos entre os trabalhadores e os empregadores são orientados em relação ao primeiro tipo de objetivos, referem-se a uma luta pela *alteração das possibilidades de mercado com o objetivo de garantir recursos econômicos escassos*. Enquanto os conflitos são orientados para o segundo tipo de resultado, eles referem-se à luta pela *mediação de controle dentro da empresa*. Vou referir-me ao primeiro tipo como uma orientação para o “economicismo”, e ao segundo como uma orientação para o “controle”. As lutas pelo controle são lutas “políticas” — no sentido bastante amplo do termo — já que envolvem necessariamente tentativas, por parte de membros da classe operária, de adquirir uma influência ou, em contexto mais radical, de adquirir controle completo, sobre o “governo” da indústria. Se a idéia de Marx, de que os conflitos sindicais tendem a produzir, de maneira direta, conflitos políticos (no sentido mais específico do termo), não está em concordância com a realidade geral das sociedades capitalistas, devemos perguntar que mecanismos atuam tipicamente para *confirmar o cerne do conflito industrial ao economicismo*. Uma vez que, dado o crescimento de técnicas formalizadas de barganha coletiva na indústria — *i.e.*, dado o reconhecimento das esferas política e econômica como áreas separadas de conflitos de barganha nos quais a classe operária desempenha um papel reconhecido — temos ainda de perguntar quais os fatores que explicam a manutenção desse “encapsulamento” parcial do conflito. Dizendo de outra forma, qualquer tipo de extensão maior de conflito industrial na área de controle coloca uma ameaça à separação institucional do conflito político e econômico que é uma base fundamental do Estado capitalista — porque serve para trazer a campo aberto as conexões entre o poder político na comunidade como tal e a subordinação “política” mais ampla da classe operária dentro da ordem econômica.

Vale a pena enfatizar que os choques sindicato-gerência que envolvem o economicismo são, em princípio, reconciliáveis de um modo em que os choques em relação ao controle não o são, porque, embora,

num certo momento só haja uma quantidade fixa do “bolo” da renda para ser dividida entre salários e lucros, num período de tempo mais amplo o tamanho desse “bolo” pode ser aumentado e, portanto, o aumento no salário pode ser trocado por acordos sobre produtividade etc. A longo prazo, tal processo só pode operar — sem tender a desviar-se para conflitos por controle — se há uma ascensão contínua na renda real, mas isso é exatamente o que foi conseguido pelas economias capitalistas no século XX. Esse tipo de solução não está aberto em relação ao controle. Deve-se reconhecer, entretanto, que em todos os ambientes industriais — mesmo na linha de montagem — os trabalhadores detêm uma certa quantidade de controle, geralmente organizado de maneira informal, sobre o seu meio-ambiente de trabalho e as tarefas de trabalho. À medida que a ação sindical esteja orientada para tornar o seu controle informal reconhecido e explícito, é pouco provável que entre em acordo com os interesses gerenciais e pode, até mesmo, igualar-se a eles ao esclarecer as realidades da situação. A ação para manter o “controle defensivo” é bem distinta da ação orientada para resultados de controle que envolvem a possibilidade de alterar as hierarquias de autoridade que existem dentro da empresa. Podemos, assim, concordar com a afirmativa de Mann de que “o que chamamos de *institucionalização do conflito industrial* é não mais nem menos do que a redução do conflito ao economicismo agressivo e ao controle defensivo”.¹² Dever-se-ia esperar que um alto grau de “economicismo agressivo” caracterizasse a sindicalização naqueles setores industriais nos quais há um nível marcado de consciência de conflito, com o desenvolvimento sindical não só refletindo como favorecendo tal consciência; e, de maneira geral, descobriu-se ser esse o caso. Assim, o conhecido estudo de Kerr e Siegel indica que as comunidades de “trabalhadores proletários” têm, consistentemente, as mais altas taxas de greve, conforme se pode medir por homens/horas perdidos; mas a propensão à greve também é bastante alta naquelas indústrias que combinam instalações em grande escala com um nível desenvolvido de mecanização. As taxas de greve são baixas, ao contrário, naquelas indústrias onde há um fator de alta habilidade média, onde a divisão do trabalho na empresa é

12. Michael Mann, *Consciousness and Action Among the Western Working Class* (Londres, 1973), p. 21. A análise que se segue neste capítulo deve, em alguns pontos, muito a esse trabalho e a conversas com Michael Mann.

diversificada, e onde há várias pequenas firmas fisicamente dispersas numa comunidade urbana maior.¹³

3. SINDICALIZAÇÃO E ECONOMICISMO

De acordo com o ponto de vista que desenvolvi neste capítulo, e, mais amplamente, neste livro, não há dificuldade em lidar com as diferenças evidentes entre o movimento operário americano e o das sociedades da Europa Ocidental. A evolução do movimento operário nos Estados Unidos colocou, é claro, um problema um tanto difícil de ser tratado pela teoria marxista ortodoxa e, mais, geralmente, por qualquer abordagem que aceite a perspectiva de que a maturidade do capitalismo — aparentemente desenvolvido em sua forma “mais pura” naquela sociedade — levaria a uma intensificação da consciência de classe revolucionária.¹⁴ A perspectiva que sugiro implicaria duas generalizações globais: (1) que o movimento operário tende a ser de orientação “socialista” quando é formado numa sociedade na qual existem elementos “pós-feudais” altamente importantes, e integrar-se-á estreitamente com um movimento político na proporção em que haja resistências à incorporação ativa da classe operária ao “estado de cidadania”;¹⁵ (2) que o movimento operário tende a ser de orientação “socialista-revolucionária” quando cada uma dessas condições se aplica, mas os elementos “pós-feudais” oferecem uma fonte marcante de resistência ao industrialismo capitalista emergente. O significado da palavra “resistência” nesta proposição deverá ser esclarecido adiante: o emprego do termo “socialista” coloca, claramente, várias questões. Na primeira categoria men-

13. Clark Kerr e Abraham Siegel, “The Interindustry Propensity to Strike — an International Comparison”, em Arthur Kornhauser *et. al.*, *Industrial Conflict* (Nova York, 1954).

14. cf. Werner Sombart, *Warum gibt es in den Vereinigten Staaten keinen Sozialismus?* (Tübingen, 1906), para uma análise clássica do problema. Para análises históricas mais recentes, ver James Weinstein, *The Decline of Socialism in America, 1912-1925* (Nova York, 1967); John H. M. Laslett, *Labour and the Left* (Nova York, 1970).

15. É importante enfatizar a expressão “incorporação ativa” porque, embora tenham sido introduzidos relativamente cedo em alguns países, os direitos de voto da massa freqüentemente não passaram de uma fraude. O teorema afirmado aqui se aplica com particular propriedade aos primeiros líderes socialistas. Como assinalou Kautsky, o socialismo “foi uma coisa trazida de fora para a luta de classe do proletariado, a saber por intelectuais de classe média” — tais indivíduos eram quase sempre “apanhados”, de maneira característica, entre o capitalismo em desenvolvimento e a reação dos grupamentos proprietários de terra, “semifeudais”.

cionada acima, desejo incluir sociedades como a Inglaterra, onde o movimento operário esteve ligado a formas de ideologia socialista de natureza reformista, não tendo ideais claramente formulados sobre a destruição revolucionária do capitalismo. Na segunda categoria, os casos mais proeminentes são o da França (sobre o qual concentrei minha discussão) e Itália, onde o movimento operário manteve um alto nível de compromisso com tais ideais — o que na prática significa principalmente um compromisso com o próprio marxismo como ideologia de orientação.

O abismo entre a teoria sobre o movimento operário de Perlman e o tipo de perspectiva estabelecido por Marx cerca de 60 anos antes expressa, de certa maneira, as diferenças entre o caráter da sindicalização *blue-collar* nos Estados Unidos e nos países europeus. Em vez de relacionar sindicalização e conhecimento de posições comumente mantidas frente aos meios de produção e, assim, à estrutura de classes (no sentido de Marx), Perlman explica a emergência do movimento operário americano como uma tentativa economicista dos operários para implementar suas possibilidades de mercado por meio da tentativa de introduzir controles sobre a oferta de trabalho — processo inicialmente utilizado pelos sindicatos profissionais.¹⁶ Certamente o movimento operário nos Estados Unidos tem sido quase completamente relacionado ao desenvolvimento de sindicatos e desligado de objetivos políticos socialistas ou de experiências cooperativistas. Não houve, realmente, uma “redução” do conflito industrial ao economicismo, porque esta foi a característica predominante do movimento operário do século XIX em diante.

Em lugar de oferecer uma análise extensiva das divergências entre o movimento operário americano e o dos países europeus, concentrar-me-ei nesta seção na segunda questão acima mencionada: o problema das origens de uma postura “socialista-revolucionária” persistente nas organizações trabalhistas que representam os interesses da classe operária. Embora o movimento operário nos Estados Unidos não seja filiado a partidos políticos socialistas, o que é característico das sociedades européias, tem mais coisas em comum com algumas delas, como a Inglaterra, do que com aquelas nas quais o movimento operário foi fortemente permeado por idéias revolucionárias, como

16. Selig Perlman, *A Theory of the Labour Movement* (Nova York, 1928). Para uma tentativa mais recente e uma análise nitidamente comparativa, ver Everett M. Kassalow, *Trade Unions and Industrial Relations: an International Comparison* (Nova York, 1969).

a França e a Itália. Mas vale a pena, também, comparar padrões europeus como um todo com o desenvolvimento do movimento operário japonês.

Talvez a característica mais marcante do movimento operário francês seja a persistência da ideologia revolucionária através de longos períodos de mudança social e econômica — tanto na própria sociedade quanto, mais especificamente, na organização dos sindicatos. Embora, por exemplo, o ritmo de desenvolvimento econômico no início do século fosse lento, se comparado com a Inglaterra ou Alemanha, os períodos posteriores de crescente prosperidade relativamente acentuada não diminuíram significativamente sua predominância; e, embora as velhas influências anarco-sindicalistas desaparecessem, foram substituídas pelo comunismo, dominante na CGT. Investigações recentes mostram que a “ideologia oficial” da CGT não está divorciada das atitudes de uma proporção substancial de trabalhadores e demonstram a existência persistente da consciência revolucionária entre a classe operária. Assim, a pesquisa de Hamilton mostra que, segundo o próprio autor, “entre os membros da CGT há alto nível de injustiça percebida e um nível muito alto de sentimento revolucionário”.¹⁷ Mas entre os trabalhadores que pertencem a outros sindicatos, mesmo aqueles que são forte e ativamente anticomunistas, uma considerável minoria expressa atitudes similares. Além disso, trabalhadores que não são membros de qualquer sindicato também mostram, no estudo de Hamilton, um alto desenvolvimento de consciência revolucionária, mesmo em fábricas que são completamente não-sindicalizadas. Essas descobertas contrastam muito com os estudos de trabalhadores em muitos outros países europeus e nos Estados Unidos. Assim, quando se aplica a analogia do “jogo de equipe” e se pergunta aos trabalhadores se eles e seus patrões estão “do mesmo lado”, uma grande parte dos trabalhadores ingleses diz que sim, enquanto grupos comparáveis de trabalhadores franceses sustentam que se situam em lados opostos.¹⁸

17. Hamilton, *Affluence and the French Worker in the Fourth Republic*, pp. 229-230. Ver, também, Touraine, *La Conscience Ouvrière*, pp. 150-84 e 277-301.

18. cf., por exemplo, Dorothy Wedderburn e Rosemary Crompton, *Worker's Attitudes and Technology* (Cambridge, 1972), p. 43; e Odile Benoit, “Statut dans l'entreprise et attitudes syndicales des ouvriers”, *Sociologie du Travail*, 4, 1962. Deve-se assinalar, entretanto, que essa analogia, em si mesma, não fornece uma base adequada para distinguir conflito e consciência revolucionária.

A existência de uma considerável influência do sindicalismo comandado pelo comunismo nas atitudes operárias torna-se clara a partir das respostas dos operários franceses a investigações sobre a natureza da sociedade que eles prevêem ou esperam que sucederá ao capitalismo. Em sua maior parte, estes tendem a identificar os objetivos do socialismo revolucionário com o estabelecimento de um Estado operário moldado na URSS, refletindo, assim, o caráter fortemente pró-soviético do CGT e do PCF. Mas o importante é que a consciência de uma “sociedade alternativa” revolucionária está intimamente ligada à percepção da privação de trabalho — fenômeno que fornece o início de uma explicação para a ausência relativa de uma tendência ao economicismo no sindicalismo francês, se comparado ao de outras sociedades européias nas quais o movimento operário tornou-se aparentemente “desradicalizado” desde a passagem do século. Isso nos traz de volta às pesquisas sobre “satisfação com o trabalho” citadas na seção anterior deste capítulo e, mais particularmente, à conexão entre a “satisfação com o trabalho” e o sindicalismo. Estudos sobre essa conexão na Inglaterra e nos Estados Unidos indicam que há uma correlação direta entre a participação sindical e o grau afirmado de satisfação com o trabalho: os operários, em ambientes de trabalho similares, que são membros ativos de sindicatos, estão mais satisfeitos do que os membros passivos ou não-sindicalizados. Essa descoberta, aparentemente contrária à perspectiva de Marx, mas não à noção de “consciência sindical” de Lênin, é invertida entre os trabalhadores filiados ao CGT da França, onde os ativos no sindicato expressam os mais altos níveis de insatisfação manifesta com o trabalho. Esses trabalhadores, se comparados aos de sindicatos reformistas franceses, também consideram as firmas em que trabalham como tendo pouco potencial para fornecer-lhes crescentes retribuições econômicas, mesmo nas empresas que de fato são prósperas.¹⁹ Assim, pode-se sugerir que há uma importante influência *recíproca* entre a liderança radical de trabalho e a persistência da consciência revolucionária entre a classe operária. A tendência ao economicismo, que tem caracterizado o movimento trabalhista na maioria dos países europeus, não deve ser explicada apenas em termos de um *embourgeoisement* de uma “aristocracia operária”, ou em termos da tendência dos líderes operários para renegar os ideais revolucionários da massa por

19. Hamilton, *op. cit.*, pp. 220-25.

motivos de autoglorificação.²⁰ Ao contrário, a questão é que há um elo contingente entre uma orientação para controlar e uma outra para melhorar as possibilidades de mercado, elo que é dado pelo *conteúdo político manifesto* dos movimentos trabalhistas de protesto anteriores. À medida que, devido à incorporação política da classe operária dentro de um sistema desenvolvido de “direitos de cidadania”, o Estado capitalista consoma com sucesso a separação institucional entre a economia e a comunidade, os aspectos políticos do conflito tornam-se “descobertos” e esse elo é quebrado.

Um dos fatores que influenciam esse processo está relacionado, claramente, à questão de se saber até que ponto a orientação política do movimento operário é, de início, de caráter bem revolucionário. Mas no caso da França devemos procurar explicar o que cria e *perpetua* o elo entre uma orientação para o controle e o radicalismo dos líderes operários, naquele país. A análise precedente indica, entretanto, os *mecanismos* que, a partir da experiência da própria classe operária, servem para estabilizar a organização institucional do Estado capitalista na maioria das sociedades européias e nos Estados Unidos. Pode-se sugerir que a primazia de uma orientação econômica seja mantida, não porque a maioria dos trabalhadores esteja “satisfeita” com o seu trabalho, ou porque, como sugeriu Dubin, em condições sociais modernas, o trabalho se torna menos importante como uma fonte (potencial) da satisfação, mas porque os trabalhadores estão preparados para negociar as experiências “alienantes” de trabalho por recompensas econômicas. Ou seja, do ponto de vista da experiência de, e atitudes para com o, trabalho — pelo menos com um alto nível de “alienação” da tarefa de trabalho ou um alto nível de consciência do conflito — a “integração” da classe operária está baseada menos numa adoção normativa de ideais e crenças geralmente aprovadas pelas classes média e alta do que numa aceitação “pragmática” da ordem industrial existente.²¹ A importância desse fato é evidente. Não implica que a ausência do que é definido como “recompensas” favoráveis forneça, por si só, a situação de um reavivamento da consciência revolucionária naqueles países onde isso, atualmen-

20. cf. J. A. Banks, *Marxist Sociology in Action* (Londres, 1970), pp. 87-138, para dados sobre a liderança sindical nas indústrias de mineração, aço e ferro na Inglaterra.

21. Para uma análise mais detalhada, ver Michael Mann, “The Social Cohesion of Liberal Democracy”, *American Sociological Review*, 35, 1970.

te, está ausente — a análise teórica da consciência de classe que elaborei indicará que isso não ocorre, mas que a manutenção dos níveis de “integração” que caracterizaram as últimas décadas, como indicado, por exemplo, por índices de greve, depende substancialmente da capacidade das sociedades capitalistas em manter os níveis ascendentes de renda real, conseguidos no passado, *sem introduzir medidas que sirvam para reorientar o movimento trabalhista para problemas de controle*. Pode-se argumentar (ver Cap. 16) que a existência do neocapitalismo atuará no sentido de impulsionar o curso dos acontecimentos precisamente nessa direção.

Isso ainda deixa não-resolvida, entretanto, a determinação dos fatores que explicam as diferenças que separam a França de outros países europeus. * Na literatura existente podem ser encontradas duas explicações dessas diferenças. Uma delas é a estabelecida por teóricos recentes da “sociedade industrial”, associada sobretudo com a perspectiva do “fim da ideologia”, e pode ser chamada de teoria do desenvolvimento retardado; a outra, proposta por alguns escritores marxistas recentes, é uma teoria do desenvolvimento *desigual*. Embora compartilhem certas similaridades, elas não são as mesmas. A primeira sustenta que, onde continuam a existir tendências revolucionárias entre a classe operária, isso ocorre porque a sociedade em questão, por qualquer que seja o motivo, não está ainda “completamente industrializada”, ou seja, como a França (e a Itália), ainda mantém um setor agrícola considerável. Já que, continua a argumentação, a classe operária tende a ser revolucionária apenas nos estágios iniciais do desenvolvimento capitalista-industrial, a existência continuada de ideais revolucionários nas sociedades contemporâneas não pode ser mais do que uma anomalia temporária, um resíduo do passado que desaparecerá brevemente. Mas embora essa perspectiva possa ter plausibilidade, sobretudo em relação à Itália, ela não é muito esclarecedora. Atualmente quase não se pode chamar a França de “atrasada”, qualquer que seja o índice de desenvolvimento econômi-

* Deve-se, talvez, enfatizar que nem neste capítulo nem em outras partes deste livro eu discuto a questão da ocorrência da revolução como tal, na França ou em qualquer outro lugar. Isso é uma questão, é claro, que não depende apenas daquelas forças que poderiam constituir (ou perceber-se a si próprias como constituintes de) uma ameaça à ordem existente, mas sim do alinhamento de grupos dentro daquela ordem e às reações de autoridades a qualquer tentativa concreta de derrubá-la. O papel do Partido Comunista Francês nos acontecimentos de maio de 1968 ilustram esse ponto.

co empregado; além disso, as diferenças na infra-estrutura que hoje distinguem a França, digamos, da Inglaterra, são antigas; e, por fim, a teoria não pode oferecer nenhuma aplicação de por que deveria haver, *historicamente*, diferenças na natureza e no grau de sentimento revolucionário entre as classes operárias francesa e inglesa. A concepção de “desenvolvimento desigual” é mais sofisticada e mais de acordo com as realidades da história passada da sociedade francesa. Segundo essa perspectiva, que foi generalizada por Althusser num nível altamente abstrato, o ímpeto à mudança revolucionária numa sociedade é gerado por uma “fusão de contradições”. Na França, as contradições já inerentes à sociedade capitalista convergem com outras, tais como a coexistência de um setor industrial bastante maduro com um amplo setor agrícola primitivamente organizado.

Não há dúvida de que há uma considerável validade na teoria do desenvolvimento desigual e, com o objetivo de levar esse ponto mais à frente, devemos voltar ao que já afirmei ser o determinante básico da consciência de classe revolucionária: não o conflito de classe como tal, mas o conflito de classe que ocorre no contexto de “contradição” conforme a defini. Segundo essa interpretação, a criação da consciência revolucionária talvez deva ser maximizada no ponto de transição do trabalho rural em pequena escala para a produção industrial, ou seja, nas fases iniciais de industrialização. Mas, em primeiro lugar, isso não acontece sempre e, em segundo, na maioria dos casos o contexto revolucionário da consciência de classe operária finalmente perde a sua força. Assim, qualquer teoria de consciência revolucionária enunciada de maneira simples, tratando esta como um resultado inevitável da migração de trabalhadores rurais para o trabalho industrial, é bem insuficiente. O que determina que os trabalhadores “migrantes” desenvolvem ou não uma consciência de classe revolucionária? Podemos necessariamente distinguir dois possíveis conjuntos relevantes de influências: o caráter do ambiente pré-industrial do qual se origina o trabalhador, e a natureza do meio-ambiente industrial para o qual ele se desloca. No ponto em que esses dois “entrelaçam-se” estreitamente, a probabilidade é que não haja tendência à consciência revolucionária ou mesmo, na verdade, à consciência do conflito. Assim, como assinalou Weber em seu estudo sobre os trabalhadores agrícolas na Alemanha do século XIX, alguns (embora uma minoria) dos trabalhadores migrantes da agricultura estavam aptos a fazer um ajustamento bastante fácil a seu meio-ambiente

de trabalho, à medida que se deslocaram de um ambiente caracterizado pelas relações patriarcais patrão-empregado para um ambiente onde prevalecia o mesmo tipo de organização, dentro de estabelecimentos manufatureiros em pequena escala. Mas onde, como mostra o trabalho de Duveau, as condições rurais de trabalho estão associadas com um alto nível de ressentimento difuso, este tende a transformar-se em sentimentos revolucionários caso o trabalhador se desloque para um ambiente industrial. Isso, na verdade, parece ter sido uma fonte importante de radicalismo na França no fim do século XIX — fonte de adesão, como seria de se esperar, ao anarco-sindicalismo, assim como ao socialismo revolucionário. Isso ocorria particularmente com os trabalhadores sazonais, camponeses durante uma metade do ano e trabalhadores industriais na outra metade. Duveau observa sobre o trabalhador sazonal: “da mesma forma que ele aparece em dois ambientes materiais distintos, os seus sentimentos mostram dois lados diferentes. Algumas vezes parece piedoso e reservado, respeitando muito todas as hierarquias sociais, embora em outras épocas expresse opiniões radicais e declare-se seguidor da república “vermelha”.²² O tipo de choque experimentado pelo trabalhador sazonal numa base cíclica — maximizada quando ele está envolvido na produção mecanizada em grande escala — é aquele que, quando a migração se torna mais permanente, tende a levar a uma resolução dessa atitude “esquizofrênica” em favor do radicalismo.

A pesquisa de Hamilton indica que o radicalismo rural continua a ser uma influência importante na França contemporânea, e podemos aceitar a conclusão estabelecida por ele e outros de que esse é um fenômeno de importância capital, não só nas origens remotas da consciência de classe revolucionária na França, mas na sua persistência em épocas modernas. Isso deve ser relacionado, entretanto, com o desenvolvimento sociopolítico da sociedade francesa nos séculos XIX e XX, para explicar o crescimento e a persistência de um socialismo revolucionário. A tese que poderia ser sugerida aqui não é desconhecida, e é profundamente importante: as idéias socialistas nascem originalmente não do crescimento e da maturidade do próprio capitalismo, mas do choque entre o capitalismo e o (pós-) feudalismo. Onde esse choque assume um caráter revolucionário, não só devido à intransigência política da aristocracia como a barreiras puramente eco-

22. Duveau, *op. cit.*, 229; cf. também Hamilton, *op. cit.*, pp. 258 e segs.

nômicas ao desenvolvimento capitalista, o socialismo também tenderá a ser revolucionário. O socialismo revolucionário (e o anarquismo), tendo em parte a sua origem no radicalismo rural, será uma característica mais ou menos crônica de uma sociedade como a França, que manifesta desenvolvimento “desigual”, enquanto que tal sociedade tem uma longa história de confronto não-resolvido entre capitalismo “progressivo” e agrarianismo semifeudal “retroativo” dentro de uma estrutura nacional global única. Como já foi enfatizado, a revolução de 1789, nesse sentido, criou clivagens sociais mais profundas do que as erradicou, embora ajudando a reforçar uma classe alta urbana, permitiu a existência de centros tradicionais e localizados de poder rural — uma divisão de alguma maneira resumida, é claro, pelo contraste entre Paris e as províncias. Argumentei antes que o declínio do sentimento revolucionário entre a classe operária, em outros países, pode ser interpretado em termos dos efeitos de sua “incorporação política” sobre a preocupação com uma orientação para o controle na indústria. Esses efeitos não ocorrerão, entretanto, quando o reconhecimento político da classe operária dentro do Estado não for acompanhado por sua contrapartida essencial, o reconhecimento do poder de barganha legítimo do trabalho organizado dentro da própria esfera industrial. Isso tende a ocorrer numa sociedade dividida entre uma comunidade progressista e “revolucionária” e uma infra-estrutura cronicamente “resistente”, ou onde os empregadores tendem a resistir à sindicalização em favor de um patriarcalismo “semifeudal”.²³ Devo enfatizar, entretanto, nesse ponto, que não desejo voltar ao tipo de perspectiva que sustente que esses fenômenos são meramente residuais, simplesmente o resultado de um atraso, que será logo vencido, no desenvolvimento capitalista. Ao contrário, argumentarei, como um princípio geral que se aplica à emergência do industrialismo capitalista em qualquer país, que o modo de ruptura com a sociedade pós-feudal cria um complexo institucional dentro do qual se acomoda uma série de mudanças econômicas profundas que, então, tornam-se um sistema persistente, muito resistente a modificações mais importantes. Em outras palavras, as forças características do Estado, dos partidos políticos e do movimento operário, uma vez estabelecidas,

23. cf. o importante estudo de Ehrmann sobre associações patronais na França. Como assinala o autor, há um número relativamente pequeno de estudos sobre associações patronais se comparado à maciça literatura sobre o movimento operário, mas as primeiras podem ser de importância fundamental para o caráter deste último (Henry W. Ehrmann, *Organised Business in France*, Princeton, 1957).

constituem uma ordem institucional cujos elementos básicos ficam, por assim dizer, “congelados” durante o processo de transição para a sociedade capitalista (no sentido em que defini este último termo).

A perspectiva que propus concernente à orientação para o controle e compromissos políticos dos movimentos operários pode ser examinada mais detidamente quanto ao sindicalismo japonês, embora não haja espaço aqui para discutir detalhadamente este caso. A diferença mais marcante entre os sindicatos ocidentais e os japoneses é a relativa ausência de preocupação destes últimos com pontos que não estejam relacionados com a posição do trabalhador na empresa imediata da qual ele é membro. O sindicalismo de empresa não é formado a partir da “consciência de emprego” dos sindicatos profissionais americanos, nem a partir da consciência alienativa de conflito característica de muitos meios industriais europeus, mas sim a partir de um fac-símile da solidariedade *buraku*. Como na Alemanha, mas de forma ainda mais específica, a supervisão do processo de industrialização por um Estado paternalista-autoritário possibilitou uma transferência do trabalho agrícola para o industrial, que evitou alguns dos choques nas formas de experiência e conduta que ocorreram em outras sociedades, padrão esse que continuou no desenvolvimento do sindicalismo de empresa posterior à guerra.²⁴

Em tais circunstâncias, as probabilidades de prosseguimento do economicismo são distintivamente limitadas; e, por outro lado, qualquer relação direta entre uma orientação para problemas de controle e objetivos políticos amplos é grandemente evitada. Segue-se, portanto, que é provável que haja uma tensão fundamental no movimento operário japonês à medida que ele existe a nível nacional, porque não é nem possível a opção em direção à socialdemocracia pela estabilização das demandas de trabalho em torno de objetivos economicistas, nem a manutenção de uma orientação revolucionária nas

24. cf. Solomon B. Levine, *Industrial Relations in Postwar Japan*, pp. 59 e segs. e *passim*; James C. Abegglen, *The Japanese Factory* (Glencoe, 1958), pp. 77-80. Para uma crítica a Abegglen que, segundo Robert E. Cole, “baseia-se quase completamente em fontes gerenciais”, ver Robert E. Cole, *Japanese Blue-Collar* (Berkeley, 1971). Esse é um importante livro porque Cole mostra que a “singularidade” do sistema industrial japonês deveria ser interpretada não só em termos de sua “cultura” tradicional, mas também em termos da forma característica de sua infra-estrutura econômica. Há fortes pressões econômicas, por exemplo, que mantêm o sistema de salário *nenko* (o princípio de superioridade de idade). Ver também Taira, *op. cit.*, para uma análise parcialmente complementar.

lutas pelo controle. De fato, mesmo uma incursão superficial sobre a história do movimento operário no Japão mostra que ele estava sujeito ao que se chama de "movimento pendular" do "realismo ao utopismo", ou de uma posição radical a uma posição moderada.²⁵ É claro que esse é um fenômeno de longo alcance, que atribui à ascensão do moderno sindicalismo de empresa uma data anterior à verdadeira, e que continua a depender de outros fatores além deste último; mas, na era pós-guerra, a exacerbação do caráter "pendular" do movimento operário pode ser consideravelmente entendida nesses termos.

4. A "NOVA CLASSE OPERÁRIA" — OUTRA VEZ

Assim como as idéias associadas com o desenvolvimento (suposto) de uma "nova classe operária", conforme diagnosticado por autores como Touraine e Mallet, refletem em vários sentidos o caráter da sociedade francesa, também outras teorias que empregam a mesma expressão manifestam aspectos de tipos variantes da estrutura social e econômica. Duas teorias desse tipo receberam alguma aceitação: (1) Uma abordagem, identificada com S. M. Miller e outros autores americanos, localiza a "nova classe operária" não nos níveis mais altos, e sim nos níveis mais baixos de trabalho manual. A "nova classe operária" aqui é um caso do que chamei, em termos gerais, de "subclasse"; neste exemplo, os "pobres étnicos" que estão na base da estrutura de classes americana. Essa concepção da "nova classe operária", entretanto, compartilha com outras teorias mais do que o que parece ser de início uma mera semelhança terminológica. Embora esteja mais relacionada à pobreza do que, como no segundo tipo de perspectiva mencionada adiante, à afluência, ela compartilha com essas últimas a noção de que as mudanças recentes nas margens da classe operária são da maior importância para influenciar as atitudes e a conduta da maioria dos membros da classe como um todo. Além disso, o novo foco sobre a subclasse nos Estados Unidos é parte de uma reação consciente contra a afirmativa de que a afluência do operário americano, em conjunto com outros fatores, eliminou por completo a utilidade da palavra "classe" naquela sociedade.

(2) A noção da importância da "afluência" na dissolução de formas mais velhas de estruturação de classes recebeu particular aten-

25. Robert A. Scalapino, "Labour and Politics in Postwar Japan", W. W. Lockwood, *op. cit.*, p. 673.

ção nos trabalhos de autores que escreveram no ou sobre os Estados Unidos e a Inglaterra. Embora essa noção tenha tomado vários aspectos, na sua forma mais simples ela envolve a afirmativa, ou a suposição, de que a ascensão real de níveis de renda, particularmente marcada nos níveis mais altos da classe operária, transformou as estruturas tradicionais de classes. Esta perspectiva é, evidentemente, bastante distinta da dos escritores franceses, e é enganoso estudá-las em conjunto com teorias de "embourgeoisement" (*Verbürgerlichung*), como tem sido feito ocasionalmente. O termo, de qualquer forma, não é apropriado porque, na proposição "os operários estão-se tornando classe média", "classe média" não se refere à burguesia proprietária de Marx, mas aos empregados *white-collar* não-proprietários. Conforme aplicada na Inglaterra, a perspectiva que relaciona mudanças que ocorrem na estrutura de classes com afluência crescente foi a princípio oferecida num contexto político específico. As derrotas eleitorais do Partido Trabalhista na década de 1950 pareceram a muitos observadores tanto significar quanto resultar de uma transformação das partes afluentes da classe operária. Se a crença de que o trabalhador manual de alta renda tornou-se um "homem de Orpington" parece muito extravagante hoje, ela foi colocada não faz muito tempo atrás como um indicador significativo da erosão da estrutura existente de classes.²⁶

(3) Há ainda uma outra concepção de uma "nova classe operária" que, embora não tão claramente distintiva quanto as já mencionadas, e em parte sobreposta a elas, vale a pena ser colocada. Essa perspectiva propõe que ocorreu algo como uma separação entre a posição do trabalhador como um produtor e sua posição como consumidor. Idéias semelhantes a esse respeito remontam a escritos de autores de outras convicções muito divergentes como Dubin, Shelsky e Gorz. Na expressão de Gorz, "O capitalismo civiliza o consumo e o lazer para evitar ter que civilizar as relações sociais e as relações produtivas de trabalho".²⁷ Essa perspectiva é, logicamente e em certo sentido, oposta à daqueles que, como Dubin, não vêem, como Gorz vê, as atrações e prazeres obtidos fora do trabalho como "falsos" ou "manipulativos". A linha comum deve ser buscada, entretanto, na tese de que a posição mutante da classe operária na sociedade neo-

26. Ver Dahrendorf, *Conflict after Class*, *op. cit.*

27. André Gorz, "Work and Consumption", em Perry Anderson e Robin Blackburn, *Towards Socialism* (Londres, 1965), p. 349.

capitalista pode ser entendida em termos da dissolução das divisões preexistentes entre grupamentos distributivos, pela criação de uma variedade de bens de consumo de "massa" e oportunidades de tempo de lazer disponíveis para quase todos os membros da população.

Como a discussão do significado do "trabalhador afluente" na Inglaterra, a discussão sobre a versão americana da "nova classe operária" foi estimulada em grau considerável por considerações políticas. A presença de uma grande subclasse tem sido encarada como uma profunda influência sobre as perspectivas e conduta política da classe operária branca. Dificilmente se resiste à conclusão de que a existência de uma subclasse altamente estruturada seja um fenômeno muito importante de condicionamento atual da experiência americana. A "nova classe operária" de Miller é formada por negros, mais porto-riquenhos e mexicanos, trabalhando em indústrias de serviço não-sindicalizadas, com baixos salários, e tendo taxas muito altas de desemprego crônico; a "velha classe operária" predominantemente branca situa-se sobretudo em ocupações especializadas e semi-especializadas mais altamente sindicalizadas, e emprega-se nas indústrias de construção e manufatura de alta renda. A subclasse é, assim, se comparada com os trabalhadores brancos, composta de migrantes relativamente recentes para as áreas urbano-industriais.²⁸

Embora seja evidente que a emergência de uma subclasse urbana compacta é, de várias maneiras, um fenômeno especificamente americano, desenvolvimentos semelhantes, de natureza menos pronunciada, podem ser testemunhados em outras sociedades avançadas — como resultado, por exemplo, da migração das Antilhas e da Ásia para a Inglaterra e de argelinos para a França. Não há indicação de que esses grupamentos, pelo menos num futuro próximo, tenham probabilidade de conseguir qualquer nível significativo de acesso aos limites mais altos da estrutura ocupacional, e há bastante evidência de que o mesmo tipo de formas de estruturação imediata que atuaram nos Estados Unidos — operando sobretudo pela segregação de área muito claramente definida — tenham progredido muito em relação às minorias de cor na Inglaterra e na França. É razoavelmente importante, portanto, considerar logo o papel possível dessa "nova classe operária" nos Estados Unidos em termos da possibilidade de acontecimentos paralelos nessas sociedades européias.

28. S. M. Miller, "The 'new' Working Class", em Arthur Shostak e William Gomberg, *Blue-Collar World* (Englewood Cliffs, 1965), p. 7.

Recentemente foram levantadas em algumas partes duas perspectivas bastante contraditórias, relativas ao papel da subclasse na estrutura social e política dos Estados Unidos: primeiro, a de que ela é uma força possível para a mudança revolucionária, servindo como foco potencial para a geração de um impulso na consciência de classe que por fim tornará ativa a classe operária branca; e, segundo, que ela é um fator que possibilita o prevalecimento de atitudes conservadoras entre os operários brancos. A primeira perspectiva tem um certo valor que a torna confiável, tanto na teoria quanto na prática. Como trabalhadores migrantes, provenientes do trabalho rural, e entrando em ocupações rotineiras, é possível supor que os membros da nova subclasse urbana poderiam manifestar algum tipo de consciência de classe revolucionária. Mais ainda, isso pareceria receber algum apoio no estudo que Leggett fez sobre Detroit, no qual os trabalhadores negros migrantes mostram um alto nível daquilo que o autor chama de "igualitarismo militante" e "radicalismo militante".²⁹ Mas os argumentos que sugerem que a potencialidade revolucionária da subclasse será talvez severamente limitada são documentáveis com facilidade. Em termos de seu tamanho dentro da população global dos Estados Unidos, pode-se afirmar de modo categórico que nenhum movimento operário amplamente revolucionário pode ser sustentado apenas pela subclasse, e, se algo de importante na segunda perspectiva mencionada acima, é que dela decorre que não há probabilidade visível de que as atitudes da subclasse podem atuar como catalisadores da classe operária branca. Mais do que isso, se as divisões étnicas podem atuar no sentido de promover a estruturação da classe, também podem sobrepor-se a ela; e a própria subclasse é fragmentada em três grupamentos étnicos principais. Finalmente, nada sugere que a consciência de classe dos trabalhadores negros seja permeada pela ideologia revolucionária, no sentido em que já defini essa palavra; o "igualitarismo radical" de Leggett e o "radicalismo militante" parecem representar não mais do que uma versão extrema do individualismo igualitarista comum em todos os níveis de classe nos Estados Unidos.

Mas podemos, indubitavelmente, esperar "resultados hostis" crônicos por parte dos membros da subclasse na medida em que lhes é negado o acesso ao exercício dos "direitos de cidadania", em igualdade com os operários brancos, nas esferas política e econômica. Parece

29. Leggett, *op. cit.*, p. 80 e *passim*.

bem claro que a incorporação política ativa da massa da subclasse (de base urbana), há muito retardada entre os trabalhadores agrícolas do Sul, está ocorrendo atualmente com rapidez. Dentro da própria indústria, entretanto, ainda permanecem barreiras importantes à equiparação das desigualdades nas possibilidades de mercado que diferenciam a subclasse da classe operária branca. Um desses fatores, certamente, são as barreiras colocadas pelas, ou derivadas indiretamente das, ações de alguns dos sindicatos, e é evidentemente importante perguntar até que ponto essas ações são guiadas por atitudes gerais que poderiam sustentar o conservantismo político atribuído amiúde aos operários brancos. A maioria dos escritos sobre essa questão foram o resultado de uma especulação mal informada e não de uma investigação concreta, e somente há pouco tempo tornou-se disponível o material para base de uma avaliação mais bem fundamentada. Tal indício não parece sustentar a perspectiva convencional de que as atitudes preconceituosas estejam concentradas entre a classe operária branca, nem a noção de que essa é a principal fonte de atitudes políticas de tendência direitista. Assim, um *survey* da eleição presidencial de 1964 mostrou que não mais do que 20 por cento dos trabalhadores manuais brancos, fora do Sul, apoiaram Goldwater, uma proporção muito mais baixa do que a de trabalhadores não-manuais (brancos); na eleição de 1968, o apoio a Wallace entre a classe operária branca não-sulista não era mais alto do que entre a classe média.³⁰

O que esses indícios não mostram é se as atitudes preconceituosas que existem abertamente dentro da classe operária branca, mesmo se não são mais generalizadas do que dentro da classe média, estão agrupados entre os trabalhadores que estão, ou acreditam estar, em competição mais direta por empregos com trabalhadores negros. Se como se poderia afirmar como hipótese, isso ocorre, as implicações sociais dessas atitudes poderiam ser muito maiores do que sugere a sua distribuição estatística. Ou seja, é possível dizer que os trabalhadores brancos de remuneração mais baixa através da resistência que oferecem ao acesso de trabalhadores negros e empregos mais bem remunerados do que os seus próprios, ou mesmo à garantia de paridade econômica, contribuem para a existência de uma "zona de pára-choque" que intervém entre a massa da subclasse e o cerne da classe operária branca.

A maioria das discussões sobre a subclasse, entretanto, negligenciou o que poderiam ser os fenômenos mais básicos para diferenciá-la da principal corrente da classe operária — um fenômeno localizado na infra-estrutura econômica do capitalismo e que, quaisquer que possam ser as diferenças encontradas entre as atitudes para com minorias étnicas por parte das classes operárias nos diferentes países, poderiam depender de características muito compartilhadas por todas as sociedades capitalistas. Essas características podem ser entendidas no contexto da emergência do que alguns economistas chamaram de "mercado de trabalho dual". Isso é algo que, embora se possa dizer que tenha existido por um longo período no Japão, pode ser plausivelmente visto como um traço, em rápido desenvolvimento, das economias ocidentais, e pode ser entendido em termos de uma distinção entre os mercados "primário" e "secundário".³¹ Um mercado primário é aquele no qual as ocupações disponíveis manifestam as características tradicionalmente associadas com trabalhos *white-collar*; um nível alto e estável ou progressivo de lucros econômicos, segurança de emprego, e alguma chance de mobilidade de carreira. Um mercado secundário é um mercado no qual essas condições não existem: onde há uma baixa taxa de lucros econômicos, pouca segurança de emprego e poucas oportunidades de progresso na carreira. No passado, a tendência da diferenciação entre esses foi seguir as linhas de habilidade dentro da classe operária; nas sociedades européias e nos Estados Unidos, os trabalhadores qualificados desfrutaram as vantagens de um mercado de trabalho primário. Mas à medida que os segmentos consideráveis da classe operária são afetados por uma crescente tendência a negociar coletivamente contratos a longo prazo, a distinção entre os mercados primário e secundário começa a cruzar as divisões de habilidade. *A mesma descontinuidade, entretanto, persiste.* Em outras palavras, é pouco provável que o trabalhador que tem possibilidades de mercado que lhe permitem o acesso ao emprego secundário esteja apto a adquirir um serviço no mercado primário. Pode-se sugerir que há duas fontes principais de desqualificação de emprego primário que tendem a operar mesmo que as possibilidades formais de mercado sejam iguais. Uma delas é a desqualificação sexual, que resulta em parte do preconceito social, mas também das interrupções na disponibilidade de trabalho (como consequência

30. Richard F. Hamilton, "Liberal Intelligentsia and White Backlash", *Dissent*, inverno de 1972, pp. 228-9.

31. Peter B. Doeringer e Michael J. Piore, *Internal Labour Markets and Manpower Analysis* (Lexington, 1971), pp. 164-83 e *passim*.

de casamento e nascimento de filhos) que ainda influenciam muito as condições do trabalho feminino. A outra é uma desqualificação étnica, que leva a subclasse a ser fortemente representada no emprego secundário.

Os fatores que atuam para aumentar o nível de emprego primário no setor manual podem ser percebidos sem muita dificuldade, e parecem estar intimamente ligados ao planejamento para a produtividade incrementada característica do neocapitalismo, tanto em termos macroeconômicos quanto ao nível da corporação individual. O planejamento da produção envolve necessariamente cálculos a longo prazo sobre o suprimento de trabalho, e tende a levar a uma ênfase sobre a obrigação de lealdade à empresa por parte dos empregados. Desde que isso inevitavelmente aumenta os custos de trabalho, pode-se esperar que os empregados tentem isolar as ocupações secundárias de modo a complementar o seu investimento de trabalho a longo prazo com um setor de trabalho altamente “disponível”, no qual um grau marcado de *turnover* de trabalho pode ser tolerado ou mesmo encorajado. A suclasse torna-se o principal repositório desse excedente de trabalho, por dois motivos: na medida em que os resultados do “círculo vicioso de falta de privilégio” afeta esse grupo mais do que qualquer outro, os seus membros, de qualquer maneira, possuem apenas um baixo nível de educação ou habilidades vendáveis; e a divisão de ocupações secundárias talvez seja mais aceitável para a classe média como um todo se essas ocupações forem, em grande parte, as que cabem àqueles considerados etnicamente inferiores. Em muitas sociedades européias contemporâneas a ausência de uma minoria étnica nativa leva a uma “subclasse transitória” (que afinal mostra não ser tão transitória) que é importada de fora.³²

Se essas mudanças afetam proporções substanciais da classe operária nas sociedades neocapitalistas, elas certamente são pelo menos tão significativas para a modificação da estrutura de classes preexistente quanto as hipoteticamente derivadas da “afluência” ou de alterações em padrões de consumo. Como assinalaram efetivamente Goldthorpe e Lockwood, a tese de que a emergência de um setor

32. cf. Stephen Castles e Godula Kosack, *Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe* (Londres, 1973). Como assinalam os autores: “Na realidade, todo o país capitalista avançado tem um estrato baixo, diferenciado por raça, nacionalidade ou outras características especiais que executa os piores serviços e tem as condições sociais menos desejáveis” (p. 2).

afluente de trabalhadores manuais tem como resultado a produção de uma transformação básica nas atitudes e na conduta pode ser questionada em vários pontos. Em primeiro lugar, ela identifica “afluência” com “renda”, que é apenas uma das fontes de recompensas econômicas que serviram no passado para separar as possibilidades de mercado dos trabalhadores manuais das dos *white-collar*. É exatamente para os tipos de alteração nas possibilidades de mercado desses trabalhadores manuais que devemos olhar se esperamos descobrir qualquer tendência à dissolução de relações preexistentes de classes. Por mais importantes que essas mudanças possam de fato ser, elas ainda afetam apenas uma minoria de trabalhadores; e, onde ocorrem, deixam intactas outras fontes principais de estruturação de classes que tendem a separar a classe operária da classe média. Embora em sua investigação sobre “trabalhadores afluentes” em Luton, Goldthorpe e Lockwood identifiquem algumas diferenças na consciência de classe entre esses trabalhadores e o (hipotético) trabalhador tradicional, há pouca redução aparente na sindicalização ou na votação trabalhista.³³ Finalmente, deve-se enfatizar que, mesmo que consideremos somente a renda e negligenciemos outras considerações, as mudanças ocorridas nos diferenciais de renda referem-se apenas às margens das classes; e, em grau considerável, podem ser mais adequadamente interpretadas como parte de um declínio global na posição de trabalhadores *white-collar* mais baixos, ao invés de uma ascensão de trabalhadores *blue-collar* para a classe média.

A versão remanescente da teoria da “nova classe operária” pode ser criticada por motivos um tanto similares, ou seja, por negligenciar o foco central das relações de classes como baseado na produção. A relevância dessa observação aplica-se diferentemente aos vários escritores. Para aqueles influenciados pelo marxismo, os efeitos de incorporação da classe operária dentro da economia de “consumo de massa” atua no sentido de ocultar ou de submergir os efeitos das relações de classes, mas não os elimina completamente. Os membros da classe operária podem não ter conhecimento de seus interesses como um grupo seccional na sociedade capitalista e, portanto, como na interpretação de Marcuse dessa perspectiva, não são mais uma ameaça revolucionária para a ordem existente. Isso não ocorre, entretanto, devido à superação de sua posição alienativa na esfera da produção, mas devido à fabricação de “falsas” necessidades de con-

33. Goldthorpe e outros, *op. cit.*, vol. 3, pp. 157-9.

sumo que mascaram as privações inerentes à estrutura de classes. Entretanto, essa perspectiva compartilha a afirmativa, também colocada por autores não-marxistas, de que a *proeminência* das relações de classes na influência da conduta e das crenças é radicalmente reduzida pela assimilação da classe operária em padrões globais de consumo comuns a todos os membros da sociedade.

Há objeções teóricas consideráveis a serem feitas a essa concepção se as idéias que formulei nesse capítulo e em capítulos anteriores forem aceitas. Mas mesmo sem considerá-las, a sua base empírica é muito questionável. Sem dúvida, é verdade que, desde que participam na ascensão geral da renda real, característica das economias capitalistas, os membros da classe operária recebem uma fatia dos bens de consumo criados pela moderna produção industrial. Mas disso não se pode inferir diretamente, da mesma forma que não se pode inferir nada da própria afluência em ascensão, que as diferenças estabelecidas entre grupamentos distributivos desaparecem. As provas indicam o contrário; além disso, se as velhas comunidades de “trabalhadores proletários” estão em declínio, isso não ocorre devido a qualquer uniformidade de padrões de consumo *per se*, mas é resultado do declínio da importância econômica das indústrias com as quais essas estiveram associadas, e o fluxo de trabalhadores mais novos para as grandes cidades. A influência dos meios de comunicação de massa e a difusão da “cultura de massa” em geral são comumente apontadas como uma fonte primária da suposta “homogeneização” de padrões de consumo, e de necessidades e gostos. Mas a pesquisa sobre o “duplo fluxo de comunicação” mostra que os conteúdos formalmente idênticos, disseminados nos meios de comunicação de massa, podem ser interpretados e respondidos de maneiras muito diferentes. Longe de serem erradicadas pelo conteúdo uniforme dos meios de comunicação, as formas existentes de diferenciação na estrutura social podem ser ativamente reforçadas por ele, como uma consequência de tal seletividade de percepção e resposta.

Não tentarei, neste ponto, resumir quaisquer conclusões de natureza geral que podem ser extraídas das questões consideradas nos três capítulos anteriores, porque os pontos teóricos apreciados aqui não estão limitados à ordem capitalista, mas referem-se às sociedades avançadas como um todo; passarei agora a um exame do socialismo de Estado, voltando a um plano mais abstrato de análise nos capítulos finais.

XII

SOCIALISMO DE ESTADO E ESTRUTURAÇÃO DE CLASSES

1. VARIAÇÕES NA INFRA-ESTRUTURA E NO DESENVOLVIMENTO

Se é uma falácia fazer generalizações sobre a “sociedade capitalista” referindo-se apenas a um único país, como a Inglaterra no século XIX ou os Estados Unidos no século XX, é também ilusório fazer generalizações sobre o “socialismo de Estado” — como ocorre com frequência — unicamente em relação à União Soviética. Não só há certas diferenças essenciais entre o desenvolvimento da União Soviética e o das outras sociedades socialistas de Estado, como também essas sociedades diferem consideravelmente entre si. Como no caso dos países capitalistas, essas diferenças podem ser compreendidas em termos de “caminhos” diferentes de desenvolvimento, fruto de variações na combinação de elementos “tradicionais” e “modernos”. A maior parte da história inicial da Rússia Soviética foi condicionada pelo seu isolamento num mundo de poderes capitalistas hostis. As lutas que levaram ao surgimento da ideologia stalinista do “socialismo em um país”, é claro, expressam os problemas encarados por revolucionários bem sucedidos que descobriram ser não a vanguarda de um processo de transformação revolucionária socialista que varria o mundo industrializado, mas os governantes de uma sociedade amplamente camponesa. A emergência do socialismo de Estado, nos outros países do Leste europeu ocorreu, como na Rússia, no contexto dos efeitos desintegrativos da guerra mundial; mas a presença do poder militar e da garantia econômica soviética era, por sua vez, um fator importante que tornava possível o sucesso da tomada de poder pelos partidos comunistas nativos.

Enquanto a Rússia em 1917 estava, segundo quaisquer índices de grau de industrialização ou sofisticação da técnica produtiva, num

nível bastante baixo de desenvolvimento econômico, a Tcheco-Eslováquia era relativamente muito industrializada na época em que experimentou sua transição para o socialismo de Estado — e ainda hoje está (junto com a República Democrática Alemã) bastante longe, nesse aspecto, das outras sociedades do Leste europeu. Em 1948, quando o planejamento global de Estado foi iniciado, a Tcheco-Eslováquia tinha alcançado uma posição econômica comparável à das sociedades avançadas da Europa Ocidental. A maioria dos estudos que tentaram estabelecer comparações entre as taxas de desenvolvimento econômico e o crescimento da produtividade nos países capitalistas e socialistas de Estado olharam, como em outros aspectos, para a URSS como ponto de referência, mas de muitas maneiras a Tcheco-Eslováquia nos fornece uma base mais útil de contraste.¹

É importante reconhecer, além disso, que a expressão “planejamento de Estado” pode cobrir um número de fenômenos variáveis. Em todos os casos, o termo conota uma socialização maciça da indústria e do comércio sob o controle diretivo do aparato de Estado. Mas a extensão e a natureza desse controle variam. O grau em que se permite que persista a posse privada de empresas de pequena escala ou de terras difere entre as sociedades socialistas de Estado. Na Polônia, por exemplo, a posse privada da terra, nas mãos do campesinato independente, predomina amplamente sobre a dirigida pelo Estado ou é administrada por cooperativas.² Nenhuma sociedade do Leste europeu foi tão implacável em impor a coletivização do campesinato quanto a União Soviética durante o período stalinista. Tanto na Polônia quanto na Iugoslávia, as agências originalmente designadas para implementar um processo de coletivização de massa foram abandonadas em face da resistência do campesinato, embora, em outras sociedades, como a Tcheco-Eslováquia e a Hungria, a política de formar cooperativas agrárias tenha avançado bastante apesar de tal oposição.

Em muitas das sociedades que experimentaram a transição para o socialismo de Estado desde a última guerra houve uma história muito marcada de envolvimento do Estado na vida econômica. Isso

1. cf. Jan M. Michal, *Central Planning in Czechoslovakia* (Stanford, 1960), p. 1.

2. Boguslaw Galeski, “Sociological Research on Social Changes in Poland’s Rural Areas”, em J. Szczepanski, *Empirical Sociology in Poland* (Varsóvia, 1966), p. 80.

se aplica à Polônia e à Tcheco-Eslováquia, por exemplo, que em outros aspectos diferiram muito na estrutura sócio-econômica. A Polônia anterior à guerra que, como a Alemanha na última parte do século XIX, não tinha um grupamento autoconfiante de empresários industriais, mostrou uma forte propensão para o *étatisme* com um nível considerável de propriedade estatal de setores industriais importantes da economia. Na Tcheco-Eslováquia, um grau pronunciado de concentração vertical e horizontal preexistente na indústria ajudou a consolidação da intervenção do Estado na economia sob o protetorado tcheco.³ Não se opondo à influência da doutrina do “único caminho para o socialismo”, manifesta na importação universal de métodos soviéticos de planejamento macroeconômico e organização industrial, as formas de direção estatal da produção industrial variaram muito. Assim, comparando os dois países mais industrializados nas fases iniciais de socialização da economia, enquanto na Tcheco-Eslováquia, em 1949, apenas um pouco mais de 3 por cento da força de trabalho permanecia no setor privado, na Alemanha Oriental o *sowjetische Aktiengesellschaften*, empresas cooperativas e nacionalizadas, juntas, incluíam só um pouco mais de dois terços da força de trabalho, deixando quase um terço ainda empregado no setor privado. Em termos gerais, entretanto, a socialização da indústria manufatureira e do comércio ocorreu muito mais rapidamente na Europa Oriental depois da guerra do que na fase comparável do desenvolvimento inicial da União Soviética.⁴

Diferenças infra-estruturais preexistentes, nem todas igualmente adequadas à marca forçada de formas de direção econômica derivadas da experiência soviética, junto com os problemas genéricos criados pelo planejamento central intimamente coordenado, combinaram-se para produzir modificações na política econômica introduzida na maioria dos países socialistas de Estado nos fins dos anos 50 e, novamente, de maneira bem diferente, nos anos 60. Embora essas fossem, até certo ponto, influenciadas por mudanças na própria União Soviética, seguiram linhas variadas nas diferentes sociedades. As formas de planejamento econômico que foram produzidas na primeira fase do desenvolvimento da União Soviética estavam especificamente relacio-

3. cf. Alfred Zauberman, *Industrial Progress in Poland, Czechoslovakia, and East Germany* (Londres, 1964), pp. 1-2.

4. Nicholas Spulber, *The Economics of Communist Eastern Europe* (Nova York, 1957), pp. 86-7 e *passim*.

nadas à necessidade de efetuar uma gigantesca mobilização de recursos para promover um processo rápido de industrialização dentro de um contexto social e político pouco comum — que não se aplicava diretamente às economias “subdesenvolvidas” da Europa Oriental de pós-guerra, tais como a da Polônia, sem falar naqueles países como a Tcheco-Eslováquia. As reformas econômicas do período final dos anos 50 nas sociedades socialistas de Estado são comumente interpretadas como envolvendo um afrouxamento da direção centralizada da economia em favor de uma reintrodução de algumas influências de mercado. Mas vale a pena distinguir dois aspectos parcialmente independentes desse afrouxamento enquanto se pode argumentar que a forma em que estes dois são combinados tem importantes implicações sociopolíticas para a medição de controle em diferentes economias. Um dos aspectos é a *descentralização da tomada de decisões autoritária* na formulação das políticas de planejamento; o outro se relaciona à *determinação de preços* e o grau em que se permite que isso seja influenciado pelas preferências dos consumidores. O primeiro diz respeito, fundamentalmente, até que ponto a formação do planejamento se torna descentralizada nas mãos de empresas produtivas, ou de associações de tais empresas — em contraste com a situação no sistema anterior no qual as unidades econômicas eram tratadas apenas como um instrumental para a realização de planos nacionais. À medida que ocorre, tal descentralização tem implicações potenciais significativas para a posição global do Partido Comunista dentro do Estado. A descentralização “no ápice” pode ou não ser complementada pela descentralização “de baixo para cima” que opera por meio da tolerância ou encorajamento da avaliação do desempenho de empresas muito mais em termos de lucros do que de produção bruta. Há importantes fontes possíveis de tensão entre esses processos.

Com algumas exceções específicas — sendo a mais notável a estagnação da Tcheco-Eslováquia em 1962-4 — as sociedades de socialismo de Estado continuaram a manter taxas muito altas de crescimento econômico, mesmo que elas se tenham suavizado a partir da fase inicial.⁵ Em termos do prosseguimento ou extensão do processo de industrialização houve, na maioria dessas sociedades, mudanças importantes na composição global da força de trabalho. Uma delas é, niti-

5. cf., para uma rápida avaliação, Gregory Grossman, “Economic Reforms: a Balance Sheet”, em George R. Feiwel, *New Currents in Soviet-Type Economies* (Scranton, 1968).

damente, um forte declínio na proporção da população economicamente ativa que trabalha em ocupações agrícolas. Essa ainda permanece alta, entretanto, se comparada com as sociedades capitalistas. A Jugoslávia, por exemplo, com cerca de 57 por cento da força de trabalho na atividade agrícola, predominantemente num nível de técnica quase primitivo, lembra, nesse aspecto, muito mais a Grécia do que as sociedades avançadas da Europa Ocidental. Mesmo a Tcheco-Eslováquia (1961) tem cerca de 28 por cento de sua força de trabalho no setor agrícola. Mas dentro do trabalho não-agrícola ocorreu o fenômeno familiar das sociedades capitalistas: a expansão relativa do trabalho *white-collar* e, particularmente, o crescimento na proporção de trabalhadores “técnicos e profissionais” — sendo este último grupo composto de quase 6 por cento da força de trabalho iugoslava, só dois ou três por cento abaixo, por exemplo, da taxa observada na Inglaterra.

2. DIFERENCIAIS NAS POSSIBILIDADES DE MERCADO

A escassez de referências de Marx sobre os tipos de organização social e econômica que poderiam caracterizar a ordem projetada para ser construída após a dissolução do capitalismo apresentou uma dificuldade importante para os intérpretes marxistas do socialismo de Estado. Fica evidente, a partir das obras de Marx, que deverá haver uma “fase de transição”, constituindo o que veio a ser chamado, no pensamento marxista soviético ortodoxo, de “socialismo”, diferente do “comunismo” que representa o “estágio mais alto” previsto da sociedade sem classes. Mas mesmo os comentários de Marx sobre a “fase de transição”, encontrados sobretudo em suas críticas ao Programa de Gota do Partido Socialdemocrata alemão, e sem pretensão de publicação, são breves e de caráter generalizado. A doutrina de “classes não-antagônicas”, conforme desenvolvida por Stalin, representa uma tentativa de completar uma característica evidente, mas não muito documentada, das idéias de Marx sobre o estágio de transição do “socialismo”, ou seja, que, embora as classes continuem a existir depois da queda do capitalismo, a sua natureza é distintivamente diversa da do sistema anterior.

De fato, não fica completamente claro que a concepção de “classes não-antagônicas”, conforme originalmente aplicada na União Soviética, tenha estreita relação com a situação futura, conforme con-

cebida por Marx; porque mesmo tendo sustentado que um país como a Rússia poderia fornecer o estímulo a um processo de mudança revolucionária, ele ainda esperava que o processo se centrasse sobre as sociedades capitalistas mais amadurecidas, e a principal base teórica da transição para uma ordem sem classes está na noção da *Aufhebung* dialética do proletariado como a “única classe” remanescente na sociedade após o desaparecimento da burguesia. Mas essa situação evidentemente não se aplica numa sociedade que esteja apenas no limiar do desenvolvimento capitalista, e as “classes não-antagônicas”, mencionadas no esquema de Stalin, são, é claro, o campesinato (coletivizado) e a classe operária.

Na teoria stalinista, à medida que a abolição da propriedade privada dos meios de produção elimina o conflito de classes, deve haver necessariamente harmonia entre as classes na sociedade socialista pós-revolucionária: a “exploração do homem pelo homem” é eliminada, e o campesinato e a classe operária trabalham na rotina de trabalhos (junto com o “estrato” da *intelligentsia*) para a consecução dos interesses compartilhados por todos. Escritores recentes, em especial nos países socialistas de Estado que não a União Soviética, foram mais realistas ao admitir que pode haver divisões de interesses entre as classes residuais no “estágio de transição”. Nessa fase de desenvolvimento, há probabilidade de conflitos de interesse de pequeno alcance em termos de alocação de recursos escassos.⁶ Todas essas perspectivas, entretanto — inevitavelmente — estão ligadas à noção de classe de Marx, derivada da existência da propriedade privada dos meios de produção. A teoria que elaborei anteriormente sugere uma abordagem diferente. Há dois conjuntos de problemas interligados que devem ser analisados quanto à existência de classes na sociedade de Estado socialista; primeiro, até que ponto essas condições que promovem a estruturação de classes estão presentes e, se-

6. As discussões mais sofisticadas sobre essas questões, estritamente dentro de um quadro de referência marxista ortodoxo, são feitas por sociólogos e teóricos políticos poloneses. Cf. Szczepanski, *op. cit.*; esta perspectiva deve ser contrastada com uma perspectiva soviética recente e típica que repete o dogma de que, em seguida à Revolução de Outubro, “a classe operária e o campesinato tornaram-se classes inteiramente novas, antes desconhecidas na história; surgiu e desenvolveu-se uma nova *intelligentsia* do povo. Na União Soviética, os interesses dos trabalhadores e camponeses engajados no trabalho manual e os interesses dos intelectuais não são antitéticos...” (A. N. Maslin e G. V. Osipov, em “Trends towards the Combination of Intellectual and Manual Labour”, em G. V. Osipov, *Industry and Labour in the USSR*, Londres, 1966, p. 181).

gundo, na medida em que existem, se elas são de significado decrescente ou, alternativamente, genéricas para a sociedade. Esses problemas não podem ser resolvidos só em termos de qualquer comparação simples sobre o papel da propriedade privada no capitalismo e sua ausência no socialismo de Estado, embora esta seja, sem dúvida, uma das principais fontes de contraste entre os dois tipos de sociedade. Mais do que isso, a retórica do “estágio de transição” não pode ser aceita no pé em que está, uma vez que, como argumentei, as sociedades socialistas de Estado não representam a superação do capitalismo, mas uma forma de desenvolvimento alternativa a ele. De acordo com a abordagem que elaborei, o caráter de classes da sociedade capitalista deriva de maneira fundamental da mediação institucional global de poder concedida na separação das esferas do “político” e do “econômico”. Contrastar isso com a forma institucional de Estado e economia característica do socialismo de Estado coloca questões teóricas gerais que examinarei diretamente no capítulo seguinte. Por enquanto, portanto, considerarei os fatores que afetam o nível de estruturação de classes nas sociedades socialistas de Estado, deixando as implicações mais amplas para a discussão posterior.

Nas condições de mercado que prevalecem nas economias capitalistas, diferenciais econômicos persistentes caracterizaram tanto a divisão entre trabalho manual e não-manual quanto aquela entre trabalho industrial e agrícola. Como indicou Parkin, ao analisar até que ponto as sociedades socialistas de Estado divergem desse padrão, é útil distinguir entre o período imediatamente posterior à revolução que — exceto na União Soviética — pode-se dizer que corresponde em geral à fase anterior à primeira onda de reformas econômicas e o período subsequente no qual algumas das políticas governamentais características da época de “reconstrução socialista” foram liberalizadas ou abandonadas.⁷ Mas essas são questões controversas, e não acho que possamos ser tão confiantes, como Parkin parece ser, em argumentar a partir das estatísticas de renda disponíveis. Outrossim, a interpretação da estatística comparável relativa aos países capitalistas coloca muitas dificuldades, embora a informação que tenhamos à nossa disposição a esse respeito seja muito mais detalhada e abrangente do que a que se refere às sociedades de Estado socialistas. Além

7. Parkin, *Class Inequality and Political Order*, pp. 141 e segs.; e também “Class Stratification in Socialist Societies”, *British Journal of Sociology*, 20, 1969.

disso, alguns dos dados mais antigos talvez não sejam intrinsecamente confiáveis, questão razoavelmente significativa se alguém está tentando inferir tendências. Se, portanto, sigo a análise de Parkin nos poucos parágrafos que se seguem, é com reservas maiores do que as que ele aparentemente tem sobre as conclusões a serem extraídas dela.

Na maior parte dos países da Europa Oriental e na União Soviética, a fase pós-revolucionária foi marcada por tentativas mais ou menos bem sucedidas de erradicação forçada de grupos-chave na estrutura de classes preexistente, incluindo não só os grandes capitalistas industriais e financeiros, mas também, em graus variáveis, a "velha classe média" de pequenos proprietários e proprietários de terra. Por motivos ideológicos, e também para garantir ou manter a sustentação ativa da massa da classe operária industrial e do campesinato frente à reação hostil das classes expropriadas, os governos pós-revolucionários introduziram uma série de medidas igualitárias de grande alcance. Na União Soviética, nos anos anteriores a 1931, o Estado revolucionário iniciou políticas mais amplas com o objetivo de aperfeiçoar a posição econômica da classe operária industrial quanto a outros grupos não-proprietários na sociedade. Embora a renda do campesinato coletivizado seja difícil de estimar para fins comparativos, não parece haver razão para se duvidar que, na fase pós-revolucionária inicial, como ainda ocorre hoje, as recompensas econômicas disponíveis para a classe operária eram bem maiores do que as dos trabalhadores em fazendas coletivas. Mas diferenciais na renda e outras formas de retribuição econômica entre aqueles categorizados como *fizicheskii* (trabalhadores "físicos" ou manuais) e *umstvennyi* (trabalhadores "intelectuais" ou não-manuais) foram marcadamente reduzidos no período posterior à revolução,⁸ assim como os existentes entre trabalhadores especializados e não-especializados.

Em 1931, Stalin iniciou uma inversão da política contra o igualitarismo econômico, estimulado por problemas de produtividade e *turnover* maciço de trabalho testemunhado sob o primeiro Plano Quinquenal. Como consequência, os diferenciais na renda começa-

ram a expandir-se novamente na União Soviética, ao longo de um padrão amplamente comparável ao característico das sociedades capitalistas. Em anos recentes, entretanto, essa tendência foi invertida outra vez como resultado de um deliberado programa de ação política, os salários mínimos foram aumentados, introduziram-se nos impostos reformas que favoreceram os grupamentos de renda mais baixa, e o diferencial global entre trabalho manual e não-manual foi, novamente, diminuído.⁹ Enquanto em 1940 as rendas de trabalhadores manuais especializados estavam ligeiramente abaixo da dos trabalhadores *white-collar* de nível mais baixo, hoje os salários dos primeiros são substancialmente mais altos — e, desde que a proporção de mulheres na força de trabalho é não só maior como também mais uniformemente distribuída ao longo do sistema ocupacional do que nas sociedades capitalistas, isto não pode de forma alguma ser explicado em termos de uma concentração de trabalhadores do sexo feminino nas ocupações não-manuais mais baixas.¹⁰ O modelo nas outras sociedades de Estado socialistas parece ter sido muito semelhante, embora as variações entre a distribuição geral dos diferenciais econômicos em períodos diferentes pareçam ter sido menos pronunciadas do que na União Soviética. A fase pós-revolucionária imediatamente posterior foi sucedida por uma fase em que os diferenciais nas recompensas econômicas tornaram-se exagerados; esse processo parece ter sido invertido há pouco tempo pela intervenção política

8. Maslin e Osipov, *op. cit.*, p. 181 e *passim*. Ver também L. Kostin, *Wages in the USSR* (Moscou, 1960); Mervyn Matthews, *Class and Society in Soviet Russia* (Londres, 1972), pp. 72-107.

9. Para uma análise relevante, cf. Alex Inkeles, "Social Stratification and Mobility in the Soviet Union", e Robert A. Feldmesser, "Toward the Classless Society?", em Reinhard Bendix e Seymour Martin Lipset, *Class, Status and Power* (Londres, 1967); David Lane, *The End of Inequality?* (Londres, 1971), pp. 31-2 e 54-79. O debate sobre a desigualdade de renda continua nos países socialistas de Estado. Assim, um autor soviético recente escreve: "Não deveríamos ter medo do aprofundamento de diferenciais de renda como algo que se choca com nossos objetivos de desenvolvimento social. É verdade que, no fim, os diferenciais de salário da classe operária deveriam ser apagados. Entretanto, há aqui o perigo de uma precipitação sem fundamento" (J. Volkov, *Literaturnaya Gazieta*, nº 19, Moscou, junho de 1972).

10. Lane, *op. cit.*, p. 73; cf. Norton T. Dodge, *Women in the Soviet Economy* (Baltimore, 1966). Na União Soviética a taxa de participação das mulheres na força de trabalho é quase o dobro da dos Estados Unidos. Cerca de 80 por cento das mulheres soviéticas com idade entre 20 e 30 anos — a principal fase de nascimento e criação de crianças — estão empregadas (comparadas com cerca de 33 por cento das mulheres americanas entre 26 e 30 anos de idade). Embora as mulheres constituam uma alta proporção daqueles em ocupações *white-collar*, elas não estão tão agrupadas em trabalhos de rotina quanto nos países ocidentais: 53 por cento dos profissionais, inclusive cientistas e engenheiros, por exemplo, são mulheres.

que reestruturou a forma do mercado de trabalho. Na maioria das sociedades socialistas de Estado contemporâneas parece ocorrer agora que as recompensas econômicas, não só de operários especializados, mas, expressas em termos de ganhos médios, dos trabalhadores manuais *como um todo* são maiores do que as dos empregados de escritório e do nível mais baixo da administração.¹¹

Parece legítimo concluir, a partir dessas considerações, que as formas de diferenciação nas possibilidades de mercado que operam nas sociedades capitalistas são muito modificadas como resultado da mediação institucional de poder que prevalece no socialismo de Estado. É claro que os fatores que afetam as possibilidades de mercado nas economias capitalistas não desaparecem por completo de maneira alguma: a posse de habilidades manuais continua sendo uma fonte principal de diferenciação na possibilidade de mercado dentro das ordens de trabalho manual em geral, e a posse de habilidades simbólicas *especializadas* produz possibilidades de mercado superiores àquelas associadas ao trabalho manual. Entretanto, podemos estar bastante seguros de que a separação na possibilidade de mercado que caracterizou historicamente as sociedades capitalistas é menos conspícua do que no socialismo de Estado. Há dois aspectos envolvidos aí: um deles é a maior renda relativa dos trabalhadores manuais, medida apenas em termos de salários, o outro é que os trabalhadores *white-collar* de nível mais baixo não desfrutam as mesmas vantagens pronunciadas em termos de outras formas de recompensas econômicas — segurança de emprego, benefícios marginais etc. — que tradicionalmente distinguiram o trabalho manual e o não-manual nas sociedades capitalistas.

3. NÍVEIS DE ESTRUTURAÇÃO DE CLASSES

Há escassez de dados sobre a mobilidade intergeracional para que se possa obter qualquer coisa que se aproxime de uma comparação estatística exata de variações no nível de estruturação mediata entre as sociedades socialistas de Estado. Entretanto, podem ser de-

senhados contrastes tentativos baseados na informação que existe, e esses também podem servir para formular certas conclusões sobre até que ponto os padrões típicos de mobilidade da sociedade socialista de Estado diferem dos que são característicos do capitalismo. Os padrões de mobilidade obviamente diferem entre as sociedades socialistas de Estado muito industrializadas, como a Tcheco-Eslováquia, e as que têm amplos setores camponeses, como a Polônia contemporânea, ou a União Soviética anterior à última guerra. Nos dois últimos países, uma proporção considerável tanto de trabalhadores manuais quanto não-manuais tem origem agrária; a taxa de movimento em direção ao trabalho não-manual, entretanto, parece ter sido mais alta na União Soviética do que na Polônia. As pesquisas indicam que, na própria Polônia, as taxas de mobilidade de ambiente agrário para ocupações não-manuais no período pós-guerra (1956-68) são marcadamente maiores do que antes da guerra.¹² Mas isso remonta quase certamente à expansão no nível de industrialização, e as conseqüentes mudanças na estrutura ocupacional: o mesmo estudo mostra que no último período as taxas de movimento intergeracional de ocupações manuais para não-manuais na indústria não são muito diversas das referentes a antes da guerra. Além disso, as taxas de mobilidade descendente de trabalho não-manual para manual são baixas, indicando relativamente pouca mobilidade “de intercâmbio”. Entretanto, a Polônia, a esse respeito, coloca-se em direção ao extremo da escala, e certamente as taxas de mobilidade descendente parecem ser muito maiores do que na Tcheco-Eslováquia.¹³

Em termos das taxas totais de mobilidade entre as ocupações manuais e não-manuais, pode parecer que há poucas diferenças significativas entre a maioria das sociedades capitalistas e socialistas de Estado. Mas tal conclusão seria superficial. A mobilidade do trabalho manual para o não-manual nas sociedades da Europa Oriental e na União Soviética difere tipicamente daquela que ocorre nas sociedades capitalistas na medida em que, naquelas, o mais comum é a

11. cf. P. J. D. Wiles e Stefan Markowski, “Income Distribution under Communism and Capitalism”, partes 1 e 2, *Soviet Studies*, 22, 1070-1, e Lidia Beskid, “Real Wages in Poland during 1956-67”, *Eastern European Economics*, 7, 1969. Para exames gerais de mudanças na distribuição de renda tanto nas sociedades capitalistas quanto nas socialistas de Estado, ver Jean Marchal e Bernard Ducross, *The Distribution of National Income* (Londres, 1968).

12. W. Wesolowski, *Struktura i dynamika społeczeństwa polskiego* (Varsóvia, 1970). Sobre a Tcheco-Eslováquia, ver Zdenek Strmiska e Blanka Varaková, “La Stratification Sociale de la Société Socialiste”, *Revue Française de Sociologie*, 13, 1972 (uma discussão de Pavel Machonin e outros, *Ceskoslovenska společnost-Sociologická analyza socialni stratifikace*, Bratislava, 1969).

13. cf. Daniel Kubat, “Social Mobility in Czechoslovakia”, *American Sociological Review*, 82, 1963. Kubat afirma, contudo, que as taxas globais de mobilidade estão declinando.

mobilidade “de longo alcance” — ou seja, a mobilidade que “salta” as ocupações de escritório e as ocupações *white-collar* mais baixas. Isso se relaciona claramente com o alinhamento diferente de possibilidades de mercado que caracteriza as sociedades socialistas de Estado e indica que as ocupações não-manuais mais baixas não formam o tipo de “zona de pára-choque” comum à ordem capitalista, e, sem dúvida, serve, em parte, para contradizer a tendência que a estruturação mediata de classes tem de concentrar-se sobre uma divisão entre trabalho *blue-collar* e trabalho *white-collar*. Mas, novamente, parece haver implícito, aí, um importante fator de tempo, ligado ao contraste entre a fase pós-revolucionária e o período posterior. Na fase que se sucedeu à tomada do poder pelo Partido Comunista, dois conjuntos de fenômenos facilitaram a mobilidade “de longo alcance”. Um deles foi o *déclassement* de grande número de homens que ocupavam altas posições administrativas, como resultado da própria revolução. O outro foi a promoção de programas de ação política projetados para favorecer as chances de realização educacional dos filhos dos trabalhadores manuais e camponeses, pelo emprego de quotas educacionais. Essas foram muito bem sucedidas na quebra da dominação da educação de nível mais alto por indivíduos de origem *white-collar*. Em anos posteriores, entretanto, há indicações claras de que esse processo está sendo invertido; as quotas foram em sua maior parte abandonadas, e há um crescente desequilíbrio no recrutamento para a educação superior atuando contra as chances daqueles originários de meios manuais ou camponeses. Muitos afirmaram que isso levará a um sistema de “herança educacional” diretamente comparável ao observado nas sociedades capitalistas. Mas não se sabe ainda até que ponto isso ocorrerá.

Os padrões de mobilidade intrageracional também podem, de início, parecer semelhantes aos que existem na maioria das sociedades capitalistas. A disponibilidade de canais de mobilidade da loja para uma “hierarquia de carreira” gerencial não é aparentemente maior no socialismo do que no capitalismo. Mas essa seria ainda uma conclusão falsa, se oferecida apenas como uma comparação direta, porque o “conteúdo de carreira” tanto dos níveis mais altos de trabalho *blue-collar* quanto dos níveis mais baixos de trabalho *white-collar* difere daquele característico das sociedades capitalistas. Na maioria das sociedades socialistas de Estado, há chances consideráveis de mobilidade de carreira das categorias não-especializadas para

as especializadas. Essas possibilidades parecem mais altamente desenvolvidas na Iugoslávia, onde, segundo Milic, mais de 80 por cento dos trabalhadores manuais especializados receberam o seu treinamento depois de entrar no emprego;¹⁴ mas em outros países socialistas de Estado a disponibilidade de chances de mobilidade dentro das ordens de emprego manual é em geral considerada acima daquela oferecida por esquemas vocacionais semelhantes aos da maioria das sociedades capitalistas nas quais, com a exceção do Japão, taxas elevadas de mudança de trabalho desencorajaram as firmas de investir em treinamento no trabalho. * Essa posição é um pouco diferente no caso das ocupações *white-collar*. As taxas relativamente altas de mobilidade intergeracional para posições gerenciais mais altas nas sociedades socialistas de Estado estão muito ligadas à importância dada à posse de qualificações educacionais especializadas. Embora essas, inegavelmente, sejam de grande significado a esse respeito também nas sociedades capitalistas, ainda é verdade que, nestas últimas, o acesso a ocupações *white-collar* mais baixas fornece alguma esperança de mobilidade de carreira para os escalões mais altos da hierarquia gerencial. Se há, aqui, uma “convergência” progressiva de padrões de estruturação mediata entre as sociedades capitalistas e as sociedades socialistas de Estado, esta ocorre no sentido de que as primeiras estão-se aproximando mais das últimas do que vice-versa. Porque pode acontecer que não apenas se torne cada vez mais difícil a promoção do trabalhador que começa a sua carreira em trabalho comum de escritório, mas também que, na diferenciação entre o emprego primário e o secundário, as firmas tendam cada vez mais a investir no treinamento de um corpo “estável” de trabalhadores leais à empresa. Qualquer que tenha sido, entretanto, a “convergência”, ela quase não eliminou o que podemos aceitar como diferença básica entre as sociedades capitalistas e as sociedades socialistas de Estado — diferença mais enfatizada ainda pela ausência relativa, nestas últimas, de certos aspectos de estruturação imediata que promovem uma divisão generalizada entre as classes operária e média no capitalismo. As principais características das variações nas relações paratécnicas que tendem a separar os empregados manuais e os não-ma-

14. Vojin Milic, “General Trends in Social Mobility in Yugoslavia”, *Acta Sociologica*, 9, 1965, p. 131; sobre a União Soviética, ver M. Kh. Liberman e V. V. Petrov, “An Analysis of Systems of Vocational Training in Industry”, em Osipov, *op. cit.*

* *on-job training*, no original. (N. do R.).

nuais dentro da empresa estão intimamente entrelaçadas com a organização técnica da indústria moderna e existem em todas as sociedades avançadas. O trabalho "de escritório" está fisicamente separado das condições de trabalho da loja; a natureza das tarefas envolvidas na manipulação de símbolos, quaisquer que sejam as invasões que possam estar sendo feitas pela mecanização de tarefas de escritório, tende necessariamente a separar a experiência de trabalho do empregado *white-collar* daquela da grande maioria dos trabalhadores manuais. Outros elementos na segregação física dos trabalhadores *white-collar* e *blue-collar* encontrados amiúde na sociedade capitalista, como o uso de entradas de serviço e cantinas separadas etc., normalmente não existem na organização fabril do Estado socialista. Mas duas influências adicionais são importantes, ou potencialmente importantes, na dissolução do "efeito cumulativo" das diferenças em relações paratécnicas características das sociedades capitalistas. Uma delas é a existência de distinções de *status* comuns aos países da Europa Oriental e à União Soviética, e que tendem a seguir o modelo estabelecido de variação nas recompensas econômicas; os trabalhadores manuais especializados têm, tipicamente, um *status* mais alto do que os empregados *white-collar* de nível mais baixo, que não compartilham o mesmo tipo de filiação de *status* dos trabalhadores profissionais e de gerência comumente encontrados nos países capitalistas. Entretanto, um ponto muito significativo e que vale a pena ser discutido com detalhes é a influência de formas de relação de autoridade na indústria.

4. GERÊNCIA E AUTORIDADE NA EMPRESA

Já assinali, em capítulos anteriores, que é errado juntar relações paratécnicas e padrões de autoridade na indústria, como tendem a fazer muitos autores. Entretanto, não é surpreendente que esses dois pontos sejam freqüentemente retratados como um único aspecto da estrutura da empresa, já que é assim que tendem a aparecer dentro da organização da vida industrial nas sociedades capitalistas. Já sugeri que essa é uma característica necessária da mediação institucional de poder nessas sociedades, onde a economia é "não-politizada". Não prevalecendo essas condições no socialismo de Estado, decorre que a natureza e a dinâmica da autoridade industrial são correspondentemente distintas. Desejo demonstrar que isso, na verdade, ocorre,

e que as similaridades evidentes no caráter dos sistemas de gerência nos dois tipos de sociedade ocultam realmente diferenças significativas. Sugiro que estas diferenças são de importância básica para o diagnóstico de fontes importantes de tensão na sociedade socialista de Estado. Embora a discussão sobre essa questão deva ser adiada para o próximo capítulo, será útil neste ponto esboçar um pano de fundo para os problemas a serem levantados lá.

Em várias das sociedades da Europa Oriental, a transição para a nova ordem foi acompanhada pelo aparecimento de "conselhos de trabalho" que exigiam o controle direto na indústria, mas esses foram transitórios e seguidos por um padrão geral de organização industrial em linhas stalinistas ortodoxas. Como ocorreu na União Soviética, a necessidade de assegurar a "disciplina de trabalho" sobretudo em países como a Polônia, onde o objetivo do governo era promover uma rápida expansão do setor industrial, tornou-se superior à "experimentação social" do período revolucionário. O princípio da "gerência por um homem" reintroduziu um sistema de autoridade industrial no qual os trabalhadores manuais estavam efetivamente tão sujeitos a ordens autoritárias de "cima" quanto suas contrapartidas nas sociedades capitalistas. Antes de 1948, na Polônia, Hungria e Bulgária, com um setor privado bem amplo ainda existente, os sindicatos desempenharam um papel de liderança não só na busca de completar a socialização da economia como no controle da tomada de decisões gerenciais. Depois dessa data, entretanto, com a introdução de políticas do tipo soviète, os sindicatos tornaram-se de maneira crescente pouco mais do que agências que ajudavam a subordinação da força de trabalho à autoridade soberana da gerência. A Iugoslávia, na verdade, adotou o princípio da "gerência por um homem" já em 1946. Mas depois do rompimento com a União Soviética, e o movimento em direção a um sistema de descentralização econômica por volta de 1954, os conselhos de trabalhadores começaram a adquirir um grau crescente de influência real na gerência da fábrica. Qualquer que seja a validade das afirmativas de que os conselhos de trabalhadores são efetivamente controlados pelos membros do Partido Comunista, o resultado é, sem dúvida, um afastamento da conjunção de trabalho manual e a "exclusão de autoridade" dentro da empresa que, no capitalismo, foi um dos fatores principais na estruturação imediata de classes. Os conselhos de trabalhadores assumem a responsabilidade pela contratação de todos os graus de pessoal

da gerência, e também estão envolvidos na formulação de normas de produção e taxas de salário.¹⁵

Embora o sistema iugoslavo de conselhos fosse favorecido pelo governo central, os conselhos da Polônia e, numa época posterior, os da Tcheco-Eslováquia, que desejo usar para fins comparativos, foram, a princípio, formados quase unicamente com base em movimentos espontâneos ao nível da empresa e só mais tarde receberam a aprovação formal do Partido Comunista.¹⁶ Assim, na Polônia em 1956, em certas unidades industriais esparsas, como a fábrica de carros em Zeran, encontros de trabalhadores manuais e não-manuais estabeleceram coletivamente propostas para a introdução de "autonomia de trabalhadores" na gerência da fábrica.¹⁷ Isso produziu dois tipos de resultados. Nas chamadas "empresas experimentais", a participação dos trabalhadores deveria ser encorajada através do estabelecimento de planos de ação e participação nos lucros conseguidos. Mas, como no caso da fábrica de Zeran, o mais comum foi a tendência à revitalização dos conselhos operários que fizeram uma aparição muito breve na fase de reconstrução imediatamente posterior à guerra. O objetivo subjacente à renovação dos conselhos operários consistia em contrapor-se ao papel dos sindicatos como "o segundo governo". E como tal estava intimamente relacionado a objetivos políticos difusos da reforma do Partido e da organização do Estado. Nos fins de 1956, depois da ascensão de Gomulka ao poder, publicavam-se ao mesmo tempo decretos que reconheciam formalmente a existência dos conselhos operários e que promoviam a descentralização econômica pelo alargamento da autonomia da empresa individual. Nem o alargamento do controle dos operários nem a descentralização ao nível da empresa foram tão longe quanto na Iugoslávia e só houve um curto período durante o qual os conselhos tiveram uma influência bastante efetiva sobre as decisões empresariais. Na Tcheco-Eslováquia, houve em 1966-67 tentativas de criação de esquemas de autogerência dos trabalhadores, que tiveram uma vigorosa história ante-

15. Há, atualmente, uma vasta literatura sobre os conselhos operários iugoslavos. Ver, por exemplo, ILO *Worker's Management in Yugoslavia* (Genebra, 1962); Adolf Sturmthal, *Worker's Councils* (Cambridge, 1964); Paul Blumberg, *Industrial Democracy* (Londres, 1968).

16. cf. Sturmthal, *Worker's Councils*, pp. 119-39; André Babeau, *Les Conseils Ouvriers en Pologne* (Paris, 1960).

17. "La Court Expérience des Conccells Ouvriers en Pologne", *La Documentation Française*, nº 2453, 26 de agosto de 1958.

rior à dispersão forçada dos conselhos operários em 1949. Em 1968, a rápida expansão de tais esquemas colocou o problema do controle dos trabalhadores em primeiro plano da atenção pública. O "Programa de Ação" do Partido Comunista de abril daquele ano reconheceu explicitamente que: "Há uma necessidade de grupos democráticos nas empresas com poderes bem definidos quanto à gerência. Os diretores e os altos executivos deveriam ser responsáveis perante esses grupos por um desempenho global e deveriam ser designados por eles."¹⁸ Estimou-se que no início de 1969 haviam sido estabelecidos conselhos operários que representavam não menos do que um milhão de trabalhadores. Os conselhos operários poloneses receberam muito menos atenção na literatura do que a experiência iugoslava ou o breve episódio da Tcheco-Eslováquia. Argumentarei no próximo capítulo, entretanto, que o caso polonês também é instrutivo em esclarecer aspectos genéricos da posição dos trabalhadores na sociedade socialista de Estado.

5. O CRESCIMENTO DA "INTELLIGENTSIA"

Com exceção da Tcheco-Eslováquia, e até certo ponto da RDA e Rússia Soviética, as sociedades socialistas de Estado sofreram um processo de desenvolvimento industrial acelerado em um período da história muito posterior ao das sociedades capitalistas — mesmo incluindo "recém-chegados" como o Japão. Em decorrência, a criação rápida de "quadros técnicos" aptos a supervisionar a introdução da técnica industrial avançada em sociedades já subdesenvolvidas foi o objetivo principal dos governos socialistas de Estado; a formação de uma "elite popular tecnicamente treinada" foi mais premente na Europa Oriental, já que vários desses países ficaram muito desfalcados das categorias relevantes de pessoal como resultado da guerra. Em parte foi em resposta a essa necessidade que se estabeleceram esquemas de treinamento na empresa para os operários especializados. Mas esses foram acompanhados por uma rápida expansão da educação técnica e universitária — suplementada pela prática de se enviar estudantes para completar a sua educação técnica na União Soviética.

O termo *intelligentsia* foi empregado de várias maneiras. Mas o modo mais útil de aplicá-lo dentro do contexto das sociedades so-

18. Citado em Robert Vitak, "Worker's Control: the Czechoslovakian Experience", *The Socialist Register, 1971* (Londres, 1971), pp. 254-5.

cialistas de Estado é uma referência bastante ampla a todos os indivíduos que receberam alguma forma de educação técnica ou superior especializada que lhes permitiu a garantia de acesso a ocupações empresariais ou profissionais. Segundo o marxismo soviético ortodoxo, a posição da *intelligentsia* na sociedade socialista de Estado difere, evidentemente, de maneira bastante decisiva da dos trabalhadores equivalentes na ordem capitalista. Nesta última, o lugar da *intelligentsia* na estrutura de classes é afetado por influências mutuamente opostas: como empregados não-proprietários, a *intelligentsia*, junto com os trabalhadores *white-collar* mais baixos e os trabalhadores manuais, está separada da classe dominante proprietária; mas enquanto os membros desse grupamento desempenham um papel importante na coordenação e direção daquele regime, e filiam-se mais à classe dominante do que ao proletariado, eles podem ser considerados como adjuntos daquela classe. A “nova *intelligentsia*” é bem diferente, não só porque o seu papel anterior como empregada da burguesia foi necessariamente dissolvido com a abolição da propriedade privada como porque ela recebeu uma grande infusão de indivíduos provenientes de um meio-ambiente de trabalho manual.

Há pouca discordância quanto às “origens proletárias” de uma proporção considerável da *intelligentsia* nas sociedades socialistas de Estado. A comparação das origens sociais de estudantes de nível superior entre as sociedades socialistas de Estado e as sociedades capitalistas fornece alguns contrastes marcantes, sobretudo se a situação nas primeiras é comparada à prevalecente nos países da Europa Ocidental. No estudo que Zagorski faz sobre a Polônia, por exemplo, é mostrado (1969-70) que mais da metade daqueles que têm educação superior são de origem manual ou camponesa, proporção bem mais alta do que a relatada num estudo húngaro anterior, e a pesquisa na União Soviética mostrou que cerca de 50 por cento de estudantes com educação superior eram de origens manuais ou camponesas.¹⁹ Resultados semelhantes aparecem se a origem de classe dos membros da *intelligentsia* é examinada de maneira direta. O *survey* de Milic na Iugoslávia (1960) indica que, daqueles que se encontram em posição de gerência, mais de 60 por cento eram de origens manuais ou camponesas; embora a proporção de origens semelhantes nas ocupações profissionais seja mais baixa do que essa,

19. As estatísticas russas são de um estudo em Sverdlovsk, citado por Lane, *The End of Inequality*, pp. 112-13.

ela ainda chega a quase 50 por cento.²⁰ Tais descobertas, é claro, estão em contraste bem marcado com estudos de mobilidade comparáveis na sociedade capitalista — embora, porque tenhamos pouca informação sobre mobilidade descendente, não podemos fazer aqui afirmativas exatas.

Entretanto, devem ser feitas algumas observações sobre a interpretação do significado desse contraste. Em primeiro lugar, o nível de “proletarização” da *intelligentsia* é menos marcado se se estabelecem distinções no interior da rubrica geral de “educação superior”. Isso aparece claramente, por exemplo, na pesquisa realizada na União Soviética. O número que indica que cerca de metade dos que têm educação superior é de origens proletárias torna-se muito menos impressivo quando se mostra que os estudantes de tal origem estão muito mais desproporcionalmente agrupados em instituições vocacionais e técnicas do que os de nível universitário. Em segundo lugar, apesar da proporção relativamente alta de membros da *intelligentsia* provenientes de origens manuais e camponesas, ainda ocorre normalmente que um homem de origem *white-collar* tenha uma chance bem maior de entrar nas fileiras da *intelligentsia* do que um de origens mais humildes.²¹ Finalmente, e potencialmente pelo menos, mais importante ainda, parece ser, em geral, verdade que a taxa de “proletarização” está em declínio. Há razões óbvias para se esperar tal tendência. O tipo de circunstâncias que originalmente promoveram a mobilidade de grandes números de indivíduos dos níveis mais baixos da estrutura de classes era até, certo ponto, historicamente específico, envolvendo a existência de muitos postos cujos ocupantes anteriores tinham, por um motivo ou outro, sido afastados do cenário, e a criação em estufa, amparada por um vigor ideológico ainda fresco, de uma “nova *intelligentsia*”.

20. Milic, *op. cit.*, pp. 125 e segs.

21. Uma pesquisa feita por Widerszpil na Polônia mostrou que, dos colegas que vinham de um meio-ambiente de trabalho manual, apenas 7 por cento aspiravam por uma educação universitária; a percentagem correspondente para os de origens não-manuais era de 30 por cento. Citado em Zygmunt Bauman, “Economic Growth and Social Structure”, em Jerzy J. Wiatr, *Studies in Polish Political System* (Varsóvia, 1967), p. 23.

XIII

CLASSE E PARTIDO NA SOCIEDADE SOCIALISTA DE ESTADO

1. A CONCEPÇÃO DA “NOVA CLASSE”

Não é recente a conjectura de que o advento de um tipo de sociedade baseada na socialização dos meios de produção iria gerar uma nova classe dominante, uma classe talvez ainda mais firmemente estabelecida na nova posição do que as que a precederam historicamente. Tal perspectiva foi expressa na passagem do século, por Machajski e outros, muitos anos antes que qualquer sociedade desse tipo realmente existisse. Em épocas mais recentes, entretanto, a teoria da “nova classe” veio a ser associada sobretudo com a análise das sociedades socialistas de Estado contemporâneas de Milovan Djilas. Segundo ele, os “Estados comunistas viram, em última análise, a origem de uma nova forma de propriedade ou de uma nova classe exploradora e dominante... a revolução comunista, conduzida em nome da abolição das classes, resultou na mais completa autoridade de uma única nova classe”.

Essa perspectiva deriva em parte de um ponto de vista que repousa na distinção feita por Dahrendorf entre os sentidos “estrito” e “amplo” de propriedade. A transição para o socialismo de Estado aboliu títulos legais de propriedade privada dos meios de produção, mas o controle de propriedade ainda permanece nas mãos de um grupo minoritário. Essa nova classe é composta pelos “que têm privilégios especiais e preferência econômica devido ao monopólio administrativo que detêm”, e sua posição deriva do papel dominante desempenhado pelo Partido Comunista na vida econômica. Ela é uma “classe burocrática”, criada a partir do monopólio de poder exercido pelo Partido, mas enfraquece cada vez mais o papel do próprio Partido: “O Partido outrora vivo, composto, cheio de iniciativa, está desapa-

recendo para ser transformado na oligarquia tradicional da nova classe, envolvendo irresistivelmente em suas fileiras os que aspiram entrar para a nova classe e reprimir os que têm quaisquer ideais".¹ A "nova classe" é, num sentido importante, uma "classe política", porque os privilégios que detém derivam diretamente da fusão das esferas das características política e econômica da sociedade do Estado socialista, em oposição à capitalista. No capitalismo, assinala Djilas, os políticos podem usar seus postos no governo para garantir recompensas financeiras pessoais; mas, no socialismo de Estado, o acesso a posições políticas produz o controle dos meios de distribuição de vantagens econômicas como um todo. Porém, o tremendo poder manipulado pela nova classe e as recompensas econômicas de que seus membros se apropriam para si mesmos dependem desse fato.

Como enfatizaram vários autores recentes,² há uma base factual para a perspectiva de Djilas. Embora a maior parte da liderança do Partido Comunista no período pré-revolucionário nas sociedades socialistas de Estado fosse retirada das fileiras intelectuais e profissionais, a massa dos membros do Partido era composta principalmente de trabalhadores manuais e campesinato não-independente. Mas, em anos subsequentes, a proporção de tais trabalhadores no Partido declinou em todos os lugares, e esse declínio ultrapassa muito o que poderia ser previsto, com uma base puramente estatística, como resultado do crescimento absoluto do tamanho relativo do setor *white-collar* em geral. Além disso, os membros da *intelligentsia* tendem cada vez mais a dominar os escalões mais altos da liderança do Partido, e estão desproporcionalmente representados entre os seus ativistas. O caráter da alteração no conjunto de membros do Partido pode ser documentado por estudos bem recentes empreendidos em várias sociedades socialistas de Estado. Assim, na União Soviética, em 1959, os trabalhadores manuais industriais totalizavam cerca de 48 por cento dos membros do CPSU, e o campesinato de fazendas coletivas um adicional de 31 por cento; os trabalhadores não-manuais compreendiam apenas 20 por cento do total. Em 1968, entretanto, a proporção de membros trabalhadores manuais havia declinado para 39 por cento e a de campesinato de fazendas coletivas para 16 por

1. Milovan Djilas, *The New Class, an Analysis of the Communist System* (Nova York, 1957), pp. 35-6, 39 e 40.

2. Ver, por exemplo, Parkin, *Class Inequality and Political Order*, pp. 150 e segs.; Lane, *The End of Inequality*, pp. 116 e segs.

cento, enquanto a proporção de trabalhadores *white-collar* mais do que duplicou, indo acima de 45 por cento do total de membros. A *intelligentsia* é muito proeminente dentro dessa última categoria; examinados em termos de categorias ocupacionais, os dados mostram que há uma relação direta entre o nível ocupacional e a filiação ao Partido — uma grande maioria daqueles que estão nos níveis mais altos são seus membros, mas as taxas de filiação caminham para os níveis mais baixos. Tendências similares foram mostradas em *surveys* na Polônia, Tcheco-Eslováquia e Iugoslávia. Na Polônia, por exemplo, um estudo feito em 1961 mostrou que os que tinham educação mais alta tinham três vezes mais probabilidades do que os outros de serem membros do PUWP, e 10 vezes mais probabilidades de serem destacados entre os ativistas do Partido. Números mais recentes sobre as origens sociais dos componentes do Partido Comunista nos países socialistas de Estado mostram que o que se chama de "funcionários civis e *intelligentsia*" compreende pelo menos (na Romênia) 25 por cento do total de membros do Partido e, no máximo (na Iugoslávia), não muito mais de 70 por cento.³

Mas podem-se levantar várias objeções contra as idéias de Djilas. Em primeiro lugar, se há uma "nova classe" que se tornou a classe dominante nas sociedades socialistas de Estado, a sua composição pareceria ser diferente da indicada por Djilas. Conforme sua interpretação, o cerne da "nova classe" é constituído daqueles que ocupam posições político-burocráticas no aparato do Partido, ou seja, de membros em tempo integral do Partido. Mas se há qualquer área importante de estruturação de classes incipiente no socialismo de Estado, ele refere-se à divisão entre a *intelligentsia* e os outros grupos de população. Nesse sentido, não seria correto dizer, como o faz Djilas, que o próprio Partido tende a ter cada vez menos importância enquanto a "nova classe" fica sendo uma "classe burocrática". Mas ocorre o contrário: a base de formação de "nova classe" pareceria ser a penetração e a dominação do Partido por aqueles com educação mais alta, que cada vez mais desalojam os velhos "homens do Partido". Além disso, como vários críticos obser-

3. Zygmunt Bauman, "Economic Growth, Social Structure, Elite Formation", *International Social Science Journal*, 2, 1964. Um estudo mais recente na Polónia mostra que a proporção de membros do PUWP provenientes da *intelligentsia* em 1970 era de 43 por cento: Adolf Dobieszewski, *Wybrane problemy teorii i praktyki funkcjonowania partii* (Varsóvia, 1971), p. 289; *The Problems of Peace and Socialism*, n° 9, 1970.

varam, há uma diferença fundamental entre o controle sobre a propriedade coletiva, tal como o que os funcionários do Partido têm na sociedade socialista de Estado, e os direitos de controle desfrutado pelo possuidor de propriedade privada nas sociedades capitalistas. O primeiro não permite, como o faz o segundo, a transmissão direta de vantagens econômicas ao longo das gerações. Se há um alto grau de fechamento na estruturação mediata da “nova classe”, ela deve operar através da “herança” de vantagens educacionais.

O próprio Djilas sustenta que o padrão de recrutamento para a “nova classe” é muito diferente do relativo à classe alta na sociedade capitalista: “a origem social da nova classe está no proletariado, assim como a aristocracia surgiu numa sociedade camponesa, e a burguesia numa sociedade artesanal e comercial . . . ela nunca pode perder sua conexão com o proletariado”.⁴ Embora, como assinei anteriormente, pareça que o nível de “proletarização” dos trabalhadores *white-collar* mais altos está em declínio, isso ainda é um dos contrastes mais significativos com a situação das sociedades capitalistas. Há alguma base para se supor que é improvável que esse declínio atinja proporções que criariam um nível de estruturação mediata comparável à característica de classe alta na maioria das sociedades capitalistas. Nestas últimas, um nível relativamente alto de estruturação é mantido em grau substancial pelas vantagens conferidas pela posse de riqueza privada — isso facilita a “entrada direta” de filhos de pais de classe alta nas ocupações mais elevadas (mais óbvia no caso-tipo de quando o filho é promovido a diretor dos negócios do pai) ou ajuda o acesso às vantagens educacionais que podem levar a um resultado final similar (mais claro no caso em que há um sistema desenvolvido de escolas e universidades privadas). Nas sociedades socialistas de Estado, esses fenômenos não existem. O que provavelmente se torna de importância crescente é a operação do “círculo vicioso” de falta de privilégios educacionais que afetam os níveis mais baixos da estrutura de classes nas sociedades capitalistas. Mas em virtude da ausência relativa de estruturação de classes com base numa divisão entre trabalho manual e não-manual, isso assumirá talvez uma forma diferente no socialismo de Estado. É provável que os indivíduos de origem manual especializada sejam bem sucedidos em termos de mobilidade intergeracional para a *intelligent-*

4. Djilas, *op. cit.*, p. 41.

sia; os menos privilegiados serão de origens camponesas ou manuais semi ou não-especializadas. Segue-se, então, que podemos esperar encontrar, a longo prazo, taxas mais altas de mobilidade de “longo alcance” nas sociedades socialistas de Estado. Isso, na realidade, não é compatível, como Djilas parece sustentar, com um alto nível de estruturação de classes nos escalões superiores da sociedade. Dados os outros aspectos em que esta perspectiva pode ser questionada, é razoável concluir que a tese da “nova classe” é exagerada. Embora haja condições inegáveis que promovem a estruturação incipiente de classe nos níveis mais altos das sociedades socialistas de Estado, elas são neutralizadas pelos fatores que afastam as últimas da ordem capitalista.

2. FORMAÇÕES DE ELITE E A MEDIAÇÃO DE CONTROLE

O que é válido para posições na *intelligentsia* em geral vale para posições na elite em particular. Ou seja, está bastante claro que as sociedades socialistas de Estado manifestam um sistema de mobilidade de elite muito mais “aberto” do que o que caracteriza as sociedades capitalistas como um todo. Assim, os 10 membros do Presidium Soviético em 1957, que eram, ao mesmo tempo, secretários do Comitê Central, eram de origens manuais ou camponesas. Dos membros do Comitê Central eleitos em 1961, mais de 85 por cento eram de origens semelhantes. É difícil obter informações sobre as origens daqueles que se encontram em posições de elite em outras esferas da União Soviética; entretanto, parece que, embora o acesso a essas posições seja tipicamente muito mais “aberto” do que na maioria das sociedades capitalistas, elas são menos dominadas por aqueles provenientes de origens camponesas ou *blue-collar* do que as posições na elite política. Isso parece aplicar-se particularmente à elite econômica; entre os líderes militares soviéticos, a proporção que deriva de origens “proletárias” está apenas ligeiramente abaixo da que caracteriza a liderança política.⁵ Um dos poucos estudos abrangentes sobre os grupos de elite numa sociedade socialista de Estado pode ser encontrado numa investigação recente dos chamados “líderes de opinião” na Iugoslávia. A investigação incluiu vários “líderes de opinião” em muitas esferas da sociedade iugoslava: lí-

5. Zbigniew Brzezinski e Samuel P. Huntington, *Political Power: USA/ USSR* (Nova York, 1964), pp. 135-140.

deres políticos e econômicos, assim como os proeminentes em campos científicos, artísticos e literários. Os resultados mostraram um padrão semelhante ao característico da União Soviética, exceto pelo fato de que a proporção de membros da elite econômica provenientes de origens camponesas ou manuais era mais alta do que no caso da elite política (71 por cento se comparada a 68 por cento). Em outros grupamentos, ao contrário, a maioria dos indivíduos era de origens não-manuais.⁶

Como em outros aspectos da sociedade socialista de Estado, é possível que essas características sejam relativamente transitórias, derivando sobretudo de mudanças a curto prazo introduzidas pela alteração no pessoal de elite com a ascensão ao poder do Partido Comunista. A tomada aparentemente crescente do Partido pelos que exercem ocupações não-manuais, pode-se presumir, acabará pela substituição da “primeira geração” por uma outra de indivíduos de origens *white-collar*. Mas embora pareça provável que o caráter relativamente aberto da mobilidade de elite irá até certo ponto declinar no futuro, há razões para se acreditar que o acesso a posições na elite política será de caráter menos restrito do que aquele que ocorre tipicamente nas sociedades capitalistas. Embora os que exercem ocupações não-manuais, e não mais especificamente a *intelligentsia*, possam vir a dominar o conjunto de membros do Partido Comunista como um todo, a situação nas posições administrativas mais altas dentro do próprio Partido é um tanto diferente. Como assinalam Brzezinski e Huntington em relação à União Soviética, há provavelmente uma proporção considerável de exclusão dos filhos da *intelligentsia white-collar* no recrutamento para uma carreira *apparatchik*. O processo de carreira requerido para se atingir uma posição política elevada exige o tipo de compromisso pessoal e ideológico que será provavelmente menos desenvolvido entre os de origens mais elevadas; a orientação ideológica da liderança do Partido existente, junto com os padrões que foram estabelecidos até agora, continuarão talvez a fazer de uma carreira do Partido em tempo integral uma proposição atraente e realista para indivíduos ambiciosos, de origens camponesas ou manuais.⁷

6. *International Study of Opinion Makers*, 1969 (seção iugoslava), citado em Lane, *op. cit.*, pp. 116-18.

7. Brzezinski e Huntington, *op. cit.*, pp. 139 e segs.

Em termos da classificação das formações de elite que já desenvolveram, os grupos de elite nas sociedades socialistas de Estado aproximam-se do tipo que caracterizei como “elite solitária”. Quaisquer que sejam as mudanças que possam ocorrer no futuro, as elites no socialismo estatal, até agora, têm sido recrutadas, em sua maioria, entre indivíduos de uma vasta gama de origens sociais; mas elas também foram estreitamente unificadas pela influência geral da ideologia marxista soviética. Cada um desses aspectos da formação de elite é bem determinado pelo papel do Partido Comunista, que é dominante na hierarquia de elites em todas as sociedades socialistas de Estado. Há pouca discordância em relação ao fato de que o poder efetivo manipulado pela elite do Partido ultrapassa muito o que a liderança política detém em qualquer uma das sociedades capitalistas — uma proposição que se aplica tanto à “força-de-mando” quanto ao grau de consolidação daquele poder. Em relação ao esquema que delineei no Capítulo 7, é evidente que o sistema característico de dominação das sociedades socialistas de Estado tende para o tipo “elite de poder”. Enfatiza-se com frequência que o poder do Partido Comunista nas sociedades socialistas de Estado baseia-se num controle cerrado sobre os meios de produção e a disseminação de idéias. Isso é bastante correto. Mas deve-se enfatizar, ainda, que o papel do Partido na mediação de controle depende de seu lugar central dentro de um sistema de integração de elite intimamente fechado, ou seja, o seu monopólio, através da detenção de postos em várias ramificações do aparato administrativo, das posições-chave em várias esferas institucionais.

Em parte à luz das reformas econômicas introduzidas bem recentemente na maioria das sociedades socialistas de Estado, foi sugerido por alguns autores que essa posição de monopólio será cada vez mais pressionada. De acordo com essa perspectiva, a *intelligentsia* — ou, mais precisamente, a *intelligentsia* científica e técnica — virá a formar uma fonte importante de oposição ao aparato do Partido e finalmente tomará o lugar do *apparatchik* na forma como existiu até agora.⁸ Aqueles que têm educação especializada não compartilharão a mesma perspectiva ideológica que os burocratas do Partido e enfraquecerão o poder destes últimos porque, em qualquer

8. Cf. Albert Parry, *The New Class Divided* (Nova York, 1966); ver também Aron, *La Lutte des Classes*, pp. 331 e segs.

sociedade altamente industrializada, os que têm conhecimentos técnicos ganham cada vez mais poder. Essa teoria, é óbvio, tem estreita relação com as teorias de “tecnocracia” mais amplamente criticadas abaixo e, como tal, pode ser criticada sobre bases muito sólidas como indicarei mais adiante (pp. 313-324). Quanto aos países socialistas de Estado, essa perspectiva tem sido normalmente colocada sobretudo em referência à União Soviética, e parece haver naquela sociedade certos fatos que a sustentam. Assim, tem havido recentemente uma tendência perceptível para os funcionários do governo soviético serem recrutados no pessoal tecnicamente treinado. Os líderes políticos soviéticos que sucederam a Khrushchev — Brezhnev, Podgorny e Kosyguin — são todos graduados em institutos técnicos.⁹ Mas pode-se duvidar que isso constitua uma prova da ascensão de uma nova elite tecnocrática dentro do aparato governamental. A teoria — como a expressa Parry — da “nova classe dividida” pressupõe que os tecnocratas são um grupamento distintivo dentro da elite, separável dos velhos funcionários do Partido em estilo antigo. Entretanto, não parece, realmente, que os tecnocratas constituam tal grupamento em termos tanto de educação quanto de perspectiva. Pelo contrário, o acesso dos indivíduos que têm uma educação técnica a posições mais elevadas, pelo menos dentro da esfera política, tem sido grandemente controlado pelo próprio aparato do Partido. O emprego das escolas do Partido como filtro para a qualificação para posições de liderança serve para sublinhar a separação entre o recrutamento de elite para a política e outras elites já mencionadas. Aqueles que se tornam os funcionários mais altos do Partido, mesmo se receberam uma educação técnica especializada, tendem a sofrer uma transformação na perspectiva e nas atitudes durante a procura de uma carreira burocrática bem sucedida.

Assim, embora se possa argumentar que há uma importante fonte emergente de divisão entre as elites nas sociedades socialistas de Estado, isso não deve ser entendido apenas como um confronto de funcionários do Partido *versus* “tecnocratas”, ou como necessariamente renunciando a morte do *apparatchik* — uma espécie de tese do “fim da ideologia” em miniatura. Se há uma fonte genérica de oposição e conflito no interior das elites, ele, até certo ponto, corta transversalmente a influência da educação técnica enquanto tal e centra-se sobre uma divisão entre a administração política superior, que pro-

9. John S. Reshetar, *The Soviet Polity* (Nova York, 1971), pp. 360-1.

cura manter um controle fortemente centralizado da vida econômica, e a pressão no sentido da descentralização da tomada de decisões na esfera econômica.¹⁰

3. FONTES DE TENSÃO NA SOCIEDADE SOCIALISTA DE ESTADO

O socialismo de Estado é baseado numa tentativa de impor diretrizes políticas à atividade econômica — diretrizes que, em todas as sociedades da Europa Oriental, eram originalmente baseadas na forma preexistente de organização econômica prevalecente na União Soviética. No passado, *de certa forma*, isso tornou as sociedades socialistas de Estado mais homogêneas entre si do que as sociedades capitalistas. Ou seja, a semelhança global na estrutura do Partido Comunista, em sua forma de dominação do governo e da economia, e as políticas econômicas seguidas no período inicial posterior à guerra serviram para produzir uma aparente homogeneidade na estrutura sócio-econômica entre as várias sociedades. Seton-Watson escreveu em 1955: “Estou convencido de que em todos os países soviéticos a tendência do governo é idêntico e as diferenças estão sendo logo afastadas. Ocorre a mesma coisa entre os regimes, e o que precisa ser enfatizado é a estreita imitação por todos eles da história passada da União Soviética”.¹¹ A mera imposição de um tipo “monolítico” de sistema político-econômico sobre diferentes sociedades criou uma das principais fontes de tensão interna entre eles. A afirmativa de Seton-Watson hoje não poderia ser feita com a mesma força, mas, com exceção parcial da Iugoslávia, as sociedades socialistas de Estado continuam a manifestar uma forte semelhança geral na “superestrutura”.

Particularmente nos países mais industrializados da Europa Oriental, isto constitui, em si, uma das fontes primárias de tensão. Mas podemos também distinguir dois outros fatores variáveis (ou conjuntos de fatores) que influenciam a estrutura social interna das so-

10. Assim, devemos desconfiar de afirmativas pouco claras como “na sociedade socialista os antagonismos predominantes que ocorrem ao nível social são aqueles entre o partido e a burocracia de Estado, por um lado e a *intelligentsia* por outro” (Frank Parkin, “System Contradiction and Political Transformation”, *Archives Européennes de Sociologie*, 13, 1972, p. 50).

11. Hugh Seton-Watson, *East European Revolution* (Londres, 1955), p. XVI.

iedades socialistas de Estado, e que estão diretamente relacionados aos dois aspectos da “descentralização” mencionados no capítulo anterior. Um deles é a natureza do controle exercido pela sociedade sobre a direção da vida econômica; o outro é a mediação de controle nos níveis mais baixos da empresa econômica. Embora existam elementos — em cada um desses pontos — que afetam todas as sociedades socialistas de Estado, a sua operação é substancialmente condicionada pela *variação na “relação” entre a superestrutura imposta, derivada da primeira fase pós-revolucionária, e a infra-estrutura existente*. A maior parte das discussões que examinaram as mudanças que talvez estejam ocorrendo no socialismo de Estado olhou para a União Soviética como fonte de dados. Mas, se a União Soviética forneceu o “caso tipo” (conscientemente seguido) do desenvolvimento inicial da sociedade socialista de Estado, pode-se argumentar que a situação agora é bem diferente; há várias maneiras evidentes pelas quais as sociedades da Europa Oriental diferem da União Soviética assim como diferem entre si. Na União Soviética, o Partido Comunista chegou ao poder como resultado de um processo de mudança revolucionária interna, com a exceção da Iugoslávia — que, significativamente, se desviou do “padrão imposto” num estágio inicial — as “revoluções socialistas” que ocorreram em outros países foram tanto facilitadas quanto diretamente criadas pelo emprego do poder militar soviético. Assim, não só há um nacionalismo incipiente ameaçando qualquer tentativa de promover “um socialismo” nos países da Europa Oriental, como também é verdade que a legitimidade do aparato governamental está menos bem fundamentada aí do que na União Soviética. Em pelo menos algumas das sociedades da Europa Oriental, além disso (novamente de maneira mais notável na Tcheco-Eslováquia), havia uma classe média *white-collar* mais desenvolvida e mais firmemente enraizada do que na Rússia em 1917. Tal grupamento oferece uma fonte potencial de contra-revolução e pode resistir à sua fragmentação em “pessoal *white-collar* mais baixo” por um lado, e *intelligentsia*, por outro, o que tende a ser o resultado da maturação das sociedades de Estado socialistas. Finalmente, o processo da “socialização dos meios de produção”, em sua maior parte, foi mais profundo na União Soviética do que nas sociedades da Europa Oriental — especialmente na agricultura — e isso também pode explicar a persistência de interesses divergentes daqueles do governo centralizado.

Tornou-se convencional, atualmente, a afirmativa de que tanto a União Soviética quanto as sociedades da Europa Oriental estão sofrendo um importante processo de transição que está produzindo, ou produzirá, mudanças profundas em sua organização social.¹² A perspectiva mais comum é a que sustenta que o sistema de poder político característico do socialismo de Estado, que envolve a dominação “monolítica” do Partido Comunista, deve dar lugar a uma ordem mais “pluralista”. Isso não se baseia necessariamente, embora frequentemente o faça, numa concepção da “convergência” de sociedades industriais. O tema básico desse tipo de perspectiva pode ser facilmente apresentado: afirma que, embora o papel autocrático desempenhado pelo Partido Comunista possa ser importante, e mesmo necessário, durante a rápida transformação de uma sociedade agrária em uma sociedade industrializada, uma vez alcançado esse objetivo, o desenrolar de uma economia moderna, complexa, exige uma diversificação de centros de controle. Esse tipo de perspectiva está sempre estreitamente ligado à idéia de que os “tecnocratas” dispostos muito mais em torno da engenharia social e econômica pragmática do que em torno de considerações ideológicas que guiam os funcionários do Partido estão emergindo como a nova elite.¹³

Apesar da aceitação generalizada que essa tese alcançou, ela não é convincente. Cada uma das premissas sobre as quais repousa é questionável: primeiro, a de que a dominação contínua do Partido Comunista na vida política e econômica é “funcionalmente incompatível” com a organização de uma sociedade ou economia avançada; e, segundo, que, dada a existência de tal “incompatibilidade”, o socialismo de Estado caminhará necessariamente em direção a um pluralismo (ou experimentará rupturas revolucionárias que forçosamente transformarão a sociedade “a partir de baixo”). A primeira premissa pode ser contrariada pela afirmação de seu — igualmente possível — oposto: de que o caráter complexo de uma sociedade avançada exige uma *centralização* de agências diretoras, com o objetivo de coordenar e integrar as complicadas operações de ordem so-

12. cf. Daniel Bell, “Ten Theories in Search of Reality”, *The End of Ideology* (Nova York, 1961); David Lane, *Politics and Society in the USSR* (Londres, 1970), pp. 175-96.

13. Para uma exposição das idéias divergentes sobre a tendência provável do desenvolvimento na União Soviética, ver Zbigniew Brzezinski, *Dilemmas of Change in Soviet Politics* (Nova York, 1969); para uma discussão mais abrangente, cf. Stephen Fischer-Galati, “East Central Europe: Continuity and Change”, *Journal of International Affairs*, 20, 1966.

cial e econômica moderna. De fato, tal oposição de perspectivas simplifica demais o problema em questão e, argumentarei a seguir, há certos aspectos em que essas noções aparentemente contrárias têm, cada uma delas, um elemento de validade. Mas mesmo que a primeira premissa fosse aceitável — e na forma apresentada não é — a segunda não decorreria dela da forma tosca como normalmente se advoga. Na maior parte dessas explicações, a idéia de “incompatibilidade funcional” continua não sendo examinada. Quando se examina o conceito mais de perto, da maneira como se aplica nesse contexto particular, ele parece referir-se a uma ou mais das seguintes proposições: faltam ao *aparato* existente indivíduos que possuam o conhecimento especializado necessário à administração da economia (*i.e.*, novamente a tese da “tecnocracia”); a vida econômica não pode ser (com eficiência) dirigida por uma organização basicamente *política*, mas deve ser controlada por gerentes ao invés de políticos, por mais tecnicamente competentes que sejam estes últimos; as concepções ideológicas mais amplas do marxismo e da ordem sem classes introduzida, real ou nominalmente apoiada por governos socialistas de Estado, não têm lugar numa economia industrial moderna; a posição dominante do Partido Comunista deriva das condições sociais transitórias, relativamente fluidas, que prevaleciam quando o Partido ascendeu ao poder, e a sua influência deve, portanto, declinar com a rotinização que ocorre na sociedade pós-revolucionária; e, por fim, como uma afirmativa geral embasatória, a de que a existência de uma ou várias dessas circunstâncias leva necessariamente à ocorrência de mudanças no sistema preexistente.

A última proposição pode ser aceita, com a cláusula adicional de que, em nenhum caso, a resposta à “incompatibilidade funcional” é automática, como está freqüentemente implícito. Uma forma de organização social e econômica que produz tensões definidas não sofre, nessa perspectiva, uma mudança, e mesmo que ela ocorra, não tende necessariamente à adaptação, num sentido simples. Se algumas das proposições colocadas acima são exatas, a resposta das organizações do Partido, ou os governos socialistas de Estado de maneira mais geral poderiam limitar, mais fortemente do que o fazem agora, a posição do Partido e não está claro se tal linha de ação esteja fadada a um fracasso final.¹⁴ É ingênuo admitir, por exemplo, que se é ver-

14. cf. Robert Bass, “East European Communist Elites: their Character and History”, *ibid.*, pp. 114-17.

dade que uma economia altamente centralizada cria “ineficiência” produtiva em algumas áreas principais da atividade econômica, isso leva diretamente a uma pressão por algum tipo de modificação fundamental da vida econômica. Tal pressão deve envolver a oposição ativa e efetiva de grupos particulares ao estado de coisas existente, e isso, por sua vez, depende da “visibilidade” do fenômeno em questão. Pode-se afirmar que um dos principais defeitos na maior parte da literatura que discute as tendências contemporâneas no desenvolvimento das sociedades socialistas de Estado é que ele implica não somente um “funcionalismo social” questionável, mas um “funcionalismo econômico” completamente ilegítimo.

Das proposições distinguidas acima, a segunda e a quarta são as mais plausíveis. A primeira, a versão modificada da tese tecnocrática, não suporta, mais do que outros aspectos desse tipo de perspectiva, um exame acurado. Pode-se discutir até que ponto os responsáveis pela tomada da maioria das decisões que afetam a vida política e econômica precisam ter competência técnica especializada, em oposição a poder buscar o conselho e usar a experiência daqueles que têm essa competência. Na verdade, tal situação é praticamente inevitável, à medida que a amplitude de decisões que devem ser tomadas é bem grande, e nenhum indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos pode dominar o enorme corpo de conhecimento especializado potencialmente relevante — mesmo dentro de uma corporação moderna em grande escala — sem falar na economia e na política como um todo. Embora seja provável que haja uma tendência à ascensão de homens tecnicamente “informados” dentro das elites do Partido — como já se mencionou que ocorre na União Soviética — isso é completamente diverso do “governo de especialistas” previsto por muitos comentaristas, e não precisa acarretar, por motivos já expostos, qualquer dominação básica na posição dominante do Partido.¹⁵ A terceira proposição, afirmando a incompatibilidade funcional da teoria de inexistência de classes de Marx com uma ordem industrial avançada, também é suspeita. O marxismo nas sociedades socialistas de Estado não é mais apenas uma teoria intelectual da sociedade, mas um abrigo ideológico que legitima o papel de liderança do Partido Comunis-

15. cf. Jeremy Azrael, *Managerial Power and Soviet Politics* (Cambridge, Mass., 1966), que argumenta que os gerentes adaptam-se à ideologia geral do sistema e não constituem uma força para uma mudança política radical; e George Fischer, *The Soviet System and Modern Society* (Nova York, 1968), que identifica a ascensão do que ele chama de “executivo dual”, que é treinado em habilidades técnicas e no trabalho do Partido.

ta; como uma ideologia, o seu grau de persuasão não pode ser diretamente reduzido ao nível de validade "científica" que poderia ser reivindicado para ele por um observador ocidental. A possibilidade de surgir ou não uma ordem sem classes nos países socialistas de Estado, conforme previsto por Marx, não tem conseqüências definidas para o futuro do marxismo soviético ortodoxo como uma ideologia política de sustentação; além disso, o Cristianismo sobreviveu durante séculos em sociedades que tinham pronunciadas desigualdades de riqueza, apesar de sua forte ênfase contra a avareza e o orgulho de posses (embora, talvez, não se devesse levar esse exemplo muito em conta!).

As duas afirmativas restantes, relativas à relação global entre administração e economia, e ao caráter temporal da dominação do Partido Comunista, são mais importantes, e cada uma delas pode ser ligada de maneira útil ao problema da "centralização" *versus* a "restituição" na sociedade e na economia. Já me referi em vários pontos aos fatores implícitos na "rotinização" das sociedades socialistas de Estado, e sem dúvida há processos que, à medida que procuram lutar com as questões colocadas a uma elite no poder, estão mudando significativamente o caráter das estruturas do Partido nos diferentes países, podendo ser comparados às várias exigências com que se defronta uma organização subordinada que busca conseguir o poder. Mas os processos de mudança que estão ocorrendo têm menos probabilidades de reduzir o monopólio do Partido Comunista sobre a vida política e econômica como um todo do que de abrir novas fontes de divisão dentro dele. Mais caracteristicamente, essa não é uma divisão entre os "burocratas" e os "tecnocratas", mas uma divisão entre dois tipos de "homens do Partido", ou seja, *membros* ativistas do Partido, saídos cada vez mais, como vimos, da *intelligentsia* e da elite do Partido, composto de funcionários em tempo integral. As implicações desse ponto (que não excluem a existência, é claro, de lutas entre facções dentro da elite sobre o "problema da sucessão" etc.) podem ser mais amplamente desenvolvidas em relação às tensões que derivam da tentativa de sujeitar a vida econômica à direção de administração; ao analisá-las podemos voltar a algumas das idéias que procurei elaborar na discussão sobre os países capitalistas.

Observei anteriormente que dois aspectos da "descentralização" do controle econômico aparecem como resultado das novas políticas econômicas adotadas na maioria dos países socialistas de Estado a

partir do fim da década de 50 (ou, mais precisamente, como resultado potencial dessas reformas, já que muitas delas foram muito mais discutidas do que realmente implementadas). Cada aspecto tem paralelos bastante diretos nas sociedades capitalistas, mas a natureza dos elementos envolvidos é muito diferente nas duas formas de sociedade avançada: um deles refere-se à mediação de controle nos níveis mais altos de organização econômica, o outro à mediação de controle nos níveis mais baixos. Nas sociedades socialistas de Estado, há conexões entre esses dois níveis que estão em grande parte ausentes no capitalismo. Nos países capitalistas, o debate sobre o problema da "posse e controle" foi, na quase totalidade, levado separadamente do debate referente ao caráter e ao futuro do movimento trabalhista contemporâneo, como se esses fossem dois conjuntos de diferentes questões. Esses fatos refletem a realidade de maneira substancial. Os mecanismos que facilitam o economicismo tendem a "bloquear" a orientação do movimento trabalhista para o controle. Nas sociedades socialistas de Estado, entretanto, a situação é diferente. As questões que afetam a mediação de controle em ambos os níveis da empresa tendem a estar intimamente ligadas de tal forma que a modificação da organização econômica em qualquer um dos níveis tem conseqüências imediatas sobre o outro. Além disso, a separação da economia e da sociedade, característica da sociedade capitalista, limita as repercussões que quaisquer tensões ou mudanças na estrutura econômica criam no sistema político, e vice-versa; embora tais repercussões quase sempre se façam sentir, elas são freqüentemente indiretas e difusas. Na capitalismo, a existência de propriedade privada legítima a operação independente da empresa.¹⁶ Esse princípio não é afetado pela fragmentação da posse em comum na sociedade anônima, ou por qualquer um dos outros fenômenos relacionados com o gerencialismo. Na sociedade socialista de Estado, por outro lado, tal princípio de legitimidade é removido pela abolição mais ou menos completa da propriedade privada.

A pressão para a maior independência de controle ao nível da empresa, como parte do movimento geral para a descentralização econômica no fim da década de 50, originou-se na percepção dos economistas e outros intelectuais de que a economia de controle altamente estruturada, herdada do desenvolvimento inicial da União So-

16. Sobre esse ponto, cf. Ernst Halperin, "Beyond Libermanism", em Brzezinski, *op. cit.*, pp. 105-6.

ta; como uma ideologia, o seu grau de persuasão não pode ser diretamente reduzido ao nível de validade "científica" que poderia ser reivindicado para ele por um observador ocidental. A possibilidade de surgir ou não uma ordem sem classes nos países socialistas de Estado, conforme previsto por Marx, não tem conseqüências definidas para o futuro do marxismo soviético ortodoxo como uma ideologia política de sustentação; além disso, o Cristianismo sobreviveu durante séculos em sociedades que tinham pronunciadas desigualdades de riqueza, apesar de sua forte ênfase contra a avareza e o orgulho de posses (embora, talvez, não se devesse levar esse exemplo muito em conta!).

As duas afirmativas restantes, relativas à relação global entre administração e economia, e ao caráter temporal da dominação do Partido Comunista, são mais importantes, e cada uma delas pode ser ligada de maneira útil ao problema da "centralização" *versus* a "restituição" na sociedade e na economia. Já me referi em vários pontos aos fatores implícitos na "rotinização" das sociedades socialistas de Estado, e sem dúvida há processos que, à medida que procuram lutar com as questões colocadas a uma elite no poder, estão mudando significativamente o caráter das estruturas do Partido nos diferentes países, podendo ser comparados às várias exigências com que se defronta uma organização subordinada que busca conseguir o poder. Mas os processos de mudança que estão ocorrendo têm menos probabilidades de reduzir o monopólio do Partido Comunista sobre a vida política e econômica como um todo do que de abrir novas fontes de divisão dentro dele. Mais caracteristicamente, essa não é uma divisão entre os "burocratas" e os "tecnocratas", mas uma divisão entre dois tipos de "homens do Partido", ou seja, *membros* ativistas do Partido, saídos cada vez mais, como vimos, da *intelligentsia* e da elite do Partido, composto de funcionários em tempo integral. As implicações desse ponto (que não excluem a existência, é claro, de lutas entre facções dentro da elite sobre o "problema da sucessão" etc.) podem ser mais amplamente desenvolvidas em relação às tensões que derivam da tentativa de sujeitar a vida econômica à direção de administração; ao analisá-las podemos voltar a algumas das idéias que procurei elaborar na discussão sobre os países capitalistas.

Observei anteriormente que dois aspectos da "descentralização" do controle econômico aparecem como resultado das novas políticas econômicas adotadas na maioria dos países socialistas de Estado a

partir do fim da década de 50 (ou, mais precisamente, como resultado potencial dessas reformas, já que muitas delas foram muito mais discutidas do que realmente implementadas). Cada aspecto tem paralelos bastante diretos nas sociedades capitalistas, mas a natureza dos elementos envolvidos é muito diferente nas duas formas de sociedade avançada: um deles refere-se à mediação de controle nos níveis mais altos de organização econômica, o outro à mediação de controle nos níveis mais baixos. Nas sociedades socialistas de Estado, há conexões entre esses dois níveis que estão em grande parte ausentes no capitalismo. Nos países capitalistas, o debate sobre o problema da "posse e controle" foi, na quase totalidade, levado separadamente do debate referente ao caráter e ao futuro do movimento trabalhista contemporâneo, como se esses fossem dois conjuntos de diferentes questões. Esses fatos refletem a realidade de maneira substancial. Os mecanismos que facilitam o economicismo tendem a "bloquear" a orientação do movimento trabalhista para o controle. Nas sociedades socialistas de Estado, entretanto, a situação é diferente. As questões que afetam a mediação de controle em ambos os níveis da empresa tendem a estar intimamente ligadas de tal forma que a modificação da organização econômica em qualquer um dos níveis tem conseqüências imediatas sobre o outro. Além disso, a separação da economia e da sociedade, característica da sociedade capitalista, limita as repercussões que quaisquer tensões ou mudanças na estrutura econômica criam no sistema político, e vice-versa; embora tais repercussões quase sempre se façam sentir, elas são freqüentemente indiretas e difusas. Na capitalismo, a existência de propriedade privada legítima a operação independente da empresa.¹⁶ Esse princípio não é afetado pela fragmentação da posse em comum na sociedade anônima, ou por qualquer um dos outros fenômenos relacionados com o gerencialismo. Na sociedade socialista de Estado, por outro lado, tal princípio de legitimidade é removido pela abolição mais ou menos completa da propriedade privada.

A pressão para a maior independência de controle ao nível da empresa, como parte do movimento geral para a descentralização econômica no fim da década de 50, originou-se na percepção dos economistas e outros intelectuais de que a economia de controle altamente estruturado, herdada do desenvolvimento inicial da União So-

16. Sobre esse ponto, cf. Ernst Halperin, "Beyond Libermanism", em Brzezinski, *op. cit.*, pp. 105-6.

viética, levou a vários tipos de ineficiência e perdas econômicas. Foram, então, considerações muito “técnicas” que inspiraram o “libermanismo” e que favoreceram a sua crescente influência. Nas sociedades em que foram introduzidas, tais reformas foram na maior parte, sancionadas pela liderança do Partido em termos “tecnocráticos”, como técnicas econômicas que têm pouco ou nenhum significado ideológico intrínseco. Esse, obviamente, é um dos fatores que levaram muitos observadores a falar da ascensão de um novo grupo tecnocrático desafiando a dominação do Partido Comunista. Mas, na realidade, é interesse do *apparat* favorecer tal legitimação da extensão da independência do controle gerencial da vida econômica, porque essa é a única realmente compatível com o nível atual de “responsabilidade” do Partido. O ponto principal que desejo afirmar aqui, entretanto, é de que *há uma antinomia fatal entre os dois aspectos de descentralização que já distingui* (restituição do controle econômico às mãos dos gerentes, e resposta crescente a mecanismos de preço), e de que *isso deve ser explicado em termos da ausência de bloqueios na mediação de controle nos níveis mais alto e mais baixo da empresa.*

A introdução de maior independência empresarial, conforme justificada em termos “tecnocráticos” e envolvendo uma orientação em direção a lucros, encontrará provavelmente em todo lugar uma grande resistência por parte do corpo geral de trabalhadores na empresa. Isso ocorre precisamente porque não há possibilidade de uma orientação economicista por parte dos trabalhadores manuais ou dos trabalhadores não-manuais de nível mais baixo nas sociedades socialistas de Estado. Só há provavelmente uma forma de justificação da independência do controle gerencial aceitável para os trabalhadores dentro da organização: *é a de sua ligação a alguma forma de autogerência dos trabalhadores.* É por isso que a emergência transitória dos conselhos de operários poloneses é, sobretudo, interessante, enquanto fornece provas dessa tendência e forma uma base de comparação com a experiência iugoslava (a história polonesa bem recente oferece aqui novas fontes de material: assim, por exemplo, as exigências dos trabalhadores nas docas Szczecin, apresentadas ao governo em dezembro de 1970, demandavam a destituição da liderança sindical existente e a criação de conselhos de trabalhadores autônomos). Na maioria das sociedades socialistas de Estado, qualquer pressão para a introdução efetiva de autogerência dos trabalhadores encontrará, talvez, uma resistência mais forte por parte da burocracia do Partido central, enquanto oferece ao sistema existente uma ameaça

potencial muito maior do que a colocada por elementos “tecnocratas”. Na Iugoslávia, a introdução dos conselhos de trabalhadores foi encorajada de maneira direta pelo governo central depois do rompimento com a União Soviética, como meio de garantir o apoio da massa para as novas medidas políticas e econômicas introduzidas. O resultado foi a criação de uma forma viável de “socialismo de mercado”. A experiência iugoslava demonstra que a “restituição dual” — pequeno grau de independência gerencial em conjunto com conselhos de trabalhadores (mesmo que a realidade se desvie um pouco dos ideais afirmados) — não é impossível de ser reconciliada com a manutenção de dominação global do Partido Comunista. Mas fica muito claro que tal sistema não poderia ser introduzido nos outros países socialistas de Estado sem uma reorganização substancial das estruturas de Partido existentes — reorganização que ocorreu numa fase inicial, e mais fluida, de desenvolvimento na Iugoslávia. Daí pode-se argumentar que há uma situação um tanto paradoxal na maioria das sociedades socialistas de Estado. Uma legitimação “tecnocrática” de descentralização ao nível da gerência de empresa, que será provavelmente mais acessível à continuação da dominação existente do Partido na vida política e econômica, tenderá a estimular o ressurgimento de demandas sobre a extensão do controle dos trabalhadores e assim produzir um “contracomunismo”, baseado em idéias de cooperativas localizadas e participação genuína do trabalhador no exercício da autoridade na indústria. É por isso que não são os “tecnocratas”, mas os membros ativistas do Partido, que têm probabilidade de ser uma potente fonte de oposição à estrutura de poder governamental existente: esse grupamento oferece uma fonte de oposição de liderança que, embora fiel ao comunismo, pode questionar a rigidez do marxismo ortodoxo. É menos provável, ainda, a ocorrência de confrontos sérios entre esses grupamentos dissidentes e os escalões mais altos da organização do Partido na própria União Soviética. Isso ocorre não porque as mesmas forças genéricas não se fazem sentir, é claro, mas devido aos fatores a que já se aludiu; na maioria das sociedades da Europa Oriental a dominação do *apparat* é menos fortemente estabelecida do que na União Soviética. O nível de industrialização anterior à transição para o socialismo de Estado é um elemento fundamental, embora não único, de influência.¹⁷

17. Bauman argumentou recentemente, a meu ver de maneira pouco convincente, que as principais fontes de tensão na sociedade socialista de Estado podem ser entendidas em termos da hipótese do “estágio inicial da industrialização” (Zygmunt Bauman, “Social Dissent in East Euro-

4. INDUSTRIALISMO E MUDANÇA SOCIAL: UM RESUMO

O socialismo de Estado, conforme enfatizei anteriormente, não representa a superação do capitalismo, mas um modo alternativo de promover a industrialização e de alcançar altas taxas de crescimento econômico. Mas, como tal, baseia-se numa mediação institucional de poder bastante distinta da que é característica à sociedade capitalista. No capitalismo, a separação entre a economia e a sociedade, por meio da qual setores importantes da vida econômica ficam abertos à operação de mecanismos de mercado, é a condição para a existência das classes. Na sociedade socialista de Estado, por outro lado, a economia ficou subordinada ao controle diretivo da administração política, pela abolição da propriedade privada, e isso indubitavelmente criou diferenças básicas quanto ao capitalismo.

Falta à sociedade socialista de Estado uma forma distintiva de classe alta como a que caracteriza a ordem capitalista. A esse respeito pode-se concluir que o termo de Djilas, a “nova classe”, não é um modo apropriado de se designar o lugar do Partido nesse tipo de sociedade, ou do sistema de privilégio que foi construído em torno dele. O poder exercido pelos funcionários mais graduados do Partido ultrapassa de muito o das elites políticas nas sociedades capitalistas; e as posições do Partido podem ser, como enfatiza Djilas, os meios de consecução de um nível distintivamente mais alto de recompensa econômica. Mas admitir a validade fatural dessas afirmativas não é demonstrar a emergência de uma formação de classes comparável à formação típica da sociedade capitalista. Isso também não pode ser colocado de forma plausível em relação à *intelligentsia*. A abolição da propriedade privada limita a emergência de estruturação de classe “no topo” da sociedade socialista de Estado basicamente porque estipula o grau em que a transmissão de vantagens pode ser monopolizada através das gerações. Da mesma forma, a divisão entre o trabalho manual e o não-manual não tem na sociedade socialista de Estado o mesmo significado de classe que no capitalismo, não só em termos de diferenciação total das recompensas econômicas como também em termos de estruturação de classes.

pean Politics”, *Archives Européennes de Sociologie*, 12, 1971, p. 41). Para outras contribuições a um debate sobre este ponto, ver os artigos de Kolakowski no mesmo volume e de Lane e Parkin no volume subsequente do mesmo periódico; Aron comenta essas contribuições em “Re-marques sur un Débat” no último volume.

Mas isso não é, de maneira alguma, compatível com o “enfraquecimento” do Estado, ou com a perspectiva ortodoxa dos governos socialistas de Estado de que a atual posição é apenas um estágio de transição no movimento para a alimentação da “exploração do homem pelo homem” na fase mais elevada da sociedade comunista. Pelo contrário, o nível relativamente baixo de uma estruturação de classes nas sociedades socialistas de Estado foi comprado a um alto preço para as liberdades humanas, e depende de um alto grau de controle político centralizado sobre a vida econômica. Há, aqui, um dilema oculto pela afirmativa de Marx de uma espécie de relação inevitável entre a “inexistência de classes” e a supressão do Estado, porque a eliminação do “princípio de classe” depende da sujeição das forças de mercado ao controle político; mas isto consolida, ao invés de reduzir, o poder do Estado. Alguma indicação dos resultados prováveis da descentralização do poder, que permite mais espaço para políticas econômicas formadas independentemente ao nível da empresa, é fornecida pelo “socialismo de mercado” da Iugoslávia, onde a introdução do novo sistema econômico parece ter acarretado uma expansão dos diferenciais nas possibilidades de mercado a partir dos anos 50, e pode estar favorecendo um fortalecimento da estruturação de classes.¹⁸

De qualquer forma, é pouco provável que qualquer outro país da Europa Oriental vá tão longe quanto a Iugoslávia em direção a um “socialismo de mercado”. O curso mais provável de desenvolvimento das sociedades socialistas de Estado, pelo menos num futuro próximo, voltará de um relaxamento dos controles políticos sobre a ordem econômica à reposição de uma cerrada hierarquia de comando político. Se essa conclusão está correta, significa que a situação nas sociedades avançadas é substancialmente contrária à sugerida por qualquer uma das versões da idéia de “convergência” que dominavam há até poucos anos. A perspectiva marxista soviética a esse respeito, é claro, sustenta a posição de que o socialismo de Estado representa o “futuro” do capitalismo, uma substituição do sistema capitalista, por um processo de revolução ou evolução, pelo qual as próprias sociedades capitalistas passarão mais cedo ou mais tarde. A versão ocidental, conforme afirmada por autores como Sorokin,

18. Parkin, *Social Stratification and the Political Order*, pp. 172-4; cf. também Georg von Wrangel, *Wird der Ostblock Kapitalistisch?* (Munique, 1966), pp. 219-28.

Rostow e Kerr, utiliza basicamente uma interpretação atualizada da teoria da "sociedade industrial".¹⁹ Como mostraram tais autores, a idéia foi apresentada de várias maneiras. Talvez a perspectiva expressa de modo usual seja a que admite, explicitamente ou não, que as sociedades socialistas de Estado caminharão numa tal direção que sua organização social e econômica global cada vez será mais parecida com a dos países capitalistas (o que significa, usual e efetivamente, com os Estados Unidos). A versão mais sofisticada reconhece uma aproximação mútua dos dois tipos de sociedade avançada, enquanto uma delas reintroduz um certo grau de autonomia de mercado e a outra é forçada a adotar o planejamento centralizado. Cada uma dessas interpretações, entretanto, está essencialmente baseada numa exposição ingênua do industrialismo como força sintetizadora que promove a homogeneidade entre todas as sociedades que passam por ele. A esse respeito, curiosamente, tais autores imitam Marx e continuam na perspectiva do século XIX, que vê o Estado como mero adjunto à, e determinado pela, organização econômica. A simples forma de desenvolvimento das sociedades socialistas de Estado demonstra a inadequabilidade de tal perspectiva. Assim, na União Soviética — como, sob um conjunto diferente de circunstâncias, na Alemanha e no Japão — o poder político estava acostumado a canalizar e a dirigir o processo de industrialização, e há poucas bases para a afirmativa (tomada de Saint-Simon) de que o advento de uma sociedade industrial necessariamente produz uma inversão dessa relação. O caso da Tcheco-Eslováquia é uma ilustração peculiarmente adequada desse ponto, uma vez que nesse exemplo uma sociedade já muito industrializada foi substancialmente transformada pela imposição de um novo sistema de poder político, embora a história de pós-guerra desse país indique ao mesmo tempo alguns dos *limites* da direção política da vida social e econômica.

19. Ver Pitrim A. Sorokin, *Russia and the United States* (Londres, 1950), e "Mutual Convergence of the United States and the USSR to the Mixed Socio-Cultural Type", *International Journal of Comparative Sociology*, 1, 1960; C. Kerr et al., *Industrialism and Industrial Man* (Londres, 1960). Para uma discussão geral, ver Bertram D. Wolfe, "The Convergence Theory in Historical Perspective", *An Ideology in Power* (Nova York, 1969).

XIV

CLASSES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

1. CRÍTICA DAS TEORIAS TECNOCRÁTICAS

A idéia da (futura) obsolescência da propriedade impregna a teoria social do século XIX. Assim, a encontramos como tema principal nos trabalhos de Saint-Simon e, novamente, nos trabalhos de Marx, na visão da transformação revolucionária do capitalismo. Os aspectos da doutrina de Saint-Simon reemergem mais tarde nas obras de Durkheim; para Durkheim a influência da propriedade é eliminada pela abolição da herança — da mesma forma que a transmissão das vantagens conferidas pelo direito sanguíneo aristocrático foi abolida, assim também o será a transmissão das vantagens dadas pela posse de propriedade. Na sua forma mais atual, entretanto, a concepção de obsolescência da propriedade é expressa num conjunto inteiro de teorias tecnocráticas da sociedade.

Podemo-nos referir genericamente às teorias tecnocráticas contemporâneas como teorias da "sociedade pós-industrial" (termo aparentemente cunhado por Bell, mas empregado também por Touraine), embora vários outros termos tenham sido usados em referência à mesma coisa: sociedade "tecnocrática" (Brzezinski), "sociedade pós-moderna" (Etzioni), "sociedade pós-cultural" (Steiner), e mesmo sociedade "pós-civilizada" (Boulding) — entre outras. Embora diferiram entre si em vários aspectos, essas denominações compartilham certas características básicas, e podemos discutir as idéias de Bell e Touraine como bem representativas do que tais autores têm a dizer.

Como outros proponentes da concepção de "sociedade pós-industrial", Daniel Bell é bem consciente de que a maioria dos aspectos da noção remonta aos anos iniciais do século XIX.¹ Isto pode

1. cf. Daniel Bell, "The Measurement of Knowledge and Technology", em Eleanor Sheldon e Wilbert Moore, *Indicators of Social Change* (Nova

ser interpretado como indicativo de que a teoria tem uma ancestralidade respeitável; mas também é um tanto embaraçoso, porque o centro da idéia de sociedade pós-industrial tenta abranger alguns dos traços mais “modernos” das sociedades avançadas. Segundo Bell — como sugere a expressão “sociedade pós-industrial” — o mundo contemporâneo está às margens de uma reorganização social e econômica fundamental que relega o “industrialismo” à história passada. Enquanto os Estados Unidos são o país mais desenvolvido em termos de técnica, segue-se que essa reorganização já progrediu até esse ponto. A primeira característica da sociedade pós-industrial é que a manufatura, ou a produção de bens, não é mais a principal preocupação da força de trabalho; a manufatura está sendo cada vez mais substituída pelas ocupações de serviço. Bell emprega o último termo num sentido muito mais amplo do que o convencional, entretanto, na medida em que nele inclui todas as formas de trabalho *white-collar*: o “setor de serviço” compreende “o comércio, as finanças, o seguro e os negócios imobiliários; serviços pessoais, profissionais, de negócios e de conservação; e o governo em geral”.² O aspecto distintivo de tais ocupações é a exigência do exercício de habilidades mais simbólicas do que físicas e mais a posse de conhecimento do que de força de trabalho. Num certo sentido, poderia ser verdade, Bell argumenta, que na sociedade pós-industrial a posse de conhecimento confere poder no mesmo sentido em que a posse de propriedade o fazia no século XIX e no início do século XX na sociedade industrial. Mas é mais indicado dizer que na sociedade pós-industrial uma nova forma de conhecimento adquire cada vez maior importância. Esse é o “conhecimento teórico”: conhecimento de caráter abstrato e altamente codificado, que pode ser aplicado a uma gama de circunstâncias diferentes.

A importância específica do conhecimento teórico para a sociedade pós-industrial reside no fato de que ele permite a inovação contínua e o crescimento auto-sustentado. O desenvolvimento de sistemas computadorizados de processamento de informação e de planejamento social torna, em uma escala ainda não igualada, não só possível como também necessário o controle do progresso técnico. Esse é um fenômeno ao qual Touraine também dá ênfase. “A sociedade

York, 1969), “Technocracy and Politics”, *Survey*, 16, 1971; e “Labour in the Post-Industrial Society”, *Dissent*, inverno de 1972.

2. Bell, “Technocracy and Politics”, p. 4.

“pós-industrial”, afirma ele, poderia da mesma forma receber a etiqueta de “sociedade programada”, pois talvez sua característica mais essencial seja que o seu curso de desenvolvimento é governado pela aplicação sistemática do conhecimento técnico para fins econômicos e sociais predeterminados.³ É por esse motivo, argumentam ambos os autores, que a universidade, que é o principal local no qual o conhecimento teórico é formulado e avaliado, torna-se a instituição-chave da nova sociedade emergente. Se a fábrica foi o resumo da sociedade industrial, como fonte principal da produção de bens, a universidade (e não, como afirmava Marx Weber, o escritório), como fonte de produção de conhecimento teórico, é o foco central da ordem pós-industrial. Isso não significa, continua Bell, que na sociedade pós-industrial a massa da população se transformará em “tecnocratas”. A questão é que os tecnocratas estão cada vez mais substituindo os industriais ou os líderes de negócios como grupamentos responsáveis pela tomada das decisões que afetam toda a sociedade. Ou seja, a formulação de estratégias relativas à indústria e à economia volta às mãos dos especialistas técnicos empregados pela autoridade política. Em função das múltiplas complexidades da organização social e econômica moderna, todas as formas de tomada de decisão assumem um caráter técnico.

Na opinião de Touraine, os “tecnocratas” passam a ser a nova classe dominante na sociedade pós-industrial emergente. O conflito de classes não desaparece com o desaparecimento da sociedade industrial (perspectiva aparentemente diferente da de Bell), mas as suas fontes e a sua natureza tornam-se significativamente alteradas. Enquanto na sociedade industrial as lutas de classes estão centradas na apropriação de recompensas econômicas, na sociedade pós-industrial elas referem-se aos efeitos alienativos da subordinação às decisões tecnocráticas. Embora as formas mais tradicionais de conflito de classes, implícitas no movimento operário, persistam, e embora as ideologias a elas associadas possam continuar até certo ponto a inspirar os novos antagonismos, a classe operária não é mais, nas palavras de Touraine, “um ator privilegiado” na cena moderna. O economicismo fica sendo cada vez menos relevante para a cada vez mais envolvente alienação do controle tecnocrático que é a principal fonte de conflito no mundo pós-industrial. “O suporte da luta não é mais

3. Alain Touraine, *La Société Post-Industrielle*, *op. cit.*

simplesmente o lucro, mas o controle do poder de tomar decisões, de influenciar e de manipular.”⁴ É evidente que tal conflito de classes talvez não esteja confinado à sociedade capitalista, já que os imperativos tecnocráticos se fazem sentir em qualquer sociedade que seja bastante avançada em termos de técnica. Num certo contraste com Bell, Touraine enfatiza outra vez a importância de conflitos entre os tecnocratas e a velha classe dominante; diferindo dessa última classe, os grupos tecnocratas são, com frequência, liberais (ou mesmo socialistas?) em suas opiniões políticas, como convém a uma classe em ascensão que acaba de chegar ao poder.

Tanto Bell quanto Touraine concordam em que um tecnocrata é mais do que apenas um técnico. Portanto, separam as suas perspectivas das de Veblen que esperava a substituição de industriais e financistas, que satisfaziam o seu próprio interesse privado em detrimento do interesse da sociedade em geral, por engenheiros, que iriam, racionalmente, realizar objetivos que beneficiariam a todos. A tecnocracia não é só a aplicação de métodos técnicos à solução de problemas definidos, mas um *ethos* difundido, uma visão de mundo que inclui a estética, a religião e o pensamento consuetudinário na forma racionalista. Nas palavras de Bell:

Em sua ênfase na abordagem lógica, prática, de solução de problemas, instrumental, regular e disciplinada a objetivos, em sua confiança no cálculo, na precisão e num conceito de sistema, ela é uma visão de mundo [que] ... deriva profundamente da visão newtoniana de mundo, e os escritores do século XIX que herdaram o pensamento de Newton na verdade acreditavam, como dizem Hume e Cleanthes em seus *Dialogues Concerning the Natural Religion*, que o autor da Natureza deve ter algo de um engenheiro, na medida em que a Natureza é uma máquina; e acreditavam, mais ainda, que dentro de pouco tempo um método racional tornaria todo o pensamento submisso a suas leis.⁵

Somente na sociedade pós-industrial, entretanto, esse *ethos* tornou-se inclusivo. Há aqui nítidos ecos, não só da interpretação weberiana da difusão da racionalização e da burocracia no mundo moderno, mas da filosofia social mais recente de Frankfurt. A “sociedade unidimensional” de Marcuse é uma sociedade na qual, pelo controle abrangente da conduta e das atitudes da massa, os velhos con-

4. *ibid.*, *The May Movement* (Nova York, 1971).

5. “Technocracy and Politics”, p. 10.

flitos de classes são, se não eliminados, pelo menos aplainados pela prosperidade gerada pela técnica moderna. Como Habermas procura documentar em profundidade, a forma tecnocrática, centrada na legitimação técnica da tomada de decisões, é, na verdade, “ideológica”. Esses escritores concordam em que a base do conflito de classes mudou basicamente a partir do século XIX e início do século XX e que a classe operária não pode mais ser considerada como a portadora da esperança da transformação futura da sociedade.⁶ Embora em alguns aspectos seja ilusório identificá-los como expoentes da teoria da “sociedade tecnológica”, eles tendem a argumentar que a forma tecnocrática domina, ou provavelmente dominará, não só na sociedade capitalista como na socialista de Estado.⁷ Para esses escritores, entretanto, o universo tecnocrático moderno gera a possibilidade de criação de um novo tipo de ordem social que tem as características que Marx afirmou que seriam próprias da ordem socialista do futuro.

Nem Bell nem Touraine encampam tal perspectiva, embora a posição de Touraine esteja muito mais próxima dessa do que a expressa pelo autor americano. Mas, sem dúvida, depreende-se de suas idéias que o tipo principal de oposição ao controle tecnocrático enfatizará a “participação” na tomada de decisões, e assumirá com frequência uma forma *cultural* ou, como colocam Roszak e outros, “contracultural”. Dada a orientação global das teorias tecnocráticas, isso nos permite uma explicação aparentemente imediata da agitação dos estudantes e da política da Nova Esquerda — e pode levar com facilidade a uma condenação dessas como essencialmente “irracionais”, já que parecem representar um protesto contra a própria razão ou, ainda, contra a aplicação sistemática da razão no *ethos* tecnocrático.⁸ Esta não é, entretanto, a opinião de Touraine. Para ele, na medida em que a universidade na sociedade pós-industrial é a principal “agência produtiva” para a criação e disseminação de sistemas técnicos de idéia, o que se segue é que os antagonismos levantados pela nova

6. Jürgen Habermas, “Zwischen Philosophie und Wissenschaft: Marxismus als Kritik”, *Theorie und Praxis* (Neuwied, 1967).

7. cf. Claus Offe, “Technik und Eindimensionalität: eine Version der Technokratiehypothese?”, em Jürgen Habermas, *Antworten auf Herbert Marcuse* (Frankfurt, 1968).

8. cf., por exemplo, Zbigniew Brzezinski, *Between Two Ages* (Nova York, 1970), pp. 222-36. Para Marcuse e Habermas, é claro esta é uma “falsa razão”.

forma de sociedade tenderão a encontrar nela a sua expressão mais aguda. Isso não é meramente um protesto sem razão contra as condições necessárias da existência moderna; é uma luta genuína contra a tendência da sociedade pós-industrial a olhar os indivíduos como nada mais do que “meios” para a consecução de imperativos técnicos.

Ninguém sonha em dizer que agora os estudantes são a classe dominada ou mesmo que só eles são a vanguarda militante dos oprimidos. Mas os estudantes são mais do que os locutores para grupos não-conscientes ou inarticulados. Eles são os representantes de todos os que sofrem mais pela integração social e pela manipulação cultural dirigida pelas estruturas econômicas do que pela exploração econômica e miséria material.⁹

As teorias tecnocráticas são atraentes precisamente porque parecem incluir algumas das características mais contundentes e distintivas do mundo contemporâneo. O florescimento da inovação técnica, a escala compacta do planejamento social e econômico moderno, a expansão da educação superior, por um lado, e a expansão do protesto estudantil e a tentativa de construção de uma “contracultura” por outro — esses são os fenômenos que formam o ponto de partida de tais teorias e cuja influência nas sociedades avançadas elas procuram explicar. E, ainda, o simples fato de que as teorias tecnocráticas não são novas, de que remontam às origens do industrialismo na Europa do século XIX, nos deveria colocar de sobreaviso quanto à sua pretensão de separar o que é novo no universo “pós-industrial” emergente da era apenas “industrializada” da história passada recente.¹⁰

Em primeiro lugar, qualquer concepção de sociedade “pós-industrial” padece dos mesmos defeitos que a de “sociedade industrial”. O retrato elaborado pela teoria da sociedade pós-industrial é de que a nova forma de ordem social substitui a sociedade industrial de maneira muito semelhante à forma em que essa última supostamente substituiu o feudalismo. Mas embora a noção de “sociedade

9. Touraine, *The May Movement*, p. 355.

10. A maior parte dos trabalhos sobre tecnocracia, por motivos históricos bastante diferentes, é francesa ou americana. Podem-se mencionar como representativos, a partir de uma literatura muito vasta, os seguintes autores: Georges Gurvitch, *Industrialisation et technocratie* (Paris, 1949); Henri Lefebvre, *Positions: Contre les technocrates* (Paris, 1967); Jean Meynaud, *Technocracy* (Londres, 1968); C. Koch e D. Senghaas, *Texte zur Technokratie-Diskussion* (Frankfurt, 1970); Daniel Bell, “Toward the Year 2000; Work in Progress”, *Daedalus*, 1968.

industrial”, como já indiquei, somente possa ser aplicada de maneira válida se for usada num sentido limitado, a partir de Saint-Simon ela tem sido normalmente utilizada de um modo que carrega a forte implicação de que a predominância da “indústria”, em lugar do “agrarianismo”, em qualquer sociedade, significa que esta pode ser automaticamente classificada junto com outras em um tipo único. Essa afirmativa traz consigo duas ramificações adicionais: de que o curso do desenvolvimento de uma sociedade é, num certo sentido, “determinado” por sua organização econômica geral ou, nas versões mais toscas, por seu nível de sofisticação tecnológica; e de que, em consequência, a sociedade industrialmente mais “desenvolvida” mostra às outras a imagem de seu futuro. A primeira dessas três suposições dominou a maior parte do pensamento social do século XIX sob a máscara da idéia de que as transformações que afetaram o mundo moderno podem ser entendidas de forma útil em termos de uma polaridade bipartida (*Gemeinschaft/Gesellschaft*, solidariedade mecânica/solidariedade orgânica, sociedade humana/sociedade secular etc.). A segunda suposição, também importante, mas igualmente enganosa, representa a perspectiva geral, segundo a qual o Estado é um mero epifenômeno da sociedade.¹¹ Ambas essas perspectivas estão perpetuadas na noção de “sociedade pós-industrial”; esse termo engloba a inadequabilidade das velhas dicotomias acrescentando, tão-só, um terceiro tipo que supostamente vem a substituir o segundo; e mantém a afirmação falaciosa de que o nível do desenvolvimento industrial ou tecnológico “em última instância” (tomando emprestada a expressão de Engels) determina outros aspectos da organização social e política.¹²

A construção dessas afirmativas à base da noção de “sociedade pós-industrial” possibilita à maioria dos autores propor que a tendência à nova sociedade emergente seja mais desenvolvida nos Estados

11. cf. Gramsci: “O sucesso da sociologia está relacionado à decadência do conceito de ciência e arte políticas que apareceram no século XIX...” (Antonio Gramsci, “Notes on Machiavelli’s Politics”, *The Modern Prince and Other Writings*, Londres, 1957, pp. 181-2). Mas esse julgamento também se aplica ao próprio marxismo, com a exceção de Gramsci e os que foram recentemente influenciados por ele.

12. Bell admite que “Assim como uma sociedade industrial foi organizada política e culturalmente de várias maneiras pela URSS, Alemanha e Japão, também a sociedade pós-industrial pode ter formas políticas e culturais diferentes”. (“The Measurement of Science and Technology”, *op. cit.*, p. 158.)

Unidos. Essa opinião é bem sublinhada por Bell, e afirmada ainda mais descompromissadamente por Brzezinski, segundo o qual “a América contemporânea é o laboratório social do mundo. . . É nos Estados Unidos que os dilemas cruciais de nossa época manifestam-se de maneira mais completa. . .”¹³ Ninguém duvida que os Estados Unidos, em termos de técnica, representam a mais “avançada” das “sociedades avançadas”. Ninguém desejaria negar que algumas formas de técnicas que atualmente estão sendo muito empregadas nos Estados Unidos ou introduzidas na América serão subsequente introduzidas em, ou apropriados por, outros países industrializados. Mas isso é completamente contrário à proposição de que os Estados Unidos, em termos de aspectos amplos de sua estrutura social e política, representam o protótipo de um novo tipo de sociedade emergente no mundo moderno. Como no exemplo da União Soviética entre as sociedades socialistas de Estado, algumas suposições podem levar à opinião de que os Estados Unidos têm sido, e continuam a ser, muito diferentes em sua organização sociopolítica da maior parte das outras sociedades capitalistas. O tamanho absoluto do país; o fato de ter sido, até recentemente, uma sociedade de imigrantes; as possibilidades de mobilidade ascendente (provavelmente mais percebidas do que reais, como indicam pesquisas recentes) que ocorreu devido à expansão da população para Oeste, para áreas ricas em recursos materiais; a ausência de um passado feudal; a presença de uma subclasse muito grande — todos esses fatores tendem a estabelecer uma separação entre o desenvolvimento dos Estados Unidos e o dos países capitalistas da Europa Ocidental e do Japão. Além disso (como é novamente o caso, de uma forma mais rigidamente definida, na relação entre a União Soviética e os países da Europa Oriental), à medida que os Estados Unidos constituem um modelo para o resto das sociedades avançadas, isso ocorre não só em virtude de seu poder político e da sua penetração econômica em outros países quanto devido à “lógica interna” de seu desenvolvimento tecnológico.

Essas observações podem ser generalizadas. Mesmo se confinarmos nossa atenção ao desenvolvimento da técnica, podemos concluir

13. Brzezinski, *op. cit.*, p. 196; cf. Lipset: “ao invés das relações políticas e de classe européias mostrarem um modelo do futuro dos Estados Unidos, a organização social dos Estados Unidos apresentou a imagem do futuro europeu”. (Seymour Martin Lipset, “The Changing Class Structure and Contemporary European Politics”, em Graubard, *op. cit.*, p. 338.)

que há uma falha em qualquer perspectiva que assuma que o progresso tecnológico (ou, alternativamente, o “atraso”) pode ser bem compreendido na forma sugerida ou implícita pela maioria dos proponentes das teorias tecnocráticas. A visão correta, quero sugerir, é o que se poderia chamar de concepção do progresso tecnológico como um jogo de “pular carniça”. * A imagem do futuro que a sociedade tecnologicamente avançada mostra à sociedade menos desenvolvida é quase sempre a de um futuro que deve ser evitado. Isso pode ocorrer devido a decisões conscientemente tomadas por parte de corpos governamentais ou outras agências, que respondem aos efeitos observados do tipo de técnica em questão. Mas mesmo estritamente dentro do domínio de imperativos tecnocráticos, o efeito de “pular carniça” tende a ocorrer com frequência. O que acontece é que a adoção de uma certa forma tecnológica serve para concretizar e para estabilizar um sistema sociotécnico existente dentro de uma determinada sociedade ou tipo de sociedade; o avanço para além disso então tende a ocorrer numa sociedade que é mais “retardada” mas que, precisamente por isso, está apta a pular à frente da outra, já que pode introduzir uma inovação tecnológica mais radical. As tecnologias que são “avançadas” num período, geralmente, num período posterior, tornam-se um freio para um progresso maior; isso pode ocorrer tanto a curto quanto a longo prazo.

Em grande parte, as teorias tecnocráticas recentes estão baseadas na idéia de que está ocorrendo um abandono radical da técnica preexistente de subordinação da ciência à produção: a ciência, ou o conhecimento técnico em geral, deixa de ser adjunto do processo produtivo e passa a ser, ele próprio, a forma produtiva principal. O “industrialismo” é um sistema para a produção de bens; o “pós-industrialismo” é qualitativamente diverso porque a produção de conhecimento assume a primazia. Repito que isso, com certeza, não é uma idéia nova e pode-se questionar até que ponto a própria realidade é nova. A técnica moderna pode ser estonteante quanto à sua escala, complexidade e com as proezas de conquista de tempo e espaço que possibilita. Mas não há nada que seja especificamente novo na aplicação do “conhecimento teórico” à técnica produtiva. Na verdade, como enfatizou Weber mais do que todos, a racionalidade da técnica

* *leap-frog conception*, em inglês. *Leap-frog* é uma brincadeira em que um participante salta sobre as costas do outro que está curvado com as mãos apoiadas na altura do joelho. Pular “carniça” é um termo usual no Centro-Sul do Brasil. (N. do R.)

(mais do que o "capitalismo" no sentido marxiano) é o fator primário que desde o início diferenciou o industrialismo de todas as formas precedentes de ordem social. Ao se admitir uma perspectiva marxiana da evolução do capitalismo, haverá uma tendência a superenfatizar-se o grau em que o industrialismo pode ser caracterizado como produção de bens (em parte devido a dificuldades já percebidas com o "trabalho mental não-produtivo"; mas Marx era um pensador de muita percepção para não observar o fato de que na tecnologia capitalista "a própria ciência torna-se uma força produtiva". Num sentido mais geral, Marx estava provavelmente enganado ao ver o emprego de ferramentas e a produção como as qualidades básicas da vida humana em oposição à vida animal. O que caracteriza de modo diferencial a cultura humana é que o homem é o que Mumford chama de "animal que toma decisões, tem domínio de si mesmo e estabelece os seus objetivos. . ." ¹⁴) É um mito acreditar que o homem industrial tenha sido feito pela máquina; desde suas primeiras origens, o industrialismo é a aplicação do cálculo racional à ordem produtiva. Nesse sentido, a tecnologia moderna não é, de maneira alguma, "pós-industrial", mas o emprego do princípio de crescimento técnico acelerado elaborado no industrialismo como tal.

Entretanto, num sentido mais específico, a teoria da sociedade pós-industrial é estimulada pelo declínio global da proporção de população operária no trabalho manual nas sociedades avançadas — e, sobretudo, é claro, pelo fato de que, dentro da expansão global do trabalho *white-collar*, as taxas de crescimento de ocupações técnicas e profissionais têm sido especialmente altas. Isso nos traz diretamente de volta à questão do papel da propriedade na ordem social moderna. A idéia de que "conhecimento é poder" é velha e está sujeita a várias dificuldades conhecidas. A mais óbvia delas reside no fato de que a equação nos revela muito pouco sobre quem tem o poder (efetivo) em qualquer situação: não ocorre sempre, ou mesmo geralmente, que aqueles com conhecimento *especializado* tenham, eles mesmos, o poder. O "especialista", como assinalou Weber, é, sem dúvida, uma criação dos tempos modernos; mas há muito tempo os monarcas e os governantes basearam-se naqueles com conhecimento especializado para manter seu domínio. A "indispensabilidade funcional" do especialista nas sociedades avançadas contemporâneas não

14. Lewis Mumford, *op. cit.*, p. 9.

lhe dá, necessariamente, mais poder do que no caso do mundo pré-industrial. A esse respeito, o comentário lacônico de Wiles à tese de Bell: "novas técnicas só dão aos governos mais escolhas" é bem adequado; isso pode ser expresso alternativamente na observação de Sartori de que há uma diferença fundamental entre uma situação em que "os poderosos têm conhecimento" e o tipo de circunstância prevista na maioria das teorias tecnocráticas, segundo a qual "os instruídos têm poder". ¹⁵

Por essas razões devemos suspeitar da noção de que, nas sociedades avançadas, o poder está-se tornando "difuso de cima para baixo" entre aqueles com conhecimento técnico especializado, do mesmo modo que devemos suspeitar da idéia de que os "tecnocratas" (qualquer que seja a interpretação do termo) constituem uma classe dominante surgida recentemente. A "tecnoestrutura" de Galbraith (cf. pp. 209-10 acima) sugere a primeira perspectiva. Pode-se admitir, como sugere a sociologia convencional das organizações, que os especialistas técnicos na moderna empresa de grande escala, tendem a possuir uma autonomia definitiva sobre seus próprios campos de competência particular, o que os coloca, em parte, fora da "linha" vertical de autoridade. Mas esse simples fato inibe o exercício de uma proporção significativa de poder efetivo por sua parte, porque limita a generalidade ("força-de-mando") das decisões que estão sob sua influência. O poder significativo, dentro de qualquer tipo de organização, consiste na capacidade de determinar ou moldar o *programa de ação*, e isso quase sempre está nas mãos precisamente dos "não-especialistas" que encabeçam a organização. As decisões tomadas na "tecnoestrutura" facilitam, ou limitam, a *competência* de programas de ação forjados por agências de nível mais alto, mas não constituem normalmente maior limitação sobre a sua capacidade de aprovar tais programas de ação.

Há fortes indícios que levam à perspectiva de que os tecnocratas formam uma classe dominante nascente nas sociedades avançadas. Essa perspectiva não identifica os "tecnocratas" como especialistas técnicos como tal — *i.e.*, aqueles que aplicam o conhecimento técnico a áreas específicas de conhecimento — mas como aqueles que têm um embasamento de educação técnica e que aplicam a "visão tecno-

15. Peter Wiles, "A Comment on Bell", e Giovanni Sartori, "Technological Forecasting and Politics", *Survey*, 16, 1971, 41 e 66.

crática de mundo” na consecução de questões gerais de programas de ação econômica ou política. Segundo essa perspectiva, a educação técnica tende cada vez mais a formar uma *qualificação* para o acesso a posições de poder. Mas a simples evidência de que a classe alta e as formações de elite existem nas sociedades avançadas não sustenta essa perspectiva. O caso mais plausível para tal opinião pode ser oferecido pelas sociedades socialistas de Estado; mas como já procurei demonstrar, mesmo lá, ele não resiste à investigação. Nas sociedades capitalistas, as qualificações educacionais associadas com o recrutamento para grupos de elite ainda tendem a ser associadas a um embasamento de privilégio material. O que influencia o recrutamento de elite não é o fato de o aspirante ao recrutamento ser graduado em física ou engenharia, mas sim que se tenha graduado em Oxford ou Harvard; e, qualquer que seja a variabilidade que possa haver no grau de “fechamento” do recrutamento de elite entre diversas sociedades, é verdade em qualquer lugar que a posse de riqueza e de propriedade continua a desempenhar um papel fundamental na facilitação do acesso ao tipo de processo educacional que influencia o acesso a posições de elite. A existência de uma classe alta proprietária, mesmo se não é necessariamente uma “classe dominante” no sentido em que defini esse termo, é um fenômeno básico que separa as sociedades capitalistas das sociedades socialistas de Estado e nenhum conceito, quer seja de “sociedade industrial” ou de “sociedade pós-industrial”, que elimine essa diferença (que, é claro, reflete o contraste essencial subjacente na mediação institucional de poder entre os dois tipos de sociedade avançada) é aceitável.

Negar a utilidade do conceito de sociedade “pós-industrial” não significa sugerir que não há mudanças significativas que afetam o caráter das sociedades avançadas no mundo contemporâneo. A questão é que essas mudanças não podem ser satisfatoriamente interpretadas em termos da sugestão de que o “industrialismo” está sendo superado pelo “pós-industrialismo”. A retórica fácil das teorias tecnocráticas esconde realmente uma falha geral no ataque a problemas que necessitam uma análise concreta e precisa; a idéia de que um tipo envolvente de ordem social, ou seja, a “sociedade industrial”, esteja sendo substituído por outro sistema global encobre a necessidade de examinar as interconexões e as fontes de conflito entre os subgrupos e as classes de que as sociedades se compõem.

2. A TÉCNICA E A ORDEM SOCIAL MODERNA

Nada se presta com mais facilidade a observações devastadoramente banais do que a “unidade global” do homem moderno. O desenvolvimento dramático de formas de comunicação e a disseminação de informação, permitindo o contacto quase instantâneo entre lugares que se situam em lados opostos do mundo, e a rapidez do transporte aéreo, anulam os significados sociais anteriores de tempo e espaço. É necessária muita imaginação para se acreditar, entretanto, que esses fenômenos, por si só, criam um “mundo único”; e é um erro da imaginação não acreditar que o processo de criação de um mundo único seja um processo dialético que tanto unifica quanto fragmenta. A teoria da obsolescência da Nação-Estado é tão velha quanto a teoria da obsolescência da propriedade (e as duas idéias estiveram relacionadas, como nos escritos de Marx). O internacionalismo certamente tem um novo significado no século XX. Não só os progressos no transporte e nas comunicações, mas a formação de redes de relações políticas e econômicas supranacionais e o caráter crescentemente internacional das megacorporações, são especificamente fenômenos modernos. Mas embora todos eles afetem o funcionamento da Nação-Estado, não assinalam o fim de sua existência e, em alguns aspectos, atuam no sentido de reforçar a sua autonomia. A unidade primária de análise sociológica, a “sociedade” do sociólogo — em relação ao mundo industrializado, pelo menos — sempre foi, e deve continuar a ser, a Nação-Estado administrativa e politicamente limitada. Mas “sociedade”, nesse sentido, *nunca* foi o sistema isolado, “desenvolvendo-se internamente” de forma normal, implícito na teoria social. Uma das fraquezas mais importantes das concepções sociológicas de desenvolvimento, a partir de Marx, foi a tendência persistente em se pensar no desenvolvimento como o “desdobramento” de influências endógenas no interior de uma certa sociedade (ou, mais amiúde, o “tipo” de sociedade). Os fatores “externos” são tratados como um “meio-ambiente” ao qual a sociedade tem que se “adaptar” e, portanto, como um simples condicionante do desenrolar da mudança social. Em parte, essa perspectiva resulta do uso de analogias orgânicas — tais como a de que o desenvolvimento social é comparável ao padrão de crescimento de um organismo jovem, que “desenvolve” suas potencialidades num processo de maturação prognosticável. Mas tal perspectiva também tende a estar as-

sociada com a noção de que é o nível tecnológico ou econômico geral de desenvolvimento de uma sociedade que “em último recurso” determina o processo de mudança que a afeta. Na verdade, qualquer compreensão adequada do desenvolvimento das sociedades avançadas pressupõe o reconhecimento de que os fatores que contribuem para o desenvolvimento “endógeno” combinam-se com influências “de fora” na determinação das transformações a que está sujeita uma sociedade. Podemos distinguir, analiticamente falando, dois tipos de influências: a transmissão de “cultura” material e ideológica de uma sociedade para outra, e a dominação ou subordinação política (frequentemente coercitiva) de uma sociedade por uma outra ou por outras. O segundo é quase sempre o mais importante, pois geralmente é o canal por meio do qual o primeiro ocorre. Mas o primeiro recebeu muito mais atenção do que o segundo porque se ajusta muito mais à afirmativa de que a técnica, ou a “organização econômica”, definida de maneira ampla, é o motor final do desenvolvimento social.

A propagação dessa última noção em sociologia pode ser encarada como refletindo algumas das características essenciais da própria sociedade capitalista — na separação particular do “econômico” e do “político”, e no simples grau de autonomia dado ao primeiro. Mesmo Marx, o crítico radical do capitalismo, não conseguiu fugir dessa perspectiva. A lição ainda não foi aprendida, tanto pela maioria dos marxistas subseqüentes quanto pela maioria de seus adversários — inclusive muitos dos teóricos tecnocratas. Mas essa é uma lição que quase não precisaria ser ensinada no mundo moderno. A “sociedade industrial” pode não ser a sociedade militarista que era o feudalismo; entretanto, embora Saint-Simon pudesse estar certo sobre isso, ele não o estava ao acreditar que o advento do industrialismo implica o fim do poder político coercitivo, apoiado pela força militar. Não fosse pela predominância que o modelo endógeno de desenvolvimento teve na sociologia, quase não seria necessário enfatizar até que ponto o poder político-militar moldou o caráter das sociedades avançadas. As guerras mundiais sucessivas aceleraram o progresso do desenvolvimento tecnológico em todas as sociedades avançadas, e forneceram o veículo da proeminência contemporânea dos Estados Unidos como poder industrial-líder nesse mundo; essas guerras serviram para realizar o que a transição para o industrialismo não conseguiu criar na Alemanha e no Japão — a desintegração da

hegemonia das tradicionais elites proprietárias de terra; e forneceram o palco para os processos de mudança revolucionária que criaram as sociedades socialistas de Estado, em primeiro lugar na União Soviética e depois em outras sociedades da Europa Oriental.

Ao analisar a influência da técnica e do desenvolvimento tecnológico em geral, nas sociedades avançadas do mundo contemporâneo, portanto, devemos examinar as relações e conflitos internacionais em conjunção com o caráter do desenvolvimento industrial “interno” de sociedades particulares ou de tipos de sociedades. Essas considerações são cruciais ao se contrastar o desenvolvimento das sociedades capitalistas e socialistas de Estado. Marx, é claro, previu a transformação revolucionária do capitalismo como um processo ramificado de caráter internacional, criando uma comunidade socialista supranacional. O fato de que o socialismo de Estado tenha ocorrido não como superação do capitalismo dentro das sociedades industrialmente desenvolvidas, mas como forma alternativa de organização social e econômica à ordem capitalista, produziu um conjunto de circunstâncias completamente diversas. O isolamento político da União Soviética nos anos iniciais de sua existência, junto com a primazia dada à industrialização, deu origem a uma sociedade baseada na subordinação completa da atividade econômica ao controle centralizado do Estado. Considerado em conjunto com a prosperidade ascendente dos países capitalistas, o resultado — reforçado com a emergência das sociedades socialistas de Estado da Europa Oriental — foi a criação de uma situação internacional na qual o progresso econômico e, mais particularmente, as taxas de crescimento industrial vieram a ser de importância fundamental e a ser vistas como indicadores da “superioridade” relativa dos tipos concorrentes de ordem social.

Novamente, é por esse motivo que as teorias da “sociedade industrial” (e da “sociedade pós-industrial”) exercem uma atração razoável e contínua. A primazia que vejo a ser dada à garantia de altas taxas de crescimento econômico coloca a eficiência econômica na vanguarda, e estimula, portanto, os tipos de desenvolvimento industrial paralelo que parecem surgir de uma “lógica interna” imanente ao industrialismo, colocando lado a lado as sociedades capitalistas e as socialistas de Estado. As concepções de “sociedade industrial” aplicadas de maneira não-crítica tendem necessariamente a tornar implícito que a existência de formas técnicas compartilhadas pela maioria

das sociedades industriais significa, *ipso facto*, que elas compartilham propriedades estruturais e dinâmicas similares. Há duas questões a serem colocadas nesse ponto. Em primeiro lugar, embora o prevalecimento de similaridades tecnológicas entre diversos tipos de sociedades produza similaridades nos sistemas de relações paratécnicas, o significado destas pode variar segundo o contexto sociopolítico mais amplo no qual elas estão engastadas. Em segundo lugar, mesmo onde há amplos paralelos na estrutura social das sociedades, não se segue daí que eles sejam “necessários”, no sentido de serem trazidos à existência por desenvolvimentos paralelos e observáveis na técnica.

Cada um desses comentários está ligado a uma consideração geral da influência da técnica industrial nas sociedades capitalistas se comparadas às socialistas de Estado. Assim, estas últimas estão experimentando o mesmo tipo de transferência progressiva na força de trabalho, envolvendo a expansão relativa do setor não-manual, como ocorreu nos países capitalistas em consequência do desenvolvimento tecnológico na indústria. Além disso, dentro da categoria geral de trabalho não-manual, a expansão é acelerada, em ambos os tipos de sociedade, entre as ocupações técnicas e profissionais que envolvem algum tipo de qualificação educacional superior. Mas o impacto dessas mudanças, em alguns aspectos mais importantes, é bem diferente em cada tipo de sociedade. Nas sociedades capitalistas, tais mudanças devem ser interpretadas contra o pano de fundo de uma clivagem profundamente enraizada na estruturação de classes que separou o trabalhador manual do não-manual. Entre as sociedades socialistas de Estado, por outro lado, a capacidade de controle político da organização econômica gerada pela mediação institucional do poder produziu uma situação diferente; a “parte final” dos trabalhadores manuais não foi incluída nos limites de uma “classe média”. A expansão da educação superior nessas sociedades levou à criação de um grupamento bem diferente, a *intelligentsia*, que não tem, na realidade, uma contrapartida direta na sociedade capitalista contemporânea. Isso ocorre porque, apenas em parte, a divisão manual/não-manual não tem o mesmo significado em termos da estruturação de classes; resulta também da ausência (ou ausência relativa) da propriedade privada na sociedade socialista de Estado. Nas sociedades capitalistas, a contínua concentração de propriedade nas mãos de pequenas minorias de população influencia demais o processo de car-

reira e recrutamento de elite, mesmo se não os “determina” num sentido simples.

O papel problemático da técnica em nenhum lugar está melhor ilustrado do que pelo caráter da autoridade industrial nas sociedades capitalistas e socialistas de Estado. Aqui, como enfatizei, há paralelos óbvios entre os dois tipos.¹⁶ A maioria dos países socialistas de Estado está muito longe de criar as condições encaradas por Marx como implícitas na transcendência da democracia política burguesa: a eliminação do dualismo de “participação” política no Estado e a sujeição à dominação gerencial-capitalista na esfera da atividade econômica. Na União Soviética, mesmo na época de Lênin, mas sobretudo na época de Stalin, a disciplina industrial dirigida para a produtividade crescente, transformou-se na tônica, como um elemento necessário na obtenção da industrialização rápida. O resultado foi um sistema de relações de autoridade na indústria que, de maneira bastante deliberada, foi tomado emprestado das estruturas gerenciais que evoluíram no Ocidente, e que diferia pouco dessas últimas no que concerne ao caráter imposto das exigências a que estavam sujeitos os trabalhadores. À medida que um sistema similar de autoridade industrial foi instituído nas sociedades da Europa Oriental, pareceu que as relações de autoridade características da ordem industrial capitalista eram um elemento intrínseco à indústria moderna, a despeito do contexto, exceto pelo fato de que falta aos trabalhadores das sociedades socialistas de Estado o poder coletivo dado pelo direito à greve. Mas tal perspectiva seria falaciosa. Se a análise que estabeleci nos capítulos anteriores for aceita, decorre que similaridades evidentes nas relações de autoridades na indústria entre as duas formas de sociedades escondem, na realidade, diferenças fundamentais na estrutura e na dinâmica. O direito e a propensão à greve *não* são, como é freqüentemente encarado por pensadores socialistas, um mecanismo que ameaça (potencialmente) a integridade da ordem capitalista. Ao contrário, ele é um elemento focal na manutenção da orientação economicista que permite a persistência do sistema prevalecente de autoridade industrial e, mais geralmente, na manutenção da separação entre a economia e a sociedade que Marx acertadamente observou como uma característica distintiva da sociedade capitalista. A respeito do prevalecimento de manifestações evi-

16. cf. Reinhard Bendix, *Work and Authority in Industry* (Nova York, 1956).

330 A ESTRUTURA DE CLASSES DAS SOCIEDADES AVANÇADAS

centes de conflito que necessariamente caracterizam esse tipo de ordem industrial, pode-se argumentar que ela é, de fato, inerentemente mais estável do que a que existe nas sociedades socialistas de Estado, sujeita à erupção ocasional, mas muito mais enraizada, do antagonismo operário que envolve uma orientação para o controle.

3. A RELEVÂNCIA DA ANÁLISE DE CLASSES

A irrelevância da análise de classes para as sociedades capitalistas contemporâneas foi proclamada por duas escolas de pensamento da sociologia moderna muito diferentes. Cada uma delas, num certo sentido, concorda que as relações de classe eram básicas ao capitalismo do século XIX, mas considera que hoje isso não é mais verdade. Uma dessas escolas de pensamento deve ser encontrada entre certos teóricos tecnocráticos — notadamente Marcuse, e numa versão ligeiramente diferente Habermas. Segundo Marcuse, a transformação do capitalismo do século XIX numa sociedade “unidimensional” ou “totalitária” não eliminou as classes — a base de classe da exploração identificada por Marx não desapareceu — mas enfraqueceu efetivamente a base do conflito de classes tal como existiu no século XIX, e sobre o qual foi construída a previsão de Marx da derrubada revolucionária do capitalismo. Na sociedade “unidimensional”, os sindicatos e os partidos trabalhistas estão integrados na ordem existente e não oferecem alternativa a ela.

A segunda escola de pensamento — associada sobretudo com as obras de certos sociólogos americanos contemporâneos — tende a ser de uma opinião política diferente e a demonstrar um caso bem diverso. Segundo essa perspectiva, que em certos aspectos também espelha a noção de sociedade “pós-capitalista” de Dahrendorf, a análise de classes não é mais relevante à ordem social moderna, não porque ela se tenha tornado cada vez mais “unidimensional”, mas, pelo contrário, porque está ficando mais pluralista ou diversificada. Vários fatores são apontados como promotores de tal diversificação. A idéia de obsolescência da propriedade, uma vez mais, aparece aqui com algum significado. Esses escritores apontam a ascensão do gerencialismo como prova de que a propriedade não confere mais poder na grande corporação; a extensão de direitos e o crescimento dos modernos partidos políticos como indicativos do fato de que o poder político está desligado da posse de propriedade; e, acima de tudo, a im-

portância cada vez menor da propriedade como uma fonte de renda, e sua substituição pela posição ocupacional. O último ponto está geralmente ligado à perspectiva de que a “herança” da posição ocupacional não pode ocorrer da mesma forma que a herança de propriedade, e, portanto, a família é cada vez menos significativa como *locus* de transmissão de vantagens econômicas de geração a geração; a família, enfatiza-se, está isolada do mundo do trabalho e das chances de vida dos homens no mercado de trabalho.¹⁷ Essa tese, portanto, afirma que a sociedade capitalista contemporânea é diversificada em dois sentidos básicos: em termos das fontes de poder político e econômico e, mais particularmente, pela hierarquia graduada de diferenças sócio-econômicas construídas na estrutura ocupacional. Como Parsons expressou este último ponto: “Há, é claro, uma dimensão hierárquica no sistema ocupacional. . . mas, especialmente nos escalões superiores, ela é apenas uma das várias dimensões de diferenciação. É particularmente importante o fato de não haver uma nítida ruptura entre a classe alta e a baixa; mesmo a famosa linha entre os trabalhos manual e não-manual deixou de ser de significado fundamental.”¹⁸

Os escritos de Marcuse têm a sua origem numa desilusão com o marxismo “clássico”. Junto com outros filósofos sociais de Frankfurt, Marcuse abandonou o embotamento desesperado com o qual os marxistas ortodoxos tentam manter-se fiéis às perspectivas tradicionais do conflito da burguesia e proletariado, e da imanência da revolução. Nessa instância, os pensadores de Frankfurt estão certamente justificados. A pobreza da principal base empregada para sustentar a teoria de classes marxista ortodoxa — a idéia de que o potencial revolucionário da classe operária foi sufocado e a pauperização (temporariamente) superada pelo envolvimento imperialista das sociedades capitalistas com o “terceiro mundo” — vem sendo clara há muito tempo. Não tem havido nenhuma redução no imperialismo explorador, de uma forma ou de outra, no último século, mas é patentemente errado supor que os frutos de tal exploração, ou a “tradução da luta de classes para um conflito entre as nações ricas e pobres”, podem explicar por que o curso de desenvolvimento das sociedades capitalis-

17. cf. Arthur Stinchcombe, “Social Structure and Organizations”, em James G. March, *Handbook of Organizations* (Chicago, 1965).

18. Talcott Parsons, “Equality and Inequality in Modern Society, or Social Stratification Revisited”, *Sociological Inquiry*, 40, 1970, p. 24.

tas não se conformou ao previsto por Marx. O fator cada vez mais importante para a explicação do aumento da renda real de trabalhadores relativo ao século passado é a produtividade cada vez maior produzida basicamente pela mudança tecnológica; e devem-se procurar outros fatores, de qualquer forma, para explicar por que a estrutura de classes do capitalismo contemporâneo difere da retratada na perspectiva de Marx. Qualquer que seja a sua validade em outros aspectos, as teorias do imperialismo serviram apenas como base lógica para que se evitasse qualquer confronto direto com os problemas colocados pelos processos internos de mudança experimentados nos países capitalistas desde o século XIX.

Por não se contentar com tal desvio e reconhecer a necessidade de compreender as mudanças que intervieram na sociedade capitalista desde a passagem do século, a análise de Marcuse cria um rompimento valioso com as formas mais ortodoxas de marxismo. Mas esse rompimento não é suficientemente radical e, ao mesmo tempo, é radical demais. Não é suficientemente radical à medida que Marcuse tende a aceitar o tipo de perspectiva que sustenta que Marx estava basicamente certo em seu diagnóstico de sua própria época, mas foi refutado pelos acontecimentos posteriores. Marcuse escreve como um marxista obrigado a aceitar que a classe operária não preencheu e provavelmente não preencherá o papel revolucionário na transformação do capitalismo como foi prometido no século XIX. Mas não aceita que isso tenha ocorrido acima de tudo devido aos aspectos errados ou falaciosos da análise de Marx, o que ela encerra desde o seu início. O que os escritores alemães descrevem como *Spätkapitalismus*, significando entre outras coisas que o "ponto alto" do capitalismo já foi ultrapassado, é mais bem considerado realmente como a maturidade da ordem capitalista; o "alto capitalismo", como o descrevem, é uma fase na completa institucionalização da separação entre economia e sociedade, que é a marca da sociedade capitalista. O erro fundamental, para se dizer de outra maneira, em que se incorre a partir de Marx, é identificar "*sociedade burguesa*" e *capitalismo*. Por outro lado, a perspectiva de Marcuse é radical demais porque desde que pressupõe um elo intrínseco entre a classe operária e o potencial revolucionário para a criação de uma ordem diferente da prevalecente na sociedade capitalista, a ausência de tal potencial passa a ser tomada para demonstrar que as relações de classes, hoje, perderam o seu significado — ou, mais precisamente, submergiram na totalidade "unidimensional" unificada.

Tal conclusão é tão inaceitável quanto a sua oposta, de que o grau de diversidade dentro das sociedades modernas impede o reconhecimento de "classes".¹⁹ A expansão do controle empresarial nas grandes corporações representa, sem dúvida, um desenvolvimento significativo dentro do capitalismo moderno — se bem que o próprio Marx já o tenha assinalado 100 anos antes. Pode-se duvidar, por motivos já mencionados, que o nível de controle gerencial efetivo nas grandes firmas nas economias capitalistas contemporâneas seja tão completo quanto se afirma normalmente; mas a existência do fenômeno, em ampla escala, é indiscutível. Em tais circunstâncias, por definição, o detentor de propriedades não detém o poder econômico direto, e nesse sentido há uma diversificação das fontes de poder. Mas, como já argumentei, isso está muito longe de estabelecer que não há mais sentido ou que não é mais útil falar na existência de uma "classe alta" na sociedade capitalista; e essa questão deveria, de qualquer forma, ser tratada como parcialmente separável da relação de tal classe com os meios de dominação, ou seja, uma questão de saber se ela é ou não uma "classe governante". Em termos da distribuição de poder, entretanto, a posse de propriedade continua a ser, em dois aspectos, de importância básica dentro da ordem econômica. Em primeiro lugar, qualquer que seja o grau de controle empresarial nas corporações e a extensão da difusão da posse em comum, continua sendo verdade que a posse de propriedade muito freqüentemente dá acesso direto ao poder econômico; em segundo lugar, e de modo mais significativo, a despeito da vasta extensão do setor público na sociedade neocapitalista, ainda é verdade que a busca de lucros no investimento de um tipo ou de outro é o motor básico do sistema econômico como um todo. Dentro da ordem política, é muito evidente que a propriedade raramente "compra" o poder como o fazia no século XIX. Mas supor que as conexões entre a posse de propriedade e o poder político foram completamente quebradas pelo desenvolvimento dos direitos modernos e do sistema de partidos é apenas ignorar os fortes laços que existem em todos os países capitalistas entre os

19. Parsons, na verdade, continua a usar o termo "classe", mas o redefine como virtualmente equivalente a "grupo de *status*" (e usa o termo *status* no sentido de "posição"). Ele propõe "definir *status de classe*, para a unidade da estrutura social, como posição na dimensão hierárquica da diferenciação do sistema societal e considerar *classe social* como um agregado de tais unidades, individuais e/ou coletivas que, segundo a sua própria avaliação e a avaliação de outros membros da sociedade, ocupam posições de *status* aproximadamente igual no que se refere a esse aspecto" (*ibid.*, p. 24).

negócios e os partidos conservadores ou liberais. Nesses sentidos, a propriedade continua sendo um elemento fundamental no sistema de poder na sociedade capitalista, mesmo quando, como nos Estados Unidos, as elites não estão claramente integradas dentro de uma "classe governante".

O argumento que se refere ao caráter gradualista da estrutura ocupacional repousa sobre premissas muito diferentes das que se relacionam à distribuição de poder. Há, na realidade, duas pressuposições implícitas aqui: de que a ordem econômica constitui uma hierarquia gradualista que não mostra "rompimentos" nítidos e de que as oportunidades de um indivíduo alcançar uma determinada posição nessa hierarquia não são mais centralmente governadas pela posição da família de onde ele se origina. O último ponto pode ser tratado em primeiro lugar. A tese aqui recorda a afirmativa de Durkheim das desigualdades "internas" e "externas": a desigualdade externa é característica do estágio de transição na evolução do tipo moderno de sociedade, e desaparece quando a herança de riqueza ou propriedade é abolida; as qualidades transmitidas através da família são, então, completamente mantidas à parte da determinação do sucesso na ordem ocupacional.²⁰ Mas isso afirma um ideal de Saint-Simon que, de fato, não veio a se realizar, e à luz da pesquisa recente sobre mobilidade social e oportunidades educacionais não temos muita dificuldade em mostrar a razão disso. A razão básica é que a distribuição de talentos e capacidades numa sociedade (quer dizer, de desigualdades "internas") é, ela mesma, muitíssimo condicionada por variações na organização da família; mas, além disso, os estudos de mobilidade social demonstram de maneira bastante inequívoca que a família de origem influencia as chances de mobilidade ocupacional mesmo quando a habilidade manifesta é mantida constante.²¹ É ver-

20. Emile Durkheim, *The Division of Labour in Society* (Glencoe, 1964), pp. 375-88.

21. cf. a observação feita recentemente por um economista especializado em mão-de-obra, de que "as decisões tomadas dentro da família determinam quem irá procurar trabalho, por quanto tempo, e onde. Os membros da família alocam o trabalho e a renda entre si por meio de critérios pessoais, com pouca referência a procedimentos de alocação de mercado privado. As crianças sozinhas não decidem se vão trabalhar. A mulher sozinha não escolhe entre um trabalho em tempo integral e um trabalho em tempo parcial. E também não decidem quando vão abandonar a "força de trabalho". As pressões de família no sentido de renda e outros bens entram em todas essas decisões" (Stanley Lebergott, "Labour Force and Employment Trends", em Sheldon e Moore, *op. cit.*, p. 98).

dade, claro, que, na sociedade contemporânea, a família "contraí-se" em termos do grau em que os laços de parentesco fornecem uma base para a formação de relações econômicas. Mas esta era, afinal, um dos principais elementos que existiam nos primórdios da emergência da sociedade capitalista, e constituía uma condição para a superação do feudalismo; o caráter formalmente "aberto" das oportunidades econômicas na economia capitalista foi, e continua a ser, divergente das chances de vida diferenciais que ela cria, na realidade — *esta é precisamente a base para a existência de classes.*

O problema das "fronteiras" de classes cria constantemente dificuldades para a teoria de classes. As dificuldades aqui, como sugeri anteriormente, derivam de duas afirmativas errôneas que dominaram a maior parte da literatura sobre a questão. A primeira está na tentativa implícita ou explícita de estabelecer um paralelo muito íntimo entre a estrutura social e econômica do feudalismo e a do capitalismo, como se as divisões entre as classes pudessem ser tão claramente delineadas e específicas como as dos estamentos feudais. Se se pode repetir a argumentação, a simples criação de "classes" em oposição a "estamentos" pressupõe a dissolução dos tipos de critérios que foram aplicados dentro da ordem feudal. A teoria de Marx desempenhou, na realidade, um papel importante na criação de uma perspectiva tão errônea à medida que, em sua ênfase mais característica, sustenta que tanto o feudalismo quanto o capitalismo são sistemas de classes baseados no mesmo princípio da posse minoritária dos meios de produção: parece, assim, que a classe dominante no capitalismo deveria ser um grupamento tão nitidamente distinto quanto a aristocracia feudal. Mas, essencialmente, isso não pode ser dessa forma, e leva à segunda questão: o fracasso em analisar o que chamei de "estruturação de classes" como um fenômeno *variável* envolvido nas interconexões entre a economia e a sociedade. As divisões de classes não podem ser desenhadas como linhas num mapa, e a extensão em que a estruturação de classes ocorre depende da interação de vários conjuntos de fatores. Deve-se enfatizar que isso *não* é o mesmo que dizer que a classe seja um fenômeno "multidimensional" que pode ser analisado como um agregado de vários "dimensões" hierárquicas, como pretendem, algumas vezes, alguns dos intérpretes (errados) de Weber que identificam "classe" e "estratificação". Na história das sociedades capitalistas, a estruturação de classes tem sido mais bem desenvolvida em três níveis, separando as classes alta, média e baixa. Até que ponto isso continuará a ocorrer é uma questão que tem que

ser levantada no capítulo de conclusão. Mas devo enfatizar que não há oposição entre a idéia de que o capitalismo seja intrinsecamente uma sociedade de classes, como estabeleci neste livro, e a noção de "pluralismo" — pelo menos no sentido em que este último termo é entendido por alguns autores, como Kerr, para quem o pluralismo implica uma orientação no sentido de uma "confiança no mercado, nos planos e na barganha de grupos; de vários ou muitos centros de poder ao invés de mais ou apenas um; de misturas infinitamente complexas de racionalidade e irracionalidade, moralidade e imoralidade, princípio e pragmatismo; de muitos dirigentes e de um número ainda maior de dirigidos; de muitos conflitos sobre regras e recompensas".²² O erro é ligar grosseiramente esta complexidade de fenômenos ao "industrialismo".

XV

O FUTURO DA SOCIEDADE DE CLASSES

1. RACIONALIZAÇÃO, CLASSES E BUROCRACIA

A maior parte das teorias tecnocráticas mais recentes, intencionalmente ou não, apropriou-se da maioria das idéias de Max Weber. Em alguns aspectos é, obviamente, errado encarar-se Weber como um defensor da perspectiva tecnocrática já que, para ele, a figura característica da cultura moderna não é o capitalista técnico ou o engenheiro, mas o especialista em administração; além disso, teve ainda o cuidado de assinalar que o burocrata está normalmente sujeito à regra do "não-especialista" que tem uma visão mais ampla do que a conferida pelo domínio de habilidades administrativas ou técnicas. Mas a concepção de racionalização, no sentido em que Weber a empregou,¹ depende de uma interpretação do significado fundamental da técnica na vida social moderna. Há, no pensamento dele, uma clara conexão entre a técnica, como aplicação da racionalidade instrumental ao mundo material, e organização burocrática, como aplicação da razão técnica à atividade social. Assim, Weber compara quase sempre a burocracia à "máquina" que move-se suavemente, na qual a conduta do funcionário burocrático, que é governada pelos regulamentos, representa a engrenagem do mecanismo. A racionalização requer mais, entretanto, do que simplesmente a extensão da razão técnica — ou seja, a instrumentalidade da correlação dos meios mais "efetivos" a "fins" definidos. O processo de expansão da racionalidade técnica é acompanhado por dois outros processos: o "desencantamento" do mundo e a concomitante substituição de normas místicas ou religiosas por imperativos "racional-legais" abstratos. Essas séries gêmeas de mudanças têm um resulta-

22. Clark Kerr, *Marshall, Marx and Modern Times* (Cambridge, 1969), p. 78.

1. cf. o meu *Politics and Sociology in the Thought of Max Weber*, pp. 45 e segs.

do curiosamente oposto. Por um lado, a religião, a mágica, o misticismo tornam-se inevitavelmente alijadas da conduta humana nas principais esferas institucionais da sociedade; por outro lado, as formas predominantes de protesto social tornam-se utópicas, explosões inúteis contra os imperativos da racionalização, e assumem, elas próprias, um caráter “místico”.

A polaridade entre a racionalização e o carisma, que aparece ao longo dos livros de Weber, proporciona uma justificativa desse ponto de vista. O carisma, o elemento principal que liga os movimentos de protesto através da história, tem, segundo as palavras de Weber, um caráter “especificamente irracional”. Mas isso tem dois significados que não estão claramente diferenciados nas obras de Weber. Em outras palavras, o carisma é diferenciado da razão em dois sentidos: ele afasta-se da razão rotinizada ou tecnicamente aplicada (no caso-tipo, a racionalização inerente à técnica ou, mais especificamente, ao procedimento burocrático) e afasta-se da racionalização no sentido da validação racional-legal da ação (ou seja, substitui os imperativos de valor místico ou religioso como base da legitimação global da ação). É a não-separação entre esses dois pontos que permite a Weber colocar as mais diversas formas de movimento e crença dentro da categoria única de “carismático” e, mais importante no atual contexto, que serve para categorizar as formas modernas de ideologia política (inclusive os componentes normativos do marxismo), juntamente com a religião e o misticismo como “irracionais”. Como assinalou Marcuse com algum vigor, a “dominação do homem pelo homem” implícita na sistematização burocrática da atividade aparece, assim, como inseparável da busca de valores “nacionais” — ou seja, não-religiosos ou não-místicos. A resposta de Marcuse a isso é tomar o segundo aspecto dos dois tipos de racionalização e contrapô-lo à visão de uma nova ordem social baseada numa nova racionalidade.

Entretanto, a análise que ele faz não é convincente exatamente porque não levanta as questões colocadas pela racionalização no primeiro sentido e, porque, na concepção de “sociedade unidimensional”, basicamente aceita a idéia weberiana de racionalização do mundo moderno inerente à concepção de burocracia.² A diferença está

em que aquilo que Weber acredita ser o destino inexorável do homem moderno, Marcuse sustenta que está aberto à mudança; mas não diz muito sobre a maneira de indicar como a projetada reorganização revolucionária da sociedade pode ser realizada de um modo factível. Ao contrário, suas idéias aparecem como utópicas — como uma visão de um novo mundo tão sem contacto com a realidade social existente quanto as visões religiosas às quais o próprio Weber o teria vinculado. Para entender a influência da racionalização na cultura moderna, temos que considerar cada um de seus aspectos mencionados acima — e os tipos de contra-resposta que cada um deles tende a gerar.

Pode-se aceitar logo que a emergência inicial do industrialismo-capitalista na Europa do século XVIII tanto pressupôs quanto acelerou grandemente a alteração de visões religiosas de mundo, substituindo-se por representações racionalizadas, e legitimações, do universo social. Marx expressou esse ponto em seu estilo rebuscado costumeiro, ao escrever que: “(A burguesia) afogou os êxtases mais celestiais de fervor religioso, de entusiasmo nobre, de sentimentalismo filisteu, na água gelada do cálculo egotista. . . Em uma palavra, substituiu a exploração nua, despudorada, direta e brutal pela exploração disfarçada por ilusões políticas e religiosas.”³ Como outros racionalistas do século XIX, Marx repudiou as formas de revivificação e misticismo que apareceram esporadicamente como um resto da era precedente, ou como protestos irracionalmente *expressos* contra a alienação inerente à ordem capitalista.⁴ Mas, em relação a isso, Weber, certamente, tinha razão: o incremento de uma representação racionalizada da realidade natural e social está, talvez, dialeticamente relacionado não à possibilidade crônica de qualquer tipo de revitalização completa da religião organizada, mas do surgimento de diversos tipos de revivificação religiosa, misticismo e irracionalismo na arte, na literatura e na filosofia. Formas de protesto social passadas em crenças desenvolvidas em tais contextos tendem, necessariamente, a assumir um caráter “total”, ou seja, questionam o *ethos* dominante em sua totalidade. Weber foi levado à perspectiva, também encontrada nas obras de muitos teóricos tecnocráticos, de que tais tipos de movimentos de protesto social podem ser classificados a

2. Marcuse, “Industrialisation and Capitalism in the Thought of Max Weber”, em Otto Stammer, *Max Weber and Sociology Today* (Oxford, 1971).

3. “Manifesto of the Communist Party”, *Selected Works*, p. 36.

4. Assim, a oitava tese sobre Feuerbach afirma: “Todos os mistérios que levam a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática.”

par com movimentos politicamente orientados como respostas (em última instância, inúteis) à racionalização. Mas embora seja verdade que, provavelmente, existam afinidades entre os dois, e é provável que um se alimenta do outro, devemos reconhecer que há uma forma de resposta política à racionalização que não tenta desacreditar a racionalidade como um *ethos* cultural global e que, na verdade, está profundamente baseada na aceitação desse *ethos*; é uma resposta que é parte de várias formas de socialismo e anarquismo, inclusive a forma elaborada por Marx. Baseia-se numa *rejeição* da racionalização, no primeiro sentido colocado acima; ou, expresso de modo mais exato, baseia-se na premissa de que a “racionalização”, no sentido de transmutação racional do *ethos* cultural moderno, proporciona aos homens a compreensão necessária ao controle da “racionalização” no sentido de domínio da racionalidade técnica na vida social.

A descrição que Weber faz da “camisa-de-força” à qual a expansão da burocratização condena o homem moderno — sem esperança de recuperação — ganha grande parte de sua plausibilidade da assimilação que Weber faz dos dois aspectos de racionalização. É difícil resistir à opinião de que a racionalização da cultura seja o processo cumulativo inevitável (embora sempre inclinado a provocar resistência e tentativa de construção de “contraculturas”); e, assim, parece que o que Weber chamou de “parcelamento da vida humana”, sintetizado pela burocracia, também é inevitável. Pode-se argumentar que o socialismo baseia-se num paradoxo. Por um lado, a teoria socialista advoga uma organização crescente das relações sociais ao colocar a direção da vida econômica sob um controle central; por outro, um tema fundamental, subjacente ao pensamento socialista, é a idéia de tornar o homem apto a fugir das conseqüências da organização sistemática da vida social envolvida na moderna divisão de trabalho.⁵ O resultado da implementação de políticas socialistas, assim, enfraqueceria os ideais que inspiram especificamente os pensadores socialistas, preocupados com a extensão da liberdade e autonomia do indivíduo preso a compulsões sociais. Isso pareceria confirmar a conclusão weberiana de que o socialismo revolucionário é essencialmente “utópico” e, portanto, uma versão secular de ideais religiosos que inspiraram os homens a questionar o mundo existente em períodos anteriores da história. Mas podemos aceitar que há um

5. cf. a análise de Durkheim em *Socialism* (Nova York, 1962), pp. 55-63 e *passim*.

elemento paradoxal na teoria socialista sem afirmar que os seus objetivos são irrealizáveis frente à racionalização necessária da vida social moderna. O que é inexorável no mundo moderno é o avanço da racionalização da cultura; e os tipos de protesto que tanto refletem quanto procuram abolir tal racionalização estão, na verdade, fadados ao fracasso, faltando-lhes algum tipo de ocorrência catastrófica que destrua toda a civilização contemporânea. Mas não ocorre o mesmo quanto aos movimentos orientados para o outro aspecto da racionalização, para o qual Weber buscou o protótipo numa organização burocrática. O problema é que, se o tratamento que ele dá à burocracia em geral e ao Estado racional moderno, em particular, é insatisfatório, também são insatisfatórias as interpretações desses fenômenos dadas pelos ramos principais da teoria socialista — inclusive a teoria de Marx. A análise do Estado moderno é, talvez, o ponto crucial aqui, mas as questões implícitas transbordam sobre as outras instituições importantes da sociedade.

O que desejo sugerir nesse ponto é que os dois aspectos da racionalização que distingui (é claro que alguém poderia ter feito diferenciações analíticas mais refinadas) aparecem como dois temas entrelaçados no interior do socialismo de Marx. Um tema implica uma procura de extensão global da compreensão e do controle racionais da vida social que, segundo Marx, falta ao capitalismo. O modo de produção capitalista afasta as formas alienadas de consciência humana representadas pelos sistemas de crença religiosa, mas as substitui pelo “deus oculto” do mercado. As irracionalidades observadas por Marx no funcionamento da economia capitalista expressam esse ponto. O socialismo, baseado no controle racional da vida econômica, oferece um modo de completar o processo de racionalização no plano da organização global de atividade social do homem. Anteriormente, defendi a opinião de que as origens do capitalismo estão estreitamente relacionadas não só com o advento do capitalismo em si, mas, mais especificamente, com o choque entre capitalismo e feudalismo. O segundo tema inerente ao pensamento socialista, desejo propor, deriva o seu nível de intensidade (e nível de apoio), em primeiro lugar, do grau de intensidade e violência desse choque. Esse tema, que está relacionado ao outro aspecto da racionalização, trata da *libertação* dos homens da imposição coercitiva da vontade de outros indivíduos. Sua expressão mais característica é a idéia de Saint-Simon, desenvolvida por Marx, da superação do poder “político” do Estado na planejada sociedade socialista.

O paradoxo da ideologia socialista localiza-se no cerne da teoria do Estado capitalista de Marx. Podemos rejeitar a perspectiva, considerando-a incompatível com o pensamento de um homem da estatura intelectual de Marx, de que ele tinha uma concepção do “desaparecimento” do Estado semelhante à que aparece em algumas versões mais rudimentares da filosofia anarquista. Marx não acreditava na “destruição” do Estado, mas em seu *Aufhebung*, que significava a reabsorção do Estado pela sociedade, e a sua subordinação à sociedade. A forma de realização disso está indicada na sua discussão sobre a estrutura proposta da Comuna de Paris, que deveria incluir funcionários destituíveis, que serviriam apenas por pequenos períodos e que seriam escolhidos a partir da massa do povo.⁶ Isso está apenas a um curto passo da noção que, entretanto, nunca foi delineada de modo preciso por Marx, de “democracia industrial”, que opera ao longo de linhas similares.⁷ Mas essas prescrições não foram elaboradas em detalhe em nenhuma parte dos livros de Marx e parece plausível inferir que elas representam uma tentativa de construir base concreta e defensiva para um conjunto de idéias mais difusas que Marx assimilou, nas primeiras fases de sua carreira intelectual, dos primeiros escritores socialistas: idéias relativas à erradicação da “dominação do homem pelo homem”, conforme colocadas por Saint-Simon e por muitos outros escritores socialistas mais antigos e contemporâneos. Tal credo está expresso amiúde nos escritos iniciais de Marx como quando *The Communist Manifesto* afirma que “o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”.⁸

A dificuldade de reconciliar esse tipo de concepção com as conseqüências decorrentes da proposição de que as irracionalidades da economia capitalista devem ser superadas pela organização da produção conscientemente dirigida é bastante clara para não exigir uma discussão em profundidade. Mas mesmo na mais complexa tradução da possibilidade de superação do Estado há um problema semelhante, porque para assumir o controle diretivo da produção e distribuição de bens na sociedade de tal forma que a produção esteja correlacionada com a necessidade, o Estado deve, até certo ponto, colocar-se

6. “The Civil War in France”, *Selected Works*, pp. 292-4.

7. Há várias alusões a isso ao longo do 3º volume de *O Capital*.

8. “Manifesto of the Communist Party”, *Selected Works*, p. 53.

fora e “acima” da sociedade. Isso tem que ser assim porque o Estado (ou outra agência diretiva) deve ser o responsável pela implementação e coordenação de decisões que afetam a sociedade como um todo. A separação parcial inevitável entre o Estado e a sociedade, e a superioridade do primeiro em relação à segunda, dependem tanto da necessidade de aplicação de “conhecimento” especializado na administração quanto da exigência de concentração administrativa na tomada de decisões. Esses aspectos aparecem, num sentido básico, como linhas diferentes nos livros de Marx sobre a teoria do desenvolvimento capitalista. Uma parte da teoria econômica do capitalismo refere-se à identificação de mecanismos por meio dos quais o mercado capitalista domina a sua irracionalidade inerente — mas apenas através do enfraquecimento dos princípios sobre os quais, como um sistema de produção, ele se baseia. Ou seja, Marx determina as mudanças por meio das quais a estrutura “anárquica”, competitiva do capitalismo inicial aos poucos cede lugar a um sistema que é um intervalo para a transformação para o socialismo, pelos processos de centralização e concentração de capitais. A teoria de classes e do desenvolvimento do potencial revolucionário da classe operária com a evolução da sociedade capitalista, fornecendo finalmente os meios para a emancipação do homem das repressões da sociedade de classes, constitui a outra linha. É claro que nas obras de Marx essas duas linhas estão ligadas porque presume-se que o desenvolvimento do capitalismo as relacione de maneira integral: o caráter variável da economia capitalista leva à possibilidade concreta da coordenação centralizada da produção que é realizada pela ação revolucionária da classe operária.

O caráter real da evolução das sociedades capitalistas é radicalmente diferente disso. Embora a maturidade do capitalismo implique uma espécie de resultado que, em geral, está de acordo com as expectativas de Marx relativas ao primeiro conjunto de processos, isto não se aplica em relação ao segundo conjunto. O potencial revolucionário da classe operária depende do encontro inicial com o capitalismo e não da maturidade do modo de produção capitalista. Num certo sentido, entretanto, isso ocultou o elemento paradoxal que o pensamento de Marx compartilha com outras formas de teoria socialista, já que significou que a transformação revolucionária do capitalismo não chegou a ser realizada; a natureza desse problema só aparece completamente nas sociedades socialistas de Estado.

A ambigüidade na teoria do Estado de Marx e a fragilidade de sua interpretação das origens da autoridade burocrática confirmam as conseqüências intelectuais dos dois planos divergentes no pensamento de Marx. Já indiquei (pp. 57-8) os dois elementos presentes na concepção de Estado de Marx; por um lado, o de que a existência do Estado depende da dominação de classes, do que se depreende que a abolição (transcendência) do Estado é realizada, acima de tudo, através da abolição de classes; por outro lado, o de que o Estado é o veículo das necessidades administrativas de uma sociedade e economia complexas. A interpretação que Marx oferece da burocracia é fraca porque liga a existência da dominação burocrática somente à primeira dessas proposições; em contraste, a concepção weberiana de burocracia é inútil porque, ao assimilar os dois aspectos de racionalização, trata quase unicamente do segundo.

A sugestão de que com a abolição do capitalismo o Estado será reabsorvido na sociedade só é sustentável quanto à proposição de que o Estado é uma expressão daquela assimetria de interesses de classe; além disso, devemos reconhecer que a questão da "tendenciosidade" de classe do Estado é separável — mas não de forma completa — da questão relativa aos fatores que determinam o nível da racionalização burocrática do aparato de Estado. No capitalismo, como insistia Marx (e Weber também), o caráter do Estado reflete necessariamente a distribuição dos interesses de classe em dois sentidos: por meio do isolamento da esfera do "político" da do "econômico" e do reconhecimento dos direitos de "participação completa e igual" somente na primeira; e pela aprovação e proteção da existência da propriedade privada como princípio legítimo da empresa econômica. Há uma validade genuína na perspectiva de Marx de que cada um desses pontos serve para separar o Estado da sociedade e para promover a emergência do Estado como um "poder autônomo". Mas esses são, em parte, diferentes da separação burocrática entre o Estado e a sociedade. A teoria marxista da transcendência do Estado está baseada na premissa de que, por meio da abolição da propriedade privada na esfera "econômica", o poder especificamente "político" necessariamente desaparecerá. O desaparecimento do poder "político", entretanto, pode ser interpretado em dois sentidos. No sentido dialético da expressão, pode-se dizer que a esfera do "político" foi exterminada quando não for mais nitidamente separável daquela do "econômico". Nesse sentido, o Estado é abolido quando as condições de democra-

cia política que caracterizam a ordem capitalista são transcendidas pela socialização dos meios de produção. Mas, à luz do exemplo histórico das sociedades socialistas de Estado, isso leva a algo bem evidente: uma acentuação da separação *burocrática* entre o Estado e a sociedade, como previu Weber. A idéia de que a inexistência de classes e a transcendência do "político" estão, desse modo, intrinsecamente relacionadas não é puro sofisma porque a mediação institucional de poder criada pela integração da economia e nação, como já discuti profundamente, proporciona uma saída da sociedade de classes. Entretanto, é óbvio que aquilo que acontece em tais circunstâncias é que o desaparecimento do "político" torna-se equiparável não à abolição do Estado, mas à dominação do aparato do Estado sobre a vida econômica e, assim, ao fortalecimento do poder burocrático.

2. CLASSES, CONFLITO DE CLASSES

Desde o início, no fim do século XVIII, da vasta série de transformações sociais resumidas pelas duas formas de "revolução" que caracterizam a época moderna — "revolução política" e "revolução industrial" — os homens pensaram na chegada de uma nova era na qual os conflitos e clivagens principais da sociedade humana seriam, finalmente, eliminados. Tal visão aparece nos trabalhos de Saint-Simon e Comte; de maneira mais influente, nos trabalhos de Marx e nos escritos de uma multidão de figuras menores no pensamento do século XIX. Os desastres de duas guerras mundiais ajudaram a tornar os pensadores do século XX menos confiantes no futuro do que os pensadores da era anterior. Mas as interpretações das tendências de desenvolvimento das sociedades avançadas continuam a levantar tais possibilidades numa escala muito menor e sob a máscara da análise sociológica e não do quiliasmo revolucionário. As concepções do "fim da ideologia" e a maioria das versões da teoria tecnocrática expressam a opinião de que, na sociedade contemporânea, os conflitos sociais profundamente enraizados do passado foram deixados para trás, em favor de um "consenso de fins" geral. Mais especificamente, é claro, afirma-se que as lutas de classes que marcaram a história européia do século XIX, utilizadas por Marx como a peça central de seu esquema teórico e de seu projeto prático para a reorganização revolucionária do capitalismo, acabaram por se dissolver. A esse res-

peito, alguns dos que tentaram formular uma "teoria crítica" da sociedade contemporânea, procurando preservar a visão de uma característica radicalmente nova para o homem industrial, compartilharam as afirmativas dos autores que proclamaram o "fim da ideologia". Frente à tendência crônica do pensamento social de prever o declínio, ou o desaparecimento incipiente dos conflitos fundamentais que colocaram os homens uns contra os outros no passado, devemos insistir na ubiqüidade do conflito na vida social. O conflito é o fato irremediável da condição humana, a fonte inevitável da maior parte do que há de criativo, assim como de destrutivo, na sociedade humana. Dizer isso não é, evidentemente, afirmar que a natureza e as origens dos conflitos atuais não podem ter mudado significativamente em relação às que impulsionaram os homens em épocas anteriores.

X A opinião de que o conflito de classes, conforme caracterizado no século XIX e início do século XX, não é mais uma característica importante da sociedade capitalista, baseia-se nos conjuntos de observações empíricas comumente aceitas e num ponto de vista interpretativo quanto à evolução do capitalismo nos últimos 150 anos. Dentre as observações empíricas, quatro são particularmente relevantes: (1) os confrontos violentos entre os trabalhadores e os empregadores diminuíram em favor de formas rotinizadas de atividades grevistas e barganha coletiva; (2) a postura revolucionária tomada pelo movimento trabalhista em sua história inicial em vários países europeus foi traduzida para a socialdemocracia reformista; (3) a classe operária diminuiu, e continua a diminuir, em tamanho, em relação à classe média; (4) a filiação aos sindicatos não cresceu nas últimas duas ou três décadas. X

Dessas quatro afirmativas, apenas a última pode ser questionada numa base estritamente fatural, embora, como mencionei antes, possam ser feitas algumas restrições relativas à terceira proposição indicada aqui. A estabilização da filiação aos sindicatos, uma questão à qual alguns autores deram muita atenção,⁹ é um fenômeno que parece restrito aos Estados Unidos; nas sociedades européias e no Japão, as taxas de filiação aos sindicatos tendem a aumentar.

9. cf. a discussão de Bell sobre Irving Bernstein, "Union Growth and Structural Cycles", em Walter Galenson e Seymour Martin Lipset, *Labour and Trade Unionism* (Nova York, 1960), pp. 89-93.

Seja como for, o que realmente desejo discutir é a interpretação teórica de tais observações. Este é um lugar conveniente para oferecer uma exposição resumida de uma das principais discussões que coloquei neste livro. Já mostrei a inconsistência implícita nas idéias dos autores que argumentam como se a interpretação que Marx faz do capitalismo tivesse sido tornada falsa por processos subsequentes de mudança social, embora ela fosse bastante válida no que se refere ao século XIX. Atrás dessa inconsistência, bastante comum, pode-se encontrar uma perspectiva do desenvolvimento da sociedade capitalista no último século que é, mais ou menos, universalmente compartilhada. Isso é, em essência, uma sinopse originalmente elaborada dentro da, ou latente na, economia política clássica, e clarificada por Marx. Os teoremas implícitos podem ser facilmente expostos; são eles: de que o componente essencial do "capitalismo" é a competição livre de uma multiplicidade de produtores; de que qualquer movimento no sentido de uma redução do número de produtores competitivos, quanto ao capital, ou no sentido da organização coletiva de trabalhadores, quanto ao trabalho, serve para ameaçar a hegemonia do sistema capitalista; e, conseqüentemente, de que o declínio do capitalismo pode ser demonstrado pelo grau de visibilidade da ocorrência desses dois últimos conjuntos de processos. A esses, podemos adicionar a noção de que o funcionamento do capitalismo, como uma ordem social e econômica, é inibido pela intervenção do Estado na vida econômica.

Se esses teoremas são aceitos, o que se segue é que a última metade do século XIX já mostra o capitalismo em seu declínio. Confrontos violentos entre os empregadores e os operários aparecem, então, como produto do capitalismo em sua forma "pura" e a chamada institucionalização do conflito de classes, ao afastar-se das premissas originais sobre as quais baseia-se a economia capitalista, parece representar, como supuseram alguns autores (um tanto contrários a Marx), um mecanismo de contenção dos efeitos do conflito de classes inerente ao livre capitalismo. Tal interpretação parece ser confirmada pelas lutas demoradas que as organizações trabalhistas tiveram que empreender para conseguirem reconhecimento da legitimidade da barganha coletiva, e dos partidos trabalhistas para conseguirem reconhecimento no interior da comunidade democrática com total direito de voto. Isso, por sua vez, conduz à idéia de que o final do século XIX foi, em geral, o período no qual as lutas de classes puderam ser mais fortemente notadas, e leva também à idéia de que,

nos últimos 70 anos, o processo de desenvolvimento na maioria dos países capitalistas manifestou um declínio progressivo da intensidade e do significado social do conflito de classes.

A perspectiva que apresentei é nitidamente diferente de, e, num certo sentido, quase completamente oposta a esta. O que é tipicamente considerado como o ápice do desenvolvimento capitalista é considerado de maneira mais útil como a fase inicial da emergência da *sociedade capitalista*. É importante, neste ponto, enfatizar o termo, embora eu tenha anteriormente utilizado os termos "capitalismo" e "sociedade capitalista" de modo quase intercambiável em capítulos anteriores. A emergência da sociedade capitalista pressupõe não só uma série de transformações econômicas que implicam a formação do capital industrial e financeiro e a produção para o mercado, mas profundas mudanças sociais e políticas que criam uma forma específica de mediação institucional de poder. Há, aí, implícitos, dois componentes principais; um deles refere-se à nação. Na economia política, e na teoria de Marx, como enfatizei amiúde, a natureza do Estado moderno é tratada de forma altamente inadequada, como uma ramificação da afirmativa geral da primazia de influência da organização econômica sobre o desenvolvimento capitalista. O "modelo abstrato" de sociedade capitalista — sociedade capitalista em sua forma "mais pura" — restringe a operação do aparato de Estado à função de fiador de obrigações contratuais. Tal modelo está mal compreendido em relação ao desenvolvimento fatural das sociedades capitalistas, já que só se aproxima da realidade no caso de poucos países, sendo a Inglaterra o principal exemplo. Além disso, é impossível manter-se tal modelo a um nível teórico mais alto.

Se a tese que apresentei no Capítulo 12 está correta, há uma conexão inerente entre o capitalismo e a democracia liberal que vai além daquela que normalmente se admite. No pensamento de Marx, a ética da "liberdade de oportunidade" que vem a prevalecer na esfera econômica com a transição da sociedade pós-feudal está diretamente relacionada à emergência de ideologias de democracia política. Mas, como esclarece Marx numa antiga crítica de Hegel, a democracia burguesa é uma fraude porque (entre outras razões) apenas uma pequena minoria da população está realmente capacitada a participar do sistema eleitoral. O fato de que as organizações de classe operária possam exercer pressão no sentido de ampliação dos direi-

tos de voto constitui uma fraqueza da estrutura global da sociedade capitalista, já que torna possível a ascensão de partidos trabalhistas de massa que, pelo menos em certos países, podem realmente levar adiante a derrubada revolucionária da ordem capitalista operando dentro do quadro de referência político existente. A perspectiva que desenvolvi em capítulos anteriores sugere que tal interpretação está errada — em parte porque ignora precisamente, de maneira particular, um aspecto "político" do movimento operário do século XIX. A classe operária ou as organizações políticas que a representam têm que lutar para garantir a plena incorporação dentro da comunidade da moderna Nação-Estado; o resultado dessa incorporação, entretanto, não foi enfraquecer, mas sim estabilizar ou completar a mediação institucional de poder na ordem capitalista. *A socialdemocracia, em outras palavras, é a forma normal tomada pela inclusão política sistemática da classe operária dentro da sociedade capitalista.* O que deve ser especificamente esclarecido não é a tendência "reformista" do suporte político do movimento operário, já que ele foi aceito dentro da ordem democrática liberal — ou seja, quando a separação do "político" e "econômico" tornou-se reconhecida não apenas como princípio formal, mas como uma realidade institucionalizada — mas sim aqueles casos (Estados Unidos), em que o movimento operário não intimamente ligado a qualquer tipo de socialismo, e aqueles (França), em que uma orientação revolucionária ficou, realmente, muito marcada.

Enfatizei de maneira consistente que o traço estrutural básico da sociedade capitalista é que uma mediação institucional de poder envolve uma tal separação entre o "político" e o "econômico" que as formas de participação características numa esfera não são determinadas pelas formas de participação na outra esfera. Outro modo de se expressar esse ponto é dizer, como o faz Macpherson, que o capitalismo é um "sistema no qual se realiza a produção sem alocação autoritária de trabalho ou recompensa, mas por relações contratuais entre indivíduos livres (possuindo todos alguma reserva, mesmo que somente a sua força de trabalho) que calculam seus cursos de ação mais vantajosos e empregam seus recursos da maneira ditada pelo cálculo.¹⁰ Em tal sistema, há sempre uma certa tensão entre o Estado e a economia; a "separação" entre as duas esferas sempre envolve, ao mesmo tempo, uma dependência mútua, e as mudanças numa esfera

10. C. B. Macpherson, "Post-Liberal Democracy?", *Canadian Journal of Economics and Political Science*, 30, 1964.

trazem ao palco desenvolvimentos recíprocos ou contrários na outra. Por isso não é contraditório dizer que a manutenção da separação entre “político” e “econômico” depende da existência de interconexões distintas entre essas duas esferas. A “intervenção” do Estado — o termo em si mesmo é, logicamente errado, mas já convencional — na vida econômica é, nesse sentido, não só compatível com o capitalismo, mas intrínseco a ele. O declínio do *laissez-faire* e a ascensão do moderno Estado do Bem-Estar devem ser entendidos sob o ponto de vista de tais mecanismos de realinhamento mútuo da sociedade e da economia. O papel do Estado ao favorecer esquemas de taxaço, limitar o monopólio, influenciar o emprego e a mobilidade do trabalho e mesmo, no neocapitalismo, ao introduzir o planejamento a longo prazo, pode alterar significativamente as condições sob as quais as relações contratuais são estabelecidas e mantidas, mas nenhuma dessas formas de intervenção transgride o caráter essencial da organização da atividade econômica.¹¹ O uso de um termo como “maturidade” tem as suas desvantagens, já que sugere, ao se referir à “maturidade” de sociedade capitalista, que essa última tem um ciclo natural de crescimento, maturidade e declínio, ciclo esse que podemos predizer. Tal perspectiva está implícita na colocação de Marx, com sua descrição da progressiva transformação interna do capitalismo “clássico”, transformação essa que culmina na revolução socialista assim como em outras escolas socialistas de pensamento. Mas o capitalismo demonstrou ser um sistema econômico de grande elasticidade, capaz de sofrer transformações sem prover o tipo de cataclismo revolucionário previsto por Marx. Embora, obviamente, seja verdade que a colocação do “ponto alto” do desenvolvimento capitalista depende da definição que se dá aos conceitos de “capitalismo” e “sociedade capitalista”, nos termos em que sugeri é perfeitamente apropriado considerar isso como coincidindo com o tipo genérico mais recente: o que chamei de neocapitalismo.

11. cf. Macpherson: “O Estado pode, como o faz comumente, interferir por meio de taxas e subsídios diferenciais, controle de competição e monopólio, controle dos usos da terra e do trabalho, e todos os tipos de regulamentação que conferem vantagens ou desvantagens a alguns tipos de produção ou a algumas categorias de produtores. O que o Estado faz, portanto, é alterar os termos das equações que cada homem elabora ao calcular o curso de ação mais vantajoso. Alguns dos dados para o cálculo são diferentes, mas isso não afeta o motivo principal do sistema que é de que os homens agem da maneira ditada pelo seu cálculo de lucro líquido. Enquanto os preços continuarem a responder a essas decisões calculadas, e influir sobre a produção de bens e a determinar sua alocação, devemos dizer que a natureza essencial do sistema não mudou” (Macpherson, “Post-Liberal Democracy?”, *op. cit.*, p. 494).

Em relação ao fenômeno da “institucionalização do conflito de classes”, a perspectiva que procurei estabelecer é, novamente, diversa da e, num certo sentido, o contrário da ortodoxia prevalecente, que aceita Marx com o objetivo de refutá-lo. A idéia existente é muito simples e pode ser expressa da maneira como se segue. Há uma tendência inerente para o conflito de classes numa sociedade capitalista que, se “não-regulada”, produz uma classe operária revolucionária que coloca-se numa posição antagonica à do resto da sociedade numa violenta guerra de classes. O reconhecimento de interesses de classe divergentes, formalizados na barganha coletiva, serve para controlar e fornecer mecanismos de vazão para tal conflito e, assim, enfraquece o potencial revolucionário da classe operária. A interpretação que defendi, entretanto, sustenta que a consciência revolucionária tende, acima de tudo, a caracterizar o ponto de impacto do pós-feudalismo e do industrialismo-capitalista, e não é endêmica à própria sociedade capitalista. A “institucionalização do conflito de classes” não é um processo que minimiza a ocorrência ou os efeitos do conflito de classes, negando o seu significado revolucionário potencial, mas é a forma característica de expressão do conflito de classes na sociedade capitalista desenvolvida. É a presença da consciência de classes revolucionária, e não a sua ausência, que exige uma explicação especial.

3. VELHAS CLASSES E NOVOS CONFLITOS: O PROBLEMA DO NEOCAPITALISMO

Como em muitas áreas de teoria de classes, (pelo menos) duas perspectivas bem diferentes examinaram as conseqüências da expansão relativa do setor *white-collar* e as mudanças tecnológicas, intimamente relacionadas a essa expansão, que afetaram as ocupações não-manuais de nível mais baixo. Muitos autores aceitaram apenas que o crescimento do setor *white-collar* ocorrido nas últimas décadas anuncia o advento de uma “sociedade da classe média”, na qual a contínua expansão da classe média cada vez enfraquece mais, e finalmente elimina as formas de estruturação de classes que existiram antes. Isso representa uma espécie de exposição diferente e moderna de uma teoria da inexistência de classes aparentada à idéia de sociedade de “uma classe”, de Saint-Simon: a sociedade torna-se uma sociedade sem classes à medida que todos transformam-se em classe média. Uma segunda perspectiva, colocada principalmente por autores marxistas em épocas recentes, examina a ocorrência de uma cisão

no interior dos escalões de trabalhadores *white-collar*, que separa os que ocupam empregos comuns, que são jogados na classe operária, dos que estão em ocupações mais altas e que tendem a filiar-se à classe alta.

As objeções que podem ser levantadas contra a primeira perspectiva são tão básicas que quase não é necessário discuti-las detalhadamente. Em primeiro lugar, ela está baseada numa projeção do futuro e não numa realidade. Em segundo lugar, mais uma vez está amplamente baseada numa pressuposição explícita ou implícita de que os Estados Unidos podem ser tratados como o exemplo do desenvolvimento prospectivo das outras sociedades capitalistas. Mas, como enfatizei com frequência, há motivos específicos para o nível e o caráter da estruturação de classes nos Estados Unidos terem sempre sido diferentes da característica da maioria dos países capitalistas. Em terceiro lugar, nos Estados Unidos, como em qualquer outro lugar, uma alta proporção da ocupação *white-collar* de nível baixo, incluindo sobretudo as que foram alteradas pela introdução da mecanização, junto com muitas formas recentemente criadas de ocupações de serviço, são preenchidas por mulheres. Em razão do fato de as mulheres ainda terem que esperar a sua libertação da família, o que continua a acontecer nas sociedades capitalistas é que os trabalhadores do sexo feminino são altamente periféricos ao sistema de classes; ou, dito de outra maneira, *as mulheres são, num certo sentido, a "subclasse" do setor white-collar*. Elas tendem a monopolizar ocupações que não só têm uma recompensa econômica baixa, mas também não possuem benefícios econômicos subsidiários, têm direitos ou segurança limitados e oferecem pouco no que se refere às chances de promoção.

Finalmente e, em termos teóricos, mais importante, as formas típicas de estruturação de classes e a difusão da percepção de classe, no interior da classe média, tendem, inevitavelmente, a reduzir a influência social (ou cultural) específica dessa última quanto à força de atração centrífuga da classe operária, por um lado, e da classe alta, por outro. Isso significa que *a classe média raramente tende a desempenhar um papel direto nas lutas manifestas de classes*. Mas é importante não confundir isso com a noção de que, em relação à própria estruturação de classes, um novo processo de "polarização" esteja ocorrendo, processo esse que está dilatando efetivamente a classe operária por um *déclassement* maciço do trabalho *white-collar*

comum. O fato de que a maioria das ocupações em questão passou a ser dominada por trabalhadores do sexo feminino atua, provavelmente, no sentido tanto de solidificar quanto de diluir a "zona de pára-choque" entre as classes operária e média, certamente deve levar-nos a rejeitar qualquer uma das afirmativas mais radicais sobre a "proletarização" dos níveis baixos do setor *white-collar*. Menos importante, provavelmente, do que qualquer processo de rotinização é o fechamento parcial das possibilidades de mobilidade de carreira para homens que se encontram em certas áreas de ocupação não-manual. Como sugeri num capítulo anterior, essa é uma fonte principal de aumento na sindicalização e militância *white-collar*. A extensão em que os sindicatos *white-collar* tornam-se essenciais ao movimento operário, entretanto, e o ponto em que sua militância implica qualquer tipo de consciência revolucionária, dependem dos mesmos fatores que determinam o caráter do movimento operário como um todo numa certa sociedade.

Na sociedade neocapitalista o tipo de mudanças assinaladas pela maior parte dos autores e que afetam a divisão tradicionalmente estabelecida entre os trabalhos manual e não-manual¹² é de menor significado do que dois outros conjuntos de fenômenos que têm cada vez maior probabilidade de influenciar a natureza do conflito de classes: a emergência de uma subclasse manual e a ramificação do planejamento de Estado a longo prazo. Nos Estados Unidos, a subclasse é composta basicamente de três grupos étnicos, sendo que o maior deles não é, de forma alguma, recém-chegado ao país, enquanto os outros dois chegaram relativamente há pouco tempo (mexicanos e porto-riquenhos). O tamanho proporcional de subclasse nos Estados Unidos e o fato de que o elemento majoritário dentro dele tenha sido parte da sociedade, embora não assimilado culturalmente dentro dela, por um longo período de tempo, colocam, novamente, aquele país à parte de outras sociedades capitalistas nas quais é possível mostrar uma subclasse nascente mas identificável. Entretanto, mesmo nos Estados Unidos foi só relativamente há pouco tempo, como resultado das migrações em massa para as cidades do Norte, que uma massa de trabalhadores negros foi finalmente incluída na força de trabalho industrial.

12. *ibid.*, p. 495. Cf. a conclusão de Hörning, ao examinar diferentes teorias da "nova classe operária", "Die Verbürgerlichungs- und Integrationshoffnungen sind unbegründet. Gleichermassen scheint aber auch die Euphorie über eine "Neue Arbeiterklasse" unangebracht" (Karl N. Hörning, *Der "neue" Arbeiter*, Frankfurt, 1971, p. 8).

Pode-se sugerir que a emergência de uma subclasse numa sociedade tem um potencial tanto radical quanto reacionário. À medida que os membros da subclasse têm provavelmente as suas origens no trabalho rural, e mudam-se para um meio-ambiente urbano-industrial, eles constituem uma fonte possível de explosão de consciência revolucionária. Mas é extremamente improvável que isso ocorra na classe operária como um todo — pelo menos nos Estados Unidos — e, quase certamente, devido ao choque de interesses envolvido, servirá para produzir um efeito oposto. Podemos questionar a proposição de que a classe operária, como um resultado do “autoritarismo” cultural seja o principal repositório de sentimentos irracionais de preconceito contra as minorias étnicas. Mas é evidente que há uma divisão básica de interesse, que no futuro, provavelmente, tornar-se-á cada vez mais pronunciada, entre os que estão no novo “exército de reserva” do capitalismo, em ocupações inseguras que só proporcionam uma baixa taxa de retribuição econômica, e os que se encontram em ocupações manuais altamente lucrativas, mais estáveis.

Mesmo nas sociedades que não desenvolvem uma subclasse distintiva, há razões para se supor que operarão exigências semelhantes, embora com conseqüências menos divisivas do que no caso da diferenciação étnica. Esses fenômenos estão diretamente relacionados aos novos tipos de planejamento econômico característicos do neocapitalismo, e podem agir no sentido de produzir uma cisão no interior da classe operária que parcialmente secciona as velhas formas de divisão entre os níveis de especialização. Sempre houve uma forte tendência para que os empregados especializados desfrutassem um grau substancialmente mais alto de segurança no emprego do que os outros trabalhadores manuais. As firmas normalmente viram o trabalho especializado como uma importante forma de investimento de capital e foram preparadas, de modo correspondente, para oferecer condições de emprego superiores a tais empregados. Isso tem sido, invariavelmente, um fator importante de influência no caráter dos sindicatos profissionais e de criação de uma “aristocracia do trabalho”. Como um resultado, entretanto, não só da dominância crescente das megacorporações na economia e da emergência do planejamento estatal, é provável que um nível maior de segurança seja estendido a alguns tipos de trabalhadores não-especializados dentro da empresa. O planejamento de Estado no neocapitalismo difere de maneira fundamental do controle diretivo da atividade econômica característico da sociedade socialista de Estado. Na sociedade neocapi-

talista, políticas de preços, rendas e planejamento tendem, necessariamente, a basear-se na garantia de apoio da liderança econômica e do trabalho organizado; o grau de controle direto que pode ser garantido pelas elites políticas sobre os dois últimos grupos é, em geral, bastante restrito. Grande parte do impulso para o desenvolvimento do planejamento capitalista decorre, em certos aspectos, do fato de que o Estado e as megacorporações têm interesses paralelos na promoção do desenvolvimento econômico estável e progressivo e no controle da inflação. Mas esses objetivos só podem ser perseguidos com sucesso com o envolvimento dos sindicatos trabalhistas. O “preço de compra” do apoio do sindicato é talvez — inicialmente, pelo menos — econômico; ou seja, tal apoio só pode ser oferecido se há garantias de que a classe operária poderá ter a sua parte nos benefícios criados pelo crescimento econômico progressivo. Deve-se compreender logo que o modo mais seguro de procurar alcançar isso é possibilitar aos operários a participação em base regular na corporação: através da negociação de contratos a longo prazo. Tal desenvolvimento, entretanto, talvez seja consistente com as necessidades da gerência na grande firma, que desejará investir numa força de trabalho central economicamente submetida à organização — clarificando, portanto, a distinção entre o emprego primário e secundário.

Pode-se esperar que os resultados de tal processo não só favoreçam a estruturação de uma subclasse separada da classe operária como um todo, mas também forneçam novas fontes de tensão ou contradição dentro do quadro de referência de classes existente na sociedade neocapitalista. Em capítulos anteriores, sugeri que a mediação institucional de poder típica da sociedade capitalista, até o passado recente, foi estabilizada pela operação de fatores que atuam para restringir a atividade sindical e uma orientação para o economicismo (mais “controle defensivo”). Essa foi, é claro, uma estabilidade frágil que tem — dependendo também de outras características de qualquer sociedade — potencialmente uma probabilidade de ser ameaçada pelo ressurgimento de movimentos dirigidos no sentido da reorganização do controle industrial. O equilíbrio entre economicismo e consciência do conflito que caracterizou a fase inicial do desenvolvimento capitalista deve estar sujeito a pressão com as mudanças econômicas implícitas no neocapitalismo. É difícil supor que os tipos de elos entre o Estado e a economia implícitos no planejamento macroeconômico podem ser formados sem que se estimule a redireção

do movimento operário no sentido de uma orientação para o controle. Há várias razões para isso. Uma delas é que a liderança sindical pode relutar em, ou resistir diretamente a, entrar no tipo de relação com as elites econômicas e políticas implícita no planejamento capitalista. É provável que isso se aplique principalmente às tentativas, por parte da comunidade, de implementar programas de ação destinados a regular a circulação monetária e a verificar a inflação. Se os interesses das megacorporações e o moderno Estado capitalista são, em geral, convergentes, segue-se que o esforço para restringir a inflação tenderá a ser dirigido, sobretudo, no sentido de regulamentação de rendas e não de preços — embora ocorram, com certeza, conflitos entre as elites econômica e política relativos ao controle de preços. A liderança sindical pode ver com má vontade qualquer tipo de tentativa para regular a renda, mas certamente resistirá à implementação de programas de ação que procuram restringir o aumento das rendas sem colocar limitações comparáveis ao aumento dos preços.

Devemos, portanto, esperar assistir a um crescimento do nível de atividade grevista oficial como consequência de uma luta entre os sindicatos trabalhistas e o Estado. Mas isso pode ocorrer normalmente no interior de estruturas existentes. De significado potencialmente maior são as possíveis consequências que podem resultar da relação entre os sindicatos e massa de trabalhadores nos setores econômicos ou indústrias particularmente afetados pelo planejamento neocapitalista. Num importante sentido, as formas de barganha econômica chamadas à cena no neocapitalismo irão, talvez, colidir com uma orientação para o economicismo. O confinamento do conflito de classes ao economicismo como tentei esclarecer no início da análise, depende da capacidade do capitalismo em gerar um aumento regular nos salários nominais e um aumento global geral no salário real (que, por ser menos visível, pode ser mais suave do que o primeiro sem colocar em perigo o sistema existente), simultaneamente com um conjunto de atitudes frente ao trabalho e frente à sociedade mais ampla que servem para bloquear a percepção da possibilidade ou necessidade de reorganizar o caráter do controle industrial. Qualquer pressão no sentido de uma regulamentação externa de salários, mesmo tendo uma sanção sindical oficial, tenderá, assim, a sofrer resistências. A negociação de contratos coletivos a longo prazo pelos sindicatos oferece uma forma de se ir de encontro a tal resistência: mas é provável que o resultado disso seja precisamente estimular uma

consciência renovada de problemas de controle entre as pessoas comuns. A tentativa de garantir acordos trabalhistas implica tanto que o trabalhador reconheça uma obrigação a longo prazo com a corporação como, ao mesmo tempo, que ela reconheça uma obrigação quanto a ele, e em que ele venha a reconhecer a extensão da barganha coletiva numa esfera referente a um aspecto muito mais amplo da relação contratual do que o monetário. Na medida em que a liderança sindical procura continuar a operar dentro do quadro de referência do economicismo e do "controle defensivo", é provável que ela encare uma inimidade crescente dentro do seu próprio corpo de membros, ou tenha que adotar uma perspectiva que, até certo ponto, abandona o economicismo em favor de uma orientação para o controle.

Em tal situação, podemos prever uma revivescência do interesse por esquemas de autogerência de trabalhadores. Assim, pode haver um elemento paralelo, aqui, entre o neocapitalismo e as sociedades socialistas de Estado — mas os processos sociais envolvidos em cada caso são, claramente, na maior parte dos aspectos, bem diferentes. Na sociedade neocapitalista, é provável que haja um certo número de tensões emergentes básicas associadas com as tentativas de implementar o planejamento econômico, nenhuma das quais é reproduzida do mesmo modo no socialismo de Estado. Uma delas está centrada sobre a diferenciação entre o emprego primário e secundário, que pode-se tornar, sobretudo, significativa onde há uma subclasse distinta. Isso pode, como eu disse, representar uma fonte significativa de cisão no interior das ordens mais baixas da estrutura de classes, cortando, em parte, as linhas tradicionalmente estabelecidas do conflito de classes. Onde não há tensões maiores nesse nível, o conflito pode ser transferido para a divisão mais familiar entre os trabalhadores especializados e não-especializados no interior da classe operária: os sindicatos profissionais provavelmente não serão receptivos de maneira definida a acordos contratuais que até certo ponto seccionem as velhas diferenciações nas vantagens econômicas. À medida que as oposições de interesses forem envolvidas nesses níveis de estrutura de classes, e ocorrerem conflitos abertos, qualquer tendência para a ramificação de conflito de classes que envolva a massa da classe operária e rompa com a orientação do economicismo será enfraquecida. A possibilidade, entretanto, da renovação dos conflitos de classes diretamente relacionados à natureza do controle industrial e, portanto, de

seu extravasamento para a esfera política é muito forte. Mas o ponto em que tais conflitos tomarão a forma de uma confrontação revolucionária principal da classe operária dentro da estrutura existente do Estado capitalista não é uma questão que possa ser inferida de seu caráter genérico. Nesse sentido, as provisões marxistas recentes de que a transformação revolucionária completa da sociedade capitalista está, finalmente, se processando, não são mais realistas do que o foram nas gerações passadas. Há exemplos em que tal ocorrência é possível, mas esses são aqueles (França, Itália) cujo desenvolvimento, por motivos específicos, criou um sistema de classes que não é representativo da maioria dos países capitalistas.

4. EXPLORAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE CLASSES

Sugeri que há na teoria socialista duas tendências que lhe são um aspecto paradoxal. Elas podem ser prontamente relacionadas às condições que de início geraram o socialismo (e a sociologia) como um corpo coerente de pensamento — o esforço da guerra entre o pós-feudalismo e o capitalismo industrial emergente. A visão de uma saída para a exploração do homem pelo homem, a prevista entrada num novo campo de liberdade humana, foi estimulada pela mudança dos laços sociais, econômicos e morais restritivos da ordem tradicional. Nesse sentido, o anarquismo e o socialismo alimentaram-se de fontes semelhantes.¹³ O anarquismo é o socialismo libertado do seu paradoxo; mas é precisamente isso que torna o primeiro nada mais do que uma irresoluta *promesse de bonheur* imaginada em épocas recentes pelos *slogans* brilhantemente patéticos de maio de 1968 — *Sous le pavé, la plage!* Nas escolas revolucionárias de pensamento socialista, há mais do que um eco do espírito religioso que em épocas anteriores enfraqueceu a imaginação e criou outras imagens mundiais da liberdade humana universal. Mas a teoria socialista é muito mais do que uma versão secularizada da anterior visão religiosa do mundo, por mais que essa última possa ter contribuído como fonte de sua inspiração ideológica. O advento de uma “sociedade de mercado simples”, e sua iminente transcendência pelo capitalismo, produziu uma série de liberdades sociais e econômicas genuínas, quando encarada da perspectiva da ordem precedente, que estimularam não só uma percepção da maleabilidade potencial da sociedade humana quanto a

13. cf. a defesa do *Makhnovchina*, em Gabriel e Daniel Cohn-Bendit, *Obsolete Communism, the Left-Wing Alternative* (Londres, 1969), pp. 220-32.

idéia de que as transformações futuras poderiam completar a emancipação já aparentemente iniciada pela emergência de novas formas sociais. Quanto a isso, o socialismo é corretamente visto como uma radicalização da ideologia burguesa e deve ser encarado como parte de uma reação a um passado feudal.

Em seu outro aspecto, o socialismo compreende uma busca para completar a racionalização da sociedade humana, tornando possível a aplicação da racionalidade técnica à própria organização social. Isso explica, em parte, a forte afinidade entre a maioria das ramificações do pensamento socialista e o modelo da ciência natural. Nenhum socialista, é claro, poderia aceitar aquela forma de teoria social que elaborava apenas as características positivas do pensamento de Saint-Simon — a filosofia de Comte — e que, conseqüentemente, enfatizavam a regulação e controle dentro de um novo Estado corporativo. Mas a tendência para identificar o socialismo com o racionalismo científico, como uma norma legitimadora de *Praxis* que é, assim, desobrigada da necessidade de qualquer sanção moral ou normativa independente, exceto à sua própria validade científica, tem sido, inevitavelmente, muito forte.

Entretanto, a busca da eliminação da exploração entra em oposição moderada ao esforço de racionalizar a organização social por meio da direção consciente da vida social e econômica. Os dilemas inerentes a esses antagonismos não são resolvidos na teoria de Marx nem o foram pelo desenvolvimento prático das sociedades avançadas, desde o fim do século XIX. A contradição que Marx identificou no capitalismo é, em si mesmo, contraditória! O confronto atual entre a sociedade capitalista e a sociedade socialista de Estado deu, com efeito, forma concreta aos pontos implícitos. Na sociedade capitalista, o sistema de classes continua a constituir o eixo fundamental da estrutura social, mantém-se como o canal central de relações de dominação de caráter explorador. As sociedades socialistas de Estado, por outro lado, foram genuinamente bem sucedidas em mover-se na direção a uma ordem com inexistência de classes, mas apenas à custa da criação de um sistema de dominação política que alterou o caráter da exploração social, ao invés de necessariamente diminuí-lo. O desafio ao pensamento socialista de hoje, ou melhor, àquelas formas da filosofia política que procuram ir além dos confins das idéias socialistas sem abandoná-las completamente, é explorar os limites da oposição entre racionalização em cada um de seus aspectos, e, então, tentar construir uma nova conciliação entre eles.

TRABALHOS CITADOS NO TEXTO

- ABEGGLEN, James C., *The Japanese Factory* (Glencoe, 1958).
- ABEGGLEN, James C., e Mannari, H., "Leaders of modern Japan: social origins and mobility", *Economic Development and Cultural Change*, 9, 1960.
- ACTON, H. B., *The Illusion of the Epoch* (Londres, 1962).
- ADORNO, Theodor W., *Aufsätze zur Gesellschaftstheorie und Methodologie* (Frankfurt, 1970).
- ALTHUSSER, Louis, *For Marx* (Londres, 1969). Publicado em português por Zahar Editores, 1967, sob o título de *Análise Crítica da Teoria Marxista* (N. do T.).
- ANDERSON, Perry, e Blackburn, Robin, *Towards Socialism* (Londres, 1965).
- ARON, Raymond, *Democracy and Totalitarianism* (Londres, 1968).
- "La classe comme représentation et comme volonté", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 38, 1965.
- *18 Lectures on Industrial Society* (Londres, 1968).
- *La Lutte des Classes* (Paris, 1964).
- *Progress and Disillusion* (Nova York, 1968).
- ATKINSON, Dick, *Orthodox Consensus and Radical Alternative* (Londres, 1971).
- AZRAEL, Jeremy, *Managerial Power and Soviet Politics* (Cambridge, Mass., 1966).
- BABEAU, André, *Les conseils ouvriers en Pologne* (Paris, 1960).
- BAECHLER, Jean, "Essai sur les origines du système capitaliste", *Archives européennes de sociologie*, 9, 1968.
- BAIN, George Sayers, *The Growth of White-Collar Unionism* (Oxford, 1970).
- BAIN, Joe S., *Industrial Organisation* (Nova York, 1968).
- BANKS, J. A., *Marxist Sociology in Action* (Londres, 1970).
- BAUMAN, Zygmunt, "Economic growth, social structure, elite formation", *International Social Science Journal*, 2, 1964.
- "Social dissent in East European politics", *Archives européennes de sociologie*, 12, 1971.
- BELL, Daniel, "Labour in the post-industrial society", *Dissent*, inverno de 1972.
- "Technocracy and politics", *Survey*, 16, 1971.
- *The End of Ideology* (Nova York, 1961).
- "Toward the Year 2000: Work in Progress", *Daedalus*, 1968.
- BELLEVILLE, Pierre, *Une nouvelle classe ouvrière* (Paris, 1963).
- BENDIX, Reinhard, *Embattled Reason, Essays on Social Knowledge* (Nova York, 1970).
- *Higher Civil Servants in American Society* (Boulder, 1949).
- BENDIX, Reinhard, *Nation Building and Citizenship* (Nova York, 1964).
- *Work and Authority in Industry* (Nova York, 1956).
- BENDIX, Reinhard, e Seymour Martin Lipset, *Class, Status and Power* (Londres, 1967).

- BENOIT, Odile, "Status dans l'entreprise et attitudes syndicales des ouvriers", *Sociologie du Travail*, 4, 1962.
- BENSMAN, Joseph, e Vidich, Arthur J., *The New American Society* (Chicago, 1971).
- BERG, Ivar, *The Business of America* (Nova York, 1968).
- BERLE, Adolf A., e Means, Gardiner C., *The Modern Corporation and Private Property* (Chicago, 1932).
- BESKID, Lidia, "Real wages in Poland during 1956-1967", *Eastern European Economics*, 7, 1969.
- BIRNBAUM, Norman, "The crisis of Marxist Sociology", *Social Research*, 2, 1968.
- BLAU, Peter M., e Duncan, O. D., *The American Occupational Structure* (Nova York, 1967).
- BLAUNER, Robert, *Alienation and Freedom* (Chicago, 1964).
- BLOCH, Marc, *Feudal Society* (Londres, 1961).
- BLUMBERG, Paul, *Industrial Democracy* (Londres, 1968).
- BOTTOMORE, T. B., *Classes in Modern Society* (Londres, 1966). Publicado em português por Zahar Editores, 1968, sob o título *As Classes na Sociedade Moderna* (N. do T.).
- BOUVIER-AJAM, Maurice, e Mury, Gilbert, *Les classes sociales en France* (Paris, 1963).
- BRAUN, Siegfried, e Fuhrmann, Jochen, *Angestelltenmentalität* (Neuwied, 1970).
- BRZEZINSKI, Zbigniew, *Between Two Ages* (Nova York, 1970).
- *Dilemmas of Change in Soviet Politics* (Nova York, 1969).
- BRZENZINSKI, Zbigniew, e Huntington, Samuel P., *Political Power: USA/ USSR* (Nova York, 1964).
- BURNS, Robert K., "The comparative economic position of manual and white-collar employees", *The Journal of Business*, 27, 1954.
- CASTLES, Stephen, e Kosack, Godula, *Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe* (Londres, 1973).
- COHN-BENDIT, Gabriel e Daniel, *Obsolete Communism, the Left-Wing Alternative* (Londres, 1969).
- COLE, Robert E., *Japanese Blue-Collar* (Berkeley, 1971).
- COX, Oliver C., *The Foundations of Capitalism* (Londres, 1959).
- CRONER, Fritz, *Die Angestellten in der modernen Gesellschaft* (Colônia, 1962).
- CROZIER, Michel, "Classes sans conscience ou préfiguration de la société sans classes", *Archives européennes de sociologie*, 1, 1960.
- "L'ambiguïté de la conscience de classe chez les employés et les petits fonctionnaires", *Cahiers internationaux de sociologie*, 28, 1955.
- *The World of the Office Worker* (Chicago, 1971).
- CURRIE, R., e Hartwell, R. M. "The making of the English working class?", *Economic History Review*, 18, 1965.
- DAHEIM, Hansjudgen, "Die Vorstellungen vom Mittelstand", *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 12, 1960.
- DAHRENDORF, Ralf, *Class and Class Conflict in Industrial Society* (Stanford, 1959).
- *Conflict after Class*, Noël Buxton lecture (Essex, 1967).
- *Essays in the Theory of Society* (Londres, 1968).
- *Marx in Perspektive: die Idee des Gerechten im Denken von Karl Marx* (Hanôver, 1953).
- DELEFORTRIE-SOUBEYROUX, N., *Les dirigeants de l'industrie française* (Paris, 1961).
- Dissent*, primavera de 1972, "The World of the Blue-Collar Worker".
- DJILAS, Milovan, *The New Class, an Analysis of the Communist System* (Nova York, 1957).

- DOBIESZEWSKI, Adolf, *Wybrane problemy teorii i praktyki funkcjonowania partii* (Varsóvia, 1971).
- DODGE, Norman T., *Women in the Soviet Economy* (Baltimore, 1966).
- DOERINGER, Peter B., e Piore, Michael J., *Internal Labour Markets and Manpower Analysis* (Lexington, 1971).
- DOLLARD, J. A., *Caste and Class in a Southern Town* (New Haven, 1937).
- DOLLEANS, Edouard, *Histoire du mouvement ouvrier* (Paris, 1953).
- DOMHOFF, G. William, *Who Rules America?* (Nova Jersey, 1967).
- DORE, R. P., *Aspects of Social Change in Modern Japan* (Princeton, 1967).
- *City Life in Japan* (Londres, 1958).
- DUFTY, N. F., *The Sociology of the Blue-Collar Worker* (Leiden, 1969).
- DURKHEIM, Émile, *Professional Ethics and Civil Morals* (Londres, 1957).
- *Socialism* (Nova York, 1962).
- *The Division of Labour in Society* (Glencoe, 1964).
- DUVEAU, Georges, *La vie ouvrière en France sous le Second Empire* (Paris, 1946).
- EHRMANN, Henry W., *Organised Business in France* (Princeton, 1957).
- ENGELS, Friedrich, *The Condition of the Working Class in England in 1844* (Londres, 1963).
- FAUNCE, William A., *Problems of an Industrial Society* (Nova York, 1968).
- FEIWEL, George R., *New Currents in Soviet-Type Economies* (Scranton, 1968).
- FISCHER, George, *The Revival of American Socialism* (Nova York, 1971).
- *The Soviet System and Modern Society* (Nova York, 1968).
- FISCHER-GALATI, Stephen, "East Central Europe: continuity and change", *Journal of International Affairs*, 20, 1966.
- FLORENCE, P. Sargent, *Ownership, Control and Success of Large Companies* (Londres, 1961).
- FOGARTY, M. P., "The white-collar pay structure in Britain", *Economic Journal*, 49, 1959.
- FRIEDMANN, Georges, *Industrial Society* (Glencoe, 1955).
- FRIEDRICHS, Günther, *Computer und Angestellte* (Frankfurt, 1971).
- FRIEDRICHS, Robert, *The Sociology of Sociology* (Nova York, 1970).
- FROMM, Erich, *Marx's Concept of Man* (Nova York, 1963).
- GEIGER, Theodor, *Die Klassengesellschaft im Schmelztiegel* (Colônia, 1949).
- *Die soziale Schichtung des deutschen Volkes* (Stuttgart, 1932).
- GIDDENS, Anthony, *Capitalism and Modern Social Theory* (Cambridge, 1971).
- "Durkheim's political sociology", *Sociological Review*, 19, 1971.
- *Émile Durkheim: Selected Writings* (Cambridge, 1972).
- "Elites in the British class structure", *Sociological Review*, 20, 1972.
- "Four myths in the history of social thought", *Economy and Society*, 1, 1972.
- *Politics and Sociology in the Thought of Max Weber* (Londres, 1972).
- GOLDTHORPE, John, "Attitudes and behaviour of car assembly workers: a deviant case and a theoretical critique", *British Journal of Sociology*, 17, 1966.
- GOLDTHORPE, John et al., *The Affluent Worker in the Class Structure* (Cambridge, 1969).
- GOULDNER, Alvin, *The Coming Crisis in Western Sociology* (Londres, 1971).
- GRAMSCI, Antonio, *The Modern Prince and Other Writings* (Londres, 1957). Publicado em português pela Editora Civilização Brasileira, 1968, com o título de *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*.
- GRAUBARD, R., *A New Europe?* (Londres, 1965).

- GURVITCH, Georges, *Industrialisation et technocratie* (Paris, 1949).
 — *Le Concept de Classes sociales de Marx à nos jours* (Paris, 1954).
 — *La Vocation Actuelle de la sociologie* (Paris, 1950).
 GUTTSMAN, W. L., *The British Political Elite* (Londres, 1963).
 HABERMAS, Jürgen, *Antworten auf Herbert Marcuse* (Frankfurt, 1968).
 — *Theorie und Praxis* (Newied, 1967).
 HALBWACHS, Maurice, *The Psychology of Social Class* (Londres, 1958).
 HAMILTON, Richard, *Affluence and the French Worker in the Fourth Republic* (Princeton, 1967).
 — "The income difference between skilled and white-collar workers", *British Journal of Sociology*, 14, 1963.
 HERRNSTADT, Rudolf, *Die Entdeckung der Klassen* (Berlim, 1965).
 HMSO, *Sick Pay Schemes* (Londres, 1964).
 HÖRNING, Karl N., *Der "neue" Arbeiter* (Frankfurt, 1971).
 HORTON, John, "Order and conflict theories of social problems as competing ideologies", *American Journal of Sociology*, 71, 1965-6.
 HORTON, John, "The dehumanisation of anomie and alienation", *British Journal of Sociology*, 15, 1964.
 HOSELTZ, Bert F., *The Role of Small Industry in the Process of Economic Growth* (Haia, 15, 1968).
 HOSELTZ, Bert F., e Moore, Wilbert E., *Industrialisation and Society* (Haia, 1968).
 (The), *Industrial Society, Status and Benefits in Industry* (Londres, 1966).
 INGHAM, Geoffrey K., "Plant size: political attitudes and behaviour", *Sociological Review*, 17, 1969.
 ILO, *Worker's Management in Yugoslavia* (Genebra, 1962).
 JACKSON, J. A., *Social Stratification* (Cambridge, 1968).
 JAFFE, A. J., e Froomkin, Joseph, *Technology and Jobs* (Nova York, 1968).
 JANOWITZ, Morris, *The Professional Soldier* (Nova York, 1960).
 JOHNSON, Terence J., *Professionals and Power* (Londres, 1972).
 KALECKI, M., *Essays in the Theory of Economic Fluctuations* (Londres, 1939).
 KASSALOW, Everett M., *Trade Unions and Industrial Relations: an International Comparison* (Nova York, 1969).
 KELLER, Suzanne, *Beyond the Ruling Class* (Nova York, 1963).
 KELSALL, R. K., *Higher Civil Servants in Britain* (Londres, 1955).
 KERR, Clark, Marshall, *Marx and the Modern Times* (Cambridge, 1869).
 KERR, Clark, et al., *Industrialism and Industrial Man* (Londres, 1960).
 KIDRON, Michael, *Western Capitalism since the War* (Londres, 1970).
 KOCH, C., e Senghaas, D., *Texte zur Technokratie-Diskussion* (Frankfurt, 1970).
 KORNHAUSER, Arthur, et al., *Industrial Conflict* (Nova York, 1954).
 KOSTIN, L., *Wages in the USSR* (Moscou, 1960).
 KUBAT, Daniel, "Social Mobility in Czechoslovakia", *American Sociological Review*, 28, 1963.
 KUBOTA, Akira, *Higher Civil Servants in Postwar Japan* (Princeton, 1969).
 KUPER, Leo, *Living in Towns* (Londres, 1953).
 La documentation française, "La courte expérience de conseils ouvriers en Pologne", n° 2453, 26 de agosto de 1958.
 LANE, David, *Politics and Society in the USSR* (Londres, 1970).
 — David, *The End of Inequality?* (Londres, 1971).
 LASLETT, John H. M., *Labour and the Left* (Nova York, 1970).
 LEDERER, Emil, *Die Privatangestellten in der modernen Wirtschaftsentwicklung* (Tübingen, 1912).
 LEDERER, Emil, e Marschak, J., "Der neue Mittelstand", *Grundrisse der Sozialökonomik*, vol. 9, 1, 1926.

- LEFEBVRE, Henri, *Positions: contre les technocrates* (Paris, 1967).
 LEGGETT, John C., *Class, Race and Labor* (Nova York, 1968).
 LENIN, V. I., *What's to be done?* (Oxford, 1963).
 LENSKI, Gerhard E., *Power and Privilege* (Nova York, 1966).
 LEVINE, Solomon B., *Industrial Relations in Postwar Japan* (Urbana, 1958).
 LICHTHEIM, George, *Marxism* (Londres, 1964).
 LIPSET, Seymour Martin, *The First New Nation* (Londres, 1964).
 — *Political Man* (Londres, 1969).
 LOCKWOOD, David, "Some Remarks on 'The Social System'", *British Journal of Sociology*, 7, 1956.
 — "Sources of variation in working class images of society", *Sociological Review*, 14, 1966.
 — *The Blackcoated Worker* (Londres, 1958).
 LOCKWOOD, William W., *The State and Economic Enterprise in Japan* (Princeton, 1965).
 LUHMANN, Niklaus, *Politische Planung* (Opladen, 1971).
 LUKACS, Georg, *History and Class Consciousness* (Londres, 1971).
 MACKENZIE, Gavin, "The Economic Dimensions of Embourgeoisement", *British Journal of Sociology*, 18, 1967.
 MACPHERSON, C. B., "Post-liberal democracy", *Canadian Journal of Economics and Political Science*, 30, 1964.
 — *The Political Theory of Possessive Individualism* (Londres, 1964).
 MAKI, John M., *Government and Politics in Japan* (Londres, 1962).
 MALLET, Serge, *La nouvelle classe ouvrière* (Paris, 1963).
 MANDEL, Ernest, *Marxist Economic Theory* (Londres, 1968).
 MANN, Michael, *Consciousness and Action among the Western Working Class* (Londres, 1973).
 — Michael, "The social cohesion of liberal democracy", *American Sociological Review*, 35, 1970.
 MARCH, James G., *Handbook of Organizations* (Chicago, 1965).
 MARCHAL, Jean, e Ducross, Bernard, *The Distribution of National Income* (Londres, 1968).
 MARRIS, R., *The Economic Theory of "Managerial" Capitalism* (Londres, 1964).
 MARSHALL, T. H., *Class, Citizenship and Social Development* (Nova York, 1964).
 — "The Welfare State: a sociological interpretation", *Archives européennes de sociologie*, 2, 1961.
 MARX, Karl, *Capital* (vol. 1, Moscou, 1958; vol. 3, Moscou, 1959).
 — *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* (Berlim, 1953).
 — *The Poverty of Philosophy* (Londres, s/d).
 — *Theories of Surplus Value* (Londres, 1969).
 — *Werke* (Berlim, 1962).
 MARX, Karl e Engels, Friedrich, *Selected Works* (Londres, 1968).
 — *The German Ideology* (Londres, 1965).
 MATTHEWS, Mervyn, *Class and Society in Soviet Russia* (Londres, 1972).
 MEYNAUD, Jean, *Technocracy* (Londres, 1968).
 MICHAL, Jan M., *Central Planning in Czechoslovakia* (Stanford, 1960).
 MILIBAND, Ralph, *The State in Capitalist Society* (Londres, 1969).
 — *The Socialist Register, 1971* (Londres, 1971).
 MILIC, Vojin, "General Trends in Social Mobility in Yugoslavia", *Acta Sociologica*, 9, 1965.
 MILLER, S. M., "Comparative social mobility", *Current Sociology*, 1, 1960.
 MILLS, C. Wright, *White Collar* (Nova York, 1951). Publicado em português por Zahar Editores, 1969, sob o título de *A Nova Classe Média (White-Collar)* (N. do T.).

- MOMMSEN, Wolfgang J., *Max Weber und die deutsche Politik, 1890-1920* (Tübingen, 1959).
- MOORE, Barrington, *The Social Origins of Dictatorship and Democracy* (Londres, 1969).
- MUMFORD, Enid, e Banks, Olive, *The Computer and the Clerk* (Londres, 1967).
- MUMFORD, Lewis, *The Myth of the Machine* (Londres, 1967).
- NAKANE, Chie, *Japanese Society* (Londres, 1970).
- NETTL, J. P. "Consensus or elite domination: the case of business", *Political Studies*, 13, 1965.
- NICOLAUS, Martin, "Proletariat and middle class in Marx: Hegelian choreography and the capitalist dialectic", *Studies on the Left*, 7, 1967.
- NISBET, Robert, "The decline and fall of the concept of social class", *Pacific Sociological Review*, 2, 1959.
- NORDLINGER, Eric A., *The Working-Class Tories* (Londres, 1967).
- OSIPOV, G. V., *Industry and Labour in the USSR* (Londres, 1966).
- OSSOWSKI, Stanislaw, *Class Structure in the Social Consciousness* (Londres, 1963). Publicado em português por Zahar Editores, Rio, 1964, sob o título de *Estrutura de Classes na Consciência Social* (N. do T.).
- PAGE, Charles H., *Class and American Sociology* (Nova York, 1969).
- PARKIN, Frank, *Class Inequality and Political Order* (Londres, 1971).
- "Class stratification in socialist societies", *British Journal of Sociology*, 20, 1969.
- "System contradiction and political transformation", *Archives européennes de sociologie*, 13, 1972.
- PARSONS, Talcott, "Equality and Inequality in Modern Society, or Social Stratification Revisited", *Sociological Inquiry*, 40, 1970.
- "On the concept of political power", *Proceedings of the American Philosophical Society*, 107, 1963.
- PERLMAN, Selig, *A Theory of the Labor Movement* (Nova York, 1928).
- PHELPS BROWN, E. H., e Hart, P. E., "The share of wages in the national income", *Economic Journal*, 42, 1952.
- PIRENNE, Henri, "The stages in the social history of capitalism", *American Historical Review*, 19, 1913-14.
- POPITZ, Heinrich, et al., *Das Gesellschaftsbild des Arbeiters* (Tübingen, 1957).
- POULANTZAS, Nicos, *Pouvoir politique et classes sociales de l'état capitaliste* (Paris, 1970).
- REISSMAN, Leonard, e Halstead, Michael N., "The subject is class", *Sociology and Social Research*, 54, 1970.
- RENNER, Karl, *Wandlungen der modernen Gesellschaft* (Viena, 1953).
- RESHETAR, John S., *The Soviet Polity* (Nova York, 1971).
- REX, John, *Key Problems in Sociological Theory* (Londres, 1971). Publicado em português por Zahar Editores, 1973, sob o título de *Problemas Fundamentais da Teoria Sociológica* (N. do T.).
- RHEE, H. A. *Office Automation in Social Perspective* (Oxford, 1968).
- RICARDO, David, *Letters of David Ricardo to John Ramsey McCulloch* (Nova York, 1895).
- RICO, Leonard, *The Advance against Paperwork* (Ann Arbor, 1967).
- ROBINSON, Joan, *An Essay on Marxian Economics* (Londres, 1966).
- ROUTH, Guy, *Occupation and Pay in Great Britain, 1906-60* (Cambridge, 1965).
- SAINT-SIMON, Henri de, *La physiologie sociale* (Paris, 1965).
- SARTORI, Giovanni, "Technological forecasting and politics", *Survey*, 16, 1971.
- SCHONFIELD, Andrew, *Modern Capitalism* (Londres, 1969).

- SCHUMPETER, Joseph, *Imperialism, Social Classes* (Cleveland, 1961).
- SCOTT, W. H., *Office Automation* (OECD, 1965).
- SETON-WATSON, Hugh, *East European Revolution* (Londres, 1955).
- SHELDON, Eleanor, e Moore, Wilbert, *Indicators of Social Change* (Nova York, 1969).
- SHEPARD, Jon M., *Automation and Alienation* (Cambridge, Mass., 1971).
- SHOSTAK, Arthur B., e Gomberg, William, *Blue-Collar World* (Englewood Cliffs, 1965).
- SOMBART, Werner, *Warum gibt es in den Vereinigten Staaten keinen Sozialismus?* (Tübingen, 1906).
- SOROKIN, Pitrim A., "Mutual convergence of the United States and the USSR to the mixed sociocultural type", *International Journal of Comparative Sociology*, 1, 1960.
- *Russia and the United States* (Londres, 1950).
- SPEIER, Hans, *Social Order and the Risks of War* (Cambridge, 1969).
- SPULBER, Nicolas, *The Economies of Communist Eastern Europe* (Nova York, 1957).
- STAMMLER, Otto, *Max Weber and Sociology Today* (Oxford, 1971).
- STRMISKA, Zdenek, e Varakova, Blanka, "La stratification sociale de la société socialiste", *Revue Française de Sociologie*, 13, 1972.
- STURMTHAL, Adolf, *White-Collar Trade Unions* (Urbana, 1966).
- *Workers' Councils* (Cambridge, 1964).
- SWEEZY, Paul et al., *The Transition from Feudalism to Capitalism* (Londres, 1954).
- SZCZEPANSKI, J., *Empirical Sociology in Poland* (Varsóvia, 1966).
- TAIRA, Koji, *Economic Development and the Labour Market in Japan* (Nova York, 1970).
- TAWNEY, R. H., *Religion and the Rise of Capitalism* (Londres, 1948).
- The Problems of Peace and Socialism*, 9, 1970.
- THOMPSON, E. P., *The Making of the English Working Class* (Londres, 1963).
- TOURAINÉ, Alain, *La conscience ouvrière* (Paris, 1966).
- *La société post-industrielle* (Paris, 1969).
- *Sociologie de l'Action* (Paris, 1965).
- *The May Movement* (Nova York, 1971).
- TROPP, Asher, *The School Teachers* (Londres, 1957).
- TURNER, Arthur N., e Lawrence, Paul R., *Industrial Jobs and the Worker* (Boston, 1965).
- ULLMANN, Walter, *The Individual and Society in the Middle Ages* (Baltimore, 1966).
- US Department of Labor, *Adjustments to the Introduction of Office Automation*, Bulletin nº 1276 (Washington, 1960).
- "Blue-Collar/White-Collar Pay Trends", *Monthly Labor Review* (junho, 1971).
- VOGEL, Ezra F., *Japan's New Middle Class* (Berkeley, 1963).
- VOLKOV, J., *Literaturnaya Gazieta*, nº 19 (Moscou, junho, 1972).
- WARNER, W. L., *Social Class in America* (Chicago, 1949).
- WARNER, W. L., e Lunt, P. S., *The Social Life of a Modern Community* (New Haven, 1941).
- WARREN, Bill, "Capitalist planning and the State", *New Left Review*, 72, 1972.
- WEBER, Max, *Economy and Society* (Nova York, 1968).
- *General Economic History* (Nova York, 1961). Publicado em português pela Editora Mestre Jou, 1968, sob o título de *História Geral da Economia* (N. do T.).
- *The Methodology of the Social Sciences* (Glencoe, 1949).

- WEDDERBURN, Dorothy, e Crompton, Rosemary, *Worker's Attitudes and Technology* (Cambridge, 1972).
- WEINSTEIN, James, *The Decline of Socialism in America, 1912-25* (Nova York, 1967).
- WESOLOWSKI, W., *Struktura i dynamika społeczeństwa polskiego* (Varsóvia, 1970).
- WIATR, Jerzy, J., *Studies in Polish Political System* (Varsóvia, 1967).
- WILES, P. J. D., e Markowski, Stefan, "Income distribution under communism and capitalism", *Soviet Studies*, 22, 1970-1.
- WILES, Peter, "A comment on Bell", *Survey*, 16, 1971.
- WILLENER, Alfred, *Images de la société et classes sociales* (Berna, 1957).
- WOLFE, Bertram D., *An Ideology in Power* (Nova York, 1969).
- WOODWARD, Joan, *Industrial Organisation: Theory and Practice* (Londres, 1965).
- WRANGEL, Georg von, *Wird der Ostblock kapitalistisch?* (Munique, 1966).
- YOSHINO, M., *Japan's Managerial System* (Cambridge, Mass., 1968).
- ZAUBERMAN, Alfred, *Industrial Progress in Poland, Czechoslovakia and East Germany* (Londres, 1964).
- ZOLLSCHAN, G. R., e Hirsch, W., *Explorations in Social Change* (Londres, 1964).

Este livro foi impresso
nas oficinas gráficas da
Editora Vozes Limitada
Rua Frei Luís, 100
Petrópolis, Estado do Rio
de Janeiro, Brasil.

U.F.C.H. - U.F.R.O.S.
Departamento de Ciências Sociais
MESTRADO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
BIBLIOTECA